



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

**POLÍTICAS DE ARQUITETURA NA EUROPA
CONTRIBUTOS PARA UMA CULTURA DE ARQUITETURA
EM PORTUGAL**

Cristina Luzia Pereira de
Abreu Castelo Branco



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Cristina Luzia Pereira de Abreu Castelo Branco

**POLÍTICAS DE ARQUITETURA NA EUROPA
CONTRIBUTOS PARA UMA CULTURA DE
ARQUITETURA EM PORTUGAL**

VOLUME 1

Tese no âmbito do curso de doutoramento em Arquitetura orientada pelo Professor Doutor Jorge Figueira e coorientada pelo Professor Doutor João Ferrão e apresentada ao departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e tecnologia, da Universidade de Coimbra.

março de 2020

**Departamento de Arquitetura
Faculdade de Ciências e Tecnologia**

**POLÍTICAS DE ARQUITETURA NA EUROPA
Contributos para uma cultura de arquitetura em Portugal**

Cristina Luzia Pereira de Abreu Castelo Branco

VOLUME 1

Tese de Doutoramento em Arquitetura orientada pelo Professor Doutor Jorge Figueira e coorientada pelo Professor Doutor João Ferrão e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

março de 2020



**UNIVERSIDADE D
COIMBRA**



POLÍTICAS DE ARQUITETURA NA EUROPA
Contributos para uma cultura de arquitetura em Portugal

A investigação para a presente Tese de Doutoramento teve o apoio financeiro no âmbito de uma Bolsa de Doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFH/BD/79061/2011), no Programa de Financiamento QREN-POPH-Tipologia 4.1 – Formação avançada, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



A presente Tese de Doutoramento integra o projeto (EU)ROPA - Rise of Portuguese Architecture - financiado por FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos portugueses através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia. POCI-01-0145-FEDER- 030492

POLÍTICAS DE ARQUITETURA NA EUROPA
Contributos para uma cultura de arquitetura em Portugal

Cristina Luzia Pereira de Abreu Castelo Branco

Tese de Doutoramento em Arquitetura orientada pelo Professor Doutor Jorge Figueira e coorientado pelo Professor Doutor João Ferrão e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Agradecimentos

Inevitavelmente, o processo de elaboração de uma tese de doutoramento implica um tempo longo de maturação, de construção.

No meu caso, esse tempo incluiu ainda diversos sobressaltos imprevisíveis, os quais puderam ser testemunhados por quem me é mais próximo. Nesse percurso, e em diferentes momentos, estiveram presentes pessoas fundamentais para que conseguisse levar a cabo esta tarefa.

Agradeço profundamente a todos os que me acompanharam, apoiaram e estimularam neste percurso.

Agradeço em particular:

Pela presença fundamental desde o início, agradeço ao meu marido Manuel, às minhas filhas Júlia e Laura e aos meus pais, Mili e Pelágio.

Pela confiança que em mim depositaram, pela orientação que me foram prestando, pela amizade que se foi construindo, agradeço aos meus orientadores: professor Jorge Figueira e professor João Ferrão.

Aos meus colegas e amigos, Carolina Coelho e Bruno Gil, pela sua constante disponibilidade, companheirismo e amizade.

À Carmen W. Morais e à sua família, pelo acolhimento e amizade em momentos chave deste percurso.

Aos meus colegas e aos professores do Darq, que na fase inicial do percurso me estimularam e fizeram evoluir.

Ao arquiteto Stéphane Hanrot, pelo apoio prestado na escola de Marselha, pela amizade construída; ao João Bento, que na partilha do seu conhecimento contribuiu para o avançar de um tema que nos é comum.

Pelo apoio prestado nos levantamentos de terreno dos países estudados, agradeço em particular a: Michiel Raats, do NAI (Holanda); Leena Rossi, do município de Jyvaskyla, Henna Helander, do SAFA, e Petra Havu, do Ministério da Cultura (Finlândia); e deputado Patrick Bloche (França), pela sua disponibilidade.

À Sofia Vieira e à Patrícia Madeira, pelo precioso auxílio que na fase final me prestaram.

A todos os meus amigos e família que ao longo destes anos me estimularam e apoiaram.

Obrigada.

**Ao meu pai,
Ao Manel**

Resumo

A presente tese aborda a temática das Políticas de Arquitetura, procurando verificar a necessidade deste tipo de documento para a existência ou fortalecimento da cultura arquitetônica num dado país (ou região).

Através da análise de diferentes estudos de caso, procuramos compreender se a existência das Políticas de Arquitetura nesses países – França, Holanda e Finlândia – influem nas suas culturas arquitetônicas.

Colocamos a questão inicial se *será necessária, desejável ou dispensável a existência deste tipo de documentos para a construção ou fortalecimento de uma cultura arquitetônica nacional?*

Nesta pesquisa, refletindo transversalmente sobre o caso português, associámos ainda dois países que não tendo documento de política de arquitetura, refletem a existência de uma robusta cultura arquitetônica própria.

Este contraponto terá como papel um duplo questionamento, que nos permitirá construir uma visão sobre o caso português e do seu possível futuro.

Partimos assim de um objeto de estudo, política de arquitetura, para analisar um tema, cultura de arquitetura, com vista a um objetivo: estimular a qualidade em arquitetura através da promoção da cultura em arquitetura.

Este objetivo ancora-se ainda na ideia da necessidade de fortalecimento do papel do arquiteto na sociedade e do reconhecimento do seu lugar nos processos de tomada de decisão.

A análise de documentos institucionais realizada cruza-se com a leitura, análise e reflexão sobre os processos subjacentes às distintas culturas nacionais, as quais se refletem nas especificidades das culturas arquitetônicas bem como nos documentos de política de arquitetura de cada caso estudado.

Contamos que através do mapeamento das variáveis dos processos de criação de políticas de arquitetura será possível encontrar as invariáveis que poderão ser a base da construção de uma estratégia de reforço da cultura arquitetônica nacional.

O estatuto de política de arquitetura, ao longo do nosso trabalho, é analisado pelas ações e decisões tomadas, as quais refletem estratégias políticas.

Entendemos que a ação política pode ser a do arquiteto, através do projeto, ao assumir um papel ativo na construção da sociedade a partir da sua área de saber. Revemo-nos na abordagem de Renzo Piano, para quem “o não comprometimento do arquiteto”, com o que discorda, é “a afirmação de uma moralidade”. Chama-nos a atenção para que, no entanto, “não pregue o arquiteto uma moral”, mas que “a projete,

a construa e assim demonstre o seu verdadeiro compromisso não só ético, mas político”. (Piano, 2009, p. 139)

Em síntese, com a presente investigação situamo-nos numa posição de compromisso [no sentido do *engagement* francês], relativamente ao papel político do arquiteto.

Esperamos assim poder contribuir para uma atualização dos conhecimentos teórico-práticos deste tema ainda pouco estudado disciplinarmente, bem como para o fortalecimento de uma cultura arquitetónica em Portugal.

PALAVRAS -CHAVE:

Política de arquitetura; cultura de arquitetura; prática profissional; qualidade em arquitetura; boa arquitetura; Portugal; Europa.

ABSTRACT:

The present thesis focuses on the theme of architectural policies, trying to verify the need for the existence of such kind of document in order to create or consolidate the architectural culture of any given country (or region).

Through the analysis of different case studies we try to understand if the existence of an architecture policy in specific countries - France, Holland and Finland - influences their architectural culture.

We have asked the initial question " is the existence of such kind of document necessary, desirable or indispensable in order to construct ou strengthen a national architectural policy?

In this research, in a cross reflection on the Portuguese case study, we have also associated two more countries which, in spite of not having an actual architectural policy document, reflect the existence of a unique and robust architectural policy.

This last comparison allows a double questioning which will itself promote the construction of a vision of the Portuguese case study and its future possibilities.

Starting with the main study object - architectural policies - in order to analyze a theme - architectural policies - we aim at a purpose - achieving architectural quality trough the promotion of architectural culture.

This final purpose anchors itself in the necessity of strengthening the role of the architect in the society and his contribution in the processes of decision making.

The institutional documents analysis is intertwined with the reading, analysis and reflection about the processes of the different national cultures reflected in the specificities of their architectural policies and also in the specific architectural policy documents of each study case.

We have concluded that, through the mapping of the variables of the architectural policies creation processes, it is possible to encounter the invariables that may be the base for the construction of a strategy aiming to strengthen the national architectural culture.

Throughout the present study, the architectural policy concept analysis is focused on the actions and decisions that have been taken which, by themselves, already reflect political strategies.

We understand the architect can act politically through his project, thus assuming an active role in the society construction process by the means of his particular knowledge. We accept Renzo Piano's view – "the non commitment of the architect to

what he disagrees with is already an affirmation of his own morality". The author points out that the architect should not just preach a morality but build one, thus showing his real ethical and political engagement. (Piano, 2009, p. 139) As a conclusion, with this present study we compromise ourselves (as in the french engagement) with the political role of the architect, hoping we have contributed not only to updating the practical and theoretical knowledge of this uncommon theme but also the strengthening of a Portuguese Architectural Culture.

KEYWORDS:

Architecture policy, architecture culture; practice; quality in architecture; good architecture ; Portugal ; Europe.

Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

AAP	Associação dos Arquitetos Portugueses
ACE – CAE	Conselho dos Arquitetos da Europa
AD	Aliança Democrática
AICA	Associação Internacional de Críticos de Arte
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
APAP	Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas
BCE	Banco Central Europeu
BE	Bloco de Esquerda
BTP	Bâtiment et Travaux Publics
CAAP	Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e da Paisagem
CAP	Création Architecture
CAUE	Conseil d'Architecture, d'Urbanisme et de l'Environnement
CDA	Christen-Democratisch Appèl
CE	Comissão Europeia
CEA	Conselho Europeu dos Arquitetos
CEAP	Comissão Executiva da Arquitetura e da Paisagem
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIADT	Comité Interministériel d'Aménagement et de Développement du Territoire
CIAM	Congrès Internationaux d'Architecture Moderne
CIUP	Cite Internationale Universitaire De Paris
CLAEU	Comité de Ligação dos Arquitetos da Europa Unida
CMP	Code des Marchés Publics
CNOA	Conseil National de l'Ordre des Architectes
CSA	Conférence Suisse des Architectes
CSCAE	Conselho Superior dos Colégios dos Arquitetos de Espanha
CU	Christen Unie
D66	Democraten 66
DGOTDU	Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)
DGT	Direção-Geral do Território
DRAC	Directions régionales des affaires culturelles
EA	Educação Ambiental
EAUCLM	Escuela de arquitectura universidad de Castilla – La Mancha

EFAP / FEPA European Forum for Architectural / Fórum Europeu das Políticas de Arquitetura

EINA Escuela de Ingeniería y Arquitectura

ENSA École Nationale Supérieure d'Architecture

ENSA-M École Nationale Supérieure d'Architecture de Marseille

EPF École polytechnique fédérale

EPFL École Polytechnique Fédérale de Lausanne

EPFZ École Polytechnique Fédérale de Zürich

EPSCP Établissement Public à Caractère Scientifique, Culturel et Professionnel

ES École spécialisée

ESA Ecole Spéciale d'architecture

ESBAL Escola Superior de Belas Artes de Lisboa

ESBAP Escola Superior de Belas Artes do Porto

ETH/EPFZ Eidgenössische Technische Hochschule Zürich/ L'École polytechnique fédérale de Zurich

ETSA Escuela Técnica Superior de Arquitectura

ETSAE Escuela Técnica Superior Arquitectura y Edificación

FAD Foment de les Arts Decoratives

FAS Fédération des architectes suisses

FMI Fundo monetário internacional

FN Front National

FSAI Fédération suisse des architectes indépendants

GL GroenLinks

GPA/SIA Groupe Professionnel Architecture de la Société suisse des Ingénieurs et des Architectes

HDR Habilitation à la direction de recherches

HES Haute école spécialisée

HES-SO Haute école Spécialisée de Suisse Occidentale

ICAT Iniciativas Culturais de Arte e Técnica

IFA Institut français d'architecture – Cité de l'architecture et du patrimoine

IGESPAR Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IHRU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INSA Institut national des sciences appliquées

ISCTE Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

LPF Lijst Pim Fortuyn

MAOT Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

MIQCP Mission Interministérielle pour la Qualité des Constructions Publiques
MOMA Museum of Modern Art
MOP Maitrise d'ouvrage publique
MOPT Ministério das Obras Públicas e Transportes
MVDRDV Winy Maas, Jacob van Rijs, Nathalie de Vries
NAI Netherlands Architecture Institute
NDB Netherlands Architecture Documentation Centre
O.A. Ordem dos Arquitectos
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODAM Organização dos Arquitectos Modernos
OMA Office for Metropolitan Architecture
OOPEAA Office for Peripheral Architecture
PA Política de Arquitetura
PAN Pessoas-Animais-Natureza
PAN Programme Architecture Nouvelle
PCP Partido comunista português
PNAP Política Nacional de Arquitetura e Paisagem
PNPOT Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PS Partido socialista
PSD Partido Social Democrata
PvdA Partij van de Arbeid
PvdD Partij voor de Dieren
PVV Partij voor de Vrijheid
RAMAU Réseau Activités Métiers de l'Architecture l'Urbanisme
REG Registre suisse
SAFA Finnish Association of Architects
SAM Architecture Museum Foundation
SEC Secretaria de Estado da Cultura
SGP Staatskundig Gereformeerde Partij
SIA Société suisse des ingénieurs et des architectes
SNA Sindicato Nacional dos Arquitectos
SP Socialistische Partij
SWB Suisse Werkbund
U. E. União Europeia
UIA União Internacional dos Arquitectos
UNSF Union Nationale des Syndicats Français d'architectes

UPA Unité Pedagogique d'Architecture

USI Université de la Suisse Italienne

VINEX Vierde Nota Ruimtelijke Ordening Extra

VPAH Villes et Pays d'Art et d'Histoire

VVD Volkspartij voor Vrijheid en Democratie

ZUP Zone à urbaniser par priorité

Sumário

Agradecimentos	7
Resumo	9
Siglas, Acrónimos e Abreviaturas	13
Sumário	17
Introdução	21
Capítulo I – Estado da Arte das Políticas de Arquitetura na Europa	37
1.1 Políticas de arquitetura: o que são?	37
1.2 Breve histórico das políticas de arquitetura na Europa	42
1.3 Alguns documentos chave	46
1.4 Abordagem preliminar dos casos de estudo	52
Capítulo II - Casos de Estudo – três países com Política de Arquitetura	60
2.1 O caso de França	65
2.1.1 Análise sociocultural	75
2.1.2 Análise do ambiente profissional	82
2.1.3 Análise documental da política de arquitetura	101
2.1.4 Situação atual: análise de relatórios e da Estratégia para a Arquitetura	107
2.1.5 Síntese final do caso francês	123
2.2 O caso da Holanda	126
2.2.1 Análise sociocultural	131
2.2.2 Análise do ambiente profissional	140
2.2.3 Análise documental da política de arquitetura	153
2.2.4 Síntese final do caso holandês	177
2.3. O caso da Finlândia	180
2.3.1 Análise sociocultural	186
2.3.2 Análise do ambiente profissional	193
2.3.3. Análise documental da política de arquitetura	217
2.3.4 Síntese final do caso finlandês	235

2.4 Notas finais relativas à análise de três casos de estudo: países com política de arquitetura	237
Capítulo III – O caso português e dois casos não alinhados : uma síntese comparativa	242
3.1 – O caso Português	251
3.1.1 Análise sociocultural	259
3.1.2 Análise do ambiente profissional e da produção arquitetónica em Portugal	278
3.1.3 Análise documental da política de arquitetura em Portugal	309
3.1.4 Análise do documento Plano de Ação da PNAP 2020	321
3.1.5 Síntese final do caso de estudo português	327
3.2 Não alinhados: dois casos sem políticas de arquitetura	335
3.2.1 – O caso de Espanha	337
3.2.2 O Caso da Suíça	355
3.3 – Síntese comparativa de três estudos de caso em relação a Portugal	370
3.3.1 Política de Arquitetura: processos e documentos	387
3.3.2 Cultura de Arquitetura	388
Notas finais	391
a) Um questionamento inicial: o caso português e o contexto europeu	391
b) Significados e complexidades da temática	393
c) Autonomia disciplinar: reflexão e ação	400
Bibliografia	407
Índice de figuras	423
Índice de quadros	427

Introdução

Introdução

De que se fala quando se fala em política de arquitetura? Quando se aborda a temática, é comum verificar que o termo “política de arquitetura” origina distintos conceitos *a priori* nos interlocutores.

A relação estabelecida entre *arquitetura* (disciplina) e *política* (enquanto atividade levada a cabo por *políticos*) é, por norma, a mais automática resposta mental ao termo. Nesse raciocínio, formatado por uma omnipresença da *atividade política* no dia-a-dia de cada um, o peso da política supera a temática da arquitetura, o que envia o discurso, com tendência a centrar-se nas distopias de um sistema político ao qual se pertence. De imediato, surgem pré-conceitos dessa relação, fantasiada ou real, existente ou inexistente, e das inúmeras promiscuidades possíveis entre ambas.

Importa, portanto, clarificar que o termo *política de arquitetura*, ao qual aqui nos referimos, se reporta a orientações registadas em documentos elaborados, a nível nacional, com o objetivo genérico de contribuir para a qualidade espacial e arquitetónica de um país. O seu surgimento, na Europa, foi iniciado com a publicação, em França, da Lei sobre a Arquitetura, em 1977³, colocando a arquitetura à cabeça da política cultural [*Art. 1er. - L'architecture est une expression de la culture*]. Após este primeiro documento, já no decurso dos anos 1990, outros países dariam início a processos de criação de políticas de arquitetura nacionais, tendo sido precursores a Holanda (*Space for Architecture*, 1992⁴) e a Finlândia (*The Finnish Architectural Policy*, 1998⁵), sendo, nestes casos, a tipologia distinta da do caso francês; não se trata aqui da publicação de uma *Lei* mas sim de documentos orientadores de uma política global⁶, promovida através de concertação interministerial.

De que falamos quando falamos em política de arquitetura? O termo política de arquitetura, ao qual aqui nos referimos, reporta a orientações registadas em

³ Loi 77-2 du 3 Janvier 1977 modifié sur l'architecture, 1977

⁴ 1992 (Ministry of Housing, 1991)

⁵ Publicação ministerial, (Ministry of Education, 1998)

⁶ Segundo estudo promovido pelo Fórum Europeu de Políticas de Arquitetura (Ferreira Bento, 2012), os documentos de políticas de arquitetura existente poderão dividir-se em três tipologias: *legislation*, *comprehensive policy* e *sectorial policy*. Os casos da Holanda e Finlândia correspondem a uma *comprehensive policy* (aqui traduzida como “política global”).

documentos, elaborados a nível nacional, com o objetivo genérico de contribuir para a qualidade espacial e arquitetónica de um país.

À questão *O que é uma política de arquitetura?* Encontramos uma resposta possível, tal como a apresenta a Ordem dos Arquitetos no seu site:

Qualquer Política Nacional de Arquitetura é sempre uma Política Pública para os cidadãos, envolvendo e vinculando o Estado num conjunto de princípios orientadores que visam o ambiente construído e a qualidade de vida, a regeneração urbana e paisagística, a sustentabilidade energética e o combate às alterações climáticas, bem como a educação e a participação dos cidadãos.

Ou ainda através da definição e objetivos constantes no documento de política de arquitetura Finlandês, o qual aqui tomamos como referencial, dada a relevância e originalidade da estratégia, no conjunto das estudadas, e que adiante analisaremos com maior detalhe:

“O objetivo da política de arquitetura do governo é definir suas estruturas e metas arquitetónicas para posterior implementação pelas autoridades públicas. A sua política arquitetónica estabelece diretrizes para a proteção do nosso património arquitetónico, e para a manutenção e melhoria do valor do nosso stock de edifícios existentes. Fornece, igualmente, oportunidades para melhorar os existentes elevados padrões arquitetónicos de construção, bem como a criação de um clima adequado para permitir ao nosso setor de construção competir eficazmente num ambiente internacional mais amplo. (...) A política arquitetónica visa melhorar a qualidade de construção, e dá significado aos princípios do desenvolvimento sustentável no ordenamento do território e construção civil. Além disso, promove a transparência e a interação entre as partes interessadas. “

Atualmente, existem cerca de 20 políticas de arquitetura publicadas na Europa; sendo, a maioria, de primeira geração, tendo sido já realizadas, em alguns países, revisões dos documentos iniciais.⁷ Associado ao processo de multiplicação de publicações de políticas de arquitetura, estará o impulso dado institucionalmente pela União Europeia; uma particular atenção sobre a arquitetura foi expressa, na década de 1980, através da diretiva relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos do domínio da arquitetura, na qual se declara, pela primeira vez a este

⁷ Na Holanda a cada 5 anos é feita uma análise dos resultados e publicado novo documento, tendo sido o mais recentemente publicado em 2013. (Ministry of the Interior and Kingdom Relations, the Ministry of Economic Affairs, 2012)

nível, o “interesse público da criação arquitetónica.”⁸ Posteriormente, outras publicações oficiais da U. E. viriam reforçar este enfoque na arquitetura, em particular a resolução relativa à qualidade arquitetónica no meio urbano e rural⁹, a qual convida os Estados Membros a “intensificarem esforços para um melhor conhecimento e promoção da arquitetura, bem como para uma maior sensibilização e formação das entidades e dos cidadãos para a cultura arquitetónica.”¹⁰

Em Portugal, tendo-se adotado os documentos de políticas Europeias, o Estado português assumiu a intenção de criar uma Política de Arquitetura, referindo em 2007o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) que a “*arquitetura constitui uma atividade fundamental na qualificação do ambiente urbano, das paisagens e do património cultural*”¹¹, intenção essa posteriormente confirmada por Despacho do MAOT¹².

Disciplinarmente, a urgência na criação de uma política de arquitetura foi defendida pela Ordem dos Arquitetos no seu Congresso de 2009, do qual resultou a Moção de Orientação Global “Uma Política Pública de Arquitetura para Portugal”. Alguns passos foram dados, institucionalmente, no sentido de se desenvolver uma política de arquitetura nacional, o que veio a resultar na elaboração e publicação de um documento de Política Nacional da Arquitetura e Paisagem, em 2015.

Apesar de um interesse crescente na criação de uma política de arquitetura nacional, e de um legítimo desejo de que no nosso país sejam alcançados objetivos comumente presentes noutras políticas¹³, tendo presente o estado [estatuto] da arquitetura na nossa realidade nacional, importaria antes ter sido promovida uma reflexão, mais profunda, que permitisse escapar a perversidades resultantes de possíveis processos voluntariosos e bem-intencionados. Tal reflexão seria salutar e permitiria que a nova política de arquitetura pudesse fazer cumprir, de facto, os objetivos propostos.

⁸ Diretiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985

⁹ Resolução do Conselho de 12 de fevereiro de 2001 (2001/C 73/04)

¹⁰ O impacto que estas orientações europeias tiveram na criação de políticas de arquitetura foi alvo do estudo elaborado pelo Fórum Europeu de Políticas de Arquitetura (Ferreira Bento, 2012).

¹¹ PNPOT, Programa de Ação, Anexo à Lei n.º 58/2007, 4 setembro, Capítulo 2, pág. 26

¹² Despacho n.º 3718/2010, MAOT, Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.

¹³ Padrões arquitetónicos elevados, sensibilização dos cidadãos para a arquitetura, formação dos vários agentes envolvidos no processo de construção, etc.

Apesar das distintas formas de que as políticas de arquitetura existentes se revestem, poder-se-á identificar um denominador comum: a existência de uma política cultural à qual se associa a capacidade de trabalho interdisciplinar, materializado em projetos interministeriais comuns. No caso de França, temos a arquitetura tutelada pelo Ministério da Cultura o qual mantém vivo [e atualizado] um projeto de longo prazo, desde a sua criação pelas mãos de Malraux. No caso da Holanda, o estatuto da arquitetura encontra-se definido em princípios aceites, política e socialmente, existindo uma infraestrutura cultural [arquitetónica] da qual são exemplos concretos o *Berlage Institute*, o NAI, o *Neteherlands Architecture Fund*.¹⁴

Noutros casos ainda - e em países que não detêm qualquer publicação de política de arquitetura, definida como tal, como a Espanha ou a Suíça - verifica-se a existência de infraestruturas que não só garantem o apoio à prática profissional mas assumem, igualmente, um papel na sua divulgação e comunicação com a sociedade, assumindo, assim, objetivos próximos dos definidos na generalidade das políticas de arquitetura existentes.¹⁵

Será possível, ou proffícua, a criação de uma política de arquitetura, num país onde tal “ambiente cultural” não existe? Poderá uma política de arquitetura ser o princípio, o motor, para a criação de tal ambiente? Eventualmente, mas com grande probabilidade de enfrentar acrescidas dificuldades e diminuta probabilidade de real implementação. Uma política de arquitetura não se resume a uma publicação: uma política de arquitetura terá sempre de ser um conjunto de ações, guiadas e gizadas num documento orientador, às quais correspondam uma vontade coletiva. Estamos a falar de política pública e, tal como refere a O.A., “Qualquer Política Nacional de Arquitetura é sempre uma Política Pública para os cidadãos, envolvendo e vinculando o Estado num conjunto de princípios orientadores (...)” (Ordem dos Arquitetos, 2018)

À data do início da nossa investigação, desenvolvemos uma reflexão baseada em premissas que, entretanto, se alteraram; em 2012 não existia ainda uma política de

¹⁴ O qual deu suporte a criação de centros locais de arquitetura e a numerosas atividades no âmbito da divulgação e promoção da arquitetura.

¹⁵ Veja-se a estrutura e o papel dos *Colegios de Arquitectos* em Espanha (criados em 1929), na Suíça o trabalho em rede levado a cabo por diferentes instituições como sejam a *Maison de l'Architecture de Genève*, o *Architektur Forum Zürich*, *Architektur Forum Bern*, *Forum d'ARchitecture Fribourg*, *FAR-Forum d'Architecture Lausanne*.

arquitetura em Portugal, existindo, isso sim, uma vontade de a vir a criar, pelo que inicialmente, nos debruçámos na questão de analisar de que forma esta poderia vir a ser desenvolvida e sobre que bases deveria ser criada.

Não obstante esta alteração fundamental do pressuposto da investigação, que veio reorientar-nos para uma abordagem centrada na temática da cultura arquitetónica a estar presente numa PA (tema, aliás, que, não sendo o objetivo primeiro, se encontrava já presente nas questões de investigação iniciais) , e consideramos pertinente expor aqui algumas das reflexões, então desenvolvidas [e que aqui assinalamos enquanto *citações próprias*].

O processo reflexivo profundo, anteriormente referido, que deveria ter lugar numa fase inicial, seria fundamental como preparação do documento de PNAP. Consideramos, atualmente (2018), que esse processo disciplinar, não terá sido suficientemente desenvolvido. Esta questão foi por nós abordada à data da discussão pública da proposta de PNAP, na qual apresentámos um documento que aqui citamos [sem atualização de texto].

Esta reflexão será ainda mais pertinente se tivermos presente que, no contexto nacional, à inexistência de uma política de arquitetura acresce um deficit cultural generalizado, relativo à disciplina , reforçado por pontuais atentados institucionais ao valor intelectual e criativo da disciplina e das suas práticas [como é caso a extrema longevidade do Decreto Lei 73/73, revogado apenas ao fim de décadas de existência e após manifestações coletivas e longos debates, ou o tão recente caso da proposta de *Lei n.º 492/2012 e n.º 493/2012*¹⁷[o qual veio dar origem em 2018 à Lei n.º 25/2018 de 14 de junho].

Questionámos no início da investigação (2012) pertinência da criação de uma política de arquitetura, no meio de uma crise europeia sem fim à vista. O questionamento terá ainda a validade, já não da criação, mas da pertinência da existência dessa política. O enfoque na cultura será fulcral, atentando ao que então nos dizia Umberto Eco (2012): “é a cultura, não a guerra, que cimenta a identidade Europeia”. Já não nos encontrando num momento de urgência de crise, mas não descartando a permanência de uma crise em pano de fundo, poderá a cultura ser ela mesma a sobrevivência à crise.

¹⁷ Relativas ao regime jurídico aplicável ao exercício da actividade da construção e ao regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra.

O desafio central residirá na organização [construção] de um ambiente cultural que permita lançar as bases sólidas para uma bem sucedida política de arquitetura nacional. Nesse processo, importa não perder de vista o nosso contexto específico, de país do Sul, periférico, não no sentido de o entendermos como uma fatalidade (apesar de, nos tempos mais recentes das primeiras décadas dos anos 2000, poder parecer apenas isso mesmo) mas como fator identitário e singular. Será, eventualmente, também por esse facto que é ainda possível identificar a existência de uma arquitetura portuguesa, não obstante o fenómeno de globalização a que todos estamos sujeitos. Referimo-nos à “existência de uma cultura empírica e contextualizada que aceita as condicionantes específicas do lugar como um dado positivo”, como refere Josep Maria Montaner (2010) a propósito de Souto de Moura.

Tratar-se-á de entender o nosso ADN, no qual estarão presentes os marcadores de uma cultura Ocidental, europeia, bem como de um país do Sul, periférico face a um corpo central europeu. São esses marcadores combinados que nos dão identidade, sabendo nós que a esses se juntam [cruzam] outros, sendo contaminados por, e contaminando, distintos lugares, culturas, arquiteturas, sendo certo que como nos diz Edgar Morin (2011), todas as culturas sofreram, sofrem e sofrerão “mestiçagens culturais.”

O desafio é grande, em tempos de turbulência, como os que vivemos. São também tempos propícios à mudança, à reforma “(...) Vai demorar muito tempo, debates, lutas, os esforços para tomar incluem a renovação do pensamento que começa aqui e ali na desordem. ”²¹

Pela experiência pessoal de prática da Arquitetura ²² e exercício de cargo Político²³, após um percurso académico, em diferentes contextos²⁴, foi-me possível adquirir um conhecimento direto da distância existente entre a disciplina, enquanto objeto de estudo, e a sua prática profissional de implícitas relações com os *não arquitetos*, e da - conflituosa - relação entre arquitetura e *política*, e as suas consequências na transformação do território.

²¹ No original : « il faudra bien du temps, des débats, des combats, des efforts pour que prenne figure la rénovation de la pensée qui s’amorce ça et là dans le désordre. »(Morin, 2011, p.252).

²² Studio Purini Thermes, Roma 92/93; Alcino Soutinho, Porto 93/95; lema barros + castelo branco, 98/2012.

²³ Vereadora pelouro urbanismo Câmara Municipal de Torres Vedras, 2005/2006.

²⁴ Licenciatura Arquitetura, FAUP 88/94, Mestrado Desenho Urbano, ISCTE 95/97.

A abordagem das Políticas de Arquitetura, numa perspetiva disciplinar, surge como uma necessidade, e vontade, de dar corpo teórico e crítico ao que foi apreendido empiricamente.

Acresce o facto, fundamental, da escassez de trabalhos de investigação relativos a esta temática.

Sendo que os elementos existentes relativos a políticas de arquitetura decorrem de questões de ordem legal, ou de política institucional, consideramos que este facto é, em si mesmo, a raiz de uma problemática a ser investigada, pela premência da elaboração de uma contextualização que transcenda estes aspetos e que, claramente, se situe na esfera disciplinar da arquitetura. A não existência de trabalhos de doutoramento relativos à temática das Políticas de Arquitetura (PA), aquando da elaboração de proposta de plano de investigação, denuncia a lacuna de uma abordagem teórico / crítica sobre este tipo de documentos, que têm vindo a ser criados desde os anos 1990, na Europa, abordagem essa que se considera fundamental para uma reflexão sobre a existência e sucesso de uma Política de Arquitetura em Portugal.

O objetivo desta investigação é de identificar e analisar, crítica e comparativamente, a forma como a cultura arquitetónica se encontra expressa nas PA existentes no contexto europeu, contribuindo, desta forma, para uma atualização dos conhecimentos teórico-práticos fundamentais para uma abordagem nacional de uma política de arquitetura.

Tendo as PA como objeto de estudo procura-se identificar o atual estatuto da arquitetura e qual a expressão implícita em cada caso em análise.

Sendo a temática tão abrangente, e transdisciplinar, a problemática que se propõe abordar implica uma necessária subdivisão, e posterior enfoque nas questões que se entendem como fundamentais na criação de uma PA, como: Qual a cultura arquitetónica e de que modo se expressa numa PA; de que forma contribuirão as PA para o reconhecimento da produção arquitetónica num quadro nacional; de que forma, e com que meios, contribui uma PA para a capacidade de observação analítica e crítica do espaço construído pelos não arquitetos; de que modo contribui uma PA para a qualidade das praxis arquitetónicas ou qual o papel do Estado nas PA existentes?

As questões, propostas como base da investigação, evidenciam a necessidade de transcender os aspetos legais e o caráter de política institucional; sendo fundamental a recolha e levantamento de dados na construção de um sólido estado da arte, não sendo objetivo desta investigação a enumeração exaustiva de documentos e seus conteúdos. Antes, situar-se-á o trabalho na esfera da análise crítica, prospetiva e especulativa, apresentando uma reflexão sobre o objeto de estudo – e dos casos de estudo em particular – articulando-a com uma consciência da condição periférica de Portugal e o reconhecimento da existência de uma arquitetura portuguesa contemporânea.

Outros objetivos concorrem para a consolidação deste objetivo principal, como sejam: a) Identificar, nas PA existentes na Europa, as características culturais locais - cultura arquitetónica nacional - correlacionando-as com o caso português; b) Identificar os principais problemas, e respetivas soluções, verificados ao longo dos processos de criação das PA; c) Progredir no estudo, e no conhecimento aprofundado, de PA de reconhecido sucesso, identificar os seus modelos, e suas metodologias de implementação e de “passagem à prática”, caracterizando-os de forma sistemática; em particular no caso Português, identificar as raízes culturais arquitetónicas a englobar numa PA nacional; por último, d) Contribuir para o debate sobre os modos de concretização das orientações, contidas em documentos nacionais, relativos à criação de uma política de arquitetura em Portugal.

Em síntese, a presente investigação aborda a cultura arquitetónica contemporânea a partir de uma análise crítica das políticas de arquitetura, na Europa, confrontando, particularmente, a situação portuguesa com os estudos de caso: França, Holanda e Finlândia. A seleção dos estudos de caso, reflete a diversidade de situações das políticas de arquitetura existentes na Europa, em termos de desenvolvimento e de histórico de cada uma; as suas características formais e de conteúdo, bem como os diferentes contextos culturais [cultura arquitetónica], expressos nos documentos de política de arquitetura criados.

Nesse sentido interessa-nos a questão de saber se: *Será uma política de arquitetura fundamental para a existência de uma cultura arquitetónica?*

Será necessária, desejável, ou até dispensável, a existência deste tipo de documentos no quadro da construção e aprofundamento das culturas arquitetónicas de cada país?

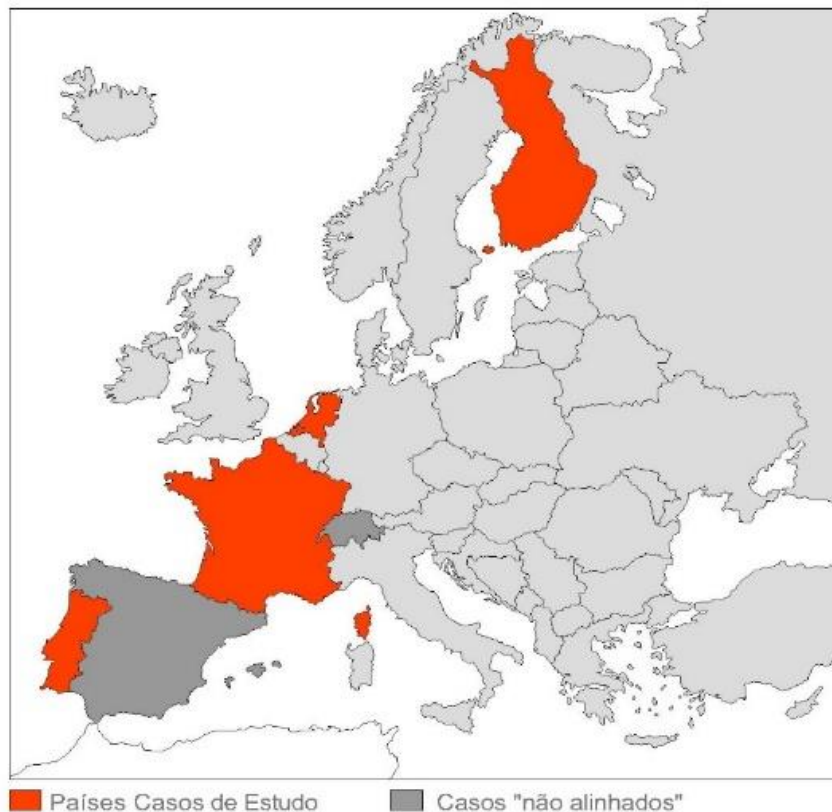


Figura 1 – Enquadramento geográfico de casos de estudo.

[Fonte: Elaboração própria]

Tal questão comporta, em si mesma, um conjunto de outras questões, para as quais procuramos encontrar respostas, ou pistas que possam contribuir para a construção de uma reflexão crítica e propositiva, visando o futuro deste tipo de documentos, participando ainda no alicerçar de uma cultura de arquitetura em Portugal.

A metodologia seguida, no presente trabalho de investigação, estrutura-se segundo dois grupos de abordagem: *abordagem teórica* e *abordagem prática*.

Abordagem teórica (construção de um quadro teórico): dada a inexistência de bibliografia específica sobre o tema (para além dos documentos de política de arquitetura, eles mesmos), procura-se construir um quadro teórico, através de leituras críticas relativas às grandes temáticas associadas ao tema de base, em particular: Cultura arquitetónica; Qualidade em arquitetura; Contemporaneidade e arquitetura.

Tendo presente o quadro disciplinar em que o presente trabalho se insere – arquitetura – inclui-se a leitura e análise de textos oriundos de outras áreas disciplinares tidas como fundamentais para a construção da presente tese.

Uma segunda parte corresponderá ao desenvolvimento de linhas temáticas provenientes da leitura dos resultados do Estado da Arte, numa *perspetiva crítica e reflexiva*.

É intenção que uma terceira parte se assuma como síntese que irá culminar no esboço de uma *abordagem crítica propositiva*, nas notas finais da presente tese, repensando o tema à luz do “hoje”, do contexto nacional e da sua relação com a Europa.

O programa de trabalhos seguiu uma estrutura não linear, compreendendo momentos chave, de elaboração teórica, aos quais foram contrapostos momentos de análise empírica.

Corresponde, esta organização metodológica, a três vetores fundamentais que, em conjunto, concorrem para a construção de um texto original, sediando-se:

- Na análise cruzada de diferentes *fontes bibliográficas* de *distintas origens disciplinares* - Teoria e História da Arquitetura, Filosofia, Economia, Geografia, Crítica Política - sempre que confluem nas problemáticas da Arquitetura e das Políticas de Arquitetura, englobando monografias, documentos legais/institucionais, memorandos e relatórios.
- Na abordagem específica dos *casos de estudo*, com base na leitura e interpretação de documentos obtidos em instituições envolvidas nos processos de políticas da arquitetura, complementada com visitas de estudo e permanência junto das instituições promotoras desses processos.
- Através de *entrevista/diálogo*, com protagonistas relevantes nos processos de PA (e outros personagens com responsabilidades na relação entre a política, a arquitetura, a política de arquitetura).

À análise empírica correspondeu a leitura reflexiva de um conjunto de documentos, e momentos de desenvolvimento de investigação local, onde se aprofundou o conhecimento objetivo de cada um dos exemplos utilizados. Esta estratégia tem particular relevância quando se encara a permanência em instituições estrangeiras

como uma oportunidade para se observar, *in loco*, as práticas associadas aos documentos de PA dos casos em estudo.⁴⁹

O trabalho compreendeu situações chave de realização de períodos autónomos de investigação, em contacto com instituições estrangeiras:

Na Holanda: junto do *Netherlands Architecture Institute* (NAI) e do Ministério das Finanças (entidade responsável pelo lançamento do processo de política de arquitetura)

Na Finlândia: junto da Ordem dos Arquitetos finlandesa (*Suomen Arkkitehtiliitto SAFA*) ; do Município de Jyväskylä e do Ministério da Educação e Cultura *Opetus- ja kulttuuriministeriö*.

Em França: junto do Conselho Nacional da Ordem dos Arquitetos *Conseil National de l'Ordre des Architectes* (CNOA), da rede de casas da arquitetura, *Réseau des maisons de l'architecture*; e da *Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Marseille* (ENSA-M). Em Portugal mantivemos contacto com o Conselho Nacional da Ordem dos Arquitetos e em particular com o arquiteto João Bento, que tem vindo a desenvolver investigação relativa às políticas de arquitetura na Europa e tem trabalhado em contacto com o Fórum Europeu de Políticas de Arquitetura.

Ainda, a nível internacional, através de contactos com intervenientes no *European Forum for Architectural Policies* (EFAP / FEPA), bem como com o Conselho dos Arquitetos da Europa (CAE/ACE).

As principais fontes documentais serão de dois tipos: disciplinar e institucional. Ao primeiro, corresponderá a investigação extensiva de literatura crítica, na esfera da arquitetura, da cultura e das ciências sociais com as quais a disciplina interage, em contínuo, numa perspetiva da teoria e da crítica pós anos 1960, com particular enfoque nos últimos quinze anos. Ao segundo, corresponderão os documentos constituintes das Políticas de Arquitetura existentes, bem como as conclusões e recomendações do Conselho Europeu e, ainda, diversos documentos produzidos pelo Fórum Europeu de Políticas de Arquitetura (FEPA) e pelo Conselho Europeu dos Arquitetos (CEA).

⁴⁹ Por contingência várias, os períodos de investigação fora de Portugal, vieram a traduzir-se na permanência em França, ao longo de toda a investigação, com períodos mais curtos em Portugal, Holanda e Finlândia.

Sendo o objetivo final a reflexão sobre o caso português e a elaboração de contributos para a promoção de uma cultura arquitetónica nacional, foi dada particular importância ao trabalho de investigação de documentação nacional que tem vindo a ser produzida nesta matéria, bem como, numa fase inicial da investigação, ao acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho da Política Nacional de Arquitetura na Ordem dos Arquitetos e numa segunda fase, das ações realizadas pelos intervenientes na implementação da PNAP.

Considerámos ainda necessário analisar brevemente, dois casos de países “não alinhados”, ou seja, dois países onde não existe documento de política de arquitetura publicado, mas que, no entanto, são representativos da existência de uma cultura arquitetónica própria.

Nesse sentido, incluímos – no terceiro capítulo – a análise de do caso de Espanha e do caso da Suíça.

Em resumo, as Políticas de Arquitetura, objeto de base do estudo elaborado, referem-se a documentos elaborados, e publicados, em diversos países (no presente estudo, apenas se aborda o contexto europeu) visando a promoção e divulgação arquitetónica num dado país ou região.

Em busca de uma definição de Política de Arquitetura, analisemos o que dizem alguns documentos chave, abordados no presente estudo:

No caso da Finlândia (*The Finnish Architectural Policy*, 1998), verificamos que na sua política de arquitetura o governo está a definir as metas para a ação a ser tomada pelas autoridades públicas, a fim de melhorar a arquitetura. Além das orientações programáticas, inclui muitas propostas concretas de ações específicas. “ (...) Um objetivo especial é o de criar oportunidades para a realização dos direitos dos cidadãos no que diz respeito ao bom ambiente, tal como definido na nossa constituição. (...) A política arquitetónica enfatiza tanto o direito, como o dever, dos cidadãos de assumir a responsabilidade dos seus próprios ambientes. É por isso que a educação e a informação sobre a arquitetura arquitetónica deve ser reforçada. Outros objetivos:

- Elevar a qualidade dos edifícios públicos e da gestão da propriedade para um nível mais elevado e, portanto, tornando-o um exemplo para todo o sector da construção no nosso país
- Promover a utilização de métodos que irão impulsionar uma boa arquitetura e uma construção de elevada qualidade
- Melhorar a inovação através da educação profissional da arquitetura e através de trabalhos de investigação e desenvolvimento
- Melhorar a conservação do nosso património e o desenvolvimento de ambientes como uma parte da história e da arquitetura e do ambiente cultural arquitetónico.

No documento de política de arquitetura nacional da Finlândia (The Finnish Policy, 1999), Architectural, para a questão do propósito na existência de uma política de arquitetura é referido que: “Através da sensibilização pública da arquitetura é possível melhorar a participação pública na tomada de decisões sobre o ambiente e participação no seu debate.”

Esta noção encontra-se vertida nas ações/ decisões da PA, nomeadamente nas “decisões” 12 a 14.

O documento aborda ainda a questão da formação profissional, referindo:

A educação arquitetónica não pode ser encarada isoladamente, deve ser estruturada em estreito contato com a sociedade, TIC, ambiente. Tanto a pesquisa quanto a aplicação da teoria em prática devem ser centrais para o currículo. Desta forma, uma fértil interação pode ser criada entre o ensino da arquitetura e sua prática. Para mais, a investigação será mais intencionalmente dirigida e o garante de profissionais com elevadas competências profissionais assegurado.

Investigação em arquitetura é uma temática igualmente abordada nessa PA, na qual se refere que:

É necessária uma estratégia nacional para a investigação arquitetónica e desenvolvimento, em conjunto com programas de construção experimental: essa estratégia irá, igualmente, melhorar a cooperação entre as unidades de investigação de arquitetura, que hoje não é generalizada. Esta estratégia consistirá numa proposta para a coordenação da investigação arquitetónica e do desenvolvimento e de uma definição de metas nacionais, com foco em questões e tendências atuais, bem como em investigação de base.

Estrutura da tese

O presente trabalho é organizado em três capítulos agrupados no primeiro volume. A este é ainda acrescentado um volume de anexos –relativo a alguns documentos institucionais de particular relevância e ao conjunto de quadros e tabelas de elaboração própria e que complementam a leitura do trabalho de investigação.

Os três capítulos do primeiro volume organizam-se segundo: uma abordagem inicial relativa ao *Estado da Arte das políticas de arquitetura na Europa* (capítulo I); uma *análise dos caso de estudo de três países com política de arquitetura publicada - França, Holanda e Finlândia* (capítulo II) e um ultimo capítulo onde analisamos o *caso português, os dois caos não alinhados (Espanha e Suíça)* e onde é realizada *uma síntese comparativa do conjunto dos casos estudados*.

Capítulo I

Estado da Arte das Políticas de Arquitetura na Europa

Capítulo I – Estado da Arte das Políticas de Arquitetura na Europa

1.1 Políticas de arquitetura: o que são?

Correspondendo a diferentes formatos e conteúdos, poder-se-á, no entanto, definir este tipo de documentos como de orientação, ou atitude, de um governo em relação a determinados assuntos e problemas de interesse público.

O conceito de Política de Arquitetura, presente neste estudo, é fruto da leitura e análise desses documentos, dos seus objetivos, conteúdos, formas e definições.

Em síntese, podemos rever nos documentos de Política de Arquitetura a noção Arendtiana, segundo a qual estas Políticas podem ser entendidas *como ação e como processo*.

Considerando o tema do presente estudo – Políticas de Arquitetura – e o seu âmbito geográfico – Europa – importa, desde logo, explicitar o que se entendeu ter como balizamento geográfico e temporal, o qual se analisa, em particular, neste ponto, dedicado ao Estado da Arte.

Sendo o foco do estudo o conhecimento, e reflexão, sobre as diferentes práticas de políticas de arquitetura existentes, no contexto europeu, entendeu-se ter, como área geográfica de análise global, o conjunto dos países europeus tal como referenciados pelo Conselho Europeu. Neste princípio, cartografamos um conjunto de quarenta e sete países, dos quais vinte e oito são atualmente Estados Membros da União Europeia (UE). Temos, assim, como universo de análise, a Europa - unidade geográfica na sua diversidade intrínseca – e não apenas União Europeia – subunidade geográfica, fruto de projeto económico e político.

Encontramo-nos perante a complexidade de uma unidade territorial – continente Europeu – composta por diversas entidades – países e regiões. Esta relação entre *unidade/diversidade* (que não apenas territorial) é ainda exponenciada pela existência de diversas entidades e organismos transnacionais, do qual a União Europeia é expressão fundamental, ao associar países em torno de um projeto e de uma estratégia política comum, dando voz a um continente sem que, no entanto, seja, ela mesma, uma voz una – seja pela não inclusão da totalidade dos países de um

mesmo continente, seja pelas divergências [crescentes] entre os países que dela fazem parte.

Temos, assim, diferentes níveis/*layers* que se sobrepõem e complementam, expressando, eles mesmos, parte da complexidade e diversidade europeia.

Pretende-se neste primeiro capítulo, esboçar um retrato geral da situação atual das Políticas de Arquitetura, a nível europeu; através da análise de documentos institucionais, emanados da União Europeia, de outras entidades supranacionais, bem como de países ou regiões que detêm já este tipo de documento ou ações organizadas, nesse âmbito de PA. Num segundo momento [Capítulo II], a análise recairá sobre três estudos de caso, que se entendem como expressivos de diferentes momentos e estratégias de políticas de arquitetura, cuja análise irá permitir aferir resultados dos objetivos propostos, à luz de uma problemática transversal: *é uma política de arquitetura fundamental para a existência de uma cultura de arquitetura?*

Nessa análise dos estudos de caso, procurar-se-á encontrar as motivações subjacentes à criação de políticas de arquitetura nacionais (ou regionais), os processos e métodos que lhes estiveram subjacentes, observando, em particular, a presença – ou ausência – de uma contextualização local e a sua relação com o desenho europeu.

Não é intenção elaborar um levantamento exaustivo e extensivo de todos os documentos existentes, de todas as entidades envolvidas nos processos de política de arquitetura; pretende-se, sim, através de dados existentes e de observação direta, abordar a temática numa perspetiva de reconhecimento de elementos que permitam identificar, nas políticas de arquitetura analisadas, as suas raízes culturais, o que as distingue, o que as aproxima e a possível presença de uma matriz europeia comum.

Trata-se, portanto, de um levantamento e análise que extravasa a estrita avaliação e registo de documentação específica – políticas de arquitetura enquanto documentos institucionais. A intenção de analisar o funcionamento das relações entre culturas arquitetónicas locais – políticas de arquitetura nacionais - e estratégias de orientação globais – diretivas e orientações europeias - traduz-se na prevalência de uma análise qualitativa sobre uma análise quantitativa.

O caso de Portugal, pela sua qualidade de país âncora da presente reflexão, será abordado no terceiro capítulo; utilizando igual metodologia de análise à antes aplicada aos três casos presentes no segundo capítulo.

Para além dos diversos documentos publicados em cada país, uma fonte fundamental para a análise do estado atual das políticas de arquitetura na Europa, que neste Capítulo se apresenta, é o *Survey on Architectural Policies*, (Ferreira Bento, 2012) ⁵¹ realizado pelo Fórum Europeu de Políticas de Arquitetura (FEPA). Esse documento – de levantamento das políticas na Europa, segundo uma leitura institucional – permite, ainda, explicitar a distinta abordagem que aqui nos propomos desenvolver; a procura das matrizes culturais presentes nos documentos de política de arquitetura, sendo os documentos analisados o meio, e não o fim por si mesmo.

Esse levantamento, elaborado em 2012, analisa o impacto da Resolução do Conselho⁵² sobre a qualidade na arquitetura no espaço urbano e rural dez anos após a sua adoção, permitindo uma visão panorâmica sobre as políticas de arquitetura existentes, tendo, ainda, como objetivo, reunir informação que permita ao Fórum aconselhar as autoridades europeias, nacionais e locais sobre procedimentos e ações do âmbito das PA.

Tratando-se de um levantamento com claro enfoque institucional [analisando entidades, organismos, datas e documentos] é referencial para a análise desenvolvida no presente capítulo, relativo ao estado da arte.

O balizamento temporal desta análise resulta, necessariamente, da própria temática e das datas e momentos que lhes estão associados; o estudo do tema orienta-nos para a definição de datas chave, as quais se traduzem nos limites temporais do presente estudo.

Através de uma análise dos documentos institucionais, ao nível da UE, temos que a década de 1980 marca o início de uma particular atenção sobre a arquitetura, expressa na intenção de zelar pela sua promoção, tal como o atesta a Diretiva⁵³ relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos do domínio da arquitetura, a qual afirma, claramente, a relevância da arquitetura na qualidade de vida das populações.

⁵¹ *Survey on Architectural Policies*, Levantamento sobre Políticas de Arquitetura, realizado pelo arq. João Ferreira Bento par o FEPA.

⁵² Resolução 2001/C73/04 Resolução do Conselho de 12 de fevereiro de 2001

⁵³ Diretiva 85/384/CEE, Diretiva do Conselho de 10 de Junho de 1985

Se esta data marca a publicação de um primeiro documento catalisador do surgimento de políticas de arquitetura na Europa, a mesma deverá ser cruzada com a da publicação daquele que será o primeiro documento de política de arquitetura nacional: a Lei para a Arquitetura em França, em 1977⁵⁴.

Poderemos, assim, definir como início temporal do período de estudo do presente trabalho a década de 1970, considerando como limite final o início do século XXI, momento correspondente ao mais recente documento, neste caso, o PNAP em Portugal.

Ao referenciarmos a *Loi 77-2*, não podemos deixar de analisar os factos, acontecimentos e personalidades que permitiram o surgimento desta “Lei da Arquitetura”. Este princípio de análise, leva-nos a olhar o período de mudanças na sociedade – francesa, mas também europeia e ocidental - ocorrido nos anos sessenta, génese de movimentos culturais, sociais e políticos que viriam a marcar as décadas seguintes.

A promoção das Políticas de Arquitetura é realizada em diversos níveis, e através de diferentes tipos de instituições.

União Europeia (U.E.): emitindo documentos (Resoluções, Diretivas, Recomendações) com indicações e orientações a ser seguidas e postas em prática pelos Estados Membros.

Conselho dos Arquitetos da Europa (CAE): através da monitorização, acompanhamento e participação nos debates realizados no Parlamento Europeu, referentes às temáticas das políticas de arquitetura, bem como a questões com impacto sobre a situação profissional dos arquitetos na Europa. Funcionando como “Ponte” entre as associações e demais instituições nacionais representativas, da classe profissional e União Europeia, expressando a uma só voz problemas e objetivos dos seus membros, partilhando e difundindo resultados dos debates e orientações da U.E.

Fórum Europeu das Políticas de Arquitetura (FEPA): através do levantamento e acompanhamento de práticas e experiências no âmbito das políticas de arquitetura,

⁵⁴ Loi 77-2 du 3 Janvier 1977 modifié sur l'architecture, 1977

nos diversos países da Europa, promovendo debates, produzindo textos, disseminando práticas.⁵⁵

Ministérios (a nível nacional): grande parte das vezes, através de grupos interministeriais, criados com vista à implementação das orientações emanadas pelo Conselho da União Europeia, resultando na criação de documentos formais de políticas de arquitetura de âmbito nacional.

Ordens / associações / instituições profissionais: seja através da divulgação e promoção de ações relativas aos conteúdos das políticas de arquitetura, elaboradas a nível governamental, seja pela realização de ações e criação de grupos de trabalho, ativos na prossecução de objetivos globais na promoção da arquitetura.

Tal como anteriormente referido, tendo em conta as diferentes entidades envolvidas nos processos de promoção de políticas de arquitetura, teremos de referir diferentes tipos de documentos existentes. Assim, propomos uma leitura de diferentes tipos de documentos, organizados em dois grupos distintos (de nível supranacional / europeu, de nível nacional / regional / local:



Figura 2 - Documentos segundo instituição emissora.

[Fonte: Elaboração própria]

⁵⁵ Ao longo dos anos de funcionamento do FEPA, a associação teve mais de 70 membros de toda a Europa, funcionando com financiamento europeu. No entanto, por problemas internos e questões financeiras, desintegrou-se em 2015. Após essa data surgiu um movimento para uma refundação da associação, sem sucesso, ainda que, através da ação de vários antigos membros, tenha continuado a existir como rede informal. Em 2018, teve lugar uma Conferência Europeia sobre Políticas de Arquitetura, em Viena, durante a Presidência do Conselho da EU pela Áustria, o que significa que a rede informal do FEPA ainda existe. (Breve nota de atualidade do FEPA, conforme detalhamos no capítulo III)

1.2 Breve histórico das políticas de arquitetura na Europa

Para uma abordagem global do surgimento e desenvolvimento das políticas de arquitetura, na Europa, impõe-se uma análise de momentos e documentos elaborados, institucionalmente, no seio da União Europeia, nomeadamente, através de Resoluções do Conselho Europeu e de ações e documentos emanados pelo Conselho Europeu dos Arquitetos e pelo Fórum Europeu das Políticas de Arquitetura. Na Europa, a importância da Arquitetura, enquanto património coletivo e de interesse público, e a importância da *qualidade arquitetónica*, encontram-se enquadradas institucionalmente, desde 1985, através da Diretiva 85/384/CEE do Conselho⁶³, relativa ao *reconhecimento mútuo de diplomas, certificados e outros títulos do domínio da arquitetura*.

Este documento assume, pela primeira vez, a nível institucional, o interesse público da arquitetura, afirmando que “*a criação arquitetónica, a qualidade das construções, a sua inserção harmoniosa no ambiente circundante, o respeito das paisagens naturais e urbanas bem como do património coletivo e privado são do interesse público*”.

Esta Diretiva assenta nos princípios declarados na década anterior, na Lei sobre a Arquitetura francesa⁶⁴ (1977), a qual, no seu primeiro artigo, afirma

A arquitetura é uma expressão da cultura. A criação arquitetónica, a qualidade das construções, a sua inserção harmoniosa no ambiente circundante, o respeito das paisagens naturais ou urbanas bem como do património, são de interesse público.⁶⁵

Em 1999, num momento em que o Conselho Europeu (CE) era presidido pela Finlândia, deu-se um encontro europeu sobre arquitetura, em Paris, no Instituto do Mundo Árabe [*European Meeting on Architecture*], organizado conjuntamente pela França e pela presidência Finlandesa. Participaram neste encontro quinze Estados membros e a Noruega, sendo os países representados pelos órgãos administrativos responsáveis pela arquitetura e pelas organizações profissionais.

Esse encontro teve por base um conjunto de objetivos: “reunir contributos de abordagens capazes de promover a qualidade na arquitetura; ”criar um órgão

⁶³ De 10 de Junho de 1985

⁶⁴ Loi 77-2 du 3 Janvier 1977 modifiée sur l'architecture

⁶⁵ Art. 1er. - L'architecture est une expression de la culture. La création architecturale, la qualité des constructions, leur insertion harmonieuse dans le milieu environnant, le respect des paysages naturels ou urbains ainsi que du patrimoine sont d'intérêt public.

consultivo a nível Europeu, assegurando uma cooperação durável entre os quinze; assegurar que a qualidade da arquitetura fosse tida em conta nos diferentes programas e facetas das políticas comuns Europeias; criar uma rede de disseminação da cultura arquitetónica.”⁶⁶

Não obstante se tratasse de um encontro sob a égide do C.E., e a ele se associando, tratou-se do resultado de uma vontade de alguns países, através das suas ordens profissionais, ou outras instituições relativas à Arquitetura. Esses países – em particular França, Finlândia e Holanda - tinham já uma experiência no seu quadro nacional relativa a formas e meios de zelar pela promoção e divulgação da arquitetura, levando-a para fora do seu círculo disciplinar e académico específico.

A consciencialização de que uma abordagem supranacional e coletiva fomentaria, e reforçaria, o papel da arquitetura junto, não só dos cidadãos mas também – ou sobretudo – dos decisores políticos, terá motivado este primeiro passo, materializado no *European Meeting on Architecture*.

Os resultados deste encontro foram apresentados ao Conselho de Ministros da Cultura e Audiovisual, incluindo um conjunto de recomendações e propostas⁶⁷:

Como resultado direto deste encontro de Paris, e da apresentação dos seus resultados e conclusões ao Conselho, foi estabelecida, no ano 2000, a criação do Fórum Europeu das Políticas de Arquitetura (FEPA), o qual teve a sua primeira reunião formal em julho desse ano, em Paris, com organização da Presidência Francesa.

⁶⁶ (FEPA – EFAP. p.1)

⁶⁷ “a formulação de propostas com objetivo de reforçar os princípios que regem o desenvolvimento espacial do espaço, no âmbito dos programas nacionais e Europeus do ambiente, o desenvolvimento do solo e projeto de infraestruturas; estabelecer uma rede Europeia para a difusão da cultura arquitetónica, promover sensibilização entre os decisores e o público em geral, e encorajar a participação pública; sensibilizar os diversos atores da indústria da construção, bem como programadores e utilizadores, para a importância da arquitetura enquanto responsabilidade cultural; tomar medidas para garantir a participação pública nas decisões que afetem a sua qualidade de vida; estabelecer critérios de qualidade em todo o investimento público relacionado com o desenvolvimento do meio ambiente; Reforçar a cooperação entre arquitetos e outros profissionais envolvidos no desenvolvimento de espaços urbanos e rurais; considerar os serviços de arquitetura como serviços intelectuais, ligados à criatividade que, como tal, podem não ser apenas avaliados de acordo com critérios comerciais; usar o conhecimento de arquiteto,s ao máximo, sempre que qualquer forma de desenvolvimento for necessária, em qualquer nível; incentivar o comércio transfronteiriço, a mobilidade dos arquitetos nos mercados europeus e mundiais, e considerar o seu efeito benéfico sobre a qualidade arquitetónica”. transcrição de EFAP, a chronological history, in http://www.efap-fepa.eu/pdf/EFAP_history_EN1995-2007.pdf (p.2)

Existindo já um conjunto de publicações de carácter nacional, bem como o estabelecimento formal de um Fórum, dedicado às políticas de arquitetura na Europa, em 2001, é publicada a Resolução do Conselho Europeu relativa à qualidade arquitetónica no meio urbano e rural⁶⁸, a qual vem encorajar os estados-membros a promover as suas PA, afirmando a arquitetura como “*elemento fundamental da história, da cultura e do quadro de vida*” de cada país, enquanto um modo essencial de *expressão artística* constituinte do *património de amanhã*.⁶⁹ Manifestando o seu interesse pelo facto de uma arquitetura de qualidade, ao “*melhorar o quadro de vida e a relação dos cidadãos com o meio*” que os rodeia, poder contribuir ainda para a “*coesão social, criação de emprego, promoção de turismo cultural e desenvolvimento económico regional*”, incentiva os Estados Membros a intensificar esforços para um alargamento do “*conhecimento e promoção da arquitetura (...) para uma maior sensibilização e formação das entidades comitentes e dos cidadãos para a cultura arquitetónica, urbana e paisagística*”.⁷⁰

Conclui a Resolução indicando à Comissão, a necessidade de considerar, no conjunto das suas políticas, ações e programas, que seja assegurada a *qualidade arquitetónica e a especificidade do serviço de arquitetura*, incentivando, no quadro dos programas existentes, as *ações de promoção, difusão e sensibilização relativamente às culturas arquitetónicas e urbanas, dentro do respeito pela diversidade cultural, a mobilidade e a difusão de boas práticas*, facilitando a cooperação das *instituições dedicadas à valorização do património e da arquitetura*.⁷¹ Serão estes os documentos iniciais, e fundadores, de uma vontade *política*, a nível nacional e europeu, de criação de instrumentos orientados para a promoção e divulgação da arquitetura, desde a publicação do documento iniciador – Lei 77 sobre a Arquitetura, em França – até ao documento seminal a nível Europeu – *Resolução 2001/C73/04*.

Em 1999, como resultado de um *Meeting Europeu de Arquitetura*, realizado em Paris, tendo como países promotores França e Finlândia, deu-se início à criação de uma plataforma para a promoção de políticas de arquitetura na Europa - que viria a ser o

⁶⁸ Resolução do Conselho 2001/C73/04, de 12 de fevereiro de 2001

⁶⁹ (*idem.*, p. 2)

⁷⁰ (*ibidem.*, p2)

⁷¹ (*op. cit.*, II, a).

Fórum Europeu de Políticas de Arquitetura (FEPA) - tendo sido delineado um conjunto de recomendações, indicando temáticas a abordar, das quais referimos:

O primeiro Fórum Europeu das Políticas de Arquitetura (FEPA), teve lugar no ano 2000 (Paris) tendo sido organizado pela Presidência Francesa (Ministério da Cultura e da Comunicação). Neste primeiro momento, como anteriormente referimos, estiveram presentes representantes dos ministérios encarregues da arquitetura, organizações profissionais e culturais dos 15 Estados Membros, associações Europeias e membros da Comissão e do Parlamento. Um conjunto de propostas concretas foram vertidas no final, como sejam: projeto para criação de Festival Europeu de Arquitetura; criação de *website* como secretariado virtual do Fórum; constituição de 4 grupos de trabalhos temáticos com vista à disseminação e criação de textos, comunicação, estágios, projeto para Resolução sobre qualidade arquitetónica no espaço urbano e rural.⁷²

O Conselho dos Arquitetos da Europa (CAE), criado, em 1990, pela fusão do Comité de Ligação dos Arquitetos da Europa Unida (CLAEU) e do Conselho Europeu dos Arquitetos (CEA), encontra-se sediado em Bruxelas. A sua organização foi sendo desenvolvida com vista à realização dos seus objetivos, procurando-se eficácia no domínio das políticas de arquitetura e da política profissional na Europa.

O CAE tem como objetivos⁷³:

- Promover a Arquitetura na Europa;
- Fazer progredir a qualidade arquitetónica do quadro de vida construído;
- Encorajar o desenvolvimento durável do quadro de vida construído;
- Zelar para que os padrões de qualificação dos arquitetos sejam elevados;
- Promover a qualidade na prática da arquitetura;
- Encorajar a cooperação transfronteiriça;
- Expressar-se a uma só voz em nome dos arquitetos europeus.

Funcionando como “ponte” entre os seus membros (associações e profissionais de arquitetura na Europa) e a União Europeia, as suas ações desenvolvem-se junto do

⁷² Retirado de EFAP, a chronological history, in http://www.efap-fepa.eu/pdf/EFAP_history_EN1995-2007.pdf

⁷³ Conforme definido em estatuto. In http://www.ace-cae.eu/public/contents/index/category_id/6 (extraído a 28/11/2012)

Conselho Europeu, assumindo um papel de observador participante, em reuniões e debates que sobre a arquitetura poderão ter consequências, emitindo pareceres e recomendações, em momentos chave de discussão.

Em 1995 o CAE publica o Livro Branco “Europe and Architecture Tomorrow”, no qual se apresentam propostas para o desenvolvimento da construção na Europa. Este livro veio reunir as várias organizações representadas pelo CAE em torno de um projeto comum [apesar da dificuldade da tarefa].

O consenso terá sido atingido, em particular, devido “às fracas políticas com efeitos sobre a qualidade de vida e do ambiente de vida, levadas a cabo na Europa”⁷⁴. O livro, que aponta ainda um conjunto de objetivos e recomendações a atingir no futuro, a todos os níveis de responsabilidade, teve, ainda, o mérito de inspirar um debate alargado.

1.3 Alguns documentos chave

Atentamos, em seguida, na análise de alguns documentos elaborados pelas instituições de raiz europeia: Conselho Europeu (CE), Conselho de Arquitetos da Europa (CAE) e o Fórum Europeu de Políticas de Arquitetura (FEPA).

A Resolução para a qualidade arquitetónica na Europa (2001/C73/04), aprovada no Conselho de Ministros Europeu, apresenta um conjunto de linhas orientadoras assentes em premissas associadas ao valor cultural da arquitetura, à sua capacidade de valorização espacial e ao seu valor económico, como são exemplo os seguintes pontos:

- “Arquitetura como fundamental recurso da história, cultura e tecido de vida de cada país;
- Qualidade arquitetónica como constituinte do ambiente rural e urbano;
- Dimensão cultural e qualidade do tratamento do espaço físico;
- Arquitetura como atividade intelectual, cultural, artística e profissional;

⁷⁴ (*idem*, p.7)

- Serviços de arquitetura como serviços profissionais culturais e económicos”⁷⁵

Posteriormente, a Carta de Leipzig⁷⁶ assumiria que a arquitetura permite “*contribuir (...) para o enriquecimento cultural e a qualidade de vida das populações urbanas*”.

Sobre este documento, refere Fernando Gonçalves que “*numa democracia, quando se encara a beleza arquitetónica como elemento estruturante da sociedade, nasce a obrigação de construir uma política pública de arquitetura.*” (Gonçalves, 2005)

Na “Carta de Leipzig”, em particular, foi assumido o compromisso de respeitar um “*conjunto de princípios destinados a incentivar a construção de cidades sustentáveis, de entre os quais se destaca a promoção da cultura arquitetónica*”.⁷⁸

Em dezembro de 2008, o Conselho de Ministros Europeu adotou as “*Conclusões do Conselho sobre a arquitetura: contributo da cultura para o desenvolvimento sustentável*” (2008/C 319/05), o qual apela aos Estados Membros para a promoção da arquitetura enquanto: «disciplina da criação cultural e da inovação, nomeadamente tecnológica, [a arquitetura] constitui uma ilustração notável daquilo que a cultura pode trazer ao desenvolvimento sustentável, atendendo ao seu impacto na dimensão cultural das cidades, assim como na economia, na coesão social e no ambiente – a arquitetura é, além disso, um exemplo do carácter transversal da cultura, na medida em que nela intervêm diversas políticas públicas e não apenas políticas culturais.”

Outros documentos que serão ainda a ter em conta, num âmbito mais alargado serão, a Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa, aprovada em Granada em 1985, no âmbito do Conselho da Europa, na qual é reconhecido que “o património arquitectónico constitui uma expressão insubstituível da riqueza e da diversidade do património cultural da Europa, um testemunho inestimável do nosso passado e um bem comum a todos os europeus” ⁸⁰ e mais recentemente a Nova Agenda Urbana da ONU, aprovada em Quito, em 2016 (ONU, 2016), que nos remete

⁷⁵ Conforme dados da Comunidade Europeia consultados online. (Comunidade Europeia, 2001)

⁷⁶ Carta de Leipzig, 2007, Leipzig.

⁷⁸ (*idem*)

⁸⁰ Cujo texto é aprovado pela Assembleia da República na sua Resolução n.º 5/91 “Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa”. (República, 1990)

para uma escala de compromissos globais relativos às formas de assentamento humano e ao compromisso para com o desenvolvimento urbano sustentável.

Numa síntese dos principais documentos publicados a nível europeu, verificamos o início situado nos anos 1980, sendo o período de maior produção de documentos o início dos anos 2000.

1985 - Conselho das Comunidades Europeias adota a Diretiva 85/384/CEE⁸¹

1999 - Formalização do *European Forum for Architectural Policies* (FEPA)

1998- Resolução sobre a Qualidade Arquitetónica em Ambientes Urbanos e Rurais na Europa, adotada pelo Conselho de Ministros Europeu em 12 de fevereiro de 2001 (2001/C73/04)⁸²

2007 – “*Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis*”

2008 - Parlamento Europeu adota uma *Resolução sobre a implementação da Agenda Territorial da UE e da Carta de Leipzig*⁸³

2008 - *Conclusões do Conselho Europeu de Novembro de 2008 sobre arquitetura*⁸⁴

Quadro 1 - A nível europeu, ações e documentos UE, CAE, FEPA						
1985	1995	1998	2001	2007	2008	2008

⁸¹ Relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos no domínio da arquitetura. Esta Diretiva reconhece que: “a criação arquitetónica, a qualidade das construções, a sua inserção harmoniosa no ambiente circundante, o respeito das paisagens naturais e urbanas bem como do património coletivo e privado são do interesse público”.

⁸² Apelando aos Estados Membros e às cidades e regiões para que deem maior atenção ao objetivo de criação de uma cultura de qualidade do ambiente construído, através da melhor qualidade dos espaços públicos, nomeadamente na perspetiva da sua conceção arquitetónica, tendo em vista o bem-estar dos cidadãos da UE.

⁸³ A Carta de Leipzig reconhece expressamente que a qualidade dos espaços públicos, das paisagens urbanas, da arquitetura e do desenvolvimento urbano tem um papel importante nas condições de vida das populações urbanas.

⁸⁴ Aprovaram um conjunto de conclusões sobre arquitetura, subordinadas ao lema “a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”, do qual extraímos o apelo “(...) aos Estados Membros e à Comissão para que, nas respetivas áreas de competência e tendo em atenção o princípio da subsidiariedade, reconheçam o lugar da arquitetura em diversas políticas públicas, encorajem a inovação e a experimentação nos domínios da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, no quadro das políticas e programas europeus e das obras públicas(...)” (Conselho da União Europeia, 2008)

1) Diretiva 85/384/CEE11	Conselho Comunidade Europeia
Europe and Architecture tomorrow	CAE
2) Resolução sobre a Qualidade Arquitetónica em Ambientes Urbanos e Rurais na Europa, adotada pelo Conselho de Ministros Europeu (2001/C73/04)	
A Resolution for architectural quality	Conselho da União Europeia
Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis	
3) Resolution (and follow up of) Territorial Agenda and Leipzig Charter	Parlamento Europeu
4) Conclusions on Architecture and Sustainable Development	Conselho da União Europeia

Fonte: elaboração própria

Completando esta análise dos principais documentos emanados pelas instituições europeias, relativos a políticas sobre a arquitetura, atentamos nas principais informações dos seus conteúdos:

1) Relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos no domínio da arquitetura, esta Diretiva reconhece que, “a criação arquitetónica, a qualidade das construções, a sua inserção harmoniosa no ambiente circundante, o respeito quer pelas paisagens naturais e urbanas quer pelo património, coletivo e privado, são do interesse público. “

2) Apelando aos Estados Membros, e às cidades e regiões, para que deem maior atenção ao objetivo de criação de uma cultura de qualidade do ambiente construído, através da melhor qualidade dos espaços públicos, nomeadamente na perspetiva da sua conceção arquitetónica, tendo em vista o bem-estar dos cidadãos da UE.

3) A Carta de Leipzig reconhece expressamente que a qualidade dos espaços públicos, das paisagens urbanas, da arquitetura e do desenvolvimento urbano, tem um papel importante nas condições de vida das populações urbanas.

4) Aprovação de um conjunto de conclusões sobre arquitetura, subordinadas ao lema “*a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável*”, do qual extraímos o apelo “(...) aos Estados Membros e à Comissão para que, nas respetivas áreas de competência e tendo em atenção o princípio da subsidiariedade, reconheçam o lugar da arquitetura em diversas políticas públicas, encorajem a inovação e a experimentação nos domínios da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, no quadro das políticas e programas europeus e das obras públicas”(...)

Ao nível nacional, temos um conjunto de publicações, nem sempre concordantes com a cronologia de nível europeu. Analisando o histórico desde documentos nacionais, verificamos desde logo, que o caso francês corresponde ao do primeiro país a desenvolver uma política nacional de arquitetura, e que esta ocorreu ainda na década de 1970, no ano de 1977.

Quase vinte anos depois da publicação da Lei sobre a Arquitetura em França (Loi 77/02), na década de 1990, verifica-se a publicação dos primeiros documentos de políticas de arquitetura; é publicado, na Holanda, o documento *Space for Architecture*.⁸⁵ Será este o primeiro documento de política de arquitetura enquanto “política global”⁸⁶. A estratégia e planificação elaborada, indica uma periodicidade de cinco anos para revisão dos documentos de PA elaborados, pelo que, ainda na década de noventa, é publicado um segundo documento *The Architecture of Space*⁸⁷, revendo resultados do anterior e propondo nova uma “agenda” política para os anos seguintes. Ainda na mesma década, em 1998, a Finlândia publica o seu primeiro documento de política de arquitetura, *The Finish Architectural Policy*⁸⁸, o qual se insere, tal como no caso da Holanda, numa tipologia de “política global”. Este documento, pelas suas características organizativas e metodológicas, teve um positivo impacto sobre as estratégias adotadas noutros países, na fase de criação das suas políticas.

Para uma análise global a nível europeu, elaborada com base no estudo / levantamento do FEPA, abordamos o conjunto de todos os países da Europa,

⁸⁵ Space for Architecture, Memorandum on Architectural Policy 1992-1996, 1992

⁸⁶ Segundo organização tipológica de documentos proposta no Survey on Architectural Policies in Europe promovido pelo FEPA em 2012, são identificados três tipos de documentos: Legislation, Comprehensive Policy e Sectoral Policy. Esta nomenclatura é utilizada no presente estudo tendo sido traduzida para Legislação, Política Abrangente e Política Sectorial.

⁸⁷ The Architecture of Space - Memorandum on architectural Policy 1997-2000, 1996

⁸⁸ The Finnish Architectural Policy, 1999

identificando a sua situação relativa à União Europeia. Outros. Segundo o “EFAP Survey”, à data [2012] existiam 18 políticas de arquitetura, ou conjunto de regras, em países da Europa, sendo 14 delas de países pertencentes à União Europeia: Áustria, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Letónia, Lituânia, Malta, Turquia, Reino Unido, e uma de um país não pertencendo à UE: Noruega.

Segundo o mesmo estudo, um conjunto de países indicou a intenção de vir a desenvolver uma política de arquitetura nacional, havendo alguns casos em que o processo se encontra em curso, como sejam: Eslováquia, Hungria, Portugal e República Checa.

Atualmente [2018] encontram-se publicadas políticas de arquitetura em 20 países.

O “EFAP Survey” propõe 3 tipologias de política de arquitetura, as quais se utilizam no presente estudo: *Legislation*, *Comprehensive Policy* e *Sectoral Policy*. Reportando ao texto original, temos as seguintes definições:

Legislation [Legislação]:_texto de lei, seguindo tipologia legal relativa ao modelo governativo de cada país.

Comprehensive Policy [Política Abrangente]: Pode ser entendida como uma declaração oficial para uma abordagem global/abrangente da arquitetura, na qual o governo define os principais objetivos para salvaguardar e promover a cultura e a qualidade arquitetónica na construção, desenho urbano e património arquitetónico, para subsequente implementação por parte das autoridades públicas.

Normalmente, o desenvolvimento deste tipo de documento inicia-se com uma criação de um grupo de trabalho interministerial com vista a definir os principais objetivos, conteúdos e extensão da política. Nalguns casos, o documento resultante é submetido a discussão pública, antes da sua publicação oficial.

Depois, a política é aprovada pelo parlamento, ou a nível ministerial, e, finalmente, publicada como documento oficial.

Apesar de cada PA ter a sua característica específica, estes documentos de “políticas abrangentes”, normalmente, incluem:

- Objetivos e princípios para melhorar a qualidade arquitetónica
- Motivos para ter uma PA
- Objetivos e instrumentos em diferentes áreas sectoriais

- Atores envolvidos no processo de implementação
- (em alguns casos) política orçamental,

Um último caso corresponde ao modelo de *Sectoral Policy* [Política Sectorial]: tipologia que consiste em documentos sectoriais delineando políticas governamentais sobre arquitetura. As políticas de arquitetura poderão estar incluídas em planos de desenvolvimento espacial preparados sob uma lei de Planeamento Rural e Urbano, como é o caso da do Chipre. Os diversos instrumentos contêm políticas de arquitetura de qualidade arquitetónica e incluem “Princípios e Diretrizes para melhoria estética e *upgrading* da qualidade do ambiente construído”. (Ferreira Bento, 2012)

A organização metodológica da presente investigação orientou-nos para a identificação dos elementos persistentes nos diferentes casos de estudo de países com PA publicada. Procurámos, assim, estabelecer uma relação entre a cultura e o ambiente específico de cada país e a forma e o conteúdo dos documentos de PA. Tratam-se de casos que consideramos “alinhados”, dado seguirem uma orientação europeia comum e de, em diferentes graus, aplicarem nacionalmente as recomendações emanadas pela U.E.

Sentimos, no entanto, a necessidade de averiguar outros casos, de países nos quais se identifica a existência de uma cultura de arquitetura disciplinarmente reconhecida e que, no entanto, não detêm qualquer tipo de PA publicada, países aos quais chamamos “não alinhados”.

Abordámos assim o caso da Suíça – não pertencente à U.E. mas com a qual mantém uma relação particular; não tendo documento de PA, não o pretende vir a fazer; e o caso de Espanha, que, sendo membro da U.E., não detém qualquer documento de PA, mas que – ao contrário da Suíça – pretende vir a desenvolver um. A análise de ambos será feita no Capítulo III.

1.4 Abordagem preliminar dos casos de estudo

Completando este capítulo primeiro, realizamos uma abordagem preliminar e sintética dos casos de estudo que, no capítulo II iremos analisar em detalhe.

França foi o primeiro país, no contexto europeu, a adotar um documento oficial relativo a arquitetura através da aprovação nacional de uma Lei sobre a Arquitetura

em 1977 (Loi 77/2), colocando a promoção da arquitetura à cabeça da política cultural, sendo a disciplina aí enquadrada (no artigo 1º) como uma expressão da cultura.

O caso de França, no conjunto dos países com políticas de arquitetura, será um caso excepcional, porquanto não corresponde apenas à existência de um único documento regulador, mas sim a um conjunto de entidades e de ações nascidas de uma lei geral, em cujo artigo primeiro se proclama a “*arquitetura como uma expressão de cultura e um assunto de interesse público*” (Loi 77-2 du 3 Janvier 1977 modifié sur l'architecture, 1977).

Será preciso analisar o caminho percorrido desde esse momento seminal, as formas, os agentes, as ações e os resultados, para se conseguir entender o percurso e, finalmente, avaliar este estudo de caso. A publicação da Lei de 1977 foi (é) fundamental para a arquitetura e arquitetos em França, estabelecendo o modo de exercício e de organização da profissão.⁹⁰

- A lei define ainda os diferentes modos de exercício da profissão.
- Obriga ao registo de sociedades de arquitetura.
- Define a estrutura organizativa da profissão.
- Estabelece um código de conduta profissional e uma câmara de disciplina

Direta ou indiretamente resultantes da Lei 77-2, existe um alargado conjunto de estruturas e entidades, os quais se poderão agrupar nas seguintes categorias:

- Organização profissional
- Divulgação e promoção da arquitetura
- Apoio à prática
- Defesa e conservação do património
- Ensino
- Premiação

No caso da Holanda, *Space for Architecture, Memorandum on Architectural Policy 1992-1996*, foi o primeiro documento de política de arquitetura na Holanda, o qual incorporava um conjunto de medidas destinadas a promover a boa arquitetura,

⁹⁰A partir de 1977 qualquer projeto de arquitetura passou a implicar a assinatura de um arquiteto. Excetuando obras de escassa relevância e edifícios com área inferior a 180m².

focando o papel do governo enquanto contratante, para a melhoria do clima arquitetônico.

Este primeiro momento deu origem a infraestruturas de instituições culturais como o *Netherlands Architecture Institute*, o *Berlage Institute*, e o *Netherlands Architecture Fund*.⁹¹

Seguiram-se outros documentos publicados, sendo que, a cada cinco anos, o *Dutch Parliament* aprova uma nova versão da política de arquitetura.

Por ordem cronológica temos os seguintes documentos publicados:

- Space for Architecture (Memorandum on Architectural Policy 1992-1996) | 1992
- The Architecture of Space (Memorandum on architectural Policy 1997-2000) | 1996
- Shaping the Netherlands (Architectural Policy 2001-2004) | 2000
- Architecture and Belvedere (Action Programme on Spatial Planning and Culture Policy 2005-2008) | 2005
- Building on the strength - Action Agenda for Architecture and Spatial design 2013-2016 (Ministry of the Interior and Kingdom Relations, the Ministry of Economic Affairs, 2012).

No caso da Finlândia, foi publicado, em 1998 um primeiro documento de referência realçando a importância da educação na criação de valores culturais da sociedade, *The Finnish Architectural Policy” - The Government’s architectural policy programme”*.

⁹¹ Ao longo dos anos em estudo (anos 1990-2018) a situação e orientações políticas foram-se alterando, refletindo-se nos conteúdos dos documentos de PA publicados. Nessas alterações inclui-se uma mudança de orientação e estratégia que irá dar origem à extinção de algumas destas instituições e à fusão de outras.

Este documento tornou-se modelo para a criação de documentos de políticas noutros países, tais como o Luxemburgo ou a Dinamarca.

Desde esse primeiro momento, foram desenvolvidos documentos regionais ou locais, dando continuidade à orientação nacional inicial, e orientando uma estratégia global para aplicações locais.

São exemplos desta estratégia documentos como:

- Jyvaskyla Architectural Policy - The City of Jyvaskyla Architectural Policy Program (2002)
- Architectural Policy for the Uusimaa and Ita - Uusimaa Regions (2009)

LOCAL ARCHITECTURAL POLICIES IN FINLAND

Eastern Finland	2000
Jyväskylä	2002, (2007)
Oulu	2002, (2008)
Vantaa	2005
Southwest Finland	2006
Helsinki	(2006)
Turku	(2006)
Kuopio	(2006)
Tampere	(2007)
Vaasa	
Seinäjoki	
Espoo	
Häme	
Hämeenlinna	
Pietarsaari	
Rauma	



Figura 3 - Mapa da Finlândia, com indicação de principais cidades com política de arquitetura própria

[Fonte: <http://archinfo.fi/arkkitehtuuripolitiikka/>]

E no caso de Portugal, tendo sido adotados os documentos de políticas Europeias, o estado português assumiu a intenção de criar uma Política de Arquitetura, referindo, em 2007, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) que a “*arquitetura constitui uma atividade fundamental na qualificação do ambiente urbano, das paisagens e do património cultural*”¹²⁰, intenção essa posteriormente confirmada por Despacho do MAOT¹²¹.

¹²⁰ PNPOT, Programa de ação, Anexo à Lei n.º 58/2007, 4 setembro, Capítulo 2, pág. 26

¹²¹ Despacho n.º 3718/2010, MAOT, Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.

Disciplinarmente, a urgência na criação de uma PA foi defendida pela Ordem dos Arquitetos, no seu Congresso de 2009, do qual resultou a Moção de Orientação Global “Uma Política Pública de Arquitetura para Portugal”.

Alguns passos foram dados, institucionalmente, no sentido de se desenvolver uma PA nacional, o que viria a suceder, com a fase de discussão pública do documento, proposto em 2014, e a sua posterior publicação oficial em 2015.¹²²

Em síntese, tal como para a definição de um momento inicial do processo de políticas de arquitetura na Europa, verificou-se necessário cruzar documentos de caráter global (União Europeia) com documentos de caráter local (França). O desenho do histórico das políticas de arquitetura na Europa, que aqui desenvolvemos, implica um contínuo vaivém entre estes dois tipos de documentos (globais, nacionais/ locais).

Por, no caso dos documentos “globais”, podermos estar a falar de estratégias *top-down*, tal não implica, no caso dos documentos “locais”, que se trate de estratégias *bottom-up per se*. Porventura, será mais correto falar em estratégias do tipo:

Global ► Local e Local ► Local

uma vez que não tem havido repercussão, a nível global / europeu, dos resultados emanados das experiências locais (o que, no entanto, sucedeu na fase inicial da criação de PA's, quando as experiências locais, da Holanda e Finlândia, vieram informar o processo de promoção de políticas de arquitetura a nível europeu.)

Não obstante o caráter potencialmente positivo destes processos, globais e locais, para a promoção da arquitetura através da criação de documentos de política de arquitetura, temos presente a necessidade de cruzar os dados do nosso trabalho com uma outra leitura crítica, como a que nos é exposta por Frampton:

¹²² Breve cronologia de acontecimentos, ou documentos, relativos à importância de se promover uma política de arquitetura a nível nacional: 2005 - Constituição da República - artigo 66.º, n.2 - Lei Constitucional nº 1/2005 de 12 de Agosto - Sétima revisão constitucional
2007 - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
2007 - Reuniões promovidas entre O A, DGOTDU e IGESPAR (no âmbito de preparação de reunião do FEPA, em Matosinhos)
2009 - Congresso da Ordem dos Arquitetos, Vila Nova de Famalicão, sob o tema “arquitetura para Todos: uma Política Pública de arquitetura para Portugal”.
2014 - discussão pública do documento proposto de PNAP
2015 - Publicação oficial da PNAP

“ Apesar de toda a sua marginalidade a cultura tectónica possui ainda um resistente núcleo residual, especialmente na forma em que manifesta a sua tendência para o táctil. Esta dimensão resiste ao impulso maximizador do capitalismo, determinado hoje mais do que nunca no processo de mercantilização global. Neste contexto é lamentável que a Comunidade Europeia simultaneamente patrocine a arquitetura [o autor refere aqui o Prémio Mies van der Rohe, promovido pela Comissão da Comunidade Europeia, Parlamento Europeu e o Pavilhão Mies van der Rohe de Barcelona] e engendre a sua extinção, como é evidente na sua determinação férrea em perseguir um mercado único sem olhar aos custos culturais. Uma consequência imprevisível deste impulso económico são as recentes tentativas por parte de vários estados membros de minar a autoridade do arquiteto e com ela, devemos notar, a capacidade da profissão ser efetiva no desenho da forma cívica.” (Frampton K. , 2010, p. 954)

Capítulo II

Casos de Estudo – três países com Política de Arquitetura

Capítulo II - Casos de Estudo – três países com Política de Arquitetura

Sendo abordada, pela presente investigação, a cultura arquitetónica contemporânea a partir de uma análise crítica das políticas de arquitetura na Europa, iremos desenvolver uma análise de 3 estudos de caso, sendo as conclusões obtidas reportadas para uma comparação com o caso português (desenvolvido no Capítulo III).

A seleção destes estudos de caso reflete a diversidade de situações das políticas de arquitetura existentes na Europa, em termos de desenvolvimento e historial específicos; suas características formais e de conteúdo, bem como os diferentes contextos culturais associados a cada caso.

O principal objetivo desta investigação é o de identificar, e analisar, crítica e comparativamente, a forma como a cultura arquitetónica se encontra expressa nas PA existentes no contexto europeu, contribuindo, desta forma, para uma atualização dos conhecimentos teórico-práticos fundamentais para uma abordagem nacional da implementação da política de arquitetura nacional (PNAP).

A opção de analisar estes casos, em concreto, teve por base factos que entendemos serem particularmente pertinentes para uma abordagem crítica/prospetiva, referente à situação da política de arquitetura em Portugal.

A escolha dos estudos de caso remete para um conjunto de factos, como sejam:

O caso de França: Uma vez que se trata do primeiro país europeu a assumir a arquitetura enquanto parte integrante de uma política pública, e enquanto disciplina e atividade profissional de reconhecido valor cultural, conforme artigo 1º da Lei sobre a arquitetura:

“Art. 1er. - L'architecture est une expression de la culture »¹²⁴

O caso da Holanda: Enquanto país que criou o seu primeiro documento de âmbito nacional, em 1992¹²⁵, numa fase inicial de estratégia Europeia, para promoção e divulgação da arquitetura. Desde então, publicou revisões a esse documento inicial, a

¹²⁴ (Loi 77 - 2 du 3 janvier 1977 modifiée sur l'architecture)

¹²⁵ Space for Architecture (Memorandum on Architectural Policy 1992-1996) | 1992

cada 5 anos, existindo, atualmente, 6 documentos de Política de arquitetura publicados.

O caso da Finlândia: Dada a particular metodologia assumida como base de publicação da sua política de arquitetura, cujo documento inicial data de 1998¹²⁶, este país tem levado a cabo uma estratégia de descentralização e promoção da participação pública, servindo, várias vezes, como modelo para novos documentos de política de arquitetura noutros países.

Atualmente, após uma primeira política de âmbito nacional, encontram-se publicados cerca de 20 documentos de política de arquitetura, de nível regional e local.

Destes, iremos analisar o documento de nível nacional (*The Finnish Architectural Policy*, 1998), um de nível regional (*Our common metropolis: na architectural policy for the Uusimaa and Itä Uusimaa regions*, 2009) e um de nível local (*Jyväskylän architectural policy*, 2002).

E o caso de Portugal: Enquanto país âncora, sobre o qual uma particular reflexão tem lugar, trata-se ainda de um “caso” que, no ano de 2018, tem em fase inicial de implementação o seu primeiro documento de Política Nacional de Arquitetura ¹²⁷.

A análise destes estudos de caso é realizada através de análise documental, segundo uma tripla abordagem:

- a) contextualização sociocultural, correspondente ao esboço de um perfil de cada país analisado, nas suas diversas dimensões (cultural, histórica, geográfica, política). Para estes perfis, as análises realizam-se através do estudo de monografias, dados estatísticos e documentos crítico-literários.
- b) Análise arquitetónica – breve inventário de momentos e elementos arquitetónicos que contribuam para a leitura de um quadro geral de cada país em análise.
- c) documentos de Política de Arquitetura publicados, numa perspetiva estrita das formas e conteúdos destes documentos;

Sendo, maioritariamente, uma análise de observador não participante, apenas nos casos de França e Portugal foi, no entanto, possível desenvolver uma abordagem do tipo participante, pelo que nestes dois casos se incluem ainda dados recolhidos a partir de observação direta.

¹²⁶ Finnish Government's Architectural Policy, 1998 (The Finnish Architectural Policy)

¹²⁷ (2014). PNAP, Portugal 2014. Resolução do Conselho de Ministros n°45/2015.

A contextualização sociocultural dos Estudos de Caso, e a análise do panorama arquitetónico, pretendem construir um quadro de fundo que permita uma leitura problematizada de cada documento, de cada política de arquitetura, publicada ou em implementação.

Pretende-se que esta análise venha a contribuir para a fundamentação de uma abordagem crítica – prospetiva do caso Português, elaborada no capítulo III.

A metodologia de análise documental – relativa aos documentos de políticas de arquitetura publicados em cada país – foi estruturada com base na metodologia proposta no estudo de Frank Othengrafen - *Uncovering the Unconscious Dimensions of Planning – Using Culture as a Tool to Analyse Spatial Planning Practices*. (Othengrafen, 2012).

Othengrafen utiliza a cultura no seu sentido antropológico, como ferramenta de análise de rotinas e perceções que determinam processos de planeamento em diferentes países e contextos. "*Planning culture as a determinant of planning practices*": o autor procura explicações para os motivos que estão na origem de diferentes práticas de planeamento e de diferentes formas de aceitação dos planos por parte dos cidadãos.

Para tal, leva a cabo uma abordagem fenomenológica, fazendo recurso a uma metodologia de base etnográfica.

Sendo, o objetivo do seu trabalho, a construção de um modelo de investigação de práticas de planeamento, tendo a cultura como ferramenta de análise, nele define etapas e métodos de observação que aplica aos seus estudos de caso, validando uns e apontando falhas noutros.

Nesse contexto, a utilização de um quadro interpretativo constitui-se como parte de uma abordagem etic¹²⁸ nos estudos fenomenológicos, permitindo esboçar um perfil teórico e geral para identificação e análise de valores subjacentes, "rotinas subconscientes".

Nesta lógica, o quadro interativo fornece um primeiro esboço das influências culturais presentes na elaboração de Políticas de Arquitetura, baseadas na classificação de diferentes dimensões culturais e potenciais especificações derivadas de abordagens teóricas.¹²⁹

¹²⁸ Abordagem etic: "(...) Abordagem etic, remete para a cultura no ponto de vista do observador (...). Abordagem etic descreve assim um olhar para a cultura centrado no analista, objetivo e transcultural. (...) Pelo contrário abordagens emic são centradas no autor, de descrição densa e ricas em contextualização, na forma de olhar para a cultura." (Othengrafen, 2012, p. 13)

¹²⁹ (idem, p.92)

No nosso trabalho, segundo esta metodologia, a estrutura de investigação dos estudos de caso subdivide-se em três grelhas de análise.

Quadro de contextualização sociocultural (caracterização país); Quadro de análise de dados caracterizadores do país (geografia, sociedade, história, política, cultura). Corresponde ao primeiro ponto de análise de cada estudo de caso, sendo aqui elaborado um estudo geral dos principais traços caracterizadores do país nos seus aspetos geográficos, socioeconómicos, culturais e políticos.

Pretende-se com este painel, criar um pano de fundo de contextualização, para as análises sectoriais desenvolvidas nos quadros seguintes.

Quadro do Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica). Este quadro refere as formas e resultados da prática profissional da arquitetura em cada país e permitirá verificar em que medida existem, ou não, consequências pela existência de uma política de arquitetura.

Quadro de Políticas de Arquitetura (análise documental): Corresponde à análise dos documentos, de política de arquitetura, segundo um esquema de questões-chave relativas aplicadas a cada documento / país.

As questões remetem para 3 grandes temas - seguindo a adaptação da metodologia de análise Othengrafen, exposta no capítulo II:

- *Estruturas*, referentes a estruturas "de narrativa" do documento;
- *Sistemas*, relativo às formas de transmissão do documento e
- *Produtos* relativo ao âmbito do documento, ao seu grupo alvo.

Fazemos corresponder, a cada caso de estudo, um conjunto de três "quadros de análise", conforme os modelos seguintes:

Quadro 2 - Contextualização sociocultural	
Temática	Dados
População	(pop total, Hab.)
Geografia	(área total, Km ²)
Economia	(PIB, M€)
Sistema político	Modelo de governação
União Europeia	Situação face à União Europeia
Estado social	Situação atual
Ministério da cultura	Situação atual

Fonte: elaboração própria

Quadro 3 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica)	
Questões	Dados
Arquitetos/População	nº total de arquitetos, por 1000 habitantes e percentagem entre homens/mulheres
Estrutura académica/cursos	(quantos cursos, públicos / privados)
Organização da classe profissional	Existência de ordem profissional/sindicato
Premiação Nacional	(que prémios nacionais)
Premiação Internacional	Existência de prémio Pritzker
Publicações especializadas	Lista de publicações
Qualidade de vida dos arquitetos	Rendimento médio anual por estrutura (€/ano): (estruturas de 2 pessoas e estruturas de 5 a 10 pessoas)
Estruturas de prática profissional	% Setor público / setor privado
Estruturas de divulgação e promoção da arquitetura	Lista de estruturas

Fonte: elaboração própria

Quadro 4 - Análise documental da política de arquitetura.	
Estrutura de análise aplicada ao documento	
Estruturas (de narrativa do documento); Sistemas (de transmissão do documento); Produtos (âmbito, compromisso, grupo alvo)	
Temática	Questões
Estrutura dos documentos	Neste primeiro ponto, aferimos a que público se dirige o documento, qual o tipo de linguagem utilizado, quais os objetivos gerais apresentados e se estes são de caráter vinculativo ou de orientação.
Estrutura político-administrativa	Neste ponto, aferimos quais as tarefas ou deveres apontados no documento, qual a tipologia e organização das instituições envolvidas, a quem se deve a responsabilidade de elaboração do documento e quem se responsabiliza pelo mesmo.
Missão central	Neste terceiro ponto, identificamos os princípios da missão central do documento, o nível de acordo estabelecido para essa mesma missão, quais os objetivos propostos e as (possíveis) repercussões nas práticas arquitetónicas.
Tomada de decisão	Neste quarto ponto, procuramos saber que domínios se pretende influenciar e quais as estruturas visadas. Igualmente, procuramos aferir a forma de alcançar consensos e que dados são utilizados no processo como suporte de decisão.
Prossecução de objetivos	Neste quinto ponto, analisamos a orientação temporal do documento (aplicação, revisão), as consequências que poderá vir a ter na prática profissional, a relação da estratégia política com o tempo (passado, presente, futuro), as soluções que aponta e se estas passam pela investigação e desenvolvimento, como aborda a questão da inovação e a standardização, e que ações e prazos são apresentados.
Estruturas invisíveis, / natureza relações humanas	Neste último ponto, averiguamos o caráter público ou privado da política proposta, os possíveis impactos do Estado Social, quais os princípios e objetivos definidos e ainda se, e como, funciona a regulação da interação social (nível de envolvimento dos atores).

Fonte: elaboração própria

2.1 O Caso de França



Figura 4 - Centro Georges Pompidou, Paris, 1977, arquitetos Renzo Piano, Richard Rogers, edifício iconográfico da arquitetura do séc. XX em França - resultado de concurso internacional presidido por Jean Prouvé, tendo no júri Oscar Niemeyer e Philip Johnson

[Fonte: fotografia de Cristina Coste Branco, 2016]

Cerca de duas décadas antes de terem sido instituídas as primeiras iniciativas comunitárias em prol da defesa da arquitetura e da promoção da qualidade arquitetónica, a nível europeu, França adotaria aquilo que seria o primeiro documento oficial relativo à arquitetura, através da aprovação nacional da Lei sobre a Arquitetura, em 1977. Esta Lei (Loi 77 -2 du 3 janvier 1977 modifiée sur l'architecture) viria a colocar a promoção da arquitetura à cabeça de uma política cultural, sendo a disciplina aí enquadrada como uma expressão da cultura (Conforme refere o artigo 1º).

O caso de França, no conjunto dos países com políticas de arquitetura, em análise no presente trabalho, será um caso excepcional, porquanto corresponde à existência de um único documento regulador, sob a forma de Lei. A este documento inicial viriam a agregar-se um conjunto de entidades e de ações, com vista à promoção e implementação da política.

A publicação da Lei 77-2 foi [é] fundamental para a arquitetura e para os arquitetos em França. Estabelece o modo de exercício e de organização da profissão. O facto de, nesta Lei, se dar grande destaque às questões de regulação da profissão e da prática profissional, decorre do processo e da contextualização histórica do momento em que foi elaborada.

Tratando-se de uma Lei criada no ano de 1977, a análise documental recai, fundamentalmente, sobre o período em torno a essa data. No entanto, torna-se

imperativo observar as condições políticas, económicas e culturais que viriam a permitir a criação da Lei, logo, necessitámos analisar o período de cerca de uma década que a precedeu.

A elaboração da Lei 77-2 deu-se numa fase ainda de resquícios do pós-guerra, um período social e político específico, num país amplamente destruído, cujo esforço de reconstrução, apoiado pelo plano Marshall, viria a ser marcado por 3 décadas de grande desenvolvimento - *trente glorieuses*¹³⁰.

À época, sucediam-se obras de reconstrução em ritmo intenso; se, numa primeira fase, - no decurso do plano quinquenal de Jean Monnet¹³¹ - a prioridade fora dada à reconstrução de infraestruturas de transportes e à recuperação de meios de produção, rapidamente houve que dar resposta às grandes e urgentes necessidades de habitação. O problema da habitação resultava quer da destruição provocada pelos anos de guerra, quer pela decadente e insalubre situação de grande parte do parque habitacional urbano no país.

Será nesse momento, para fazer face à urgência em encontrar soluções para o problema da habitação, que, pelas mãos de Claudius Petit no Ministério da Reconstrução (mais tarde, 1966, Ministério do Equipamento), se dará início a um processo que levará à construção de grandes áreas destinadas a habitação coletiva na periferia das grandes cidades – os chamados *grands ensembles* ou *cités*.¹³²

¹³⁰ Trente glorieuses: expressão resultante do título do livro de Jean Fourastié, consagrado à notável expansão económica de França, no período pós-segunda guerra mundial (economie.gouv.fr).

¹³¹ Jean Monnet (economista, político): “nos anos 1946/47, lança o plano de modernização e de equipamentos da economia francesa, denominado “plan Monnet” (...); a sua conceção de planificação assentava no fato de esta ser indicativa e concertada, fixando objetivos quantificáveis suficientemente realistas para permitir a mobilização do conjunto das forças vivas da nação. Ao encorajar a modernização do aparelho produtivo e os investimentos massivos, consegue dar o impulso necessário à renovação económica francesa.” Extraído de (Larousse, 2017)

¹³² A discussão sobre a possível distinção entre Grand Ensemble ou Ville Nouvelle, ou ainda a utilização do termo Cité (este último termo, com carga pejorativa, ainda nos nossos dias), data no início do processo urbano, do pós-guerra.

Segundo Olivier Guichard (ministro do equipamento em 1973), “os Grands Ensembles escapam ao centro, a Ville Nouvelle recria um”, numa declaração relativa à crítica da monofuncionalidade dos Grands Ensembles e às dúvidas quanto à melhoria pela alteração do modelo. (Fourcaut, 2006)

Trata-se do momento - anos 1970 - em que é feita uma transição de política urbana, abandonando o primeiro modelo (*grands ensembles*) e testando o segundo (*villes nouvelles*), em busca de algum equilíbrio para estas novas áreas de habitação. No entanto, ambos os modelos são contemporâneos e funcionam, na sua maioria, como “cidades dormitório”, conforme refere a autora.

Realçamos o facto de o modelo arquitetónico mais comum dos edifícios nessa época ser o edifício de habitação coletiva de grande dimensão (“torres “ou “barras”) sendo que ao longo dos anos estas áreas terem vindo a ser identificadas como socialmente problemáticas. Esta identificação teve graves consequências na leitura e apreciação da arquitetura por parte dos cidadãos franceses.



Figura 5 -Vista geral do primeiro conjunto do tipo Grand Ensemble (a partir do qual se definiram os princípios base desta tipologia urbana), Cité de la Muette, Drancy, projeto 1929/1946, projeto de Eugène Beaudouin e Marcel Lods

[fonte: <https://archiwebture.citedelarchitecture.fr>]



Figura 6 - Vista geral do Grand Ensemble de Sarcelles, Val-d'Oise, projeto inicial de Jacques-Henri Labourdette e Roger Boileau, 1955, periferia norte de Paris. O termo Sarceltite para denominar os males sociais relacionados com as cités e grands ensembles nasceu deste exemplo (450 habitações iniciais até um total de 12500 em 1975 / 40.000 habitantes).

É importante notar que estes conjuntos monofuncionais eram desenvolvidos e executados após procedimento de concurso público; as propostas seriam apresentadas por equipas conjuntas de arquiteto e empresa de construção (*entreprise de BTP*), cuja classificação e seleção de finalistas dava ênfase a critérios de baixo custo

e rapidez de construção. A estes novos setores de habitação periférica, aplicava-se a denominação e definição urbanística de “zonas de urbanização prioritária” (ZUP)¹⁴⁶. Este processo viria a gerar, a partir dos anos 1960, uma forte contestação generalizada, a qual assentava em duas premissas principais: 1) a rápida degradação de alguns dos conjuntos iniciais associada à construção demasiado rápida e à fraca qualidade dos materiais utilizados, 2) problemas de segregação social resultantes da não existência de rede de transportes e comunicação entre estas novas áreas periféricas monofuncionais e os centros urbanos principais.



Figura 7 - Vista geral da fase de construção da cité Rotterdam, em Estrasburgo, primeiro conjunto deste tipo construído nos anos após-guerra, para alojamento de urgência nesta região oriental do país (800 habitações / 2.000 habitantes) (1951-1953), projeto de Jean Dubuisson e Eugène Beaudouin.

[Fonte <http://www.ina.fr>]

Este processo dos “*grands ensembles*” seria dado como concluído nos anos 1970; Em 1973, o então Ministro do Equipamento e da Habitação, Olivier Guichard, assina uma circular marcando o fim da construção dos “*grands ensembles*” que, na sua opinião, geravam segregação social (République Française, 1973, p. 3864).

No entanto, as marcas que deixaram na sociedade, fruto das críticas e da forte contestação, irão permanecer até aos nossos dias, expressando-se através de uma recusa completa por parte dos cidadãos, desse tipo de soluções urbanísticas e, até mesmo, uma negação de qualquer exemplo de modernismo.

A esta situação é recorrentemente associada a figura de Le Corbusier, como grande mentor de um mal social não resolvido, sendo este arquiteto alvo de amores e ódios,

¹⁴⁶ ZUP (Zone de Urbanisation en Priorité).

ainda presentes, como são testemunho os diversos livros publicados, ambos em 2015, como “Un Corbusier” de Chaslin e “Le Corbusier un fascisme français” de Xavier de Jarcy.¹⁴⁷

¹⁴⁷ Além destas obras referidas, diversos artigos têm sido escritos relativamente à figura do arquiteto e às múltiplas reações que gera, dos quais destacamos um texto de 2016 de Luc le Chatelier [jornalista especializado em arquitetura e urbanismo]. (Le Chatelier, 2018)

A propósito da nomeação de um conjunto de obras de Corbusier a património universal pela Unesco, este artigo dá-nos algumas pistas fundamentais para a compreensão do fenómeno que poderia ser denominado como “Corbusier le mal aimé”.

Trata-se de um fenómeno próprio à sociedade e cultura francesa, um certo desamor pela figura de Corbusier, chegando a ser este, uma possível personificação de um conjunto de males urbanos e sociais, ou pelo menos o responsável pelo despoletar desses males.

No artigo escrito a propósito da nomeação de um conjunto de obras de Niemeyer e de Corbusier a Património Unesco, diz ser comum a ambos o “contribuo maior dado à inventividade e ao desenvolvimento internacional do movimento moderno”. No entanto, após essa introdução vem referir que as semelhanças entre os dois vultos acabam aí.

Expõe o seu raciocínio fazendo referência, no caso de Óscar Niemeyer, às características de uma arquitetura charmosa e tropical do seu betão ondulante e coloca em destaque as suas escolhas políticas “claramente de esquerda, ao ponto de se exilar no momento da ditadura”.

Se Niemeyer foi capaz de reunir louvores, Corbusier terá conseguido congregiar rancores.

Afirma então relativamente a Corbusier “en France, c’est un mal aimé”. Em seguida elenca um conjunto de factos que fazem de Corbusier esse mal amado do grande público: “as cidades plantadas em relvados de má qualidade”, as gaiolas onde se encauam os pobres, o zonamento que pretende separar zonas de trabalho, habitação e lazer; Mais adiante especifica que quando Corbusier se vem a dedicar ao urbanismo, elabora um “Plan Voisin” que visava destruir meia cidade de Paris para aí “plantar” gigantescas torres servidas por autoestradas.

Ou ainda nesse capítulo de urbanismo, a sua proposta de redesenho de Argel com o imenso edifício único de mais de 10km de comprimento.

Concluindo este elencar de elementos do urbanismo de Corbusier que vieram alimentar o desamor do público, acrescenta a Carta de Atenas (publicada em 1933 no momento em que estaria sem trabalho), e que, sem culpa de Corbusier virá, no pós-guerra, a servir como bíblia para *projetistas sem imaginação*. Serão esses projetistas que terão a cargo grande parte da reconstrução da França no pós-guerra, estando na génese da criação dos inúmeros bairros periféricos, *Grands-Ensembles*, onde virão a ser realojados franceses sem casa, bem como as sucessivas vagas de emigrantes europeus e africanos (sobretudo argelinos). Serão esse bairro, muitas das vezes mal estruturados em relação aos centros de cidade e em carência de equipamentos coletivos e conseqüentemente remetidos para segunda categoria, que virão a tornar-se um problema societal maior na França do séc. XXI.

Seguindo o seu raciocínio e ponderação entre desamor e apreciação pública da figura de Corbusier, indica como fatores de louvor a invenção da planta livre, o “toit terrasse”, o betão descoberto elevado à categoria de material nobre, o desenho da capela de Ronchamp, e também a figura de Homem tão seguro de si e do seu génio capaz de projetar por todo o mundo. A sua absolvição residiria no seu papel de “naturalista amante do mediterrâneo”, a frugalidade do seu cabanon de 16m².

Conclui o artigo não sem fazer referência a uma certa antipatia que a sua figura provocava, incluindo ainda umas linhas de referência a uma certa simpatia que Corbusier teria pelo fascismo e à temporária proximidade ao Governo de Vichy.

É, aliás, a questão de simpatia pelo fascismo e de proximidade ao Governo Petainista, que lhe vão angariar as maiores antipatias e alimentar críticas e ações negativas por alguns dos seu pares durante a sua vida. Paradigmática foi a polémica criada por George Labro [arquiteto francês contemporâneo de Corbusier, autor do aeroporto Le Bourget] que chega a dizer que seria oportuno relembrar a alguns arquitetos estrangeiros que “se a França é o país da hospitalidade, a indiscrição daqueles que abusam deve ter um limite. E que, se têm o direito de viver *no seu espaço*, é-lhes interdito vir devorar o nosso”. (Chaslin, Un Corbusier, 2015, p. 329) Esta violência e xenofobia dirigida a Corbusier, faz eco de um sentimento que podemos por vezes encontrar na atual sociedade francesa e que na época da Segunda Grande Guerra e no período que lhe sucedeu veio a gerar graves problemas de cisão societal (alguns ainda presentes). Vejamos ainda outro exemplo, nos anos 1930 e pela boca de Marie Dormoy [amante de Auguste Perret, arquiteto com quem Corbusier mantinha uma dupla relação de estima e desagrado e sobre quem temos que referir que sendo o grande arquiteto precursor do uso do betão do

É neste contexto que se vai desenvolver o processo de criação de uma política de arquitetura, expressa na Lei de 1977.

Deste período de pós-guerra, ressaltam alguns acontecimentos que vieram, de forma direta ou indireta, criar os fundamentos para o modelo de política de arquitetura que aqui analisamos.

Data de 1958, a elaboração de um referendo promovido por Charles de Gaulle¹⁴⁸, através do qual se veio a adotar uma nova constituição e, assim, dar início à Quinta República.

Foi então estabelecido um novo modelo de governação da República Francesa, com um regime democrático do tipo semipresidencialista. Um modelo que será marcado por características que se entende serem bastante particulares ao caso francês.

A liderança do General de Gaulle veio forjar muito deste modelo e das formas de governança do país, sendo ainda – neste início de século XXI - presente a sua marca nos políticos e nas estruturas de decisão do Estado, seja como modelo ou anti modelo. A quinta República é composta por um Parlamento, poder legislativo, o qual tem de funcionar conjuntamente com o poder executivo (Presidente da República e Governo).

Esta estrutura – Quinta República – foi inicialmente concebida como um regime parlamentar, com poderes executivos reforçados. Tornou-se, no entanto, num regime semipresidencialista, a partir de 1962, por via do resultado de um referendo com vista a instaurar as eleições presidenciais por sufrágio universal direto¹⁴⁹.

modernismo seguinte, foi também um personagem negativo, que nos anos de Governo Vichy teve a seu cargo a direção da Ordem dos Arquitetos, assumindo o decreto de interdição de prática profissional a arquitetos judeus, homossexuais ou franco-maçons (Cohen, 2014, p. 131)], dizia Marie Dormoy que “A obra de Corbusier não é realmente francesa, não porque o seu autor tenha nascido fora das nossas fronteiras, mas porque ele tem uma conceção da sua arte que não é como a nossa, onde as regras eternas foram sempre baseadas na razão, clareza e bom senso.”(idem, p36). De novo a perspetiva veladamente xenófoba, que é sobretudo importante porquanto “bem acolhida pelo grande público e replicada ao longo dos tempos. Por último referimos um episódio da polémica associada à construção da *Cité Radieuse* em Marselha, nos anos 40/50, no qual de novo pela boca d Georges Labro se ouviu a propósito das dimensões das habitações propostas que *entravam em conflito com as aspirações tradicionais da família francesa*. (ibidem, p.329). Nestas diferentes críticas ou ataques à figura e à arquitetura de Corbusier, temos a génese do desamor da opinião publica que persiste ainda nos nossos dias. Desde o desconforto de um possível colaboracionismo [trauma maior da sociedade francesa] , à dupla relação com os “estrangeiros” acolhidos mas não “assumidos”, ou ainda à dificuldade de aceitar a mudança a modernidade num país que sendo capaz de feitos universais maiores – com a Revolução Francesa e a declaração dos Direitos do Homem – lida mal e é conservador face à mudança do seu quadro de vida , como ficou bem explicito ainda durante a fase *Cité Radieuse* - *Sejamos do nosso tempo, mas desconfiemos dos percursores. Nós somos um país de lenta evolução e não de brusca revolução*. (Chaslin, Un Corbusier, 2015, p. 329) - Ideia que ecoou em múltiplos meios de comunicação da época e que terão deixado as suas marcas no “senso comum popular”.

¹⁴⁸ Presidente do Governo Provisório da República Francesa de 1944 a 1946, Presidente do Conselho de Ministros francês de 1958 a 1959, Presidente da República de 1959 a 1969.

¹⁴⁹ Quando estiver terminado o meu próprio mandato [de 7 anos], ou se a morte ou a doença o interrompesse antes do termo, o Presidente da República será, daí em diante, eleito por sufrágio

Esta reforma, ainda que sem alterar a Constituição no que diz respeito aos poderes presidenciais veio, no entanto, aumentar a força política do presidente.

O sistema implantado acabou assim por se tornar num sistema “híbrido”, uma vez que detém características próprias de um sistema presidencial, mas também de um sistema parlamentar.

A Constituição, elaborada em 1958, veio responder às exigências de uma lei constitucional, do mesmo ano, que confiava ao General De Gaulle (presidente do conselho do último governo da quarta República) o poder de a rever. Esta lei previa a manutenção do regime parlamentar, caracterizado pela responsabilidade do Governo perante a Assembleia, que o poderia destituir.

Não instituindo um sistema presidencial, a Constituição, no entanto, define “Um chefe de Estado e uma Assembleia, separados, enquadrando um Governo, resultante do primeiro e responsável perante o segundo.”¹⁵⁰

A partir desse momento, verificar-se-ia que, na prática, sendo o Governo nomeado pelo primeiro ministro, ministro esse, por sua vez, nomeado pelo presidente da República, o Governo seria fruto de indicação presidencial.

Em 1962, uma crise governativa iria provocar a dissolução do parlamento, dando lugar a novas eleições legislativas, as quais dariam maioria absoluta aos candidatos “gaulistas”. Georges Pompidou, primeiro-ministro de Charles de Gaulle, posteriormente eleito presidente da República (1969), iria ter um importante papel no período de crise de 1968, bem como no processo de governação que levaria à criação do Ministério da Cultura e, posteriormente, ao processo de criação da política de arquitetura.

Os anos pós de Gaulle foram ainda caracterizados politicamente pela sua herança política.

No entanto, é, simultaneamente, um período de crescente crítica às políticas conservadoras gaulistas. O ano de 1968, viria marcar o início de uma mudança profunda.

Nessa época, inicia-se um conjunto de medidas que expressam a crescente atenção ao ambiente e condições de vida – verificando-se um crescente investimento na investigação e modernização nos setores da indústria e do ambiente.

universal. (No original : « quand sera achevé mon propre septennat, ou si la mort ou la maladie l'interrompait avant le terme, le Président de la République sera dorénavant élu au suffrage universel. »), excerto do discurso de Charles de Gaulle (<http://www.ladocumentationfrancaise.fr>, s.d.).

¹⁵⁰ Discurso de Michel Debré, « Discours devant le Conseil d'État, 27 août 1958 » (Michel Debré, 2018, p. 2).

Algumas reformas são claramente iniciadas, no sentido de se vir a promover uma política específica, em prol da qualidade arquitetónica e urbana, o que levará à criação da lei sobre a arquitetura de 1977.

A fase inicial de preparação dessas reformas é marcada pela elaboração de um conjunto de relatórios do governo, como sejam:

- Relatório Paira (*rapport Paira*), iniciado por Malraux em 1969, o qual *anuncia* o “interesse público da arquitetura”, bem como da “assistência arquitetónica” (que virá a lançar as bases para os CAUE¹⁵¹), colocando igualmente a ênfase no carácter arquitetónico exemplar que deverão ter os edifícios públicos (bases para o MIQCP¹⁵², 1977, e lei MOP¹⁵³, 1985), convidando ainda ao lançamento das políticas públicas de investigação e experimentação.
- Relatório Lichnerowitz (*rapport Lichnerowitz*), em 1970, que vem sublinhar a urgência de revitalizar/reiniciar a investigação e a reforma do ensino da arquitetura, sendo criados a Direção de Arquitetura, os serviços de investigação arquitetónica e o Comité para a Investigação e Desenvolvimento em Arquitetura. Essa direção lança ainda as missões que prefiguram os CAUE e, após a rutura das Belas Artes, em 1968, lança ainda a reforma do ensino, criando as *Unidades Pedagógicas de Arquitetura*, as quais irão receber a qualificação de missão de serviço público de ensino superior em 1978.

E ainda o

- Relatório Cornuau (*rapport Cornuau*), em 1976, do Ministério do Equipamento, que retoma as propostas de uma arquitetura exemplar a ser promovida pelo Estado (PAN)¹⁵⁴ (Giusti, 2018).

No percurso (conturbado) para a elaboração e ratificação da Lei para a Arquitetura, ressaltam alguns episódios que testemunham o desconforto e desacordo sentidos pelos diferentes atores presentes nas fases de projeto e construção perante uma futura lei, colocando em campos opostos os diferentes atores presentes nas fases de projeto e de construção.

¹⁵¹ CAUE – *Conseil d'architecture, d'Urbanisme et de l'Environnement*. - Conselhos de Arquitetura, Urbanismo e Ambiente. «É um órgão de concertação entre os atores envolvidos na produção e gestão do espaço rural e urbano.» (CAUE - *Conseils d'architecture, d'urbanisme et de l'environnement*, 2018)

¹⁵² MIQCP – *Mission Interministrielle pour la Qualité des Constructions Publiques* – Missão Interministerial para a Qualidade das Construções Públicas.

¹⁵³Lei MOP – *Loi relative à la Maitrise d'ouvrage publique* – Lei relativa à encomenda de obras Públicas.

¹⁵⁴ PAN - *Programme Architecture Nouvelle (1972-1987)*. “Desde a sua criação em 1971, o Plano de Construção tem a missão de formular alternativas à arquitetura de “barras” para melhorar a qualidade arquitetónica dos edifícios. Deste desejo nasceu, em 1972, o “Programa de Nova Arquitetura (PAN)” (PUCA - *Plan Urbanisme Construction Architecture*, 2015).

O processo iniciou-se no seio do ministério dirigido por Malraux - através dos seus diretores para a Arquitetura, como é caso de Max Querrien, tendo assentado, desde a sua primeira etapa, em premissas como *o valor cultural da arquitetura*.

Desde essa fase inicial de elaboração da Lei, desenvolveu-se uma oposição a este projeto a partir do Ministério do Equipamento (anterior Ministério da Reconstrução). Os dois pólos opostos situavam-se, ou no campo dos defensores de uma política de arquitetura com ênfase na cultura, identificada com a classe profissional dos arquitetos, ou no da ênfase dada às questões técnicas e de mercado, associado ao sector das obras públicas e construção civil.

Sob esta nova política global em favor da arquitetura, que então se desenvolve, confrontam-se duas concepções de governança do Estado.

Conforme exposto pelo antigo encarregado de missão para a arquitetura, Julien Giusti:

“Por um lado, os que detinham uma visão global e hierárquica do território - levados pelos representantes do Ministério do Equipamento, dos grandes grupos de “BTP”¹⁵⁵ obras públicas, de construtores sociais, de promotores - recusam conceder o monopólio da concepção e realização de construções à corporação dos arquitetos.

(não competia a uma Lei definir a qualidade das construções, apenas as empresas sem condicionalismos poderiam fazer baixar os preços de mercado e responder à urgência da crise da habitação).

“Do outro lado, aqueles que davam prioridade à qualidade das construções sobre a produção em massa de habitação. Ao recolocar a arquitetura na esfera do seu valor cultural, confiavam esta missão de interesse público a uma decisão partilhada entre os arquitetos, os eleitos e a sociedade civil.

Esta concepção era apoiada pelo Ministério da Cultura, sendo também feito o apelo ao apoio de uma responsabilidade social do arquiteto.” (Giusti, 2018)

Após inúmeras alterações parlamentares à lei desenhada, são tomadas três decisões no sentido de instituir e defender o interesse público da arquitetura: O monopólio parcial dos arquitetos para as construções públicas, bem como para as construções particulares acima de um patamar de 170m²; A Assistência arquitetónica gratuita [através dos CAUE], como contrapartida da primeira decisão; a Reorganização da Ordem dos Arquitetos e do exercício da profissão.

A promulgação da Lei ocorre já num período de governação sob a presidência de Giscard d’Estaing, numa fase final do período dos “30 anos gloriosos”.

¹⁵⁵ BTP, sigla comumente utilizada relativa a *Batiments et Travaux Publics*, o que em português será “Construção e Obras Públicas”.

Nesta fase, são desenvolvidas ainda algumas ideias fortes, numa perspetiva mais generalista, como os valores de proteção do ambiente (criação dos parques naturais, etc.), mas também seguindo uma direção liberal e *burguesa*, como é exemplo a “proposta” de uma França de proprietários (de habitação), tendo Giscard d’Estaing preconizado uma *arquitetura à francesa* na qual se defende a *ideia popular (sempre presente) de uma moradia para todos no meio de um jardim à francesa*.¹⁵⁸

Em janeiro de 1977 é finalmente promulgada a Lei 77-2 sobre a arquitetura.

Após 40 anos de vigência, esta Lei inicial continua, hoje, a ser o único documento de enquadramento político da arquitetura – não existindo atualizações ou adendas ao documento inicial. No entanto, em 2014 foi dado início um processo de revisão e atualização da Lei, com vista a um novo programa com o título “Estratégia Nacional para a Arquitetura” (*Stratégie Nationale pour l’Architecture*).

Saliente-se o facto de, até 2018, este processo não ter tido muito mais resultados do que a elaboração de relatórios – relatório Feltesse (2013), relatório Bloche (2014) e relatório de grupos de reflexão (2015) – a par da realização de discussões parlamentares.

Quadro 5 - Síntese população / arquitetos - França	
População	66 864 379 hab.
Número de arquitetos	30 000 arqs.
Arquitetos por 1000 habitantes	0,45
% de arquitetos homens	63%
% de arquitetos mulheres	37%
% de arquitetos com menos de 40 anos	25%

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e CAE, consultado em 2018.

2.1.1 Análise sociocultural

Numa abordagem sociocultural do país, verificamos que heranças de momentos chave da história de França – em particular da *Revolução Francesa* - se encontram ainda presentes na organização geral da sociedade através das instituições e estruturas políticas nacionais. O impacto desse momento de agitação e mudança social e política, - com repercussões em toda a Europa e no mundo – é de tal forma notável que, ainda hoje, teremos de o ter presente ao analisar o contexto nacional de uma Política de Arquitetura nacional, em França.

¹⁵⁸ (*idem*)

Este facto poderá ser, igualmente, uma chave para a compreensão de alguns fenómenos paradoxais a que assistimos e que fazem de França um caso de dicotomia “revolucionária/conservadora”.

Este ponto organiza-se, grandemente, em torno de questões ligadas ao Estado, à sua organização administrativa e territorial, e ainda, de uma abordagem da caracterização política do país. Este enfoque é particularmente pertinente neste estudo de caso, sendo o país caracterizado por uma forte presença do Estado. A revolução do século XVIII deu o impulso para profundas (e radicais) mudanças na estrutura social e institucional do país.

Passados 200 anos, verificamos que muitas dessas transformações revolucionárias são ainda a base do funcionamento do país, o que poderá ser sinal da existência de um carácter conservador nessa sociedade, ao manter em funcionamento e considerar ainda válidos esses princípios e estruturas.

Como exemplo, observe-se que o impacto de muitas das transformações introduzidas nesse momento está ainda presente em vários aspetos da própria política de arquitetura e estrutura profissional, de formas mais ou menos diretas, como é o caso da estrutura territorial do país.

Trata-se do país com maior área geográfica da união europeia (632.800km²)¹⁶⁰ dividindo-se o território francês em 22 regiões, entre as quais se repartem 96 departamentos (na França metropolitana).

Existem ainda 4 outros departamentos Ultramarinos (Guadalupe, Martinica, Reunião e Guiana), 2 coletividades territoriais (Maiote e São Pedro e Miquelão), e os territórios ultramarinos (Polinésia francesa, Nova-Caledónia, ilhas Vális e Futuna, terras austrais e antárticas).

Na França Metropolitana, cada departamento é subdividido em distritos, cantões e comunas (municípios).

O departamento tem competências nos domínios da assistência social, rede viária, ensino e transportes. Dispõe de um Conselho geral, eleito por sufrágio universal direto, que designa um presidente.

A comuna é a unidade administrativa mais pequena. A nível europeu, França é o país onde existem em maior número (36.763).

¹⁶⁰ Conforme dados extraídos de europa.eu a 01/08/2018

A região é uma coletividade local, criada, em 1982, pela lei da descentralização (o objetivo é o de favorecer o desenvolvimento económico, social, cultural e o ordenamento do território).

A região é administrada pelo Conselho Regional, eleito por sufrágio universal direto. O Conselho designa um presidente que é o órgão executivo da região.

De forma mais detalhada e hierarquizada, temos:

As Comunas (*communes*): correspondem a coletividades de “base” ou de proximidade. São as entidades territoriais mais antigas e de mais fácil reconhecimento por parte do cidadão. A sua criação data de 1789 (lei de 14 dezembro), a qual definiu como *tal* todas as comunidades de habitantes (paróquias, aldeias, lugares, cidades). Consequência do seu longo passado e permanência existem em elevada quantidade no país (36.552 em 2014)¹⁶¹. As competências das comunas – dirigidas por um *maire* - articulam-se em torno do urbanismo, gestão de solos, ensino básico, cultura e património.

Igualmente com origem na Revolução Francesa, existe uma segunda estrutura territorial: o Departamento (*département*). Estes foram criados no intuito de aproximar os administrados da administração [a divisão departamental do território foi feita de forma a permitir a deslocação ao “chef lieu”¹⁶² numa jornada a cavalo].

Desde 1871, os Departamentos são geridos por um conselheiro geral, eleito por sufrágio universal direto. As competências departamentais situam-se em esferas como: ação social, grandes equipamentos, rede viária, ensino secundário e desenvolvimento rural).

Existe ainda um terceiro tipo de coletividade territorial (mais recente e de maior dimensão): a região. A sua criação teve dois momentos: nos anos 60, o Estado pretendeu implementar um sistema de administração desconcentrada, tendo, em 1964, criado os “prefeitos de região”. No entanto, apenas em 1982 a região se tornou numa coletividade territorial, de facto, baseada nos modelos de comunas e departamentos.

Esta organização de estrutura territorial, em múltiplas camadas, teve na sua génese uma intenção de aproximar os cidadãos ao Estado.

¹⁶¹ Estes valores têm vindo a diminuir, através de processos de fusão, sendo o número de “comunas” existentes em 2018 de 33.357.

¹⁶² *Cheflieu*, corresponderá em português a “capital de departamento”, enquanto aglomeração urbana de maior importância.

Constata-se, atualmente, que este desejo de aproximação dos cidadãos ao Estado, através de diversas estruturas territoriais e diferentes competências, acarreta um acréscimo de burocracia, o que entra em conflito com a aproximação e simplificação desejadas. A dimensão e quantidade de entidades complexificou-se de tal forma que gerou entropia, num sistema que pretendia clareza e acessibilidade.

No entanto, é também este sistema que permite a existência de um tão elevado número de funcionários públicos (superior a 5 milhões), e de um equilíbrio de emprego disperso por todo o território.

Podemos entender esta organização do Estado, e a sua relação com cidadãos / sociedade, como uma forma de se garantir uma ligação efetiva entre ambos e um determinado patamar de nível de vida médio, por via do garante de emprego a tão grande número de pessoas.

Répartition des effectifs entre les trois versants de fonction publique en 2015

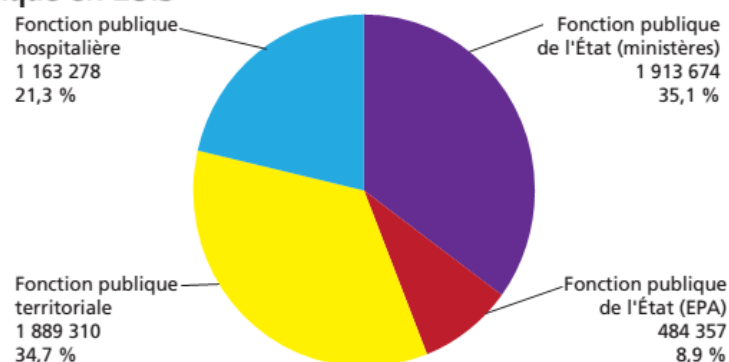


Figura 8 - Gráfico de empregos na função pública em França.

[Fonte :https://www.fonctionpublique.gouv.fr/files/files/statistiques/chiffres_cles/pdf/Chiffres-Cles_Web2017.pdf]

A organização política da quinta república francesa baseia-se na Constituição de 1958. Esta Constituição assegura a repartição de poderes (executivo, legislativo e judiciário) e define as competências do Presidente da República e dos outros órgãos fundamentais do Estado.

Do ponto de vista do regime constitucional, França é uma democracia semipresidencial (ou semiparlamentar).

O presidente da República, eleito diretamente pelo povo, só pode exercer as suas funções de chefe de Estado se obtiver maioria na Assembleia Nacional, na qual os membros (deputados) são igualmente eleitos por sufrágio universal.

O presidente da República é eleito por sufrágio universal direto e exerce funções por 5 anos. Incumbe-lhe a nomeação do primeiro ministro e, sob proposta deste último, a dos outros ministros. Preside ao Conselho de Ministros, zela pelo respeito da Constituição e preside ao Conselho Superior da Magistratura. Pode dissolver a Assembleia Nacional e submeter projetos lei ao povo, através de referendos.

Na Constituição da quinta República, o poder executivo é realizado tanto pelo presidente da República como pelo Governo.

O presidente da República tem um papel preponderante de liderança se for apoiado por uma maioria parlamentar que dê o seu voto de confiança ao Governo.

O Parlamento é composto de duas assembleias:

Assembleia Nacional e Senado: Assembleia Nacional, composta por 588 deputados, eleitos por sufrágio universal direto, e o Senado, composto por 318 senadores eleitos por sufrágio indireto por um colégio eleitoral composto por “grandes eleitores” (conselheiros gerais dos departamentos e delegados dos conselhos municipais).

As duas câmaras votam as leis (poder legislativo) e, em caso de desacordo, é a Assembleia Nacional quem tem a última palavra.

A Assembleia Nacional vota o orçamento nacional e pode derrubar o Governo através de uma moção de censura.

A situação política no país, desde o início da quinta república até aos nossos dias, tem sido marcada pela bipolarização esquerda/direita.

A crescente representatividade do partido de extrema direita francês – Frente Nacional (*Front National* / FN), tem sido “justificada” pela ameaça terrorista que tem assolado o país, em particular desde 2012, ano do primeiro de uma série de atentados na Europa em geral e em França em particular realizados em nome de um Estado Islâmico.

Nas mais recentes eleições presidenciais, em 2017, dos 11 candidatos iniciais, cujos horizontes políticos cobriam desde uma esquerda clássica a uma direita conservadora, passaram à segunda volta a candidata da extrema direita, Marine Le Pen, e o candidato de uma nova força política (reinventada a partir de um partido socialista que então se apresentou totalmente desmantelado) a que se chamou partido *En Marche* ou *La republique en Marche*. Este novo partido, que se apresenta como uma terceira via – dando grande protagonismo a movimentos de cidadãos e não tanto a políticos consagrados, ou estruturas partidárias tradicionais – tem, como líder, Emanuel Macron, então eleito presidente da República francesa.

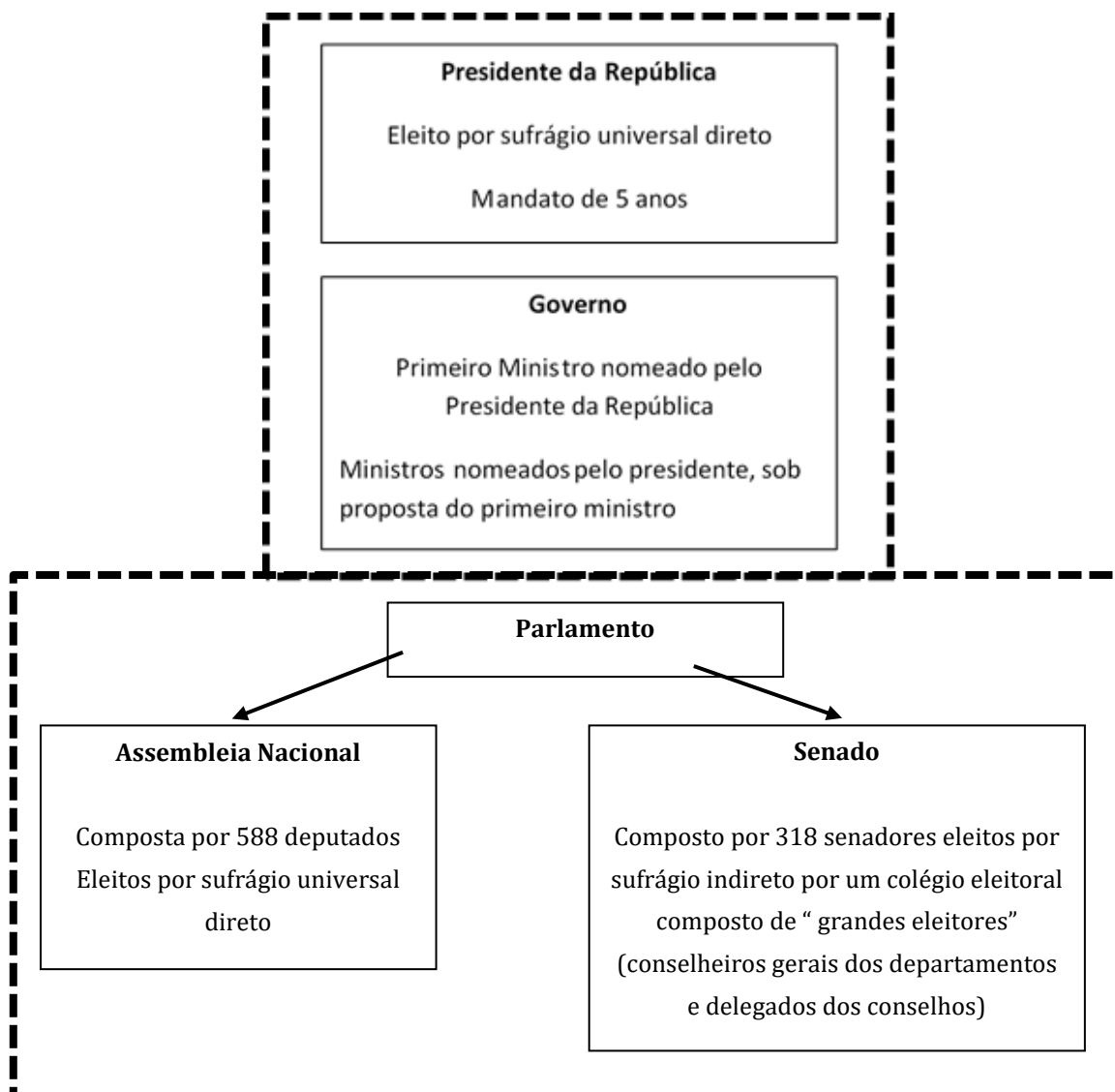


Figura 9 - Esquema da organização política no Estado Francês

[Fonte: elaboração própria]

Quadro 6 – contextualização sociocultural - França	
Temática	Dados
População	Total – 66 864 379 hab.
Geografia	Área total do país – 632 800 km ²
Economia	PIB – 2 295 063 M€
Sistema político	República (democrática) semipresidencialista
União Europeia	Faz parte dos países fundadores da União Europeia, 1958 Espaço de Schengen desde 1995 Pertence à “zona Euro” desde 1/1/1999 Presidência do Conselho Europeu por 12 vezes (entre 1960 e 2008)
Estado social	Existe (ainda).
Ministério da cultura	Existe Ministério da Cultura, (criado em 1959, pelas mãos de André Malraux) tutela o ensino superior “Cultura”, no qual se inserem as escolas de arquitetura (ENSA). É composto por 1 Ministro, 1 secretário geral e 4 diretores gerais; (direção geral dos patrimónios, direção geral da criação artística, direção geral dos media e das indústrias culturais, delegação geral para a língua francesa e as línguas de França.)

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e Europa.Eu, consultados em 2018

Em síntese, da presente análise sociocultural, ressalta o facto de se tratar do maior país da união europeia, em termos geográficos. A sua estrutura organizativa territorial, e o seu modelo político atual – correspondendo ao introduzido no final dos anos 1950 – traduz um país fortemente dependente do Estado que, apesar do processo de descentralização desenvolvido nos anos 80, permaneceu como uma estrutura piramidal, encarnada na figura do presidente da república, por um lado, e na da capital, Paris, por outro.

Em grande parte resultado de momentos históricos fundacionais, com a Revolução Francesa a assumir um lugar fundamental nesta caracterização, temos uma sociedade extremamente equilibrada, mas separada, sendo, por um lado, constituída por uma imensa classe média (rural e suburbana), cujo acesso aos bens essenciais e a manutenção do poder de compra é um fator de reivindicação constante, cujo nível cultural será mediano, extremamente alicerçado numa realidade própria ao país e pouco propensa a olhar o exterior, e, por outro lado, por uma elite intelectual urbana, extramente culta e razoavelmente aberta ao exterior. Considerando uns e outros, temos, genericamente, uma imensa crença no papel fundacional do país, na ideia de liderança nacional face ao mundo, em geral, e à Europa, em particular.

Este perfil da sociedade será espelhado, como adiante iremos ver, quer no modelo de política de arquitetura existente (e a existir), quer nas práticas da arquitetura, nas da sua encomenda e na receção popular à mesma.

2.1.2 Análise do ambiente profissional

Numa sucinta análise do ambiente presente no país, relativamente às condições e à prática profissional dos arquitetos, bem como à produção arquitetónica existente, pretendemos apresentar o enquadramento disciplinar atual, que contextualiza a política de arquitetura existente no país, bem como as principais características que permitem diferenciar este caso de estudo, relativamente aos demais. Conjuntamente com a análise de contextualização sociocultural do país - e cruzando-se com a análise documental da Política de Arquitetura existente - permitirá, esta leitura, obter um quadro relativo às rotinas e valores culturais a ela subjacentes, expressão das influências de diferentes dimensões culturais, específicas de cada país, próprias de uma abordagem etc.

O ambiente arquitetónico francês atravessou distintos, e quase antagónicos, momentos, ao longo destes 40 anos de Política de Arquitetura.

Os anos 1960/1970 foram substancialmente marcados pela reconstrução do país, em particularmente pelo imenso investimento feito em habitação coletiva.

Se, por parte da opinião pública, a apreciação dos resultados - da arquitetura produzida nestes anos - é sobretudo negativa, pela crítica disciplinar esses são considerados como anos de produção intensa, e de grande inovação, no panorama internacional.

Datam desse período grandes momentos da arquitetura como as *unités d'habitation* de *le Corbusier* – Cité Radieuse, Marselha 1945/ 1952; Rezé, 1955; Briey-en-Forêt, 1959 e Firminy, 1964 – as obras experimentais de Jean Prouvé, a experimentação tipológico-construtiva de Fernand Pouillon.

Refere Lucan que o facto de o maior esforço e investimento dos arquitetos, e da sociedade, ter sido orientada para a reconstrução do país no pós-guerra; período (1945/1965), no qual nascem as zonas de urbanismo prioritário (ZUP), terá, entre outras consequências, contribuído para o isolamento da arquitetura francesa da cena internacional.¹⁸⁵ O empenho dos arquitetos franceses nesse movimento, levou mesmo a um desinteresse ou afastamento dos debates europeus. Conforme nos explica Jacques Lucan “A arquitetura francesa acarretou com as consequências isolando-se da cena internacional, apesar de que muitas realizações mereçam ser salvas do esquecimento e sejam dignas de figurar entre os contributos interessantes para o problema da habitação de massa em particular.”¹⁸⁶

Apenas nos finais dos anos 1970, veremos uma “reviravolta”: “*a crítica das realizações e projetos dos anos precedentes, de uma planificação inspirada na carta de Atenas, torna-se virulenta*”¹⁸⁷; o que leva a uma multitude de debates que extravasam o círculo restrito dos arquitetos.

O final dos anos 1960 trouxera consigo uma reorientação das prioridades e interesses dos arquitetos franceses. As preocupações sociais e políticas deram origem a uma crescente atenção às questões urbanas, em detrimento das questões da arquitetura. Tal não invalida que datem dos anos 1970 algumas obras de relevo no panorama da arquitetura francesa e internacional, como a Torre Montparnasse, de Beaudouin, Saubot, Cassan, Hoÿm de Marien, inaugurado em 1973, a Torre de Água de Christian de Portzamparc, em 1974, experiências brutalistas de Renaudie ou o Centro Georges Pompidou, em 1977 (não obstante se trate de projeto de arquitetos não franceses, é talvez a maior referência na arquitetura francesa do século XX)¹⁸⁸.

¹⁸⁵ (Lucan, 1989)

¹⁸⁶ idem

¹⁸⁷ idem

¹⁸⁸ A questão da “nacionalidade” da obra ou do(s) autor(es), na relação com identidade da arquitetura de um país será aprofundada no capítulo III do presente trabalho.



Figura 10 - Depósito de água, « Château d'eau », Christian Portzamparc, 1974, Paris (Seine et Marne)

[Fonte: <http://www.christiandeporzamparc.com/en/projects/green-tower/>]



Figura 11 - Torre Montparnasse, Paris, 1973 projeto de Beaudouin, Saubot, Cassan, Hoym de Marien, (em 2016 foi lançado concurso internacional com vista ao redesenho de fachada da torre- concursos ganhos pela equipa francesa "Nouvelle AOM", que se mantém como um dos edifícios mais detestados dos parisienses...)



Figura 12 - Centro de Ivry-sur-Seine, « Les Étoiles », 1972, projeto de Jean Renaudie

[Fonte : <http://www.leparisien.fr>]

Os anos 1980 marcam, de certa forma, uma alteração do posicionamento da arquitetura francesa no panorama internacional - verificamos que , após os anos 1980, o olhar atento – desde o estrangeiro – que recaía sobre a teoria e a prática da arquitetura em França, desde os anos do modernismo, decaiu (não obstante alguns momentos particulares, como sejam as premiações internacionais; Pritzker 1994 a Portzamparc e em 2008 a Jean Nouvel) .

Até aos anos 1980, o espaço urbano teve um papel preponderante, na prática profissional dos arquitetos franceses, sendo essa a área que maior impacto teve na internacionalização de uma cultura arquitetónica francesa, grandemente veiculada pelas revistas especializadas que marcavam presença dentro e fora do país.

Dois momentos, de particular relevância, estarão associados a esta alteração: por um lado, uma crise associada à crítica interna dos *grands ensembles*, produzidos nos anos do pós-guerra, como fruto de uma necessidade urgente de reconstrução de um país devastado pela guerra e com enormes carências de habitação. Essa crítica terá desviado o olhar do objeto arquitetónico, por si mesmo, para questões de ordem social e antropológica, centrando-se, sobretudo, em debates sobre a cidade e o urbanismo e menos em questões do projeto de arquitetura (centrado no edifício).

O final dos anos de 1980 marca um novo impulso na arquitetura nacional, dado pelo Estado, através do presidente François Mitterrand (1981/1995), ao lançar os “*grands*

*travaux*¹⁹⁶. Começa uma fase na qual os arquitetos são chamados a intervir em projetos de grande dimensão, equipamentos de exceção – grande parte dos quais atribuídos através de concursos públicos. São disso exemplo os projetos do Arco da Defense (1989, Paul Andreu), ou o Instituto do Mundo Árabe (1987, Jean Nouvel), Parc de la Villette (1983, Bernard Tschumi), a Pirâmide do Louvre (1985/1989, Ieoh Ming Pei).



Figura 13 - Arco da Défense, 1989, Paris, 1989 (arquitetos Paul Andreu, Johan Otto von Spreckelsen)

[Fonte: <http://www.paul-andreu.com>]

Com a política de descentralização, iniciada pela Lei da descentralização, em 1982¹⁹⁷, este tipo de intervenções de exceção [pelo tipo de programas, pelos custos envolvidos, pela dimensão e pelo impacto mediático associado] deixou de estar apenas presente na capital, para se tornar uma prática disseminada por todo o território nacional.

¹⁹⁶ *Grands travaux*, conjunto de obras, destinadas a espaços de carácter cultural, sobretudo situadas na região parisiense; tratava-se para cada projeto, de responder a uma vontade de democratização, tornando acessível a todos, o património artístico.

¹⁹⁷ Lei relativa aos direitos e liberdades dos municípios, departamentos e regiões « Loi du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, qui constitue, avec la quarantaine de lois d'accompagnement, l'« acte I » de la décentralisation.



Figura 14 - Instituto do Mundo árabe, 1987, Paris, arquiteto Jean Nouvel,

[fotografia de Manuel Lema Barros, 2016]

Entra-se então numa nova fase, na qual os eleitos locais procuram, no seu território, reproduzir experiências de sucesso através da arquitetura.

Experiências essas, que se foram tornando modelos para estratégias de atratividade e promoção dessas cidades e regiões.

Tais procedimentos forjaram uma tipologia de projeto e de prática profissional particular: a encomenda é resultado, na maior parte dos casos, de concursos públicos de arquitetura. O que é almejado pelos promotores – eleitos locais – é a criação de edifícios de exceção, o que, desde o início dos anos 1990, corresponde, segundo François Chaslin, a uma tentativa, por parte do arquiteto, de tentar *marcar a sua diferença*, desenvolver um *estilo identificável* de forma a poder *existir em cena*. (Chaslin, 1990)

Este momento, e estas características, não serão o retrato de França, exclusivamente, mas de um momento internacional numa época de *intersubjetividade generalizada*; no entanto, reconhecemos e identificamos esta situação no sistema de encomenda do Estado francês.

Neste enquadramento, surgem, então, novas arquiteturas com eco e “reconhecimento internacional”. Não tanto pelo facto estas pertencerem, ou darem corpo, a algum movimento intelectual ou filosófico nacional, mas pelo facto de os meios de transmissão e divulgação – revistas, *sites* – procurarem publicar, sobretudo, o que vai,

nas palavras de Chaslin *espantar, renovar a emoção, satisfazer a curiosidade*.²⁰⁰ Estes projetos / edifícios icônicos correspondem a esta procura.

Trata-se de edifícios, imagens de edifícios, de exceção, que transmitem uma ideia de uma certa arquitetura francesa contemporânea, inovadora e exuberante. Fruto de opções políticas, de sobreposições regulamentares, de uma cultura popular de massas, estas arquiteturas, “de espantar”, refletem aquilo que entendemos ser uma das faces da atual arquitetura francesa.



Figura 15 - Centro de Artes Coreográficas Angelin_Preljocaj “Pavillon Noir”, Aix -en-Provence, 2004, arquiteto Rudy Ricciotti

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2018]

Considerando que haverá duas arquiteturas presentes, atualmente, em França, identificamos, por um lado, estas arquiteturas de “exceção, icônicas, mediáticas, atrativas, de risco”, associadas sobretudo a programas de equipamentos públicos (culturais, ensino) e, por outro lado, uma arquitetura a que poderíamos chamar de “corrente, do quotidiano”, que reflete uma não particular atenção à inovação ou à qualidade. Arquiteturas anónimas que pontuam o território e que são resultado de vários fatores concretos, em particular de uma não cultura arquitetónica dos cidadãos²⁰⁸, de um certo tradicionalismo, ou mesmo conservadorismo, associados a fatores legais como a não obrigatoriedade de recursos a arquiteto, para edifícios de

²⁰⁰ Idem

²⁰⁸ A questão da *cultura arquitetónica dos franceses* foi alvo de um estudo específico publicado em 2018 (Tapie, 2018), que refere vários fatos como “ a cultura arquitetónica dos franceses é plural, existindo um conjunto de estereótipos , bem como uma general cisão entre o grupo dos arquitetos e os cidadão, sendo que os mais velhos, com maior escolaridade se encontram mais aptos e interessados na arquitetura contemporânea. Independentemente das faixas etárias e nível escolaridade ou socioeconómico, é geral a apreciação positiva sobre o património histórico arquitetónico.

habitação com áreas inferiores a 150m²²⁰⁹, e a crescente presença de concursos de conceção construção, nos quais o papel do arquiteto é relegado para um lugar secundário (ou até dispensável).

Identificando fatores desta dicotomia - excecional/corrente - e de um geral déficit de qualidade arquitetónica e construtiva, refira-se a isenção de recurso a arquiteto para projetos de área inferior a 150m² (situação que corresponde à maior parte das habitações unifamiliares, dispersas por todo o território), a ausência de projeto de *mission complete*²¹⁰ no sector privado (apenas no caso de projetos públicos, esta é obrigatória, e corresponde à elaboração de todas as fases de projeto, bem como ao acompanhamento de obra, mas que, no entanto, exclui o projeto de execução), distanciamento da população relativamente à arquitetura (preconceitos relativos ao papel do arquiteto, noção irreal de custos de projeto).

Acresce ainda um problema, não exclusivamente francês, que se relaciona com a acumulação de regulamentação europeia, transposta para quadro nacional relativa a acessibilidade, térmica/acústica, etc., originando um progressivo apagamento do papel do arquiteto no seio das equipas de projeto e de obra

De forma exemplificativa, verifica-se, amiúde, a existência de edifícios altamente mediatizados, de grande impacto visual e forte presença na paisagem, em cujos espaços interiores não se reflete essa procura de inovação e/ou qualidade arquitetónica. Assiste-se a um distanciamento entre patamares de qualidade, entre imagem e execução. Recentemente, um caso paradigmático foi amplamente noticiado – por se tratar de uma obra mediática de um arquiteto de relevo – mas que espelha o que regularmente sucede em inúmeras obras. Jean Nouvel e o caso da nova Filarmónica de Paris:

Este exemplo, apontado nos media como exemplificativo de uma “atitude sobranceira própria dos arquitetos”, revela, no entanto, alguns problemas comuns a toda a classe

²⁰⁹ 150m², tendo sido este limite de 170m² até ao momento de introdução de alteração à lei MOP (em vigor em 2017), após elaboração da Estratégia Nacional para a Arquitetura.

²¹⁰ *Mission complete*, Missão Completa: Divide-se em duas grandes fases: Projeto e Obra, da seguinte forma: Projeto -Viabilidade; Programa Preliminar (1/200), Estudo Prévio (1/100); Projeto Base; Pedido Licenciamento. Obra – Estudos de Projeto (1/50); Consulta a empresas; Direção de Obra; receção dos Trabalhos. De notar a supressão da fase *Etudes d'Execution* (EXE) de peças com escala inferior a 1/50.

Conforme : <http://www.section-a.fr/non-classe/savoir-faire/la-mission-complete-etape-par-etape> .

relativos à complexa e difícil relação entre donos de obra, empresas de construção - *maître d'oeuvre* – e equipa de projeto.²¹¹



Figura 16 - Filarmónica de Paris, 2015, Paris, arquiteto Jean Nouvel,
[Fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

Os problemas que nesta obra, em particular, se revelaram, resultaram de uma situação em que se verificou a prevalência de questões económicas relativamente a valores arquitetónicos (custos de obra estimados de forma escamoteada por parte das empresas de construção a concurso com vista à adjudicação da obra, afastando-se dos reais valores de execução que o projeto implicaria).

A entropia causada por divergências entre empresas de construção, dono de obra e arquiteto, sempre relativas ao tema da máxima redução de custos, levou ao progressivo afastamento do arquiteto autor do projeto, relativamente ao processo de obra.

A situação, neste caso concreto, deu origem a um conflito grave entre arquiteto e empresa de construção resultando na instauração de um processo judicial.

Em 2016, estavam registados 29.800 arquitetos em França, o que corresponde a uma distribuição de 0.45 arquitetos por 1000 habitantes, o que faz de França o país – no conjunto dos 4 países em estudo, no presente trabalho - com menor número de arquitetos por habitante.

Na sua distribuição, por setor de atividade profissional, verifica-se que apenas 5% trabalham no setor público.

²¹¹ *Maitrise d'ouvrage*, corresponde ao promotor; *Maitre d'oeuvre*, corresponde ao diretor de obra (arquiteto).

A inscrição na Ordem dos Arquitetos, bem como a subscrição de seguro de responsabilidade profissional, são obrigatórias para todos os arquitetos,²¹². As formas de exercício da profissão, as regras de funcionamento de sociedades de arquitetura, são definidas em legislação própria (Lei 77-2, bem como por decretos e convenções públicas).

A encomenda de arquitetura é também regulamentada, nomeadamente através de legislação própria, a Lei MOP (*maîtrise d'ouvrage publique*)²¹³.

Os concursos de arquitetura são prática corrente, podendo ser promovidos quer por entidades públicas (*maître d'ouvrage publique*), quer privadas (*maître d'ouvrage privée*). Os concursos seguem um procedimento por fases, correspondendo a primeira à seleção de equipas (as quais se candidatam enviando “dossiers” de composição de cada, incluindo curriculum e dados financeiros.) Após esta primeira fase, tendo o cliente/ promotor selecionado um conjunto de (3 a 5, é a situação mais comum), cada uma delas é encarregue de desenvolver o projeto, seguindo um caderno de encargos preciso e detalhado – sendo comum o programa arquitetónico ser apresentado aos concorrentes, através de plantas de organização espacial [realizadas pelos “organigramistas / programadores” ²¹⁴, especialidade que, entretanto, apareceu].

²¹² Obrigatoriedade para todos os arquitetos que assinem projeto, ou seja, quem exerça como colaborador, numa estrutura de atelier, pode estar dispensado, não assumindo, como consequência, a autoria do projeto.

²¹³ «loi MOP» corresponde aos diferentes textos de lei, (leis, decretos), relativos à “Maîtrise d’Ouvrage Publique “promotor público (quando o cliente é público e a encomenda é realizada diretamente pelo Estado), e as suas relações com a encomenda privada. A lei MOP é aplicável à realização de qualquer obra de edificação ou infraestruturas, bem como a equipamentos industriais e sua exploração, nos quais o cliente é o Estado, as coletividades territoriais organizações privadas de habitação social, e os seus edifícios públicos, ou quaisquer outros edifícios similares

Em síntese: esta lei define o conceito de “maître d’ouvrage” e as suas responsabilidades (modalidades de consulta, elaboração de contratos, previsão de dotação financeira, administração, técnicas de realização, gestão de projeto). A lei elenca as pessoas coletivas autorizadas a ser agentes representantes da “maître d’ouvrage” e determina as relações entre ambos. Define ainda a missão da “maitrise d’œuvre”. Enumera os princípios que regem as tarefas básicas definidas por classes de obras, num contrato único. Define as regras de adjudicação de contratos de gestão de projetos e a seleção do principal adjudicatário; impõe uma apólice de seguro para qualquer pessoa singular ou coletiva envolvida no trabalho; aborda as questões de incumprimento financeiro.” Conforme documento “Organiser un concours d’Architecture” publicado pelo Sindicato dos Arquitetos

²¹⁴ *Programmistes*, profissão sindicalizada (*Syndicat des programmistes en Architecture et Aménagement*) à qual se acede com diploma em arquitetura, engenharia, urbanismo, e posteriores formações específicas de “programação”. O serviço prestado por um “programista”, conforme indicado na página do Sindicato dos Programistas, consiste na *avaliação da exequibilidade de um projeto de construção ou de arranjos exteriores ou remodelação, segundo os custos, as condicionantes sociais e ambientais, a utilização de equipamentos.... Assim, ela irá poupar tempo ao arquiteto na fase de projeto.*

No caso dos concursos privados, não existe obrigatoriedade de anonimato, havendo lugar a discussão entre cliente e equipas projetistas, a partir do momento do desenvolvimento de projeto ao nível de estudo prévio.

Conforme o art.º 38 do Código dos Contratos públicos (CMP), o concurso é o procedimento através do qual a entidade adjudicadora escolhe, após uma competição e respetiva avaliação, através de um júri, um plano ou projeto (...), antes da atribuição, a um dos candidatos aprovados uma adjudicação”.

A questão das compensações financeiras a atribuir aos concorrentes, segundo o ministério do interior, não é obrigatória nos procedimentos de concurso regidos pelo CMP.

Os prémios são atribuídos aos candidatos, de acordo com as propostas do júri, após a seleção dos vencedores pela entidade adjudicante e de uma negociação prévia entre a entidade adjudicante e estes últimos. Na verdade, existe alguma liberdade de decisão por parte da entidade promotora do concurso quanto à forma, e valor, de atribuição de compensações financeiras. Na prática, verifica-se que ,na grande maioria dos casos, existe esta atribuição, o que é uma situação particular deste país relativamente a outros em análise e que estará na base de alguma liberdade de ação por parte das empresas de arquitetura – sendo que, em geral, os investimentos realizados na participação em concursos são investimentos de baixo risco [situação diametralmente oposta ao caso Português, em que o risco é total, uma vez que apenas em caso de atribuição de um primeiro lugar, o investimento realizado por uma empresa de arquitetura poderá ser recuperado].

os concursos são uma forma de obter adjudicação de projetos, bem como de se proporcionarem oportunidades de criação de propostas de maior liberdade criativa – maior experimentação – e, conseqüentemente, de ser mais possível atingir um reconhecimento profissional, pelo facto de os projetos se virem a constituir como edifícios de exceção, inovadores e de maior qualidade arquitetónica, reconhecimento esse normalmente associado a sistemas de premiação em arquitetura, que dão origem, *a posteriori*, a um reconhecimento por parte quer do Estado, quer dos cidadãos.



Figura 17 - Museu das Civilizações da Europa e do Mediterrâneo (*MUCEM Musée des civilisations de l'Europe et de la Méditerranée*, Marselha; 2013, projeto de Ruddy Ricciotti (obra resultante de concurso, no âmbito da renovação urbana de Marselha Capital da Cultura 2013).

Em França, o sistema de premiação nacional assenta, fundamentalmente, em três prémios de âmbito nacional, o *Grand Prix Nationale de l'architecture*, promovido pelo Ministério da Cultura, premiando o conjunto da obra de um arquiteto ou de uma equipa de arquitetos instalados em França. É um prémio bienal, criado em 1975 [tendo havido uma interrupção na sua atribuição entre 1999 e 2004]. É definido e regulamentado pelo Decreto de 21 de abril de 2006. Indica o Ministério da Cultura que *é sua intenção, com este prémio, afirmar o lugar da arquitetura no seio do Ministério e destacar a ação conduzida em prol dos arquitetos, da criação, da investigação arquitetónica e urbana e do ensino.*

Igualmente promovido pelo Ministério da Cultura, existe o prémio *Album des jeunes architectes et paysagistes*, o qual visa promover e favorecer o acesso à encomenda por arquitetos e paisagistas de idade inferior a 35 anos.

Por último, o prémio *Prix de l'équerre d'argent*, instituído, em 1960, por Paul Marcel Durand Souffland, através da revista de então "l'architecture française" o qual foi atribuído anualmente até ao ano de 1974, altura do desaparecimento da publicação. Apenas em 1983 seria retomado, pela revista "Le moniteur des travaux publics et du bâtiment", pertencente ao grupo de imprensa *Moniteur*.



Figura 18- Edifício da Ópera de Lyon (1993), projeto de Jean Nouvel, premiado com o Prix de l'équerre d'argent, em 1993.

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2013]

Não se tratando de um prémio promovido pelo Estado – caso dos anteriormente referidos – este prémio atingiu, no entanto, um estatuto público de prestígio nacional incontestado.

A seleção é feita por um júri composto de arquitetos, críticos de arquitetura e promotores. Trata-se de um prémio, com periodicidade anual, que visa recompensar uma equipa, composta pelo “*maître-d'ouvrage*” e pela “*maître d'oeuvre*” (arquiteto e engenheiros), que tenha contribuído para a construção de um edifício em solo francês,

Decorre destes prémios – como em geral de qualquer sistema de premiação em arquitetura - o reconhecimento do prestígio de um arquiteto, a qualidade de uma obra, ou conjunto de obras, a que corresponde um reconhecimento não só entre pares, mas também no seio da população.

O reconhecimento do prestígio de um arquiteto, o reconhecimento do seu valor profissional, por parte do Estado francês, é verificável através de ações como é exemplo a atribuição de cargos públicos para os quais inúmeros arquitetos premiados são chamados a participar.

É o caso dos arquitetos chamados a fazer parte do núcleo dos “*architectes conseil*”²¹⁵. Trata-se de um “grupo de missão”, inicialmente sob a tutela do Ministério da

²¹⁵ *Architecte - conseil*: cargo criado nos anos 1950 por Claudius Petit (ministro da reconstrução e urbanismo), sendo estes arquitetos nomeados ministerialmente (seja pelo Ministério responsável pelo urbanismo ou pelo Ministério da Cultura). São nomeáveis arquitetos profissionais liberais, de mérito e experiência, sendo recrutados através de exigente seleção feita em comum pelos 2 ministérios, tendo em conta a diversidade da sua atividade liberal, a sua experiência, a sua competência para reforçar os meios

Reconstrução, atualmente sob tutela do Ministério da Cultura e Comunicação, incumbidos esses arquitetos de um papel de aconselhamento e controle da qualidade de projetos em todo o território.

O reconhecimento da qualidade profissional, e prestígio de alguns arquitetos, esteve recentemente na base da sua seleção e convite para participar nos debates de preparação da Estratégia Nacional para a Arquitetura, seja em audições individuais preparatórias do “relatório Bloche”, seja na organização e animação de mesas redondas e grupos de trabalho temáticos.

No percurso internacional, o reconhecimento da arquitetura francesa – elaborada por arquitetos franceses – é visível através da atribuição de alguns prémios de particular valor disciplinar.

A nível europeu, o Prémio Mies van der Rohe, em 1996, foi atribuído a Dominique Perrault, pela Biblioteca Nacional de França. Este projeto é, também ele, emblemático de uma característica própria da situação da arquitetura francesa nos anos 1980/1990: é resultado de um concurso público promovido pelo Estado, no âmbito dos “*Grands Travaux*” que o então presidente da república, François Mitterrand, promoveu.



Figura 19 - Biblioteca Nacional de França (1989/1995) projeto de Dominique Perrault

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

Dois anos antes, em 1994, Christian de Portzamparc recebe o Prémio Pritzker. Conforme relatório do júri, foi realçado o facto de Portzamparc ser um “membro proeminente de uma nova geração de arquitetos franceses” e de a sua arquitetura ter

de serviços descentralizados, na elaboração e implementação das políticas nacionais sobre o espaço...) (Les architectes -conseils de l'état, 2018)

a capacidade de “prosseguir uma *French tradition*”, bem como de ser capaz de, simultaneamente, prestar homenagem a um Le Corbusier. É-lhe igualmente reconhecido o talento de um “poderoso poeta das formas e espaços, eloquente (...) honesto consigo e com o seu tempo”.



Figura 20 - Cité de La Musique, Paris (1984/1990) projeto de Christian de Portzamparc.

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

Posteriormente, em 2008, é Jean Nouvel quem recebe este prémio internacional. Neste caso, o júri louvou, particularmente, o “*spirit of journey*”, na sua persistência, imaginação, exuberância e, sobretudo, insaciável necessidade de experimentação criativa.

A estrutura de ensino e formação de arquitetura, em França, é ainda resultado das alterações ocorridas aquando do movimento estudantil contestatário de 1968. Nesse momento, o academismo impregnava as escolas de arquitetura, ainda associadas às Belas Artes (autónomas das Universidades).

Com vista a dar resposta às reivindicações dos estudantes, que pretendiam uma integração do curso na Universidade, Malraux [então ministro da cultura] criou as chamadas UPA (Unidades Pedagógicas de Arquitetura), cerca de 12 unidades distribuídas pelo território nacional. Constatando-se uma maior densidade, na sua distribuição, em Paris (cerca de 6 do total), as restantes foram substituir escolas existentes, no caso de Marselha ou Bordeaux.

Com esta alteração foi garantida uma relativa autonomia das escolas e uma maior independência na gestão da formação.

Esta estrutura nacional manteve-se, tendo sido aumentada, ao longos dos anos, existindo atualmente 20 escolas, repartidas pelo território, tuteladas pelo Ministério da Cultura – dissociadas da Universidade e do Ministério da Educação. Não obstante

alguma variação de programas entre as diversas escolas nacionais – inicialmente UPA, sendo posteriormente a denominação alterada para *école d'architecture* e, já em 2005, de novo alterada para *ENSA - Ecole Nationale Supérieure d'Architecture* – a uniformização, pós processo de Bolonha, é evidente. Verifica-se ainda uma tendência crescente para cativar alunos, em final de formação, para vir a integrar o percurso de investigação (*parcours recherche*), com vista a realização de doutoramento. Em grande parte das ENSA, existem laboratórios de investigação em arquitetura, desenvolvendo ciclos de doutoramento, ainda que, por vezes, em associação com outras instituições, ligadas à Universidade, vindo, estes laboratórios, a garantir a validação do diploma final.

A mais forte componente da Lei para a arquitetura, *Loi 77-2*, é a definição e regulação dos modos de exercício da profissão.

A partir dela, surgiram diversas entidades e ações de organização e promoção da arquitetura, e da sua prática, como seja a criação de duas “agências”:

A Missão Interministerial para a Qualidade da Construção Pública e os Conselhos de Arquitetura (MIQCP)²¹⁷, e o Conselho de Arquitetura Planeamento Urbano e Ambiente e os *Conseil d'architecture, d'urbanisme et de l'environnement* (CAUE)²¹⁸; conforme os seus conteúdos, e características, estas duas entidades enquadram o exercício da profissão e promovem a arquitetura.

Acresce a estas duas entidades, a criação do *Institut français d'architecture – Cité de l'architecture et du patrimoine* (IFA), no ano de 1981, o qual, sendo um serviço [que] define a arquitetura, coordena e avalia a política de Estado sobre arquitetura, é responsável pelo ensino superior e pela investigação em arquitetura, na Direcção-Geral do Património. A sua missão é promover a criação e a qualidade arquitetónica, organizada em três vertentes:

1. “Formar e apoiar arquitetos,
2. Para apoiar uma arquitetura de alta qualidade em clientes públicos e privados,
3. Divulgar e comunicar a arquitetura para todo o público nacional e internacional.”²¹⁹

²¹⁷ MIQCP Missão Interministerial para a Qualidade da Construção Pública e os Conselhos de Arquitetura, entidade criada por decreto em 1977.

²¹⁸ CAUE *Conseil d'architecture, d'urbanisme et de l'environnement*: este Conselho tem como função «desenvolver a informação, a sensibilidade e o espírito de participação pública no domínio da arquitetura, urbanismo e ambiente». Está encarregue de promover a educação arquitetónica entre o público geral. Existem 91 CAUE disseminados em França.

²¹⁹ (Institut français Architecture et paysage, 2018)

Existe ainda, no país, um vasto conjunto de estruturas e entidades relativos à promoção e divulgação da arquitetura, resultantes, direta ou indiretamente, da Lei 77-2, as quais se dedicam a diferentes e complementares ações, como sejam:

a) Organização profissional

- Ordre des architectes
- UNSFA (Union Nationale des Syndicats Français d'architectes)

b) Divulgação e promoção da arquitetura

- Les Maisons de l'architecture
- CAUE
- Académie d'Architecture La Cité de l'architecture et du Patrimoine
- Les villes et pays d'art et d'histoire
- Les Grands ateliers
- Le Pavillon de l'Arsenal
- Conseils d'architecture, d'Urbanisme et d'Environnement
- Réseau Archi
- Mission interministérielle pour la qualité des constructions publiques (MIQCP)
- Réseau Activités Métiers de l'Architecture et l'Urbanisme (RAMAU)

c) Defesa e conservação do património

- Médiathèque de l'architecture et du patrimoine

d) Premiação

- Nouveaux albums des jeunes architectes
- Grand Prix Nationale de l'Architecture

A maior parte das entidades encontram-se sob tutela direta do Ministério da Cultura, apenas as Casas da Arquitetura (*Maisons de l'architecture*) respondem à Ordem dos Arquitetos. Um pouco como “satélites” destas estruturas públicas, temos ainda a existência de grupos, associações ou indivíduos, que, por diversas ações, procuram promover e divulgar a arquitetura.²²⁰

²²⁰ Este tipo de associações, e os eventos que organizam, existem um pouco por todo o país. Apenas como um exemplo temos a associação *Devenir* (desde 2009), dedicada à promoção e divulgação da arquitetura e do urbanismo através da organização de debates, workshops e exposições. A associação *Devenir* encontra-se sediada no Sul, na cidade de Aix-en-Provence. Na mesma cidade e por vezes com programação conjunta, existe ainda a Associação *Image de Ville*, a qual se dedica prioritariamente ao cinema e arquitetura, organizando um festival anual.

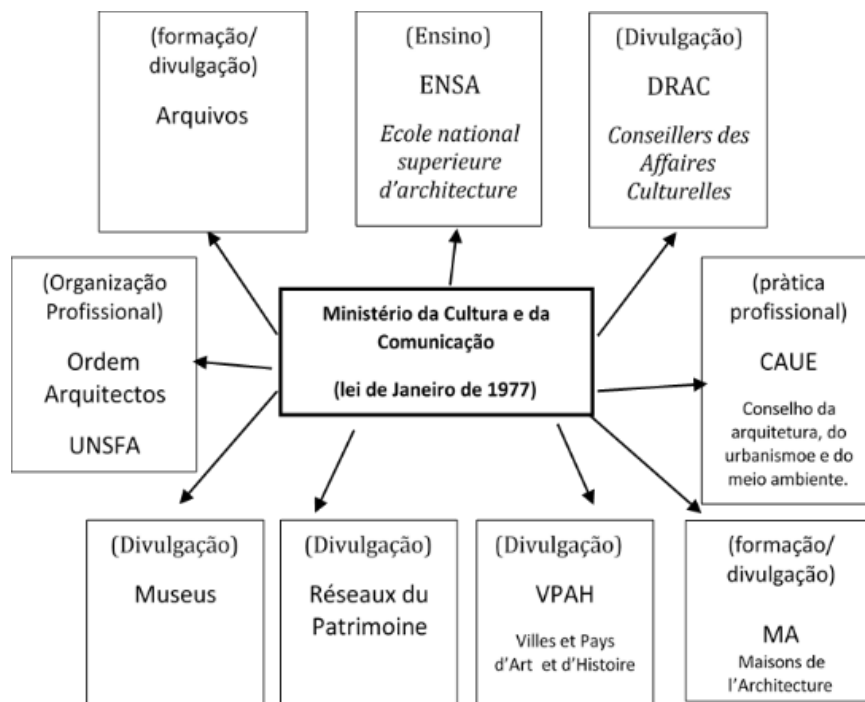


Figura 21 - Esquema das principais estruturas e entidades relativos à formação, promoção e divulgação da arquitetura em França.

[Fonte: Elaboração própria.]

Quadro 7- Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) - França	
Questões	Dados
Arquitetos / População	nº total de arquitetos: 30 000 arqs. nº de arquitetos por 1000 habitantes: 0.45 homens/mulheres: 63% / 37%
Estrutura académica / cursos	Existem 22 escolas que detêm a formação em arquitetura em França, em todas elas o percurso é 5 anos de formação académica. 20 escolas publicas; <i>école nationale supérieure d'architecture</i> (ENSA), nas quais se formam 90% dos arquitetos. Deste total de 20, existem 6 na região de Paris; 1 escola privada de arquitetura, <i>Ecole Spéciale d'architecture</i> (ESA), localizada em Paris; 1 escola pública de engenharia, <i>Institut national des sciences appliquées</i> , (INSA), em Estrasburgo. Para exercer, é necessário estar inscrito na Ordem dos Arquitetos. Para elaboração de projetos em nome próprio é ainda necessário deter o título HMONP (<i>habilitation à exercer la maîtrise d'œuvre en son nom propre</i>), título esse que se obtém

	através de uma formação teórica de 150 horas numa ENSA bem como de um estágio de 6 meses em atelier de arquitetura (sem remuneração definida).
Organização da classe profissional	A inscrição na Ordem dos Arquitetos é obrigatória para exercer a profissão em nome próprio. (https://www.architectes.org/). Existe ainda o Sindicato dos Arquitetos (<i>l'Union Nationale des Syndicats Français d'Architectes, UNSFA</i>), no qual a inscrição é opcional.
Premiação nacional	<i>Nouveaux albums des jeunes architectes; Grand Prix Nationale de l'Architecture; Equerre d'argent</i>
Premiação internacional	Atribuição de dois Prémios Pritzker: 1994, Christian de Portzamparc; 2008, Jean Nouvel.
Publicações especializadas	Cerca de 30, das quais destacamos L'Architecture d'aujourd'hui ; Cahiers techniques du bâtiment ; D'Architectures
Qualidade de vida dos arquitetos	Rendimento médio anual por estrutura : Estrutura de 2 pessoas: 120 936 €/ano Estrutura de 5 a 10 pessoas: 837 225 €/ano
Estruturas de prática profissional	Setor privado: Mais de 90% dos arquitetos trabalham no sector privado, sendo que cerca de 28% em prática de profissional liberal / freelance individual. Cerca de 16% dos arquitetos franceses trabalham em estrutura de atelier, tendo estas estruturas uma dimensão média de 6 a 10 pessoas, Setor público: 7% dos arquitetos trabalham para o setor publico, seja ao nível do governo central, seja ao nível local.
Estruturas de divulgação e promoção da arquitetura:	Les Maisons de l'architecture CAUE (Conseils d'architecture, d'Urbanisme et d'Environnement) Académie d'Architecture La Cité de l'architecture et du Patrimoine Les villes et pays d'art et d'histoire Les Grands ateliers Le Pavillon de l'Arsenal Réseau Archi Mission interministérielle p la qualité des constructions publiques (MIQCP) Réseau Activités Métiers de l'Architecture l'Urbanisme (RAMAU) Defesa e conservação do património Médiathèque de l'architecture et du patrimoine

2.1.3 Análise documental da política de arquitetura

A presente análise, dos documentos de Política de Arquitetura em França, remete para dois momentos e respetivos, diferentes, enquadramentos temporais.

Fundamentalmente, a Política de Arquitetura francesa ancora-se no documento legislativo de 1977 - *Loi 77/2 pour l'architecture* – um documento seminal e original no contexto europeu. Nascido de uma época revolucionária (maio de 68) e da existência de políticas de cultura fortes, pelas mãos de Malraux, este documento viria a criar as bases da organização e prática profissional da arquitetura em França.

Necessariamente, ao longo das décadas seguintes, vários pontos se tornaram anacrónicos.

Chegados ao séc. XXI, e no contexto de um mandato de orientação socialista (o que em França, tradicionalmente representa uma maior presença das questões de cultura nas políticas do Estado), é iniciado um processo, não de revisão da lei, mas de reflexão e de criação das bases de uma Estratégia Nacional para a Arquitetura. Na prática, trata-se de um documento que em muito se aproxima dos documentos de política de arquitetura elaborados noutros países estudo de caso (em particular do da Holanda). Em 2013, deu-se início, por via do Ministério da Cultura – que tutela em França, a Arquitetura – a um processo de revisão e atualização da Lei para a Arquitetura, de 1977. Não se tratava de, apenas, formular o texto legal, mas sim de rever toda uma estratégia que permitisse dar novo impulso à arquitetura.

Esse processo teve o seu ponto de partida na elaboração de dois relatórios (Feltesse em 2013 e Bloche em 2014), nos quais é realizado um levantamento e análise crítica da situação da arquitetura no país.

Sendo o processo de elaboração deste mais recente documento o espelho de uma específica cultura política, e de arquitetura, tendo passado pela elaboração de vários relatórios e períodos de discussão antes de atingir o resultado final, realizámos uma análise individual de cada um destes relatórios nos documentos seguintes (*Relatório Feltesse, 2013; relatório Bloche sobre a criação arquitetónica, 2014; Relatório dos grupos de reflexão sobre a “Estratégia Nacional para a Arquitetura”, julho 2015 e Estratégia Nacional para a Arquitetura, outubro 2015*).

Com base nesses relatórios, houve a decisão ministerial de se promover a elaboração de uma “*Estratégia Nacional para a Arquitetura*”. Em síntese, o presente ponto corresponde à leitura de 4 documentos distintos, seguindo a estrutura de análise que é indicada no Quadro seguinte.

Quadro 8 – Análise documental da política de arquitetura. Estrutura de análise aplicada ao documento de França	
Estruturas (de narrativa do documento); Sistemas (de transmissão do documento); Produtos (âmbito, compromisso, grupo alvo)	
Temática	Questões
Estrutura dos documentos	Neste primeiro ponto, aferimos a que público se dirige o documento, qual o tipo de linguagem utilizado, quais os objetivos gerais apresentados e se estes são de caráter vinculativo ou de orientação.
Estrutura político-administrativa	Neste ponto, aferimos quais as tarefas ou deveres apontados no documento, qual a tipologia e organização das instituições envolvidas, a quem se deve a responsabilidade de elaboração do documento e quem se responsabiliza pelo mesmo.
Missão central	Neste terceiro ponto, identificamos os princípios da missão central do documento, o nível de acordo estabelecido para essa mesma missão, quais os objetivos propostos e as (possíveis) repercussões nas práticas arquitetônicas.
Tomada de decisão	Neste quarto ponto, procuramos saber que domínios se pretende influenciar e quais as estruturas visadas. Igualmente, procuramos aferir a forma de alcançar consensos e que dados são utilizados no processo como suporte de decisão.
Prossecução de objetivos	Neste quinto ponto, analisamos a orientação temporal do documento (aplicação, revisão), as consequências que poderá vir a ter na prática profissional, a relação da estratégia política com o tempo (passado, presente, futuro), as soluções que aponta e se estas passam pela investigação e desenvolvimento, como aborda a questão da inovação e a standardização, e que ações e prazos são apresentados.
Estruturas invisíveis, / natureza relações humanas	Neste último ponto, averiguamos o caráter público ou privado da política proposta, os possíveis impactos do Estado Social, quais os princípios e objetivos definidos e ainda se, e como, funciona a regulação da interação social (nível de envolvimento dos atores).

Fonte: elaboração própria.

Seguindo a estrutura constante no quadro de análise apresentado anteriormente, apresentamos uma leitura temática dos sete pontos de análise documental da política de arquitetura.

Estrutura do documento

A *Loi 77-2* dirige-se ao conjunto dos atores que atuam na área da arquitetura e da construção, sejam profissionais envolvidos na fase de projeto – arquitetos, engenheiros – sejam elementos do sector da construção. Dirige-se, igualmente, a todos os cidadãos. Utilizando uma linguagem técnica, legal, própria de documentos legislativos, o documento tem como objetivos implícitos a regulação da profissão arquiteto (como seja, através da criação de uma ordem profissional), e a criação das bases para uma regulamentação dos procedimentos de construção (procedimentos administrativos relativos a licenciamentos de obras), com vista a dar corpo ao seu objetivo inicial: assumir [o Estado] a arquitetura como expressão de cultura.

Tratando-se de uma lei, as suas orientações são vinculativas.

Estrutura político-administrativa, estruturas de tomada de decisão

A *Loi 77-2* desenvolve-se em 45 artigos, organizados em seis títulos:

- o primeiro relativo às principais noções: obrigatoriedade de recurso a serviços de arquitetura, criação dos Conselhos de Arquitetura, Urbanismo e Ambiente (*Conseil d'Architecture, d'Urbanisme et de l'Environnement* - CAUE), formas de exercício da profissão, código do urbanismo.
- O segundo título aborda a organização e distribuição territorial dos CAUE.
- O terceiro é dedicado ao exercício da profissão, agrupando indicações relativas a temas como obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Arquitetos, formas e estruturas das sociedades de arquitetura, tipos de exercício da profissão, declaração de projetos, conflitos de interesses, código profissional nas suas regras gerais e específicas, violação da lei e penalizações.
- A organização da profissão, através de uma definição detalhada da criação e funcionamento da Ordem dos Arquitetos, é definida no quarto título.
- O título seguinte é dedicado ao código do urbanismo (originariamente criado em 1954) e posteriormente subdivide-se em código do urbanismo e código da construção), até à sua mais recente alteração, realizada em 1983.
- O último título da Lei correspondente às *disposições diversas e acessórias*.

No caso francês, a organização das instituições com competências na promoção e divulgação da política de arquitetura – a Lei 77-2, aqui em análise – é feita segundo um esquema hierárquico / Estatal clássico; Temos o Ministério da tutela (no caso, Ministério da Cultura e da Comunicação), o qual, através do definido em Lei, atribui funções e poderes a entidades terceiras, como é o caso da Ordem dos Arquitetos ou dos Conselhos de Arquitetura, Urbanismo e Ambiente (CAUE).

Com esta organização de competências e atribuição de ações, a responsabilidade da implementação da política é, num primeiro momento, assumida, não apenas pelo Ministério da Cultura, mas igualmente pelas demais entidades que este tutela e que assumem responsabilidades sectoriais, como sejam as questões relativas à prática profissional pela Ordem dos Arquitetos; a promoção e controlo da qualidade da arquitetura pelos CAUE; ou a formação dos arquitetos pelas Escolas Nacionais Superiores de Arquitetura (ENSA).

Os instrumentos e procedimentos da política são os contidos em Lei, ou expressos através das entidades tuteladas pelo Ministério responsável pela Lei 77-2, como é o caso da Ordem dos Arquitetos, dos CAUE, diretamente referidos na Lei, ou ainda através de outros que dela resultam, mesmo não sendo diretamente referidos, como as ENSA e as *Maison de l'Architecture* (Casas da Arquitetura).

As decisões serão tomadas pelos diversos intervenientes no processo de implementação das medidas, regras e orientações, vertidas, direta ou indiretamente, na Lei 77-2. No entanto, a montante e de forma global, pode-se verificar que as decisões são tomadas no seio do Governo.

Missão Central

Neste terceiro ponto, identificamos os princípios da missão central do documento, o nível de acordo estabelecido para essa mesma missão, quais os objetivos propostos e as (possíveis) repercussões nas práticas arquitetónicas.

Esta Lei, fruto de um longo trabalho e debate no seio do Ministério da Cultura, foi iniciada pelo Ministério dos Assuntos Culturais, tutelado por André Malraux entre 1958 e 1969. Foi sob a sua tutela que, através da “direção de Arquitetura”, tendo Max Querrien²²² como diretor deste departamento/direção, foi estruturada uma política

²²² *Haut Fonctionnaire*: «alto funcionário»; na estrutura de Estado francês, corresponde a um funcionário público com elevado estatuto. Para aceder a esse nível, é necessário possuir uma formação

de arquitetura, na qual o ensino seria elemento essencial, que tinha como prioridade a criação de regras, protocolos, guias e metodologias próprios, ainda que se pretendesse também garantir liberdade de ação aos arquitetos. Esta intenção, segundo Querrien, advinha do facto de a arquitetura ser entendida no seio do Estado, aquando da sua tomada de posse, como sendo fortemente académica, tradicionalista, situando-se num “estado de nulidade relativa à criação arquitetónica”. (Querrien, 2001).

Sob a sua direção, foram criados grupos de trabalho de arquitetura, tendo os trabalhos preparatórios da Lei sido continuados, pelo seu sucessor na Direção de Arquitetura, levando à criação da Lei 77-2 sobre a arquitetura, no ano de 1977.

As sucessivas alterações resultam de consensos políticos, uma vez que, para serem aceites e introduzidas no texto, têm de ser discutidas e aprovadas no Parlamento.

Não obstante as alterações à proposta de lei inicial, introduzidas ao longo do tempo, manteve-se intocável o mais elevado objetivo da Lei: assumir a *Arquitetura como expressão de cultura*.

Numa análise atual – 2018 – verificamos que as práticas têm vindo progressivamente a afastar-se destes conteúdos e objetivos, facto que é explicitado através de um documento elaborado no ano de 2014, pelo Ministério da Cultura, que consiste num relatório do estado da arquitetura em França, com vista à criação de um documento final a intitular-se Estratégia Nacional para a Arquitetura (Bloche, 2014).

Processos de tomada de decisão

Os domínios que a Lei 77-2 pretende influenciar [regular] são os da prática profissional, das condições da profissão e da arquitetura, e do sector da construção, nas suas vertentes organizativas e de funcionamento.

Pretende-se, acima de tudo, promover o reconhecimento da profissão e a qualidade do ambiente construído.

As decisões são tomadas no seio do Governo e ratificadas pela Assembleia.

académica elevada – possuir grau de doutor ou de HDR (*Habilitation à la Direction de Recherches*). Esses *altos funcionários* ocupam cargos de direção, conceção e supervisão, dependendo as suas tarefas dos ministérios para os quais trabalham. Max Querrien, com formação académica na ENA (*École Nationale d'Administration*), tendo sido também professor de direito e de ciências políticas, foi: Conselheiro de Estado, Diretor de Arquitetura de André Malraux, de 1963 a 1968, Presidente do Fundo Nacional para Monumentos Históricos e Sítios (atualmente Centro de Monumentos Nacionais) sob o comando de Jack Lang, Presidente do Instituto Francês de Arquitetura de 1982 a 1988. Nos anos passados no Ministério da Cultura (de Malraux), desempenhou o cargo de diretor da Arquitetura, com particular relevo e empenho.

Os dados utilizados como base para as decisões que estiveram na origem da Lei, compreendem relatórios da comissão preparatória, a quem competia a organização inicial do processo.

Prossecução de objetivos

Numa perspetiva de temporalidade, poder-se-á entender que a Lei se foca no momento presente – enquanto medidas legais a aplicar no tempo de vigência legal – dando nota de uma aposta no futuro, na medida em que a aplicação das ações e orientações tem em vista um futuro positivo ao nível da qualidade da arquitetura, da prática da profissão e do ambiente construído.

As consequências da Lei, na prática da arquitetura e no modo de exercício da profissão, encontram-se diretamente ligadas às definições dadas no seu corpo – seja no regulamento da Ordem dos Arquitetos ou no código do urbanismo. Não existe, no entanto, na Lei uma particular orientação no sentido de um investimento na investigação.

Os procedimentos deste documento são os “padrão”, residindo a sua inovação no facto de ter sido o primeiro documento de política nacional de arquitetura a surgir na Europa; inovação na intenção, tradição na forma.

As ações propostas na Lei são concretas e específicas, e não apenas orientações de carácter facultativo, mas sim obrigatório, cujo incumprimento é sancionável legalmente.

Estruturas invisíveis / natureza das relações humanas

A política de arquitetura francesa – Lei 77-2 – é tarefa pública, não existindo a presença do privado nem se sentindo o impacto de forças, individuais ou coletivas, exteriores ao Estado.

Enquadra-se na estrutura da sociedade, num país onde o Estado e o estado social são omnipresentes, onde permanecem os valores republicanos nascidos de uma revolução e onde persiste um papel paternalista por parte do Estado. Este papel, aceite e fruído por todos, tem uma âncora na existência de um estado social forte, não obstante recentes sintomas de mudança e fragilidade. Muitas das ações e medidas de gestão e partilha de bens comuns só são aplicáveis através de mecanismos de apoio públicos.

2.1.4 Situação atual: análise de relatórios e da Estratégia para a Arquitetura

Complementarmente à leitura analítica do documento de Lei para a Arquitetura, elaborámos semelhante análise relativa a alguns documentos que vieram a ser elaborados, nesta primeira década dos anos 2000. Tratam-se de documentos preparatórios de uma desejada publicação final de uma Estratégia para a Arquitetura. Esse documento final, que até à data (2018) não veio a ser publicado, corresponderia a uma política de arquitetura nos moldes e tipologia mais comum na Europa (do tipo *política abrangente*).

Em 2014, a então Ministra da Comunicação e Cultura, Fleur Pellerin, apresenta a intenção de desenvolver estudos para a criação de uma atualização da Lei para a Arquitetura, de 1977.

Essa intenção vem no seguimento de algumas ações levadas a cabo pela Ordem dos Arquitetos francesa, no sentido de aproximar a arquitetura dos cidadãos, através de medidas concretas, como a criação da “*journée portes ouvertes*” (dia de portas abertas)²²⁴, a qual teve resultados positivos, na sua primeira edição, em 2013.

Na cerimónia de encerramento dessas primeiras jornadas, a então ministra anunciou a futura criação de uma “estratégia nacional para a arquitetura”. No ano anterior, um relatório, apresentado pelo deputado Feltesse, relativo ao ensino superior e à investigação, salientava já o facto de que “(...) é forçoso constatar que o número de arquitetos em França é insuficiente face às nossas necessidades”. (Feltesse, 2013, p. 4)

A intenção inicial assenta em três objetivos prioritários: sensibilizar, desenvolver e inovar.

Para levar a cabo a construção do documento de estratégia, é criada uma equipa, constituída por três grupos de trabalho. O resultado desses grupos de trabalho irá corresponder a um documento estruturado em 6 eixos estratégicos, declinado em 30 medidas.

A publicação da Estratégia Nacional para a Arquitetura viria a ser publicada em outubro de 2015.

²²⁴ Conforme informa o site da Ordem dos Arquitetos franceses: (...) Apoiado pelo Ministério da Cultura e da Comunicação, financiado e coordenado pelo Conselho Nacional e implementado pelos Conselhos regionais da Ordem dos Arquitetos, em parceria com a Caixa de Depósitos [instituição financeira pública], o evento “os arquitetos abrem as suas portas” visa ilustrar a inventividade da arquitetura do dia-a-dia ao maior número possível de pessoas (ordre des architectes, 2018)

Durante o período de trabalhos, foram apresentados, à Assembleia da República Francesa, relatórios, como o de Bloche (julho de 2014), precedido por relatório Feltesse (2013), e, em julho de 2015, o projeto de lei “Liberdade de criação, arquitetura e património”.

De forma sintética, apresentamos aqui algumas das principais linhas destes documentos.

Conforme referido anteriormente, seguindo uma ordem cronológica, apresentamos, após análise da Lei de 1977, os 3 mais recentes documentos no âmbito da política de arquitetura em França. A saber, 1) *Relatório Feltesse, 2013; relatório Bloche sobre a criação arquitetónica, 2014*; 2) o *Relatório dos grupos de reflexão sobre a “Estratégia Nacional para a Arquitetura”, julho 2015* e 3) *Estratégia Nacional para a Arquitetura, outubro 2015*.

Conforme anteriormente referimos, em 2013, deu-se início, a partir do Ministério da Cultura – que tutela a Arquitetura em França, – a um processo de revisão e atualização da Lei para a Arquitetura de 1977. Não se tratava de, apenas, rever o texto legal, mas sim de rever toda uma estratégia que permitisse dar novo impulso à arquitetura.

Esse processo teve o seu ponto de partida na elaboração de dois relatórios (Feltesse, em, 2013 e Bloche, em 2014), nos quais é realizado um levantamento, e respetiva análise crítica, da situação da arquitetura no país.

Com base nesses relatórios, houve a decisão ministerial de promover a elaboração de uma “Estratégia Nacional para a Arquitetura”.

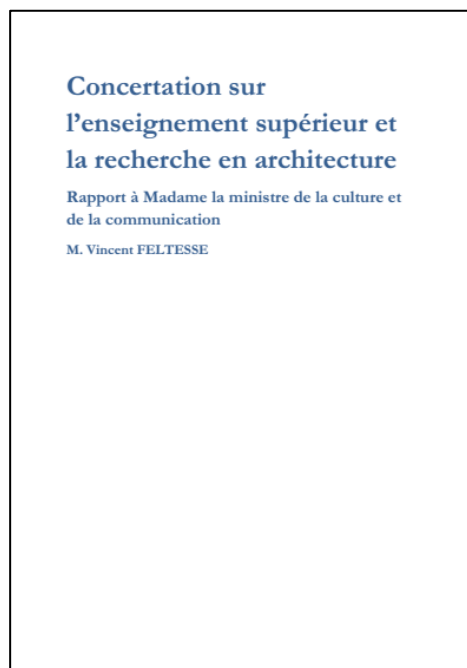
Em conformidade com os “princípios metodológicos” franceses²²⁶, esse documento estratégico não foi, no entanto, imediatamente iniciado. Antes, e já no ano de 2015, foi levado a cabo um trabalho de procura de medidas a tomar para dar respostas às questões e problemas enunciados nos relatórios de 2013. Para a elaboração desse estudo, e proposta de medidas, foram convocados diversos atores da arquitetura e de

²²⁶ Tendo em conta que a “metodologia” é inclusivamente uma matéria dada no ensino obrigatório e que corresponde a aprender uma certa forma de fazer, cumprindo passos pré-definidos, ou seja seguindo uma metodologia, que é aceite pela sociedade como fórmula de resolver problemas. Note-se que muitas vezes o carácter formal da “metodologia” ultrapassa o espírito crítico sobre a aplicabilidade da mesma, ou até sobre o próprio conteúdo do problema. Afasta-se a utilização de métodos do sentido primeiro *descartiano*, ficando muito da ideia geral e sobretudo de “fórmulas de fazer” que se fazem corresponder a cada área profissional. Um exemplo será em serviços administrativos – do setor público ou privado – em que todos os procedimentos correntes deve seguir uma sempre idêntica metodologia, independentemente da real utilidade ou eficácia da mesma caso a caso. No entanto, e para além de um lado negativo associado à não utilização de sentido crítico, é uma regra não escrita na sociedade francesa que entendemos poder ser uma das fontes da sua possível organização.

áreas próximas, os quais desenvolveram um trabalho extenso que viria a ser entregue à Ministra, em julho de 2015.

Após esse momento, e sem alterações de grande expressão, foi então elaborado o documento final de “Estratégia Nacional para a Arquitetura”, o qual foi publicado em outubro de 2015.

Análise documental do Relatório Feltesse, 2013



Trata-se de um relatório²²⁷ apresentado pelo deputado Vincent Feltesse à Ministra da Comunicação e Cultura, Aurélie Filipetti, em abril de 2013.

Trata-se de um relatório visando analisar a situação do ensino e investigação em Arquitetura, considerando o escasso investimento financeiro do Estado nas escolas de arquitetura²²⁸, comparado com o feito nas universidades²²⁹; esta análise situa-se no âmbito do processo de Projeto de Lei relativo ao ensino superior e investigação.

O resultado corresponde a um trabalho, de 6 meses, de concertação entre diversos atores, englobando, nomeadamente, as escolas de arquitetura (ENSA), os estudantes, os sindicatos²³⁰, a Ordem dos Arquitetos e departamentos ministeriais.

²²⁷ A análise do presente relatório foi desenvolvida através da leitura do documento original (Feltesse, 2013), bem como de documentos e artigos publicados sobre o tema (Ordre des architectes, 2017) e (Larrochelle, 2018).

²²⁸ Afetas ao Ministério da Comunicação e Cultura.

²²⁹ Afetas a Ministério da Educação.

²³⁰ Sindicato da Arquitetura (*Syndicat de l'architecture*), fundado em 1978 com estatuto de associação aberta aos arquitetos e aos atores do mundo da cultura com interesse na arquitetura. Cessou em 1986,

O trabalho de concertação desenvolvido obteve grande consenso e deu origem a um conjunto de 10 medidas prioritárias.

Temos, portanto, um diagnóstico apontando os principais problemas e desafios do ensino e da investigação em arquitetura e, de uma forma mais genérica, das escolas de arquitetura. Como resultado, é apresentado um documento contendo propostas de orientação para ações a empreender, tendo sido atingido o restabelecimento de um diálogo entre os diferentes atores por via deste processo.

Algumas das medidas contidas na conclusão do relatório passam por:

- Inscrição definitiva das escolas de arquitetura na esfera do ensino superior e da investigação;
- Reconhecimento da questão interministerial do ensino e da investigação em arquitetura;
- Abertura internacional e ancoragem territorial das escolas, através do desenvolvimento de parcerias.
- Adaptação da oferta e das ferramentas pedagógicas às novas condições de exercício da profissão de arquitetura;
- Aumento dos meios materiais e humanos das escolas de arquitetura.

Conforme análise do relatório elaborada pela Ordem dos Arquitetos²³¹, considerando-se correto o diagnóstico apresentado, e de acordo com as propostas operativas, formuladas na fase de concertação, para a sua efetividade, teriam de ser postas em prática um conjunto de ações prioritárias.²³²

tendo sido reiniciado em 1996 como sindicato representante dos arquitetos em regime de profissão liberal – independentes ou em atelier (Syndicat de l'Architecture, 2017); Sindicato dos Arquitetos (UNSA, *l'Union des Architectes*), criada em 1969 como organismo de união sindical representando todos os arquitetos (UNSA - Le syndicat des architectes, 2017).

²³¹ (Ordre des architectes, 2017)

²³² “Colocar as escolas de arquitetura em cotutela entre Ministério da Comunicação e Cultura e Ministério do Ensino Superior e Investigação, para garantir a dupla natureza científica e cultural das escolas; Fazer evoluir o estatuto das escolas de arquitetura em direção a um estatuto próximo do das EPSCP, para favorecer o reconhecimento científico das escolas, aumentar a sua autonomia e, assim, facilitar o seu apoio à universidade; Estabelecer uma prática da tutela assente num contrato plurianual estabelecido na base de um projeto de estabelecimento [de ensino] validado coletivamente, integrando uma estratégia territorial e a planificação de trabalhos no imobiliário; Estabelecer eleições para Presidente do Conselho de Administração e Diretor das escolas de arquitetura (ENSA), e definir os limites dos respetivos mandatos após consulta do Conselho de Administração, por forma a criar condições de governança mais democráticas; Reconstituir, numa única instância, as comissões nacionais – suprimidas pela revisão das políticas públicas – que asseguravam a representação nacional das ENSA, bem como a direção de investigação e de pedagogia, tendo em conta a experiência da concertação; Certificar-se que a aproximação com a universidade assegura aos estudantes das escolas de arquitetura os mesmos direitos e vantagens (nomeadamente sociais) que aos das universidades, e aos efetivos administrativos e de serviços a mesma estabilidade que aos do resto do ensino superior; Assegurar progressivamente o acesso ao estatuto de docente-investigador aos docentes das escolas



Figura 22 - Imagem do projeto vencedor do Concurso para novo Plan Campus em Marselha, “Institut méditerranéen de la ville et des territoires”, arquitetos NP2F, concurso 2017, data de conclusão de obra 2021

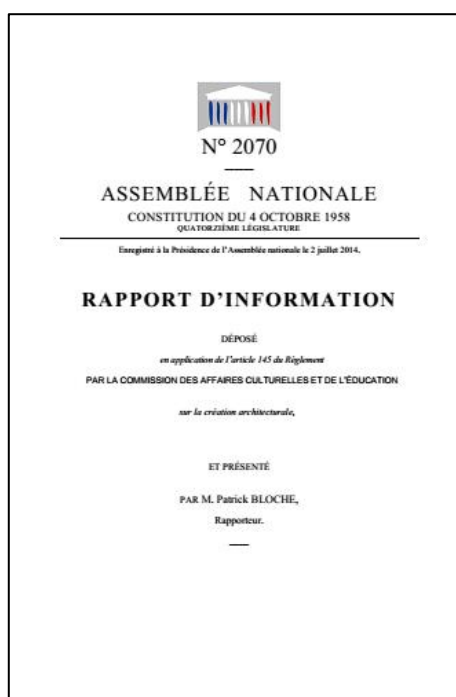
A importância deste relatório reside, não apenas nas medidas apontadas como resultado do diagnóstico e posterior trabalho propositivo, mas também, ou sobretudo, no facto de, através do processo, ter sido (re)iniciado um diálogo entre as diferentes partes, políticas/governamentais e outros agentes da esfera da arquitetura, que veio a revelar-se fundamental na elaboração dos relatórios seguintes e, em particular, na redação da Estratégia Nacional para a Arquitetura.

de arquitetura, para criar as condições de uma investigação em arquitetura ambiciosa e reconhecida; Definir um repositório comum das competências fornecidas pelas escolas de arquitetura para aumentar a legibilidade dos diplomas, diversificar as saídas profissionais dos estudantes e, assim, favorecer a difusão de competências arquitetónicas através da sociedade; Mutualizar as provas de admissão nos concursos de acesso às escolas de arquitetura, para favorecer o acesso e reforçar a coerência e a visibilidade da rede das ENSA; Definir e fazer adotar pelo CIADT um programa nacional e interministerial de formação e de investigação em arquitetura, para assegurar a longo prazo a qualidade do quadro de vida. Abordar nesse quadro a questão dos meios que a nação entende afetar, nomeadamente um plano de recuperação de investimentos imobiliários que possam compensar o esquecimento das ENSA pelo *Plan Campus*.”



Figura 23 - Imagem de projeto apresentado ao concurso para novo Plan Campus de Marselha, pelos arquitetos portugueses Aires Mateus e Associados em associação com os arquitetos franceses Battesti Associés.

Análise documental do relatório Bloche sobre a criação arquitetónica, 2014



O relatório sobre a criação arquitetónica foi apresentado, pelo deputado Patrick Bloche, à Assembleia da República, em 2014.

Trata-se de um relatório articulado em torno de 3 constatações:

1) Necessidade de promover o “desejo de arquitetura” junto dos cidadãos (estando a sociedade em geral muito afastada da criação arquitetónica, e sendo a intervenção

dos arquitetos no ambiente construído muito limitada, “dois terços das construções realizam-se sem a sua participação” (Bloche, 2014, p. 6);

2) Perda de parte do controlo do projeto arquitetónico (se, nas obras públicas – não em todas - ainda há espaço para desenvolver o projeto integral (“*mission complete*”²³³), tal não sucede na encomenda privada, que corresponde a uma fatia cada vez maior da encomenda;

3) Excessiva regulamentação, por vezes em acumulação e contraditória (donde a necessidade de “reformular o paradigma normativo, estabelecendo o objetivo a atingir mais do que os meios para lá chegar”. (ibidem)

No final da introdução, refere o relator que “o arquiteto deve ser reposicionado no centro da construção do quotidiano. Para lá da arquitetura extraordinária dos edifícios icónicos, ele deve estar em condições de propor o “extraordinário”. Figura de universalidade, deve ter as competências para agregar todos os outros em torno do projeto. Dever ser urbanista, criador e engenheiro, porta-voz dos cidadãos, conselheiro do responsável político e coordenador de obra. É nessa condição que a criação arquitetónica poderá reencontrar um papel determinante, à altura dos desafios de hoje (...)” (ibidem, p. 7).

A elaboração do relatório correspondeu a um trabalho de 50 horas de audições e mesas redondas, com intervenção dos diferentes atores da arquitetura (“representantes de serviços ministeriais, das “*maisons de l’architecture*”, da “*Cité de l’architecture*”, dos “*Conseils de l’architecture*”, dos CAUE, do conselho da Ordem dos Arquitetos e dos sindicatos, mas também de profissionais diretamente envolvidos na criação arquitetónica e na construção do quadro do edificado – arquitetos, engenheiros, construtores.

Os trabalhos duraram seis meses, tendo resultado deste relatório 36 propostas de diferentes escalas e âmbitos, formando um corpo de reforma forte e promissor de um novo fôlego para a criação arquitetónica.

²³³ Conforme definido em lei de 1939, a “missão do arquiteto”, ou seja, as tarefas da sua competência enquanto prestador de serviços, corresponde a duas fases principais: a conceção arquitetónica e o controlo de execução das obras. Salientamos o facto de o que em Portugal é definido como Projeto (projeto de execução, correspondendo a todas as peças desenhadas de detalhe e correspondentes peças escritas) não ter correspondência na chamada fase “exe” em França. Na prática, atualmente, não se elaboram projetos de execução, antes se elaboram peças desenhadas gerais (mais próximas da fase de ante projeto em Portugal), às quais poderão vir a corresponder peças desenhadas de detalhe elaboradas pelos fornecedores de obra (ex: serralharia exterior terá de realizar o projeto de execução da sua parte, sem que haja um projeto de execução geral de todo o projeto).

O documento organiza-se em 3 partes: criar um desejo de arquitetura; libertar a criação arquitetónica e advogar, em 36 propostas, uma criação arquitetónica do quotidiano ao serviço do ordenamento sustentável do território.

Análise documental do Relatório de Grupos de reflexão sobre a “Estratégia Nacional para a Arquitetura”, 2015



O presente relatório corresponde ao trabalho desenvolvido pelo grupo de reflexão, criado em 2015.

Trata-se do documento que veio apresentar propostas de resolução dos problemas detetados no relatório Feltesse (2013) e Bloche (2014). A intenção do Ministério era a de, a partir das propostas que aqui viriam a ser apontadas pelos 3 grupos de trabalho temáticos, poder vir a elaborar o documento final de Estratégia Nacional para a Arquitetura (o que viria a suceder ainda no ano de 2015, e que adiante analisamos).

Um trabalho de cinco meses, elaborado por três grupos temáticos, deu origem a um documento de 74 páginas, no qual encontramos grandes linhas de orientação para desenvolvimento posterior.

Essas orientações teriam de ser trabalhadas a nível interministerial, de forma a se constituir como a base da Estratégia Nacional para a Arquitetura (que veio a ser apresentada em 2015). Ainda se retém que as medidas de ordem legislativa deveriam ser integradas por alterações ao projeto de lei “Liberté de Création, Architecture, Patrimoine”.

O documento organiza-se em 4 partes, acrescidas de uma última, relativa a anexos:

A) transversal; B) temática – sensibilizar e mobilizar; C) Inovar; D) Desenvolver; E) anexos.

A cada um dos três temas, corresponde um coordenador responsável específico:

- *Sensibilizar e mobilizar*, coordenado por Frédéric Bonnet;
- *Inovar*, coordenado por Marc Barani; e
- *Desenvolver*, com coordenação de Paul Chemetov.

Na introdução, elaborada conjuntamente pelos três coordenadores dos grupos temáticos, Paul Chemetov, Frédéric Bonnet e Marc Barani, é referido o momento de interesse político sobre a arquitetura, sendo que este estudo preparatório para uma Estratégia para a Arquitetura é resultado do pedido da Ministra da Cultura, Fleur Pellerin (durante o mandato presidencial de François Hollande, no governo do primeiro ministro Manuel Valls, 2014/2016).

O trabalho desta equipa foi estruturado sobre os relatórios anteriores, em particular sobre o *rapport Bloche* (relatório Bloche), elaborado pelo deputado Patrick Bloche, relativo à criação arquitetónica, e apresentado à Assembleia Nacional em 2014), e o *rapport Feltesse* (relatório Feltesse, elaborado por Vincent Feltesse, presidente da concertação sobre o ensino e a investigação em arquitetura, remetido a Aurélie Filippetti, ministra da Cultura e da Comunicação em 2013).

A esta base de trabalho vieram acrescentar-se contribuições complementares e audições de personalidades e instituições, em resposta à solicitação dos coordenadores.

Referem ainda o agrado pela implementação desta primeira etapa, com vista à elaboração de uma política pública concreta, que traduz uma vontade política forte.

Esta vontade vem assumir que a profissão de arquitetura se encontra muito fragilizada, o que é sintoma do seu apagamento progressivo no seio das políticas públicas passadas.

Esta equipa de trabalho propõe-se apresentar pistas de trabalho para uma futura criação de um documento de Estratégia Nacional para a Arquitetura, a qual crê dever ser de longa duração e refletir os princípios de uma arquitetura estimada pelo Estado e ao serviço dos cidadãos.

No capítulo inicial - *A*) - é apresentado, de forma transversal [a que o conjunto dos coordenadores temáticos entende ser a mais correta, não obstante os trabalhos parcelares], um conjunto de propostas de ações resultantes dos 3 grupos de reflexão, agrupadas pelos seguintes temas:

- Concertação interministerial e o lugar dado à arquitetura pelo Estado
- Experimentação arquitetónica como alavanca urgente para uma saída da crise
- O reconhecimento do património do século XX, continuidade viva entre tradição e modernidade
- As escolas nacionais superiores de arquitetura como oportunidade para uma estratégia regional

O Capítulo *B*) desenvolve-se em torno das temáticas sensibilizar e mobilizar. Na introdução é explicado qual o entendimento do termo cultura (e cultura de arquitetura) que aqui se assume ser o de explorar e promover.

Cultura (arquitetónica) é aqui concebida como estando para além do reafirmar da excelência dos projetos públicos, sendo, sobretudo, de revelar e salientar a importância da arquitetura na capacidade que tem de resolver questões do quotidiano, da habitação, da cidade, do bairro. Igualmente, salienta-se o carácter contemporâneo da cultura arquitetónica, que será necessário partilhar e promover.

Enfim, entende-se que a sensibilização para a arquitetura deverá, sobretudo, ancorar-se nas experiências e iniciativas locais, e não tanto ser a difusão de mensagem de uma versão oficial daquilo que é a arquitetura. Trata-se, essencialmente, de suscitar um interesse geral e de o promover, sensibilizando, de forma orientada e diferenciada, os diferentes públicos-alvo; identificam, os autores do documento, quatro categorias de atores: público; eleitos; agentes imobiliários/promotores/construtores e, finalmente, todos os que constroem, empresas de construção civil, artesanais e industriais, e escolas de formação profissional destas profissões.

Este capítulo organiza-se em quatro partes: 1. As medidas; 2. Sensibilizar e mobilizar os atores a montante; 3. Sensibilização dos parceiros usuais da arquitetura; 4. Aumentar a consciência dos atores da produção e da implementação: promover a cultura do bem-construir.

O terceiro capítulo - C) Inovar – inicia-se com uma introdução, onde é explanado o entendimento deste grupo de reflexão sobre o que é a arquitetura, para os objetivos deste documento. Entendem, aqui, a arquitetura como sendo “as obras correntes ou monumentais, passadas ou atuais, que são a própria substância das cidades e dos campos, nos quais, desde sempre, os habitantes vivem e transformam”, e por esse entendimento declinam então o que interpretam por inovação:

um fenómeno duplo, que se inscreve numa continuidade histórica de investigação e propostas que é necessário selecionar, atualizar e reforçar, e também como um trabalho prospetivo de identificação de novos problemas que apelam a novas soluções. (p.33)

Propõem a criação de um dispositivo de “inovação na arquitetura e pela arquitetura”, apoiado em 5 medidas fundamentais.

- 1: Operações arquitetónicas experimentais
- 2: Convénios de parcerias de investigação em arquitetura
- 3: Estaleiros de obra – demonstradores de arquitetura
- 4: 200 doutorandos nos ateliers de arquitetura em 2020
- 5: Carteira digital de inovação arquitetónica

No capítulo D – Desenvolver - coordenado por Paul Chemetov, a abordagem inicia-se com algumas constatações “dramáticas” que demonstram, nas palavras dos autores, a situação seguinte:

“A arquitetura francesa, da qual se louva um novo vigor, como as realizações fora de França, que os prémios Pritzker atribuídos a Jean Nouvel e Christian de Portzamparc parecem recompensar totalmente, enfrenta nos nossos dias uma crise sem precedentes, desde a última guerra.” (Bonnet, Barani, & Chemetov, 2015, p. 47)

Expondo dados relativos às formas de exercício da profissão ao nível de rendimentos e ao sentido desajustamento geral, retomam a noção de crise profunda de uma profissão “atomizada e enfraquecida economicamente”, o que, segundo os autores, está fortemente relacionado com a crescente restrição das competências do arquiteto às tarefas de *licenciamento de construção ou, no melhor dos casos, à adjudicação de obras*.²³⁹

²³⁹ Note-se que, em França, o acompanhamento de obra pelo arquiteto corresponde sobretudo à gestão financeira da mesma e não ao acompanhamento e verificação da correta execução do projeto de

O último capítulo – Desenvolver – através de 5 pontos e um conjunto de 35 medidas, vai explorando várias questões relacionadas com a prática profissional – os concursos de arquitetura, nas suas regras e procedimentos, os tipos de licenças de arquitetura e a obrigatoriedade ou não de recurso a arquiteto. Ressaltamos destes pontos o facto de, sendo já prática corrente a atribuição de compensação financeira a todos os concorrentes de concursos (por convite), ou seja, excetuando os concursos de ideias abertos, neste relatório se apontarem medidas a implementar para garantir, de forma mais universal, este tipo de situação, bem como a salvaguarda dos critérios arquitetónicos em detrimento dos critérios “baixo custo”.

Será de notar que o peso da habitação de baixo custo - “habitação social” - em França tem uma grande presença no mercado de contratos de arquitetura.²⁴⁰

No corpo de anexos, é apresentado o conjunto de todas as medidas propostas pelos grupos de trabalho.

Como nota final, refira-se que este trabalho foi fundamental para a elaboração do documento de estratégia nacional de arquitetura que em seguida foi redigido. Esta publicação aproxima-se da noção de política abrangente, *comprehensive policy*, cujas características analisámos no início do presente capítulo II. Aliás, são notáveis as semelhanças de modelo com o documento de Política Nacional de Arquitetura da Finlândia de 1998.

arquitetura. Aliás, conforme é prática, o projeto de execução (EXE) não corresponde, como em Portugal, à elaboração das peças escritas e desenhadas de detalhe, mas sim à organização de dossiers de especialidades para adjudicação de obra.

²⁴⁰ Segundo a Lei n.º 2013-61 de 18 de janeiro de 2013, as obrigações de produção de habitação social foram reforçadas (ou seja, se já desde o séc. XIX existia habitação social em França, a partir dos anos 1930 passou a constituir-se como política pública; no início dos anos 2000 a percentagem média era de 17% de habitação social existente no país). As comunas com mais de 3500 habitantes – e de mais de 1500 habitantes na Ilha de França – pertencendo a aglomerações ou “intercomunidades” de mais de 50 000 habitantes, compreendendo pelo menos uma comuna com mais de 15000 habitantes, devem dispor de 25% de habitação social, face às primeiras habitações até ao ano de 2025.

Análise documental da “Estratégia Nacional para a Arquitetura”



Este documento corresponde ao final do trabalho desenvolvido entre os anos de 2013 e 2015, sendo resultado – como anteriormente referimos – da elaboração de 2 relatórios de análise da situação (relatório Feltesse e relatório Bloche), para os quais se veio a elaborar um documento de propostas de base (relatório dos grupos e reflexão, em julho de 2015) para uma futura Estratégia Nacional para a Arquitetura. Analisamos, neste ponto, o texto final desta Estratégia para a Arquitetura publicado, em outubro de 2015, sob o Patrocínio do Ministério da Cultura.

O objetivo deste documento estratégico foi o de definir os grandes princípios base de uma política a favor da arquitetura.

O documento final organiza-se em 30 medidas, agrupadas em 6 eixos. Tratou-se, em parte, de desenvolver algumas medidas anteriormente apontadas nos relatórios Feltesse e Bloche, as quais foram aprofundadas por três grupos de trabalho. Esses grupos organizaram-se em torno dos temas – sensibilizar, inovar e desenvolver – sendo os grupos constituídos por arquitetos e outros peritos de reconhecido valor profissional e disciplinar.

Várias das medidas finais apontadas poderiam ser de imediato operativas, enquanto outras teriam de ser inseridas no projeto de lei CAP (da criação arquitetónica).

Na introdução do documento, a ministra Fleur Pellerin afirma a sua crença na importância da arquitetura para o país, salientando que o sentido da “Estratégia Nacional para a Arquitetura” seria o de renovar o *nosso* olhar sobre a arquitetura, e desejou que “a elaboração da Estratégia nacional para a arquitetura se organizasse em torno de 3 temas.” (p.3)

Inicialmente, é descrito o processo de elaboração, identificando-se os objetivos, métodos, calendarização e medidas a implementar.

Numa segunda parte, de um total de quatro, identificam-se 30 medidas correspondentes a 6 eixos estratégicos [organizados de A a F]

A. sensibilizar e desenvolver o conhecimento da arquitetura pelo grande público e o conjunto dos atores públicos e privados da construção [correspondente a 5 medidas];

B. Ter em conta a herança cultural dos séculos XX e XXI e desenvolver a intervenção arquitetónica para valorizar e transformar o ambiente construído existente [correspondente a 5 medidas];

C. Articular formação-investigação-empregos e aproximar os universos profissionais da arquitetura, da construção e do ambiente de vida [correspondente a 7 medidas];

D. Identificar e mobilizar as competências da arquitetura [correspondente a 5 medidas];

E. Realçar o valor económico da arquitetura e acompanhar as mudanças profissionais [correspondente a 6 medidas];

F. Apoiar a abordagem experimental e o seu valor cultural [correspondente a 2 medidas].

Feita esta identificação, é desenvolvido o conteúdo das medidas, ao longo de uma terceira parte. Destacamos aqui, como exemplo, algumas medidas que consideramos mais relevantes:

– *Eixo A conhecimento da arquitetura*

Medida 2- Criar um dia nacional da arquitetura nas salas de aula: as escolas primárias de uma região piloto iniciarão esta medida no próximo ano letivo.

[em detalhe] *A implementação do “Dia da arquitetura nas salas de aula” será testada, na primária, ao longo do ano letivo 2016-2017, numa região piloto. Ela irá mobilizar o conjunto dos parceiros relevantes: reitoria, direção regional dos assuntos culturais (DRAC) e o conjunto da rede de mediação para a arquitetura da região (VPah)²⁴²,*

²⁴² *Label «Ville et Pays d'art et d'histoire»: trata-se de um «selo» Cidades e regiões de arte e história, criado em 1985 e atribuído pelo Ministério da Cultura e Comunicação, que “qualifica territórios, cidades ou grupos de cidades que, conscientes dos desafios colocados à apropriação da sua arquitetura e património por parte dos habitantes, se envolvem num processo ativo de conhecimento, conservação, mediação e apoio à criação e qualidade arquitetónica e do ambiente de vida. A valorização da arquitetura dos séculos XIX, XX e XXI e a preservação da paisagem são particularmente esperados” (Ministère de la Culture, 2015).*

Maisons de l'Architecture, (CAUE, ENSA), cuja ação será reforçada por uma campanha de comunicação regional.

Data prevista: ano letivo 2016-2017

Medida 3 - Publicar um documento de sensibilização às formas e ao espaço para os docentes:

- Eixo B Património arquitetónico*
- Medida 9 - Difundir um guia dos direitos morais do arquiteto. O objetivo é prevenir os eventuais conflitos e organizar as obrigações entre colegas.*
- Eixo C – Formação – investigação - profissão Medida 12 - Reforçar a fixação científica e económica das escolas ao nível territorial. Eixo D – Competências de arquitetura*

Medida 21 - Baixar o patamar do recurso obrigatório a um arquiteto para 150m2.

[em detalhe] A lei sobre a arquitetura, de 1977, impôs o recurso a um arquiteto para toda e qualquer construção. Esta obrigação está combinada com um limite abaixo do qual, para certos construtores agindo por conta própria, é possível, por derrogação, não recorrer às competências e serviços de um arquiteto. O projeto de lei relativo à liberdade de criação, à arquitetura e ao património diminui esse limite de 170m2 para 150m2 (área de construção), como preconizaram tanto Patrick Bloche como a Inspeção Geral dos Assuntos Culturais e o Conselho Geral do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, num relatório conjunto. As conclusões do grupo de trabalho da Estratégia Nacional para a Arquitetura realçaram o interesse de ver o arquiteto ficar muito presente no campo da habitação unifamiliar, para que o saber-fazer do arquiteto beneficie tanto o ambiente de vida dos habitantes como a qualidade das paisagens.

Prazo previsto: Lei relativa à liberdade de criação, à arquitetura e ao património. ²⁴³

- Eixo F- abordagem experimental e o seu valor cultural*
- Medida 29 – Favorecer a qualidade, a criação e a inovação arquitetónica*

[em detalhe] A conceção das regras relativas à composição das construções visa, essencialmente, assegurar a coerência do tecido urbano e a manutenção da unidade paisagística. Nos seus efeitos, a aplicação dessas regras pode levar a atenuar formas de construção, estilos arquitetónicos, bem como inovações consideradas suscetíveis de fazer perder a legibilidade e o equilíbrio dos espaços urbanos.

Diferentes disposições preveem derrogações às regras dos documentos de urbanismo, a fim de favorecer as operações de transformação e de ampliação de

²⁴³ Esta lei veio a ser promulgada 7 de julho de 2016, com publicação no jornal oficial de 8 de julho de 2016.

imoveis de habitação e a elevar as cêrceas desses imóveis, permitindo aumentar pisos (e, conseqüentemente, as áreas construídas do imóvel).

O projeto de lei relativo à liberdade de criação, à arquitetura e ao património, prevê a possibilidade de reforçar essas derrogações, se os projetos apresentarem um interesse público do ponto de vista da qualidade e da inovação, ou da criação arquitetónica.

Prazo previsto: lei relativa à liberdade de criação, à arquitetura e ao património.

Finalmente, na quarta e última parte, são apresentados os grupos de trabalho que estiveram na base da elaboração do documento.

A coordenação geral foi assumida pelo arquiteto Francis Nordermann²⁴⁴, sendo a orientação dos grupos de trabalho realizada por profissionais da arquitetura; premiados dos Grands Prix nacionais de arquitetura ou de urbanismo, dos prémios jovens arquitetos [Album des jeunes architectes et paisagistes AJAP]. Cada grupo de trabalho era composto por cerca de 10 pessoas oriundas dos meios representativos dos atores económicos, culturais e profissionais da arquitetura e do ambiente de vida, bem como da sociedade civil, eleitos das coletividades territoriais, parlamentares, peritos de arquitetura, e profissionais dos domínios da prática e do meio académico. Os trabalhos foram desenvolvidos abarcando cerca de uma centena de audições e contribuições.

A constituição principal dos grupos foi a seguinte:

Grupo 1: Sensibilizar e mobilizar

Coordenado por Frédéric Bonnet e Boris Bouchet, tendo como relator Hélène Riblet

Grupo 2: Inovar

Coordenado por Marc Barani, association Bellastock e Marie Zawistowski, tendo como relator Lorenzo Diez

Grupo 3: Desenvolver

Coordenado por Paul Chemetov e Lucie Niney

²⁴⁴ Francis Nordemann é arquiteto e urbanista, tem o título de Cavaleiro das Artes e Letras atribuído em 2003, é “architect conseil” e foi presidente do AEEA/EAAE, Association Européenne pour l’Enseignement de l’Architecture 2008/2010.

2.1.5 Síntese final do caso francês

Da análise sociocultural, ressalta o facto de se tratar do maior país da união europeia, em termos geográficos. A sua estrutura organizativa territorial, em conjunto com o modelo político atual – cujo modelo corresponde ao introduzido no final dos anos 1950 – traduz um país fortemente dependente do Estado e que (apesar do processo de descentralização desenvolvido nos anos 1980) permanece como uma estrutura piramidal, incarnada na figura do presidente da república, por um lado, e na capital, Paris, por outro.

Grande parte resultado de momentos históricos fundacionais, com a Revolução Francesa a tomar um lugar fundamental nesta caracterização, temos uma sociedade extremamente equilibrada mas separada, isto é, uma imensa classe média (rural e suburbana), cujo acesso aos bens essenciais e a manutenção do poder de compra é um fator de reivindicação constante por parte da classe média francesa, cujo nível cultural será médio e extremamente alicerçado numa realidade própria ao país, pouco propensa a olhar o exterior, e, por outro lado, uma elite intelectual urbana, culta e razoavelmente aberta ao exterior.

Unindo uns e outros, verificamos existir, genericamente, uma crença no papel fundacional do país, na ideia de liderança nacional face ao mundo, em geral, e à Europa, em particular.

Este perfil da sociedade será espelhado, como adiante iremos ver, quer no modelo de política de arquitetura existente (e a existir) quer nas práticas da arquitetura, na sua encomenda e na receção popular à mesma.

Da análise realizada relativamente ao ambiente presente no país, quanto às condições e à prática profissional dos arquitetos, bem como à produção arquitetónica existente, salientamos alguns aspetos particulares que delinearão uma possível síntese. Através de uma leitura cronológica, podemos delinear 3 momentos, aos quais corresponderão diferentes respostas arquitetónicas e respetivas práticas profissionais.

Num primeiro momento, podemos situar a chamada “reconstrução” ou os “30 gloriosos” – entre o final da segunda guerra mundial e os anos 70 – período em que uma enorme produção arquitetónica teve lugar no país, onde se cruzaram tendências experimentalistas, resquícios de um movimento moderno incarnado por Le Corbusier e vários discípulos seus, a par de uma sempre presente produção dita “tradicional”, em geral de fraco valor disciplinar mas que refletirá muito do que é feito por iniciativa individual privada fora dos grandes centros urbanos.

Um segundo momento de destaque remete para os anos 80, período de governação de François Mitterrand, a quem ficará associado o processo dos ditos “grands travaux”, grandes “obras de regime” realizadas, sobretudo, na capital, que vieram a permitir a existência de uma explosão de obras de relevo internacional, criadas, seja por arquitetos franceses, seja por estrangeiros, através de processos de concursos públicos. Será talvez este o mais recente – e último - momento – em que a prática da arquitetura francesa teve destaque no meio disciplinar internacional.

Desde esse período, teremos entrado num terceiro momento que, no nosso entender, abarca os 30 últimos anos, período ao qual consideramos corresponder modelos de práticas múltiplas, e não particularmente profícuas, em termos de evolução disciplinar.

Entre as limitações regulamentares impostas e legisladas, vejam-se as normas tidas como intocáveis, uma tendência para uma “french touch” que tende a repegar em modelos estrangeiros e adaptá-los ao “gosto e cultura “francesa (fenómeno transversal a diversos níveis da produção e particularmente visível na música), o risco da inovação do quebrar barreiras parece ser detido apenas por uns poucos.

Assiste-se, nestes 30 últimos anos, a um progressivo afastamento entre a teoria e a prática, sendo que, no primeiro, a produção permanece um campo de ação por excelência.

A par destes distanciamentos e limitações, assiste-se ainda a um crescente aproximar da normalização/standardização e à supremacia das questões económicas sobre as questões arquitetónicas. Um dos resultados deste fenómeno será a crescente incapacidade do “arquiteto francês” se manter presente em todas as fases de projeto e obra, sendo o seu papel cada vez mais relegado para um lugar de idealizador de conceitos (e não de projeto) totalmente dispensável na fase de materialização. E, complementarmente, o “arquiteto francês” tende a aceitar este papel, demitindo-se de ações mais concretas, como sejam a elaboração de um projeto de execução e garantia da sua presença em obra. Resulta ainda que, na prática corrente, inúmeras são as realizações arquitetónicas de fraca qualidade construtiva – pelo não controle a montante- gerando por sua vez a descrença popular no arquiteto, ao qual se considera fazer corresponder o controle dessa qualidade ou, paradoxalmente, ao qual se associa a ideia de ser um decorador de exteriores (sendo apenas os exterior objeto de procedimentos administrativos de licenciamentos).

Finalmente, análise dos documentos de política de arquitetura, em França, permite-nos verificar a existência de dois momentos distintos, aos quais correspondem diferentes modelos de documento e estratégia.

Num primeiro momento, no final dos anos 1970, numa fase de reconstrução do país, em resultado de movimentos revolucionários e de mudança de paradigma social e político, temos uma estratégia de defesa e promoção da arquitetura através de modelos governativos clássicos, com a criação de uma Lei para a arquitetura. A inovação desse momento inicial residirá no facto de ser um tipo de política pública ainda não testada anteriormente e que reflete também um tipo de postura intelectual e artística concreta, associadas à figura central de André Malraux.

Num segundo momento, já nos atuais anos 2000, encontramos uma vontade política em consonância com as tendências europeias de políticas de arquitetura de modelo abrangente (*comprehensive policy*). Não eliminando a política de arquitetura sob forma de Lei, tal como existe desde 1977 – cujo modelo corresponde largamente à tipologia de política e de Estado francês, centralizado em pirâmide, *Top-down* -, acrescenta-se uma abordagem atualizada através de um novo documento, agora chamado de Estratégia e não de Lei.

O processo de elaboração deste documento é, também ele, espelho de uma cultura francesa, muito particular, de discussão e teorização – através desenvolvimento de vários relatórios parciais, e reflexão sobre os mesmos, por equipas de múltiplos atores - por vezes afastando-se de um possível carácter pragmático, permanecendo este documento na esfera das recomendações genéricas, não necessariamente resultando de consensos políticos, mas sim de decisões de quem, no momento, detém o poder, dentro do modelo presidencialista que é o sistema político existente no país.

2.2 O caso da Holanda



Figura 24 - Imagem do conjunto kubuswoningen, Roterdão, 1978, projeto de Piet Blom

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

Após as iniciais diretivas comunitárias, relativas à promoção e defesa da arquitetura, terem sido publicadas, no início dos anos 1990, a Holanda foi o primeiro país a adotar documentos oficiais de política de arquitetura.

Trata-se de um caso de criação de uma política de arquitetura (PA) resultante de fatores tanto externos como internos – por um lado, o papel das políticas europeias como motor de ação, por outro, e ao nível interno, porquanto se trata de um país no qual o lugar da arquitetura enquanto disciplina, a sua produção e divulgação tinham já há longos anos um peso institucional e social relativamente consolidado.

Neste contexto, em 1992 foi criado o primeiro documento de política de arquitetura “*Space for Architecture – memorandum on Architecture policy*”. Tratava-se de um documento de política global, predominantemente direcionado para arquitetos e decisores. Este documento da responsabilidade do Governo, através de um grupo interministerial, orientava-se para uma aplicação ao longo de 4 anos (1992-1996). O facto de ser um documento de responsabilidade interministerial, implicando negociações e consensos a montante, será reflexo de uma cultura política e social específica do país (a qual adiante iremos abordar).

Na Holanda, o sistema político vigente (resultante de um particular percurso histórico), implica uma constante negociação governamental, sendo que

comummente os Governos em funções são fruto de coligações. Podemos ainda verificar, a partir de uma primeira abordagem do documento, que a Política Nacional de Arquitetura é um resultado não exclusivo de estratégias específicas à arquitetura, refletindo também uma particularidade nacional, quer a nível político quer da própria cultura local (cultura social, hábitos e formas de ação).²⁴⁶

Desde esse documento inicial de PA nacional, foram, até à data, elaborados textos de atualização, num total de 6 documentos oficiais, relativos a políticas de arquitetura: 1992/1996, 1997/2000, 2001/2004, 2005-2008, 2008, 2013/2016.

Numa leitura global, é verificável a ligação de cada documento à realidade do momento da sua criação, associando estratégias para a arquitetura a políticas de âmbito geral, estratégias essas que correspondem a diferentes governos e distintas coligações.

Distintamente do caso francês, não se trata de documentos legislativos fechados em si mesmos, antes situam-se na esfera das estratégias globais, de orientação não vinculativa, dirigindo-se quer aos atores do meio do sector da arquitetura e construção, quer a decisores (públicos e privados), ou ainda ao público em geral.

Resultado desta ancoragem de cada documento a um momento específico (nas suas contingências, metas políticas e condicionantes económicas), verificamos, através da leitura do conjunto destes 6 documentos, publicados ao longo de duas décadas, a existência de uma cultura nacional de orientação de estratégias para a arquitetura no país.

Se, numa primeira fase – primeiros documentos – temos a arquitetura como elemento central da política, ao longo dos anos vamos verificando a inclusão, nos documentos e estratégias, de outras áreas disciplinares, como a paisagem ou o design, vindo estas a retirar progressivamente o enfoque primeiro na arquitetura como disciplina central da PA. Este alargamento de campo veio a resultar na situação atual de um

²⁴⁶ Nesta abordagem de “cultura” apoiamo-nos no conceito exposto por Morin: “Cultura consiste em todos os conhecimentos, saberes, regras, normas, tabus, estratégias, crenças, ideias, valores e mitos transmitidos de geração em geração, que são reproduzidos em cada indivíduo, controlam a existência da sociedade e persistem na complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana (...) que não tenha cultura, mas cada cultura é única. Assim, existe sempre cultura nas culturas, mas a cultura só existe através das culturas. (Morin, 1999, p. 28) Ressaltamos que na complexidade intrínseca da noção de cultura, o enfoque poderá ser maior num ou noutra aspeto, consoante a temática abordada, sendo que no presente caso a noção que reflete toda a diversidade e complexidade nos poderá ajudar a situar a multiplicidade de elementos que analisamos em cada estudo de caso.

posicionamento claramente interdisciplinar, ao qual corresponde um conjunto de disciplinas e atividades denominadas de “indústrias criativas”.²⁴⁷

No período em análise (1990-2016), são igualmente verificadas (seja de forma explícita ou implícita) alterações da situação económica, quer a nível nacional, quer internacional. Estas alterações são perceptíveis nas consequências que impendem nas estratégias de cada documento de PA, aliás, como referido no último documento publicado (2013/2016), no qual se indica que, apesar do reconhecimento do valor económico do design holandês, enquanto produto de exportação, é factual «o sector estar a sofrer pesadas baixas devido à estagnação da economia e da construção»²⁴⁸

Numa fase inicial dos processos de política de arquitetura – anos 1990 – foi claro o objetivo de dotar o país de infraestruturas de apoio à aplicação da PA, multiplicando-se então formas de apoio a ações e entidades criadas com essa finalidade específica, tais como os apoios a projetos isolados (*one-off projects*), a projetos modelo (*specimen projects*), a regiões/províncias e municípios ou à promoção de especialização de diretores / responsáveis de departamentos institucionais. Todas estas ações foram realizadas com o apoio do *Architecture Fund*²⁴⁹ ou ainda de entidades como o *Netherlands Architecture Institute (NAI)*, o *Architectuur Lokaal* ou as Plataformas Temporárias de Design.

Este ímpeto fundacional foi sendo progressivamente refreado, até chegarmos aos mais recentes documentos, os quais, através das suas estratégias, apresentam uma progressiva necessidade de redução de investimentos e custos de infraestruturas de ação e de divulgação.

Esta reorientação de estratégia encontra-se claramente presente no documento publicado em 2012, no qual, desde a introdução, se declara a intenção de um reforço das qualidades do *design*, a nível local e regional, pelo que se defende a criação de uma única “infraestrutura básica compacta, infraestrutura essa que consiste num único

²⁴⁷ Indústrias Criativas: segundo Terry Flew e Stuart Cunningham em *Creative Industries after the first decade of debate* “(...) o conceito de indústrias criativas” foi tornado público pelo Governo Blair através do “*Creative Industries Mapping Documents in Britain*”. Referem os autores que existe um nível de consenso, pelos críticos do conceito, de que se trata de um “prenúncio da ideologia neoliberal na esfera cultural”. (Flew & Cunningham, p. abstract) No documento *English Mapping the creative industries* (p. 28) caracterizam-se as indústrias criativas como “aquelas que têm origem na criatividade, capacidade e talento individuais, e que potenciam a criação de riqueza e de empregos através da produção e exploração da propriedade intelectual”. (BOP Consulting, 2010, p. 28) *Creative and Cultural Economy series / 2*, by BOP Consulting, British Council’s *Creative and Cultural Economy Series /2010*, Londres. ²⁴⁸ (Ministry of the Interior and Kingdom Relations, the Ministry of Economic Affairs, 2012, p. 8). ²⁴⁹ (Ministry of Housing, 1991, p. 4)

fundo de estímulo e num único instituto, que se irão complementar entre si de forma a apoiar e estimular as disciplinas de design – arquitetura, design e e-cultura” .²⁵⁰

No conjunto das PA, em análise no presente estudo, a Holanda é o país que mais documentos, específicos à política de arquitetura, produziu e em que cada novo documento mais interdependente está do respetivo momento político, social e económico.

De igual forma, será o estudo de caso que mais diretamente relaciona a estratégia proposta com a realidade do país no momento em que é redigido, fruto das suas atualizações e contínua monitorização.

Distancia-se claramente do caso francês, ao qual corresponde a existência de um quadro regulador, extremamente rígido e perene, que só ao fim de 40 anos de existência [da Lei 77-2] vê a possibilidade de uma possível atualização (*Stratégie nationale pour l'architecture*²⁵¹) do documento original.

Igualmente se distingue do caso finlandês, o qual, não obstante se situar também no campo das políticas de orientação global, optou, não por uma estratégia de atualização do documento nacional, mas sim por uma outra estratégia que privilegia a descentralização e a desmultiplicação de documentos, alavancados em questões locais, seja relativa às regiões seja às cidades.

Com uma superfície de 41.542 km² (europa.eu, 2017) e uma divisão territorial em 12 províncias administrativas, as quais se subdividem ainda em 403 municípios, o país tem uma população de 16 900 726 habitantes (2015)²⁵². Além do território situado no continente europeu, ao Reino dos Países Baixos correspondem ainda 3 outros territórios situados nas Caraíbas - as ilhas de Aruba, St Marteen e Curaçau - sendo, no entanto, territórios independentes, ainda que submetidos ao controlo central do Reino dos Países Baixos (para questões de defesa e de entreajuda). No presente trabalho, ocupar-nos-emos apenas do que corresponde ao território europeu, situado no centro-este do continente, fazendo fronteira com a Bélgica, a Alemanha e o Mar do Norte.

250 Conforme documento: Ministry of the Interior and Kingdom Relations, the Ministry of Economic Affairs, 2012, p. IV.

²⁵¹ Sendo que este documento, iniciado em 2013, se encontra ainda numa fase de discussão, facto que refletirá o peso burocrático do aparelho de Estado francês, além de ser reflexo da dependência de situações políticas / governamentais alheias à questão da arquitetura e do território. A ministra que deu início a este processo, Fleur Pellerin, foi substituída nas suas funções em 2015, numa fase em que o processo decorria e dava sinais de poder chegar ao fim num horizonte de alguns meses. Com a sua substituição, o processo ficou congelado.

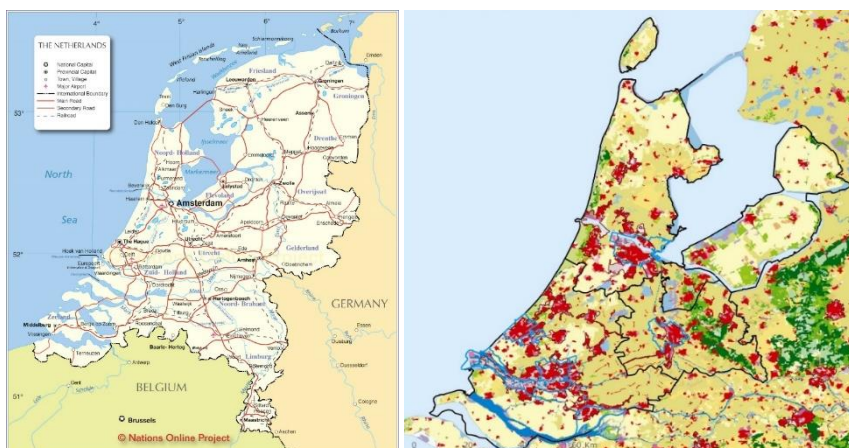


Figura 25 - Mapa da região Randstad [extraído de <http://www.purple-eu.org/uploads>]

[fonte : <http://www.purple-eu.org/uploads>]

Figura 26 - Mapa dos Países Baixos

[Fonte : <http://www.nationsonline.org/oneworld/ma>]

O facto de ser um país extremamente plano, com praticamente um quarto do território situado abaixo do nível do mar, constitui uma forte marca, não só da paisagem natural, mas igualmente da paisagem intervencionada pelo Homem, vindo a ditar muitas das opções estratégicas de desenvolvimento e planeamento, dada a constante necessidade de defesa relativa às marés e da conquista de terrenos ao mar. Sendo um país de pequena superfície, a sua densidade populacional é particularmente elevada, o que faz com que seja o segundo país europeu mais densamente povoado (406,8hab/km²) (pordata, 2017).

Quadro 9- Síntese população / arquitetos - Holanda	
População	17 131 296 hab.
Número de arquitetos	10 600 arqs.
Arquitetos por 1000 habitantes	0.62
% de arquitetos homens	77%
% de arquitetos mulheres	23%
Número de arquitetos com menos de 40 anos	25%

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e CAE, consultados em 2018.

Documentos analisados: o conjunto de documentos que aqui iremos analisar corresponde ao documento inicial de política de arquitetura (1992-1996) e às seguintes 5 revisões, tendo a última das quais sido publicada em 2012, relativa ao período 2013-2016.

1. ***Space for Architecture*** (Memorandum on Architectural Policy 1992-1996)
2. ***The Architecture of Space*** (Memorandum on architectural Policy 1997-2000)
3. ***Shaping the Netherlands*** - Architectural Policy 2001-2004: Shaping the Netherlands (Architectural Policy 2001-2004: Shaping the Netherlands)
4. ***Spatial Planning and Culture – Architecture and belvedere Policy*** 2005-2008
5. ***A culture of design – Vision of Architecture & Spatial Design*** 2008 (the president of the house of representatives of the state's general) (A culture of design – Vision of Architecture & Spatial Design 2008)
6. ***Building on the strength - Action Agenda for Architecture and Spatial Design 2013-2016*** (Ministry of the Interior and Kingdom Relations, the Ministry of Economic Affairs, 2012)

Comumente, referimo-nos aos Países Baixos como Holanda. É em consciência que o fazemos neste texto, assentando esta denominação no reconhecimento das características específicas do país.

2.2.1 Análise sociocultural

O país (*Reino dos Países Baixos*) encontra-se subdividido em 12 províncias, nas quais 4 cidades (Amsterdão, Haia, Utrecht e Roterdão) formam o núcleo forte da economia, estando interligadas, formando uma conurbação – *Randstad* - com cerca de 6 milhões de habitantes (num total de 16 milhões de habitantes do país.)

O conjunto destas cidades agrupa-se territorialmente em duas províncias, Holanda do Norte e Holanda do Sul, tendo-lhes correspondido, durante um longo período da história, uma supremacia (sobretudo, cultural) relativamente às restantes províncias, motivo pelo qual a denominação Holanda acaba por vir a transformar-se em *sinónimo* de Países Baixos, em particular em línguas como o português e o espanhol.

É neste contexto que optámos pela utilização do nome Holanda no presente trabalho, sendo que os documentos de política de arquitetura em estudo têm, no entanto, como área de aplicação, o conjunto das 12 províncias, ou seja, os Países Baixos, não obstante a maior incidência das mesmas no território das províncias da Holanda (desde a sua

elaboração, no seio dos ministérios situados em Haia, até à maior expressão da sua aplicação, dado incidir sobre áreas de maior dinâmica urbana e territorial).

Apesar de alguma homogeneidade de paisagem, não se poderá atribuir ao país uma identidade cultural homogénea, fruto da sua história e da própria cultura específica da sociedade holandesa, que até ao presente tem rejeitado uma uniformização associada a algum tipo de nacionalismo, contrário à cultura de diversidade, tolerância e diferença que tem vindo a ser assumida pela maior parte da população.²⁵³

Não obstante, esta diversidade tem presente uma certa supremacia da cultura associada à região do *Randstad*, reflexo da concentração económica, política e institucional nesta região populosa.

A identidade cultural, que aqui referimos, estará assente quer nesta “supremacia”, associada à região do *Randstad*, quer no multiculturalismo que encontramos presente na sociedade holandesa, e será fruto da construção histórica da sociedade. Atualmente, sendo a maioria da população de origem europeia, é de notar que encontramos presente ainda grupos de origem tão diversa como Turquia, Marrocos, Suriname ou Antilhas.

É possível que seja resultado desta diversidade e multiculturalismo a particular relação entre a população e os símbolos nacionais. Sendo que, em geral, elementos simbólicos, como a bandeira ou o hino nacional, têm uma menor expressão junto da população comparativamente com a da figura real. De facto, essa figura é, historicamente, e ainda na atualidade, um fator de identificação e de representação nacional, sendo expressiva a celebração do dia do rei/rainha (*Koningsdag*).

Do seu passado e história, alguns momentos referimos porquanto se manifestam presentes enquanto herança cultural que se reflete ainda nos nossos dias, em opções estratégicas ou formas de organização da política e da sociedade holandesa contemporâneas.

Do conturbado processo histórico, no qual o país esteve sucessivamente sob a posse de espanhóis e franceses, passando pelo período de República [1579, República Unida da Holanda] até a um novo reino [1815, Reino Unido dos Países Baixos], apesar de ter

²⁵³ Apesar da possibilidade real, patente nas mais recentes eleições de Governo, de uma reorientação de aproximação a princípios nacionalistas e potencialmente extremistas de uma direita mais radical, os resultados das eleições de março 2017 vieram mostrar que ainda que exista essa tendência crescente, o rumo escolhido pela população foi o de manutenção de uma orientação liberal de direita (protagonizada pelo governo de Mark Rutte, VVD. Liberais de direita), mas não nacionalista (como o PVV. Partido para a Liberdade, liderado por Geert Wilders).

existido um primeiro momento – em 1433 – de início de uma consciência de nação, com a unificação dos Países Baixos e da Bélgica, promovido pela presença do Duque de Borgonha, resulta o país que hoje existe.

No entanto, a forma moderna do país, neste processo conturbado, veio a permitir que, desde o final de 1800, com o reinado da rainha Guilhermina, se alicerçassem os princípios que ainda hoje se encontram mais presentes no país – como seja a formação de um único Governo extraparlamentar em 1898 (devido ao excessivo parcelamento de partidos existente).

Grande parte da identidade nacional foi forjada na luta pela soberania e pela liberdade religiosa, relativamente aos Habsburgo, no século XVI. Desde esse momento, a política dos Países Baixos começaria a estar dependente de formas de negociação e consensos.

O período do século XVIII fica marcado pela incrível expansão de uma poderosa rede comercial mundial e pela criação de uma notável força naval: consequentemente, assiste-se ao florescimento de uma poderosa classe mercantil.

Os séculos XVIII/ XIX correspondem ainda ao período da ocupação francesa, a qual termina em 1813, altura em que Guilherme III, da casa de Orange-Nassau, sobe ao trono e se torna o primeiro rei neerlandês.

O regime monárquico está ainda hoje presente no país; a estrutura política-governativa nacional é de monarquia constitucional com sistema parlamentar, sendo as decisões tomadas no Parlamento, segundo um sistema multipartidário.

Atualmente, o chefe de Estado Holandês é o rei William-Alexander (desde 2013), o qual forma governo juntamente com os ministros.

O parlamento é composto pelo Senado e pela Câmara de Deputados; é nesta última que se desenvolvem as leis e se monitoriza a sua implementação. O papel do Senado é o de monitorizar a Câmara de Deputados.

A particularidade do sistema político holandês tem vindo a ser um “paradoxo para as ciências sociais, porque por um lado, é caracterizado pelo extraordinário nível de divisão social. Profundas divisões religiosas e de classe separam distintos grupos de população. (...) Cada grupo tem as suas ideologias e suas próprias organizações: partidos políticos, sindicatos, associações de patronato, grupos de agricultores, jornais, rádios e televisões e escolas – de jardins-de-infância a universidades. Um sistema tão fragmentado social e ideologicamente poderia parecer ser muito propício a dissensão e antagonismos em vez de consensos e cooperação (...). (...) a Holanda é um dos mais notáveis exemplos de uma democracia de sucesso. A fragmentação ideológica e social dos holandeses não tem sido um obstáculo insuperável ao

desenvolvimento e persistência firme de uma democracia parlamentar estável, efetiva e legítima.”²⁵⁵ O poder executivo é constituído pelo Rei e pela Câmara Baixa, sendo normalmente o líder do partido maioritário, após as eleições parlamentares, nomeado primeiro-ministro, logo chefe do governo (nomeação efetuada pelo rei). O Conselho de Ministros é nomeado pelo rei ou por recomendação do primeiro-ministro. O poder legislativo é organizado em duas câmaras, ou seja, o parlamento ou Estados Gerais tem duas câmaras, a Primeira Câmara ou Câmara Alta e a Segunda Câmara ou Câmara Baixa.

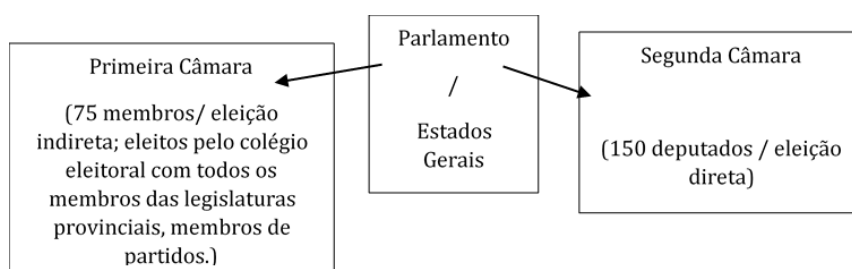


Figura 27 - Esquema de estrutura de poder e governação na Holanda.

[Fonte: elaboração própria.]

Nas últimas eleições legislativas, de março 2017, foi reconduzido o partido de maioria no poder, o Partido Popular pela Liberdade e pela Democracia VVD, liderado por *Mark Rutte* (33 assentos no Parlamento). No entanto, foi expressiva a votação no PVV (Partido para a Liberdade) liderado por *Geert Wilders* (20 assentos no parlamento). Como resultado, haverá um processo de discussão e negociação para formação de um governo de coligação, o qual poderá vir a ser alargado a um conjunto de 4 a 5 partidos. O debate e a negociação, com vista a alcançar consensos, fazem parte da cultura política do país.

²⁵⁵ (Lijphart, *The politics of accommodation: Pluralism and democracy in the Netherlands*, 1975, p. 2)

Quadro 10- Partidos existentes na Holanda	
Partidos	Tipo
VVD	Liberal
PvdA	Trabalhista
PVV	Conservador (centro-direita)
CDA	Cristão-democrata
SP	Comunista
D66	Social-democrata
GL	Ecologista
CU	União Cristã
PvdD	Partido Trabalhista
SGP	Cristão – direita
LPF	List Pim Fortuyn (Lijst Pim Fortuyn) / Direita Populista

Fonte: elaboração própria segundo dados de https://nsd.no/european_election_database/country/netherlands/parties.html

Conforme anteriormente referido (e que adiante detalhamos), na análise dos documentos de políticas de arquitetura na Holanda, podemos verificar e estabelecer relações entre as linhas de orientação política dos Governos e a orientação dada aos documentos de PA, ao longo deste período de análise (1992-2018)

Uma análise da relação entre quais os partidos no poder à data de cada nova política de arquitetura permitem-nos aferir duas situações:

- por um lado, conferimos que cada governo é formado por coligação de 3 partidos (como já se tinha referido anteriormente, não se verificou nunca uma maioria governativa com possibilidade de haver um único partido maioritário, sendo esta a situação comum)
- por outro lado, e após a análise dos conteúdos das PA, tal como apresentamos na última parte do presente Estudo de Caso, com este sistema multipartidário e de criação de consensos não é possível identificar uma relação unívoca entre partidos de tendência liberal e um processo de liberalização crescente, presente a partir do documento de 2005/2008 (*Spatial Planning and Culture*), no qual se indica a necessidade de rentabilizar património do Estado bem como reduzir financiamentos relativos aos apoios às estruturas de apoio e divulgação de arquitetura, tal como já referido no presente estudo aquando da análise de documentos.

Quadro 11 - Partidos políticos / documentos de PA publicados	
Políticas de Arquitetura	Partidos no Poder/ano
1992/1996 <i>Space for Architecture (Memorandum on Architectural Policy 1992-1996)</i>	CDA / PvdA - 1989/1994 Democratas Cristãos /Trabalhistas
1997/2000 <i>The Architecture of Space (Memorandum on architectural Policy 1997-2000)</i>	PvdA / D66 / VVD Trabalhistas /Social-democratas/Liberais
2001/2004 <i>Shaping the Netherlands - Architectural Policy 2001-2004: Shaping the Netherlands (Architectural Policy 2001-2004: Shaping the Netherlands)</i>	PvdA / D'66/ VVD - 1998/2002 Trabalhistas/Social-democratas/Liberais
2005/2008 <i>Spatial Planning and Culture – Architecture and belvedere Policy 2005-2008</i>	CDA / VVD / LPF – 2002/2003 Democratas Cristãos/Social-democratas/Direita Populista
	CDA/ PvdA / CU – 2003/2006 Democratas Cristãos/Trabalhistas/União Cristã
2008 <i>A culture of design – Vision of Architecture & Spatial Design 2008 (A culture of design – Vision of Architecture & Spatial Design 2008)</i>	VVD/CDA – 2010 Liberal/Democratas Cristãos
2013/2016 <i>Building on the strength - Action Agenda for Architecture and Spatial Design 2013-2016 (Ministry of the Interior and Kingdom Relations, the Ministry of Economic Affairs, 2012)</i>	VVD/PvdA Liberal/Trabalhistas

Fonte: elaboração própria.

Tal não invalida que, no global, a tipologia de políticas a partir dos anos 2005, inicialmente com a presença da CDA Democratas Cristãos e seguidamente com VVD Liberais (ainda no poder), tenha sido orientada para um crescente liberalismo.

Esta análise denunciará já o facto de estarmos perante um exemplo de neocorporativismo; esta característica, relativa ao quadro institucional, estruturada pela reunião de agentes sociais e representantes do Estado, é também uma expressão de uma cultura social e política específica do país, onde “prevalece o acordo, o consenso e o pacto sobre o conflito (...) o neocorporativismo²⁵⁶ é uma característica do sistema político dos Países Baixos (...)”(Chavarri i Sidera & Sotillos, 2013, p. capítulo 7).

Recuando um pouco, verificamos as raízes desta característica atual: as décadas que se seguiram à segunda guerra mundial foram marcantes para a definição do caráter atual do país e das suas características de estrutura política e de organização institucional; se, nos finais do século XIX, estávamos perante uma “polarização” da sociedade, esta “divisão sem hierarquia” teve o seu último momento no período do pós-guerra, iniciando-se então um “movimento para acabar este tipo de segregação” (idem).

Uma grave crise económica, iniciada no início dos anos 1970, veio despoletar um rápido crescimento do desemprego nacional. A procura de solução para esse grave problema (que durou toda a década) passou pela procura de mecanismos de criação de emprego (em particular, tornando as exportações holandesas mais competitivas e reduzindo salários), pelo que “O início da década de 1980 viu a Holanda suportar uma série de dificuldades que resultaram em que políticos e decisores políticos enveredaram por um percurso de reformas estruturais.” (Haffner & Berden, 2017)

O caso da Holanda seguia a tendência internacional na época, a qual se dirigia para uma crença de que os “*Mercados de bens e serviços, abertos e eficientes, expostos à concorrência interna e internacional, fornecem os fundamentos cruciais para economias dinâmicas e de alto rendimento*” (OECD 1994, p. 7)

Para que o país conseguisse ter, em 2007, uma das taxas de desemprego mais baixas da UE, foi necessário pôr em prática um conjunto de ações. Conforme referem Sidera e Sotillos:

- *Moderação de salários / redução de custos com salários;*
- *Reforma do sistema de segurança social;*

²⁵⁶ Conforme referido em “Léxico de la Política”, a definição do conceito de neocorporativismo pode ser entendido como apresentado por Philippe Schmitter em 1974: “o neocorporativismo pode definir-se como “um sistema de representação de interesses [...], um tipo ideal de acordo institucional para articular os interesses organizados da sociedade civil com as estruturas decisoras do Estado””. (Baca Olamendi, Boxer-Liwerante, Castañeda, Cisneros, & Fernandez del Castillo, 2000, p. 287)

- *Reestruturação finanças governamentais;*
- *Melhorar funcionamento dos mercados;*
- *Fornecer clima monetário estável* (Chavarri i Sidera & Sotillos, 2013).

“Uma característica cultural importante da sociedade holandesa é o seu nível extremo de organização. Todos os grupos de interesse nos Países Baixos são representados por uma ou outra organização. As organizações existem de todas as formas e tamanhos imagináveis, representam todas as denominações possíveis, e muitas vezes têm um já longo histórico. No passado, a heterogeneidade religiosa, política e ideológica da população holandesa e a industrialização tardia do país tornaram os Países Baixos numa sociedade particularmente segregada, constituída por pelo menos quatro grupos distintos (conhecidos como "pilares"): os católicos, os protestantes, os socialistas e os liberais". (van Empel, 1997, p. 8).

Uma outra característica atual do sistema holandês relaciona-se com o “consociativismo”.²⁶² Estas várias características específicas da estrutura e do sistema político holandês são fundamentais para a compreensão, não só de um *modus operandi* geral como, em particular, da tipologia de Políticas de Arquitetura criadas desde o início dos anos 1990. Havendo uma base cultural que impele à discussão e partilha de poder no governo, através das coligações e igualmente pela via do consociativismo e correspondente modelo de acordos entre as partes, também na construção dos documentos de política de arquitetura encontramos presente este modelo.

²⁶² os Países Baixos não são um “estado padrão” (...), são apenas um dos conjuntos de menores sistemas políticos europeus. Mais recentemente (...) a política holandesa [tornou-se] num protótipo de consociativismo. (Daalder & Irwin, 1989, p. 1)

Quadro 12 - Contextualização sociocultural - Holanda

Temática	Dados
População	Total – 17 131 296 hab.
Geografia	Área total do país – 41 542 Km ²
Economia	PIB – 738 146 M€
Sistema político	Monarquia Constitucional Parlamentar
União Europeia	Faz parte dos países fundadores da União Europeia, 1958 Espaço Schengen desde 1995 Pertence à “zona Euro” desde 1/1/1999 Presidência do Conselho Europeu por 12 vezes (entre 1960 e 2016)
Estado social	Alteração em 2013 de Estado Social para “Sociedade Participativa”
Ministério da cultura	Foi criado em 1918 enquanto Ministério da Educação das Artes e das Ciências, atualmente (Ministério da Educação, Cultura e Ciência) é responsável pela educação, cultura, ciência, investigação, igualdade e comunicação.

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e Europa.Eu, consultados em 2018

Desde logo, as políticas são elaboradas de forma interministerial, o que implica haver um “consenso” no modelo inicial do documento a elaborar.

A partir desse primeiro momento, e em consequência deste modelo, temos que todas as estratégias, e diretivas presentes na política, terão igualmente de ser debatidas e acordadas entre as partes.

Encontramos, de facto, nestes documentos, um conjunto de orientações que transversalmente correspondem a áreas de atuação de cada ministério. E mesmo havendo uma linha de orientação conjunta, é verificável a presença, mais ou menos forte, de uns e outros pelo enfoque dado a cada temática.

De forma semelhante, poderemos relacionar o carácter não legalista / impositivo, mas sim de orientação e sugestão, presente nos objetivos e métodos de implementação, que acentuará com uma tipologia de discussão e partilha de poderes

presente no sistema político. Ou ainda o papel dado aos mercados, ou à iniciativa privada, e não exclusivamente dependente do Estado (como acontece com o caso de França), que tem raízes culturais históricas cerceadas num modelo iniciado numa época de mercantilismo e poder económico e dos mercados (desde o século XVIII), mesmo que seja necessário reconhecer o facto de, nas mais recentes políticas, a orientação “pro-liberal” estar associada a uma alteração de sociedade e a modelos internacionais e mesmo a uma crise global na mudança de século.

2.2.2 Análise do ambiente profissional

Neste ponto, apresentamos uma sucinta análise do ambiente presente no país, relativamente às condições e à prática profissional dos arquitetos, bem como à produção arquitetónica existente.

Com esta abordagem, pretendemos apresentar o enquadramento disciplinar do país e que contextualiza a política de arquitetura existente, bem como as principais características que permitem diferenciar este caso de estudo relativamente aos demais. Conjuntamente com a análise de contextualização sociocultural do país - e cruzando com a análise documental da Política de Arquitetura existente - permitirá, esta leitura, obter um quadro relativo às rotinas e valores culturais subjacentes que serão a expressão de influências de dimensões culturais, específicas de cada país, próprias de uma abordagem etc.

Durante várias décadas, o ambiente económico do país foi propício ao desenvolvimento de políticas de apoio à investigação e criação arquitetónica (tal como se verifica pela análise dos documentos de políticas de arquitetura).

Houve, portanto, um contexto favorável ao desenvolvimento de projetos assentes em métodos de experimentação, mais ou menos radicais, com resultados comumente reconhecidos como inovadores.

Se, numa fase inicial de um modernismo tardio, as obras de Bakema, num percurso estruturalista, são um testemunho de uma experimentação e de inovação disciplinar, temos que essa atitude se aproxima já do que poderá vir a ser uma “tradição de modernidade” do panorama arquitetónico holandês.



Figura 28 - Imagem da Aula Technical University – Delft / arq. Van den Broek & Jakob Bakema, 1959-1966

[Fonte: <http://architectuul.com/architecture>]

Segundo Piet Volland e Paul Groenendijk, enquanto “noutros países a crítica do modernismo do final dos anos 1970 e nos anos 1980 deu origem a um regresso ao classicismo e a arquiteturas de um pós-modernismo enraizado numa cultura popular, na Holanda essa geração de arquitetos afastou-se da ideologia do modernismo, mas manteve-se fiel à maior parte dos seus aspetos racionais e formais.” (Volland & Groenendijk, 2013, p. 10).



Figura 29 - Imagem do Teatro de Roterdão (City Theater) Wim Quist, 1982/1988

[Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>]

Contrariamente à tendência generalizada, a nível internacional, de uma via pós-moderna classicista, a via do estruturalismo manteve-se mais presente na Holanda,

podendo o projeto – em plenos anos 1980 - do Teatro de Roterdão, de Wim Quist, ser exemplificativo dessa atitude.

Eventualmente, a permanência ativa de arquitetos do primeiro modernismo, como van Eyck, terão dado o seu contributo para que esta via fosse seguida no país.

A atitude de uma certa liberdade experimentalista não dogmática, com uma dose de irreverência, que encontramos, mais recentemente, em obras de arquitetos como os MVDRDV, em particular tomando o exemplo do bloco WoZoCo (1994-1997), e que, nas décadas de 1970/1980, poderíamos encontrar em obras de Piet Blom.



Figura 30 - Imagem de Sheltered Housing Complex Oklahoma / WoZoCo, Amsterdam, MVDRDV1994-1997

[Fonte: <http://www.architectureguide.nl>]

Ainda, se no passado, exemplos como do arquiteto van Eyck, que no caso de situações como a de ocupação de um lote, num centro histórico denso, que, entre edifícios do século. XVIII, insere uma estrutura totalmente em ruptura, como é caso do “Mother’s House”, em Amesterdão, poderemos reencontrar uma semelhante atitude em projetos mais recentes, como na extensão da “casa de Anne Frank” pelos Benthem Crouwel Architects igualmente em Amesterdão, ou ainda a intervenção dos MVDRDV na recente transformação de edifício no centro daquela cidade para a loja da Chanel.



Figura 31 - Imagem do edifício, Mothers' House'(Moederhuis), Aldo van Eyck, Amesterdão, 1973-1978

[Fonte: <https://www.architecture.com>]



Figura 32 - Imagem da Loja Chanel, (remodelação), MVRDV, Amesterdão, 1993/1999

[Fonte: <https://www.dezeen.com>]



Figura 33 - Imagem da casa de Anne Franck, Bentheim Crouwel Architects, Amsterdão, 1993/1999

[Fotografia de Cristina Castelo Branco]

Neste sentido, a “nova tradição moderna”, a que Sabini chama “Dutch Laboratory”, a “escola holandesa”, será sobretudo propícia a uma liberdade de utilização – ou “reutilização” – que dará origem a projetos “fora da caixa”, como refere Sabini (2006, p. 429).

Uma parte representativa dos arquitetos que hoje são identificados como a elite da arquitetura na Holanda, estiveram presentes na exposição “*Biennale for young Dutch architects*” de 1983. Podemos verificar que a produção desses arquitetos, desde esse momento até ao presente, enveredou por uma abordagem experimentalista e dificilmente enquadrável em tendências “rotuláveis”.

Nas palavras de Piet Vollaard e Paul Groenendijk (2013, p. 11)., uma expressiva parte dos arquitetos formados na Universidade de Delft nos anos 1980 associam-se a um possível “neomodernismo”.

Será nesse “grupo” que encontraremos vários arquitetos e firmas que têm vindo a marcar o panorama da arquitetura na Holanda, como os Mecanoo, formado em 1983, de cujas obras destacamos a Biblioteca Universidade Delft, 1993, e a Estação de comboios Delft, 2016, ou o caso dos arquitetos Jan Bentheim e Mels Crouwel, que fundaram a *Bentheim Crouwel Architecten*, em 1979, com obras de referência como a Casa Bentheim, Almere, de 1984, ou o Stedelijk Museum Amsterdam, de 2012.



Figura 34 - Imagem da Estação de comboios de Delft, Mecanoo Architects, Delft, 2015

[Fonte: <https://www.mecanoo.nl>]

Arquitetura e regulamentação: o caso dos Decretos Vinex



Figura 35 - Imagem da Almere House, Benthem Crouwel Architects, Almere 1984,

[Fonte: <https://www.archdaily.com>]

É neste panorama de prática da arquitetura que aparece um modelo de intervenção do qual surgiram novas propostas arquitetônicas e urbanas.

A necessidade de criação de novas habitações, na década de 1990, levou à programação de áreas destinadas a esse fim. Nesse sentido, a nível governamental foi

criado um decreto para as áreas VINEX ("Vierde Nota Ruimtelijke Ordening Extra"), de forma a zonar e planear as cerca de 750.000 novas habitações que se consideravam vir a ser necessárias para as duas décadas seguintes. Neste decreto, definiram-se como áreas privilegiadas, para as novas áreas de habitação, os espaços mais próximos de núcleos urbanos existentes, sendo o modelo de procedimentos a adotar o de elaboração de concursos de arquitetura, para os quais se viriam a instituir consórcios entre gabinetes de arquitetura e promotores privados. Os concursos seriam promovidos pelas administrações locais.

O impacto desta estratégia Vinex foi grande, permitindo a elaboração de uma significativa quantidade de projetos e consequente construção de amplas áreas residenciais. Se, em grande parte, os projetos desenvolvidos e construídos foram numa linhagem de tradicionalismo – *arquitecturas indistintas/desinteressantes* nas palavras de Christopher Hawthorne (2004). também surgiram exemplos de grande qualidade nesses processos.

A modalidade de concurso permitiu a utilização do momento como oportunidade de levar a cabo experiências e testar novos modelos, o que será o caso – talvez paradigmático – do projeto elaborado pelos MVRDV, para a zona de Ypenburg²⁶⁹, em 2005.



Figura 36 - Imagem do Ypenburg, MVRDV, Haia, 1998/2005

[Fonte: <https://www.mvrdv.nl>]

Este projeto consistiu na elaboração de plano geral, bem como no desenvolvimento de novas tipologias a serem utilizadas nos edifícios de habitação na área.

²⁶⁹ "Localizado em Ypenburg, um desenvolvimento novo da carcaça em Haia, o bairro chamado Waterwijk consiste em várias ilhas agrupadas. Cada ilha contém uma tipologia suburbana diferente. Blocos fechados, casas de pátio, casas de linha e moradias de luxo. A MVRDV não só foi responsável pelo plano geral do Waterwijk, como também pela arquitetura de várias tipologias: Watervilla, Hedge Island e Patio Island." Extraído de <https://www.mvrdv.nl>

Havendo críticas relativas à qualidade dos espaços interiores, foi assumido por van de Rij, dos MVDRDV, que a intenção da equipa foi a de investir sobretudo em atmosferas exteriores, procurando fazer uso do conhecimento dos modelos tradicionais de habitação local para, a partir desse ponto, desenvolver uma nova abordagem tipológica, inovando conceitos tradicionais.

Este caso servirá para ilustrar uma faceta da arquitetura holandesa contemporânea e apresentar alguns pontos que a caracterizam: *inovação, experimentalismo, interdisciplinaridade, reutilização*. Características associadas ao referido “Modernismo Pragmático Holandês “ (Sabini, 2006). O ambiente favorável à disciplina da arquitetura –é verificável, quer pela tradição da existência de centros de apoio e divulgação da arquitetura na própria dinâmica disciplinar, traduzirá um movimento bastante uniforme de contínua investigação e procura de inovação, quer pela existência de uma já longa tradição de políticas de arquitetura.

Não obstante o facto de termos presente a reorientação mais recente, menos propícia ao apoio à arquitetura, enquanto disciplina autónoma e independente, o panorama da premiação existente no país será testemunho da permanência do apoio institucional e do funcionamento da sociedade, com sentido de coletivo.

Existe, na Holanda, um conjunto relativamente vasto de prémios de arquitetura, dos quais destacamos o *Prix de Rome*. Este prémio, cuja origem remonta ao século XIX e se relaciona com o prémio instituído em França no mesmo período, é atribuído no país após seleção da *Rijksakademie*²⁷⁰ para atribuição a arquitetos com menos de 40 anos. A cada período de quatro anos, é atribuído um *Prix de Rome* para a arquitetura (as áreas premiadas são, além da arquitetura, as artes visuais, o urbanismo e o paisagismo).

A arquitetura holandesa tem igualmente sido premiada a nível internacional, sendo, o mais elevado título, o prémio *Pritzker*, atribuído a Rem Koolhaas, no ano 2000. No texto de atribuição, refere o júri que Koolhaas, ao longo do seu percurso profissional e, em particular, nos 20 últimos anos, tem vindo a definir “novos tipos de relacionamentos, teóricos e práticos, entre a arquitetura e a situação cultural”, o que lhe consagra o prémio, conjuntamente com as “suas contribuições para o ambiente construído, bem como pelas suas ideias”.²⁷¹

Ainda no ambiente de apoio à prática e ao desenvolvimento disciplinar. que se fez sentir no país, durante décadas, analisamos o caso de instituições que se tornaram incontornáveis neste processo.

²⁷⁰ Academia de Belas Artes sediada em Amesterdão.

²⁷¹ Extraído de <http://www.pritzkerprize.com/2000/jury>

A tradição de apoio e divulgação da arquitetura no país é ainda expressa pelo historial de instituições públicas e privadas que, desde o século XIX, têm vindo a estar presentes no panorama nacional.

Para além da fusão de várias entidades, seguindo uma orientação em acordo com a ideia de “indústrias criativas” houve também, mais recentemente, a eliminação dos centros de arquitetura (locais) *Achitektuur Lokaal* e do Instituto *Berlage*, bem como o fim de apoios aos prémios *Archiprix* e *European*, além do fim da subvenção a intervenções e projetos de divulgação privados, tal como aconteceria até ao sexto documento de PA, “Trabalhando na Força do Design” (*Building on the Strength – Action Agenda for Architecture and Spatial Design 2013-2016*).

Nesta investigação, revela-se um processo geral de criação e eliminação do Instituto Holandês de Arquitetura, NAI, o qual foi estabelecido em 1988 (apenas dois anos antes da publicação do primeiro documento de Política de Arquitetura nacional, cuja publicação veio dar o enquadramento político fundamental para o sucesso de um organismo deste tipo.)

O caso do Instituto Holandês de Arquitetura, NAI, será um caso paradigmático deste processo, de crescente peso dos princípios de práticas neoliberais, que tem na cultura uma base para a apresentação de programas “culture friendly” (refletindo a consciência do valor acrescentado que comportam para a economia) *política cultural (...) resgatada do seu passado primordial e catapultada para a vanguarda da agenda política moderna, orientada para o futuro, componente essencial em qualquer desenvolvimento respeitável de decisores políticos (...)*. (Flew & Cunningham, 2010) O NAI teve como objetivos estabelecidos a promoção da dimensão cultural da arquitetura e o compromisso com um público mais vasto. A sua criação correspondeu a um processo de fusão de diferentes instituições, já existentes. O NDB (Centro de Documentação de Arquitetura Holandês), fundado em 1977, destinado, fundamentalmente, para arquivos, tendo assumido o estatuto de Departamento de coleções, no novo instituto, e a fundação *Stitching Wonen*, que veio a corresponder ao departamento de apresentação (*presentation department*).²⁷³ Ainda um terceiro elemento esteve presente – SAM, *Stitching Architectuurmuseum* – mas, neste caso,

²⁷³A investigação doutoral levada a cabo por Sérgio Miguel Figueiredo, da qual resultou a posterior publicação do livro “*The NAI effect: creating Architecture culture*”, aborda precisamente a questão relativa ao contributo e impacto dos museus e institutos de arquitetura na produção e consumo de arquitetura (Figueiredo S. M., 2014, p. 423).

assumindo um estatuto de semiautonomia (Leliman Association, Friends of the NAI).²⁷⁴

Em síntese, através desta análise, do ambiente profissional e das práticas arquitetônicas, podemos aferir que a existência de uma ligação de herança do modernismo, mantida nas décadas de 70 /80, através de “aspectos racionais e formais” (Volland & Groenendijk, 2013), viria a criar as bases para uma geração mais recente ,de “tradição moderna” a que Maurizio Sabini (2006) chamou de *Dutch Laboratory*, criando um ambiente propício à liberdade de utilização ou reutilização, o que tem vindo a dar origem a projetos “fora da caixa”, ainda segundo o mesmo autor.



Figura 37 - Edifício do NAI, actualmente Het Nieuwe Instituut, Roterdão, projeto de Jo Coenen, 1993

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

²⁷⁴ A fundação, conforme *site* do NAI (hetnieuweinstituut, 2016) O “Friends of the Netherlands Architecture Institute/Leliman Association” apoia o NAI e procura promover o interesse e o conhecimento da arquitetura. (...) organizando palestras, simpósios e excursões. A associação também concede bolsas para a investigação nos domínios da arquitetura, urbanismo, arquitetura paisagística e design de interiores.”

Temos presentemente, na Holanda, uma arquitetura tendencialmente experimentalista, eventualmente “neomoderna”. (Volland & Groenendijk, 2013). Quando estes aspetos disciplinares (dos seus atores) se cruzam com políticas públicas de habitação e de promoção de concursos públicos – como é exemplo no caso dos decretos VINEX – encontramos reunidas as condições para que a inovação e o experimentalismo se mantenham presente nas práticas da arquitetura nacionais; Acresce o facto de, durante décadas, ter existido um ambiente economicamente propício o que permitiu a criação e existência de múltiplas entidades (apoiadas pelo setor publico) destinadas à promoção e divulgação da arquitetura. Este facto pode ter sido fundamental para uma generalizada aceitação pública da experimentação e inovação em arquitetura.

Assim, apesar de o país não ter escapado às graves consequências da crise de 2008, em particular nas condições de prática da arquitetura – tendo sofrido alterações em consonância com a tendência global, na qual pequenas estruturas tendem a desaparecer, permanecendo as de maior dimensão, com capacidade de investimento próprio, mais aptas a competir num mercado global e a realizar apostas fora das fronteiras nacionais – no que respeita à tendencial característica de experimentalismo, e de inovação, provavelmente, essa marca da arquitetura holandesa, será mantida (ainda que revista à luz de novas condições de mercado...).

Quadro 13 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) - Holanda	
Questões	Dados
Arquitetos / População	nº total de arquitetos: 10 600arqs. nº de arquitetos por 1000 habitantes: 0.62 homens/mulheres : 77% / 23%
Estrutura académica / cursos	5 anos de formação académica nas universidades técnicas (Delft e Eindhoven) ou 4 anos de escola superior técnica e 4 anos de prática profissional Mestrado (<i>Master</i>) possível quer nas universidades técnicas quer na Academia de Arquitetura ²⁷⁸
Organização da classe profissional	“Architecten register” “Registo de Arquitetos” – inscrição obrigatória após formação académica e dois anos de prática profissional (estágio) BNA “Instituto Real dos Arquitetos Neerlandeses” - inscrição não obrigatória (cerca de 2/3 dos arquitetos ou firmas de arquitetura holandesas estão inscritos)
Premiação nacional	Prix de Rome Archiprix Charlotte Köhler Prijzen Rotterdam Maaskant Prize for Uung Architects StedenbouwNU BNA Gebouw van het jaar Hedy d’Ancona-prijs Abe Bonnema ArchitecturePrize De Gouden Piramide Architectenwerk.nl
Premiação Internacional	European Archiprix International (Atribuição de um prémio Pritzker a Rem Koolhaas no ano 2000)

²⁷⁸ Academia de Arquitetura Amesterdão; Academia de Arquitetura de Roterdão.

Publicações especializadas	<p>'De Architect' (apenas em holandês)</p> <p>'Architectenwerk' (apenas em holandês)</p> <p>'Mark' (totalmente em inglês)</p> <p>'Volume' (totalmente em inglês)</p> <p>OASE (inglês e holandês)</p> <p>Nota: Várias revistas mudaram de direção ainda antes da crise, tornando-se mais num suporte publicitário para a arquitetura; crescente quantidade de anúncios de fornecedores de materiais de construção com cada vez menos conteúdo e, acima de tudo, tendência a discutir apenas projetos, e não a crítica arquitetónica ou planos visionários dentro da revista</p> <p>O terceiro caso ("Mark"), um pouco mais orientado internacionalmente, apresentando projetos realizados e algumas plantas e desenhos de projeto ou entrevistas.</p> <p>O caso da "Volume", ainda um de "resistência", tendo a mesma sido fundada no período "glorioso da feliz arquitetura holandesa, "na viragem de século, mantém a publicação de discussão e crítica e não apenas imagens de projetos, sendo vocacionada para um âmbito internacional.</p> <p>O último caso (OASE) é uma publicação de influência, sobretudo no sector académico, na Holanda e na Flandres, sendo publicada em versão bilingue.</p>
Qualidade de vida dos arquitetos	<p>Rendimento médio anual por estrutura:</p> <p>Estruturas de 2 pessoas: 134 649 €/ano</p> <p>Estruturas de 5 a 10 pessoas: 520 133 €/ano</p>
Estruturas de prática profissional	<p>Setor privado: Dimensão dos <i>ateliers</i> de que dimensão - maioria dos ateliers de arquitetura com cerca de 6-10 pessoas, 22% prática profissional enquanto <i>freelancers</i></p> <p>Setor público: Apenas 9% empregados na administração local ou central</p>
Estruturas de divulgação e promoção da arquitetura:	<p>Atualmente a difusão da arquitetura na Holanda encontra-se maioritariamente centrada nas ações do NAI, tendo havido ao longo dos últimos anos diferentes tipos de estruturas ativas, conforme se pode ver com mais detalhe no ponto relativo à análise documental da PA do país.</p>

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e CAE, consultados em 2018

2.2.3 Análise documental da política de arquitetura

O presente ponto corresponde à análise documental das publicações oficiais, relativas à política de arquitetura existente no país. Neste caso específico, pelo facto de existirem 6 documentos de política de arquitetura – um inicial, em 1992, e 5 versões de atualização – entendemos por bem agrupar a totalidade dos documentos, realizando, em simultâneo, a análise de cada ponto da nossa grelha (conforme quadro 12). Para permitir uma maior clareza dessa análise, identificamos, no início de cada parágrafo, o documento ao qual nos referimos.

No final do presente ponto, apresentamos algumas notas finais de síntese, as quais serão retomadas, no final do Capítulo 2, de forma a estabelecer uma leitura comparada entre os diferentes estudos de caso analisados.

Quadro14 - Análise documental da política de arquitetura. Estrutura de análise aplicada ao documento da Holanda	
Estruturas (de narrativa do documento); Sistemas (de transmissão do documento); Produtos (âmbito, compromisso, grupo alvo)	
Temática	Questões
Estrutura dos documentos	Neste primeiro ponto, aferimos a que público se dirige o documento, qual o tipo de linguagem utilizado, quais os objetivos gerais apresentados e se estes são de carácter vinculativo ou de orientação.
Estrutura político-administrativa	Neste ponto, aferimos quais as tarefas ou deveres apontados no documento, qual a tipologia e organização das instituições envolvidas, a quem se deve a responsabilidade de elaboração do documento e quem se responsabiliza pelo mesmo.
Missão central	Neste terceiro ponto, identificamos os princípios da missão central do documento, o nível de acordo estabelecido para essa mesma missão, quais os objetivos propostos e as (possíveis) repercussões nas práticas arquitetónicas.
Tomada de decisão	Neste quarto ponto, procuramos saber que domínios se pretende influenciar e quais as estruturas visadas. Igualmente, procuramos aferir a forma de alcançar consensos e que dados são utilizados no processo como suporte de decisão.

Prossecução de objetivos	Neste quinto ponto, analisamos a orientação temporal do documento (aplicação, revisão), as consequências que poderá vir a ter na prática profissional, a relação da estratégia política com o tempo (passado, presente, futuro), as soluções que aponta e se estas passam pela investigação e desenvolvimento, como aborda a questão da inovação e a standardização, e que ações e prazos são apresentados.
Estruturas invisíveis, / natureza relações humanas	Neste último ponto, averiguamos o carácter público ou privado da política proposta, os possíveis impactos do Estado Social, quais os princípios e objetivos definidos e ainda se, e como, funciona a regulação da interação social (nível de envolvimento dos atores).

Fonte: elaboração própria

Seguindo a estrutura constante no quadro de análise apresentado anteriormente, apresentamos uma leitura temática dos sete pontos de análise documental da política de arquitetura.

Estrutura dos documentos

(1) *Space for Architecture* (1991/1996): neste primeiro documento, de política de arquitetura, os autores (Governo, através dos seus ministérios) dirigem as indicações aos arquitetos, e demais atores envolvidos no sistema de projeto e construção, bem como a instituições com responsabilidades de divulgação, defesa e promoção da arquitetura (*Dutch Architecture Institute*, NAI - em Roterdão). É ainda dirigido ao público em geral, através de medidas específicas de divulgação, por via de programas de televisão ou cursos especiais de formação para não profissionais.

(2) No documento de 1997/2000 ***The Architecture of Space***, mantém-se uma estrutura semelhante ao anterior documento, sendo que conta igualmente com as autoridades locais e regionais como parceiros para a implementação do documento, para além das estruturas de nível nacional.

(3) Na versão seguinte, para o período de **2001-2004**, ***Shaping the Netherlands***, é apresentado como grande objetivo a qualidade arquitetónica, através da promoção de um conjunto de nove *grandes projetos*. Nesses *grandes projetos*, a conceção (design) terá um papel central, pretendendo-se que estes projetos funcionem como um modelo de ação para referência futura. Os projetos abrangiam todas as áreas de conceção arquitetónica e de planeamento (como são exemplos: o *Delta Metropolis*; um projeto de autoestrada; as novas linhas de água;

o novo *Rijksmuseum*; a renovação de espaços públicos ou, ainda, novos edifícios para departamentos do Governo).

Tinha ainda como objetivo a implementação de um conjunto de intenções de orientação que passam pelo estímulo do debate, sobre arquitetura e o espaço público, o reforço das relações entre património cultural e arquitetura moderna, procurando: 1) “conservar através do desenvolvimento”; 2) dar ênfase à cultura - através da ação do Estado no sentido de equilibrar as forças presentes nos processos de planeamento tradicionais (construtores investidores, empresas do sector imobiliário, organizações ambientais); 3) estimular a diversidade dos espaços habitacionais e suas envolventes, fazendo justiça às necessidades das pessoas e à mudança cultural verificada no país; 4) combater a fragmentação dos espaços abertos, entre áreas urbanas, através do reforço das características individuais da paisagem; 5) prestar maior atenção à qualidade, adotando uma atitude de “idealismo prático”, e 6) promover a eficácia e combater a compartimentação - pela contestação à fragmentação do saber e das aptidões no setor da arquitetura e da construção através do estabelecimento de “pontes entre os vários mundos”.

Este documento, que entendem ser “radicalmente distinto dos dois iniciais”, é um plano de ação, de carácter orientador e não vinculativo. Destina-se a um público que abrange a totalidade dos que “trabalham no sector”.

(4) *Spatial Planning and Culture* (2005/2008): nesta versão é declarada a intenção de que este seja um documento baseado numa estratégia de política cultural, pretendendo estabelecer a ligação entre as políticas existentes (de arquitetura e de paisagem “*Belvedere Policy*”)²⁸⁰.

(5) Na atualização seguinte ***A Culture of Design: Vision of Architecture & Spatial Design***, publicada em 2008, de novo se mantém, ou prolonga, a base estratégica dos anteriores documentos, havendo um reforço do Design e do Planeamento e um decréscimo do peso da arquitetura na estratégia e nas orientações apresentadas.

(6) O último documento publicado, ***Building on the Strength of Design, action agenda*** (2013-2016), trata-se já – tal como indica o seu título – de uma “agenda”,

²⁸⁰ *Belvedere Policy* (2000/2009) trata-se de um documento de política relativa à proteção do património, criada no final da década de 1990, pelos ministérios da educação cultura e ciência, VROM (habitação, ambiente, planeamento e infraestruturas), LNV (agricultura, natureza e qualidade alimentar) e V&W (transportes, obras públicas e gestão recursos hídricos), em conjunto com os Departamentos de Conservação. Neste documento de política, o Governo estimula iniciativas que visem o acréscimo de influência da história cultural no desenvolvimento espacial do país.

no sentido de tratar de uma estratégia política, e menos de uma política de arquitetura, no âmbito mais estrito. É sempre fruto de um trabalho interministerial, no caso: Ministério do Ambiente e Infraestruturas, Ministério da Educação, Cultura e Ciência, Ministério do Interior e das Relações do Reino, Ministério dos Assuntos Económicos, Agricultura e Inovação.

No conjunto dos 5 documentos, publicados até à presente data, é constante a estrutura do documento, sendo sempre mantida a tipologia de uma “*comprehensive policy*” que, não sendo lei, tem o carácter formal de um documento de Governo, a ser implementado por todos os envolvidos (estruturas de Estado, Institutos, cidadãos).

A linguagem utilizada nos documentos de política de arquitetura na Holanda, comum a todos os documentos, é formal, mas não hermética, de compreensão fácil, apresentando termos correntes e não eruditos, ou de carácter legalista.

Os objetivos apontados variam de documento para documento, remetendo sempre para um raciocínio alicerçado nos dados e contingências de cada momento.

No conjunto dos documentos, é seguida uma estratégia comum de indicação de objetivos, de carácter orientador, não vinculativo, estratégia essa em acordo com linhas de orientação do modelo governativo do país.

Estruturas de tomada de decisão

Estrutura político-administrativa, estruturas de tomada de decisão no conjunto dos 6 documentos publicados, seja pela tipologia dos documentos, do tipo “*comprehensive policy*”, seja pelos conteúdos dos mesmos – em sintonia com o modelo de governança e estrutura política do país –, a política de arquitetura não se orienta para uma regulação da profissão nem para a organização das práticas.

Poder-se-á afirmar que os documentos correspondem a um “grande desenho” de intenções, genéricas e globais, relativas à qualidade do ambiente construído e da paisagem do país, criado através da arquitetura, do design e do planeamento, procurando o Governo ser o exemplo, e o motor, de boas práticas.

Nos documentos iniciais, apresentavam-se alguns objetivos e ações mais concretos, a ser introduzidos, ou aplicados, através das instituições não-governamentais, mas públicas – como os centros de arquitetura local, o *Netherlands Architecture Institute* (NA) o Instituto Berlage, etc. No entanto, verificamos que, ao longo dos anos, este tipo de orientação, mais concreta e objetiva, começou a ser substituída por linhas de orientação progressivamente mais genéricas e globais.

Nos documentos mais recentes, verifica-se, inclusive, uma atitude progressivamente liberal, ao assumir-se que as ações decorrerão do impacto do mercado e da economia,

em simultâneo indicando-se, de forma clara, que o Estado dará o exemplo através dos seus projetos, confiando no efeito de repetição dessas ações por parte do setor privado.

No percurso, desde o primeiro documento até ao mais recente, verificamos a mudança das condições de base. Assistimos à passagem de um Estado Providência, extremamente presente – refletindo-se na criação de centros e instituições, a todas as escalas, com financiamento estatal, e na atribuição de subsídios a iniciativas que correspondessem às linhas orientadoras do documento de política vigente – para um ausente, quase na íntegra, no respeitante a esse tipo de apoios ou intervenções (financiamentos ou subsídios), justificando-se, tal mudança, com base no facto de as instituições existentes - já em quantidade reduzida (tendo-se extinto ou fundido) - se deverem reorganizar de forma a garantir o seu autofinanciamento.

Podemos falar de dois tipos de organização institucional, no caso de estudo Holandês:

- Horizontal / Linear. Quem elabora os documentos de política de arquitetura: sendo, aqui, um conjunto de entidades num mesmo “plano horizontal”, uma vez que se trata de diferentes ministérios pertencentes a um mesmo Governo Nacional.

Top Down. Num segundo momento, na fase de implementação das políticas, podemos falar de uma organização do tipo *top-down*, uma vez que esta fase corresponde a ações promovidas por instituições criadas, a partir de orientação superior, por parte do Governo. Ainda que possa atualmente verificar-se uma crescente autonomia destas instituições (sobretudo no plano financeiro), elas mantêm-se fruto de uma organização vertical. Por último, importa referir que está presente, no processo de elaboração dos documentos, um raciocínio que tem em conta a inclusão de uma organização do tipo *bottom-up*, dado que, nesse processo, são chamados a intervir todos os cidadãos (associações profissionais ou outros) a quem o convite para participar nas diversas mesas redondas temáticas – a realizar em diferentes pontos do país – é feito segundo uma lógica de participação cívica ativa e de implementação de um processo de compromisso democrático, o que resulta na existência de um contributo organizativo, de baixo para cima, ainda que, sobretudo, de carácter informal e com resultados pouco expressivos.

O responsável pela política é o Governo nacional, através dos seus ministérios; a cada caso, em cada novo documento, trata-se de uma política pública de Governo.

Por norma, quem desencadeia o processo de elaboração de cada novo documento de PA é o Ministério da Educação e Cultura, mas trata-se, sempre, de um processo de concertação interministerial.

As decisões são tomadas no seio do Governo, através dos ministros que tutelam os ministérios envolvidos.

Encontramos, ao longo dos diferentes documentos, elaborados desde a primeira política, em 1991/1996, os seguintes ministérios:

Space for Architecture (Memorandum on Architectural Policy 1992-1996)

- Ministério da Agricultura, Gestão da Natureza e Pescas
- Ministério dos Transportes, Obras Públicas e Gestão da água
- Ministério da Defesa
- Ministério dos Negócios Estrangeiros

The Architecture of Space (Memorandum on architectural Policy 1997-2000)

- Ministério da Educação, Cultura e Ciência
- Ministério da Habitação, Planeamento Físico e Ambiente
- Ministério da Agricultura, Gestão da Natureza e Pescas
- Ministério dos Transportes, Obras Públicas e Gestão da água

Architectural Policy 2001-2004: Shaping the Netherlands (Architectural Policy 2001-2004: Shaping the Netherlands)

- Ministério da Educação, Cultura e Ciência
- Ministério da Habitação, Planeamento e Ambiente
- Ministério da Agricultura, Natureza e Qualidade dos Alimentos
- Ministério dos Transportes, Obras Públicas e Recursos Hídricos
- Ministério da Economia
- Ministério da Defesa
- Ministério dos Negócios Estrangeiros

A Culture of Design – Vision of Architecture & Spatial Design 2008 (A Culture of Design – Vision of Architecture & Spatial Design 2008)

- Ministério da Educação, Cultura e Ciência
- Ministério da Habitação, Planeamento e Ambiente
- Ministério da Agricultura, Natureza e Qualidade dos Alimentos

- Ministério dos Transportes, Obras Públicas e Recursos Hídricos
- Ministério da Habitação, Comunidades e Integração

Building on the strength - Action Agenda for Architecture and Spatial Design 2013-2016 (Ministry of the Interior and Kingdom Relations, the Ministry of Economic Affairs, 2012)

- Ministério da Educação, Cultura e Ciência
- Ministério da Economia, Agricultura e Inovação
- Ministério das Infraestruturas e do Ambiente
- Ministério da Defesa

Missão Central

Tal como noutros aspetos, identificados nos documentos em análise, os princípios defendidos são de âmbito genérico. No entanto, a tónica relativa a cada princípio exposto é colocada de forma diferente, ao longo dos anos.

No **primeiro documento**, a ênfase era colocada na arquitetura, na sua importância disciplinar, nos processos de projeto e de construção, na criação de um ambiente propício a uma arquitetura de qualidade, em que o Estado teria o seu papel e envolvimento direto, enquanto promotor e cliente. Nesse primeiro documento, era tido como fundamental o valor cultural da arquitetura, indicando-se três aspetos a considerar para uma arquitetura de qualidade: “valor de uso, valor cultural e valor futuro”.

No **segundo documento**, é ainda colocado, como ponto central da PA, o papel cultural da arquitetura, pretendendo-se, através da política publicada, reforçar a coesão entre o sector da construção e as políticas culturais.

É referido, no documento, o investimento, realizado nos anos precedentes, na criação de entidades de apoio / promoção e divulgação da arquitetura - *Netherlands Architecture Institute, Incentive Funds for Architecture, Berlage Institute, Architectuur Lokaal* – afirmando-se que a PA que irão estar estas instituições, em posição de levar por diante os seus programas e políticas próprias, no período de 1997/2000. Relativamente ao *European* e ao *Archiprix Foundation*, é vontade expressa, neste segundo documento, que venham a ser subsidiados pelo governo, durante o mesmo período. Estamos ainda numa fase de criação e expansão de estruturas, e de investimentos públicos, em programas e instituições ligados à arquitetura.

Neste documento inicia-se ainda um processo de “atenção às forças do mercado”, procurando o Governo, através da Política de Arquitetura, estabelecer pontes entre as intenções políticas e as práticas correntes do sector privado.

No **terceiro documento** – 2001/2004 – é iniciado um processo de maior enfoque na participação pública nas decisões que concernem o espaço público, o planeamento e a arquitetura (em particular a referente a zonas residenciais, em resultado de algum desconforto com o surgimento de áreas monofuncionais e loteamentos, nas periferias urbanas).

Se, por um lado, se afirma dar continuidade às duas anteriores políticas, por outro, declara-se a intenção de desmantelar as “temporary Design Platforms”,²⁸¹ criadas anteriormente, justificando a mesma por estas terem sido consideradas pouco efetivas.

Os dois grandes temas desta política, “a arquitetura é um assunto de todos” e “dar forma à Holanda”, justificam, assim, o facto de se entender a Arquitetura como um “assunto público”, uma “forma de arte que colide com a vida de todos”²⁸²

A inclusão destes temas leva à introdução da ideia desafiante de alargar o debate público, ideia essa amplificada no segundo tema, que engloba medidas, recomendações e atividades com vista à concretização dos nove “grandes projetos”.

No **quarto documento** – 2005/2008 – promove-se a ligação de duas políticas: a política de arquitetura e a “*Belvedere Policy*”. O enfoque é, assim, dado na complementaridade destas duas políticas com a questão da herança cultural e do património (paisagístico e arquitetónico) como elemento aglutinador e tema a aprofundar e defender. A implementação destes princípios é organizada, através da criação de um conjunto de projetos, de diferentes escalas e tipos, tendo, como princípio, a promoção da interdisciplinaridade e do fator cultural.

O **quinto documento**, publicado em 2008, tem, por título e tema, “*A Culture of Design – Vision on Architecture & Spatial Planning*”, e assume que “[a] Holanda é um país de forte tradição na arquitetura”, tradição essa que o Governo pretende reforçar, em termos de identidade e posição, pela sua importância cultural. Na senda do reforço da arquitetura e do planeamento, na Holanda, neste documento, o Governo seleciona três objetivos chave: 1) “consagrar o projeto em planos e programas de governo” – traduzindo, resultados de experiências piloto, em bases estruturais, de ênfase no projeto. Este objetivo deveria ser conseguido de diversas formas, incluindo

²⁸¹ Conforme document publicado interministerialmente, (Ministrie of Education, Ministrie of Housing, Ministrie of Transport, & Ministrie of Agriculture, 2001, p. 3),

²⁸² (idem, p.5)

protocolos de projeto; 2) reforçar o planeamento regional e urbano, de forma a promover a contribuição, do projeto, para um traçado do país, mais coeso, incentivando a profissão de “planeamento urbano”; 3) promover a redesignação e reabilitação de edifícios e sítios de valor, caídos em desuso.

Estes três objetivos estariam associados aos contidos na Política de Património [*Belvedere Policy*]. No que diz respeito às instituições de arquitetura, assume-se a continuidade do seu financiamento, considerando-se as mesmas como fundações da Política de Arquitetura na Holanda, dando assim seguimento ao programado no documento anterior. Considera-se fundamental o planeamento espacial, enquanto atividade cultural com um imenso potencial de coesão. Nesse sentido, afirma-se, no documento, que *a realização de cada modificação espacial, sendo um ato cultural, forma a base da política de arquitetura.*

Estamos perante uma política que, em relação às precedentes, mantém ainda os princípios de uma consciência cultural, nas ações levadas a cabo no espaço físico, afastando-se, no entanto, do objeto arquitetónico, para se aproximar mais de ações de grande escala – como o planeamento e a paisagem.

Na última política publicada – 2013/2016 – verifica-se uma mudança de orientação, relativamente às anteriores, sobretudo se atentarmos nas PA iniciais. Por um lado, há uma clara ideia de excelência, na prática das profissões de arquitetura e de planeamento, uma ênfase acrescida, na questão da inovação, sendo este documento uma “agenda” [já não se utilizando a terminologia de *política de arquitetura*]. A arquitetura e o planeamento passam a ser entendidos como partes integrantes de uma indústria criativa, estabelecendo-se, nesse âmbito, a intenção de se fundir, as diversas instituições de apoio e divulgação da arquitetura, num só instituto que deverá juntar essas disciplinas ao design e *e-cultura*, naquilo a que chamam uma “infraestrutura cultural básica”, com apenas um fundo de apoio a um instituto único. Este documento foi realizado numa fase já de ambiente de crise económica, o que se reflete em múltiplas referências a “novos desafios, processos cada vez mais complexos”, e ao facto de o “design holandês ser um produto de exportação”²⁸⁴ estando a comissão [promotora da *agenda*] “convencida do potencial e do valor económico da arquitetura e do planeamento espacial”, conscientes de que o sector está a sofrer fortemente com a estagnação da economia e da construção”.²⁸⁵

²⁸⁴ Conforme referido no document interministerial de 2012 (Ministry of the Interior and Kingdom Relations; the Ministry of Economic Affairs, 2012, p. 8)

²⁸⁵ (idem)

Muito embora seja possível a existência de não acordos iniciais, entre os vários representantes ministeriais, o acordo final é sempre alcançado de forma a existir um documento conclusivo que seja validado pelo conjunto dos ministérios envolvidos.

Os demais intervenientes nos processos, tratando-se de convidados externos e revestindo-se a sua participação de um caráter informal, poderão, em algum momento, ou relativamente a algum ponto, não estar em acordo total com o proposto pelo coletivo. No entanto, mesmo que tal suceda, não é criado um bloqueio à publicação final do documento.

O que sucede nestes processos de criação de políticas de arquitetura, na Holanda, corresponde, num grau sociopolítico, às práticas políticas nacionais, segundo um modelo de *polder*²⁸⁶. É comum e habitual a formação de Governos em coligação interpartidária - sendo a designação do Primeiro-Ministro (chefe do governo), pela Casa Real, uma âncora e motor para o funcionamento de um sistema democrático, com forte tradição alicerçada na discussão e no consenso. Ou seja, naturalmente, os acordos alcançados, seja na formação de um Governo ou na implementação de políticas, não refletirá um acordo total de todas as partes, mas sim o acordo suficiente para que as medidas possam avançar e ser implementadas. Com vista a um bem comum: o país e a sociedade holandesa.

Se os objetivos das políticas, como temos visto, podem variar de documento para documento, há um objetivo comum que se mantém e que corresponde à procura de uma garantia de qualidade ambiental, paisagística e arquitetónica, e ao respeito por, e sua fruição, um património cultural-material, assumido por todos, e à criação de um país onde a miscigenação seja real, e a diferença cultural dos habitantes possa coexistir em harmonia. Trata-se de um objetivo maior, de excelência e qualidade.

A repercussão destas políticas nas práticas arquitetónicas não é evidente ou, pelo menos, não será direta. Não sendo as Políticas de Arquitetura nem documentos legislativos, nem reguladores da profissão, os eventuais efeitos serão apenas visíveis num segundo nível, [quase] como efeitos colaterais de uma estratégia global.

²⁸⁶ Polder Model : De acordo com Woldendorp, " (...) os Países Baixos voltaram a ser um modelo exemplar de neo-corporativismo eficaz: o "Modelo Polder", que produziu o "Milagre Holandês". (...) A expressão "Modelo Polder" entrou em uso no final da década de 1990 como uma frase popular holandesa e internacional no debate público e político para descrever o então neo-corporativismo holandês, aparentemente bem-sucedido, que havia produzido o "Milagre Holandês".

Referindo outros autores, explicita que "não há um modelo holandês especial (*polder*)," que este "é simplesmente a marca peculiar do corporativismo holandês", com consulta, coordenação e negociação sobre todas as questões importantes de política socioeconómica entre sindicatos, Federações, federações patronais e o governo ". (Woldendorp, 2005, p. 28)

Alguns dados são necessários para abordar a questão da prática profissional existente no país e, conseqüentemente, se poder aferir em que grau, e de que forma, as políticas de arquitetura terão interferência nessas práticas.

Distintamente de outros países, em análise no presente estudo – como França ou Portugal – não existe, na Holanda, uma grande bolsa de terrenos disponíveis para construção. Aliás, essa é uma das marcas mais fortes do território (o eterno combate com a água e a conquista de terras ao mar). Este primeiro facto, está na origem de uma procura relativamente baixa de projetos e de construção de edifícios isolados privados.

Um cliente privado na Holanda situar-se-á, tendencialmente, na área do investimento em reabilitação de edifícios existentes, na criação de novos edifícios em meio urbano consolidado, pontualmente, em edifícios de função industrial ou comercial, e, de forma muito residual em edifícios e habitação unifamiliar em áreas não urbanizadas. Verificamos, assim, uma procura relativamente baixa de projetos de arquitetura de média escala (tipo habitações unifamiliares ou pequenos edifícios de rendimento).

O Estado, criando áreas residenciais, definidas por plano, promove a elaboração de projetos coletivos através de concursos públicos para os quais são chamados a apresentar propostas arquitetos registados no “registro nacional”²⁸⁷, o que, já de si, é uma primeira seleção de candidatos e de propostas.

²⁸⁷ *Architectenregister* o registro nacional de arquitetos, o “*título de arquiteto*” protege os títulos de arquiteto, urbanista, arquiteto paisagista e arquiteto de interiores. Apenas as pessoas que estiverem inscritas no Registro de Arquitetos têm direito a utilizar o título respetivo. Existe igualmente regulamentação para registro de firmas de arquitetura. Apenas o registro no “*Architectenregister*” dá o direito de usar o título de arquiteto.

O registro faz a distinção de profissionais qualificados, pelo que empregadores e clientes poderão exigir a verificação do registro. Nos procedimentos concursais é, em geral, uma condição de base. A sua pertinência é ainda patente em casos de trabalhos a realizar fora da Holanda, na União Europeia, sendo mais fácil o reconhecimento de qualificações profissionais a quem estiver inscrito no *Registro de Arquitetos*.

Este título arquiteto no âmbito Registro de Arquitetos, entrou em vigor em 1988, sendo um ato que visa proteger o título e não a profissão; como exemplo, poderá significar que um projeto de arquitetura, desenho urbano ou arquitetura paisagista poderá eventualmente ser realizado por um não arquiteto, de forma legal, desde que este não utilize o *título arquiteto*.

Os objetivos do *título arquiteto* “*architect title*” no *architectenregister* são: garantia da qualidade; garantia de que os designers de cidades e países são formados para fazer o seu trabalho com competência; proteção dos clientes; garantia de experiência profissional do contratado, para contratantes de serviços; aplicação da legislação europeia: “esclarece a posição jurídica do arquiteto, urbanista, jardim e arquiteto paisagista e arquiteto de interiores holandês tornando o acesso ao trabalho noutros países da União Europeia mais fáceis.”

Extraído de <https://www.architectenregister.nl>



Figura 38 – Planta de implantação da zona central de Almere, proposto pelo atelier OMA, 1994 – 2005

[Fonte: <http://oma.eu/projects/almere-masterplan>]



Figura 39 - Imagem do plano da zona central de Almere, proposto pelo atelier OMA, 1994 – 2005

[Fonte: <http://oma.eu/projects/almere-masterplan>]

O caso da extensão de Amsterdão no polder de Almere será um exemplo da atividade profissional através de concursos públicos – neste caso, promovidos pelo município – onde a experimentação, desejada pelo Governo, através da sua política de arquitetura, é posta em prática:

O exemplo de Almere, trata-se de uma área a nascente de Amsterdão, conquistada à água, um polder inicialmente destinado à agricultura, construído na década de 1960. Em 1976, teve a sua primeira construção; atualmente, é um município de cerca de

200.000 habitantes. Foi projetado como um *Vinex*²⁸⁸, correspondendo, genericamente, a uma zona dormitório de Amsterdão. Esta área foi inicialmente [anos 1970] organizada em três núcleos para cerca de 100.000 habitantes – *Almere; Haven, Almere e Stad, Almere – Buiten*.

Nos anos 1990, um plano desenhado por Rem Koolhaas / OMA (em 1994) veio introduzir uma organização vertical nesta área de predominância horizontal (edifícios de poucos pisos, num esquema de loteamento de periferia habitacional, sem particular história).

O procedimento, na base deste projeto urbano, correspondeu a uma fase de concurso e posterior encomenda, sendo que, nesta última fase, se promoveu uma cooperação entre as várias partes: promotores privados, consultores de engenharia, o gabinete de arquitetura OMA e o gabinete de projeto da Cidade de Almere.

No histórico de planeamento de Almere, encontramos ainda outros momentos de concursos e de planos, realizados por gabinetes de arquitetura de reconhecido valor disciplinar.

É o caso do gabinete MVDRDV, o qual realizou quatro planos com encomenda feita pelo município de Almere:

- 2006 -*Almere Hout* (plano para 20.000 habitações)
- 2008 – *Almere 2030*
- 2011 – *Almere Oosterwold* - plano para 15.000 habitações / escritórios, comércio e espaço público
- 2012/2022 – *Almere Floriade 2022* -plano multifuncional / universidade, marina, hotéis, centro de conferências

Sendo, cada plano, caracterizado por aspetos inovadores na organização espacial, o de 2011 (*Almere Oosterwold*) é considerado um plano exemplar, uma vez que corresponde a uma estratégia do tipo *DIY* (*do it yourself* - faça você mesmo)²⁸⁹

²⁸⁸ *Vinex*, “*Vierde Nota Ruimtelijke Ordening Extra*”, relativo à política urbana iniciada nos anos 1990 assente no movimento anti suburbanização da década anterior, e que inicialmente veio promover a densificação urbana.

Progressivamente foi sendo (re)orientada para se vir a tornar num “mecanismo de planeamento e construção de novas áreas residenciais” (Boelens, Ovink, Lara, Palsdottir, & Wierenge, 2011).

²⁸⁹ Conforme o estudo “*Bridging the gap between Do-It-Yourself urban practices and urban systems. Creative Adjacencies*”, o urbanismo DYI corresponde a um processo de resolução de problemas e à construção de habitat. Este processo é visto na fragmentada cidade contemporânea, como “uma forma de assegurar inclusão e coesão, através da mobilização dos cidadãos e melhorando a qualidade espacial”. (Farah, 2014, p. introdução)



Figura 40 – Esquema do plano de Almere Osterwold 2011, proposto pela equipa MVRDV, apresentado na Bienal de Veneza 2012

[Fonte: <https://www.mvrdv.nl/projects/oosterwold>]



Figura 41 – Imagens do plano de Almere Osterwold 2011, proposto pela equipa MVRDV, apresentado na Bienal de Veneza 2012

[Fonte: <https://www.mvrdv.nl/projects/oosterwold>]

Como vimos, estas zonas de expansão urbana, que deram origem a novas áreas, planeadas de forma inovadora, às quais correspondem, igualmente, projetos de arquitetura de edifícios inovadores, são o resultado de processos promovidos pelo Estado, o qual materializa, assim, políticas urbanas e de arquitetura, decididas a montante (afastando-se de uma possível retórica, vazia de resultados).

Estes casos, sobretudo no que diz respeito à arquitetura do edificado, resultam ainda em casos modelo, em que o Estado se assume como exemplo de boas práticas para possíveis ações do sector privado, sendo a sua intenção, expressa em documentos

como o de 2001/2004, *Shaping the Netherlands*, no qual se enumera um conjunto de Grandes Projetos, afirmando-se que “o Governo assume responsabilidade direta e dá o exemplo”.²⁹⁰

Estes exemplos, poderão ilustrar resultados materiais de política de arquitetura, e de política urbana, sendo uma orientação para a tipologia de projetos possíveis e acessíveis aos arquitetos.

Poder-se-á ainda inferir, na leitura da paisagem urbana – e mesmo rural – o efeito implícito desencadeado pelo estímulo dado a uma atenção e respeito aos valores patrimoniais – não exclusivamente àqueles que serão tidos como objetos notáveis, mas também, ou, mesmo, sobretudo, no que diz respeito a uma certa tradição de paisagem e de persistência de formas arquitetónicas tradicionais – a par do estímulo dado pelas políticas de arquitetura (e de planeamento) à inovação. Este facto, presente de uma forma mais franca e direta, sobretudo nos primeiros documentos de PA, os quais davam maior realce ao objeto arquitetónico, é menos presente (ou até mesmo ausente) nos documentos mais recentes.



Figura 42 - Imagem de zona habitacional, justaposição de edifícios de séc.XIX e séc. XX. Bairro a oeste de Amesterdão.

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

Na prática, estas orientações e estímulos resultam, não poucas vezes, na coabitação de edifícios tradicionais (reabilitados ou não) e novos edifícios de arquiteturas contemporâneas.

Nestes exemplos, contam-se ainda casos de intervenção contemporânea, em edifícios históricos, como o do *Rijksmuseum*.

²⁹⁰ Conforme document publicado em 2001, (Ministrie of Education, Ministrie of Housing, Ministrie of Transport, & Ministrie of Agriculture, 2001, p. 5).



Figura 43 - Casas Cubo, arquiteto Piet Blom, Roterdão.

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

Figura 44 - Paisagem urbana, entre tradição e contemporaneidade, Roterdão.

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

O caso do Rijksmuseum: é resultado de um concurso de arquitetura, realizado a nível europeu, no ano 2000, com o objetivo de remodelar e criar novos espaços no edifício original (datado de 1880, da autoria do arquiteto holandês, Pierre Cuyers). Desse concurso, no início do novo milénio, resultou a proposta vencedora da autoria dos arquitetos espanhóis Cruz e Ortiz. A sua proposta, selecionada pelo comité de avaliação, dirigido pelo Chief Government Architect [arquiteto também responsável pelo desenvolvimento dos documentos de política de arquitetura, a partir do Ministério das Finanças], foi realizada e concluída no ano 2013.



Figura 45 - Imagens de exterior e interior do Rijksmuseum, Amsterdão.

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

Será esta uma marca visível na prática arquitetónica do país, fruto de políticas de arquitetura e de uma cultura própria, na qual ainda persiste a atenção, e o respeito, à, e pela, disciplina.

A experimentação e a inovação no projeto de arquitetura serão, de facto, um efeito das políticas de arquitetura nacionais. Tal como refere Michiel Raats²⁹¹ (*Het Nieuwe Instituut*), “para a existência de uma real investigação e experimentação, em arquitetura, é necessário estarem reunidas as condições de tempo, financiamento e clima propícias. As políticas [de arquitetura] iniciais, através da criação de fundos e estímulos à arquitetura, vieram permitir essa atitude, aliás, em consonância com uma certa tradição de inovação da arquitetura Holandesa”.



Figura 46 - Paisagem urbana, entre tradição e contemporaneidade, Rotterdam.

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

O efeito da crise financeira, a partir de 2008, veio alterar esta situação: se, por um lado, o investimento privado decaiu e a encomenda baixou para níveis ínfimos, por outro, o próprio Estado limitou, ou cancelou, apoios financeiros, quer a instituições de promoção e divulgação de arquitetura – do qual resultou, como exemplo, a extinção do NAI, *Architectuur Lokaal* e a fusão num só instituto - quer a projetos individuais de investigação – dos quais dependiam, quer anónimas pequenas estruturas de atelier, quer empresas? de maior dimensão e impacto mediático, como o OMA - *Office for Metropolitan Architecture*.

Intrincadamente, assistimos a uma alteração fundamental, a partir de 2008, quer pelos motivos externos de uma crise global, quer por alterações na própria política de arquitetura, que, nesse momento, passou a ser uma “agenda”.

Nessa mudança, o documento de política de arquitetura passa a apresentar-se, sobretudo, como documento orientador [de menor força e impacto enquanto

²⁹¹ Arquiteto responsável pelo programa ‘*Studio Rotterdam*,’ no seio do *Het Nieuwe Instituut*, em Rotterdam, a quem realizámos entrevista no âmbito da análise do presente estudo de caso. (abril 2016)

documento e estratégia pública -governativa], seja por assumir que as forças de mercado têm um papel motriz nas práticas, e que mais do que intenções estratégicas é necessário estar em consonância com as regras de um liberalismo crescente, seja por se demitir, ou recuar, no seu papel de âncora e salvaguarda de uma certa independência criativa e produtiva. Foi também nesse momento que se proclamou, com maior veemência, a capacidade de exportação de uma arquitetura holandesa, a qual se deveria orientar para uma procura de novos mercados, dada a estagnação do mercado nacional.

Fruto deste complexo momento, assistiu-se, por um lado, a uma redução efetiva da quantidade de ateliers de arquitetura,²⁹² uma quebra de encomendas, e, por outro, ao crescimento de desemprego na profissão, sobretudo no conjunto das estruturas de menor dimensão e poder mediático e de contacto com exterior. Um pouco à imagem de uma peneira de areia de praia, assistiu-se a uma maior exportação de projetos, por parte de grandes estruturas, e ao desaparecimento das de menor dimensão, seja por falta de encomenda local / nacional, seja por incapacidade de competir, num meio internacional de enorme exigência de meios materiais e financeiros.

²⁹² Na sua análise sobre a relação da crise económica de 2008 e o sector da habitação na Holanda, Hugo Priemus refere que se num primeiro momento desse período “a indústria da construção holandesa [estava] desorganizada e o preço da habitação na Holanda não parecia ter sofrido muito” num segundo momento estabelece de forma clara uma relação entre a crise e o meio profissional dos arquitetos: “arquitetos, promotores, agentes do sector imobiliário, têm menos encomendas, e há um forte crescimento do desemprego no sector da construção e sectores que lhe são próximos.” (Priemus, 2010, p. 113)



Figura 47 - Edifício De Rotterdam, arquiteto Rem Koolhaas, Roterdão,

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

Por outro lado, um outro efeito ainda, [da conjugação de uma viragem na orientação da política pública e dos efeitos de uma crise económica global e nacional] que se veio a refletir na paisagem urbana, foi o da existência de projetos que se mantiveram num estado de paragem quase total, e que retomaram o seu curso nos anos mais recentes, como é exemplo o edifício *De Rotterdam*, de Rem Koolhaas, cujo projeto se iniciou em 1997, e cuja construção se concluiu apenas em 2013, seis anos mais tarde, com uma paragem dos trabalhos de construção, de vários anos. O programa deste edifício, em conjunto com a sua imagem, e expressão arquitetónica, na paisagem urbana, reflete também o espírito de inovação e experimentação que regularmente encontramos no país.

O edifício, com um programa múltiplo, engloba espaços de escritórios, habitação, hotel e áreas públicas comuns. Segundo Koolhaas, *o facto de o edifício estar hoje*

*construído representa uma pequena vitória da persistência: da cidade, do dono de obra, do promotor e dos arquitetos*²⁹³,

Tomada de decisão

No conjunto dos diversos documentos, publicados desde o inicial “Space for Architecture”, no ano de 1991, é constante a direção das estratégias e orientações para o domínio público, considerando-se, sempre, que será a partir da ação e do exemplo do Estado que o sector privado poderá alterar, ou melhorar, as suas práticas. A influência que pretende ter é exercida, portanto, de forma direta sobre os diversos organismos e atores públicos e, indiretamente, sobre o conjunto da sociedade, com particular ênfase nos atores privados, com relações ou responsabilidades nos processos de projeto e construção. Neste sentido, as estruturas visadas pelas políticas de arquitetura são, fundamentalmente, as estruturas públicas.

O consenso na tomada de decisões, tal como referido anteriormente, é atingido por meio de discussões e negociações no seio do Governo, ao longo do processo participativo, através de mesas redondas abertas a todos os cidadãos e profissionais que pretendam exprimir-se e discutir as opções iniciais. É, no entanto, um processo em que o resultado, e o “consenso”, é fundamentalmente político, ainda que democrático.

Os dados utilizados para a preparação do processo, e para a elaboração do documento, são da responsabilidade do Governo – através dos seus ministérios – não havendo uma matriz pública nem uma estrutura pré-estabelecida. A análise, mesmo que empírica, dos resultados das anteriores políticas, e a constatação da situação nacional do momento, sob diversos pontos de vista, políticos, sociais, ambientais e económicos, são determinantes para uma avaliação da situação das potenciais carências e sucessos, relativos à implementação de anteriores documentos de política, gerando assim o processo de discussão que irá dar origem a um novo documento.

Prossecução de objetivos

Neste quinto ponto, analisamos a orientação temporal do documento (aplicação, revisão), as consequências que poderá vir a ter na prática profissional, a relação da

²⁹³ Extraído do site “oma.eu/news”

estratégia política com o tempo (passado, presente, futuro), que soluções aponta e se estas passam pela investigação e desenvolvimento, como aborda a questão da inovação e a standardização e que ações e prazos são apresentados.

A política de arquitetura na Holanda é organizada segundo uma orientação temporal precisa: a cada quatro anos, é revista a política precedente e elabora-se um novo documento de política. Sendo documentos orientadores, globais e estratégicos, as metas a serem globalmente atingidas, nesse período, não se limitam a uma aplicação no horizonte temporal de quatro anos. Não obstante existirem orientações de carácter mais longo, essas, por norma, são retomadas no documento seguinte, como é o caso de questões como “reforço e estímulo do carácter cultural da arquitetura e do planeamento”.

As consequências das PA sobre a prática profissional são, em regra, latas e pouco diretas, uma vez que as orientações são também de largo espectro, não se orientando para questões de regulação da profissão ou dos atos de projeto. Mais diretamente, poderemos identificar a promoção de convites para concursos públicos, para intervenção em património do Estado, ou a elaboração de planos territoriais e urbanos, para os quais são convidados a intervir arquitetos previamente aceites no “Registo de Arquitetos” (*Architectenregister*).



Figura 48 - Imagem de Lijnbaan, primeira rua pedonal na Europa (1953),
Roterdão,

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

Seja através desses projetos públicos, ou pela orientação dada pela PA de se promover a inovação e manter o caráter de qualidade arquitetônica, tida como excelente a nível nacional [como anteriormente referimos, a promoção de inovação, que nos primeiros anos de Políticas de arquitetura, na Holanda, foi alvo de apoios financeiros, quer para projetos de investigação, quer para criação de projetos “inovadores e de caráter experimental”, subsídios esses atribuídos, ou diretamente, aos promotores do projeto, ou através das múltiplas instituições ligadas à arquitetura], certo é, que ao longo das últimas décadas, se manteve um nível alto de realização de projetos experimentais, de qualidade intelectual e criativa notável.

Será de ter presente a existência de uma cultura de investigação para o desenvolvimento, seja investigação a nível tipológico, seja a nível estético, que estará presente nos arquitetos do país, dando alento à prossecução desse mesmo caminho.



Figura 49 - Imagem das Casas Cubo, arquiteto Piet Blom, Roterdão,
[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]



Figura 50 - Market Hall, arquitectos MVRDV 2014, Roterdão,
[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2016]

Estruturas invisíveis / natureza das relações humanas

A política de arquitetura na Holanda é uma tarefa pública, promovida pelo Estado, sendo o Governo em funções [através dos seus ministérios] o responsável pela sua preparação, elaboração e difusão. Em qualquer uma das etapas, com particular relevância na fase inicial de preparação dos documentos de PA, as “forças individuais” têm oportunidade de intervir e participar na preparação do documento. No entanto, essa participação é relativamente informal e restringe-se a momentos de debate em mesas redondas, temáticas, que ocorrem em diversos pontos do país.

Se analisarmos a transformação do território, e da paisagem urbana, teremos então um papel do “individual” mais presente, na medida em que existirão projetos levados a cabo por iniciativa privada, e que o peso das forças do mercado dita um maior ou menor crescimento da construção (e a montante dos projetos de arquitetura). Estamos numa situação em que as grandes linhas mestras são geradas ao nível público, mas o Estado é permeável à iniciativa privada e ao mercado.

Esta situação, de permeabilidade ao *mercado*, é mais presente desde o início da crise financeira de 2008, seja direta ou indiretamente. Por um lado, o próprio Estado viu os seus recursos diminuírem, encontrando-se, conseqüentemente, em situação de contingência de redução de despesas (como nos apoios financeiros vários e na criação de instituições públicas, inicialmente previstas como peças base para a

implementação da política de arquitetura) por outro, também se viu na contingência de rentabilizar o seu património edificado (como é exemplo a reconversão de espaços, pertencentes às forças armadas, referida no documento de 2005/2008 *Spatial Planning and Culture*, onde, no capítulo relativo a “projetos modelo”, se afirma: “Mudança de função de sítios e estruturas antes afetas a objetivos de Defesa: garantindo que os novos utilizadores tenham em conta os valores históricos e culturais do sítio”. (p.12)

Acrescem, a estes efeitos diretos sobre o domínio público, os efeitos indiretos de uma maior permissividade, e conseqüente flutuação, e incógnita, da eventual realização de projetos e ações promovidos pela política de arquitetura, uma vez que passam a estar mais dependentes do “mercado e do setor privado”. A única instituição existente, após a reestruturação dos anos 2000, o *Het Nieuwe Instituut*²⁹⁶, tem indicação, por parte do Governo, de procurar gerir as suas finanças de forma autónoma, seja criando fontes de rendimento próprio ou procurando apoios privados.

Trata-se de implementar uma política, ou agenda, pública mas com dependência do sector privado, uma vez colapsado o Estado Social, tal como existira até ao início dos anos 1990.

Em síntese, conforme análise realizada, podemos verificar que o histórico dos sucessivos documentos de Política de Arquitetura, na Holanda - desde o inicial documento de 1992, até à mais recente atualização de 2013 - nos mostra alguns dados expressivos.

Numa tónica de constância, temos a atenção do Estado, através do seu Governo, à importância da arquitetura como expressão cultural do país. A consciência de que uma “arquitetura Holandesa” pode ser um “produto cultural” com visibilidade externa, é clara.

Igualmente constante é o ritmo de revisão dos documentos. A cada 4 anos, é feita a revisão do anterior e elaborado novo documento.

Sempre tutelados pelo Governo, verifica-se uma real existência de consensos políticos, fundamentais para a implementação das medidas públicas anunciadas nos documentos.

No entanto, para além destes fatores permanentes, assistiu-se a um progressivo afastamento do tema central da política; tendo iniciado, realmente, como política de

²⁹⁶ O *Het Nieuwe Instituut* surgiu em 01 de janeiro de 2013 a partir da fusão do *Netherlands Architecture Institute (NAI)*, o *Premesela*, o Instituto Holandês para Design e da Moda e o *Virtueel Platform*, o instituto do conhecimento e da cultura.

Arquitetura, ao longo dos documentos este foco foi sendo desviada para áreas como a paisagem, o planeamento, o design, reduzindo-se a arquitetura a um dos múltiplos elementos de estratégias políticas, cada vez mais orientadas para uma lógica de Indústrias Criativas.

Esta “reorientação para as Indústrias criativas, está, no entanto, em sintonia com um outro bascular, o de uma inicial participação do Estado – através de financiamentos diretos- para uma crescente liberalização e permeabilidade às regras do mercado e da economia.

É assumido, em particular após 2008, a necessidade de procurar implementar as estratégias com apoios privados, excluindo-se ao Estado desse papel.

Esta situação tem diversas consequências, sendo, possivelmente, a mais grave, a não “proteção “do carácter de independência e de experimentação da arquitetura. Estando esta totalmente à mercê do mercado, muito mais dificilmente terá “espaço” para manter essa já tradição holandesa de experimentação e de tomada de riscos de inovação.

2.2.4 Síntese final do caso holandês

Concluindo a análise deste caso de estudo, conforme anteriormente referimos, entendemos utilizar a denominação Holanda, quando nos reportamos aos Países Baixos. Trata-se, no contexto do presente trabalho, de um país situado entre duas realidades, a da Europa central e a do contexto norte europeu-escandinavo. Fruto da sua história, das múltiplas mudanças de soberania ao longo dos séculos (alterações de fronteiras e guerras de soberania), bem como do seu passado de navegadores e comerciantes, do qual resultou a criação e manutenção de territórios ultramarinos, verificou--se, no país, desde há muito, a tendência para a miscigenação cultural, resultando numa população variada. A este multiculturalismo do passado, vieram juntar-se novas vagas de emigração, sendo hoje em dia um país multicultural e dinâmico, ainda que não desligado de valores e símbolos tradicionais, ou conservadores, como será expressivo o facto de se tratar de um regime de monarquia constitucional e da figura do monarca ser promotora de estima e de coesão nacional; Verificámos que, no contexto da tipologia de governação, existe uma base cultural que impele à discussão, e partilha de poder no governo, não apenas através de coligações, mas igualmente pela via do consociativismo e correspondente modelo de acordos entre as partes.

Este elemento será fundamental na compreensão da forma de construção dos documentos de política de arquitetura, sendo estes elaborados de forma interministerial, com revisão e atualização a cada 4 anos.

Deste contexto de cultura governativa, ressalta igualmente o carácter não legalista/impositivo das políticas propostas, mas sim de orientação e sugestão, presente nos objetivos e métodos de implementação.

Uma crescente orientação pro-liberal do país, em particular desde a crise de 2008, é expressa nesses documentos, pelo papel dado aos mercados ou à iniciativa privada, afastando-se de um modelo que, assentava sobretudo na iniciativa e apoios públicos. Conforme análise realizada, verificámos através do histórico dos sucessivos documentos de Política de Arquitetura na Holanda - desde o inicial documento, de 1992, até à mais recente atualização, de 2013 – nos mostra alguns dados expressivos. É possível verificar que o Estado, através do seu Governo, atribui uma real importância à arquitetura como expressão cultural do país.

A consciência de que uma “arquitetura Holandesa” pode ser um “produto cultural”, com visibilidade externa, é clara.

Na criação e implementação das políticas de arquitetura, é possível conferir uma real existência de consensos políticos, fundamentais para a implementação das medidas publicas anunciadas nos documentos.

O bascular de uma lógica de Estado Providência para um modelo de política pro-liberal, nos mais recentes anos, revelará um carácter “pragmático” de procura de soluções rápidas e eficazes para resolver problemas nacionais prementes (falência de um sistema social público), é legível através das políticas de arquitetura analisadas (de 1992 a 2013).

Assiste-se a um progressivo afastamento das iniciais orientações pro-arquitetura, enquanto disciplina autónoma para a qual seria necessário garantir uma autonomia e meios de investigação e desenvolvimento. Concomitantemente a este processo, amplia-se a estratégia de criar políticas progressivamente mais multidisciplinares, orientando-se, recentemente para as lógicas subjacentes à ideia de indústrias criativas, nas quais a arquitetura será (apenas) mais um elemento.

Dentro deste contexto sociopolítico, pela análise do ambiente profissional existente e pelos resultados das práticas da arquitetura, deduzimos uma permanência de ligações disciplinares ao período do modernismo, como herança, particularmente mantidas nas décadas de 70 e 80, através dos seus *aspectos racionais e formais* (Volland & Groenendijk, 2013).

Desse momento, virá a resultar a possibilidade de existência de bases propícias a uma prática, das gerações mais novas, do que se viria a chamar *Dutch Laboratory*.

A manutenção de uma busca de inovação e experimentação de modelos é uma realidade que vem a ser, muitas vezes, possibilitada pela existência de políticas (em particular urbanas) que promovem a realização de concursos públicos de arquitetura, premiando a inovação e o experimentalismo.

Não se pode, no entanto, deixar de ter presente o bascular de um passado recente de grande desafogo económico, propício a este tipo de práticas (e que permitiu a criação, nos anos 90, de políticas de arquitetura potenciadoras da disciplina) e a realidade recente, pós crise de 2008, que poderá colocar em perigo o endógeno carácter experimentalista, por via da necessidade de contemporizar com as regras de um mercado global.

2.3. O caso da Finlândia



Figura 51 - - Vista exterior da “Casa Experimental”, de Alvar Aalto 1952, Muuratsalo,

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2018]

No ano de 2001, data da Resolução do Conselho da União Europeia - *Resolução do Conselho n.º 2001/C 73/05* - relativa às Políticas de Arquitetura na Europa, a Finlândia detinha já um documento próprio de âmbito nacional, publicado em 1998.

Esse documento foi resultado de um processo, iniciado pela associação de Arquitetos (*SAFA, The Finnish Association of Architects*), que veio englobar o contributo de diversas organizações, como o Ministério do Ambiente, o Ministério da Cultura e Educação e o Ministério das Finanças, bem como de outras entidades públicas, relativas à arquitetura e ao património (Conselho nacional da arquitetura; Conselho nacional de Antiguidades; Museu de Arquitetura da Finlândia; Departamentos de Arquitetura das Universidades Finlandesas; associação de autoridades locais).

Trata-se de um documento do tipo *política abrangente*, resultado de uma concertação e de um processo de trabalho multidisciplinar ocorridos ao longo de dois anos.

Entre esse momento inicial e o ano de 2002 (no qual se realizou uma avaliação dos resultados recolhidos através do acompanhamento da política publicada) foram criados 3 documentos de política de arquitetura de âmbito municipal e regional.

Estes documentos correspondem a uma primeira fase de descentralização da política de arquitetura, na Finlândia.

No início da década seguinte, este processo veio a ter um grande desenvolvimento, sendo que, desde o ano 2004, se publicou mais do triplo de programas de política de arquitetura (em 2015, contavam-se 15 políticas publicadas, de nível regional ou municipal).

Este fenómeno de descentralização de políticas de arquitetura encontra-se alicerçado numa cultura e tradição nacional de governança territorial bastante própria.

Desde o século XIV que existe uma cultura de governo local particularmente enraizada (à época, ainda sendo o território parte do reino da Suécia).

Segundo o *Association of Finnish Local and Regional Authorities*, em 2017 existiam 311 municípios na Finlândia.

A organização do governo local é feita através de 19 regiões (*maakunta*), cada uma com o seu Conselho Regional (que funciona como autoridade municipal conjunta), estando esta regiões subdivididas em sub-regiões (*seutukunta*) e estas, ainda, subdivididas em municípios (*kunta*). Cada município tem de contar com um membro do conselho regional.

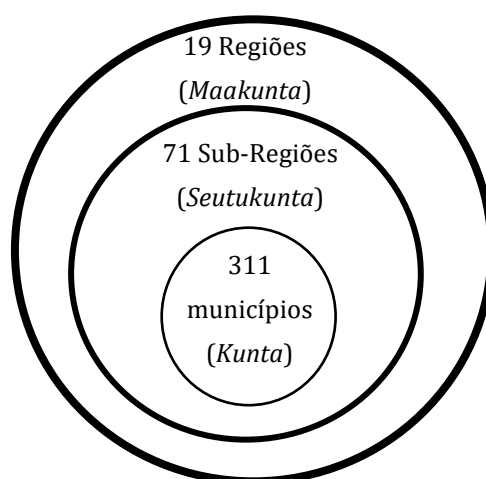


Figura 52 - Esquema de estrutura de organização territorial na Finlândia

[Fonte: elaboração própria.]

Na Finlândia, as autoridades locais constituem-se como um sistema de governo de elevada autonomia, assente num sistema democrático local.

As autoridades locais – municípios, cidades - têm responsabilidades alargadas no fornecimento de serviços públicos, sendo-lhes conferida a possibilidade de cobrança e impostos sobre o rendimento.

O sistema de organização de uma autoridade local caracteriza-se, desde logo, por uma separação entre gestão política e profissional/técnica. A administração pública municipal pode ser organizada de forma relativamente livre – sendo necessário, para cada município, a existência de um Conselho Municipal, uma comissão executiva e uma comissão de fiscalização (para controle da administração e finanças municipais). As autoridades locais podem, ainda, criar outros órgãos de decisão, como conselhos de administração escolar, comissões de pessoal ou comissões de igualdade.

Em síntese, a existência de uma tradição de estruturas de poder local, fortes e independentes, é fundamental num país que apresenta o maior desenvolvimento de políticas de arquitetura de nível regional ou urbano.

Apenas no ano de 2018, passados 20 anos sobre o primeiro documento de política de arquitetura de âmbito nacional, é iniciado o processo de revisão desse documento nacional inicial, sendo expectável a sua publicação no ano de 2019.

Fundamental para compreender este caso, será também o facto de se tratar de um país relativamente jovem –a fundação do Estado Finlandês ocorre em 1917 – após séculos sob domínio Sueco (de 1150 a1809) e, posteriormente, sob domínio Russo (1809/1917).

Note-se que, embora tenha estado quase permanentemente sob domínio de outros países, a população existente no território, a que hoje chamamos Finlândia, foi sempre mantendo uma certa autonomia, sobretudo a nível intelectual, o que foi sendo expresso através da manutenção de tradições e cultura.

Tratando-se de um vasto território, pouco povoado²⁹⁷, essas tradições e bases culturais encontram-se fortemente enraizadas nos valores da natureza e da paisagem/floresta. O facto de o país independente, de hoje, ser resultado de um processo de autonomização, de procura de uma independência relativamente aos vizinhos dominadores (suecos e russos), feito de forma racional e metódica, levou à

²⁹⁷ Densidade populacional de 16.2hab/km² (como termo de comparação, Portugal tem uma densidade de 112.5 hab / Km²). (PORDATA, 2018)

existência de um percurso de procura de uma identidade própria que permitisse unir toda a população em torno de um projeto comum.

Nessa procura de identidade, de forma racional, grandes figuras do país –como Adolf Ivar Arwidsson ou Elias Lönnrot ou Sibelius - permitiram criar um conjunto de bases sobre as quais se alicerçou a estrutura identitária do país. Data desse período, a frase de Johan Snellman “Suecos já não somos, Russos não nos queremos tornar, sejamos, portanto, finlandeses”³⁰⁰.

Alguns elementos identitários vieram a adquirir um lugar de particular destaque, como sejam a relação com a natureza, a representação da mesma através das artes, a crença na importância da força do trabalho individual e coletivo, como solução de crises nacionais, ou o papel fundamental da educação e ensino, como garante de uma independência e capacidade, também ela individual e coletiva.

São esses valores identitários, identificados e alimentados de forma pragmática e metódica, que encontramos subjacentes às formas de organização da sociedade, e aos resultados de obras e de políticas públicas, na Finlândia.

Uma figura como Alvar Aalto, tida como um pai da arquitetura finlandesa, é igualmente a representação de uma síntese da desejada e adorada relação que o povo finlandês mantém com a natureza.³⁰¹

³⁰⁰ No original: “Swedes we are no longer, Russians we do not want to become, let us therefore be Finns!” - citação de frase de Johan Snellman (filósofo e Homem de Estado finlandês do séc XIX). (POGODIN, 2016)

³⁰¹ Vários aspetos do carácter e obra de Aalto fornecem pistas relativas aos fundamentos desta relação de carinho, admiração e louvor a este arquiteto, por parte dos Finlandeses em geral e não exclusivamente dos seus pares.

Nascido em 1898 numa pequena vila na região ocidental da Finlândia, Kuortane, Aalto atravessou o período de maior importância da construção do país independente que é hoje a Finlândia. Tendo sempre vivido no país – após a conclusão do seu curso de arquitetura em Helsínquia - o qual foi interrompido pela guerra civil (1918) - estabelece-se em Jyväskylä onde abre o seu atelier apenas voltando a residir em Helsínquia já na década de 1930.

É um “filho da terra”, nascido, criado e vivido toda a sua vida na Finlândia, não sem realizar diversas viagens à Europa [note-se que esta noção de Europa, como uma “geografia” diferente da Finlândia e não como se o país fizesse parte dela, é comum no discurso finlandês, mesmo nos nossos dias.]

Não obstante a sua “importação” do então surgido *International Style*, fruto dessas viagens que realizou à Europa, desde cedo e ao longo da sua carreira promoveu uma leitura e utilização dos princípios do modernista menos associados à standardização e maquinização *tout court*, mas sobretudo em simbiose com os valores e tradições locais, os materiais autóctones e o artesanato como processo de construção. Dizia Aalto nos anos 1950 “Em décadas recentes a imitação da tradição tem sido apontada como inimiga da arte. (...) Eu penso, no entanto, que o inimigo número um é o formalismo moderno no qual os elementos desumanos se tornaram dominantes. A verdadeira arquitetura e a *real thing*, apenas existe quando o Homem está no centro.” (citação de citação do artigo: (Treib, 1998, p. 62).

Richard Weston refere no seu livro *Alvar Aalto* que “Aalto é no seu todo uma figura mais complexa do que o mito popular romântico do Norte; os temas maiores do seu trabalho são inseparáveis da cultura finlandesa.” (conforme citado em Treib, 1998)

Estando a natureza omnipresente na cultura e sociedade finlandesa, a abordagem de Aalto tem uma dupla ressonância: por um lado situa-o como fruto dessa cultura e sociedade, por outro lado é um



Figura 53 - Finlândia Hall, 1967–1971, projeto de Alvar Aalto, Helsínquia
[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2018]

Ainda com uma inter-relação entre estes diversos elementos que constituem os valores identitários do país, verificamos que será normal o enorme investimento feito no sistema de ensino – universal e gratuito – e no importante lugar que ocupam os projetos de arquitetura de edifícios de ensino. Isto é, temos, por um lado, o respeito e o valor reconhecido à criação arquitetónica (sobretudo por parte do Estado), e por outro, o fundamental e seminal papel do ensino/educação na sociedade finlandesa. Donde resulta que o investimento feito pelo Estado, na criação de edifícios destinados ao ensino, adquire uma importância crucial, associando-se-lhes um valor que extravasa o da arquitetura isoladamente.

“porta-estandarte” dessa cultura, através da arquitetura e do design. Em 1938, no decurso de reuniões nórdicas relativas à construção declara que entendeu um dia que a melhor “comissão de standardização era a própria natureza, mas na realidade a natureza apenas se produzia em pequenas unidades, as células. Donde resulta a existência de milhões de combinações flexíveis sem qualquer formalismo, por conseguinte, uma riqueza e uma capacidade de transformação ilimitada das formas que crescem organicamente. A standardização em arquitetura deve tomar o mesmo rumo”. (Lahti, 2004, p. 11)

O facto de Aalto, desde o início na sua abordagem ao modernismo, ter delineado um percurso divergente, um percurso contra as potencialidades superficiais do modernismo. *O rumo divergente de Aalto reincorporava valores da arquitetura tradicional, um sentido de permanência e resistência, imagens e metáforas da natureza, a transcendência do carácter formal e espacial sobre o carácter abstrato e esquemático, e uma diversidade de fontes para uma expressão formal.* Conforme nos refere St. John Wilson (citado em Miller, 1984).

Esta abordagem aaltiana da arquitetura modernista, à luz dos valores culturais intrinsecamente nacionais, a par do seu carácter não conflituoso, antes de *charmeur* e promotor de simpatias – ele *adaptava as suas opiniões às suas companhias e raramente e envolvia em discussões sérias; preferia fazer piadas irreverentes das coisas* como nos refere Schildt (conforme citado em Treib, 1998) – terão granjeado uma simpatia generalizada entre os seus conterrâneos, além do fato maior de ter elevado a arquitetura – e consequentemente, a cultura- finlandesa a um reconhecimento mundial, o que é um motivo maior de honra e louvor nacional.

Resultante das características históricas, sociais e políticas do país, a análise documental, que aqui realizamos, recai sobre três documentos que refletem os três níveis de organização territorial existentes na Finlândia - nível nacional, regional e municipal.

Tal como nos demais estudos de caso, a análise documental foi complementada com análise *in situ* e contacto com atores associados às políticas em estudo.

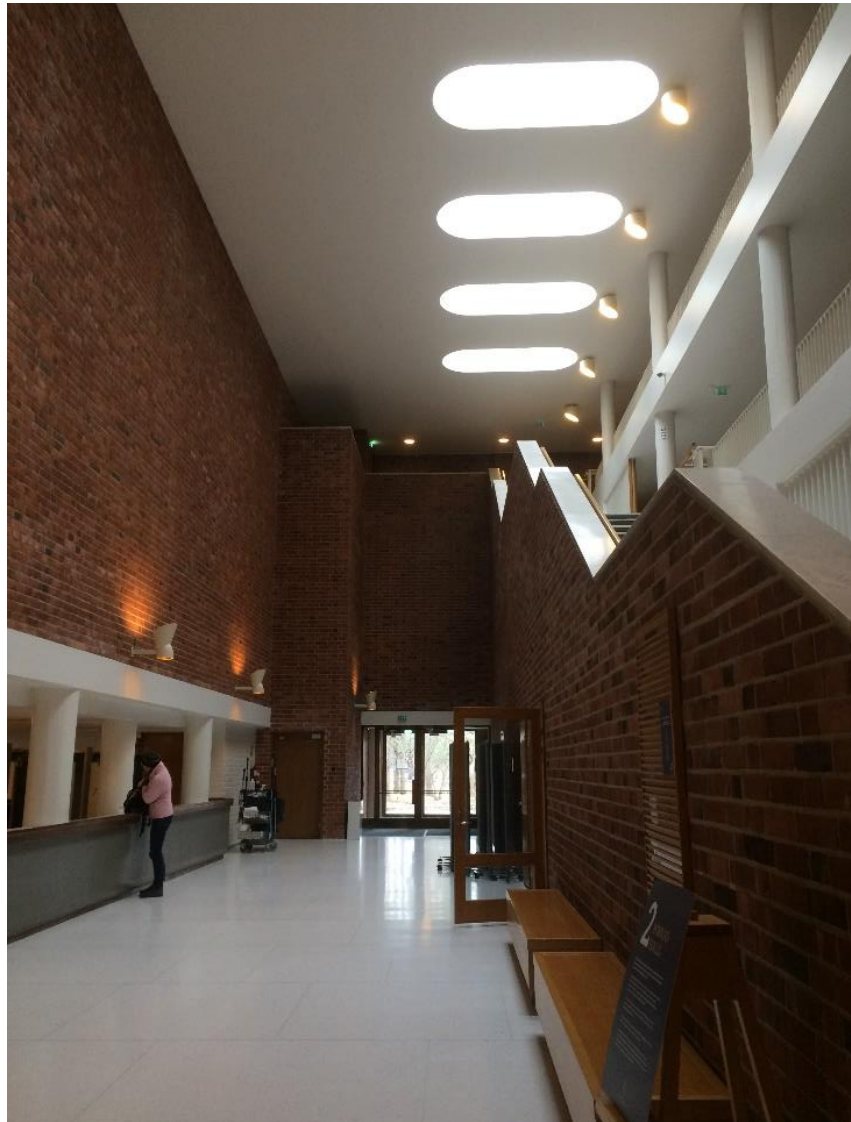


Figura 54 - Átrio da Instituto Superior de Pedagogia (Jyvaskyla Institute of Pedagogics), Jyvaskyla, 1959, arquiteto Alvar Aalto
[fotografia de Cristina Castelo Branco 2018]

Quadro 15 – Síntese população / arquitetos - Finlândia	
População:	5 508 214 hab.
Número de arquitetos	3600 arqs.
Arquitetos por 1000 habitantes	0.65
% de arquitetos homens	48%
% de arquitetos mulheres	52%
Número de arquitetos com menos de 40 anos	19%

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e CAE, consultados em 2018.

2.3.1 Análise sociocultural

Com vista a uma breve caracterização do país realizamos uma análise histórica do conjunto analisado, desde os iniciais períodos de dominação sueca e russa, seguido do processo de independência e das décadas do século XX que mais profundamente marcaram a construção deste mais recente país, abordamos as dimensões socioculturais, políticas, de organização territorial e estrutura do Estado, na Finlândia.

Para tal, recorreremos a fontes de dados oficiais – estatísticos e descritivos –, bem como a textos de autores que sobre o país têm refletido, de forma crítica.

Num primeiro momento, pretendemos construir um pano de fundo capaz de permitir compreender as particularidades nacionais, relativamente às políticas de arquitetura e às formas de prática profissional no país, sendo que, num segundo momento, esta análise irá tornar possível uma leitura cruzada e comparada com os outros países estudados, o que nos permitirá uma leitura crítica global e comparada do conjunto dos estudos de caso.

Segundo vários autores, considera-se que a história da Finlândia se poderá organizar em torno de 3 períodos - o período Sueco, anterior a 1809; o período Russo, de 1809 a 1917; o período independente, de 1917 aos nossos dias. Não sendo nossa intenção reconstituir aqui a história do país, consideramos, no entanto, útil ao nosso estudo retomar algumas noções gerais da história da Finlândia, porquanto nos fornecem pistas para compreender a situação atual do país, no contexto europeu, e, sobretudo, as características culturais que se encontram subjacente aos documentos de política de arquitetura no país.

Durante vários séculos, e ainda na idade média, o território que é hoje a Finlândia, sendo escassamente povoado e em enclave entre duas então potências – reino da

Suécia e Império Russo de Novgorod – foi extremamente cobiçado, enquanto espaço de alargamento de territórios e de poder.

Foi nesse período que a influência sueca – nos sistemas legais e de organização da sociedade – se enraizou no povo existente do território da atual Finlândia. Em termos urbanos, a cidade de Turku (fundada no sec. XIII) era na época o mais importante centro e capital do território, até ao ano de 1812.

O período de domínio sueco teve um momento de particular vigor, entres os séculos XVI e XVII, aproveitando um enfraquecimento da Rússia.

É nessa mesma época, e em relação com as reformas iniciadas por Lutero. que se assiste a uma ascensão da cultura linguística finlandesa (língua própria, escrita).

No decurso do período de domínio sueco, a Finlândia correspondia a um conjunto de províncias, e não a uma unidade e identidade nacional. O governo do território era feito a partir de Estocolmo (capital das províncias da Finlândia).

Este período sueco, tal como o período de domínio russo que se seguiu, são fundamentais na construção do país que hoje conhecemos; seja pela ainda presença e heranças culturais concretas – em particular no caso da Suécia - e de estruturas e sistemas de organização da sociedade e do território, seja pela construção identitária, em busca de autonomização e diferenciação face ao vizinho de leste. Em 1809, a Finlândia veio a ser anexada à Rússia, passando a ter o estatuto de grão-ducado autónomo. Nessa situação, o grão-duque era o Imperador Russo, mas no território finlandês a governação era feita através da presença de um representante, o Governador Geral. O Senado (órgão de governo de maior importância) era constituído apenas por finlandeses.

Ou seja, o grau de autonomia da Finlândia era lato, apesar do domínio russo, como se verifica pelo facto de os assuntos da administração desse território serem tratados diretamente com o Imperador, sem a interferência das autoridades russas.

No séc. XIX – sob o domínio do imperador Alexandre I - Helsínquia torna-se a capital da Finlândia. É sob a regência deste imperador que é criado o Estado Finlandês, o que testemunha a grande autonomia dada à Finlândia.

Consideram vários autores que esta fase de autonomia, sob o domínio russo, de uma Finlândia autogovernada, foi fundamental para a preparação do país independente em que se transformou.

Esse processo terá funcionado como “um rastilho de pólvora no desejo de independência”. (Hautajärvi, 2017, p. 10) Independência essa que veio a ocorrer em 1917.

No final do período *de autonomia*, ou de *domínio russo*, começou a desenvolver-se uma vontade de independência e um sentimento de identidade cultural própria, tendo o Movimento Nacional Finlandês ganho particular dinamismo nessa época. Na busca de uma identidade cultural específica, o meio artístico e intelectual mobilizou-se com particular energia.

O trabalho criativo desses artistas e intelectuais deu origem a obras de fundação da identidade do Estado Finlandês, que no global vieram a resultar na chamada idade de ouro da Arte Finlandesa.

A obra mais marcante desse período é a narrativa épica Kalevala (compilada por Elias Lönnrot e publicada em 1835), obra essa que apresentava a *Finlândia como pátria de um povo diligente e taciturno*, através da construção de uma “imagem fabricada”, (Hautajärvi, 2017, p. 16) assente nessa mitologia da Kalevala, conforme W. R. Mead(1962) é em grande parte com base nesta obra de exaltação identitária, e nas suas posteriores declinações noutras artes - como na música de Sibelius - que se veio a fundar o Estado Finlandês.

Esta questão é particularmente importante no nosso estudo pois, neste caso, temos que os elementos fundacionais de um Estado repousaram largamente sobre um processo e produtos mentais, intelectuais e artísticos – através da arte, da literatura, da música, numa época recente de há apenas 100 anos.

Neste período, de autonomia sob o domínio russo, sucede a alteração da organização da estrutura governativa, passando de um Estado de Assembleia Legislativa para um regime Parlamentar de uma Câmara única e a eleições por sufrágio universal. Note-se que desde o final do séc. XIX funcionava a “Dieta Finlandesa”, havendo reuniões regulares da Assembleia Legislativa, que produzia trabalho legislativo. Dessa fase de final de século, é igualmente testemunho de autonomia a existência de uma Lei de recrutamento militar que dotou a Finlândia de exército próprio.

Do somatório destes múltiplos acontecimentos, momentos, possíveis numa situação de autonomia dentro de um domínio Russo, torna-se “natural” que, em 1917, a Finlândia se torne, de facto, um Estado Independente.

Sendo este o resultado desejado de um processo de *independentização*, construído ao longo de décadas, não foi, no entanto, entrave a uma crescente clivagem interna entre partidos “de esquerda e de direita”.

Esta crise esteve, em parte, associada às consequências do processo de industrialização de um país originalmente rural, o que levava ao êxodo rural de boa parte da população, população que constituiria a mão de obra fabril que se veria forçada a habitar áreas urbanas sem as necessárias condições de conforto ou

salubridade. Isto em confronto com uma parte da sociedade burguesa, e urbana, que, então, usufruía de condições de conforto moderno, no centro da capital.

Em consequência destas diferenças de condições de vida, e da crise da habitação que então se fez sentir – e dos distintos posicionamentos políticos das forças partidárias existentes - temos que, em janeiro 1918, se deu um golpe, promovido pelos partidos de esquerda (socialista), que veio forçar o Governo de direita, (conservadores) a abandonar Helsínquia, o que levou ao desencadear da guerra civil, que durou até maio desse ano, terminando com a vitória das forças do Governo.

Não obstante a guerra ter sido ganha pelos conservadores (brancos), e consequente derrota dos socialistas (vermelhos), não permitiu acabar com a clivagem na sociedade, tendo deixado profundas fraturas numa tão jovem nação.

Desde esse período, o país foi-se construindo como uma democracia estável, assente no princípio de estabelecer consensos, aprendendo a conseguir levar a cabo, construtivamente, discussões sobre desacordos políticos, para além das orientações partidárias de base.

Em 1919, o país torna-se uma República, avançando com medidas conciliadoras como inclusão de partidos minoritários no governo.

Durante as décadas de crescentes movimentos pró-fascistas na Europa, a Finlândia foi-se mantendo à margem, sendo fundamentalmente um país equilibrado e democrático.

No entanto, essa independência, e construída capacidade de gestão de conflitos interna, não impediu a nação de se ver envolvida no confronto mundial, da segunda guerra mundial.

Resultaram, diretamente da situação, os dois momentos de guerra que atravessou – a “Guerra de Inverno” 1939//1940 e a Guerra de Continuação 1941/1944.³⁰⁶

A época de segunda guerra mundial poderá corresponder a um ponto de viragem na história do país. Os danos que dela resultaram, quer materiais quer psicológicos, vieram reforçar, ou fazer surgir, aspetos particulares da cultura e identidade nacional. Do desfecho da “Guerra de Inverno”, veio a resultar a assinatura de um tratado com a União Soviética, em 1939, no qual a Finlândia cedeu partes do seu território, como é o caso da região da Carélia (a sudeste). Este conflito foi, no entanto, apenas o primeiro, pois ,mais tarde (1941), já no papel de aliada da Alemanha, a Finlândia viu-se de novo

³⁰⁶ O despoletar da situação deveu-se à assinatura do pacto de não agressão assinado entre a Alemanha e a União Soviética, em 1939, ficando a Finlândia remetida para a esfera de interesse russa. Em concreto, a Finlândia viu-se envolvida em conflito com União Soviética ao recusar que estes instalassem bases militares no seu território.

em guerra, por um período de 3 anos. Neste segundo conflito, veio de novo a perder territórios, a favor da União Soviética, desta vez a norte, no total correspondendo a cerca de 10% do território do país. Cedeu, ainda, cerca de 20% das indústrias nacionais.

Se, logicamente, este período foi traumatizante e teve um efeito negativo nos cidadãos, e na estrutura de governação nacional, posteriormente pode vir a ser entendido como o motor de uma aceleração no desenvolvimento nacional, num país que, ainda no início do séc. XX, era predominantemente rural.

A necessidade de rapidamente realizar o pagamento da indemnização, cobrada pela União Soviética, veio obrigar a um enorme esforço produtivo na Finlândia; conseqüentemente, o processo de industrialização moderna do país acabou por ser feito de forma particularmente célere.

Outra consequência direta destes conflitos, e da relação do país com a vizinha União Soviética, foi um crescente desejo – e ação estratégica – de aproximação a ocidente e afastamento do Leste.

No processo de reconstrução do país, várias reformas do Estado foram iniciadas ou desenvolvidas. A construção do Estado Social moderno, que viria a tornar-se modelo internacional, data desta época de pós-guerra. A implementação deste modelo, cujas bases existiam já desde o período pós-independência, foi de certa forma facilitada pela herança de cultura de governança e de sociedade, da vizinha Suécia. Muitas das reformas que a Finlândia veio a implementar e a desenvolver existiam já nesse país. Muito embora, nas décadas seguintes ao final da guerra, tenha havido um claro investimento na criação de relações diplomáticas com a União Soviética, e tendo mesmo o país lucrado com as importações dos seus produtos, durante os anos de guerra fria, a aproximação a ocidente manteve-se como uma vontade.

Essa vontade, e essa aproximação, materializou-se através de ações como a associação às Nações Unidas e ao Conselho Nórdico³⁰⁷ nos anos 1950.

³⁰⁷ Conselho Nórdico: Fundado pela Suécia, Dinamarca, Noruega e Islândia em 1952 ao qual a Finlândia aderiu em 1955. Enquanto organismo de cooperação entre os países (nórdicos) que o constituem, e tendo representantes dos governos de cada país, visa propor recomendações aos governos constituintes, em matérias como educação, cultura, ambiente, condições sociais e económicas. No contexto do presente estudo, este tipo de aliança nórdica é particularmente importante, porquanto está na base da expressiva cooperação em matéria de políticas de arquitetura.

O processo de industrialização e desenvolvimento do país prolongou-se a ritmo intenso, ao longo das décadas seguintes, tendo tido um sobressalto na década de 1970 – à semelhança de outros países europeus – devido à crise do petróleo de 1973.

Os anos 1980, e as convulsões internacionais, tiveram, necessariamente, um impacto no país, em particular a desintegração da União Soviética. Tendo sempre permanecido uma questão fundamental para o Estado Finlandês - as relações com o antigo dominador - houve que repensar toda essa dinâmica diplomática.

Apesar dos sobressaltos na política internacional, ocorridos nos anos 1980, o país encontrava-se numa década de particular vitalidade e crescimento interno. A produtividade aumentava a um ritmo constante, (em parte relacionado com o papel da empresa Nokia, que chegou a transformar-se num dos grandes motores da economia finlandesa, em estreita relação com políticas de investimento em I&D.) proporcionando aos cidadãos um sentimento de confiança no país e no futuro.

Se algum desequilíbrio sucedeu, nas relações internacionais da Finlândia, no início da década de 1990, tal veio a ser contrabalançado com a entrada na União Europeia, em 1995.³⁰⁸

Data do final desse período, sendo expressão de uma certa atitude de procura de saída de crise e de “reconstrução” do país pós esse período, a criação da política nacional de arquitetura. Com alguma constância, apoiado em políticas de aproximação ao ocidente, o país tem vindo a reerguer-se, sem perder o seu rumo estratégico, mais profundo, de crença na formação, no ensino e na capacidade de trabalho.

Sendo uma sociedade na qual se reconhecem alguns traços semelhantes aos dos países ditos “de leste”, o que se sente, igualmente, na paisagem das cidades, assistimos hoje a uma sintonia em relação à tendência, generalizada nos países ocidentais, rumo a um certo neoliberalismo.

Seguindo uma certa tendência global e europeia, ainda que mantendo a estrutura democrática e, em particular, a cultura de governação através de consensos, tem havido uma crescente tendência para desenvolvimento de políticas mais próxima do neoliberalismo; Ainda que, à luz dos padrões internacionais, o Estado Social finlandês se mantenha como um dos mais desenvolvidos e eficazes do mundo, a nível interno, têm vindo a surgir críticas ao Estado, pelo progressivo desmantelamento destas estruturas e programas sociais.

³⁰⁸ Sob proposta inicial feita pela Suécia em 1991 e posterior candidatura da Finlândia em 1992.

Atualmente o país tem como presidente Sauli Niinisto, (que tendo vencido as eleições, em 2012, voltou a vencer em 2018), o seu posicionamento é na ala conservadora, o que já não sucedia desde os anos 1950.

Sendo um político pró-europeu, a sua reeleição representará uma vontade popular de que o país se mantenha na zona euro.

O equilíbrio entre uma orientação de políticas mais liberais e a manutenção de um estado -social forte, que permite à Finlândia manter-se numa elevada posição internacional no que diz respeito a critérios de qualidade de vida, solidariedade e equidade, acesso a serviços e bens essenciais aos seus cidadãos, será o desafio dos atuais e futuros governantes nacionais.

Quadro 16 - Contextualização sociocultural - Finlândia	
Temática	Dados
População	Total – 5 508 214 hab.
Geografia	Área total do país - 338.400 km ²
Economia	PIB – 225 785 M€
Sistema político	República parlamentar
União Europeia	Adesão à União Europeia em 1995 Moeda única desde 1999 Espaço Schengen desde 2001 Conselho da União Europeia em 1999/2006/2019
Estado social	Existe (com sistema particularmente forte desde o final de segunda grande guerra), é tido como exemplo de Estado Social ao nível mundial
Ministério da cultura	Trata-se de Ministério da Educação e Cultura e é responsável por um conjunto de competências: – creches, educação, formação e investigação, – artes, cultura, desporto e trabalho juvenil, – sistemas de arquivo, sistemas de museus e bibliotecas públicas, – Igreja Evangélica Luterana, a Igreja Ortodoxa e outras comunidades religiosas – apoio financeiro estudantil, direitos de autor

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e Europa.Eu, consultados em 2018

Em síntese, da presente análise sociocultural da Finlândia, algumas características ressaltam, as quais irão forjar opções e formas de organizar e construir uma prática profissional da arquitetura.

O facto de ser um país construído - enquanto nação independente - depois de períodos de domínio sueco e russo, define, desde logo, o carácter nórdico de miscigenação com características eslavas de extremo leste.

A construção de uma identidade, após, no sec. XIX, ainda sob o domínio russo, ter sido criado o Estado da Finlândia, veio mostrar uma clara crença na cultura como base de uma comunidade (como é demonstrado pelo facto de essa identidade ser alicerçada em obras de artistas e intelectuais, com particular ênfase na obra épica Kalevala que, em si mesma, tem as fundações de uma cultura popular, anterior à existência do país independente que hoje conhecemos).

Todo este percurso histórico veio atrasar o processo de industrialização, face ao centro da Europa.

As vicissitudes trágicas de uma guerra civil, nos primeiros momentos enquanto nação independente (1918), por seu lado, trouxeram à superfície o carácter resiliente da nação, tendo então sido lançadas as bases de uma tipologia de democracia, assente na criação de consensos como modelo de ação política.

Se nesse primeiro momento, terá sido uma fonte de sobrevivência do jovem Estado, a permanência desse modelo apresenta-se, nos nossos dias, como um exemplo particular e representativo de uma tendência de norte europeu com particularidades específicas no país.

A crença na força do trabalho individual e coletivo como motor de desenvolvimento a par da convicção do potencial valor da formação dos cidadãos, pelo ensino, serão talvez os traços dominantes desta sociedade.

Conforme iremos ver mais à frente, estas convicções específicas, a par da tardia construção da independência, e da forte relação com a natureza, enraizada numa cultura rural e artesanal, irão ser determinantes para a definição de um percurso da arquitetura na Finlândia.

2.3.2 Análise do ambiente profissional

Neste ponto, apresentamos uma sucinta análise do ambiente presente no país, relativamente às condições e à prática profissional dos arquitetos, bem como à produção arquitetónica existente.

Com esta abordagem, pretendemos apresentar o enquadramento disciplinar existente, que contextualiza a existência, e a tipologia, de uma política de arquitetura

(neste caso, a várias escalas), bem como as principais características que permitem diferenciar este caso de estudo relativamente aos demais.

Em consonância com as características próprias deste estudo de caso, atentamos particularmente em elementos como: a relação estabelecida com a natureza, a presença do Estado Social nas práticas da arquitetura, o seminal momento de construção de uma identidade nacional e a prática do recurso a concursos públicos como modelo de ação.

Comummente considerada a nível internacional como uma arquitetura de qualidade, a Arquitetura Finlandesa encontra-se, hoje em dia, num ponto de encruzilhada um pouco à semelhança de qualquer outro país Europeu.

Dentro de uma lógica de algum tradicionalismo relativo a princípios base da disciplina e da prática profissional, os arquitetos finlandeses contemporâneos, não renegam – antes pelo contrário - a tradição aaltiana nem a lição dos pais da arquitetura finlandesa, de busca da relação total entre arquitetura e natureza ou, ainda, no saber fazer artesanal de uma construção atenta ao detalhe.

No entanto, hoje, deparam-se com as dificuldades de manter essa estrutura de raciocínio e de ação, quando confrontados com uma realidade empresarial que orienta a encomenda de projetos de arquitetura para formas pragmáticas de dar resposta a problemas concretos, progressivamente mais orientados para critérios de eficiência económica.

Não será este o aspeto mais marcante, quando olhado de fora, desde uma Europa central, ou mesmo, periférica e do Sul, como Portugal. No entanto, é um aspeto de particular importância no seio da comunidade de arquitetura finlandesa.

Ainda que se mantenha, em grande medida, que a maior parte da encomenda de seja promovida pelo Estado, e que este está empenhado em garantir um certo patamar de qualidade, nos últimos anos tem-se verificado um crescente alargamento do conjunto de intervenientes no processo de arquitetura, sentido pela classe como nefasto para a qualidade desejada.

Consiste este processo – generalizado na Europa e com ligação particular ao sistema de governação da União Europeia³¹⁴ - numa procura de otimização de recursos financeiros e gestão de prazos, dando resposta à crescente regulamentação internacional, muitas vezes contraditória entre si, que leva a um progressivo acréscimo do relevo do papel dos gestores de projeto e de obra e das empresas de construção – materializado em documentos Excel – e, conseqüentemente, ao

³¹⁴ Esta questão é tratada numa análise mais aprofundada, no capítulo II do presente trabalho.

afastamento do arquiteto, da sua *expertise* na criação de espaços e do seu papel de coordenador.

É o bascular de uma cultura de desenho de projeto para a de tabelas de cálculo, com as correspondentes consequências no resultado final que é, ainda, a obra construída, o espaço urbano.

Como referido, não se trata de um processo exclusivo do país, mas tem, no caso da Finlândia, contornos particulares.

Noutros países, como os que estudamos na presente investigação, o papel do arquiteto na sociedade não teve um historial tão garantidamente presente na sociedade, como no caso da Finlândia. Será talvez por este facto que, atualmente, o desconforto da classe é tão grande, face a uma problemática que não lhe é exclusiva e que provavelmente não assumirá contornos tão graves como noutros países.

Muito embora, durante séculos, a Finlândia tenha sido parte integrante de impérios outros - do reino da Suécia, do séc. XII até meados do séc. XVI, e do Império Russo, do séc. XVI ao séc. XX, e que, apenas a partir de 1917, seja um país independente, de facto - o que é certo é que, ao longo de todo esse passado, as suas bases culturais próprias foram permanecendo vivas, enraizando-se nas práticas e costumes da sociedade.

No que corresponde à arquitetura, especificamente, será de ter presente o carácter intrinsecamente rural do país, com a correspondente relação entre o Homem e a natureza, e uma transição para uma nova sociedade urbana, associada ao momento de industrialização (na transição do séc. XIX para o séc. XX).

A par desta equação rural/natural e urbano/industrial, temos igualmente de ter em conta a importância da existência de um Estado Social, com correspondente supremacia do público sobre o privado, do coletivo sobre o individual. A relação do **Homem com a Natureza**, que encontramos como tradição na cultura arquitetónica finlandesa, foi-se expressando, de diversas formas, como uma procura de criação de espaços construídos em simbiose com a natureza envolvente – seja em edifícios próximos de um biomietismo como em Pietillä, seja, como em Aalto, em edifícios e espaços segundo um delicado e detalhado trabalho de volumetrias e materiais - o uso de materiais orgânicos na sua expressão primeira- que encontramos, sobretudo, a partir do desenvolvimento de um modernismo local mas que, até aos nossos dias, vai sendo uma imagem de marca de uma arquitetura finlandesa - ou, ainda, no planeamento e desenho dos espaços urbanos pela inter-relação e manutenção de espaços naturais de respiração no seio das cidades , o que, no caso da capital, Helsínquia, é particularmente expressivo nos seus parques, frentes marítimas ou espaços lagunares.



Figura 55 - Pietilla, Dipoli, vista aérea do centro de estudantes em Espoo, projeto de Reima & Raili Pietilla, Otaniemi, Espoo 1966 [Fonte <http://www.arkitera.com>]

Figura 56 - Pietilla, Dipoli, vista exterior do centro de estudantes em Espoo, projeto de Reima & Raili Pietilla, Otaniemi, Espoo 1966 [fotografia de Cristina Castelo Branco, 2018]

Enquanto sociedade tradicionalmente rural, durante todo o período de domínio sueco, as suas formas de habitat e os seus modelos arquitetónicos provinham do reino da Suécia; sendo a madeira a matéria prima mais abundante, de forma natural, foram-se desenvolvendo, historicamente, as técnicas de construção adaptadas a este material.

A *expertise* dos mestres carpinteiros finlandeses funcionou como possível “moeda de troca” de saberes, no séc. XVI, existindo então um verdadeiro intercâmbio destes com mestres construtores e pedreiros de outras geografias, como a Suécia, mas também com profissionais de várias cidades alemãs ou de outras cidades, como Talin (era



Figura 57 - Igreja Luterana de Kiiming na sub-região de Oulo, exemplo de construção de edifício público em madeira durante o período sueco, 1760

[Fonte: <http://www.oulu.fi/kiimingin-kiirkko/>]

então comum que carpinteiros finlandeses se deslocassem a outros países bálticos). Tal cultura do uso da madeira, manteve-se até aos nossos dias, fazendo inclusivamente prova de resistência quando, no séc. XVIII, um decreto real veio obrigar a que todos os edifícios públicos fossem construídos em alvenaria - obrigava ainda a que os projetos e planos de construção fossem aprovados previamente em Estocolmo. A prova de resistência, popular e generalizada, teve como consequência que, apesar da obrigação decretada, se continuasse a construir em madeira, sendo disso testemunho as inúmeras igrejas construídas à época.

Quando Matti Sanaksenaho³¹⁵ afirma, em entrevista, que todos os *ateliers* de arquitetura partilham uma “forte responsabilidade social” (BERMEJO, 2014), implicitamente, remete para uma consciência nacional presente numa cultura ancorada na existência de um Estado Social e nas correspondentes responsabilidades individuais e coletivas.



Figura 58 - Presbitério do séc. XVIII, construção em madeira (pintada)

[Fonte: <http://www.the-ancients.com/gemigabok/18th-19th-century-finnish-buildings-part-i-examples-of-houses/>]

Essa cultura, na qual o Estado tem de estar presente e é um parceiro, bem como um chapéu de chuva de proteção da sociedade finlandesa, assumiu-se, de forma mais sustentada, a partir dos anos 1920, após o trauma de uma guerra civil, apenas 1 ano depois da declaração de independência do país.

³¹⁵ Arquiteto e professor de arquitetura contemporânea na universidade de Oulu, premiado com o Prémio Nacional da Arquitetura Finlandesa em 1992, alcançou visibilidade internacional pela autoria do Pavilhão da Finlândia na Exposição Universal de Sevilha em 1992.

Muitas das reformas, então levadas a cabo, existiam já na vizinha Suécia, servindo, assim, de modelo para o país. Houve, desde o início – e então fortemente relacionado com as discrepâncias existentes na sociedade e que estiveram na raiz da guerra civil – a intenção de reequilibrar a sociedade, de nivelar os rendimentos e de proporcionar a todos os cidadãos o acesso a um conjunto de bens e serviços que o Estado considerava como fundamentais para a sociedade finlandesa. Além das consequências gerais na estruturação de toda a sociedade, como coletivo, diversas ações tiveram consequências mais diretas sobre a arquitetura e o espaço construído. Para os objetivos nacionais de disponibilização de um sistema público de ensino universal e gratuito³¹⁷, de serviços de bibliotecas, locais e nacionais³¹⁸ e de serviços culturais variados, houve necessidade direta de construção dos respetivos equipamentos. (Este tipo de programa constitui, ainda nos nossos dias, a maior parte da encomenda de arquitetura no país).

Datam também do período, dos anos 1920, as ações do Estado no sentido de promover o arrendamento de terrenos a dezenas de milhares de pessoas, com o intuito de impulsionar o seu estabelecimento em propriedades “próprias”, sendo, um dos propósitos do Estado, ancorar a população aos terrenos agrícolas e promover uma coesão que impedisse movimentos revolucionários como os russos (fonte de temor para o Estado finlandês). (Hautajärvi, 2017)

Na Finlândia, parte dos terrenos urbanos são propriedade municipal, o que tem múltiplas consequências na organização, gestão, e urbanização das cidades.

Ainda nos anos 1920, assistimos ao investimento do Estado, em particular na capital, ao promover a criação de novas áreas de expansão urbana. São projetadas e construídas novas áreas residenciais que se vão situando, progressivamente, mais a norte das zonas centrais (próximas do principal porto marítimo e dos edifícios institucionais).

Emblemático desse período é o bairro de Kämpylä. Com a intenção de colmatar o deficit habitacional do pós-guerra civil, este bairro teve o projeto de plano geral da autoria de Birger Brunila e Ottolivari Meurma (arquitetos municipais) e os projetos de arquitetura de Martti Välikangas. Com forte inspiração no modelo das cidades-

³¹⁷ Em consequência da lei do ensino obrigatório então instituída. Nos anos 1920, foram construídas em média 150 escolas por ano.

³¹⁸ Na Finlândia as bibliotecas cumprem mais funções do que a tradicional, de empréstimo de livros. Estes espaços públicos são utilizados de formas tão variadas como espaço de lazer e pente de encontro social. Segundo o serviço nacional de bibliotecas, estes espaços são agora chamados de “salas de estar dos cidadãos” ou “salas de estar multiculturais”. (Ministry of Education and Culture, 2018). Para uma população de 5.442.837 habitantes, existem no país 738 bibliotecas públicas. Em Portugal, existem cerca 300 para uma população de 10.325,5 habitantes (segundo Pordata, 2016)

jardim, à inglesa, seria considerado como a combinação das melhores qualidades da época, revelando *um interesse na forma de vida modesta, materiais simples e arquitetura clássica.* ³²⁰

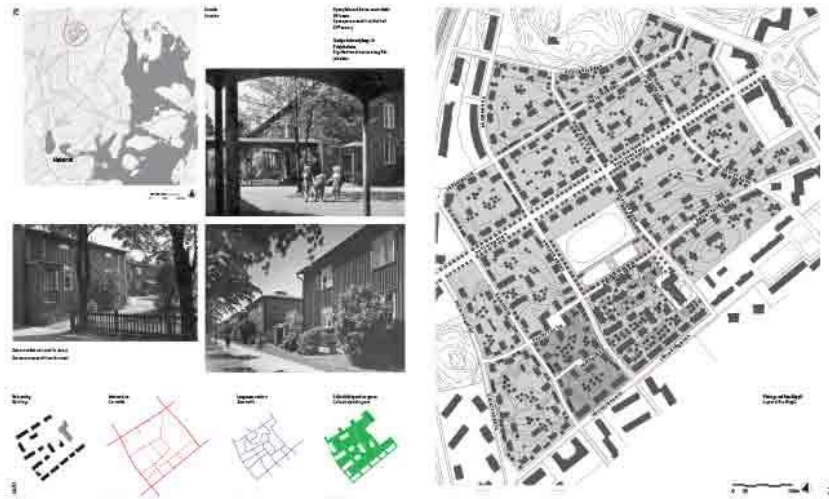


Figura 59 - Plano geral do bairro de Käpylä, Helsínquia

[Fonte: <http://dash-journal.com/puu-kapyla/>]



Figura 60 - Vistas do bairro de Käpylä, Helsínquia

[fotografias de Cristina Castelo Branco, 2018]

Trata-se um bairro marcante, na sua imagem global, pela utilização do clássico modelo nórdico da casa de madeira integrada num plano urbano, estruturado com recurso a soluções de integração de jardins privados e espaços públicos variados como: praças e pracetas, ruas principais e secundárias, que vieram exprimir no espaço urbano uma estratégia de miscigenação social – integrando apartamentos e habitações unifamiliares na mesma área e, assim, fugindo a uma mono utilização social de um simples bairro de trabalhadores.

³²⁰ “combined the best qualities of the period: an interest in the modest way of life, simple materials and Classical architecture.” (Jetsonen & Miessner, 2010, p. 19)

Note-se que este tipo de estratégia, de promoção de diversidade social no planeamento de novas áreas urbanas, se mantém ainda presente na cultura finlandesa de projeto e gestão do espaço urbano.

Seguindo princípio semelhante, de mistura e integração social e diferenciação de espaços, mas numa versão atualizada e contemporânea, encontramos vários exemplos, como é o caso em Jyväskylä (cidade universitária a cerca de 300km a norte de Helsínquia, centro por excelência de grande parte da obra de Alvar Aalto).

Nesta cidade, desde há anos tem vindo a ser seriamente tratado o tema do urbanismo e da experimentação de novos modelos de planeamento, o que, a par da existência de fortes políticas municipais e da presença de arquitetos em postos de coordenação dessas políticas urbanas do município, permitiu a elaboração de um processo de renovação urbana, numa área de indústria desafetada.

É o caso da área de Kangas, correspondente a uma antiga ocupação de moinhos de água, existentes desde o séc. XIX, o que permitiu a instalação de uma indústria de papel. Desde essa época, e até ao ano de 2010, essa função industrial permaneceu a ocupação principal desta área periférica ao centro da cidade (mas a curta distância do mesmo).

Aquando do encerramento da fábrica, o município decidiu optar pela aquisição dos 27 hectares de terrenos – sendo a aquisição, por parte do município, de terrenos devolutos uma situação recorrente no país, de forma a permitir a criação de bolsas de terrenos para expansão urbana – e iniciar um processo de concurso público para plano urbano.

A inovação deu-se com a opção de promover, neste caso, um modelo participativo extremamente desenvolvido; Plano urbano de Kangas (projeto piloto financiado pela União Europeia).³²¹

Numa fase prévia ao lançamento do concurso, em 2011, realizou-se um processo de consulta pública participativa, aberta a todos os cidadãos de Jyväskylä - indivíduos, organizações cívicas e outros grupos - consulta essa no sentido de recolher as suas perspetivas sobre como a cidade deveria evoluir no futuro. Para cumprir tal objetivo, foram utilizados novos métodos, para recolha de informação em processos participativos³²².

³²¹ Este projeto urbano é apoiado pelo programa Europeu de cooperação territorial, “URBACT”, programa de Cooperação Territorial Europeia (2014-2020) (...) O URBACT III facilitará a partilha de conhecimentos e boas práticas entre as cidades e outros níveis do governo para promover o desenvolvimento sustentável integrado e melhorar a eficácia da política de coesão e regional. (Comissão Europeia, 2014)

³²² Como sejam as consultas através fóruns na internet, workshops (num total de 14, inquéritos no espaço público, em centros comerciais e bares da cidade.

Esses resultados serviram de base para o lançamento do concurso público de arquitetura, para a elaboração do *masterplan* da área.

Os objetivos a alcançar, definidos a partir deste processo de consulta pública, centraram-se num conjunto de pontos/conceitos tais como: centro da área a desenvolver, carácter multifuncional das áreas centrais, criação de percurso pedonais, desenvolvimento sustentável e criação de espaços verdes.

Em 2014, foi aprovado o *masterplan*, seguidamente foram elaborados planos de pormenor para as áreas de função residencial. A construção das primeiras áreas residenciais iniciou-se em 2016.

Através deste modelo de planeamento, constatamos que, nesta área, propriedade pública do município, foi possível desenvolver um novo modelo de planeamento, seguido de uma fase de trabalho de projeto de arquitetura; com a particularidade de esta segunda fase de trabalho de projeto ocorrer já após concurso público.



Figura 61 - Vista aérea da proposta vencedora o concurso para a área de renovação urbana de Kangas, na cidade de Jyväskylä, projeto de Schauman & Nordgren Architects

[Fonte: de <http://www.schauman-nordgren.com/>]

Ou seja, em nome da busca de uma solução, o mais correta e adaptada à realidade possível. Este processo leva a um trabalho de equipa, realizado pelo município e dos autores do projeto selecionado. Por último, numa fase de construção e de venda, ou arrendamento, dos espaços ³²³, é desenvolvido ainda um trabalho conjunto entre

³²³ É comum, na gestão de terrenos e de bens imobiliários de propriedade municipal, levar-se a cabo o desenvolvimento de projetos urbanos e de construção de uma dada área. Numa fase posterior, o município pode vir a propor o arrendamento de parcelas a longo prazo, ou ainda num esquema misto de arrendamento e venda. Como por exemplo, será possível adquirir-se 50% de um imóvel/ habitação sendo os restantes 50% arrendados ao município. Esta lógica baseia-se na proteção da garantia de uma mobilidade dos cidadãos, que – ao contrário do que sucedeu no início do séc. XX – em caso de alteração da situação profissional ou outra, não tenham de permanecer num local onde poderão já não ter mais as condições para a sua realização pessoal.

município, arquitetos (autores do projeto selecionado em concurso) e empresas do setor da construção e do imobiliário.

Materiais naturais, rigor de desenho, conforto para o utilizador, são alguns dos temas que encontramos afiliados a uma identidade da arquitetura finlandesa. A estes temas, associamos nomes e obras emblemáticas, Saarinen, Aalto, Pietillä, Pallasma, aos quais se têm vindo a juntar nomes mais “modernos,” de estruturas coletivas como JKMM Architects³²⁴, OOPEAA Office for Peripheral Architecture³²⁵, K2S Architects³²⁶.



Figura 62 - Escola evolutiva Kalasatama, projeto de Atelier JKMM
[Fonte: <https://jkmm.fi/case/kalasatama-school-and-day-care/>]

³²⁴ JKMM Architects, atelier de arquitetura formado em 1998, autores do projeto vencedor do concurso público para escola Kalasatama, no ano de 2010 seguindo um modelo de escola evolutiva. Atualmente em curso a segunda fase de desenvolvimento, tendo a primeira parte sido concluída em 2016.

³²⁵ OOPEAA Office for Peripheral Architecture, atelier fundado em 2001, com diversos prêmios nacionais. Autor do projeto da igreja Kuokkala em Jyväskylä, referência da arquitetura contemporânea finlandesa. Esta obra é ainda um exemplo do tipo de recepção pública da arquitetura contemporânea, tendo provocado reações de desgosto e incompreensão por parte de munícipes. Por esse motivo, o município de Jyväskylä, promoveu debates e visitas guiadas à obra, pondo em prática uma ação pedagógica.

³²⁶ K2S Architects, atelier fundado em 2001, em Helsínquia, vencedor de vários prêmios nacionais e nomeado para prêmio Mies van der Rohe em diversos anos. Autor de mediática Capela do Silêncio em Helsínquia.



Figura 63 - Igreja Kuokkala, paróquia de Jyväskylä, projeto de OOEPA, primeiro lugar de concurso em 2010

[Fonte: <http://oopea.com/project/kuokkala-church/>]



Figura 64 - Capela do Silêncio, em Helsínquia, projeto de K2S Architects

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2018]



Figura 65 - Imagem de projeto da Capela do Silêncio, em Helsínquia, projeto de K2S Architects

[fonte: <http://www.k2s.fi>]

A identidade da arquitetura finlandesa foi sendo elaborada a par da construção da própria identidade nacional. Sendo o país um Estado independente apenas desde 1917, e tendo sido, o processo de independência, fruto de uma produção cultural própria, desenvolvida (metodicamente) ao longo de décadas, a expressão construída dessa identidade cultural foi, ela própria, fruto de um processo de acumulação de elementos culturais dessa sociedade. Num passado mais remoto, o facto de o país ser escassamente povoado, conjuntamente com a enorme presença da floresta e dos lagos (quase 200.000 em todo o país), fizeram da Finlândia uma sociedade predominantemente rural, onde os materiais locais mais abundantes, como a madeira, se tornaram no material de construção por excelência., tornaram-se no material de construção por excelência. O permanente contacto com a natureza envolvente, por um lado, e o rigor do clima, por seu lado, tornou o povo finlandês particularmente apto a gerir a relação com as forças naturais, a respeitá-la e a cultivar um verdadeiro gosto pelo contacto com as mesmas.

A par desta privilegiada relação com a natureza, e o saber acumulado desta relação, expresso, nas arquiteturas finlandesas, ao longo dos séculos (das clássicas casas de madeira tipo sueco, às arquiteturas de Aalto, de Pietillä ou os contemporâneos Monarch³²⁷), teve um lugar fundamental, na construção da identidade da arquitetura finlandesa, o momento de construção identitária da nação, no ocasião da independência.



Figura 66 - Fotografia de grupo de arquitetos na transição do séc. XIX para o séc. XX. Eliel Saarinen, Loja Saarinen, Olga Gummerus-Ehrström e outros.

[Fonte: , Cranbrook Archives, <http://www.finnisharchitecture.fi>]

³²⁷ Os Monarch, aos quais se refere Malcolm Quantrill (1995) como a *geração de estudantes* que veio a representar a Finlândia na Exposição Universal de 1992 em Sevilha, com o seu pavilhão, *colhendo os frutos de* plantados por Alvar Aalto nos anos 1930/1960.

A busca das raízes identitárias finlandesas interrelaciona-se, já no final do séc. XIX, com o movimento Pan-Eslavo³²⁸, que se encontrava no seu auge, em simultâneo com o movimento artístico Arte Nova. Deste último, resulta uma imagem arquitetónica predominantemente associada ao então produzido nos países centro europeus. No caso da Finlândia, este movimento revestiu-se de características associadas à tal busca de uma identidade e raiz nórdica, por excelência, enquadrando-se, temporalmente, no momento de maior ímpeto independentista.

Data desse período, o desenvolvimento da capital – Helsínquia - e a transição, de uma paisagem urbana de edifícios de madeira, para uma de edifícios de pedra de vários pisos. Teve então, o estilo Arte Nova, uma identificação própria na Finlândia, traduzindo-se aí como *Jugendstil*³²⁹ ou Romantismo Nacional, no qual a *procura de verdade* se tornou visível através da intenção de que “o interior teria de se refletir no exterior e que teriam de ser utilizados materiais naturais, como a pedra finlandesa, num estilo modesto e grosseiro”. (Hautajärvi, 2017, p. 7)

Note-se que, nessa altura, a Finlândia era ainda parte da Rússia, sendo a arquitetura a hipótese de expressão uma singularidade cultural que se pretendia desenvolver, como uma materialização em pedra de uma certa ideia de nacionalismo.

Ainda no séc. XIX, no ano de 1892, são instituídos os concursos de arquitetura³³¹, como forma de seleção de projetos, assente em critério de seleção pela qualidade de projeto.

Exemplo de um dos primeiros espaços construídos, em resultado do primeiro concurso público para espaço urbano, é o bairro de Töölö³³² em Helsínquia, tendo-se seguido outros exemplos como o bairro Kämpylä (anteriormente referido).

³²⁸ Movimento do início do séc. XIX, cujo princípio de existência de uma cultura eslava comum, aos povos eslavos, teve grande eco numa Finlândia que procurava uma total independência da Rússia.

³²⁹ Dadas as relações estreitas estabelecidas com a Alemanha e com os arquitetos alemães, de que é testemunho o fato de o grande arquiteto do Estado então ser o alemão Engel.

³³¹ O que faz da Finlândia o país com este procedimento, mais antigo da Europa.

³³² Bairro de Töölö, resultou de concurso publico em 1899/1900, o qual teve o primeiro lugar atribuído ao arquiteto Gustaf Nyström.



Figura 67 - Vista geral de uma rua no bairro de Töölö
[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2018]

A lógica de uma inter-relação ideológica e artística, na rede dos países nórdicos, era então um facto. No caso da arquitetura, até aos anos de 1870, a formação em arquitetura era feita em Estocolmo, Suécia, o que torna natural, e lógica, a contaminação entre arquitetura nesses países. Posteriormente, no início do séc. XX, em particular nos anos que se seguiram à guerra civil, a expressão que encontramos mais visível na arquitetura finlandesa – em particular nos centros de poder e, ainda mais especificamente, em Helsínquia – será o classicismo. No período que corresponderá ao classicismo finlandês, iremos ter diferentes momentos e expressões, serão exemplo disso o classicismo romântico, no bairro *Käpylä* (1920/25) ou o classicismo monumental, presente no edifício do parlamento *Eduskuntalo* ³³³(1926).

³³³ Trata-se de um edifício “Construído como um monumento à independência e democracia finlandesas, o Parlamento House é uma obra de arte completa, na qual a arquitectura, o design industrial, a obra e a arte formam um todo harmonioso.” O primeiro já salienta a importância do edifício: O Eduskuntatalo (Edifício do Parlamento) desenhado por JS Sirén é o edifício público mais importante após a independência. (Jetsonen & Miessner, 2010, p. 21)



Figura 68 - Vista geral do Bairro Käpylä, Helsínquia

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2018]

Figura 69 - Vista geral do edifício do Parlamento Finlandês *Eduskuntalo*, Helsínquia

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2018]

Os anos 1920, na arquitetura finlandesa, foram particularmente intensos, no sentido em que os arquitetos de então assumiam diferentes formas de projetar – com resultados construídos diferenciadas – mas unidos em torno de uma mesma procura de um sentido de “finnishness”.



Figura 70 - Vista de fachada de edifício Arte Nova, Helsínquia

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2018]

Foi nesse período que se iniciou um afastamento do classicismo, até então presente – ainda que sob diferentes formas – sob influencias de arquiteturas e mestres de outros países nórdicos, como Gunnar Asplund, mas também de países de expressão cultural alemã, tendo a exposição de Colónia, em 1914 *transmitido a impressão de uma linguagem clássica*. De um “classicismo moderno.” (Jetsonen & Miessner, 2010, p. 17)

Na transição para o modernismo, com Alvar Aalto, temos, conforme St. John Wilson, citado por (Miller, 1984, p. 3), um *alargar de sensibilidades*, definindo uma via do moderno diferenciada, reincorporando *valores tradicionais da arquitetura e um sentimento de permanência e de resistência*.

Abre-se, então, um novo rumo que irá definir o perfil da arquitetura moderna finlandesa e transformar-se no *ADN* que, mesmo hoje, encontramos na arquitetura contemporânea nacional (com consequências além-fronteiras, sobretudo noutros países nórdicos).

A tradição dos concursos públicos de arquitetura, na Finlândia, como método de seleção da melhor proposta de projeto para um dado programa, data do final do séc. XIX, o que faz deste país um caso único no contexto europeu.

A intenção primeira deste procedimento é a de garantir que um dado projeto - edifício/espaço urbano - proposto pelo cliente, Estado, tenha a melhor solução possível e a maior qualidade possível, proporcionado, assim, o melhor para os cidadãos, em termos de qualidade de vida. Este princípio está intrinsecamente ligado aos princípios inerentes à cultura nacional, de Estado Social e de respetiva garantia de igualdade e equidade na sociedade finlandesa. Do ponto de vista disciplinar, este tipo de procedimento é tido como fundamentalmente justo – porquanto, uma vez considerado a qualidade de projeto como critério de seleção, permite o acesso à encomenda por parte de qualquer profissional, - além de ser, por norma, um incentivo à experimentação e, em consequência, ao desenvolvimento disciplinar. É ainda um procedimento que proporciona uma maior visibilidade - atualmente num âmbito internacional – aos projetos e aos respetivos autores. Um exemplo icónico deste procedimento, na Finlândia, é o Paimio Sanatorium de Alvar Aalto, cujo projeto resultou de um concurso público de arquitetura, em 1929.

Não obstante serem mais comuns para encomenda pública, como é o caso do Sanatório, não se trata de um procedimento exclusivo do domínio público. O recurso a procedimento por concurso, por parte de privados, é também possível e relativamente comum.



Figura 71 - Vista de fachada principal do Sanatório de Paimio, Alvar Aalto, Paimio 1929/1933

[Fonte:Hautajrvi, 2017,p.1555]]

Um exemplo disso é o do grande edifício comercial, no centro de Helsínquia, o Armazém Stockmann, resultado de um concurso público, no ano de 1916, do qual foi vencedora a proposta dos irmãos Thomé, mas cuja encomenda acabou por ser atribuída a Sigurd Frosterus, (pela morte dos irmãos Thomé, no decurso da guerra civil de 1918). A existência desta tradição, de mais de um século, de concursos de arquitetura na Finlândia, encontra-se estreitamente ligada com o percurso da produção arquitetónica nacional, o que é um dado específico e único no conjunto dos países em análise no presente trabalho. Uma particularidade do sistema de concursos,

na Finlândia, é o facto de ser comum o desenvolvimento e adaptação do projeto vencedor, após concurso, em resposta a solicitações do promotor.

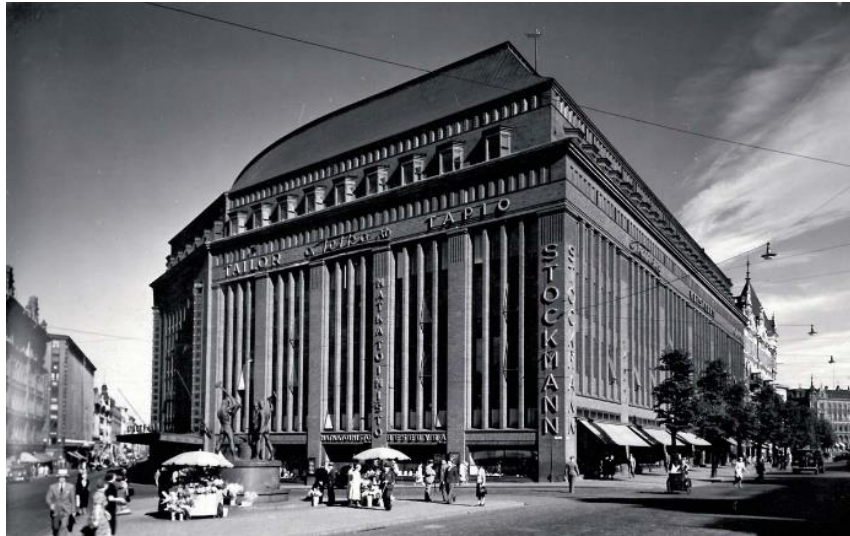


Figura 72 - Imagem do edifício dos Armazéns Stockman nos anos 1930, Helsinquia,

[Fonte: <http://navi.finnisharchitecture.fi>]

É considerado que a proposta vencedora é a que melhor corresponde, no global, ao solicitado, do ponto de vista da qualidade de projeto. No entanto, algumas condicionantes, ou considerações, verificadas *a posteriori*, podem vir a ser a base de um pedido de alteração do projeto vencedor.

Um destes casos, foi a importante obra de Eliel Saarinen para a Estação Central de Helsinquia, em 1904.



Figura 73 - Vistas exterior e interior na Estação Central de Helsinquia, projeto de Eliel Saarinen, em resultado do primeiro lugar em concurso

[fotografias de Cristina Costela Braga, 2018]

O que se considerou foi que a proposta apresentada e vencedora – dentro da corrente Romântica Nacional - seria demasiado retrógrada, dado que uma estação de comboios deveria ser mais orientada para o futuro e para o progresso. Estas críticas, feitas por

colegas de profissão, levaram Saarinen, após resultado do concurso, a realizar uma viagem de estudo à Europa, tendo, como resultado, uma reorientação estética do projeto final, indo de encontro ao ambicionado pelos críticos do projeto inicial.

Todos os processos de concurso são apoiados, tecnicamente, pela Associação dos Arquitetos Finlandeses (SAFA), a qual tem um departamento dedicado em exclusivo aos concursos, onde se elaboram guias de procedimentos a ser usados pelos promotores – como, por exemplo, os municípios – sendo que os mesmos, apesar de terem uma base geral semelhante, podem, e são, regularmente elaborados em resposta a um pedido específico da entidade promotora (considerando, por exemplo o critério tempo, como um critério de peso na decisão final).³³⁶

Existem duas modalidades de concurso possíveis: Concurso Aberto e Concurso por Convite.

No caso dos concursos abertos, o número de participantes é ilimitado, sendo atribuídos prémios apenas às 5 melhores propostas. No segundo caso, é fazer-se convite a um número entre 4 e 6 equipas, havendo lugar a remuneração, de um mesmo valor, para todos os participantes.

Diversos projetos finlandeses, atualmente mais divulgados a nível internacional, são resultado de concursos de arquitetura.

O caso do novo conjunto da Aalto University, em Otaniemi, compreendendo uma escola de arquitetura, uma escola de artes, uma escola de gestão e uma estação de metro (concurso ganho em 2014, em fase de construção no ano de 2018), é o resultado de um concurso aberto internacional, do qual saiu vencedora a proposta do atelier Verstas, um atelier, fundado em 2004, que tem vindo a progredir, apoiado nos muitos concursos em que participou, com diversos primeiros prémios atribuídos.



Figura 74 - Imagem do projeto de extensão na Universiddae de Otaniemi, concurso de 2013, pelo atelier Verstas

[Fonte: <http://onecampus.aalto.fi/vare-outside/>]

³³⁶ A questão da qualidade em arquitetura - definição de qualidade e critérios de avaliação - é igualmente objeto de trabalho de um grupo específico dentro da Associação dos Arquitetos.

Uma breve leitura da situação atual da prática da arquitetura na Finlândia, através de 3 exemplos de estruturas, permite-nos verificar que são vários os casos destas estruturas, relativamente pequenas, de ateliers, fundados no final dos anos 1990 ou início de anos 2000, com grande participação em concursos nacionais e internacionais, com bons resultados em ambos os campos, o que, no caso de concursos ganhos na Finlândia, lhes permite o acesso a encomenda e a obra (e com obra, aquisição de prática) e, no caso de prémios ou nomeações internacionais, lhes possibilita uma divulgação do próprio trabalho e a um lugar de reconhecimento disciplinar internacional.

O caso dos *Verstas*, pode ser visto como um exemplo de atuais estruturas de atelier finlandês, que se inscrevem no legado aaltiano, sem, no entanto, renegar uma abordagem da arquitetura contemporânea.

Este atelier, fundado em 2004, tem no seu curriculum diversos prémios nacionais e internacionais, como seja, no ano de 2015, o *Finnish State Prize* (o mais elevado prémio nacional).

Destacamos, além do projeto do novo conjunto da Universidade Aalto, anteriormente referido, o projeto da escola evolutiva *Saunalahti*. Este edifício corresponde a uma tipologia de prática de arquitetura particularmente presente no país: trata-se de um edifício projetado em intercolaboração, entre arquitetos e utilizadores, com o objetivo de atingir um resultado que constitua, o mais possível, uma resposta às necessidades e anseios do futuro utilizador (no caso, equipa educativa, alunos, associações de pais e de moradores, entidades locais); O resultado é, não só uma escola, capaz de se adaptar à evolução do corpo discente, mas também um espaço para toda a comunidade local, dado que o edifício se encontra aberto aos fins de semana e no período noturno, para outras atividades que não as letivas.³³⁸ *Not only a school, but a multifunctional meeting place for the neighbourhood.* (Verstas Architects, 2018)

³³⁸ Esta escola foi selecionada para se levar a cabo uma experiência pedagógica, integrando um tipo de sala de aula não tradicional. A finalidade era de fazer evoluir novos métodos de aprendizagem, insistindo particularmente sobre a noção de colaboração. (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Departamento de Comunicação, 2018)



Figura 75 - Vistas exterior e interior da Escola evolutiva de saunalahti, projeto do atelier Verstas

[Fonte: <https://finland.fi/>]

Outro caso é o dos Lahdelma & Mahlamäki Architects, com atelier fundado em 1997. Neste caso, o posicionamento, numa linhagem de arquitetura e design finlandês, aberto ao mundo é assumido e expresso na página oficial do atelier:

“O nosso trabalho mostra o design inerentemente finlandês - com foco em sustentabilidade, materiais e detalhes de alta qualidade - para criar tecnologias e técnicas de ponta para projetar a arquitetura finlandesa no cenário internacional.



Figura 76 - Imagem do “Centro Marítimo Vellamo”, projeto de Lahdelma & Mahlamäki Architects, 2008

[Fonte: <https://www.finnisharchitecture.fi>]



Figura 77 - Imagem da “Villa Musu”, um raro caso de habitação unifamiliar como encomenda de arquitetura, projeto de Sanaksenaho Architects, 2014

[fonte: <https://www.dezeen.com/>]

Uma outra estrutura, fundada uns anos antes (1991), é o Sanaksenaho Architects, cujo início de carreira foi impulsionado pelo enorme sucesso do projeto do Pavilhão da Finlândia, na Exposição Universal de Sevilha, em 1992.

Em comum, estes 3 casos, têm a grande vitalidade de participação em concursos, e a quantidade de prémios ou nomeações a eles atribuídas, constituindo-se como uma nova geração de arquitetura finlandesa que, inscrevendo-se no panorama internacional / global, se mantém endemicamente finlandesa.

Referia Quantrill,³³⁹ em 1995, que a nova geração de arquitetos finlandeses, segunda geração depois de Pietilla, estava claramente empenhada num internacionalismo finlandês.

Apontava então, como exemplos desse perfil, arquitetos como Helin e Siitonen; Heikkinen e Komonen e mesmo Juhanni Pallasma, referindo-se especificamente, neste último caso, à respetiva intervenção com o Centro Cultural Finlandês, em Paris. Por último, nesse movimento de internacionalização arquitetura finlandesa, referia-se à, então, geração de estudantes, representada pelo grupo Monark (agora com elementos que constituem o atelier Sanaksenaho Architects) com o seu pavilhão da Finlândia, na Expo de Sevilha. *Todos estes arquitetos estão a colher os frutos plantados nos anos 1930/1960, por Alvar Aalto, nos anos 1970 e 1980, pelos Sirens, Timo Pentillä e Reima e Raili Pietillä.* (Quantrill, 1995)

Ainda segundo Quantrill, *a verdadeira qualidade da arquitetura finlandesa é o resultado de um processo interiorizado, uma abordagem filosófica que pode tomar qualquer material ou forma pelo detalhe inteligente da ideia.*

³³⁹ (Quantrill, 1995)

Quadro 17 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) – Finlândia	
Questões	Dados
Arquitetos/população	nº total de arquitetos: 3 600arqs. nº de arquitetos por 1000 habitantes: 0.65 homens/mulheres : 48% / 52%
Estrutura académica / cursos	A formação é feita em 5 anos, divididos em períodos de 3 anos, para o grau de Bachelor of Science (B. Sc), e de 2 anos, para o grau de Master of Science (M.Sc. Architecture) Existe a formação académica em arquitetura em 3 instituições (públicas): <i>Aalto University</i> (Helsínquia); <i>Tampere University of Technologie</i> (Tampere); <i>University of Oulu</i> (Oulo).
Organização da classe profissional	Não existe regulação específica da profissão “arquiteto». No entanto, os arquitetos podem inscrever-se livremente no registo profissional nacional; esse registo profissional é mantido pelo FISE (qualificação de profissionais da construção; HVAC e do setor imobiliário), sendo a gestão do registo garantida pela associação dos arquitetos finlandeses (SAFA). Nota: Na Finlândia não existe uma regulamentação específica da profissão arquiteto. Não é obrigatório a elaboração de projeto por arquiteto em todas as situações. Apenas os casos de maior complexidade de obra (classe AA), ou realizados em espaços sensíveis, são exclusivos aos arquitetos. Uma habitação unifamiliar, pode ser elaborada por profissionais com formação de nível politécnico(“empreiteiro”).
Premiação nacional	Prémio SAFA para municípios, outras autoridades ou organizações, pela criação de “boas condições” ou bons resultados em planeamento e projeto (http://www.safa.fi/fin/ajankohtaista/palkinnot_/nbspnbspsafa-palkinto/) Prémio Finlândia para a arquitetura (http://www.arkkitehtuurinfinlandia.fi/en/home/) Prémio Otto-Livari Meurman, para arquiteto ou grupo de trabalho ou planeamento urbano (inovação, competências, áreas especiais, ensino investigação) http://www.safa.fi/fin/ajankohtaista/palkinnot_/nbspnbspotto-iivari_meurman_-palkinto/ Prémio Wuorio, para jovens arquitetos (melhor tese de mestrado)

	<p>(http://www.safa.fi/fin/ajankohtaista/palkinnot_/nbspnbspwuorio-palkinto/)</p> <p>“Tunnustuspaanu”, para qualquer actor que tenha promovido a sustentabilidade no ambiente construído. (http://www.safa.fi/fin/ajankohtaista/palkinnot_/nbspnbsptunnustuspaanu/)</p> <p>Múltiplos prémios atribuídos pela indústria da construção, baseados nos diferentes tipos de materiais (madeira, metal, betão), como é o caso do <i>Finnish Wood Prize</i> (https://www.puuinfo.fi/toiminta-ja-palvelut/puupalkinto)</p> <p>Prémios municipais, para projetos locais, como Helsinki: Annual Rose for a building http://archinfo.fi/2017/01/rakentamisen-ruusu-2016-loylylle-ja-roihuvuoren-ala-asteen-peruskorjaukselle/; Jyväskylä OpenUrbanEnvironment Prize https://www.jyvaskyla.fi/avoinkaupunkiymparisto/tunnustus ; Tampere Prize for Quality Buildig https://www.tampere.fi/tampereenkaupunki/ajankohtaista/tiedotteet/2017/11/07112017_7.html; etc...</p>
Premiação Internacional	<p>Não foi, até ao presente, atribuído nenhum prémio Pritzker a arquitetos finlandeses.</p> <p>Participam nos prémios Mies Van der Rohe (recentemente, vários projetos têm sido finalistas, mas não premiados).</p>
Publicações especializadas	<p>A única publicação especializada de arquitetura na Finlândia é a revista bimestral “ARK” (existente desde 1903) https://www.ark.fi/en/</p>
Qualidade de vida dos arquitetos	<p>Rendimento médio anual por estrutura :</p> <p>Estruturas de 2 pessoas: 173 545 €/ano</p> <p>Estruturas de 6 a 10 pessoas: 701 972€/ano</p>
Estruturas de prática profissional	<p>Setor privado: 65% (Arquitetos freelancers: 0 a 1%)</p> <p>Setor público: Local, Central e outros : 35%</p>
Estruturas de divulgação e promoção da arquitetura	<p>Havendo uma estratégia geral promovida pela Ordem dos Arquitetos (SAFA), atualmente existem várias entidades publicas e privadas de promoção e divulgação da arquitetura, como são exemplo o Museu da Arquitetura Finlandesa (MFA) ou a Fundação Alvar Aalto.</p>

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e CAE, consultados em 2018

Em síntese, através desta análise do ambiente profissional, e das práticas arquitetônicas, podemos aferir a existência de uma estreita relação entre o modelo político e sociocultural do país e a prática da arquitetura.

Um momento seminal de interpretação do movimento moderno, através de Alvar Aalto, pela via do *alargar de sensibilidades [e] reincorporando valores tradicionais da arquitetura*, conforme refere St Wilson, citado por (Miller, 1984), virá definir muito do que será o ADN da arquitetura nacional contemporânea.

Com estes valores disciplinares, vêm cruzar-se aspetos de uma contemporaneidade global, à qual a realidade do país não é alheia,

2.3.3. Análise documental da política de arquitetura

A estratégia de políticas de arquitetura, na Finlândia, assentou na construção de uma rede descentralizada de políticas locais ou regionais. Um primeiro momento ocorreu, em 1998, com a criação de um documento de base nacional “*The Finnish Architectural Policy*” (Ministry of Education, 1998).

Após esse momento fundador, foram criadas, nos anos seguintes, 3 políticas de escala territorial inferior (de nível regional *Itä-Suomi* e de nível municipal *Jyväskylä* e *Oulu*). O conjunto destes três documentos de política de arquitetura forma a primeira vaga de programas de política de arquitetura, na Finlândia, cujo processo veio a ser analisado, em 2002, num congresso internacional de acompanhamento (Vartola, Anni, 2002).

Iremos aqui apresentar a análise realizada sobre 3 documentos, relativos a diferentes escalas *territoriais*:

- escala nacional: *The Finnish Architectural Policy*³⁴¹,
- escala regional: *Our Commn Metropolis: an architectural Policy for the Uusimaa and Itä Uusima Regions*

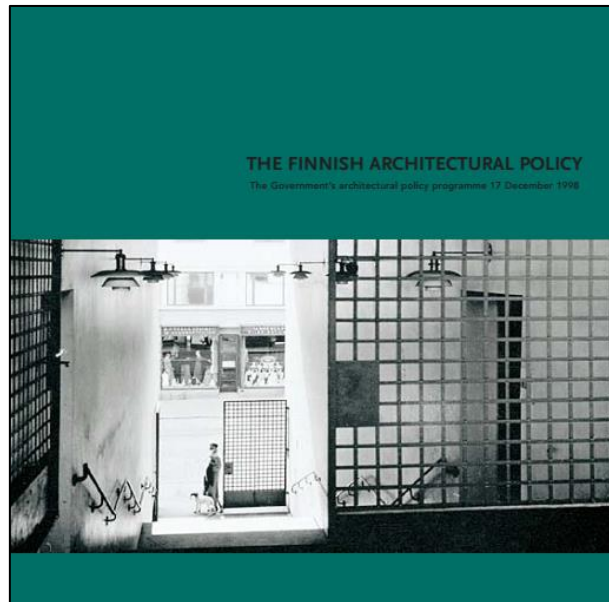
e escala local: *Jyväskylä Architectural Policy – The City of Jyväskylä’s Architectural Policy Programme* utilizando as grelhas de análise, anteriormente aplicada aos demais estudos de caso.

³⁴¹ Documento publicado pelo Ministerio da Educação (Ministry of Education, 1998)

Quadro 18 - Estrutura de análise aplicada a cada do documento, Análise dos documentos de Política de Arquitetura na Finlândia	
Estruturas (de narrativa do documento); Sistemas (de transmissão do documento); Produtos (âmbito, compromisso, grupo alvo)	
temas	questões em análise
Estrutura dos documentos	Neste primeiro ponto, aferimos a que público se dirige o documento, qual o tipo de linguagem utilizado, quais os objetivos gerais apresentados e se estes são de caráter vinculativo ou de orientação.
estrutura política-administrativa	Neste ponto, aferimos quais as tarefas ou deveres apontados no documento, qual a tipologia e organização das instituições envolvidas, a quem se deve a responsabilidade de elaboração do documento e quem se responsabiliza pelo mesmo.
missão central	Neste terceiro ponto, identificamos os princípios da missão central do documento, o nível de acordo estabelecido para essa mesma missão, quais os objetivos propostos e as (possíveis) repercussões nas práticas arquitetónicas.
Tomada de decisão	Neste quarto ponto, procuramos saber que domínios se pretende influenciar e quais as estruturas visadas. Igualmente procuramos aferir a forma de alcançar consenso e que dados são utilizados no processo, como suporte de decisão.
prossecução de objetivos	Neste quinto ponto, analisamos a orientação temporal do documento (aplicação, revisão), as consequências que poderá vir a ter na prática profissional, a relação da estratégia política com o tempo (passado, presente, futuro), que soluções aponta, se estas passam pela investigação e desenvolvimento, como aborda a questão da inovação e a standardização, e que ações e prazos são apresentados.
Estruturas invisíveis, / natureza relações humanas	Neste último ponto, averiguamos o caráter público ou privado da política proposta, os possíveis impactos do Estado Social, quais os princípios e objetivos definidos e ainda se, e como, funciona a regulação da interação social (nível de envolvimento dos atores).

Fonte: elaboração própria

Análise documental da política nacional de arquitetura - The Finnish Architectural Policy (Ministry of Education, 1998)



Trata-se de um documento do tipo *política global*, o qual utiliza uma linguagem pragmática e acessível, estruturada numa organização documental clara e objetiva. O índice geral apresenta uma estrutura em 15 pontos, relativos a diferentes tópicos, com particular ênfase para questões de formação e sensibilização para a arquitetura (6 pontos referem “sensibilização”, “educação”, “ensino”), sendo que, o último ponto, diz respeito à implementação da política de arquitetura.

Este primeiro documento de política de arquitetura de âmbito nacional, na Finlândia, orientava-se para dois públicos alvo: o setor público (dirigindo-se-lhe no sentido de alertar para a necessidade de reforçar e salientar o papel da arquitetura) mas também os cidadãos (no sentido de vir a criar as oportunidades para uma maior participação pública e, a montante, fornecer a formação necessária para a exequibilidade dessa participação.)

Os objetivos da política, claramente identificados no primeiro ponto do documento, referem a necessidade de se definir o enquadramento da arquitetura, no seio do Governo, bem como a necessidade de se definir as tarefas a cumprir para que seja exequível a implementação da política, por parte das autoridades públicas.

Estes correspondem a: 1) proteção do património arquitetónico; 2) manutenção e valorização do edificado existente; 3) melhorar os já elevados padrões de qualidade arquitetónica; 4) criar um ambiente propício à capacidade de competição internacional do setor de construção.

A política pretende, ainda: promover a qualidade da construção e dar sentido aos princípios de desenvolvimento sustentável, no planeamento urbano e no setor da construção; relacionar esta política com os objetivos da legislação de usos do solo, e da legislação da construção (em fase de reforma no momento da criação desta política de arquitetura).

Por último, refere-se, como mais um objetivo, o fomento da transparência nos processos.

Trata-se de um conjunto bastante lato de objetivos gerais e globalizantes que serão, ao longo do documento, alvo de uma maior definição e detalhe.

O conjunto de objetivos apresentados e a estrutura da política, dentro de um esquema de “política global”, remetem para o carácter de orientação do documento, não sendo medidas de valor vinculativo que aí se apresentam.

De ressaltar ainda que, nesta estrutura de documento, é incluído um segundo nível de implementação de objetivos, o que reforça o carácter pragmático do documento.

Ao longo do documento, faz-se corresponder, a cada um dos 15 pontos, uma de 23 medidas a aplicar (*decisions*). A cada medida (de 1 a 23) corresponde uma breve explanação do objetivo a atingir, seguida da indicação de uma ação concreta a implementar. (Este modelo foi posteriormente seguido por outros documentos de políticas de arquitetura, noutros países da Europa, sendo, o exemplo mais recente, o documento do relatório de ação francês *Stratégie nationale pour l'architecture - Rapport des groupes de réflexion 2015*. (BONNET, et al., 2015)

Como exemplo, após o desenvolvimento do ponto 3.22 O papel dos arquitetos regionais, no qual se explicam os sistemas de financiamento estatais necessários à existência de arquitetos regionais, expõe-se ainda a intenção de ampliação deste mecanismo de arquitetos estatais”, e seu papel de conselheiros, conforme a medida 6 (decision 6).”O Ministério do Ambiente irá explorar formas de ampliar a rede de arquitetos regionais, presentes em pequenos municípios, com vista a uma cobertura total do país e relacionando-se com as tarefas dos centros regionais do Ambiente, pelo que irá propor os necessários recursos .” (Ministry of Education, 1998, p. 11)

O propósito da elaboração do documento de PA da Finlândia é o de definir um quadro de ação, e respetivos objetivos, para subsequente implementação pelas autoridades públicas.

Definem-se linhas de orientação para a proteção do património arquitetónico, e para a manutenção e melhoria do parque edificado.

O programa de política visa proporcionar oportunidades para melhorar os já elevados padrões de qualidade de arquitetura e de construção, bem como promover a criação de um ambiente propício para que o sector da construção seja competitivo num cenário internacional mais alargado.

O documento apresenta, nos seus pontos iniciais, algumas definições fundamentais, nomeadamente a de arquitetura, referindo que a definição clássica da mesma remete para os 3 pilares: utilidade, durabilidade e beleza. A referência a esta base clássica é justificada pela assunção de que estes princípios permanecem válidos, nos nossos dias.

- *Utilidade (na qual se entende incluída a funcionalidade, o carácter prático / pragmático e ainda o uso eficiente de recursos).*
- *Durabilidade, aqui entendida como a simples extensão de um conceito associado a força estrutural, para poder vir a incluir a sustentabilidade ecológica.*
- *Beleza, pela consciência de que os anteriores dois pilares terão de incluir a qualidade estética, e o conforto urbano, nos nossos ambientes de vida contemporâneos. (idem, p.5)*

Ainda nesse ponto, dedicado ao conceito de arquitetura, desenvolve-se um raciocínio que aborda a questão do espaço (place)/tempo, como duas dimensões presentes na disciplina.

Prosseguindo com a metodologia de pedagogia do ponto anterior, desenvolvem um parágrafo de explanação do mesmo, referindo: “Tempo: sendo que o tempo liga os edifícios e as suas envolventes criando património cultural e história. Espaço (place) como elemento que dá sentido às relações entre a arquitetura na sua configuração específica com o ambiente natural envolvente.” (ibidem, p.6)

Por último, a importância da arquitetura é explanada com base no facto de o ambiente construído formar o quadro físico para a atividade humana, e, nesse quadro, a qualidade daquela ter um papel fundamental. Reforçam ainda esta ideia, ao atribuir à arquitetura inúmeros significados, o que lhe permite criar identidades locais e nacionais, construindo assim um conjunto de valores permanentes.

Este raciocínio é concluído pela afirmação de que os ambientes culturais, urbanos e rurais, são a riqueza do país e, conseqüentemente, deverão ser preservados.

Estrutura político-administrativa, estruturas de tomada de decisão

O processo de elaboração da política de arquitetura, foi iniciado pelo Ministério da Educação e Cultura. Em 1996, deu-se início a uma primeira fase do processo, tendo-se constituído uma comissão, coordenada por Tore Tallqvist (arquiteto e professor, na *Tampere University of Technology*). Depois de uma ronda de discussões, e já no início do ano de 1998, iniciou-se uma fase final de trabalho e redação, numa segunda comissão coordenada pelo arquiteto Pekka Laatio. O documento resultante contou com a participação da Associação dos Arquitetos Finlandeses (SAFA).

A versão final da Política de Arquitetura Finlandesa foi aprovada pelo Conselho de Ministros, em dezembro 1998.

Posteriormente, o Conselho Nacional de Arquitetura decidiu publicar o documento, no formato ilustrado.

A arquitetura é, desde o início, caracterizada como tendo excelentes características de valor societal, cultural, e económico, e como fazendo parte integrante da cultura nacional [finlandesa].³⁴³

Enquanto política pública, é assumida a responsabilização por parte das autoridades estatais, na sua implementação e divulgação.

Através de medidas, sejam elas previstas ao nível municipal ou regional, sejam promovidas por outras entidades de âmbito nacional, as ações propostas remetem sempre para uma intervenção estatal. Mesmo quando as ações se orientam para a participação pública dos cidadãos, a responsabilidade recai, de novo, no Estado, que terá de garantir que a participação é possível, por via de uma prévia ação formativa e informativa, disponibilizada aos cidadãos.

Concretamente no ponto 2, declara-se que o Estado é o mais importante proprietário, e cliente, sendo sua propriedade a maior parte dos edifícios de valor nacional. Nesse sentido, enquadrado nas duas primeiras medidas (*decision*) do documento, é assumido que compete ao Estado dar o exemplo de boas práticas, na construção e manutenção do edificado. (p. 9)

Numa análise, ponto a ponto, do documento, verificamos que a totalidade das ações recai sob a alçada ministerial, diretamente – Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Ambiente ou Ministério das Finanças – ou de forma indireta, quando as ações são competência do Conselho Nacional da Educação (o qual é tutelado pelo

³⁴³ No original: “The societal, cultural and economic values of architecture are great. It is an important part of our national culture” (Ministry of Education, 1998, p. 5)

Ministério da Educação) ou, por exemplo, pela Academia da Finlândia (igualmente tutelada pelo Ministério da Educação).

Em síntese, seja por ação direta dos Ministérios envolvidos, seja por Conselhos Nacionais, ou por Estruturas Municipais, toda a ação proposta na Política de Arquitetura é da competência do Estado Finlandês.

Missão Central

A missão central da Política Nacional de Arquitetura da Finlândia assenta no princípio de que o Estado deve garantir o melhor quadro de vida aos seus cidadãos, e que esse quadro engloba a arquitetura e o espaço construído.

Esta formulação de caráter genérico é, ao longo do documento, dissecada e detalhada de forma a tornar-se compreensível e, sobretudo, exequível, pelos intervenientes chamados a participar na sua implementação.

O processo de elaboração da política de arquitetura durou cerca de 2 anos, durante os quais foram realizadas diversas mesas redondas alargadas, reunindo, quer especialistas – arquitetos, responsáveis por instituições de promoção e divulgação de arquitetura, universidades, técnicos de urbanismo da administração local – quer intervenientes dos ministérios mais diretamente envolvidos – Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Ambiente.

Esse processo, através de mesas redondas, debates e discussões, gerais e específicas são a base do trabalho que levou à criação de consensos que vieram a permitir, posteriormente, a redação de uma Política de Arquitetura aceite por todos os intervenientes.

As repercussões da política sobre a prática arquitetónica serão, no caso finlandês, particularmente diretas, se tivermos presente que uma expressiva percentagem de encomenda de arquitetura é feita pelo Estado.

Quando o Estado define que os projetos devem ser selecionados através de concursos públicos, e que os critérios prevaletentes serão os de qualidade de projeto, e observando-se que a maior parte dos projetos realizados e construídos resultam destes processos, sendo o Estado o cliente, verificamos que a procura da excelência terá de fazer parte da prática dos arquitetos nacionais.

Ou seja, exige-se aquilo que o Estado exige de si mesmo, enquanto autor da encomenda, e que é particularmente enunciado no: “Ponto 2 – Medida 1 “O Conselho de Estado espera que o edificado bem como o desenvolvimento ambiental a cargo do

sector público venham a estabelecer-se como exemplares para todo o edificado no país.” (Ibid., p.9).

Tomada de decisão

O domínio ou área sobre o qual se pretende ter maior influência, será à do ensino e educação.

Muito embora a Política de Arquitetura procure influenciar todos os domínios que podem impactar na qualidade de vida dos cidadãos, verificamos que existe um muito forte empenho na intervenção política, sobre as áreas do ensino e formação.

Este posicionamento encontra-se, aliás, em consonância com a base estratégica do Estado finlandês, cujo pilar central é a educação (pública, obrigatória e universal).

Esta política de arquitetura fez eco desse posicionamento geral, reforçando a necessidade de criar mecanismos de apoio à educação(formação) para a arquitetura, todos os níveis etários, dando especial atenção ao público infantojuvenil.

Prossecução de objetivos

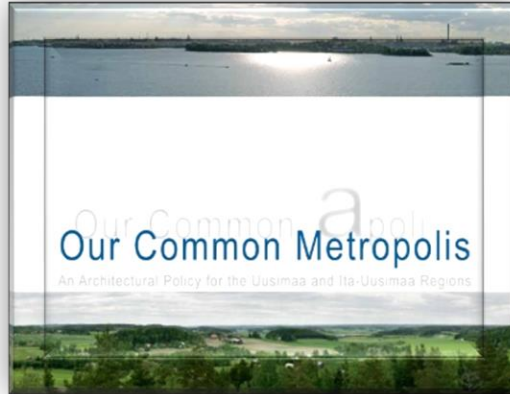
Todo o programa da política de arquitetura se orienta, temporalmente, para o futuro, considerando que as múltiplas ações visam alterar, ou melhorar, as condições do presente para promover um melhor resultado no futuro.

Estruturas invisíveis / natureza das relações humanas

Conforme exposto ao longo da análise, o caráter público da política finlandesa é o mais elevado de todas as políticas de arquitetura que estudamos.

O programa da política é totalmente assente no pressuposto da omnipresença do Estado e da existência de um Estado Social, forte e alargado.

Análise documental de uma política regional de arquitetura, o caso de: Our Common Metropolis: an architectural Policy for the Uusimaa and Itä Uusimaa Regions



Trata-se de uma política de âmbito regional. A Política de Arquitetura de âmbito regional (aqui em análise) foi publicada em 2009, pelos (Uusimaa Regional Environment Centre; Uusimaa Regional Council; Regional Council of Itä-Uusimaa). A região de Uusimaa / Itä Uusimaa situa-se no sul do país, junto ao mar Báltico, e corresponde à região onde se situa Helsínquia, cidade capital da região e do país. Tem uma população de cerca de 1.6 milhões de habitantes, o que representa cerca de 30% da população total do país. A região é composta por 26 municípios. Segundo o site oficial (Helsinki-Uusima Region, 2018), *trata-se de uma região de forte desenvolvimento e dinamismo de negócios, centro de conhecimento e inovação. Caracteriza-se ainda por se desenvolver como uma única área de integração, com forte identidade histórica e social.*



Figura 78 - Mapa da região de Ita-Uusimaa em relação com posição na geografia do país.

[Fonte: site oficial da Região www.uudenmaanliitto.fi]

O documento organiza-se em 6 pontos, abarcando 44 páginas, os quais abordam questões de princípio e de base de elaboração do documento, bem como objetivos propostos, ações a levar a cabo e, ainda, quais os intervenientes no processo de implementação.

A finalidade deste documento, conforme exposto nas suas páginas iniciais, é o de promover a criação de “boa arquitetura” e de ambientes sustentáveis e prósperos, cuidando do património construído e mantendo as boas condições do edificado existente.

É desejo dos responsáveis desta política que o documento venha a inspirar as cidades e municípios da região, no sentido de virem a criar os seus próprios objetivos de criação e desenvolvimento, que lhes permitam “cuidar dos seus ambientes construídos e da sua cultura do edificado”. (p.5)

Esclarecem ainda que esta política de arquitetura procura identificar quais os objetivos mais comumente aceites, com vista à melhoria da qualidade do ambiente e da sustentabilidade ecológica do ambiente construído, bem como procura melhorar as práticas da cultura de construção dos municípios e áreas da região de *Uusimaa*.

Entendem esta política de arquitetura como uma ferramenta regional, que permitirá lançar a discussão e cooperação intermunicipal, com vista a decidir sobre questões comuns. Neste sentido, o documento tem como desígnio ser apoio a práticas e diretrizes de planeamento, específicas a cada município, ajudando-os a obter aceitação política. (p.7)

Os atores intervenientes, no processo de elaboração e de implementação, são vários e encontram-se claramente identificados no documento. Trata-se de um trabalho coletivo do Conselho Regional de *Uusimaa* e *Itä-Uusimaa* e do Centro Ambiental da região de *Uusimaa*, aos quais se juntou um muito alargado conjunto de peritos (arquitetos, urbanistas oriundos de meios universitários, da prática independente, de agências municipais ou de outras instituições ligadas à prática e divulgação da arquitetura).

No capítulo “Where there’s a will, there’s a way» indicam e relacionam duas questões essenciais à implementação da Política (apresentando-as através de uma tabela de duas entradas):

“1) Quais os meios disponíveis para melhorar a qualidade do ambiente construído? e
2) Que atores poderão usar estes meios para melhorar a qualidade do ambiente construído?”

Em resposta a estas questões, é desenvolvido, com grande detalhe, o elenco de meios (como sejam: orientação do governo; elaboração de políticas; planeamento e concretização; gestão de conhecimentos; ação); correspondentes a cada ator identificado (E.U.; entidades estatais de âmbito nacional; entidades municipais; sector privado; outros).

Pelo rigor e qualidade de informação, dessa tabela, apresentamos aqui na íntegra a adaptação (em português).

A análise da tabela (Savisalo, Mäkinen, & Palaste-Eerola, 2009, p. 16) permite-nos verificar a extrema importância do carácter público desta política de arquitetura e, também, ou sobretudo, de todo o conceito de políticas de arquitetura na Finlândia.

O sector privado intervém apenas em 2 fases: uma primeira - aquando da elaboração de políticas - relativa à prática da atividade político-partidária relativa à elaboração de propostas e de iniciativas, e uma segunda, num segundo momento, já associada a fases de realização e de ação (questões ligadas a licenciamentos e métodos de construção, aquisição de terrenos, planos urbanos, inventariação de edificado e paisagem, financiamento e peritagem e aconselhamento, com base no conhecimento comum).

Verificamos igualmente o importante e alargado papel das estruturas municipais, em todas as fases, excetuando quando se trata de políticas de âmbito nacional. O seu papel é fundamental e central, nas fases de planeamento e realização (seja em questões de planeamento ou de construção), bem como nas questões de educação e investigação.

Estabelecida esta relação, o documento avança no detalhe de ações que são apresentadas como “our vision for Uusimaa”, sendo aqui identificadas ações concretas, relativas a diversos intervenientes – do planeador municipal ao projetista de edifícios, do político ao promotor, ao habitante ou às empresas.

Com esta estratégia de apresentação, é transmitida uma mensagem clara e objetiva, através de princípios orientadores, que tanto são apresentados de uma forma holística – “historical towns are places where one encounters the past, present and future.” (p. 20) – como, em seguida, são detalhados e, assim, é feita a demonstração do *modus operandi* necessário para atingir os resultados desejados.

Quadro 19 - Relação entre ações e responsáveis na Política de Arquitetura de Uusima.

Where there's a will, there's a way														
what are the available means for improving the quality of the built environment?		EU	Nível estatal					Nível municipal			setor privado		outros	
			Governo nacional	Ministérios	autoridades sectoriais	autoridades de comércio e indústria, de transportes e tribunais	associação finlandesa de autoridades locais e regionais	conselhos regionais	Federação de municípios e distritos	municípios	Promotores imobiliários	proprietários	habitantes	instituições de ensino
which actors can use these means to improve the quality of architecture and the built environment?														
atores centrais O														
participantes +														
orientação governamental	prescrição de leis e estatutos	+	O	+										
	aplicação de leis e estatutos	+	O	+	+	O	+	+	O					
	Política nacional de arquitetura, outros objetivos nacionais, Estratégias, considerações, instruções e investigações	+	O	+	+	+		+						
	tributação	+	O					+	O					
	guias ministeriais							+	+					
	programas de ambientes culturais													
	direção de planeamento e construção							+						
elaboração de políticas	Política regional de arquitetura, planos e programas regionais, políticas regionais, programas e resoluções		+					O						
	Política municipal de arquitetura, política de solo, programas de ambientes culturais, programas de espaços verdes							+	O					
	atividade político partidária	+						+	+		+		+	+
	propostas e iniciativas								+	+	O	O	O	+
planeamento e realização	Código de construção;									O				
	regulamentos relativos à construção							+	O					
	plano regulador local, regulamentos de orientação de localização e do edificado; rede de espaços verdes								O					
	plano pormenor local, implantação de edifícios,								O					
	regulamentos de orientação gerais e específicos,								O	O	O	+		
	orientação de implantação, volumetrias e construção de edifícios								+	O	O			
	administração de licenças de planeamento e licenças excepcionais, dimensionamento de edifícios,							+	O				+	+
	implantação na paisagem, não aprovação de licenças								O	+	O			
gestão do conhecimento	educação para o planeamento	+		+		+		+					O	+
	educação ambiental	+		+		+		+					O	+
	investigação básica, investigações de fundo	+	+	+	+	+		+	O	O			O	+
	inventários locais de edificado e da paisagem	O						+	+	O	+	O	+	
	monitorização das condições do ambiente construído	+	+	O		O		+	+	O				
ação	financiamento	O	O	+	+	+		+	+	+	O	+	+	
	experiência ao nível das bases / Conhecimento localizado							+	+	+		+	O	+
	interação e cooperação, comunicação	+	+	+	+	+		+	+	+	+	+	+	O

Fonte: elaboração própria segundo tabela constante da publicação *Our Common Metropolis: an architectural Policy fir the Uusima and Itä Uusima Regions* (Savisalo, Mäkinen & Palaste-Eerola, 2009,

Tal tipo de detalhe encontra-se, por exemplo, quando se identificam um conjunto de medidas a aplicar para que a ideia das “cidades históricas serem espaços de encontro do passado, presente e futuro”, referindo medidas como, reservar a área central como espaço pedonal ou clicável; manter e aumentar o parque habitacional existente e os equipamentos no centro; ter em conta a escala dos edifícios históricos do centro ao planear novos edifícios; alocar recursos suficientes para a manutenção do edificado e dos espaços públicos.

O carácter pragmático e proactivo deste capítulo é reforçado pela inclusão, relativa a cada grupo / tema / princípio orientador, de uma alínea de fim a que chamam “Toolkit”.

- Princípio - áreas residenciais satisfazem os sonhos de seus habitantes
- Exemplos - Mankkaa (Espoo), Landbo (Helsinki), Moisionpelto (Lohja), Hornhattula (Porvoo), Monsala (Askola), Peippola (Porvoo), Etelä-Kolsari, Kyrkvalla (Kirkkonummi)...
- Elementos característicos – “O tamanho dos edifícios é geralmente constante em toda a área ou quarteirão, mas o método de construção pode variar; Cada edifício tem seu próprio pátio privado. A estrutura da comunidade é do tipo disperso.”
- Objetivos – “A ecoeficiência deve ser melhorada; Os bairros residenciais devem ter um sentido de identidade e uma cultura local viva ”.
- Medidas – “Construir áreas de habitação de tipo urbano.; Fornecer aos moradores equipamentos comuns e tornar as equipamentos públicos abertas para uso em reuniões e para atividades de lazer.; Criar espaços verdes e percursos recreativos que uniformizem a área.”
- TOOLKIT – “Instruções de métodos de construção, regulamentos detalhados do plano local, cláusulas de compra de terrenos, concursos de arquitetura e arquitetura paisagística, apoio a construtores e pré-orientação pelas autoridades de controlo de edifícios, monitorização do cumprimento de licenciamentos, planos de meio ambiente, instalações comuns para habitantes...

O documento apresenta ainda um ponto dedicado ao “papel dos municípios”, considerando que estes se encontram numa posição chave para influenciar o desenvolvimento do meio ambiente, pelo facto de possuírem a perícia, conhecimento e vontades necessárias para melhorar as condições de vida dos seus habitantes. Expostas estas premissas, apresenta “em caixa”, um método para a criação de uma política de arquitetura municipal, passo a passo, afirmando de início “Uma boa

política municipal de arquitetura é fácil de ler e é amplamente lida”³⁴⁴. Pelo detalhe, e sistematização, apresentamos aqui, na sua totalidade, a metodologia proposta

Começar:

- Estabelecer um grupo de ação e um líder de projeto para delinear uma calendarização e um orçamento detalhados para a preparação da política de arquitetura.
- Informar os media locais sobre o início do processo.

Discussão / Debate:

- Dar a conhecer os propósitos e objetivos na base da criação da política através de , por exemplo, imprensa local e site do município.
- Consultar os habitantes do município, decisores políticos, funcionários públicos, empresas e organizações, para tomar conhecimento dos seus pontos de vista, relativos ao estado presente do ambiente construído, e os seus desejos para o desenvolvimento do mesmo. Isto poderá ser feito, por exemplo, através de reuniões públicas, ou inquéritos via postal ou via internet, seminários municipais, sistemas de informação geográfica, como a aplicação “pehmo-Gis”, passeios / visitas públicas nas áreas de interesse, etc.

Resumo

- Compilar as informações reunidas num resumo acessível que permita informar o leitor, os moradores e outras partes interessada, diferentes pontos de vista sobre o desenvolvimento dos ambientes construídos.
- Usar a informação para elaborar metas consensuais e procedimentos práticos para as alcançar.

Elaboração da Política

- Fazer aprovar formalmente a política de arquitetura, pelo Conselho Municipal.
- Vincular a política à restante estratégia de trabalho do município;
- Aprovar uma resolução relativa à aplicação dos objetivos da política, e aos passos concretos para a sua implementação;

Acordar sobre como os objetivos serão revistos, e como a sua concretização será monitorizada.

Notificação

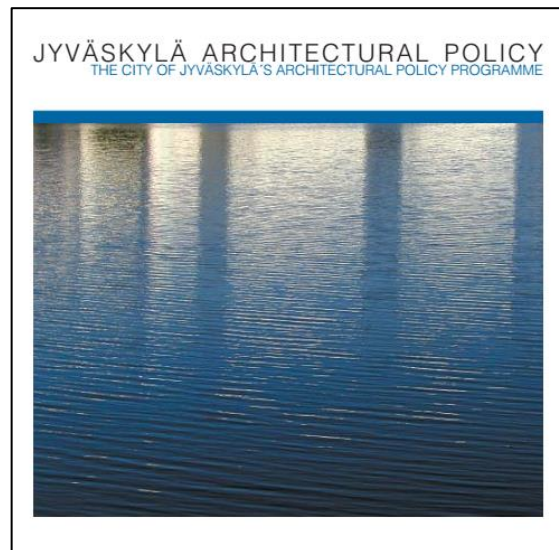
- Informar os moradores, proprietários e empresas, que operam no município, sobre as linhas de orientação definidas pela Política de Arquitetura.

No final do presente documento de política regional de arquitetura, é apresentada uma *check list*, na qual se refere que os objetivos da política de arquitetura só serão atingidos quando forem satisfeitas as expectativas e desejos dos moradores e dos

³⁴⁴ [no original: *A good municipal architectural policy is easy to read and is widely read*"]. (Savisalo, Mäkinen, & Palaste-Eerola, 2009, p. 33)

decisores políticos, como por exemplo (quando os moradores sentirem que a arquitetura é uma parte essencial da história, cultura e estilo de vida das regiões de Uusimaa e Ita Uusimaa; que a arquitetura, enquanto atividade profissional, afeta a vida cultural, artística e económica da área. Ou quando os decisores tenham em conta o carácter único da arquitetura, como atividade profissional, em todas as decisões políticas de relevo, e promovam a qualidade em arquitetura através de políticas exemplares relativas a obras públicas.)

***Análise documental de uma política local de arquitetura, o caso de: Jyväskylä
Architectural Policy – The City of Jyväskylä Architectural Policy Programme***



Trata-se de um documento de Política de Arquitetura de nível municipal, relativo à cidade de Jyväskylä, com cerca de 137.000 habitantes – sendo a sétima maior do país - situada na região chamada de Finlândia central, sendo dela a capital. Jyväskylä é caracterizada como um importante centro universitário, *University of Jyväskylä* e *JAMK University of Applied Sciences*, destacando-se, no campo das artes por ser de particular importância no percurso de Alvar Aalto, onde se localiza a Fundação com seu nome.

O documento de política de arquitetura da cidade foi publicado em 2002. Trata-se de um documento de 36 páginas, aprovado pelo Conselho Municipal a 17/06/2002.

O programa tem como ponto de partida uma nova estratégia urbana, assente na visão de uma cidade de inovação, onde se aliam forças num conceito urbano que ultrapassa as questões de necessidade e gestão de projetos individuais, ou de usos do solo. O destaque é dado à ideia de cidade da inovação.

Nos objetivos do programa, é indicada a intenção de criar os meios para elevar a qualidade do ambiente construído da cidade (seja no edificado, seja nos espaços públicos). Refere-se, ainda, a importante filiação deste programa à política nacional de arquitetura do Governo. São enfatizados objetivos locais, a atingir através de medidas concretas e de um sistema de monitorização da implementação do programa.

No restante documento, são apresentados, caso a caso, diferentes objetivos. A cada objetivo apresentado, faz-se corresponder um conjunto de medidas necessárias à sua implementação.

A saber: ensino de arquitetura; planeamento urbano e construção pública como exemplo de qualidade; critério *qualidade* [em arquitetura] presente na regulamentação; proteção do edificado; formas de cooperação entre arquitetura e arte; projetos de desenvolvimento em apoio à arquitetura; concursos de arquitetura; premiação em projetos de mérito.

Tomando o caso do objetivo *educação para a arquitetura*³⁴⁸, é especificado que uma oferta em educação para a arquitetura desde a infância ensina-nos a prestar atenção ao ambiente construído e a nos envolvermos em debates sobre o tema. Uma adequada educação para a arquitetura reduz a necessidade de controle ou de orientação na construção; cidadãos esclarecidos garantem que os seus espaços envolventes são harmoniosos e em consonância com o ambiente à semelhança das quintas do século XIX.³⁴⁹

Este documento, encontra-se atualmente em fase de revisão. Segundo Leena Rossi³⁵⁰ está prevista a sua publicação prevista para o final do ano de 2018.

A abordagem, deste novo documento, afasta-se da do primeiro – que se vocacionava sobretudo para as questões da disciplina da arquitetura, sendo agora a abordagem mais de carácter holístico.

³⁴⁸ Utilizamos aqui o termo *educação*, e não *ensino*, pela similitude deste tipo de programas com os de “educação ambiental”, já largamente difundidos na Europa e em Portugal, em particular.

³⁴⁹ Conforme documento municipal *Jyväskylä Architectural Policy - The city of Jyväskylä's Architectural Policy Programme* (Jyväskylä City Council, 2002, p. 16)

³⁵⁰ Leena Rossi, arquiteta, Presidente do Conselho da Fundação Alvar Aalto e chefe de Departamento de Planeamento do Município de Jyväskylä, entrevistada em Jyväskylä, em maio 2018.

Procura-se neste novo documento, estabelecer as bases de ações, que permitam um crescimento e desenvolvimento do município em diversas frentes, e concorram, em simultâneo, para um melhor ambiente de vida.

Questões ambientais, de sustentabilidade, e de gestão de redes de serviços urbanos, associam-se à arquitetura e ao espaço construído, que será aqui entendido como uma parte da equação e não como a sua totalidade.

O grau de independência da futura política de arquitetura de Jyväskylä, relativamente à Política Nacional de Arquitetura, é bastante elevado. Não é sentida necessidade de aguardar pela publicação da nova versão de Política Nacional (prevista para 2019) para ancorar o novo documento municipal.

Nesta lógica de autonomia local, foi mantido -ao longo dos 16 anos de vigência do programa inicial - um contacto nacional (com outros municípios, detentores de programas próprios de Política de Arquitetura) e internacional (através de participação no FEPA e em encontros relativos ao tema das PA). Ou seja, um programa de Política de Arquitetura é, aqui, entendido como um processo em curso, e fruto de um investimento do Município, o qual se deve manter ativo e atualizado.

Relativamente à receção pública destes documentos, refere Rossi: haverá duas perspetivas a ter em conta. Por um lado, a do público em geral, não especialista, e não conhecedor, de arquitetura, que, através das ações previstas no programa de 2002, passou a ter acesso a mais informação, e a maior conhecimento, sobre a disciplina, pela participação em discussões públicas de projetos municipais, para as quais o município contribui, a montante, investindo em ações de informação e em visitas guiadas a áreas de novos projetos; por outro lado, a do grupo formado por investidores e promotores que - sendo parte fundamental, na perspetiva do Município, pela potencialidade de investimento que representa - tem mostrado grande aceitação das ações apresentadas no programa de 2002.

Tal facto, é explicado, por entenderem que, havendo um programa e ações concretas, propostas pela entidade pública, tal representa uma efetiva vontade de investimento, dando garantias aos investidores de que, da parte do poder público, haverá estratégias com futuro que perspetivam uma segurança de retorno dos investimentos.

Em síntese, o processo de criação de uma política de arquitetura, na Finlândia, corresponde ao que se consegue compreender pela leitura sociocultural do país.

Trata-se do único país, no contexto do presente trabalho, que, após ter iniciado o processo de uma política nacional - segundo moldes já testados noutros casos, como

o da Holanda- vem desenvolver uma estratégia própria de democratização e descentralização, ao criar as bases para que políticas de arquitetura, de dimensão regional e local, venham a ser desenvolvidas.

Verificamos igualmente que estes processos, de menor âmbito geográfico, permitem criar modelos mais próximos do cidadão e das realidades específicas de cada área. Vemos igualmente que – a todos os níveis, nacional, regional e local – o processo é desenvolvido com base em estratégias de consensos.

2.3.4 Síntese final do caso finlandês

Neste ponto, procuramos colocar em evidência algumas características particulares ao presente estudo de caso, de forma a poder estabelecer uma análise comparativa entre os 3 países, no final do presente capítulo.

A Finlândia é, no contexto do presente trabalho, o país que mais recentemente teve a sua independência (após ter passado séculos sob o domínio sueco e, posteriormente, russo), situando-se no extremo norte da União Europeia.

Podemos eventualmente falar de um país periférico, em relação ao centro europeu (que neste trabalho se identifica, sobretudo, com o caso francês), de carácter nórdico, com elementos culturais caracteristicamente associados aos países de leste.

Estamos perante um caso europeu, cujas características se distanciam de outros países mais centrais, seja em termos geográficos, socioculturais ou políticos.

Verificamos ser fundamental ter presente que o país independente, como hoje o conhecemos, é resultado do seu percurso histórico, com particular ênfase no momento do seu processo de independência da Rússia, em 1917. Não só é um país extremamente recente, face à realidade mais comum na Europa, tendo esse caso autonomia se revestido de especificidades próprias, que vieram a ditar comportamentos futuros, e que nos podem explicar o porquê de opções políticas contemporâneas, em particular no campo das políticas de arquitetura, e da prática da profissão, ela mesma.

Como vimos anteriormente, o surgimento de uma identidade finlandesa – em resultado da criação do Estado da Finlândia, no sec. XIX - veio mostrar uma clara crença na cultura, como base fundacional de uma comunidade.

Essa convicção é demonstrada pelo facto da identidade nacional ser alicerçada em obras artísticas e intelectuais, com particular ênfase na obra épica *Kalevala*, que contém, em si mesma, as fundações de uma cultura popular, anterior à existência da nação, independente, de hoje.

A estrutura social e económica do país reflete um passado predominantemente rural, pouco industrializado (tendo esse processo sido iniciado tarde, em relação à média europeia). Também é de ressaltar a normalização de utilização de estratégias de consensos políticos (facto este que resulta da experiência traumática de uma guerra civil, no primeiro ano de independência do país).

Essa procura de consensos aproxima-se também de uma lógica política mais comumente existente nos países do norte da Europa.

Salienta-se ainda a presença de uma crença na força do trabalho individual e coletivo como motor de desenvolvimento, a par da convicção do potencial valor da formação dos cidadãos, pelo ensino.

O processo de criação de uma política de arquitetura, na Finlândia, corresponde ao modelo que se consegue depreender na leitura sociocultural do país.

Trata-se do único país, no contexto do presente trabalho, que, após ter iniciado o processo de uma política nacional – segundo moldes já testados, em casos como a Holanda - viria a desenvolver uma estratégia própria, de democratização e descentralização, ao criar as bases para que políticas de arquitetura, de dimensão regional e local, venham a ser desenvolvidas.

Aferimos, igualmente, que estes processos, de menor âmbito geográfico, permitiram criar modelos mais próximos do cidadão e das realidades específicas de cada área. Vimos igualmente que, a todos os níveis –nacional, regional e local – o processo é desenvolvido com base em estratégias de consensos.

Em consonância com as demais dimensões analisadas, verificámos que, no que diz respeito ao ambiente profissional e as práticas arquitetónicas do país, é mantida grande parte de uma tradição, do “conceito” finlandês iniciado por Aalto, na sua interpretação do movimento moderno pela via do *alargar de sensibilidades* [e] *reincorporando valores tradicionais da arquitetura*, conforme refere St Wilson citado por (Miller, 1984).

A forte presença de encomenda pública, através de concursos, cujos programas são, predominantemente, resposta a necessidade de mais espaços de cultura e educação, permitem a experimentação espacial por parte dos cidadãos e o controle de qualidade e, tanto ou mais importante, , para os quais a arquitetura contemporânea se vai tornando de forma progressiva mais acessível e bem vinda.

Não obstante os traços maioritariamente positivos deste ambiente disciplinar e profissional, o país, integrado na União Europeia, em conformidade com as regulamentações partilhadas e as lógicas de mercado globais, procura formas de

equilibrar o que, no âmbito da arquitetura, parece ser um desequilíbrio desfavorável à qualidade à sua prática.

2.4 Notas finais relativas à análise de três casos de estudo: países com política de arquitetura

Conforme pudemos verificar, ao longo deste segundo capítulo, vários são os pontos de encontro e desencontro entre estes 3 países aqui analisados em estudos de caso de políticas de arquitetura.

Quadro 20 - Síntese - comparativa de principais dados dos 3 países estudo de caso							
	População total	Superfície	Data de adesão à União Europeia	Arquitetos total	Arquitetos/1000hab	Prática no setor público	nº escolas de arquitetura
França	66 864 379 hab	632 800 km ²	1958	30 000	0,45	7%	22
Holanda	17 131 296 hab	41 542 km ²	1958	10 600	0,62	9%	7
Finlândia	5 508 214 hab	338 400 km ²	1995	3 600	0,65	35%	3

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e CAE, consultado em 2018.

Nestes 3 países europeus, encontramos diferentes regimes de organização política/governativa em sistemas democráticos.

O seu posicionamento geográfico, e dimensão, espelham igualmente diferenças notórias, sendo, neste contexto, França um país totalmente centro-europeu e a Finlândia representativa de um posicionamento periférico (que iremos de novo referir, no capítulo III a propósito de Portugal).

Fazendo ambos parte do grupo fundador da União Europeia, a Holanda e a França, apresentam, no entanto, duas formas distintas de organização e de política interna.

No caso de França, encontramos uma situação convencional de organização piramidal, fortemente centralizada e centralizadora, tendo nela o Estado um papel paternalista, ainda incarnado na figura do presidente da república.

No caso holandês, verificamos que muito embora o sistema político, potencialmente tradicional, seja o de uma monarquia constitucional parlamentar, e tendo o monarca um papel aglutinador, o Estado, nos nossos dias, afastou-se desse papel paternalista, orientando-se a forma política para uma orientação progressivamente liberal – e neste ponto podemos considerar que este processo de liberalização está igualmente em marcha nos outros países em estudo – mas cuja forma, e métodos, se aproximarão mais de lógicas culturais norte-europeias, como sejam as formas de procura de consensos e a existência de processos de trabalho interministerial.

Fruto dos diferentes contextos histórico-culturais, vemos que a relação do Estado e a da sociedade com a arquitetura, são também elas distintas nos 3 casos.

Na Holanda, verificamos existir uma cultura que impele à inovação, uma certa cultura de risco nas práticas da arquitetura – seja nos aspetos programáticos, seja nos aspetos formais. Não obstante ser este um lado da realidade, e que resultará de uma relação da disciplina, e dos seus membros, com um passado recente (sobretudo ligado ao modernismo no início do séc. XX), não se poderá assumir que, o facto de este país ser pioneiro num modelo de políticas de arquitetura, se faça corresponder a uma total aceitação da arquitetura contemporânea pelos seus habitantes.

Este aspeto é, talvez, o mais transversal aos diferentes estudos de caso.

Deparámo-nos neste estudo com o facto de diferentes modelos de sociedade, e de política, aos quais se faz corresponder diferentes modelos de Política de Arquitetura, terem em comum duas distintas perceções públicas da arquitetura.

Mesmo que com níveis diferentes, com uma maior aceitação da população da contemporaneidade na Holanda, ou na Finlândia, e uma menor em França, é comum que essa aceitação se verifique, sobretudo, no que diz respeito a arquiteturas públicas. Será eventualmente uma questão de escala, de não haver uma hipótese de intervenção direta nas opções e escolhas e, em face de um “produto acabado”, a aceitação se torne uma necessidade ou uma contingência.

É ainda transversalmente verificada uma grande diferença entre a apreciação do que será “boa arquitetura”, no meio disciplinar, em contraponto com o “público/ utilizador”, não especificamente formado.

Ou seja, permanece uma certa desconfiança sobre a arquitetura, ou o papel dos arquitetos na sociedade, sendo, neste aspeto concreto, visível uma diferença entre os 3 casos.

Enquanto que, em França, é muito presente essa desconfiança, ou a não consideração pela arquitetura, na Holanda será menos expressivo esse facto e na Finlândia essa situação é ainda menos presente.

Capítulo III

O caso português e dois casos não alinhados: uma síntese comparativa

Capítulo III – O caso português e dois casos *não alinhados*: uma síntese comparativa

No presente capítulo apresentamos o estudo de caso “âncora”, relativo ao caso português, seguido da análise de dois casos de países sem política de arquitetura publicada, países “nãõ alinhados”. Completamos, assim, a análise do conjunto dos 3+2 estudos de caso, sobre o que elaboramos, por fim uma perspectiva comparativa final. Essa análise comparativa final, assente no conhecimento adquirido, procura apontar direções para a estruturação da conclusão da presente tese, a qual procurará apontar uma possível resposta à questão permanente: *Será uma política de arquitetura fundamental para a existência de uma cultura de arquitetura?*

Para avançarmos com uma possível resposta, encaramos a situação portuguesa como passível de ser base de elaboração de uma proposta de ação, ou seja, tratar-se-á aqui de dar resposta a uma hipótese ativa, acreditando que o papel do investigador – em arquitetura - pode ser o de propor, através de um projeto (neste caso, não de edifício, mas de estratégia e de ação), sendo esse projeto de “ação para a arquitetura” elaborado de forma metodologicamente similar ao projeto de arquitetura de espaços edificados.

Para tal, avançamos, expondo aqui análises e reflexões, relativas aos países europeus que detêm uma política de arquitetura, mas também a casos de territórios que a não têm. A intenção é a de aferir, sinteticamente e de forma transversal, como é que, nessas duas situações distintas, a pergunta base desta investigação poderá ser respondida. Será, de facto, fundamental a existência de uma PA como garante da existência de uma cultura de arquitetura?

A procura de possíveis respostas a esta questão implica, desde logo, um enquadramento sobre o significado de cultura a que aqui nos referimos. Para tal definição, apoiamo-nos em estudos e reflexões, elaborados por diferentes autores que, sobre o tema, se têm debruçado.³⁵¹

³⁵¹ Apoiamo-nos em conceitos e abordagens do significado de Cultura como seja a perspectiva abordada por Yves Michaud, o qual apresenta uma “dupla entrada. Por um lado a cultura no seu sentido mais lato “incluir nessa abordagem todos os sistemas ou arranjos de valores e símbolos que medeiam o intercurso social. Entre nossos corpos e o mundo físico, entre os estímulos e nossas capacidades intelectuais para tratá-los, entre os afetos crus e nossos modos de elaborá-los em emoções e paixões, há sempre as mediações da cultura, que são tradições culturais, “Humanidades”, mitos, literatura, representações religiosas, formas artísticas, sistemas de crenças, modos de entretenimento, sistemas éticos, formas de design.” (Michaud, 2001, p. 9) por outro pelo seu lado institucional europeu, ao nos

Ao longo do capítulo II, as análises elaboradas sobre os estudos de caso tiveram, como elemento base, a análise do “objeto/ documento” política de arquitetura. No entanto, para o entendermos enquanto artefacto cultural, inserido numa realidade nacional específica, considerámos ser fundamental analisar a cultura nacional subjacente à criação desses documentos de política.

Falamos então de “Cultura” num sentido lato do termo, o que corresponde a incluir “nesta abordagem todos os sistemas ou arranjos de valores e símbolos que sirvam de mediações às interações sociais.” (Michaud, 2001, p. 9)

Ainda conforme Michaud, essas mediações existem entre *o nosso corpo e o mundo físico* ou *entre os estímulos e as nossas capacidades intelectuais a tratá-los*, ou seja, estas relações implicam sempre mediações da cultura, sejam estas assentes “[n]as tradições culturais, (...) formas artísticas, sistemas de crenças (...) sistemas de valores éticos ou formas de design.” (idem)

No entanto, para encontramos uma resposta à questão sempre presente, relativa à existência de uma cultura de arquitetura -como resultado, ou não, de um processo de política de arquitetura - temos de nos recentrar numa abordagem da Cultura enquanto significado no âmbito da Alta Cultura.

Num estudo, realizado por Kittler, Rygl, & Mackinnon (2011), relativo aos graus de complexidade existentes em mensagens publicitárias, no qual os autores se apoiam nas teorias de Edward T. Hall, é apresentada a situação de que, a grupos de pessoas pertencentes a “culturas de baixo contexto” ou culturas populares, corresponderia uma maior dificuldade de compreensão de mensagens complexas, do que aconteceria com grupos de “alta cultura” .

expor que a cultura não tinha sido abordada na fundação da comunidade europeia, sendo omissa no Tratado de Roma, e que apenas com o tratado de Maastricht em 1992, ela é referida como fundamental para a construção de uma comunidade europeia mais forte, "A Comunidade terá em conta os aspetos culturais da sua ação ao abrigo de outras disposições do presente Tratado, nomeadamente para respeitar e promover a diversidade das suas culturas". A cultura deve ser tomada em consideração em todos, através da educação e da ação comunitária, uma vez que contribui para a cidadania europeia, o desenvolvimento pessoal e humano, a coesão económica e social entre os Estados-Membros e a criação de emprego na Europa. Europa, a eliminação da exclusão, o enriquecimento da qualidade de vida na Europa, etc. (idem, p.234)

Apoiamo-nos igualmente, em perspetivas estruturadas sobre a arquitetura contemporânea, como a apresentada por Roemer van Toorn, situando a arquitetura no contexto de uma era de “commodification”, considerando que qualquer lugar comum tem em si uma carga ideológica e cultural. A arquitetura também faz, quase inevitavelmente, parte das ideologias dominantes. Os arquitetos constroem essas ideologias. (Toorn, 1993, p. 1)

Se transferirmos esta noção para o contexto da receção da arquitetura pelos cidadãos, poderemos inferir que, na apreciação da arquitetura (enquanto disciplina complexa), mais facilmente será possível uma leitura e compreensão do objeto ou espaço arquitetónico “por um grupo de “alta cultura” do que por um grupo de “baixa cultura””, conforme nos refere Peter W. Cardon (2008).



Figura 80 - Visita de presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Torres Vedras à Casa da Música no Porto

[fotografia de Cristina Castelo Branco, 2006]

Um outro estudo, igualmente baseado nas teorias de Hall, apresenta uma proposta de bipolarização relativa às preferências de tipos de mensagens explícitas ou implícitas, por diferentes grupos de cultura, fazendo corresponder a preferência por mensagens explícitas a grupos de “culturas de baixo contexto e a por “implícitas a “culturas de alto contexto”.

O que nos importa, daqui retirar, é o facto de existir, em cada sociedade, diferentes grupos aos quais corresponderão diferentes formas de apreender e receber a arquitetura e que, de uma forma “clássica”, estes grupos tendem a organizar-se em dois polos: associados a uma cultura popular ,por um lado, e a uma cultura erudita, por outro.

No entanto, temos presente que, neste início de século XXI uma bipolarização cultural tenderá a dar lugar a uma multipolarização, por via dos efeitos de uma mundialização que tende a uma emergência de um mundo multipolar e transcultural, que se começou a desenhar na transição da década de 1980 para a década de 1990, tal como exposto por Edgar Morin (2011, pp:79,80) “A era planetária constituiu e desenvolveu uma realidade transcultural que associa as diferentes culturas numa cultura mundial à vez, uma e diversa.”

Ou seja, o background cultural de uma pessoa, ou grupo, influenciará a forma como irá compreender ou apreciar sistemas ou mensagens complexas, neste caso, um espaço arquitetónico.

Diz-nos Kenneth Frampton (2010, p. 959) que: “Uma relação conflituosa entre arquiteto e cliente tende a instalar-se, assente em distintas perceções do objeto arquitetónico, do seu processo de criação, do papel do arquiteto. Esta situação, terá dado origem a distintos posicionamentos, ambos assentes numa “trahison des clerics” na qual os arquitetos exacerbam a sua marginalidade, apoiando-se num quixotismo intelectual completamente afastado de qualquer tipo de prática responsável.”

Refere ainda Frampton que desta situação resultam duas estratégias críticas, uma relativa à “necessidade manifesta do arquiteto manter o seu controlo sobre a arte de construir como disciplina espacial e tectónica” e uma segunda estratégia correspondente à pressão igualmente urgente de educar e sensibilizar a potencial clientela, pois, como é óbvio da natureza “espetacular” do capitalismo recente, pouco significado cultural pode ser atingido no futuro sem assegurar a presença de um cliente esclarecido”.(idem)

A receção da arquitetura pelos indivíduos, pela sociedade, dependerá, sim, da sua cultura, de cada grupo (segundo divisões geográficas, como as aplicadas nos estudos de caso país a país) mas também da bagagem cultural de cada subgrupo.

Não será, necessariamente, uma correspondência a um subgrupo ao qual se associa uma noção de alta-cultura nas artes, ou a um estrato socioeconómico mais elevado de uma sociedade.

Estes códigos complexificaram-se, ao longo do século XX, dando origem a outros subgrupos ou reorganizações dos mesmos.

Clarificando, se um dado subgrupo, ao qual se atribui características de alta-cultura, quando se fala de arte – belas artes, música, literatura – terá maior facilidade de compreensão ou apetência por obras (destas artes) pertencentes ao que se denomina alta cultura, isto não implicará que a esse subgrupo corresponda também uma apetência ou compreensão por uma arquitetura contemporânea.

A arquitetura contemporânea, a sua receção, aceitação, será talvez atribuída a um sub-subgrupo.

Nas análises, que temos vindo a desenvolver, temos tido presente, por um lado, uma diferenciação de grupos culturais relativamente a grupos clássicos de cultura popular e de erudita, mas também, por outro, de grupos culturais que inicialmente se ancoram em áreas geográficas específicas, e cujas culturas a elas são relativas, mas que crescentemente se aproximam de uma “mestiçagem cultural” tal como nos expõe Edgar Morin (2011, p. 79), relativamente às contaminações que a mundialização foi introduzindo ao longo dos séculos e que, nas palavras do autor, resulta no facto de que “não há cultura “pura” que se tenha mantido na sua integridade inicial; pois mantendo os seus fundamentos identitários (língua e costumes), as culturas tradicionais assimilaram múltiplos contributos exteriores”.

Não aprofundando a questão de o “problema” poder ser do emissor ou do recetor³⁵⁸, partiremos aqui do facto de haver uma dificuldade de comunicação entre o meio disciplinar / emissor e o da sociedade/recetora da arquitetura.

Tendo estes elementos como base, verifica-se recorrentemente que a arquitetura terá uma melhor receção no meio, ou nos indivíduos, que de alguma forma tiveram uma formação orientada para a sua receção. Não necessariamente uma educação, do ponto de vista formal, mas sobretudo uma formação com base na experimentação, não necessariamente de arquitetura contemporânea, mas de Arquitetura “tout-court”, capaz de fornecer as bases de um raciocínio descodificador de formas e espaços.

Acabará por haver uma relação entre esta capacidade de descodificação e o que se define por subgrupo de alta-cultura, pois, de facto, o contacto com a arquitetura poderá ser potenciado pela facilidade em viajar e pela vontade de experienciar o diferente.

³⁵⁸ Problema aliás, que poderá vir a ser alvo de futura investigação.

E estes atributos serão potencialmente mais presentes em grupos onde já encontramos o mesmo gosto pela aprendizagem e descoberta de outras áreas e formas de arte.

Em síntese, no contexto do presente trabalho, ao procurarmos traçar um perfil relativo às culturas de arquitetura, presentes em cada país, e relacionando-as com a existência ou ausência de políticas de arquitetura, tivemos sempre presente que a expressão da existência (ou ausência) dessa cultura de arquitetura será relacionada com um ou outro grupo – subgrupos de alta cultura ou de cultura popular - ou com ambos – subgrupo de “cultura híbrida”, ou, ainda, segundo alguns autores, como Kevin Dettmar, com uma lógica de “*we’er all in*”.

Temos, portanto, definida uma chave de leitura, das culturas de arquitetura, que se refere ao “contexto cultural próprio do cidadão ou dos grupos de cidadãos” nas áreas geográficas a que a arquitetura se refere.

Outra chave de leitura, que importa definir, é a relativa ao conceito de “boa arquitetura”.

Assumimos que a definição do que é “boa arquitetura” ou “arquitetura de qualidade”, é, em si mesma passível de uma investigação própria.

Não existindo uma resposta, ou verdade, única a esta questão fundamental, recorreremos a vários autores de forma a explicar qual o conceito aplicado na presente tese, e de que forma ele nos permitirá ainda avançar nas nossas reflexões finais.

A necessidade de estabelecer critérios de qualidade é fundamental para se trabalhar com arquitetura, afirma-se no editorial de um número da revista OASE (van Gerrewey, Teerds, & Patteeuw, *What is Good Architecture?*, 2013), totalmente dedicado ao tema *O que é Boa Arquitetura?*

Muitos contributos são aí dados para a construção de uma possível definição do que é “boa arquitetura”, não sendo possível fixar apenas uma definição absoluta e universal.

Partindo da noção de que um progressivo aumento de *pluralismo nas opiniões, provocando que a natureza relativa aos pontos de vista tenha aumentado*, e da dificuldade de se procurar ter um critério único para a qualidade em arquitetura, temos ainda o perigo inerente a uma perspetiva única.

Referem ainda Van Gerrewey, Teerds e Patteeuw que o “excesso de consciência da relatividade das perspectivas, e de sua pluralidade estonteante, parece tornar impossível estabelecer um ponto de vista absoluto sobre a arquitetura. O resultado é que, após os últimos grandes modelos de avaliação da arquitetura (modernismo e pós-modernismo) o discurso ou decai em perversões de perspectivas existentes (supermoderníssimo, retro modernismo, altermodernismo) é reduzido ao silêncio por construtos tautológicos (globalização como justificativa espacial) do relativismo total; ou é substituído por ideais quase-científicos que tentam definir qualidade não em palavras, mas em números (sustentabilidade, arquitetura de computadores e análises de custo-benefício)”.(idem)

No entanto, apesar da dificuldade constatada, através de diferentes trabalhos de investigação em arquitetura, podemos esboçar uma possível definição, que para este trabalho entendemos ser a mais pertinente.

Apesar da impossibilidade de se especificar um valor absoluto, de “definir a boa arquitetura em termos da sua identidade”, será possível, conforme nos refere Vittorio Aureli (2013), “descrever uma boa em arquitetura em termos de a fazer”.

Especificando este seu posicionamento indica que, na sua opinião, “a arquitetura é boa quando se manifesta fazendo espaço, abrindo espaço para outra coisa.

Ou seja, quando funciona mais em plano de fundo do que como primeiro plano. Nesse sentido, a boa arquitetura tem que ser modesta e, no entanto, inevitavelmente poderosa.” (idem)

Neste perfil que procuramos aqui gizarmos desde já uma tripla entrada do que podemos ter como boa arquitetura, no contexto do presente trabalho:

- Sendo impossível ter uma definição única, é possível descrevê-la *em termos de a fazer*
- A boa arquitetura existe quando *se manifesta fazendo espaço, abrindo espaço para outra coisa*
- Deverá *ser modesta, mas, simultaneamente poderosa*

O carácter único da boa arquitetura, é uma outra forma de se identificar a “boa arquitetura”. Esta ideia é nos apresentada como uma hipótese, considerando-se que a é única, não por ser rara, mas pela capacidade de tornar especial um dado espaço. Nas palavras de Van Gerrewey (2013), este conceito é desenvolvido no sentido de uma possível definição passa pelo facto de a boa arquitetura ter a capacidade de “poder criar uma possibilidade que não existia antes.”

Boa arquitetura será também uma questão de *profundidade*, de capacidade de apelar às “questões fundamentais da condição humana”. Este posicionamento, proposto por Andrew Leach (2013), aponta uma outra via para identificar o que é “boa arquitetura”, ancorada numa perspetiva disciplinar. Desenvolvendo o raciocínio, de que esta qualidade identificará uma arquitetura que é capaz de fazer evoluir a disciplina, em que a “qualidade “é um “valor da arquitetura – distinto da construção”, vem relaciona-la com o “onde a arquitetura esteve e para onde essa nova proposta a leva”.

Uma outra perspetiva que consideramos particularmente pertinente para o presente estudo, é a proposta por Bob van Reeth (2013), pois remete para uma partilha de responsabilidade no início do processo, ao afirmar que “A arquitetura depende da ocasião e que a qualidade de um projeto começa com a qualidade do cliente uma vez que é este que orienta a encomenda, não substituindo o arquiteto mas acrescentando a sua própria cultura e ideias à encomenda (...)”

Por último, referimo-nos à perspetiva de Bart Verschaffel (2013) de que “boa arquitetura” é a que é capaz de dar respostas e significados, não sendo “rara”, mas antes uma arquitetura que faz o que lhe compete fazer”.

Nas palavras de Verschaffel, a “arquitetura é “boa” quando, “cada edifício à sua maneira, faz o que tem de fazer: cria e permite criar significados, na sua ocupação.”

Em síntese, entendemos que no estudo das políticas de arquitetura e dos contextos culturais de cada estudo de caso, as noções de “boa arquitetura” a que nos referimos se situarão dentro de uma constelação constituída pelos seguintes pontos:

- Sendo impossível ter uma definição única, é possível descrevê-la *em termos de a fazer*;
- A boa arquitetura existe quando *se manifesta fazendo espaço, abrindo espaço para outra coisa*;
- Deverá *ser modesta, mas, simultaneamente poderosa*;

- Deverá ser *única* e permitir criar *uma possibilidade que não existia antes*.
- É uma arquitetura capaz de fazer evoluir a *disciplina*, sendo que a “qualidade” é um *valor da arquitetura – distinto da construção*
- Uma arquitetura que inicia na contingência da existência da *qualidade do cliente* uma vez que é este que *orienta a encomenda, não substituindo o arquiteto, mas acrescentando a sua própria cultura e ideias à encomenda;*

E, por último,

- *Quando cada edifício, à sua maneira, faz o que tem de fazer: criando e permitindo criar significados, na sua ocupação.*

Considerando estas premissas, o presente capítulo irá desenvolver três pontos correspondentes a: análise de dois estudos de caso de países sem políticas de arquitetura; estudos de caso do país âncora do nosso trabalho, o caso português e, por último, um ponto relativo a uma análise comparativa dos diferentes estudos de caso analisados.

3.1 – O caso Português



Figura 81 - Vista interior do edifício do Complexo Pedagógico, Científico e Tecnológico da Universidade de Aveiro, Vítor Figueiredo 1996, Aveiro

Fotografia de Cristina Costela Dias, 2017

O presente ponto apresenta uma análise do caso português, no contexto das políticas de arquitetura existentes na Europa.

A análise estrutura-se, metodologicamente, de forma semelhante à dos três estudos de caso apresentados no Capítulo II.

Importa referir, no entanto - para melhor compreensão da leitura do presente estudo de caso - que introduzimos alguma liberdade, e extensão, na análise deste caso específico, considerando que Portugal é, neste trabalho, o país âncora da investigação sobre o qual recairá uma reflexão crítica, propositiva, na conclusão da presente tese.

Nesse sentido, seguiremos a seguinte estrutura de análise do caso português:

1. Enquadramento geral;
2. Análise sociocultural, estrutura política, Estado e organização territorial;
3. Análise documental da política de arquitetura e de outros documentos relevantes³⁶⁷.

Tal como nos demais estudos de caso analisados no Capítulo II – França, Holanda e Finlândia – utilizámos aqui uma metodologia adaptada da proposta originalmente apresentada por Othengraffen -*Uncovering the Unconscious Dimensions of Planning – Using Culture as a Tool to Analyse Spatial Planning Practices*. (Othengrafen, 2012) - conforme explanado anteriormente.³⁶⁸

População	10 300 300 hab.
Número de arquitetos	23 000 arqs.
Arquitetos por 1000 habitantes	2,23
% de arquitetos homens	54%
% de arquitetos mulheres	46%
Número de arquitetos com menos de 40 anos	46%

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e CAE, consultados em 2018.

“(…) O Portugal que eu conheço e descrevo é apenas o Portugal que eu julgo, se calhar, conhecer (pouco) e descrever (mal). (...) Que tens tu de tão especial, que os outros países não têm? (...) As pessoas acham que és conservador, que és contra a mudança. Mas não é isso. És vaidoso e preguiçoso porque achas que não precisas de

³⁶⁷ Como é o caso do Plano de Ação da PNAP2020 (documento interno da Ordem dos Arquitetos, a cujo conteúdo tivemos permissão de aceder) (Ordem dos Arquitetos, 2016).

³⁶⁸ Conforme expusemos no início do Capítulo II, Othengrafen utiliza a cultura no seu sentido antropológico, como ferramenta de análise de rotinas e perceções que determinam processos de planeamento em diferentes países e contextos. Através da sua metodologia, procura explicações para os motivos que estão na origem de diferentes práticas de planeamento, bem como diferentes formas de aceitação dos planos por parte dos cidadãos. Para tal, leva a cabo uma abordagem fenomenológica fazendo recurso a uma metodologia de base etnográfica. A utilização de um quadro interpretativo constitui-se como parte de uma abordagem etic [através de uma análise abrangente, permite o desenvolvimento de conceitos transculturais] nos estudos fenomenológicos, possibilitando esboçar um perfil teórico e geral para a identificação e análise dos valores subjacentes, "rotinas subconscientes". Nesta lógica, o quadro interativo fornece um primeiro esboço das influências culturais presentes na elaboração de Políticas de Arquitetura, baseadas na classificação de diferentes dimensões e potenciais especificações derivadas de abordagens teóricas.

grandes esforços ou mudanças: sabes que continuas encantador.” (Esteves Cardoso, 2011)

Assumindo uma visão próxima da de Miguel Esteves Cardoso, tal como a apresentada no excerto da crónica, a nossa análise, segundo uma abordagem *etic*, terá o ponto de vista do investigador presente na análise; o próprio país visto à distância, no nosso caso.

A diferença de Portugal em relação aos outros países, essas características que fazem a sua singularidade, o seu carácter vaidoso, desleixado, preguiçoso, encantador, será o pano de fundo da nossa análise à luz do intuito de tecer um quadro contextual, relativo ao objetivo maior de analisar as políticas de arquitetura em diferentes países da Europa (e, tanto ou mais, as culturas que lhes são subjacentes).

Tal como nos estudos de caso, anteriormente apresentados, haverá necessidade de enquadrar a análise sectorial/disciplinar com dados gerais de contextualização política, económica, social, histórica e cultural.

Se uma parte expressiva do presente trabalho implica um situar no presente, esse desde o início da investigação (2012) até à atualidade (2018), sofreu já múltiplas alterações. A importância de aqui o referirmos, corresponde ao facto de estas alterações de contexto, num mesmo país, serem em si mesmas uma expressão característica do mesmo, no caso, Portugal.

À luz do que anteriormente apresentámos, relativamente aos três países estudo de caso, podemos desde já verificar que, às estruturas organizativas do Estado e às da sociedade, corresponderão diferentes níveis de conservadorismo. Referimo-nos aqui a este conceito expresso do John T Jost (2003), considerando que “ênfatisa a resistência à mudança”.

Em sistemas democráticos, a mutação é *natural* e ritmada (como é o caso em todos os países analisados) pelo menos quando tal mudança corresponde a diferentes ciclos governativos, resultantes de eleições – legislativas, presidenciais ou, numa menor escala, locais.

Independentemente dos ciclos eleitorais e de governação, ou, pelo menos, não diretamente a eles associado, assiste-se a um quase contínuo renovar e redefinir de estratégias que geram alterações nas estruturas existentes e nos meios humanos afetos.

Estas mutações, mudanças, recomeços, paragens, foram, inclusivamente, tema de uma outra crónica de Miguel Esteves Cardoso³⁷², que nos diz: “Em Portugal tudo se resume a começos e encerramentos. Arranca-se com qualquer coisa, de qualquer maneira, com todo o aparato. À mínima comichão aparece uma “iniciativa” que depois não tem prosseguimento ou perseverança e cai no esquecimento. Nem damos pela morte.” (Esteves Cardoso, 2015, p. 11)

Neste movimento de crises cíclicas, e desde a revolução de 1974, o país já atravessou 5 momentos de crise económica. Conforme Metelo: “Todas elas com as suas características próprias, todas elas resultando de causas e decisões internas, mas operando num enquadramento económico cada vez mais aberto, ou seja, mais exposto às grandes variações da conjuntura económica europeia e internacional.” (Peres Metelo, 2010)

Também o enquadramento legislativo, da arquitetura e da atividade profissional dos arquitetos, tem vindo a sofrer múltiplas alterações ao longo das décadas.

Considerando particularmente pertinente para o nosso estudo o período temporal iniciado no momento de mudança de regime político, dos anos 1970, estabelecemos um quadro cronológico dos principais momentos legislativos que enquadram a atividade, o qual aqui apresentamos, e que servirá de referência para posteriores menções ao longo do texto.

³⁷² Que entendemos aqui citar pela sua capacidade de leitura crítica, por vezes sarcástica, do país e da sociedade portuguesa, desde os anos 1980, tendo sido capaz de construir uma narrativa coerente que traça uma historiografia alternativa do Portugal na transição de milénio.

Quadro 22- Principais momentos relativos ao enquadramento legislativo da prática profissional da arquitetura em Portugal

Ano	Diploma	
1973	Decreto lei 73/73, de 28 de fevereiro	Introduz as primeiras regras de “qualificação oficial a exigir aos técnicos responsáveis pelos projetos de obras”
1985	Diretiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985 (comumente denominada <i>Diretiva arquitetos</i>)	Relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos do domínio da arquitetura, incluindo medidas destinadas a facilitar o exercício efetivo do direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços
2003	Resolução n.º 52/2003, de 22 de maio	Assembleia da República (sob petição popular) recomenda ao Governo atenção relativa ao conteúdo da Diretiva n.º 85/334/CEE, respeitante à qualificação da arquitetura enquanto profissão regulamentada
2005	Diretiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro	Relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais
2009	Entrada em vigor da Lei 9/2009, de 4 de março	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de Setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais
2009	Lei 31/2009, de 3 de julho	Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, designadamente de arquitetura, bem como pela fiscalização e direção de

		obra, e revoga o decreto lei 73/73; início de período transitório de 5 anos
2015	Lei n.º 40/2015, de 1 de junho	Procede à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. Final do período transitório, prorrogação por mais 3 anos
2017	Projeto de Lei 495/XIII, 2017	Proposta do grupo parlamentar do PSD
	Projeto de Lei n.º 577/XIII/2. ^a	Proposta do grupo parlamentar do PAN
2018	Lei n.º 25/2018, de 14 de junho	Procede à segunda alteração da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização e direção de obra, que não estejam sujeitos a legislação especial, os deveres que lhes são aplicáveis, e à primeira alteração da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção

Fonte: elaboração própria.

Da leitura do Quadro 25 (“Principais momentos relativos ao enquadramento legislativo da prática profissional da arquitetura em Portugal”) verifica-se que a situação do enquadramento (desde os anos 1970), atravessou diferentes momentos, tendo sido marcada, inicialmente, pela publicação do Decreto lei 73/73, o qual veio alargar para um grande número de profissionais a possibilidade legal de elaborar projetos de arquitetura, ou seja, não sendo, a partir daí, o projeto de arquitetura um ato próprio e exclusivo do grupo profissional dos arquitetos.

Esse decreto lei enquadra-se num momento de particulares contornos sociais e políticos do país, que o vieram justificar (e que mais adiante abordaremos).

No entanto, ultrapassadas as condições no qual foi elaborado (escassez de arquitetos face à carência de habitação provocada, inicialmente pelo movimento migratório do campo para a cidade, ao longo dos anos 196 e agravada mais tarde pelo aumento populacional, resultado do regresso de milhares de pessoas provenientes das ex-colónias), o decreto manteve-se inalterado, mesmo após a diretiva europeia de 1985, a qual veio propor um enquadramento, e um reconhecimento, de interesse público da profissão e dos seus atos próprios.

Apenas passados quase vinte anos, em 2003, e por pressão de uma iniciativa de participação pública dos cidadãos, recomendou, a Assembleia da República, ao Governo, que fosse prestada atenção à necessidade de transposição da diretiva europeia de 1985.

Verifica-se que, mesmo tendo já decorrido mais de uma década, desde a publicação da Diretiva, o Governo apenas atentou nas recomendações da mesma após pressão pública cidadã, e que, mesmo nessas circunstâncias, tiveram de decorrer ainda mais 6 anos, e a publicação de mais uma Diretiva europeia (Diretiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento dos profissionais), até que, finalmente, em 2009, 36 anos após o decreto lei 73/73, entrando assim em vigor a Lei 9/2009, de 4 de março, e a Lei 31/2009, de 3 de julho, reconhecendo a exclusividade dos atos próprios de arquitetura aos arquitetos.

Tendo havido a intenção de se permitir uma transição, de médio prazo, para a requalificação dos demais profissionais que até então tinham direito a exercer esses atos, foi estabelecido um período transitório de 5 anos.

Após o término desse período, e já no ano de 2015, é realizada uma primeira alteração à Lei de 2009, sendo o período transitório prorrogado por mais 3 anos (ou seja, o período que seria terminado no ano de 2018, sendo que, a partir dessa data, apenas os profissionais com formação que cumprisse o estabelecido na lei – curso de arquitetura – poderiam continuar a exercer os atos próprios de arquitetura).

Terminaria esse novo prazo transitório, no ano de 2018. No entanto, por iniciativa de dois grupos parlamentares, (PSD e PAN), são levadas novas propostas à Assembleia da República, no sentido de se manter a inclusão de não arquitetos no grupo dos profissionais qualificados para elaboração de projetos de arquitetura.

Com diferentes enquadramentos, e justificativos mais ou menos legalistas³⁷⁵, as propostas promovem a inclusão de engenheiros e agentes técnicos como profissionais aptos a realizar projetos de arquitetura.

O documento final – cujo texto resulta da fusão das duas propostas, oriundas das iniciativas parlamentares do PAN e PSD³⁷⁶ - debatido na Assembleia da República, foi aprovado na votação final global, em junho de 2018.

No entanto, esse decreto da Assembleia da República veio a ser vetado pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, com base no entendimento de que a lei deturparia o "largo consenso", criado pela lei de 2009 [Lei 9/2009, de 4 de março], a qual admitia um período de transição de cinco anos para que os demais técnicos, não arquitetos, assinassem projetos, o que tornaria o "*regime transitório*", em definitivo, "*sem que se conheça facto novo que o justifique*".

Sendo de novo levada à Assembleia, foi finalmente aprovada a Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, não sendo, desde então, exclusivo dos arquitetos o exercício de atos próprios de arquitetura.

Em síntese, ao longo de 45 anos, temos um percurso de enquadramento da prática da arquitetura, iniciado com uma abertura do exercício da profissão a não arquitetos, sendo, lentamente, e com "incentivo" europeu, a situação alterada e, então, reconhecida a necessidade de garantir o exercício da profissão por quem tem a formação específica para o fazer, assistindo-se, por final, a um novo retrocesso desse enquadramento, regressando-se à situação prévia (mesmo que contendo alguma alterações) em que a prática pro)fissional da arquitetura não é exclusiva dos arquitetos.

Distintamente do verificado no momento inicial, em 1973, não existia agora qualquer motivo razoável que legitimasse tal decisão. Se, em 1973, a escassez do número de

³⁷⁵ Na exposição de motivos, o grupo Parlamentar do PSD indicava o que consideravam ser um ato discriminatório na não inclusão de um grupo de formados em engenharia que teria a sua formação anteriormente reconhecida para atos de arquitetura, solicitando assim "*«clarificação urgente, mediante ato de vontade parlamentar, legitimada democraticamente, com o reconhecimento expreso dos direitos adquiridos dos engenheiros civis com títulos de formação obtidos em Portugal, nas condições previstas no n.º 49.º da Diretiva 2005/36/CE, tal como transposta pela Lei n.º 9/2009, de 4 de Março»;* a questão dos direitos adquiridos de alguns engenheiros foi igualmente o motivo para a iniciativa do grupo parlamentar PAN. Refira-se ainda que, apesar de iniciativa de dois grupos parlamentares, veio a contar com votos favoráveis de inúmeros deputados de vários grupos.

³⁷⁶ Votação na Reunião Plenária n.º 61, Texto Final apresentado pela Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas relativo aos Projetos de Lei n.ºs 495/XIII/2.^a (PSD), 576/XIII/2.^a (PAN) e 577/XIII/2.^a (PAN).

Extraído de

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=41246>

arquitetos criava uma necessidade concreta de recurso a outros profissionais, em 2018, a situação seria inversa, com um “excedente”, no que se refere ao número de arquitetos.

3.1.1 Análise sociocultural

Realizamos, neste ponto, uma breve caracterização do país, nas suas dimensões socioculturais, políticas, de organização territorial e estrutura do Estado. Para tal, recorreremos a fontes de dados oficiais (estatísticos e descritivos), bem como a textos de autores que, sobre o país, têm refletido de forma crítica. Pretende-se tornar possível uma leitura comparativa, cruzada com a dos outros países estudados, o que nos permitirá uma análise crítica global e comparada do conjunto dos estudos de caso.

Diz-nos Eduardo Lourenço (2015, p. 13) que: “Portugal nunca sofreu metamorfose comparável à dos últimos vinte anos. Não foi apenas uma mudança exterior, uma dilatação comparável à do tempo em que se tornou o país das Descobertas, mas uma alteração ontológica, se isto se aplica a um povo. Estamos tão dentro dela que a não podemos pensar. Que mais não fosse, caracteriza-a o facto de tal metamorfose não ser obra sua, como o foi noutras épocas. “

Com a consciência da dificuldade de “pensar Portugal” num momento de metamorfose, por nele nos situarmos, avançamos numa reflexão sobre factos internos e externos que poderão tornar possível um breve retrato do país. Inicialmente, com uma perspetiva da geografia física, vemos, com Orlando Ribeiro, que o enquadramento seria num espaço geográfico dicotómico, um “Portugal tradicional marcado numa oposição norte / sul associada a razões geográficas e históricas”, hoje, como nos expõe Ferrão (1999), Portugal situar-se-á numa encruzilhada de várias oposições: um Portugal tradicional norte/sul, um Portugal moderno após os anos 1960, litoral/interior e, numa visão mais recente, um Portugal marcado por uma oposição entre espaço geográfico e espaço topológico.

Estas diferentes, oposições coexistentes no país, sendo “vistas à luz de tendências dominantes de inserção geoeconómica internacional de Portugal”, refletirão um evoluir “de três tensões principais: autocentramento vs. abertura ao exterior, atlanticidade vs. continentalidade e, finalmente, lógicas de proximidade vs. lógicas de inserção em redes globais. Nesta leitura, diz ainda o autor, será possível rever na

história do país nos últimos 100 anos um fenómeno de alternância entre períodos de abertura atlântica, de autocentramento e de abertura continental de proximidade”. (Ferrão, 1999)

A contextualização geográfica que aqui realizamos, seguindo uma estrutura de análises, elaborada por João Ferrão (idem), orienta-nos para uma forma de olhar o país segundo diferentes perspetivas.

Na sua localização geográfica (física), temos um país europeu, na sua “fachada marítima” em “posição periférica face ao conjunto do espaço Europeu”. (Ferrão, 2010, p.101)

A “circunstância” localização geográfica indica-nos que é incontornável considerar o território (português) condicionado pela sua localização e características físicas. Chamando-nos o autor a atenção para o facto de esse condicionalismo ser dinâmico, de variar ao longo do tempo, sendo inquestionável a localização geográfica em absoluto, temos que, uma leitura da arquitetura nacional, passará, necessariamente, pelos efeitos que esse território tem sobre a sua construção, a sua prática.

Se considerarmos a arquitetura – disciplina e prática de uma profissão – dependente de uma permanência física, mas resultante de um constructo; temos que, estas mutações no posicionamento de Portugal, deverão ser matéria de reflexão quando se pensa e planeia a implementação de uma política nacional de arquitetura, ou quando se procura compreender a base de um mal estar da profissão, neste início de século XXI.

Onde se situa a arquitetura? Se, por contingência própria, ela se ancora no território, no espaço físico, no entanto, depende, de forma crescente, do plano económico. Não escapando à realidade, nacional e global, não podemos pensar a arquitetura (portuguesa) isolada do que a envolve, das mutações globais e locais (nacionais). E para podermos realizar essa reflexão, sobre a situação da arquitetura em Portugal, teremos de atentar com algum detalhe na caracterização do país, nas suas diferentes dimensões.

Neste raciocínio, e considerando, como acima referimos, que a arquitetura, por contingência própria à disciplina, se ancora num território físico preciso, teremos que

a arquitetura portuguesa será, no contexto europeu, periférica³⁸⁰, *do Sul*, e ainda associada a um contexto marítimo do continente.

Será, então, uma arquitetura de características específicas, num contexto mais vasto, onde as influências de um caráter periférico na sociedade se fazem sentir, criando talvez uma autonomia, relativa, face à Europa central.

Se em séculos passados essa relação – localização geográfica, prática e técnica na arquitetura – seria expressa por parâmetros deterministas, como seja a utilização de determinados materiais ou técnicas, específicos dos sítio, poder-se-á atualmente assistir à deslocação do eixo desse determinismo, do contexto geográfico físico para o de uma geografia de redes e de interpelações de poderes “glocais”, sendo o “determinismo” atual preponderantemente de ordem económica e estratégica. Esta questão associa-se ao nível de “condicionalismo (...) dinâmico” referido por Ferrão (2010).

Neste processo de adaptação, e mutação, seja em resultado “de opções políticas ou de “comportamentos antrópicos com efeitos ambientais (alterações climáticas)” (idem) o posicionamento relativo de Portugal vai-se alterando e a sua arquitetura seguirá esse processo de mutação, enquanto disciplina e profissão dependente. Conforme refere o autor, num período mais recente, assistiu-se a uma crescente porosidade entre diferentes territórios:

Conforme nos diz João Ferrão (2010) : “Nos últimos anos, a rígida fronteira terrestre (...) tornou-se porosa, inexistente face à circulação de capitais, bens e pessoas no âmbito do espaço comunitário, secundária como porta de entrada no país a favor das infraestruturas portuárias e aeroportuárias, e até polarizadora de interações positivas envolvendo ambos os lados da fronteira, estimuladas, primeiro, por avultados investimentos realizados no âmbito de programas de cooperação transfronteiriça e, mais recentemente, pelo desenvolvimento de verdadeiras bacias

³⁸⁰ A questão “da nossa condição geocultural periférica”, tem sido analisada por Figueira em diversas publicações. A este respeito, refere o autor, que o lugar da arquitetura portuguesa estabelece uma “relação conflituosa” com a Europa, entre “o aceitar os códigos do Norte; ou o defender especificidades do Sul” Jorge Figueira (2016). Ainda, noutra momento, refere esta relação e este posicionamento da arquitetura portuguesa – alavancados no espaço físico português, periférico e no sul da Europa – como uma “abordagem” que reflete “a Europa continental com o efeito poético do sul. Não compreende o peso da tradição nem o experimentalismo tecnológico” (idem, p.106).

de emprego e de fluxos de utilização de equipamentos e serviços de natureza transfronteiriça. (...)”

Ainda sobre o território, na sua dimensão física, temos que é sobre os lugares concretos que se desenvolve a atividade quotidiana das pessoas. Ora, neste contexto, este quotidiano é, nos nossos dias, sujeito a escalas distintas e opostas, ainda que complementares.

Considerando, desde os anos 1990, a noção de “glocalização” (desenvolvida por Robertson (1995) ³⁸³, temos, então, Portugal como uma unidade de diferentes pequenas escalas locais (regionais) que terão de se conjugar com outras, supranacionais.

Importa, para o presente estudo, a escala europeia (União Europeia), em particular no que se refere a “formas de governança multi-escala”. Este ponto é de particular importância na análise da temática do presente trabalho, as políticas de arquitetura (nacionais) na Europa. Entramos assim numa contextualização do país numa perspetiva de redes. Conforme nos refere ainda João Ferrão, estamos perante uma “matriz relacional” que envolve diferentes elementos (*lugar, escala, geografia e rede*), sendo a sua natureza “sobretudo instrumental”.

Importa-nos aqui enfatizar a situação de uma Política de Arquitetura local (nacional, portuguesa), elaborada por impulso de uma orientação global (europeia), no caso a diretiva Diretiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985³⁸⁴, tendo esta orientação europeia estado na base do lançamento das demais políticas, de arquitetura nacionais, que vieram a ser elaboradas desde o início dos anos 1990.

Em síntese, a caracterização geográfica de Portugal, aqui desenvolvida com base na estrutura de análise de João Ferrão (em particular nos dois textos anteriormente referidos), ser-nos-á fundamental para a compreensão do presente estudo de caso.

³⁸³Sugeriu o sociólogo Roland Robertson a substituição do conceito de globalização pelo de “glocalização”, procurando assim esbater as fronteiras entre o local e o global, apresentando uma nova visão do local como um dos aspetos do global. Este termo indica igualmente que as tendências de homogeneização e heterogeneização coexistem, sendo interdependentes. A definição da Enciclopédia Britânica indica que (...) a noção de glocalização implica uma mudança de perspetiva ainda mais radical: aponta para a interconectividade dos níveis global e local. (*Encyclopaedia Britannica, 2013*)

³⁸⁴ Relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos do domínio da arquitetura, incluindo medidas destinadas a facilitar o exercício efetivo do direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços, será necessariamente o resultado da conjugação de diferentes elementos, utilizando visões integradas de diferentes pontos de vista, que se desejam complementares.

Proseguimos a presente análise do país seguindo um percurso cronológico, desde os anos 1980 ao ano de 2018. Este balizamento temporal, no seu primeiro momento, corresponde (a nível nacional) ao período democrático (pós 25 abril) e à década durante a qual o país passa a integrar a União Europeia. Considerando que o panorama da arquitetura, e da prática profissional, em Portugal se foi alterando em conformidade com sucessivas mudanças societais, salientaremos, de seguida, os aspetos que nos parecem mais relevantes para o entendimento dessa relação.

O início dos anos 1980, após a passagem por uma crise financeira profunda, foi marcado pelo processo de adesão à, então, CEE (1986), a que se seguiu um período de investimento generalizado³⁸⁵, com “laivos de euforia”. Conforme salienta Figueira (2009), tratar-se-á da fase de um país “pop” – referindo-se a uma cultura portuguesa do início dos anos 1980 que, sendo marcada pela “resistência antifascista e depois pelas aspirações abertas pela revolução de Abril”, se “amacia, desliza para um certo intervalo lúdico, pós moderniza-se” com o delírio pós modernista a marcar presença e a reforçar a dicotomia Lisboa/Porto, que na arquitetura se expressa pela afirmação internacional de uma escola do Porto, liderada pela figura maior de Álvaro Siza. No final dos anos 1980, e início dos anos 1990, assiste-se a uma multiplicação de novos cursos de arquitetura, alargando-se a formação académica no território nacional.

Nessa década, de 1980, as escolas privadas eram praticamente inexistentes sendo a primeira, fundada em 1986, a Universidade Lusíada de Lisboa, seguida da Cooperativa Árvore, no Porto. Já no final da década, em 1989 surgem, a norte, as delegações da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão e do Porto, sendo até então a formação em arquitetura realizada maioritariamente no ensino público localizado nas Universidade de Lisboa e do Porto.

Conforme o quadro relativo à rede de estabelecimentos de ensino de arquitetura em Portugal³⁸⁸, existem, no ano 2018, 18 instituições de ensino superior com o curso de arquitetura. Destas, 10 são privadas e 8 são públicas, sendo que, no caso da

³⁸⁵ Tal como nos refere Augusto Mateus, “(...) a plena adesão às Comunidades Europeias, [verificada em 1986] despoletou um significativo processo de modernização de estruturas e comportamentos económicos (...) num quadro onde a intervenção pública passou a ser claramente polarizada pela promoção de importantes investimentos de natureza infraestrutural (...) dinamizados pelo acesso aos fundos estruturais de origem comunitária e com algum enquadramento numa perspetiva de desenvolvimento regional do país”. (Mateus, 1992)

³⁸⁸ Ver Anexos “Rede de estabelecimentos de ensino de arquitetura existentes em 2018 em Portugal”

Universidade dos Açores, a formação é de apenas dois anos “preparatórios”, podendo os restantes anos de formação ser continuados na instituição parceira – ISCTE – situada no continente.

Este panorama resulta da alteração ocorrida no virar da década, uma vez que, no final da década de 1980, a formação, no ensino público, em arquitetura era apenas possível nas duas principais cidades: Universidade de Lisboa (Escola Superior de Belas Artes / ESBAL, Arquitetura) e na Universidade de Porto (Escola Superior de Belas Artes / ESBAP, arquitetura).

Os anos 1990 consolidam uma nova realidade no panorama da arquitetura e da prática profissional em Portugal.

São os primeiros anos de grande investimento em infraestruturas, pelo Estado, e que vieram alterar a paisagem nacional e suscitar a contestação de um tipo de política “cavaquista”, com inúmeras consequências, e que será amplamente difundida pelo grupo do jornal “O Independente”³⁹⁰, num contexto de internacionalização do país potenciada pela integração no espaço Schengen .



Figura 82 - Capas do jornal “O Independente”, publicado ao longo dos anos 1990

[Fonte: <https://observador.pt/2015/11/07/o-independente-a-derrota-espetacular/>]

³⁹⁰ Os feitos e efeitos do jornalismo produzido por este jornal, em particular nos seus contornos de crítica política, veio a ser temática recentemente tomada como assunto de um livro publicado em 2015 “O Independente, A Máquina de Triturar Políticos”, da autoria de Liliana Valente e Filipe Santos Costa.

Na arquitetura, a década ficou marcada por um momento de reconhecimento internacional, incarnado na entrega do Prémio Pritzker a Álvaro Siza, em 1992, o primeiro prémio deste tipo atribuído a um arquiteto português.

O meio da produção artística não foi exceção neste processo de internacionalização; um retrato poderá ser traçado, a partir das palavras de Alexandre Melo (2007, p.90) sobre o Portugal nesses anos 1990: “Colmatando em parte, o desfasamento entre Portugal e os principais centros europeus, alguns comissários e instituições prosseguem um aturado trabalho de divulgação”. É ainda referida, pelo autor, a relação entre uma certa euforia de novo riquismo e os investimentos feitos no objeto de arte: na sequência do boom económico dos anos 80 [isto considerando que no entanto o início da década foi ainda marcada por uma crise económica que levou inclusivé à intervenção do FMI em 1983. Ou seja, falar de u boom económico dos anos 1980, reportará a uma fase após 1985], a sociedade portuguesa vê florescer uma nova classe abastada, cuja posição social recém-adquirida irá demonstrar um extraordinário apetite pelo consumo de produtos de prestígio.

Observando o que então sucedeu no âmbito da encomenda de arquitetura – ainda que não tenhamos conhecimento de qualquer estudo centrado em exclusivo no tema – temos que, numa escala pouco comum, até então, se observou um aumento da mesma, o qual entendemos estar em sintonia com o sucedido no campo da arte. O desejo de se ser proprietário de uma obra de arte contemporânea (mas não muito) será o equivalente ao de ter uma casa contemporânea - “moderna”, na voz do cliente. Em particular na região Norte do país, onde o empreendedorismo individual mais se expressou – através das pequenas indústrias de tipo “familiar” – estes anos corresponderam a um enriquecimento individual que “careceria” de legitimação de uma nova posição social (económica). Para além dos automóveis de luxo e das obras de arte, as “casas” tornaram-se também forma de demonstração desse novo posicionamento.

Transpondo aqui, o raciocínio de Alexandre Melo, da arte para a arquitetura, consideramos ainda válido que: “Se por um lado esse facto funciona como um incentivo à produção em geral, por outro condiciona a mesma, impondo uma exigência de convencionalidade distante de veleidades experimentalistas que não sejam enquadradas a priori por um discurso de legitimação.” (idem)

Na época, encontrava-se a escola do Porto em fase de aumento do seu número de alunos, muitos destes iniciando a sua prática profissional nesse contexto regional. A formação recebida e a contaminação de formas de fazer “à Siza” vieram a veicular uma imagem de uma certa arquitetura contemporânea, associada a elites intelectuais socialmente legitimadas.



Figura 83 - Imagem da Casa Vieira de Castro, Famalicão 1994, projeto de Álvaro Siza

[Fonte: www.archdaily.com.br, fotografia de FG+SG]

Vários são os exemplos de construções privadas nestas tipologias – habitações unifamiliares contemporâneas, em oposição à casa tradicional, as ditas “casas modernas, sem telhado” - como a Casa Vieira de Castro em Famalicão, um projeto de Álvaro Siza construído no início dos anos 90 (1994).

Houve uma popularização da imagem deste tipo de arquitetura, de estética mais do que de conceito. Numa lógica de superficialidade, associada a um consumismo possível pelo desafogo financeiro desse período, tornou-se viável e desejado ser proprietário de uma habitação nestes moldes.

Com melhores ou piores exemplos, verificou-se um progressivo acréscimo de projetos e obras “modernas” ou “minimalistas”. Esse processo veio tornar possível a muitos jovens arquitetos realizar os seus primeiros projetos em rutura com a prática, até então estabelecida, de perpetuação de arquiteturas ditas “tradicionais”.

Apesar, ou graças ao facto, de o compromisso entre os “dois estilos” ser múltiplas vezes privilegiado – agradar ao cliente sem se corromper totalmente – entrou por esta via, no panorama da arquitetura nacional, a associação de ideia de sucesso à modernidade. Ou seja, por via de um fenómeno económico, político e de correspondente mudança social, sucede o alterar de um *status quo* “arquitetónico”, no qual até a esse momento a arquitetura contemporânea seria exclusivo de uma classe urbana intelectual. Uma análise da publicidade, em particular da de créditos bancários, automóveis e materiais de construção, revela que se passa a não mais utilizar a dita “casa tradicional portuguesa” como referência, mas sim imagem de “casas modernas”.



Figura 84 - Imagem de casa unifamiliar, utilizada em publicidade de crédito à habitação e apresentada em artigo de publicação temática.

Figura 85 - Imagem de casa unifamiliar (Casa Neves) Leiria, utilizada em publicidade da empresa de telhas *Coelho da Silva*.

[Fonte: <https://coelhodasilva.pt/portfolio-tecno>]



Figura 86 - Imagem de casa unifamiliar utilizada em publicidade automóvel, Mercedes.

[Fonte: <http://www.topgear.com.pt>]

Considera Gonçalo Canto Moniz (2018), num seu artigo publicado no jornal *Público*, que no “percurso de afirmação e reconhecimento “da arquitetura pela sociedade, a formação e a profissão “andaram sempre de mãos dadas”.

Refere ainda que a passagem da década de 1980 para a década de 1990, correspondendo a um “processo de rápido crescimento e desenvolvimento da sociedade portuguesa, corresponde também ao momento de conquista pelos arquitetos de um lugar inquestionável de prestígio, junto de todos os sectores da sociedade, que se torna também evidente com a passagem da AAP a Ordem dos Arquitetos, em 1998.”



Figura 87 - Imagem institucional de Lisboa Capital Europeia da Cultura 1994

Fonte : <https://eurocid.mne.gov.pt/>

A década de 90 fica ainda marcada, no país, pela realização de vários acontecimentos, como: a Presidência do Conselho da União Europeia, em 1992, para o qual se construiu o edifício do atual Centro Cultural de Belém, por Gregotti e Manuel Salgado, a Lisboa Capital Europeia da Cultura, em 1994³⁹⁷ e a Exposição Universal “Expo 98”,³⁹⁸ que irão contribuir para a internacionalização da arquitetura portuguesa e para a

³⁹⁷ No âmbito da Capital da Cultura de 1994, em Lisboa, a opção foi a de promover a reabilitação e requalificação urbana no eixo Cais do Sodré- Rato.

³⁹⁸ No caso da Expo 98, de novo centrada em Lisboa, diz-nos Nuno Grande que nenhum outro evento projetou melhor essa Lisboa contemporânea e a sua nova arquitetura do que a Exposição Internacional de 1998 (Expo'98), corolário, não apenas dessa cíclica celebração da “portugalidade” – evocando os 500 anos da viagem de Vasco da Gama à Índia –, como também do longo processo de (re)significação simbólica da capital e do próprio país democratizado após 1974 (...) (Grande N., 2013, p. 63).

visibilidade do lugar da arquitetura no país (considerando que, em especial no caso da Expo 98, não só de arquitetos portugueses e de arquitetura nacional se tratou). Refere Nuno Grande, relativamente ao período de transição da década de 1980 para a de 1990, que após a adesão à então Comunidade Europeia (1986) os fundos estruturais recebidos vieram dar um novo fôlego ao processo de democratização, sobretudo ao nível da gestão das cidades e do território.

Da parte do Estado, e pelas mãos dos governos do então primeiro ministro Cavaco Silva, veio a ser promovida uma política à qual se refere como sendo “dual”, dado caracterizar-se “por um lado, pelo forte investimento estatal em infraestruturas, com recurso aos fundos estruturais europeus; por outro, pela assumida liberalização da economia e na privatização de sectores empresariais estratégicos do Estado, por adaptação, ao panorama português”. Em consequência do enquadramento económico e político do país, terá sido para os arquitetos portugueses “de todas as gerações”, “(...) o início de um período estável e contínuo de trabalho, em prol desses diferentes programas institucionais, depois de, na década precedente, a escassa obra pública se ter concentrado, quase exclusivamente, na habitação social.” (idem, p.59) Refere ainda o autor que “Através dos eventos que tiveram lugar em Lisboa – construção do Centro Cultural de Belém, em 1992, Capital Europeia da Cultura, em 1994, Exposição Universal, em 1998, “a promoção da arquitetura portuguesa, nesse fim-de-século, conseguiria ultrapassar, deste modo, o seu cíclico ensimesmamento na transformação urbana e arquitetónica da capital portuguesa.” (ibidem, p. 62)

Refira-se que tal como na década anterior, também esta de 1990 não foi linear, refletindo diferentes posturas dos diferentes governos desse período.

A transição para o novo milénio fez-se de forma festiva, entre o fazer parte do grupo da moeda única, o Porto capital da Cultura em 2001⁴⁰⁰ e o campeonato europeu de futebol, em 2004, enormes investimentos são feitos nas infraestruturas, novos estádios são construídos, a arquitetura ganha nova visibilidade junto do grande público através dos megaeventos desportivos.

⁴⁰⁰ O novo *elan* na arquitetura contemporânea feita em Portugal – seja por arquitetos nacionais, seja por intervenções estrangeiras – foi dado com este evento em particular. A arquitetura tornou-se um motivo de discussão nos cidadãos, procurando compreender, enaltecendo ou criticando. Obras como a Casa da Música, a renovação urbana do centro da cidade do Porto ou ainda o Metro do Porto, vieram como que democratizar o acesso a uma arquitetura que se poderia considerar ainda exclusiva ao debate de alguns.



Figura 88 – Imagem de estação do Metro do Porto, Souto de Moura
[Fonte: <http://www.enor.es>]

Vive-se um ambiente de confiança generalizado, é-se europeu. Na política, entra-se numa nova fase de governo socialista, cujo então líder – José Sócrates – cultivava uma imagem e um discurso moderno e otimista, de um país com capacidade e vontade de fazer. No seu discurso de tomada de posse, refere Sócrates “É assim que será este Governo. Um Governo com os olhos postos no futuro.” (Sócrates, 2005)

Será com este mote de modernização, de olhar para o futuro, de investir, que serão lançados diversos programas de investimento, dando fôlego a múltiplas áreas.

Na arquitetura um novo ímpeto – à encomenda pública - é dado com programas como a Parque Escolar, programa de modernização destinado a: “requalificar, modernizar os edifícios, abrir a escola à comunidade, criar sistema eficiente de gestão de edifícios”⁴⁰² Este programa, com resultados práticos na real renovação do edificado e promoção de arquiteturas atualizadas, não deixou, no entanto, de causar polémicas, algumas no seio da própria classe profissional. Em particular, foram sendo levantadas questões sobre a isenção existente no método de contratação de equipas de projeto.

⁴⁰² No ano de 2007 foi aprovado um programa com vista à requalificação das escolas que se vinham a degradar ao longo de décadas de escassa manutenção. Para implementar esse programa, foi criada nesse ano a empresa Parque Escolar EPE. Conforme referido no Portal do Programa Parque Escolar, os objetivos de base eram três: Recuperar e modernizar os edifícios; Abrir a escola à comunidade; Criar um sistema eficiente e eficaz de gestão dos edifícios. (Parque Escolar, 2017)

Num primeiro momento, tendo diversos contratos sido feitos por ajuste direto, contrariando a necessidade de transparência em processos de contratação públicos.⁴⁰³

Este clima de otimismo e de desenvolvimento ininterrupto viria a ser abalado com o início da crise financeira de 2008.

Os efeitos da onda de choque, a partir do epicentro americano, ainda permitiram que passasse algum tempo até chegar a confirmação do contágio absoluto a partir de 2009, coincidindo com o início de uma mudança de governo e de uma crise política no país – com o PS a vencer sem maioria absoluta.

Para a arquitetura, 2009 será ainda o ano em que é finalmente revogado o decreto lei “73/73”! (conforme anteriormente referimos, este decreto lei – temporário – veio a ser revogado com a publicação da Lei 31/2009, na qual se estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração de projetos).

O assumir de uma situação de crise em Portugal é materializado, em 2011, com o governo pedindo auxílio à Troika (equipa composta pelo Fundo Monetário Internacional, FMI, Banco Central Europeu, BCE, e Comissão Europeia, CE). Nesse mesmo ano, é ainda primeiro ministro José Sócrates, o qual acaba por pedir demissão (2011), vindo a ser substituído, após eleições ganhas pelo PSD, por Pedro Passos Coelho como primeiro ministro de um governo de coligação PSD/CDS.

No panorama da arquitetura, o ano de 2011 é marcado positivamente pela atribuição do prémio Pritzker a Souto de Moura. É, no entanto, o clima de crise, de pessimismo, de depressão coletiva, que marca o ambiente de então na sociedade portuguesa.

No meio da arquitetura e dos arquitetos, bem como de outros grupos profissionais (sobretudo de profissionais liberais), assiste-se a um movimento de emigração, tendo

⁴⁰³ Face a essas questões, veio inclusivamente a Ordem dos Arquitetos pronunciar-se em 2010, afirmando: Apoiar a firme reivindicação do Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Arquitectos junto da Parque Escolar, EPE no sentido de que a Encomenda de Arquitetura das próximas Fases do Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário resulte exclusivamente de Concursos Públicos de Conceção, conforme o disposto no Código dos Contratos Públicos e sem prejuízo do disposto no Código dos Direitos de Autor. (Arquitetos, 2010)

este fenómeno atingido, em 2013 – ao nível nacional e para todas as profissões - valores semelhantes aos dos anos 1960.⁴⁰⁴

Entretanto, internacionalmente, Portugal vai sendo exibido e promovido, nas artes e nos “negócios”, como sendo um país de produção de qualidade: na arquitetura, nas indústrias tradicionais (têxteis, calçado, etc.), como destino turístico de exceção.

Estamos numa época de outras – graves - crises, humanitárias – com a vaga de migrantes a chegar à Europa – de escalada do terrorismo (islamizado), sobretudo no Centro da Europa, situação que veio a gerar o princípio de um novo ciclo em Portugal, ao favorecer o país, que passa então a ser visto como território seguro, numa Europa ameaçada. De um movimento de “depressão coletiva” transitou-se para o ambiente de um país que acolhe turistas (europeus), lhes oferece o “genuíno”, a calma e a segurança (perdida noutras geografias).

⁴⁰⁴ Segundo dados Pordata, no ano de maior fluxo de emigração da década de 1960 (1966) atingiu-se o valor de 120.239 emigrantes. No período de crise dos anos 2000, o valor máximo atingido foi de 134.624 em 2014.

Segundo relatório emigração 2013, promovido pelo Governo de Portugal; (Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, 2013), temos um total de 640 000 emigrantes entre 1960 e 1969; segundo o mesmo relatório, estima-se que, entre 2007 e 2012, tenham saído do país, em média, 80 mil portugueses por ano.

Entre 1960 e 2010, a percentagem de emigrantes portugueses a viver na Europa passou de 16% para 67%. Entre 1960 e 2010, o número total de portugueses emigrados multiplicou-se por 2,3. O número de portugueses emigrados na Europa multiplicou-se por 9 (passando de 165 mil para mais de milhão e meio) (Observatório da emigração, 2018).

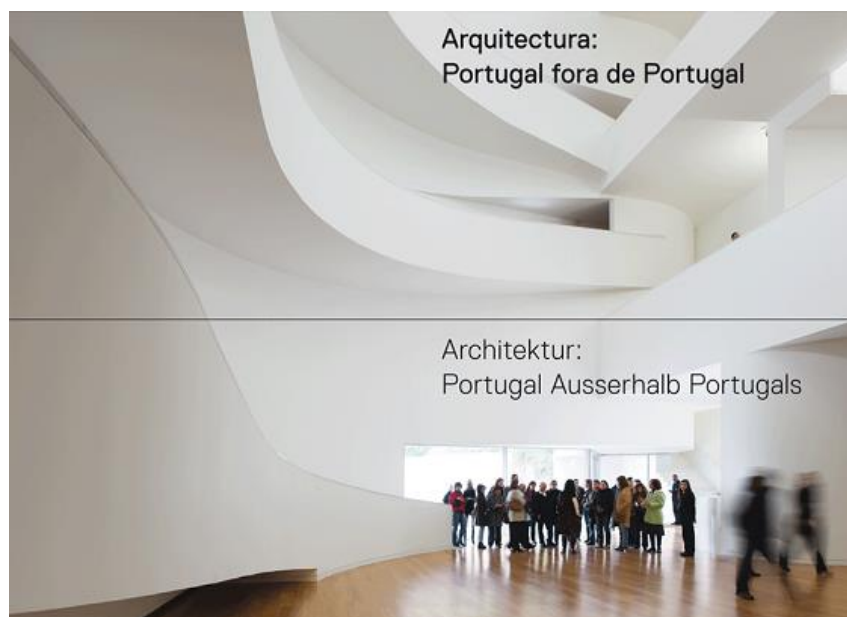


Figura 89 - Imagem do convite oficial para inauguração da exposição “Arquitetura: Portugal fora de Portugal” realizada em Berlim, em Março 2009

[Fonte: <http://www.arquitectos.pt/>]

Serviços de qualidade a baixo custo, num país europeu com as vantagens globais de uma U.E., conjugados com o sol de um destino exótico, sobre o qual quase nada se sabe. O país vai-se adaptando a uma nova realidade, pós Troika, a tatear um caminho aparentemente simples, mas espinhoso.

Entre a vida nem sempre ensolarada – vista por dentro – e uma radiosa imagem exterior, transmitida além-fronteiras. Passámos por anos em que a arquitetura se exportou, sobretudo, mediaticamente. Exemplificativa desta situação foi a realização de uma Exposição internacional, no ano de 2009, no âmbito de uma visita de Estado à Alemanha do então presidente da República, Cavaco Silva, a *Arquitetura: Portugal fora de Portugal*, organizada pela Ordem dos Arquitetos em resposta ao convite oficial que lhe fora feito. O objeto da exposição foi o de apresentar trabalhos de arquitetos portugueses no estrangeiro, procurando expor o impacto da internacionalização da arquitetura portuguesa.

Na sua mensagem oficial, Cavaco Silva refere que:

“A arquitetura portuguesa goza hoje de uma extraordinária reputação mundial. Em Portugal e no Estrangeiro, os arquitetos portugueses têm sabido aliar o seu talento e

a sua criatividade, contribuindo para consolidar uma identidade própria no seu trabalho.”

São anos em que se assiste a um choque de culturas (arquitetónicas) – arquitetos portugueses com dificuldade de entender ,ou aceitar, a crescente normalização a que se pretende fazer sujeitar os projetos realizados noutros países desta União Europeia.

E um outro choque, o do fator único e específico – artesanal, talvez – deste país, dos seus habitantes e dos seus produtos, e a força que impele para a transformação, para a normalização de acordo com os padrões globais, via U.E.

E a arquitetura persiste, entre elemento distintivo e de referência qualitativa de um *know how* de exceção e o apreço das classes públicas dominantes pelo que dela se pode extrair de positivo (internacionalmente), por um lado, e as incoerências no tratamento da profissão a nível nacional, pelo outro. Passados os anos da Troika – presença da estrutura de apoio financeiro, desde 2011 (ano do pedido de auxílio) até à finalização do programa acordado (2014), e passado o período crítico nacional (ainda que não totalmente resolvido), ocorrem novas eleições legislativas, no ano de 2015. Como resultado, e apesar da vitória minoritária do PSD, os partidos de esquerda (PCP e BE) estabeleceram um acordo de apoio parlamentar ao Governo do PS. O termo que veio a ser usado para descrever este modelo de governação, “geringonça” foi introduzido por Paulo Portas (então vice-primeiro-ministro), numa intervenção no Parlamento, ainda no ano de 2015.⁴⁰⁵

Nestes anos (2015-2018), o percurso da arquitetura a nível nacional teve momentos particularmente marcantes, relativos a alterações legislativas e a posicionamentos institucionais que consideramos contraditórios. Referimo-nos, em especial, à apresentação de projetos lei relativos ao estatuto profissional do arquiteto, como seja a proposta de alteração da Lei 31/2009, de 3 de julho, entretanto modificada, em 2015, para Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, relativamente aos atos próprios da arquitetura, a qual anteriormente referimos.

⁴⁰⁵ De tal forma a expressão se entrosou no léxico popular, vindo a ser eleita a palavra do ano de 2016: pelo alcance do termo – na significação não só de um governo, mas de todo um período “pós Troika”, que entendemos aqui utilizá-la como denominação para estes últimos anos a que o nosso estudo se reporta.

Legalmente, a obrigatoriedade do recurso a arquiteto, para a realização de um projeto de arquitetura, existe, mas dentro de uma situação ambígua, após a entrada em vigor da lei nº25/2018, de 14 de junho.

A par destas alterações legislativas, que sobre a profissão impendem, temos uma Ordem dos Arquitetos que, com alguma (ou muita) dificuldade, tenta congrega os seus associados, assistindo à não participação ativa dos mesmos e ao decréscimo do número de inscritos, procurando ainda gerir incongruências institucionais.

Referimo-nos aqui ao facto de existirem duas atitudes do poder público governativo ,que podemos considerar como antagónicas: por um lado , como vimos, a existência de uma expressão mediática de apoio à arquitetura e de louvor sobre os feitos dos arquitetos portugueses; por outro lado, o não respeito pela especificidade da disciplina e do exercício da profissão, como é caso das alterações ao decreto lei 73/73 e o não reconhecimento dos atos próprios de arquitetura.

O perfil da profissão, em Portugal, corresponde à tendência geográfica de sobreocupação do litoral do país, com particular ênfase nos polos de Lisboa e Porto; conforme valores de 2014, encontram-se registados na Ordem dos Arquitetos 17.860 arquitetos⁴⁰⁶, a maioria na região Sul e mais de metade situados na faixa etária dos 30/40 anos.

Poder-se-á vislumbrar, neste breve perfil do país como estudo de caso, uma “constante inconstância” no que se refere à relação Estado / Arquitetura, a par de uma tendência para entender a arquitetura mais como um elemento de promoção externa do que como uma disciplina capaz de criar espaços de habitar que permitam uma melhor qualidade de vida da população.

Nesta relação, verificamos que o panorama institucional/governamental da Cultura, ao longo dos XXI Governos Constitucionais do período democrático, revela a atitude e o compromisso do Estado com as questões da Cultura, bem como expressam o seu lugar na sociedade e no país. Considerando que o orçamento tem sido inferior a 1%, podemos também ler aqui uma não particular atenção dada à cultura por parte do Estado português através dos seus diferentes governos.

⁴⁰⁶ Segundo estudo realizado em 2013 “Estudo de caracterização dos arquitectos portugueses e da sua actividade profissional” pela empresa DOMP.

Quadro 23- Síntese do enquadramento institucional da Cultura em Portugal (1976/2018)				
anos	Enquadramento institucional da cultura	Governo (s)	Partido político no governo	Primeiro ministro
Até 1976	Dependente do Ministério da Educação	-	-	-
1976/1985	A situação da tutela da Cultura , no período entre 1976 e 1983 correspondeu a diferentes momentos e formulas, como segue: 1978 Ministro da Educação e Cultura 1978/1979 Pasta da Cultura Serviços integrados na Presidência do Conselho de Ministros sob alçada do ministro adjunto do primeiro-ministro 1979/1980 Ministro da Coordenação Cultural, da Cultura e da Ciência 1980/1981 Pasta da Cultura Serviços integrados na Presidência do Conselho de Ministros sob alçada do primeiro-ministro 1981/1983, Ministro da Cultura e Coordenação Científica 1983/1985 Ministro da Cultura	I	PS - socialista	Mário Soares
		II	PS - socialista	Mário Soares
		III	Independente ⁴⁰⁷	Nobre da Costa
		IV		Mota Pinto
		V		M L Pintasilgo
		VI	AD Aliança Democrática	Sá Carneiro / Freitas do Amaral
		VII	AD Aliança Democrática	Pinto Balsemão
		VIII	AD Aliança Democrática	
		IX	PS -socialista	Mário Soares
1985/1995	Secretaria de Estado	X		Cavaco Silva

⁴⁰⁷ (iniciativa presidencial)

		XI	PSD - social democrata	
		XII		
		XIII	PS - socialista	António Guterres
1995/2011	Ministério da Cultura	XIV	PS - socialista	António Guterres
		XV	PSD+ CDS/PP	Durão Barroso
		XVI	PSD+ CDS/PP	Santana Lopes
		XVII	PS - socialista	José Sócrates
		XVIII		
2011/2015	Secretário de Estado dependente do PM	XIX	PSD + CDS/PP	Pedro Passos Coelho
2015	Ministério da Cultura	XX	PSD+ CDS/PP	
2015/2018	Ministério da Cultura	XXI	PS socialista	António Costa

Fonte: elaboração própria, tendo por base dados extraídos de <https://www.portugal.gov.pt>.

Podemos ainda ler a não inclusão da arquitetura na esfera da cultura ou do ensino - estando, no entanto, englobada nas artes, para efeitos de subsídios da DGARTES, que por norma se associam sobretudo à sua difusão internacional.

Situa-se a arquitetura, institucionalmente, em contextos variados, sendo o do Ordenamento do Território o mais próximo da sua esfera disciplinar.

Em Portugal, desde 1976 (início do período democrático) foram diversas as formas de enquadramento institucional da Cultura. Não sendo a arquitetura tutelada pelas políticas da cultura (como é o caso de França) - seja por tutela de Ministério ou de Secretarias de Estado, podemos considerar esta situação comum e dentro da norma, num país onde, desde 1976, existiu intermitentemente um Ministério da Cultura: até 1976 esteve na dependência do Ministério da Educação; de 1976 a 1985 a tutela da cultura correspondeu a distintos modelos, conforme apresentado no quadro 23, em 1985, será Secretaria de Estado, até ao ano de 1995; com o XIII Governo Constitucional volta a existir um Ministério autónomo, situação mantida até 2011, quando se extingue o Ministério da Cultura e as funções que lhe eram atribuídas são então assumidas por um Secretário de Estado, em dependência direta do primeiro ministro. Nos dois mais recentes Governos - XX e XXI - é restaurado o Ministério da Cultura, mantendo-se a situação, desde 2015 até à presente data (2018). Da leitura do

Quadro 23 (Síntese do enquadramento institucional da Cultura em Portugal), verificamos que a variação na tipologia de enquadramento institucional existente desde 1976 – Secretaria de Estado da Cultura; Secretário de Estado da Cultura em dependência da Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Cultura, etc – não se faz corresponder a uma orientação política específica, ou seja, a variação não corresponde a governos de orientação socialista, social democrata ou centrista, antes, poderá denotar uma adaptação a uma genérica ideia de cultura e, sobretudo, a uma não prioridade governativa. Será talvez este o dado mais relevante, uma não constância nas políticas culturais (que poderia ser estruturada através de um mesmo tipo de enquadramento institucional, seguindo depois orientações mais ou menos politizadas).

Em síntese, podemos dizer que, o carácter periférico, a constante inconstância e os “começos e encerramentos”, de que nos fala Esteves Cardoso,⁴⁰⁹ serão alguns dos traços caracterizadores do perfil do país que aqui gizámos.

Dos fatores que poderiam ser tidos apenas como negativos, ou pelo menos bloqueadores de ação, destaca-se o motor para a ação. Em cada época se verifica um reerguer, com desperdício de esforços, talvez, mas com uma resiliência que tende a transformar-se numa marca nacional e que, na arquitetura, como adiante veremos, tem vindo a ser extremamente profícua.

⁴⁰⁹ (Esteves Cardoso, *As minhas aventura na República Portuguesa*, revistas, 2015).

Quadro 24 –Contextualização sociocultural - Portugal	
Temática	Dados
População	Total – 10 300 300 hab.
Geografia	Área total do país – 92 220 km ²
Economia	PIB – 195 947 M€
Sistema político	República semi-presidencialista
União Europeia	Adesão à UE (então Comunidade Europeia): 1 de janeiro de 1986
Estado Social	Despesas da proteção social em % do PIB: 26,9 % em 2014 Comparativo de despesas sociais ⁴¹³ entre países: OCDE 21%; Holanda 22%; Portugal 24,1%; Finlândia 30,8%; França 31,5%
Ministério da Cultura	Sendo o enquadramento da Cultura variável ao longo do tempo, realizámos Quadro específico (Ver Quadro 23 - <i>Síntese do enquadramento institucional da Cultura em Portugal 1976/2018</i>)

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e Europa.Eu, consultados em 2018

3.1.2 Análise do ambiente profissional e da produção arquitetónica em Portugal

Neste ponto, apresentamos uma sucinta análise do ambiente presente no país, relativamente às condições e à prática profissional dos arquitetos, bem como à produção arquitetónica existente. Com esta abordagem pretendemos apresentar o enquadramento disciplinar existente e que contextualizará uma política de arquitetura, a sua viabilidade – ou não – bem como as principais características que

⁴¹³ Entende-se despesas sociais como “gastos sociais [que] cobrem benefícios em dinheiro, bens e serviços fornecidos diretamente bem como os benefícios fiscais para fins sociais. (...) . O gasto social líquido total inclui gastos públicos e privados, e tem em consideração os efeitos da tributação direta e indireta e os incentivos fiscais para fins sociais. Este indicador é medido como uma percentagem do PIB ou em dólares per capita.” De notar que este conceito de “despesas sociais” não corresponde ao conceito de “funções sociais” presente em Portugal, onde o Estado tem uma abordagem mais ampla das “funções sociais”, englobando a Educação, a Saúde, a Segurança e Ação Sociais, a Habitação e serviços coletivos e os Serviços culturais, recreativos e religiosos. (OCDE, 2017). Os dados relativos às despesas com o setor do Estado Social foram extraídos de <https://www.pordata.pt/Europa>.

permitted to differentiate this case study from the others. Together with the analysis of sociocultural contextualization of the country - and crossing it with the existing Architecture Policy - this reading will allow us to obtain a relative framework of routines and cultural values underlying that will be the expression of influences of cultural dimensions, specific of each country, proper of an *etic* approach.

Analyzing the panorama of the professional environment and the production of architecture in Portugal, in 2018, implies looking at a recent past, of economic crisis and consequent waves of shock in the profession. In a general context, it will be possible to talk about effects of a crisis that, starting financially, spread to the whole structure of society, with behaviors and habits deeply rooted.

Specifically in the field of architecture, the stories multiply, passing from mere particular cases to constituents of a collective movement.

But, before we delve into this more recent moment, there will be to observe the antecedents. In 1974, with the April Revolution, the country came out of a period of decades of authoritarian regime, during which the economic and cultural isolation of Portugal was a fact and a factor of potential delays in different spheres of activity and of Portuguese society. In the national architecture panorama, refers Sérgio Fernandez (1985, p.15), that there would be then two *groups of architects* associated with the two main cities of the country (Lisbon and Porto), "The architectural production that the Salazarist regime originated, directly or indirectly, did not constitute a block." The existence of these two groups would be also a reflection of a Portugal little infrastructured, in which the physical distances would be, also, mental.



Figura 90 - Imagem do atelier Carlos Ramos, Porto, final anos 40

[Fonte: <http://cvc.instituto-camoes.pt>]

Uma certa dicotomia entre Norte e Sul – Porto e Lisboa - que se veio a fazer sentir na arquitetura, ainda ao longo das décadas seguintes, poderá estar também associada ao facto de, nesse mesmo período, o Porto, “longe da capital do poder e consequentemente em posição secundária” (idem, p.39), não ter “sofrido”, com tanta incidência, o peso das iniciativas oficiais [as quais orientariam os projetos num sentido concordante com as premissas estéticas promovidas pelo Estado Novo].



Figura 91 - Imagem do arquiteto Cottinelli Telmo no seu atelier, Lisboa, anos 40.

[Fonte: <http://www.padraodosdescobrimientos.pt>]

A nível internacional, com o final da segunda guerra mundial, surgiam, um pouco por todo o mundo, sinais de mudança, associados a necessidades prementes, ligadas à reconstrução dos países da Europa mais afetados pela destruição da guerra.

Experiências arquitetónicas eram levadas a cabo, desde a França, com *Perret* ou *Le Corbusier*, à Finlândia, com *Alvar Aalto*, passando pelos Estados Unidos, com *Mies van der Rohe*.

Este ambiente experimentalista faz-se sentir também em Portugal.

“O sentimento de liberdade desejada e a possibilidade de uma informação mais ampla “contribuirão para um posicionamento dos arquitetos portugueses. As viagens tornam-se realidade para alguns e os livros vão chegando (...)” (ibidem, p.48)

Na década de 1940, forma-se, em Lisboa, o grupo *Iniciativas Culturais de Arte e Técnica* [ICAT], *Pela defesa de uma nova arquitetura e contra os mais retrógrados* (ibidem, p.54), nesse mesmo período, a norte, a escola do Porto, com a presença de Carlos Ramos, veio a constituir-se como um *centro de debate cultural* o que lhe permitirá, por sua vez, reunir as condições para a criação da *Organização dos Arquitectos Modernos* (ODAM), organização essa que agrupará aqueles que veem nas ideias dos CIAM⁴¹⁵ *o caminho a seguir*.



Figura 92 - Imagem de reunião do Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM), Porto

[Fonte: www.publico.pt]

⁴¹⁵ CIAM (*Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*) congressos criados em 1928. Sigfried Giedion organiza nesse ano um encontro de arquitetos líderes do movimento moderno, como Berlage, Le Corbusier, El Lissitzky, Rietveld, tendo sido nomeado Stam. Karl Moser como presidente do CIAM. Nesse primeiro encontro é realizada uma declaração, assinada por 24 arquitetos, enfatizando o construir (*building*) mais que a arquitetura. O CIAM declara abertamente que a arquitetura era inevitavelmente contingente em temas mais vastos de política e economia e tal, longe de ser retirado das realidades do mundo industrializado, deveria depender pelo seu grau geral de qualidade, não nos artesãos, mas na adoção universal de produtos e métodos racionalizados.

Segundo Frampton (Frampton K., *Modern architecture: a critical history*, 1985, pp. 269-271) os CIAM atravessaram 3 fases de desenvolvimento, desde a sua criação, em 1928, à sua dissolução em 1956.

Corresponde a primeira fase ao período compreendido entre 1928 e 1933, sendo talvez a fase mais doutrinária. A segunda fase, de 1933 a 1947, seria dominada pela personalidade de Le Corbusier que, conscientemente, mudou a ênfase para o planeamento urbano. O 4º CIAM – 1933 – terá sido sem dúvida o congresso mais abrangente de um ponto de vista do urbanismo (...). Dele surgiram artigos do que veio a ser a Carta de Atenas (apenas publicada 10 anos mais tarde).

Na 3ª e última fase do CIAM, triunfou o idealismo liberal sobre o materialismo do período inicial. (...) A cisão decisiva ocorreu no 9º CIAM, que teve lugar em Aix en Provenç, e no ano de 1953, com o movimento da geração liderada por Alison e Peter Smithson, Aldo van Eyck, desafiando as 4 categorias funcionalistas da Carta de Atenas.

Apesar do isolamento geral do país, e da dificuldade em se realizar viagens e interagir com profissionais de outros países, os contactos mantiveram-se entre arquitetos portugueses e de outros pontos da Europa, ou fora dela.

Desse período ressalta, no que diz respeito à internacionalização da arquitetura nacional, a importância da criação, em 1956, da Fundação Calouste Gulbenkian⁴¹⁶; tal como refere Ana Tostões, a FCG “teve um papel fundamental na internacionalização da arquitetura portuguesa apoiando missões no estrangeiro, determinantes para o desenvolvimento da nossa cultura arquitetónica.” (Tostões, 2016)

Não obstante estes movimentos em direção ao exterior, os arquitetos, no Portugal dos anos 1960 / 1970, tinham-se formado sob um regime político que não lhes permitia, ou, pelo menos, não lhes propiciava, o encontro e troca de ideias com outras realidades geográficas. A fase de mudança de regime, nos anos 1970, a luta pelo direito à habitação⁴¹⁷, conjuntamente com o retorno de milhares de portugueses das ex-colónias⁴¹⁸, vieram alterar profundamente a sociedade portuguesa, em particular nos ambientes urbanos, tendo tido enormes consequências no espaço contruído e, de um modo geral, no território nacional.

As urgências impostas ao sector da construção, nos anos de mudança, levaram a uma situação extraordinária, com reflexos na prática profissional e na organização da própria profissão. Em 1973, no ano anterior à revolução de abril, com vista à resolução urgente de um problema nacional, o da falta de habitação, a par da então escassez de arquitetos⁴¹⁹ necessários para a resolução do problema, é elaborado um

⁴¹⁶ Criada por testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian, a fundação “Nascida em 1956 como uma fundação privada portuguesa dedicada a toda a humanidade, tem procurado fomentar o conhecimento e melhorar a qualidade de vida das pessoas através das Artes, da Beneficência, da Ciência e da Educação. Nos próximos cinco anos, a atividade da Fundação estará orientada fundamentalmente para a Coesão e Integração Social, a Sustentabilidade e o Conhecimento.” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2018)

⁴¹⁷ “ Em 31 de Julho de 1974, o despacho conjunto assinado pelo Ministro da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, Costa Brás, e pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, considerando as “*graves carências habitacionais, designadamente nas grandes aglomerações*”, e as “*dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo*”, criou o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)”. (Martins Pereira, 2014, p. 14)

⁴¹⁸ No estudo desenvolvido por Fernando Machado (1994), é estimado que o número de “retornados”, “lusó-africanos” provenientes das ex-colónias portuguesas seja de “mais de meio milhão de pessoas”. (Machado, 1994)

⁴¹⁹ Em 1974, existiam em Portugal menos de 1000 arquitetos. Segundo o estudo de Villaverde Cabral, nesse ano, 935 arquitetos, encontravam-se inscritos no Sindicato Nacional dos Arquitetos (SNA), tendo

decreto lei – Decreto nº73/73 de 28 de fevereiro - com o qual (por um período transitório), a prática da profissão (elaboração de projetos de arquitetura) deixa de ser exclusiva dos arquitetos. “assistia-se, desde os finais da década de 1960 a um crescimento acentuado da procura de edificação por contraste com a escassez de técnicos habilitados e com formação superior, nomeadamente de arquitetos e de engenheiros.” (Meneres Pimentel, 2015, p. 13)

No entanto, o que se considerava vir a ser um período transitório, tornou-se num longo período de vigência de um decreto progressivamente anacrónico.⁴²⁰

A análise do ambiente profissional em Portugal, ao longo o período temporal dos anos 1970, em particular desde a revolução de 1974 até ao ano de 2018, leva-nos a abordar questões de ordem institucional (a organização da classe dos arquitetos através de uma associação e, mais tarde, de uma Ordem profissional, o enquadramento legal da profissão) a par de uma leitura das formas de prática (o perfil das estruturas de trabalho, onde se inclui uma análise da qualidade de vida dos arquitetos portugueses) da abordagem de casos de reconhecido mérito disciplinar (através da leitura dos sistemas de premiação de arquiteturas exemplares).

Dois momentos particulares, com repercussão no estatuto e na organização da classe profissional, irão ocorrer nas décadas de 1970 e 1980.

Conforme vimos anteriormente, no ano de 1973 será publicado o Decreto Lei 73/73, trazendo consigo a abertura da prática da profissão a não arquitetos. Após a revolução, de 1974, haverá a mudança de Sindicato dos Arquitetos⁴²¹ (criado no período do Estado Novo), para Associação dos Arquitetos. Será mais tarde, nessa década de 1980, que se irá transformar em associação pública assumindo a

esse número diminuído, em 1975, para um total de 740, já após mudança para Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP). (Villaverde Cabral, 2006, p. 27)

⁴²⁰ Apenas em 2009, após inúmeras ações civis, das quais se destacam as ações promovidas pela Ordem dos Arquitectos, foi levada à discussão na Assembleia da República, uma proposta de alteração do decreto 73/73. O perfil da classe profissional tinha-se alterado profundamente nesses 36 anos.

Conforme retratado no estudo de Villaverde Cabral, *em 1975 o número de inscritos na AAP/OA seria de 740; em 1988, 3.648; e em 1998, 8.121.* (Villaverde Cabral, 2006).

⁴²¹ Sindicato Nacional dos Arquitectos - Com o Estado Novo, o Sindicato Nacional dos Arquitectos substituiu, em 1933, a anterior sociedade [Sociedade dos Arquitectos Portugueses]. Durante este período realizar-se-á o 1º Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, cujas teses questionam a tutela do Estado Novo e originam outra forma de pensar a profissão de arquitecto e a própria arquitectura. Porfírio Pardal Monteiro e Francisco Keil do Amaral marcam profundamente este período associativo, respectivamente antes e depois do Congresso de 48. (fonte: <https://www.arquitectos.pt>)

“representação exclusiva dos arquitetos portugueses.”, conforma referido no mesmo documento.

Nesse mesmo período dos anos 1980, a abertura de diversos cursos de arquitetura privados (especialmente a partir de 1986) virá contribuir para a alteração do perfil e do número de arquitetos em Portugal.

Posteriormente, já no final da década de 1990, ocorreria a alteração de estatuto da Associação dos Arquitetos Portugueses (APP), passando a Ordem dos Arquitetos. A esta mudança, corresponde um aumento progressivo do número de inscritos, *sendo, em 2006, cerca de 14.600, dos quais, 13.850 efetivos e 750 estagiários*, segundo site da Ordem dos Arquitetos (Ordem dos Arquitectos, 2018).

No início do novo século, no ano de 2003, iria ser promovida uma Petição Pública com vista à revogação do decreto lei 73/73. Esse momento veio dar novo impulso a uma tradicionalmente dividida entre uma imagem estereotipada e longínqua do artista e a do arquiteto, associado a uma ideia de luxo, do profissional dispensável quando a lei não obriga ao recurso aos seus serviços. A potencial segurança dada pela definição/aceitação dos atos próprios do Arquiteto, foi assumida por parte da classe como a medida óbvia e definitiva.



Figura 93 - Imagem associada à iniciativa de cidadãos e divulgação da Petição “Pelo Direito à arquitetura – cidadãos contra as propostas de Lei n.º 226 e n.º 227/XI”, 2015

[Fonte: <http://peticaopublica.com>]

“Por meio da Resolução n.º 52/2003, de 22 de maio, a Assembleia da República, sob petição popular, recomendou ao Governo que prestasse atenção ao sentido e alcance da Diretiva n.º 85/334/CEE: a qualificação da arquitetura como profissão regulamentada.” (Meneres Pimentel, 2015)

No final dessa primeira década do novo século, no ano de 2007, teremos, como nota positiva, o *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)* que veio dar o mote à criação de uma *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)*, tendo esse processo, de criação da PNAP, apesar de longo e relativamente conturbado, chegado a bom porto, com a publicação oficial do documento em 2015.

Será apenas em 2009, que virá a acontecer a revogação desse decreto lei *temporário*, após ações públicas, ativismo por parte da Ordem dos Arquitetos, em muito promovido pelas mãos da então presidente, Helena Roseta⁴²³.

No mesmo ano, duas leis são publicadas, nas quais é feito o reconhecimento da qualificação profissional dos arquitetos: a 4 de março entra em vigor a Lei 9/2009 – transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n°2005/36/CE do Parlamento e do Conselho, relativa às qualificações profissionais – e a 3 de julho é publicada a Lei 31/2009, na qual se estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração de projetos, sendo, com esta lei, revogado o decreto lei 73/73. Fica estabelecido um período transitórios de 5 anos – havendo a intenção de assim permitir que técnicos não licenciados em arquitetura, e que até então elaboravam projetos, pudessem realizar a formação académica necessária para o continuar a fazer.

A entrada em vigor da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho constituiu, nas palavras de Meneres Pimental “um marco histórico” (Meneres Pimentel, 2015)

Se este processo correspondeu a um aparente interesse e consenso político, relativo à arquitetura, aos arquitetos e ao seu papel na sociedade – concluindo-se em 2015 com a publicação da PNAP – o ano 2017, apenas dois anos depois, ficará marcado por um recuo no que parecia ser a compreensão do papel da arquitetura e da sua relevância. No entanto, apesar do crescente mediatismo dos arquitetos e da arquitetura nacional, novos indícios de incompreensão sobre a disciplina e profissão foram dados. Nestes sinais contraditórios temos que, no ano de 2013, o então Secretário de Estado da Cultura (SEC), Jorge Barreto Xavier em entrevista inserida

⁴²³ No entender da arquiteta Helena Roseta (2017) (deputada na Assembleia da República, desde 2015), conforme refere em comunicado do ano 2017: “A questão não é apenas corporativa, é cultural. A regulação deontológica é um progresso para evitar a lei da selva e defender o consumidor. Se acreditamos que a arquitectura é serviço público, como dizia a primeira directiva “arquitectos”, é nosso dever batermo-nos pela sua salvaguarda. A arquitectura portuguesa tem dado grandes alegrias ao país.”

num artigo publicado no Jornal “Público”⁴²⁴ , transmite uma consideração francamente positiva da profissão e das práticas da arquitetura em Portugal. Nessa entrevista, a propósito do lançamento do plano de ação internacional, afirmava, o então SEC, que o ano de 2013 seria dedicado à arquitetura e que esta era, “sem dúvida, um dos grandes ativos contemporâneos portugueses.”

No mesmo artigo, é igualmente citado o então, presidente da Ordem dos Arquitetos, João Belo Rodeia, referindo este a necessidade de potenciar economicamente este recurso [arquitetura portuguesa, cujo prestígio nacional era garantido, em grande parte, devido à existência de dois prémios Pritzker, uma vez que após a atribuição deste prémio, em 1992, a Siza Vieira, no ano de 2011 seria de novo atribuído a um arquiteto português, no caso, Souto de Moura]. Tal *contra processo* é materializado pela discussão na Assembleia de República de uma nova proposta de alteração da Lei 31/2009, de 3 de julho, entretanto alterada, em 2015, para Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, no que respeita os atos próprios da arquitetura.



Figura 94 - Imagem da Assembleia da República no momento da discussão da petição “Arquitetura por Arquitetos” em julho de 2017.

[Fonte: <http://www.arquitectos.pt>]

Conforme análise detalhada, apresentada em documento, da Ordem dos Arquitetos:

⁴²⁴ Artigo intitulado “A Arquitetura é “sem dúvida um dos grandes ativos contemporâneos portugueses” (Amaral Cardodo, 2013)

“Apesar do amplo consenso que a nova lei reuniu e de não terem passado ainda cinco [anos] da entrada em vigor, entendeu o XIX Governo propor alterações à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho,” (...) aprovou em Conselho de Ministros uma Proposta de Lei, invocando a necessidade de harmonização com o futuro regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de construção G, determinado este pela Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro.” (...) A Proposta de Lei foi admitida na Assembleia da República em 14 de maio de 2014, como Proposta de Lei n.º 227/ XII (3.ª), de par com a Proposta de Lei n.º 226/XII (3.ª), em matéria de acesso e exercício da atividade de construção.” (...) O Decreto n.º 334/XII (4.ª) veio a ser promulgado pelo Presidente da República, em 8 de maio de 2015, e publicado como Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.” (Meneres Pimentel, 2015) Não terminaram no entanto, nesse ano de 2015, os avanços e recuos no processo de legitimação enquadramento legal da profissão de arquiteto.

Já no ano de 2017, surgem novas propostas de lei (pelos grupos parlamentares do PAN e do PSD) ⁴²⁶, tendo a proposta final sido vetada uma primeira vez pelo Presidente de República, Marcelo Rebelo de Sousa⁴²⁷. De novo levada à Assembleia da República, foi finalmente promulgada enquanto Lei n.º 25/2018 de 14 de junho.

[veja-se Quadro “Principais *momentos relativos ao enquadramento da prática profissional da arquitetura em Portugal*” anteriormente apresentado.]

⁴²⁶ Por proposta do grupo Parlamentar do PSD, é apresentado o Projeto de Lei 495/XIII, 2017 sugerindo a alteração à Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, que aprova o regime jurídico que “estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela sua direção”, sendo o sentido o de garantir o reconhecimento dos engenheiros civis considerando estarem abrangidos pelos direitos adquiridos.

Por proposta do grupo parlamentar PAN, é, por seu turno, apresentado o Projeto de Lei n.º 577/XIII/2.ª, o qual modifica “a norma referente à qualificação dos autores de projeto”, na Lei n.º 31/2009, e a proposta de Lei n.º 576/XIII/2.ª, que estabelece “o acesso às atividades no domínio da arquitetura”, ainda em relação às habilitações de acordo com a Diretiva 2005/36/CE. Em síntese uns e outros, procuram com os seus projetos Lei garantir a possibilidade de diversos profissionais (sobretudo engenheiros, mas também alguns Agentes Técnicos de Arquitetura e Engenharia), continuarem a elaborar projetos de arquitetura. Apoiam estas propostas no que consideram ser direitos adquiridos.

⁴²⁷ Marcelo Rebelo de Sousa alega então, que a lei deturpa o “largo consenso” criado por uma lei de 2009, que admitia um período de transição de cinco anos para que esses técnicos assinassem projetos, tornando o “regime transitório” em definitivo, “sem que se conheça facto novo que o justifique”. Ainda no site da Presidência da República é relembrado que a lei aprovada pela Assembleia revoga “legislação nomeadamente de 1973 e estabelecendo um regime de transitório de cinco anos para certos técnicos”, até 2015, altura em que esse prazo foi estendido mais três anos, até 2018. (João Relvas /Lusa, 2018)

Os recentes anos, de crise económica, marcaram profundamente o país e tiveram uma expressão particularmente violenta no grupo profissional dos arquitetos. Entre os arquitetos que saíram do país, na desilusão de não mais poder prolongar o inato otimismo de uma profissão que, à força de se projetar no futuro, nele tem de acreditar esperançosamente, e os que, ficando, se metamorfosearam em agricultores ou se dedicaram a outra qualquer atividade que garantisse um sustento possível, o perfil da profissão alterou-se.

Questiona Figueira (2016) se os arquitetos *viajavam apenas no lugar do morto* ser-lhes-ia possível *escrever o que lhes aconteceu*.

O acidente seria talvez previsível, mas não totalmente evitável. De qualquer forma, marcou um antes e um depois, e neste ponto procuramos grafar o que encontramos ao observar o ambiente profissional em Portugal neste início de século XXI.

Podemos referir alguns dados expressivos de um percurso específico de Portugal, da arquitetura e da sua prática profissional; no conjunto dos países da União Europeia, pertence ao grupo com maior número de arquitetos *per capita*.

De acordo com o relatório do estudo sectorial da profissão, realizado pelo Conselho dos Arquitetos da Europa (CAE) em 2016⁴²⁸, Portugal situa-se em segundo lugar – depois de Itália – no grupo de países com maior número de arquitetos por 1000 habitantes, com um ratio de 2.1 arquitetos, no caso português, e 2.6, no caso de Itália, sendo a média europeia de 1.0 arquitetos por 1000 habitantes.

Ainda, segundo o mesmo estudo, em 2016, o principal setor de atividade, na prática da arquitetura em Portugal, era o sector privado, sendo o perfil mais comum o de trabalhador por conta de outrem, existindo mais homens que mulheres a exercer a profissão (apesar da crescente presença do sexo feminino nos estabelecimentos de ensino).

O elevado número de cursos de arquitetura criados – ver *Quadro 3* relativo ao ensino da arquitetura em Portugal⁴²⁹ - que, dando resposta a uma grande procura, no final dos anos 1980, e início dos anos 1990, foram também impulsionadores da mesma – gerou um grande número de licenciados em arquitetura.

Toda uma geração terá procurado, em massa, uma profissão – cuja aura de charme, aliada ao potencial de um bom rendimento financeiro, atrairia milhares de jovens,

⁴²⁸ (Architects' Council of Europe, 2016)

⁴²⁹ Ver Anexos, Rede de estabelecimentos de ensino de arquitetura existentes em 2018 em Portugal

convencendo milhares de progenitores – um fenómeno ainda não inteiramente analisado e explicado.

Como se explicará que, num país onde não há (re)conhecimento ou estima particular relativamente à arquitetura, enquanto disciplina e produto resultante de um ato intelectual criativo, tantos jovens tenham desejado seguir essa formação?

Traçando o perfil do arquiteto e da profissão em Portugal no ano de 2006, refere Villaverde Cabral, alguns pontos que consideramos de particular relevo para a compreensão das motivações que levam os jovens à procura desta formação, bem como do comportamento deste grupo profissional e da sua imagem exterior:

“(…) a arquitetura em Portugal continua partilhada entre um ethos estético, que a colocaria entre as profissões artísticas, tipicamente caracterizadas nas últimas décadas por um crescimento exponencial da oferta profissional (Florida, 2002) sem medida comum com a procura de bens artísticos (Menger, 1999b), e um ethos tecnocientífico que, por seu turno, a colocaria no caminho do atual profissionalismo de base académica. Em suma, um conjunto de profissionais partilhado – se não mesmo espartilhado – entre vocação e profissão, (...) No limite, pode chegar a observar-se uma certa incongruência de status, nem sempre bem resolvida, entre a abundância de gratificações simbólicas associadas à realização da vocação e uma escassez, relativa pelo menos, das gratificações materiais associadas às profissões liberais de prestígio, como se espera da arquitetura. Por outras palavras, não só no plano dos rendimentos como também no das condições de exercício profissional, as gratificações materiais são frequentemente mais escassas do que no plano simbólico, como tende a suceder com as profissões de índole artística (...)” (Villaverde Cabral, 2006, p. 41)

Temos, nesta análise do ambiente arquitetónico em Portugal, um panorama particularmente complexo, no qual nos deparamos com falhas estruturais no apoio à prática profissional.

Por um lado, um não reconhecimento, por parte população, da importância da arquitetura no quadro de vida, conjuntamente com um excesso de profissionais, uma irregular distribuição dos arquitetos pelo território e uma fraca e fragmentada, organização profissional; por outro, encontramos uma elevada resiliência nos profissionais de diferentes gerações, uma regular procura de atingir uma elevada

qualidade, seja de projeto seja de execução de obra, e o reconhecimento dessa mesma a nível internacional.

Temos, em Portugal, um panorama diversificado, não correspondendo a um só perfil de práticas ou de grupos profissionais. Procurando encontrar as invariantes, apresentamos ainda uma análise relativa a diferentes dados, que nos permitirá ter uma perspetiva mais abrangente.

Através da análise de três estudos sectoriais⁴³¹, realizados no início do séc. XXI, é possível traçar uma perspetiva geral da situação da prática profissional.

Os efeitos da crise de 2008, sobre o sector da arquitetura, foram registados no estudo desenvolvido pelo Conselho de Arquitetos da Europa o qual, a Ordem dos Arquitetos nota, no qual se “refere o contexto desfavorável, de contração do sector da construção – entre 2008 e 2012 houve uma quebra de 32% nos serviços de arquitetura em toda a Europa – face ao incremento do número de arquitetos que resulta num desajuste entre a oferta e a procura.”

E observa ainda que “Portugal, o país mais “novo” da Europa-25, com mais de 60% de arquitetos abaixo dos 45 anos, apresenta a mais elevada taxa de desemprego, e situa o rendimento médio anual dos arquitetos em menos de 15.000 euros, cerca de 2,5 salários mínimos nacional mensais.”

Esta notícia, publicada no site da Ordem dos Arquitetos (Profissão, 2013) refere ainda outro estudo realizado pela empresa DOMP em 2013.

Entre os anos 2000 e 2011 registou-se um decréscimo do número de inscritos nos cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo; foi igualmente diminuindo o número de empresas cuja atividade económica principal é a arquitetura, passando de 10.206, em 2007, para 9.456, em 2010, o que corresponde a menos 7,8%. O volume de negócios das mesmas diminuiu, igualmente, em 19,1%.

A distribuição geográfica destas empresas, cuja maioria é de pequena dimensão - com menos de 10 funcionários - correspondia a 4.228 (44.7%) na região de Lisboa, 2.724 (28.8%) no Norte, 1.328 (14%) no Centro, 850 (9%) no Sul e 326 (3.5%) nas Regiões Autónomas.

A conclusão desta “notícia” confirma, em 2013, alguns dados e perspetivas apontados já no estudo de 2006, como sejam: “alteração do universo da classe, nomeadamente

⁴³¹ Estudo do Conselho dos Arquitetos da Europa CAE-ACE “La profession d’architecture en Europe 2016, une étude de secteur”; “Profissão: Arquitecto/a” de Manuel Villaverde Cabral (coordenação), em 2006 e ainda através do estudo de setor promovido pela Ordem dos Arquitetos em 2013 (DOMP, 2013).

pelo aumento de profissionais do género feminino (42.1%); o aumento exponencial de novos arquitetos em que mais de metade se formou nos últimos doze anos; a concentração de profissionais nas duas grandes metrópoles, Lisboa e Porto,(...)” (idem)

[em concordância com o perfil geográfico que apresentámos, no ponto relativo à análise sociocultural, e a permanente tendência de hiperconcentração populacional e de serviços na faixa litoral, com particular concentração nos dois polos metropolitanos de Lisboa e Porto].

Verificou-se, igualmente, um aumento do número de profissionais “em nome individual ou em estrutura de microempresa. Estas tendências encontram-se no contexto da Europa Comunitária, com maior incidência nos países do Sul, onde nos últimos vinte anos se registou um aumento significativo de novos cursos de arquitetura; o número de arquitetos registados cresceu 10%, entre 2008 e 2012, num total de cerca de 536.000 profissionais. “(idem)

Considera, a O.A., serem preocupantes as tendências apontadas nestes resultados, nomeadamente “a flexibilidade da profissão e o posicionamento do arquiteto face ao “mercado” de trabalho. O desemprego entre arquitetos duplicou entre 2008 e 2012 de acordo com o estudo realizado pelo CAE. “(ibidem)

A questão do desemprego é outro dos fatores de preocupação, sendo exposto, no estudo nacional, que a grande maioria “de membros que não exercem no domínio da arquitetura estão desempregados. São apenas 7.2% aqueles que exercem numa outra área que não da arquitetura. Este número é revelador de um certo hermetismo da atividade profissional e das escassas valências da profissão resultantes da formação do arquiteto perante um mercado de trabalho cada vez mais difícil e exigente. Estes dados permitem antever um rápido aumento na taxa de desemprego entre os arquitetos para os próximos tempos. (...)”⁴³⁴

Por seu turno, o estudo europeu – realizado pelo CAE em 2016 - refere uma “nova normalidade” (*new normal*) do estado da profissão, traduzida pela redução da dimensão das estruturas dos gabinetes e pelo crescimento exponencial de empresas

⁴³⁴ Segundo trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Serviços e Honorários, no Pelouro da Profissão da Ordem dos Arquitetos em 2013.

de arquitetura com apenas um sócio e um arquiteto, implicando maior agressividade num mercado mais competitivo.

Um ambiente mais duro para o exercício da profissão, onde se destaca a redução drástica de prazos e de honorários do projeto.

Consideramos, no âmbito do presente trabalho, que estes aspetos – competitividade, dureza de condições, redução de prazos e de honorários - sendo de um âmbito mais lato que o do próprio país em estudo, revelam um problema de fundo, fundamental para uma reflexão sobre o estado da disciplina e da profissão, sobre a qual nos iremos debruçar com maior detalhe nas conclusões da presente tese.

Ainda no estudo do CAE, em 2013, era apontado que os níveis de crescimento económico, que já se faziam sentir nos países do norte da Europa, representariam “um chamamento crescente à emigração de arquitetos do Sul para aqueles países.” Referiam, pelas respostas ao inquérito feito, que, “embora apenas 3% dos arquitetos europeus tenha, de facto, emigrado, em 2012, 35% admitem a emigração como uma hipótese de resolução da falta de trabalho.” (Ordem dos Arquitetos, 2013)

Não havendo ainda dados estatísticos publicados relativos ao estado da profissão nos anos pós troika, temos, no entanto, leituras realizadas por observadores atentos e posicionados no seio da organização da profissão, que sobre o tema têm vindo a partilhar informações. No editorial do Jornal Arquitetos nº256, (Melâneo & Moreira, 2018) é feito um balanço da situação da prática da arquitetura e dos arquitetos, na transição de 2017 para 2018.

Assinalando sinais de franca recuperação na construção e arquitetura, após os momentos de crise mais profunda, no início da década, associam este facto às atividades de reabilitação dos principais centros urbanos do país, com particular relevo para a arquitetura, através de projetos de reabilitação ou de reconstrução de edifícios, “fundamentalmente para habitação de luxo e de curta duração ou para uso hoteleiro.”

Reconhecendo a aceleração destes acontecimentos, a par de uma recuperação económica, no ano de 2017, associada ao setor imobiliário e a um progressivo crescimento da economia nacional, estabelecem uma relação com um impulso dado por novas estratégias na arquitetura, com vista a ultrapassar da crise, “com as quais se reinventou o exercício da profissão.”

A par destes movimentos, mantém-se, ou até mesmo se amplia, a tendência de internacionalização dos ateliers portugueses, sendo um vetor e objetivo de particular atenção para várias entidades nacionais – nas quais mais recentemente se podem incluir a Casa de Serralves ou a recém-inaugurada Casa da Arquitetura. A esta última, os autores associam ainda o processo de reconhecimento da produção teórica de arquitetura.

Por último, e ainda como sinal positivo, é apontada a diversificação da investigação e do ensino da arquitetura “encontrando novos formatos onde também as organizações de pesquisa extrauniversitárias vão ganhando o seu próprio espaço, resultando num cruzamento progressivo com o público mais geral.”

Segundo análise realizada pelo *Grupo de Trabalho Serviços e Honorários | Pelouro da Profissão* da Ordem dos Arquitetos no ano de 2013, verificou-se que a maior parte dos arquitetos / ateliers de arquitetura prestavam maioritariamente serviços a clientes particulares (72%), sendo que, no caso das pequenas estruturas (até 5 colaboradores), “sobretudo, a particulares e a gabinetes de arquitetura (53,3%), enquanto que, no caso dos (com mais de 10 colaboradores) se prestam mais serviços de arquitetura ao Estado.”

Detalhando ainda estes dados, verificamos que a tipologia de projeto preponderante corresponde à de habitação unifamiliar (79,6%).⁴³⁵

Nas práticas de projeto atuais dos ateliers portugueses a questão de se fazer *arquitetura portuguesa* deixou de ser debate. Segundo Jorge Figueira (2016) “não existe uma imposição de fazer arquitetura tradicionalmente portuguesa como também a questão de um urgente modernismo corbusiano, dos “cinco pontos”, desapareceu.”

As alterações que se têm vindo a efetuar nos modelos de práticas de arquitetura e nas próprias estruturas de trabalho – seja nas tipologias de atelier de diferente dimensão, seja na crescente existência de parcerias várias e de coletivos, por norma nos grupos de faixas etárias mais jovens – têm sido alvo de olhares analíticos e críticos de diferentes autores.

⁴³⁵Conforme estudo promovido pela Ordem dos (Grupo de Trabalho Serviços e Honorários | Pelouro da Profissão, 2013, pp. 12-13)

A propósito da metáfora de Nani Moretti, em *Habemus Papam*, refere Figueira (2016, p.19) que “há hoje uma sensação na Europa, como em Portugal, que também na arquitetura se chegou ao fim de uma época.” o que segundo Hans Ibelings estará relacionado com um “declínio demográfico e económico (...) terá consequências palpáveis para arquitetura. “ (Ibelings, 2011)

Refere, ainda Figueira, que se sente que “há hoje um clima de parcerias e migrações, nas universidades e nos ateliers. E pode haver um reboot: os arquitetos têm espírito crítico e entusiasmo (antes da “vida real” os transformar em cínicos, dois ou três anos depois de saírem das escolas); são obrigados a um certo otimismo”. Mais adiante prossegue “também em Portugal – especialmente em Portugal – passou o tempo das grandes obras e dos equipamentos luxuriantes. “(...) temos de improvisar”. (op.cit)

Relativamente à questão do sucesso dos arquitetos, e dos diferentes modelos de práticas a nível internacional, refere ainda Figueira, numa análise crítica a um texto de Paulo Martins Barata – onde este se refere a uma falaciosa propaganda de sucesso e a uma incapacidade de se trabalhar com “os modelos e códigos internacionais do mercado de projeto” – que o seu “ponto que a arquitetura portuguesa tem-se feito contra ou para lá desses “modelos e códigos”. Adiante, refere que “é o impulso autoral que nos dá singularidade e, no limite, valor de mercado.” Mais: “resta saber se o domínio desses “códigos” não mata a diferença que a arquitetura portuguesa ainda terá para mostrar. Continua, dizendo ainda que talvez seja assim, aliás, na relação conflituosa que temos com a Europa: aceitar os códigos do Norte; ou defender especificidades a Sul. “(idem, p.26)

Premiação

A qualidade em arquitetura, aferida pela validação no seio da profissão, através da atribuição de prémios, resulta de processos de crítica disciplinar.

Esta validação, através de concursos e prémios de arquitetura, implica um enquadramento teórico como ponto de partida. Para olhar, e julgar, a arquitetura “a

crítica arquitetónica será fundamental para a avaliação” [de um projeto, da obra de um arquiteto].⁴³⁹

Sendo este o processo utilizado na atribuição de prémios de arquitetura, utilizamos aqui o levantamento de obras portuguesas premiadas, nacional e internacionalmente, como exemplos validados de obras e arquitetos que exemplificarão a qualidade da arquitetura portuguesa.

Através da análise de 4 prémios – Prémio Secil, Prémio Aica (ambos de âmbito nacional), Prémio Mies Van der Rohe (de âmbito europeu) e Prémio FAD (de âmbito ibérico) – iremos aferir um perfil de arquitetura nacional.

Prémios Secil, instituídos por iniciativa da empresa de betões Secil, no ano de 1992, com o objetivo de *incentivar e promover o reconhecimento público da qualidade de obras feitas por portugueses com a utilização do material que constitui o cerne da atividade da Secil, o cimento.* (Secil , 2019)

A garantia de elevados padrões de seleção e crítica será assegurada pelas entidades envolvidas, como seja a Ordem dos Arquitetos, sendo este um prémio com o Alto Patrocínio da Presidência da República.

⁴³⁹ Matti K. Mäkinen , citado por Magnus Rönn em artigo e conferência relativo aos processos de avaliação em concursos de arquitetura, em Maio 2010. (Rönn, 2012, p. 167)

Quadro 25 - Prémios Secil [desde o início, 1992, até à última edição, 2012]			
ano	obra	autor	localização
1992	Casa das Artes	Souto de Moura	Porto
1994	Escola Superior Comunicação Social	Carrilho da Graça	Lisboa
1996	Edifício Castro e Melo (recuperação)	Siza Vieira	Lisboa
1998	Escola Superior de Arte e Design	Vitor Figueiredo	Caldas da rainha
2000	<i>Facultade das Ciencias da Informacion</i>	Siza Vieira	Santiago de Compostela
2002	Casa Pacheco de Melo	Pedro Maurício Borges	S. Miguel, Açores
2004	Estádio Municipal de Braga	Souto de Moura	Braga
2006	Centro Desportivo Ribera Serrallo	Siza Vieira	Barcelona
2008	Edifício Administrativo e Show-room	Nuno Brandão Costa	Paredes
2010	Casa das Histórias Paula Rego	Souto de Moura	Cascais
2012	Reabilitação Escola Básica Francisco Arruda	José Neves	Lisboa

Fonte: elaboração própria.



Figura 95 - Imagem da Casa das Artes, Secretaria de Estado da Cultura, Porto, prêmio Secil 1992, da autoria de Souto de Moura, 1992.

[Fonte: <http://www.secil-group.com/prizes/arquitetura-1992/>]

O edifício da Casa das Artes, Secretaria de Estado da Cultura, de Souto de Moura, marcará os anos 1980 de forma particular. Diz-nos Figueira (2007, pp. 184-185) que “surge como uma “contraimagem face à emergência de um pós-modernismo sustentado por uma historicidade ficcionada, segundo um critério de “paródia”. “A Casa das Artes dará lugar a uma “linguagem” onde o “muro de pedra” toma o lugar das colunas clássicas enquanto representação de “identidade “ e “pertença”(...)”



Figura 96 - Imagem da Escola Superior de Arte e Design , Caldas da Rainha, prêmio Secil 1998, da autoria de Vítor Figueiredo, 1997.

[Fonte: <http://www.secil-group.com/prizes/arquitetura-1998/>]

Na Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha – cuja obra se contextualiza no momento de descentralização do ensino superior dos anos 1980, Vítor Figueiredo

irá criar “eventos arquitetónicos - grandes escadarias, pé direito duplo - que quebram a distribuição homogénea das oficinas e aproveitam a luz natural penetrada pelo espaço, as janelas de comprimento e a brisa do sol compondo as fachadas.”⁴⁴¹

Os *prémios AICA*⁴⁴² correspondem à seleção, anual, de um artista plástico e de um arquiteto “merecedores de um prémio nacional”. Conforme site oficial, nos selecionados “artistas deverão ter já um currículo apreciável no ano de atribuição, e serve de pretexto alguma manifestação cultural de que sejam autores, no ano anterior, seja a realização de uma exposição, seja a conclusão de uma obra em espaço público, etc.” O prémio tem ainda, desse modo, um objetivo “junto do grande público.”



Figura 97 - Imagem da *Quinta da Malagueira*, Évora da autoria de Álvaro Siza Vieira, prémio AICA 1981.

[Fotografia: Cristina Castelo Branco, 2018]

Desde 1981, o prémio “tem-se mantido ativo sem interrupções” (Ramos, 2011), pelo que , analisando a lista global destes prémios,⁴⁴⁵ podemos ter uma visão global das principais personalidades do meio da arquitetura portuguesa, ao longo desde a década de 1980 até ao início do século XXI.

⁴⁴¹ Conforme descrição do projeto , realizada no catálogo da exposição “Les Universalistes”, que aqui traduzimos do original em francês. (Grande N. c., 2016, p. 228)

⁴⁴² AICA - Associação Internacional de Críticos de Arte, sediada em Paris, criada em 1948 como uma ONG, no âmbito da UNESCO. Sendo nesse mesmo ano criada a Secção Portuguesa, a finalidade da AICA é *auxiliar e promover a actividade crítica. Entre outros aspectos desta actividade, consta a presença em júris de selecção e a premiação, de modos muito variados.* (AICA Associação Internacional de Críticos de Arte, 2019)

⁴⁴⁵ Ver Anexos (Prémios AICA 1981 - 2017)

O prémio de arquitetura, atribuído pela primeira vez em 1981, a Álvaro Siza Vieira, pelo projeto da Quinta da Malagueira, contemplaria o percurso do arquiteto, considerando o júri que “Tal como a sua extensa obra anterior, internacionalmente reconhecida pela originalidade da linguagem e vinculação às raízes da arquitetura portuguesa, a obra agora distinguida define uma criação, certamente merecedora da mais ampla audiência nacional.” (idem)

No final da década seguinte, no ano da Exposição Mundial de 1998, que viria alterar o perfil urbano da capital⁴⁴⁶, seria o prémio atribuído a Manuel Salgado.

Na ata do júri refere-se, para além do reconhecimento do conjunto da obra do arquiteto, o projeto do Centro Cultural de Belém “ (feito em parceria com o Arq. Vittorio Gregotti, em 1989/93) e o mais recente trabalho, de carácter urbano, consubstanciado no Plano de Pormenor (PP2) para o recinto da Expo’98, bem como o respetivo projeto de espaços públicos. “

Já referente ao início do século XXI, denote-se o caso do arquiteto Paulo David que, tendo sido finalista do prémio FAD, no ano de 2005, com a Casa das Mudanças no Funchal - obra ainda reconhecida com o Prémio Mies, nesse mesmo ano - receberia o prémio AICA, em 2006. O percurso do arquiteto havia já sido premiado internacionalmente, em 2012, com a atribuição da medalha Aalto.

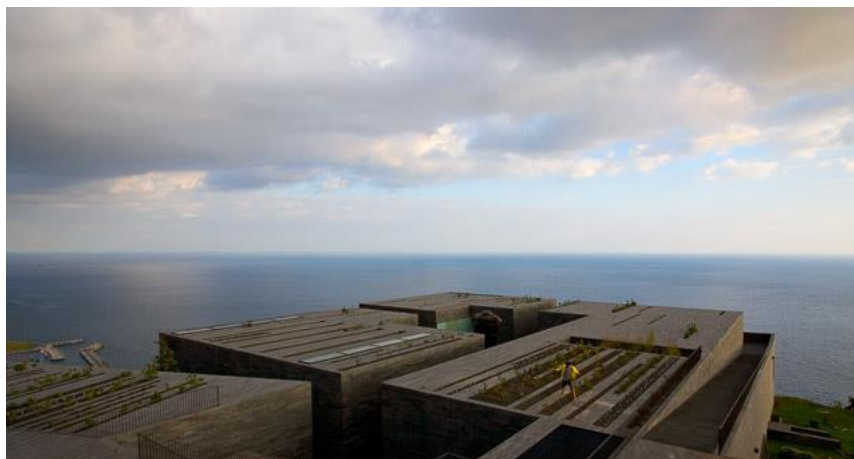


Figura 98 - Imagem do Centro de Artes - Casa das Mudanças, Paulo David, Funchal 2004.

[Fonte: <http://ultimasreportagens.com>]

⁴⁴⁶ Estabelecendo uma relação entre a época dos Grands Travaux de Paris, lançados por Mitterrand, e o processo vivido em Lisboa nos anos 1990, refere Grande (2013), “*embora noutra escala, a capital portuguesa atravessou um idêntico processo nesse período, balizado entre a presidência da CEE, em 1992, e a organização da Exposição Internacional de Lisboa, em 1998 (Expo’98)*”. (Grande N., 2013, p. 62)

Prémio de Arquitetura Contemporânea da União Europeia- Prémio Mies van der Rohe trata-se de um prémio bienal, cujo objetivo é reconhecer, e recompensar, a qualidade da produção arquitetónica na Europa. (Mies Award, 2019)



Figura 99 - Imagem do Banco Borges & Irmão, Vila do Conde, da autoria de Siza Vieira, 1986, prémio Mies van der Rohe em 1998.

[Fonte: <http://www.herearchitecture.com>]

Conforme exposto no sítio oficial, “O prémio chama a atenção para a importante contribuição de profissionais europeus para o desenvolvimento de novas ideias e tecnologias. Oferece igualmente, aos cidadãos e instituições públicas, uma oportunidade para entender melhor o papel cultural da arquitetura na construção de nossas cidades.” (idem)

A primeira edição deste prémio ocorreu no ano de 1988, tendo sido primeira classificada a obra do Banco Borges & Irmão, em Vila do Conde, da autoria de Álvaro Siza.



Figura 100 – Imagem do Arquipélago, Centro de Artes Contemporâneas, Ribeira Grande, prémio FAD 2016, da autoria de João Mendes Ribeiro, Cristina Guedes, Francisco Vieira de Campos, 2014.

[Fonte: <http://arquipelagodeartes.azores.gov.pt/en/arquipelago2/centro-de-artes/>]

A fim de verificar a presença portuguesa ao longo das várias edições do prémio, elaborámos um quadro⁴⁴⁷ indicativo de todos os projetos / obras portuguesas que, ao longo das décadas, estiveram presentes, tendo uns sido premiados, outros seleccionados ou finalistas,

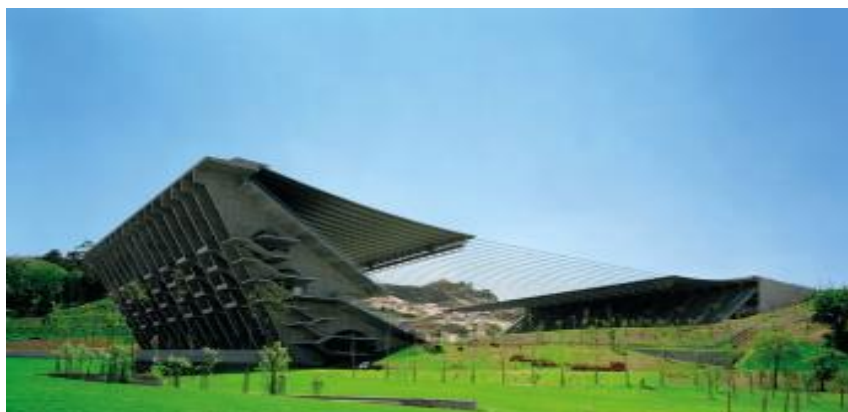


Figura 101 - Imagem do Estádio do Braga , Braga, da autoria de Souto de Moura, 2003, finalista do prémio Mies van der Rohe em 2005.

[Fonte: <https://www.miesarch.com>]

Na leitura do quadro, afere-se a contante presença nacional, sinal de um reconhecimento internacional da qualidade da prática da arquitetura nacional.

Podemos igualmente notar o facto de - apesar da anteriormente referida tendência de localização geográfica de ateliers na faixa litoral do país, com particular polarização nas áreas de Lisboa e Porto - muitas das obras aqui presentes se localizarem em distintos pontos do território nacional, incluindo as regiões autónomas da Madeira e Açores, como é exemplo o projeto selecionado em 2015, relativo ao Centro de Arte Contemporânea - Arquipélago, da autoria de Menos é Mais Arquitetos e João Mendes Ribeiro, situado na Ribeira Grande, Açores, que viria a receber o prémio FAD no ano seguinte.

⁴⁴⁷ Ver anexos “Prémio de Arquitetura Contemporânea da União Europeia – Prémio Mies van der Rohe – representação portuguesa (em Portugal) de 1988 a 2017”



Figura 102 - Imagem do Centro de Artes de Sines, Sines, da autoria de Aires Mateus, 2005, finalista do prémio Mies van der Rohe em 2007 e prémio AICA/MC em 2005.

[Fonte: <http://ultimasreportagens.com/>]

Quadro 26 - Prémio de Arquitetura Contemporânea de la União Europeia - Prémio Mies van der Rohe - representação portuguesa (em Portugal) [de 1988 a 2017]				
Ano	Classificação	Obra	Autor	Localização
1988	1º prémio	Banco Borges & Irmão	Álvaro Siza	Vila do Conde
2005	Finalista	Estádio Municipal de Braga	Souto de Moura	Braga
2007	Finalista	Centro de Artes de Sines	Aires Mateus	Sines

Fonte: elaboração própria.

Os *Prémios FAD*, organizados em Barcelona pelo *Fomento das Artes Decorativas*, a partir de 1958, foram impulsionados pelo arquiteto Oriol Bohigas. De início, estes prémios pretendiam reconhecer os resultados de uma ainda incipiente arquitetura contemporânea.

Conforme refere o site oficial, desde o início, “os prémios FAD premeiam ano após ano as melhores obras da arquitetura de Barcelona, Catalunha e da Península Ibérica. E eles fizeram isso com independência e perseverança e superando todos os tipos de dificuldades, para se tornarem os mais antigos prémios na Europa - e talvez do mundo - e em alguns dos mais prestigiados.”

Sintetizamos aqui algumas das obras nacionais premiadas entre os anos de 2013 e 2018.

O quadro 27 elaborado refere-se apenas aos últimos 5 anos – 2013-2018 – os quais tomamos como representativos deste fenómeno de reconhecimento disciplinar internacional da qualidade das práticas de arquitetura nacionais.

Quadro 27 – Prémios FAD [últimas 5 edições, de 2013 a 2018] (excerto de quadro, ver versão extensa em Anexos)				
Ano	Classificação	Tipologia	Obra	Autor
2013	premiado	Arquitetura	Escola Básica Secundária de Sever do Vouga	Pedro Domingos
2014	premiado	Arquitetura	Percurso Pedonal assistido da Baixa ao Castelo de São Jorge	João Pedro Falcão de Campos
2016	premiado	Arquitetura	Arquipélago, Centro de Artes Contemporâneas	João Mendes Ribeiro, Cristina Guedes, Francisco Vieira de Campos
2017	premiado	Pensamento e crítica	Uma anatomia do Livro de Arquitetura	André Tavares
2017	premiado	Cidade e paisagem	Praça Fonte Nova	José Adrião

Fonte: elaboração própria.

Das 4 categorias de prémios FAD existentes, apresentamos aqui 3, relativas a Arquitetura, Cidade e Paisagem e a Pensamento e Crítica.

As nomeações na categoria pensamento e crítica, demonstrarão a crescente produção crítica e teórica portuguesa e o seu positivo acolhimento além-fronteiras, demonstrando a existência de uma dinâmica disciplinar, [mesmo que em ambientes muitas vezes não propícios à sua produção].



Figura 103 - Imagem da capa do Livro “Uma Anatomia do Livro de Arquitectura”, da autoria de André Tavares, edição Dafne Editora, 2015, premiado no prémio FAD, categoria Pensamento e Crítica no ano de 2017.

À semelhança do sucedido nos demais estudos de caso analisados no presente trabalho, concluímos a análise do ambiente profissional e produção arquitetónica, em Portugal, apresentando um quadro com os principais dados relativos à situação da prática profissional, ao seu enquadramento e à produção arquitetónica no país.

Quadro 28- Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) - Portugal	
Questões	Dados
Arquitetos/população	n° total de arquitetos: 23 000arqs. n° de arquitetos por 1000 habitantes: 2.23 homens/mulheres : 54% / 46%
Estrutura académica / cursos	A formação é realizada em cinco anos, o que corresponde a Mestrado Integrado, sendo a seleção realizada por notas médias de entrada. A formação académica corresponde ao nível de Mestrado em Arquitetura. Após formação académica é obrigatória a realização de estágio profissional por um período mínimo de 12 meses, cuja organização cabe à Ordem dos Arquitetos. Não existe obrigatoriedade de formação contínua.
Organização da classe profissional	Obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Arquitetos para o exercício da profissão.
Premiação Nacional	Diferentes tipologias de prémios: nacional, municipal, privado (empresas), orientados para prémios de carreira, para projetos concretos com tema definido pela entidade organizadora, para jovens profissionais, para estudantes. <i>Prémio Secil</i> , prémio anual de âmbito nacional “cujo objetivo maior consiste em incentivar e promover o reconhecimento público da qualidade de obras feitas por portugueses com a utilização do material que constitui o cerne da atividade da Secil, o cimento.” O relevo deste prémio é atestado por lhe ser atribuído o Alto Patrocínio da Presidência da República. (http://www.secil-group.com/prizes/arquitetura) <i>Prémio AICA</i> (secção Portuguesa), prémio anual atribuído a duas personalidades das respetivas áreas (artes visuais e arquitetura), <i>cujo percurso profissional seja considerado relevante pela crítica e cujo trabalho tenha estado particularmente em foco, no ano a que o Prémio diz respeito.</i> (http://www.aica.pt/pt/premios/premio-aica-ministerio-da-cultura-de-artes-visuais-e-arquitectura/) <i>Prémio Archiprix Portugal distingue anualmente os melhores trabalhos de fim de curso de mestrado apresentados nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Paisagista.</i> (http://www.archiprix.pt/national/index.php) <i>Prémio Vasco Vilalva</i> , na área da recuperação e da valorização do Património, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, <i>destinado a assinalar intervenções</i>

	<p><i>exemplares em bens móveis e imóveis de valor cultural que estimulem a preservação e a recuperação do Património.</i> (https://gulbenkian.pt/iniciativas/premios/premio-vasco-vilalva/)</p> <p><i>Prémio Fernando Távora, promovido pela Ordem dos Arquitetos (AO)-Secção Regional Norte (SRN), destinado a atribuir uma bolsa de viagem, aberto a todos os arquitetos inscritos na OA, para a melhor proposta de viagem de investigação, a seleccionar por um júri nomeado, todos os anos, para o efeito.</i> (http://www.oasrn.org/premio.php?inf=premio)</p>
Premiação internacional	Atribuição do Prémio Pritzker, por duas vezes: a Siza Vieira, em 1992, ⁴⁵⁰ e a Souto de Moura, no ano de 2011 ⁴⁵¹
Publicações especializadas	<p>Arq/A - (Portugal)</p> <p>Arquitectura Ibérica - (Portugal / Espanha)</p> <p>Arquitecturas (Portugal)</p> <p>Arquitectura e Construção - (Portugal)</p> <p>Arquitectura e Vida - (Portugal)</p> <p>House Traders - (Portugal)</p> <p>In Si(s)tu - (Portugal)</p> <p>J-A Jornal Arquitectos</p> <p>Joelho: Revista de Cultura Arquitectónica (Portugal)</p> <p>Lusófona de Arquitectura e Educação, Revista - (Portugal)</p> <p>NU - (Portugal - Estudantes)</p> <p>Prototipo - (Portugal/Holanda)</p> <p>PLAN (Planeamento) - (Portugal)</p> <p>Arquitectura e Vida</p> <p>Revista Arquitectos</p>

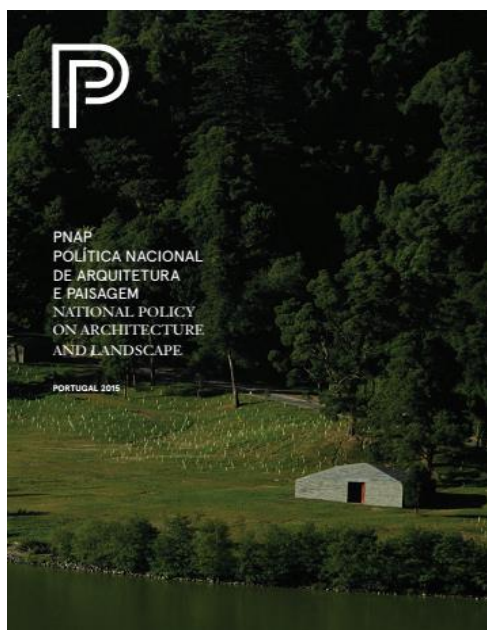
⁴⁵⁰ Nas palavras do júri do Pritzker Prize, muito embora este rejeite categorizações, entendem a sua arquitetura com uma extensão dos princípios e da sensibilidade estética do Modernismo, ao mesmo tempo que é também respeitadora das tradições do seu país, respeito pelo contexto bem como pelo tempo no qual o arquiteto trabalha, na sua contingência, constrangimentos e desafios. (Pritzker Prize, 2018)

⁴⁵¹ Refere, o júri do prémio, a versatilidade na sua prática profissional, avaliando a diversidade de encomendas capaz de desenvolver com sucesso, da escala doméstica à urbana. Referem ainda que, “na sua aparente simplicidade formal, os seus edifícios tecem complexas tramas de referências a características regionais, da paisagem do sítio ou da história da arquitetura de uma forma mais global. Em síntese, referem a sua capacidade única de abarcar a realidade através da abstração, criando uma linguagem arquitetónica que transforma “physicality into the metaphysical.” (Pritzker Prize, 2018)

Qualidade de vida dos arquitetos	Rendimento médio anual por estrutura (€) (2 pessoas) 32.997€ (5 a 10 pessoas) 183.540€
Estruturas de prática profissional	a maioria dos arquitetos em Portugal trabalha no sector privado (75%) seja em ateliers / sociedades, seja como <i>freelancers</i> (17%) Cerca de 25% dos arquitetos trabalho no sector público (central, local).
Estruturas de divulgação e promoção da arquitetura	Para além de diversas ações promovidas pela Ordem dos Arquitetos, através das suas secções regionais, a Casa da Arquitetura tem vindo a desempenhar um importante papel nesta área, desde a sua fundação em 2007.

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e CAE, consultados em 2018

3.1.3 Análise documental da política de arquitetura em Portugal



O presente ponto corresponde à análise documental das publicações relativas à política de arquitetura existentes no país. Além do documento específico da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)⁴⁵⁴, aprovado em Conselho de Ministros em 2015, considerámos necessário analisar um segundo documento, relativo ao “Plano de Ação para Implementação da PNAP”⁴⁵⁵, (CAAP - Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e da Paisagem, 2016), que nos permite aprofundar a situação atual da política de arquitetura em Portugal.

Apoiamo-nos igualmente no documento de proposta de PNAP, elaborado para servir de base à consulta pública realizada em 2014.

- PNAP - Política Nacional de Arquitetura e Paisagem
- Plano de Ação - Documento (não publicado), relativo à Implementação da PNAP, elaborado pela Ordem dos Arquitetos em 2016 À semelhança do realizado aquando da análise das políticas de arquitetura, no capítulo II da presente tese, aplicamos aqui um quadro analítico.

⁴⁵⁴ À data da elaboração da presente análise (2017), o documento *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem* (PNAP) não se encontrava ainda publicado em formato papel de difusão geral, estando, então, acessível em formato digital, através dos seguintes sítios:

Portal da Habitação: <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/index.jsp>

CAE-ACE: <http://www.ace-cae.eu/>

Ordem dos Arquitectos (O.A.): <http://www.arquitectos.pt/>

Tratando -se, no entanto de uma Resolução do Conselho de Ministros (45/2015 de 7 de julho), esteve disponível em Diário da Republica desde essa data. As análises realizadas foram elaboradas a partir das fontes online.

⁴⁵⁵ Documento não publicado

Quadro 29 - Análise documental da política de arquitetura. Estrutura de análise aplicada ao documento de Portugal	
Estruturas (de narrativa do documento); Sistemas (de transmissão do documento); Produtos (âmbito, compromisso, grupo alvo)	
Temática	Questões
Estrutura dos documentos	Neste primeiro ponto, aferimos a que público se dirige o documento, qual o tipo de linguagem utilizado, quais os objetivos gerais apresentados e se estes são de carácter vinculativo ou de orientação.
Estrutura político-administrativa	Neste ponto, aferimos quais as tarefas ou deveres apontados no documento, qual a tipologia e organização das instituições envolvidas, a quem se deve a responsabilidade de elaboração do documento e quem se responsabiliza pelo mesmo.
Missão central	Neste terceiro ponto, identificamos os princípios da missão central do documento, o nível de acordo estabelecido para essa mesma missão, quais os objetivos propostos e as (possíveis) repercussões nas práticas arquitetónicas.
Tomada de decisão	Neste quarto ponto, procuramos saber que domínios se pretende influenciar e quais as estruturas visadas. Igualmente, procuramos aferir a forma de alcançar consensos e que dados são utilizados no processo como suporte de decisão.
Prossecação de objetivos	Neste quinto ponto, analisamos a orientação temporal do documento (aplicação, revisão), as consequências que poderá vir a ter na prática profissional, a relação da estratégia política com o tempo (passado, presente, futuro), as soluções que aponta e se estas passam pela investigação e desenvolvimento, como aborda a questão da inovação e a standardização, e que ações e prazos são apresentados.
Estruturas invisíveis, / natureza relações humanas	Neste último ponto, averiguamos o carácter público ou privado da política proposta, os possíveis impactos do Estado Social, quais os princípios e objetivos definidos e ainda se, e como, funciona a regulação da interação social (nível de envolvimento dos atores).

Fonte: elaboração própria.

Estrutura dos documentos

Para um mais claro enquadramento deste ponto de análise documental da PNAP, apresentamos uma breve síntese do processo de criação da PNAP:

Em 2007 há uma primeira referência à política nacional de arquitetura no PNPOT – lei 58/2007 de 4 de setembro (revogada pela lei 99/2019 de 5 de setembro, que fez a primeira revisão do PNPOT), sendo então João Ferrão secretário de Estado do Ordenamento do Território.

Dois anos mais tarde, em 2009, é elaborado um Despacho (não publicado em DR) que cria o Grupo de Trabalho para definir os conceitos e os princípios gerais da PNAP. Este Grupo de Trabalho integra DGOTDU, IGPA, OA, OAP, ANMP e ainda 6 personalidades

No ano seguinte, em 2010, é publicado o Despacho 3718/2010 de 1 de março, da SEOTC do MAOT, confirmando o mandato do Grupo de Trabalho para a Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem (GT/PNAP). É então alargado esse Grupo de Trabalho, por despacho do MAOTDR de julho de 2009, envolvendo mais dois ministérios.

Três anos depois, é publicado Despacho 9010/2013 de 10 de julho, do MAMAOT o qual cria a Comissão Redatora da Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, que tem por missão apresentar ao Governo o projeto de documento da Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem.

Em 2014 é deitado o documento de PNAP, que veio a servir de base à consulta pública e que é referenciado no Anexo da presente tese.

Finalmente em 2015 é aprovado pelo Conselho de Ministros a PNAP, em anexo à RCM 45/2015, sendo então criada uma Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e da Paisagem. O documento PNAP 2015, cuja capa se apresenta na pág 308, é a versão ilustrada do Anexo à RCM 45/2015.

Na parte inicial do documento – *livro* publicado em 2015, cuja capa anteriormente apresentamos e que consta dos anexos à presente tese - é feita a transcrição da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, publicada em Diário da República (1.ª série n.º130, 7 de julho de 2015), indicando que:

Na sequência da apresentação do projeto de documento da PNAP pela Comissão Redatora da Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, o Governo promoveu a respetiva consulta pública (...) documento final, que agora se visa aprovar.

Esta Resolução dá indicações para a formação de uma Comissão Redatora da PNAP.

O documento elaborado estrutura-se em cinco pontos, subdivididos em diversos subpontos.

Os principais itens correspondem a: Introdução; Enquadramento; Ambição; Objetivos; Implementação.

Os fundamentos do documento são apresentados de início, no ponto relativo à *Introdução: valorizar a qualidade do ambiente natural e construído, da arquitetura e da paisagem em Portugal e ampliar a atuação de Portugal no quadro dos compromissos internacionais (...).*

No capítulo “Objetivos” refere-se que a PNAP tem como principal finalidade o definido em 5 pontos, relativos a: qualidade de vida e bem-estar; desenvolvimento sustentável; património cultural e natural; cultura cívica territorial; e economia nacional.

Estes objetivos gerais são de carácter orientador e genérico, embora, no ponto 4, se defina com maior detalhe o que antes foi enunciado. Para cada um destes 5 pontos são detalhados entre 4 a 5 tópicos.

Estes tópicos são apresentados fazendo uso de um discurso direto, que permite reforçar a ideia de inteligibilidade da mensagem que se pretende que seja clara e de carácter orientador.

São utilizados verbos, que remetem para a ideia de ação, como: *promover; evidenciar; apostar; assegurar; estimular; contribuir; investir; incentivar; fomentar; implementar; mitigar; motivar; reforçar.*

Da análise destes pontos verificamos que, de forma indireta, são dadas indicações sobre os públicos aos quais se dirige o documento.

O principal “público” visado é o Estado, o qual deverá assegurar a “integração da arquitetura e da paisagem nas políticas de ordenamento do território e urbanismo e nas várias políticas sectoriais” (p.70). Deverá ainda promover e estimular a inclusão das “funções ecológicas de paisagem” nos instrumentos de gestão territorial” (p.70).

Mas a mensagem também se dirige a promotores privados e projetistas, como se poderá depreender no apelo ao estímulo e adoção de “práticas de projeto, de construção, de gestão e ordenamento das paisagens éticas e responsáveis” (p.70).

No entanto, grande parte das medidas são apontadas de forma assaz difusa no que diz respeito ao público ao qual se dirigem, pelo que as caracterizamos aqui como “genéricas”. São exemplo disso as seguintes expressões: promoção, proteção e valorização “do património natural e dos sistemas de produção agrícola”, investimento na qualificação “de todos os profissionais ligados à arquitetura e à paisagem” (p.71) ou, ainda, incentivo “à investigação e à educação ligada à construção sustentável”.

Os objetivos apresentados, em consonância com a tipologia do documento, são sobretudo de carácter genérico, de orientação e não vinculativos.

Não se identificando claramente quais os interlocutores a quem se dirigem as medidas e a implementação dos objetivos propostos, podemos, no entanto, deduzir, através de uma análise detalhada, que grande parte dos mesmos implicarão um público, ou um parceiro institucional estatal. Existem ainda outros indícios que nos sugerem um previsto, ou desejável, envolvimento dos cidadãos e de entidades da sociedade civil, bem como de distintos sectores de atividade, como o sector industrial, o do ensino e de diversas “áreas de negócio”.

Estrutura político-administrativa, estruturas de tomada de decisão

A responsabilidade da elaboração da PNAP coube à Comissão Redatora, definida e nomeada por Despacho do Governo (Despacho 9010/2013, de 10 de julho), sob tutela do então Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

A Comissão Redatora, que teve por missão elaborar e apresentar ao Governo o projeto de documento de Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, e que se manteve inalterada na sua composição para a elaboração do documento final, aprovado em Conselho de Ministros em 2015, era constituída por:

- Um representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), que preside (Vítor Reis);
- Um representante da Direção-Geral do Território (DGT) (Cristina Cavaco);

- Um representante da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) (João Carlos dos Santos);
- Um representante da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) (Madalena Oliveira e Silva);
- Um representante da Ordem dos Arquitetos (OA) (Jorge Bonito dos Santos);
- Um representante da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas (APAP) (Rosário Oliveira);
- Dois especialistas de reconhecido mérito nas matérias em apreço, a designar pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (Ana Tostões e Cristina Castel-Branco).

No que diz respeito às tarefas ou deveres indicados, sendo um documento do tipo “abrangente” e genérico, não são dadas indicações de carácter impositivo ou normativo. Também não são indicadas, em concreto, as instituições ou entidades a estarem envolvidas no processo de desenvolvimento e implementação da política de arquitetura. No entanto (e em particular no capítulo “Desafios”), é-nos possível identificar algumas das tarefas, e potenciais responsáveis pelas mesmas, como podemos verificar em seguida:

Tendo o Estado como responsável do desenvolvimento e/ou da implementação, cabe a este:

- “(...) aposta estratégica na reabilitação e regeneração urbanas e no desenvolvimento de mecanismos, no âmbito da política de solos, ordenamento do território e urbanismo (...)” (p.46);
- “aumentar a resiliência e eficiência territorial, do edificado e dos espaços urbanos, bem como promover a adaptação dos territórios e áreas urbanas aos efeitos das alterações climáticas (...) através do planeamento (...) no âmbito do ordenamento do território (...) e dos instrumentos de gestão territorial” (p.50);
- “Criação de uma Infraestrutura Verde (...) o regime Jurídico da conservação da natureza e da Biodiversidade deverá assegurar a evolução da atual Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) para uma infraestrutura Verde (...). Este desafio exige uma forte cooperação institucional com o sector privado (...)” (p.51);

- “[Fomentar o] robustecimento dos processos de regeneração inerentes à edificação, à urbanização, ao ordenamento e gestão da paisagem, fortalecendo as redes e estruturas de governança, a integração estratégica entre os vários sectores e níveis administrativos (...)” . (p.57).

Apresentado de forma genérica (sem indicação precisa de potenciais responsáveis), são indicadas as seguintes tarefas:

- A tarefa de proteger e valorizar o património cultural e paisagístico através de prevenção e redução dos “efeitos de sobre-exploração dos recursos culturais e naturais”;
- Relativamente à adoção de soluções sustentáveis, identifica-se a necessidade de se envolver diferentes partes que terão “contributos relevantes em diferentes áreas do conhecimento “(p.50);
- Valorizar a “arquitetura e da paisagem no âmbito de uma estratégia de recuperação e internacionalização da economia portuguesa “(p.55).

A orientação geral deste documento é no sentido de colocar a maior parte da responsabilidade da sua implementação nas mãos do Estado.

Dada a sua natureza transversal a vários sectores da Administração Pública, uma PNAP para Portugal deverá ambicionar potenciar a arquitetura e a paisagem como recursos estratégicos das políticas de desenvolvimento do país, aos níveis central, regional e local (p.60).

O documento procura ainda abranger outros sectores da sociedade sem, no entanto, especificar quais, referindo que se pretende que Portugal seja uma nação onde os cidadãos em geral e as organizações em particular, sejam elas públicas ou privadas, assumam a necessidade de contribuir para a divulgação e a disseminação das boas práticas e dos bons exemplos (...) (p.60).

No capítulo “Parceiros” identifica-se mais claramente quais os tipos de instituições a ser envolvidas no processo de implementação e desenvolvimento, o qual deverá passar “pela criação de uma rede aberta de parceiros públicos e privados, pessoas individuais e coletivas (...) “(p.76).

Neste mesmo ponto, estabelece-se a tipologia das entidades que deverão estar associadas a cada tipo de ação:

- a) Administração Central, a qual deverá integrar a temática da paisagem e da qualidade da arquitetura nas políticas sectoriais;
- b) Administração regional e local, que deverá “adequar as estratégias e linhas orientadoras definidas a nível nacional à sua realidade (...)”(p.76).;
- c) A Sociedade Civil e os cidadãos, a quem incumbe assegurar a participação “nos processos de planeamento e tomada de decisão”;
- d) O sector empresarial e privado, considerando que:
- e) O sector agrícola e florestal será “fundamental na construção da paisagem rural”;
- f) Ao sector imobiliário e da construção corresponderá garantir o contributo para a concretização de objetivos de qualidade e sustentabilidade” (p.78);
- g) Ao sector universitário corresponderá a responsabilidade de aumentar o conhecimento sobre o nosso território;
- h) Aos profissionais das áreas relacionadas com arquitetura, paisagem e construção), caberá dar resposta adequada e de qualidade à implementação das medidas de política que forem definidas;
- i) e ainda, como um apelo “genérico” a todos os cidadãos, é referido que Será criado um sistema de registo de parceiros no portal da PNAP, o que permitirá a adesão de todos os que pretendam participar na PNAP “(p.78).

Note-se que, seeà no documento “ PLANO DE AÇÃO DA PNAP 2020”, que serão apresenetas de forma mais clara as principais medidas a desenvolver, entidades envolvidas e propostos prazos de concretização, cuh=jo docupento analisamos mais à frente.

Missão Central

Conforme anteriormente referido, os principais objetivos do documento centram-se na promoção da qualidade de vida através do espaço construído e da paisagem (seja ela urbana ou rural). Essa promoção passa igualmente pela proteção de espaços (construídos ou não). As repercussões deste documento nas práticas arquitetónicas não se apresentam como tendo particular relevo. Desde logo, dado ser uma política na qual a Arquitetura é apenas uma das vertentes, sem um particular destaque em relação às demais – sendo a paisagem uma vertente aqui fundamental, englobando a

política de ordenamento do território, de urbanismo e de conservação da natureza. Podemos, no entanto, podemos pressupor que as possíveis repercussões a recair na arquitetura pertencem à esfera da divulgação e da investigação. A prática profissional, no entanto, poderá não sofrer uma particular mudança com a implementação da política. Aliás, verificamos que a prática profissional da arquitetura, a nível nacional, vai existindo e tendo os seus sucessos, em paralelo a qualquer ação do Estado, sem deste receber particular apoio (sendo mais possível verificar que a ação do Estado é muitas vezes mais desfavorável à prática do que facilitadora da mesma, como na situação da aplicação da atual Lei n.º 25/2018, de 14 de junho).

Tomada de decisão

De forma relativamente clara, o documento apresenta os seus diferentes pontos que orientam para uma influência das ações do Estado. Conta-se, sobretudo, com uma alargada ação e implicação, por parte do setor público, de modo a assegurar a correta implementação da política e com ela alcançar os objetivos propostos.

Tendo o processo de criação da política partido de uma iniciativa ministerial – em 2013, através de um despacho, da então ministra Assunção Cristas (Despacho 9010/2013 de 10 de julho) – a participação ministerial ou interministerial, praticamente não chegou a acontecer. Verificamos que, a partir desse primeiro momento de nomeação da Comissão Redatora, o Governo delegou, no conjunto de técnicos e personalidades várias, a discussão e procura de consensos que viessem a permitir a elaboração de um documento final. Nesse último momento, de aprovação, vemos de novo uma ação ministerial direta.

Prossecação de objetivos

A questão da temporalidade não é particularmente visível no documento, sendo, no entanto, verificável que o horizonte de implementação da política é de 5 anos (2015/2020).

Não são dadas indicações relativas a possíveis medidas visando a investigação e desenvolvimento, havendo sobretudo um cuidado no interrelacionar das diferentes medidas, as quais se perspetivam numa lógica de transversalidade.

No ponto “Bases para o plano de ação” são estabelecidas as principais linhas de orientação para a implementação e desenvolvimento da PNAP ao longo do seu período de existência 2015/2020:

(5.2.1) Medidas de estratégia e coordenação (organizadas em 7 pontos);

(5.2.2) Medidas legislativas e de regulação (organizadas em 4 pontos);

(5.2.3) Medidas de informação, sensibilização e educação (organizadas em 7 pontos).

Estas bases foram, entretanto, desenvolvidas num documento interno da Ordem dos Arquitetos, designado “Plano de Ação”, ao qual tivemos acesso apesar de não ter sido publicado. Pela relevância deste segundo documento, apresentamos, mais à frente, uma análise detalhada do mesmo.

Caráter público / privado

A política apresentada é eminentemente pública, fazendo, no entanto, apelo à participação da sociedade civil e de diversos atores do setor privado.

Podemos deduzir que existirá a consciência da potencial dificuldade em garantir uma implementação bem sucedida, dependente a 100% da esfera pública. Por um lado, teremos a dificuldade associada a uma fragilidade das finanças públicas nacionais, em particular após 2010, para além de uma provável dificuldade associada à própria organização das estruturas institucionais, diferentes entidades com agendas nem sempre coincidentes, onde a implementação da PNAP não será prioritária.

Síntese da análise da PNAP⁴⁵⁶

Sendo uma Política Pública promovida pelo Estado Português, é de notar, no entanto, que, distintamente do verificado nos casos de políticas de arquitetura de alguns países, como a Holanda ou a Finlândia, a Comissão Redatora não contou com a presença de membros do governo (ministérios) – não obstante a ligação de vários elementos a instituições públicas estatais (DGT, IHRU).

Tal como se refere, no ponto “1.1 Âmbito”, do documento produzido no contexto do processo de consulta pública de PNAP, a pertinência temporal deste documento é tanto maior quanto mais se “avizinha um novo ciclo de financiamento com fundos

⁴⁵⁶ Esta síntese assenta na análise das duas fases do documento de Política Pública: o inicial, elaborado para consulta pública em 2014, e o final, aprovado em 2015.

estruturais orientados através do Programa Portugal 2020 (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, 2014, p. 15) ". Faz-se corresponder, à ação, a intenção de seguir as diversas diretivas e orientações europeias que, desde a década de 1990, têm vindo a ser emitidas, tendo sido a base de todas as políticas nacionais de arquitetura desenvolvidas em diferentes países da Europa (maioritariamente a norte).

Já no documento final da PNAP , é de realçar a intenção, expressa no ponto "1.2 Objeto", de promover um trabalho intergovernamental, ao referir-se que a PNAP "deve ser considerada e integrada nas demais políticas sectoriais" (CAAP Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e da Paisagem, 2015, p. 39), esta intenção poderá, de alguma forma, vir a equilibrar a ausência inicial de representantes dos diversos ministérios.

O corpo central da proposta, através da apresentação dos fundamentos, ambições e objetivos, salienta o carácter de interesse público da Arquitetura e a consequente necessidade de reconhecimento da Arquitetura e da Paisagem, através da "valorização da qualidade do ambiente construído (...), como um fator e elemento chave na garantia do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, no presente e para o futuro". (idem, p.40)

No "Ponto 4", do documento elaborado para consulta pública publicado pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2014, p.15) em 2014, é apresentada a proposta de implementação, referindo-se que "o modelo de governação assenta numa estrutura nacional de acompanhamento e coordenação da PNAP" (Idem, p.39) através de um conselho consultivo, uma comissão executiva e um secretariado técnico de apoio.

Creemos que uma real implementação de uma política nacional apenas poderá ser amplamente aceite e conseguida com a cumplicidade e empenho dos diferentes atores públicos de âmbito nacional – verifica-se que a proposta de composição do CCPA (Conselho Consultivo) terá presente "representantes de vários ministérios", o que implicará *a priori* a assunção de compromissos e de responsabilidades na implementação da PNAP.

No entanto, é nosso entender que seria importante contar com a presença de representantes de diversos sectores da esfera da prática da arquitetura e da construção. Temos consciência de que um alargamento excessivo de elementos poderia causar uma não desejável entropia no sistema proposto, pelo que temos de

salientar como positiva a hipótese, proposta, de criação de comissões especializadas e de grupos de trabalho.

Nas medidas de informação propostas, consideramos que deveria existir um particular enfoque na formação dos atores do sector da construção e dos agentes do território (agentes públicos das administração central e local, profissionais da área de construção).

No que diz respeito ao tema da *divulgação*, verificamos que, tanto o documento de consulta pública, como o documento final, aprovado e publicado, se mantiveram pouco explícitos, como seja no ponto 5.2.3 *medidas de informação, sensibilização e educação*: Técnicas tradicionais (como?); Programas escolares (com quem?); Ações de formação (para que públicos?).

Não é explicado de que forma se prevê que possam vir a desenrolar-se as ações de promoção do *recurso a técnicas tradicionais* ou da *integração das temáticas da arquitetura, da cidade e da paisagem nos programas escolares*, nem ainda, a que público se destinam, identificadas na alínea VI.

Considerámos, em 2014⁴⁶⁰, e continuamos, hoje (2018), a considerar louvável este passo de criação de uma Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, a qual tem o mérito de trazer a público a questão da importância da necessidade de uma acrescida qualidade nas práticas de arquitetura, em benefício do país e dos cidadãos.

Este esforço inicial, pondo em contacto e em debate direto diferentes atores e sensibilidades, deverá ser um motor para a promoção da qualidade arquitetónica e espacial, das práticas do ensino e formação. Em suma, um motor para a promoção de uma cultura de arquitetura (e da paisagem).

No entanto, consideramos que, com base na análise dos documentos, poderá haver dificuldade na real capacidade de implementação e eficácia desta PNAP nos dias de hoje, considerando que, sendo o Estado o promotor desta política, a ele cabe um papel fundamental e o exemplo de boas práticas.

No entanto, concomitantemente a esta ação, e no que diz respeito à Arquitetura, o próprio Estado teve em mãos propostas de lei que indicavam a tendência para um não

⁴⁶⁰ Aquando da consulta pública relativa ao documento de proposta de PNAP, no qual participámos, enviando um texto sobre o qual desenvolvemos as observações acima apresentadas.

reconhecimento dos campos de ação dos profissionais da Arquitetura, das suas particularidades e valores específicos.

Este processo veio a culminar na publicação da nova lei n.º 25/2018, de 14 de junho. Com estes dados, queremos salientar o facto de existir o que se pode considerar uma incongruência estrutural que não augura um bom destino ao documento da PNAP.

Tendo em conta a aceitação, pelo Estado, das diretivas e orientações europeias, cumpriria, tal como o próprio documento da PNAP enuncia, igualmente, assumir o facto de, à prática da arquitetura (dada a sua complexidade e formação académica específica) corresponder uma prática profissional de excelência, realizada por aqueles que, para tal, estruturam um percurso académico e profissional, também ele reconhecido e enquadrado no seio da UE.

Em síntese, consideramos que esta divergência de ações de um mesmo Estado poderá pôr em causa a eficácia e aplicabilidade de uma Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, a curto prazo.

No entanto, e numa nota positiva, consideramos igualmente que a existência de um documento deste tipo e o lançamento das ações nele propostas podem ser um fator de consciencialização e de reflexão, se houver diálogo e monitorização contínuos e uma participação ativa dos diferentes ministérios envolvidos.

3.1.4 Análise do documento Plano de Ação da PNAP 2020⁴⁶¹

Trata-se de um documento de trabalho, de 25 páginas, organizado em 10 partes. Inicia o documento, com uma menção aos antecedentes da PNAP, onde se retomam os principais documentos legislativos que lhe são relativos, nomeadamente o artigo 66.º da Constituição da República Portuguesa, referente ao ambiente e qualidade de vida, e, a nível internacional, a Convenção Europeia da Paisagem, assinada em Florença em 2000 (a qual Portugal ratificou em 2005), chegando ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) de 2007, documento colocado em destaque no âmbito do processo que originou a elaboração da PNAP. É explicado que, com a aprovação da PNAP, foi constituída uma Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e Paisagem (CAAP), presidida pelo Director Geral do Território e

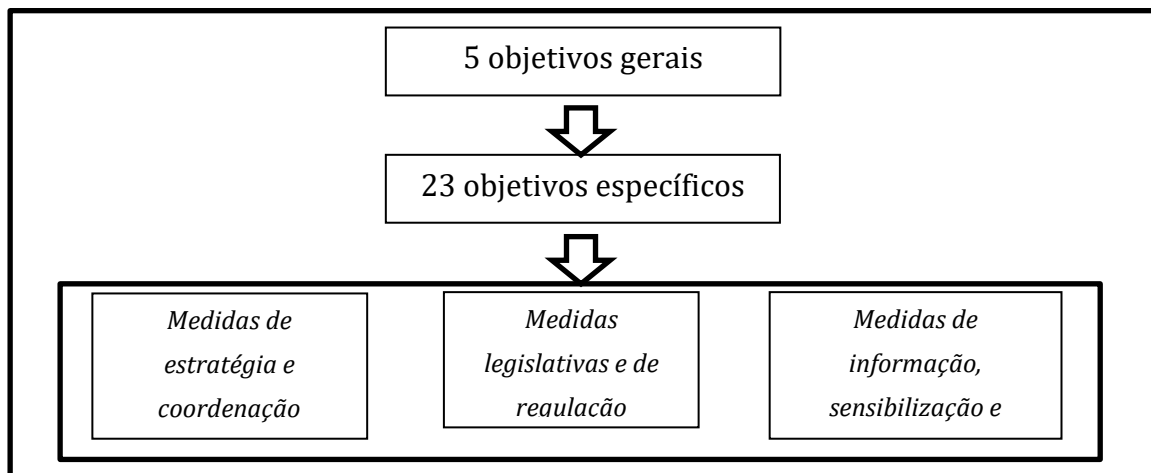
⁴⁶¹ Conforme anteriormente referido, o presente documento em análise é um documento interno da Ordem dos Arquitetos, não publicado, a nós cedido pelo vogal do Conselho Diretivo Nacional, arquiteto Rui Florentino, responsável pela PNAP, no seio da O.A. (em conjunto com o atual presidente, arquiteto Pedreirinho) (Ordem dos Arquitetos, 2016).

constituída, ainda, por um representante da Ordem dos Arquitetos (OA) e um representante da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas (APAA). Finalmente, o documento refere que coube a esta comissão a elaboração do Plano de Ação com vista à implementação da PNAP. No ponto seguinte – Introdução – é explanado que o Plano de Ação visa a concretização da estratégia, prevista na PNAP, relativamente aos 5 objetivos aí definidos: *Melhoria da Qualidade de vida e do bem-estar dos portugueses; A prossecução do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento urbano sustentável; A proteção e valorização do património cultural e natural português; O incremento e disseminação de uma cultura cívica territorial e, por último, A competitividade da economia nacional e a afirmação do país e da cultura portuguesa na Europa e no mundo.* Paralelamente, aos objetivos acima descritos, foi definido um conjunto de medidas que agrupam as atividades a pôr em prática. Estas medidas organizam-se em 3 tipos: *Medidas de estratégia e coordenação, Medidas legislativas e de regulação e Medidas de informação, sensibilização e educação.*⁴⁶² É então explicado que se faz corresponder, a cada medida, atividades que devem vir a ser desenvolvidas, e que as propostas feitas no documento tiveram por base quer a *experiência das entidades com assento na CAAP,* e os exemplos das *práticas internacionais.*⁴⁶³

⁴⁶² À presente data (2018) este ponto foi o que maior desenvolvimento teve. O projeto de promoção da arquitetura junto dos jovens, no meio escolar, teve a sua candidatura aprovada no Programa Academias do Conhecimento da Gulbenkian. O objetivo do projeto é o de promover a cultura territorial dos jovens, através da implementação de medidas integradas na Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (documento nos Anexos da presente tese)

⁴⁶³ O documento apresenta semelhanças com outros documentos por nós analisados, em particular os da Holanda e da Finlândia.

Esquema de organização de objetivos e respetivas medidas, conforme Plano de



Fonte: elaboração própria

O terceiro ponto do documento corresponde aos “objetivos”, explanando-se, de início, que os 5 principais objetivos são desdobrados em 23, de *natureza mais específica*.

Objetivo 1: *Melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos portugueses* - para este objetivo são listados 6 pontos, concluindo-se com a referência à natureza das medidas previstas; neste caso, trata-se de medidas de natureza de *estratégia e coordenação*; *legislativas e de regulação* e de *informação e educação*.

Objetivo 2: *Desenvolvimento sustentável*, listando um conjunto de 5 pontos, acrescidos da referência à natureza das medidas, idênticas às do objetivo anterior.

Objetivo 5: *Competitividade da economia nacional e afirmação do país e da cultura portuguesa na Europa e no mundo*, listando 4 pontos, acrescidos da referência à natureza das medidas que aqui correspondem às de natureza de *estratégia e coordenação* e de *informação e educação*.

O quarto ponto do documento diz respeito às *Medidas do Plano de Ação*, sendo aí explicado que as diferentes medidas, agrupadas em 3 tipos, visam assegurar o atingimento dos objetivos da política, sendo que muitas delas são complementares, entre si, e transversais, aos vários objetivos.

Em seguida apresenta-se para cada um dos 3 tipos, um subconjunto de medidas, como sejam:

- Medidas de estratégia e coordenação (7);

- Medidas legislativas e de regulação (4);
- Medidas de informação, sensibilização e educação (7).

Expondo esta estrutura, é estabelecida uma correlação, entre os 5 objetivos gerais e as 18 medidas propostas, apresentada através de um quadro / matriz de *correlação entre os objetivos e as medidas propostas*.

Da análise do quadro, inferimos que a maior parte das medidas previstas se situam na esfera da *informação, sensibilização e educação*. O ponto 5 do documento é relativo aos parceiros, esclarecendo-se que a concretização da PNAP apenas será viável se se garantir o estabelecimento de uma rede de parceiros (públicos e privados).

Afirma-se ainda que, tendo já sido enunciados – no documento final da PNAP – alguns grupos de parceiros, este documento de ação propõe acrescentar outras entidades, pela relevância que poderão desempenhar na execução da política.

Num quadro apresentado, relativo a “*Grupos de potenciais parceiros*”, constam 9 *grupos de partes interessadas/parceiros*, aos quais se atribui um conjunto de competências e responsabilidades. Igualmente se define qual o papel de cada grupo no processo de implementação da política.

O ponto 6 do documento diz respeito a atividades, sendo apresentadas as que se destinam a assegurar a implementação dos objetivos.

É proposta uma programação estratégica, sendo indicado, para cada uma das atividades previstas, um horizonte temporal.

Esta programação consta de um quadro, onde se encontram 4 pontos, relativos a cada atividade: o objetivo que lhe está relacionado, o tipo de medida e atividade, o calendário de execução e os responsáveis pela atividade.

Como exemplo, apresentamos aqui o caso da *Medida M3.1 Criar e desenvolver o portal da PNAP*, conforme a tabela constante do documento.

Detalhamos abaixo os objetivos indicados como estando relacionados com esta *Medida M3.1*, salientando o facto de uma mesma medida, ou atividade, se relacionar transversalmente com diferentes objetivos.

1.1 - Evidenciar a importância e o papel da qualidade da arquitetura e da paisagem na prossecução da qualidade de vida e do bem-estar social e na preservação e valorização dos recursos naturais, culturais e humanos.

3.1. Incentivar a preservação, a salvaguarda e a valorização do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico, aumentando a consciência cívica sobre o

valor cultural das paisagens e da arquitetura, e estimulando a participação dos cidadãos, das organizações e dos diferentes interesses socioeconómicos em processos de conservação e valorização do património cultural.

4.1. Promover o conhecimento, a compreensão e a educação para a arquitetura e para a paisagem.

A calendarização proposta diz respeito a um horizonte temporal , o do ano 2017, como meta para a maior parte das atividades a desenvolver , neste caso, da medida *M3.1 Criar e desenvolver o portal da PNAP*, com a lógica exceção do último ponto relativo à “alimentação do portal”, a qual se deverá prolongar até ao ano 2020, data prevista como meta final deste documento de ação da PNAP.

Relativamente aos parceiros indicados, é garantida uma tripla âncora – AC, OA, APAP –, à qual se juntam outros parceiros para as fases finais de elaboração de conteúdos e de alimentação do portal.

O sétimo ponto do documento consiste num cronograma de ações, do qual destacamos o facto de as primeiras ações serem previstas para o ano 2016 e de o horizonte final ser 2020.

Para cada atividade é feita uma correspondência entre a data de início (ano) e de final, bem como o nível de prioridade que lhe é atribuído (numa escala de 1 a 3).

O ponto oitavo refere-se à estimativa orçamental, sendo aí exposto que a mesma foi elaborada *tendo por referência a natureza das ações propostas e considerando a experiência das entidades com assento na CAAP na preparação de atividades similares, e reporta-se apenas à despesa prevista no quadro a Administração Pública.* (p.23)

É expressa, nesta estimativa e na sua forma de elaboração, um cuidado da parte dos autores, baseada, conforme referem, num conhecimento empírico e num saber acumulado, relativamente às formas de orçamentação e tendo em atenção uma necessária contenção de custos.

O 10º e último ponto corresponde ao acompanhamento e monitorização previstos, explanando-se que estas tarefas são da competência da Comissão (CAAP). É igualmente referida a intenção de se realizar uma monitorização anual, de forma a verificar e controlar a execução do plano de ação e a proceder a um balanço da sua concretização, sendo estes dados registados em relatórios a remeter às autoridades tutelares.

Poderá haver necessidade de se realizar uma proposta de adaptação ou revisão do Plano de Ação para os anos seguintes, num processo interativo e de adaptação às condições reais da implementação.

Por último, é referida a intenção de se realizar uma avaliação final após conclusão da implementação do Plano, de forma a avaliar os impactos e a reunir a necessária informação que suporte decisões futuras, com vista a uma possível revisão ou adequação da PNAP.

Em anexo ao documento, é apresentada uma lista de potenciais parceiros externos à Administração Pública.

Em síntese, o processo de criação da PNAP, despoletado pela inclusão de um ponto relativo à importância da arquitetura no ambiente de vida no PNPO (2007), foi um processo longo, com alguns pontos de contacto com outras Políticas de Arquitetura já existentes, na Europa, tomadas como referência.

Apesar de ter, como referência, bons exemplos de outros países, deduzimos, da análise de todo o processo, que terá persistido um problema de fundo.

O exemplo da Holanda, por norma o mais observado, seja em Portugal, seja noutros países com processos de PA semelhantes, assenta num conjunto de premissas culturais, sociais e políticas, específicas.

Consideramos, no caso português, que o problema de fundo, que consideramos existir, estará associado, não ao documento em si, mas ao facto de a sua criação (e futura implementação) depender de vontades e consensos políticos, o que neste caso não se verificou desde o início.

Ou seja, a vontade de prosseguir uma política de arquitetura, como emanada de diretivas europeias e também conforme a que um crescente número de parceiros europeus tem vindo a desenvolver, sobrepõe-se ao conteúdo e ao compromisso – público - que deverá ser assumido com um documento deste tipo.

Haverá o risco de que a aplicabilidade das medidas seja posta em causa enquanto não houver uma assunção política deste tipo de compromisso.

O assumir de uma verdadeira preocupação com o ambiente construído, em geral, e com a arquitetura, em particular, implicam, em primeiro lugar, um reconhecimento de que essa qualidade desse ambiente é, de facto, fundamental para o bem estar dos cidadão, e que a arquitetura, como disciplina de base na construção desse ambiente ,

tem de ter qualidade, que essa qualidade é inicialmente reconhecida no seio da disciplina e que é feita por arquitetos.

Esta assunção implica ainda o reconhecimento do carácter transdisciplinar e intergovernamental de uma política deste género, o que pressupõe, finalmente, um trabalho coletivo e uma verdadeira procura de consensos e compromissos entre diferentes partes.

3.1.5 Síntese final do caso de estudo português

Durante anos, após a entrada na CEE (1986), o país gradualmente foi-se *modernizando*, segundo uma ideia de moderno que vinha de fora e que era sobretudo relativa a um desejo de abundância de bens materiais.

Ser-se proprietário de um carro, de uma casa de férias, tornou-se um “símbolo de sucesso” nesses anos 1980, levando a sacrifícios imensos de uns, endividamentos de outros, e enriquecimento de alguns.

Anos “em que a própria identidade de Portugal se está a refundar.” (Figueira, 2009, p. p.1)

Na prática da arquitetura, esse ambiente de otimismo e de bem-estar material deu lugar a um aumento substancial da procura de projetos, se não por parte dos futuros proprietários da “casa de revista”, por parte de inúmeros investidores e promotores que então surgiram. Um pequeno terreno edificável numa comum área agrícola tornava-se numa potencial fonte de enriquecimento. Um projeto “a levar à Câmara Municipal”, um parente construtor e a venda de uma “bela moradia” a dar resposta ao sonho de uma família, (finalmente) com acesso ao que se via nas revistas e na televisão.

Se este processo não corresponde à narrativa que encontramos associada à arquitetura nas duas grandes cidades, corresponde, no entanto, à generalidade do território nacional, “à paisagem”. A grande procura de projetos de arquitetura terá estado associada, durante quase duas décadas, a esta forma de construir no território nacional.

A dar resposta a tão grande procura, haveria os arquitetos formados até aos anos 1980, nas duas escolas então existentes em Portugal, Lisboa e Porto, mas também os

diversos profissionais do sector da construção que, desde o ano de 1973, à luz do decreto lei 73/73, tinham direito a assinar projetos de arquitetura. É fundamental ter presente este panorama “popular português” para uma compreensão dupla.

Por um lado, a elevada quantidade de construção desejada, gerou uma grande procura de projetos e, logo, de projetistas – arquitetos ou não.

Inúmeros edifícios – sobretudo habitações unifamiliares, as ditas “moradias” – foram construídos nos anos 1980/1990.

O que impeliu a procura de arquitetos não foi a procura de uma qualidade arquitetónica. Aliás, a ideia de o arquiteto ser “o que vem complicar o que todos sabem como se faz” era corrente, ao longo dos anos 1990. Era (popularmente) entendido o arquiteto como um mal necessário, sobretudo devido à exigência de múltiplos municípios relativa à autoria de projeto por arquiteto.

Por outro, gerou-se então um efeito de cascata. O rendimento garantido pela construção e venda da “moradia” ou, a montante, a venda do terreno para que essa construção fosse realizada e vendida, levou a uma crescente procura de projetos e à necessidade crescente de que estes fossem realizados por arquitetos, dando origem a uma crescente procura de formação académica.

Inúmeros foram os *pais construtores* que apoiaram a escolha dos filhos e que financiaram os seus estudos superiores num dos múltiplos cursos privados, que então surgiram. Perspetivava-se uma real economia de escala familiar. O que se afere deste circuito e deste contexto de duas décadas? Uma presente diferença, e distância, entre culturas e realidades urbanas – Porto e Lisboa – e o Portugal “rural”.

Refere Figueira (2009, p.12) a existência de uma “polarização Porto – Lisboa “ nos anos 1980, o que significaria a agitação de coordenadas distintas“. Refere ainda que, nesses anos 80, se está a desenhar um “*novo mapa, simultaneamente mais curto e mais europeu*”. Ressalta ainda um conjunto de dados como: o aumento da procura de arquitetos, mas não de Arquitetura; um desfasamento entre alta cultura e baixa cultura arquitetónica; multiplicação de construções de fraca qualidade; alterações na paisagem rural; Ilusão de crescimento e enriquecimento.

E, no sentido “inverso”: o contágio da alta cultura para a baixa cultura, por via de alguns momentos mediatizados de arquiteturas “modernas”.

Esse contágio gerou maior procura de arquitetos habilitados a fazer “moderno”, logo mais jovens e recém-formados.

Paralelamente, nos circuitos das duas grandes cidades, avançava-se em direção ao prestígio internacional, através de obras que viriam a marcar o evoluir de uma disciplina, nos seus contornos nacionais específicos, de valor reconhecido entre os pares.

Este perfil poderá ser visto como característico num país de assimetrias, mau grado as proximidades geográficas.

Esta dicotomia ou oposição, que Ferrão refere ser *uma configuração territorial em arquipélago*, de um Portugal "pós-moderno", que pressupõe um "espaço topológico", em oposição a uma anterior conceção de "espaço geográfico", cuja "configuração" [se relaciona]

"com o funcionamento mais sistémico dos vários centros urbanos num quadro marcado pela reformulação das acessibilidades interurbanas e pela expansão das novas tecnologias de informação e comunicação" . (Ferrão, 1999, p. 3) Este perfil estará intrinsecamente ligado à arquitetura nacional e às práticas dos arquitetos portugueses.

No entanto, até aos anos 1980, poder-se-ia falar sobretudo de um Portugal geográfico, onde a cultura da arquitetura e a sua prática resultariam dessa mesma visão e perceção do país. Um certo "atraso" em ser moderno, sendo menos Europeu que os do Centro e do Norte, será provavelmente - e por fatores não totalmente controlados ou premeditados - fator para a existência de uma qualidade arquitetónica distintiva. É corrente associar-se a qualidade da arquitetura portuguesa ao detalhe, ao *savoir faire* do pormenor e ao controlo na execução. E isso/tal é, progressivamente, mais verdade, à medida que a evolução globalizante e normalizada vai ocupando todos os interstícios da profissão, quando o arquiteto e o seu projeto são cada vez mais reféns de normas cegas estandardizadas e "universais" (na U.E.). Em Portugal assistimos assim a uma tendência para essa (suposta) evolução contemporânea e global.

Premeditado ou espontâneo, é um facto que os projetos tendem ainda a ser realizados com respeito pelo detalhe e que a execução tende a ser cuidada.

Será uma resistência intelectual, ou o resultado de uma sociedade de "construtores", a honra do executante que pode ser posta à prova perante os seus pares, caso este não se esmere na sua arte.

Temos, assim, um perfil de arquitetura ainda associado à questão do detalhe, do lugar, da procura da diferença (numa fuga à estandardização normativa imposta).

Esse perfil será resultante de um de dois: de uma vontade própria, escolha intelectual de persistir num *modus operandi* presente nas escolas, da persistência de hábitos, enraizados pela não pertença completa a uma Europa moderna; resulta, em ambos os casos, uma resistência à cega globalização imposta por terceiros (mesmo que esses terceiros sejam também os portugueses, com voto nas decisões europeias coletivas). Ainda segundo Figueira (2016), haverá uma distância que se vai mantendo entre o fazer em Portugal e o pertencer e acompanhar o que é ditado pela “Europa”, através das suas diretivas e normas, “somos por direito próprio uma realidade complexa, antiga, multifacetada. Especialização, sim, mas não país-parque temático.” (Figueira, 2016, p. 96)

Vai sendo uma arquitetura de resistência e, na sua dimensão e pequena escala, pouco competitiva, dizem alguns;⁴⁶⁸ vai marcando uma diferença qualitativa numa Europa progressivamente mais indiferenciada.

Estas são questões sociais laterais à arquitetura, mas que terão consequências relativamente diretas na mesma: veja-se, por exemplo, os jovens arquitetos, não urbanos, saídos em quantidade considerável dos cursos de arquitetura, nos anos 1990, que acrescentam um saber fazer pragmático a uma disciplina de caráter intelectual de tendência culturalmente elitista⁴⁶⁹.

O perfil de uma sociedade que, centralizando em duas cidades uma hiper-densidade de acesso a bens culturais, ao debate e à criação de sentido crítico, e que é, em paralelo, uma sociedade cuja maior percentagem da população não acede a esses mesmos centros de produção e difusão de cultura e de crítica ⁴⁷⁰, é o mesmo perfil de

⁴⁶⁸ Como aborda Paulo Martins Barata num das suas crónicas no Jornal Público, “Sou céptico em relação ao imenso individualismo dos ateliês portugueses e à sua capacidade de enfrentar futuras crises como aquela que tivemos em 2008 (...)” (Martins Barata, 2012)

⁴⁶⁹ No entanto, o processo associado ao intenso recrutamento realizados pelos cursos privados, ao longo de duas décadas, terá contribuído para ir “democratizando” a origem social nos novos licenciados (Villaverde Cabral, 2006, pp. 33-34). Tal como exposto no levantamento realizado por Villaverde Cabral em 2006, verificamos que relativamente à origem social dos arquitetos então em exercício se observa que se trata de uma origem mais elevada do que a da grande maioria das profissões, com exceção apenas da medicina. Este dado conjuga-se com o facto de ser uma formação onde se encontra um maior número de licenciados oriundo de famílias de mais elevado capital habilitacional. Acresce ainda, no sentido de se verificar ser uma profissão de caráter tendencialmente elitista, o facto de as médias de acesso aos cursos serem extremamente elevadas, como nota o estudo de Villaverde Cabral, relativamente aos cursos na Universidade de Lisboa e na Universidade do Porto (em 2005, a nota mínima de entrada nas duas escolas foi, respetivamente, de 17,7 e 18,1).

⁴⁷⁰ Não será pela falta de acesso “mecânico”, mas pela existência de uma cultura popular de não acesso a esses bens e serviços, que vai gerando um efeito de repetição e progressivo afastamento. Escrevia Eduardo Lourenço no ano 2000, a propósito da demissão do então Ministro da Cultura [Manuel Maria Carrilho]. que sabendo-se já que *a chamada Cultura era um pouco mais que a cereja no bolo suculento*

um país onde a ideia de arquitetura se associa mais a eventos e momentos de exceção – edifícios icónicos – do que a uma ideia de qualidade de vida e de espaço de vida.

É nesse contexto que poderemos encontrar uma relação de causa-efeito no histórico da “política de arquitetura” nacional. Como vimos, uma política de arquitetura com nascimento no ano de 2014, e publicação em 2015, que seguiu uma tipologia semelhante às existentes noutros países da Europa – em particular na Holanda e na Finlândia. O seu nascimento resultou de uma intenção e vontade, expressas no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)⁴⁷¹ de 2007, sob responsabilidade do então Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão, intenção essa que veio a gerar, anos mais tarde, uma iniciativa de constituição de uma Comissão Redatora da futura Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)⁴⁷².

O processo de elaboração dessa anunciada política nacional de arquitetura e paisagem viria a reunir participantes de diferentes áreas, não sendo a Arquitetura o fulcro da política a desenhar, antes poderíamos assumir que a questão da paisagem e do ordenamento do território seriam as temáticas prevaletentes.

Situando este documento, entretanto elaborado, no panorama das políticas de arquitetura analisadas nos estudos de caso, podemos localizar o documento no seio do grupo das políticas abrangentes (*comprehensive policy*), próxima de alguns dos documentos da Holanda, como vimos anteriormente.

O que neste momento aqui pretendemos salientar é a disparidade de comportamentos institucionais que se foram verificando ao longo dos últimos anos, em Portugal, no que diz respeito ao posicionamento do Estado relativamente à arquitetura.

Como anteriormente vimos - na síntese cronológica elaborada relativa aos principais momentos da Política de Arquitetura em Portugal relacionados com os comunicados

da política (...) [o ministro] não sabia para onde ia, mas sabia, e soube, o que queria. Coisa rara em Portugal e entre portugueses . (Lourenço, 2016, p.102)

⁴⁷¹ Nas medidas prioritárias enunciadas no documento de 2006, indicava-se “(...) desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitetura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural (2007-2013). “(Ministério do Ambiente, do Ordenamento do território e do desenvolvimento regional, 2006, p.26) Em processo de revisão em 2018.

⁴⁷² Despacho n.º 9010/2013, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o qual refere no seu primeiro ponto que “É criada a Comissão Redatora da Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, que tem por missão apresentar ao Governo o projeto de documento da Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem”.

oficiais, quer do Governo, quer do Presidente da República, e ainda feito o cruzamento com o historial da Lei 73/73⁴⁷³ - o grau de real interesse público por parte do Estado, relativamente à arquitetura, é variável e, sobretudo, revela desconhecimento de factos e condições da disciplina e da profissão.

Será espelho, ou apenas partilha, de uma mesma desinformação ou desinteresse, aquilo que tem o cidadão em comum com o representante público?

O reconhecimento da *importância da arquitetura no quadro de vida* de uma população é um conceito utilizado e provavelmente pouco compreendido. Desde o final dos anos 1980 que, por via de diretivas europeias, esta noção tem sido veiculada e bem acolhida pelos diversos Estados Membro.

A ideia de uma “boa arquitetura” é outra das noções veiculadas em múltiplos documentos relativos a políticas de arquitetura.

Esta noção de “boa arquitetura”, ou “arquitetura de qualidade”, implica uma análise aprofundada e, eventualmente, a sua aplicabilidade e verificação, através de uma metodologia que possa, de forma tão *científica* quanto possível, aferir o que será, ou não, uma boa arquitetura. Não obstante esta complexidade, que adiante iremos abordar com maior detalhe, podemos assumir, de forma empírica, que para a existência de uma boa arquitetura, ou de uma arquitetura de qualidade, será necessário, entre outros fatores, garantir condições favoráveis à sua criação, ou, pelo menos, a não existência de entraves particularmente difíceis de ultrapassar.

Esta questão da dependência da arquitetura face a fatores externos é amplamente analisada por Till (2009), o qual refere que “A arquitetura é (...) moldada mais por condições externas do que pelos processos internos do arquiteto. A arquitetura é definida pela sua própria contingência, pela sua própria incerteza face a (...) forças externas.”⁴⁷⁴

No entanto, sendo esta premissa válida como princípio genérico, temos que o caso português poderia escapar a esta equação, no que diz respeito às condições favoráveis às boas práticas da arquitetura.

⁴⁷⁴ No original, Architecture is thus shaped more by external conditions than by the internal processes of the architect. Architecture is defined by its very contingency, by its very uncertainty in the face of (...) outside forces. (Till, *Architecture Depends*, 2009, p. 1).

Se as condições mais oportunas à existência de uma arquitetura de qualidade fossem obrigatoriamente a conjugação de condições económicas favoráveis com a existência de uma elevada cultura arquitetónica geral por parte do promotor, do construtor e das entidades licenciadoras, o conhecimento e respeito por uma profissão, a compreensão dos impactos – na envolvente, na paisagem - resultantes de toda intervenção arquitetónica; então, em Portugal, falhando-se regularmente, na conjugação destes diferentes pressupostos, não se poderia ter produzido e persistido na criação de arquiteturas exemplares como, no entanto, foi o caso.

O reconhecimento da existência de arquiteturas exemplares (arquitetura de qualidade), vem, assim, contrariar o facto de que é imprescindível a existência de condições “ideais” para que uma “boa arquitetura” exista. Esta questão foi anteriormente explorada com maior detalhe, no ponto relativo à análise de casos “não alinhados”, Espanha e Suíça.

O passo dado na criação de uma Política Nacional de Arquitetura e Paisagem poderá ser um fator positivo na criação de melhores condições para o exercício da profissão, logo, da prática da arquitetura.

No entanto, se entendemos que através da criação de um instrumento deste tipo será potencialmente mais fácil promover um conhecimento e uma cultura arquitetónica, como base para boas opções e maior respeito pela disciplina, não cremos que apenas a publicação de um documento possa surtir efeitos positivos de maior.

Na análise do processo de criação da PNAP, bem como do seu conteúdo, ressaltámos alguns pontos que nos parecem poder ser potencialmente frágeis, nas inquestionáveis “boas intenções” da proposta.

Tomemos o exemplo do ponto relativo às ações a tomar, conforme documento final da PNAP, p.78 na alínea e), em que se indica a necessidade de fazer apelo a todos os cidadãos, dizendo que:

“Será criado um sistema de registo de parceiros no portal da PNAP, o que permitirá a adesão de todos os que pretendam participar na PNAP.”

Em consciência, sabemos que no geral, o cidadão não tem conhecimento da existência de uma PNAP nem do que tal poderá representar. Logo, o apelo feito aos cidadãos, estará longe de ser uma ação com resposta. Para que tal aconteça, um imenso trabalho de fundo e de longo prazo, terá de ser feito. Ou seja, será inquestionável a boa intenção da ação proposta, num sentido de participação democrática e envolvimento de todas

as partes, mas, sem que os cidadãos sintam necessidade de se envolver, dificilmente a ação poderá ser cumprida com sucesso.

Ainda no âmbito da PNAP, e de potenciais problemas na eficácia da sua implementação, verificamos que, logo a montante, um potencial problema existe.

O processo de criação da PNAP foi iniciado com uma iniciativa ministerial (em 2013, através do Despacho 9010/2013, de 10 de julho, da então ministra Assunção Cristas), tendo sido nomeada uma Comissão Redatora e havido uma delegação de competências a múltiplos técnicos e personalidades de elevada capacidade para a elaboração do documento, segundo processos de discussão e procura de consensos. Quando o documento final for redigido, verificar-se-á, de novo, uma ação ministerial para a sua aprovação.

O que deduzimos deste procedimento, que poderá ser um potencial foco de insucesso, é que uma política deste tipo terá de ser realizada com consensos interministeriais, pois as múltiplas ações propostas não podem ser levadas a cabo apenas por um setor governativo. Ora se, no início, o processo começa pela ação de apenas um Ministério, dificilmente outros se sentirão envolvidos, podendo inclusive dar-se o caso – provável – de desconhecimento dos mesmo quanto à existência de tal documento.

Se cruzarmos este processo de elaboração da PNAP, e a sua aprovação ministerial, com o processo de alteração legislativa relativa às competências da arquitetura e dos arquitetos, ao longo destes últimos anos, consideramos que será provável que a PNAP, no seio dos Governos, tenha sido apenas um ponto de uma *checklist* a tratar ministerialmente, num dado momento, e não correspondesse a uma consciente ação política relativa à arquitetura e ao espaço construído.

Será provável que a importância da arquitetura e da paisagem sirva de tema de discurso, mas não tão provável que seja apreendida ou, de facto, compreendida.

No documento da PNAP, é expressa, no ponto "1.2 Objeto", a intenção de se promover um trabalho intergovernamental, ao referir-se que a PNAP "deve ser considerada e integrada nas demais políticas sectoriais".

Este é um outro problema de fundo: se não houver envolvimento interministerial, dificilmente se poderá avançar de forma séria e consequente na efetiva implementação daquela política.

3.2 Não alinhados: dois casos sem políticas de arquitetura

No panorama dos países com políticas de arquitetura na Europa, encontramos situações distintas. O presente estudo é elaborado sobre casos de países onde é existente uma estratégia política formalizada num documento de política de arquitetura. Como vimos no capítulo 2, esses casos são distintos entre si, pela forma e conteúdo de tais documentos.

Verifica-se que, no conjunto dos países europeus, existem ainda os que não detêm qualquer documento de política de arquitetura e que, dentro deste grupo, encontramos ainda duas situações: casos de países que, não detendo uma política formal (e correspondente documento), não a pretendem vir a ter, e os de outros que, não a tendo ainda, pretendem vir a tê-la.

Sobre este universo dos países sem documento formal de política de arquitetura, considerámos pertinente verificar se tal ausência corresponderia a uma menor qualidade de prática arquitetónica e conseqüente menor qualidade de ambiente construído.⁴⁷⁶ Para tal, seleccionamos dois casos sobre os quais realizámos uma análise geral das condições e resultados das práticas arquitetónicas e correspondente ambiente cultural (do país). A metodologia utilizada seguiu o modelo das análises realizadas sobre os estudos de caso apresentados no capítulo II, embora de forma mais sintética.

Iremos atentar nos casos de Espanha -pertencente à U.E.; que pretende vir a criar uma política formal de arquitetura -e da Suíça, enquanto país não pertencente à U.E. e que não pretende vir a desenvolver um documento deste tipo.⁴⁷⁷

Teremos, assim, num país pertencente à U.E., um caso alinhado (com a tendência da maioria dos países, no sentido de vir a desenvolver uma P. A.) e um caso exterior à U.E, *não alinhado* (que não tendo uma P.A., não pretende vir a desenvolver).

Acresce ainda o facto de considerarmos particularmente pertinente salientar o posicionamento geográfico, como fator de seleção destes 2 países.

⁴⁷⁶ Em acordo com as premissas relativas à “boa arquitetura” referidas na introdução do presente capítulo.

⁴⁷⁷ Situação contrária da Turquia, país igualmente exterior à U.E. igualmente sem política de arquitetura formal, mas que pretende vir a desenvolver uma P.A..

Quadro 30 - Países com e sem documento formal de Política de Arquitetura	
Países sem documento formal de política de arquitetura (que pretendem criar uma PA)	Países sem documento formal de política de arquitetura (que não pretendem criar uma PA)
Alemanha	Bulgária
Áustria	Eslovénia
Bélgica (valónia- Bruxelas)	FYROM
Eslováquia	Grécia
Espanha	Suíça (não U. E.)
Itália	
Malta	
Polónia	
República Checa	
Roménia	
Turquia (não U. E.)	

Fonte: elaboração própria, com dados recolhidos do estudo de sector e atualizados para o presente trabalho (Ferreira Bento, 2012)

Por um lado, o caso de Espanha, enquanto país ibérico com o qual o nosso estudo de caso âncora (Portugal) estabelece relações múltiplas no seu contexto na geografia europeia.

Por outro lado, o caso da Suíça, pois, sendo geograficamente um país centro europeu, escapa a um alinhamento direto a essa situação central.

Iremos utilizar uma estrutura de análise adaptada a partir dos quadros presentes do capítulo II.

Em cada caso realizámos uma análise do contexto sociocultural do país, bem como da situação profissional e da produção arquitetónica de cada país, segundo os seguintes quadros:

Quadro 31 - Contextualização sociocultural	
População total	(pop total, Hab.)
Geografia	(área total, Km2)
Economia	(PIB, M€)
Situação política	Modelo de governação
U.E.	Situação face à União Europeia

Fonte: elaboração própria.

Quadro 32 – Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica)	
Arquitetos/População	nº total de arquitetos, por 1000 habitantes e % homens/mulheres
Estrutura académica	(quantos cursos, públicos / privados)
Organização profissional	Existência de ordem profissional/sindicato
Premiação nacional	(que prémios nacionais)
Premiação internacional	Existência de prémio Pritzker
Publicações especializadas	Lista de publicações

Fonte: elaboração própria.

3.2.1 – O caso de Espanha

Espanha, país europeu geograficamente localizado na Península Ibérica, da qual ocupa a maior parte do território, faz fronteira a poente com Portugal, a nascente com França ao longo da cordilheira dos Pirenéus, tendo ainda fronteira com o oceano Atlântico, a norte, a noroeste e a Sudoeste, e com o mar Mediterrâneo, a leste e a sul. Juntamente com Portugal, constituem o ponto mais ocidental do continente europeu, partilhando características de periferia, face ao centro europeu.

O país, unificado no séc. XV, é formado por 17 comunidades autónomas, ao que acresce as cidades autónomas de Ceuta e Melilla.



Figura 104 - Mapa de Espanha com indicação das comunidades autonomas

Fonte: <https://www.mscbs.gob.es>

Espanha é o segundo maior país da Europa Ocidental e da União Europeia (UE), com uma área de 504.030km², apenas inferior a França cuja área é de 632.800km² ⁴⁸⁰.

Até à data da unificação em 1469, este território correspondia a uma monarquia formada por um conjunto de reinos. A forma de união dinástica desenvolvida pelos reis católicos, correspondeu a uma unificação na política externa, mas em respeito pelos forais e privilégios de cada um dos seus reinos.

Este facto será relevante para a compreensão das diferenças culturais nas regiões do país e de muitas das políticas atuais e em parte poderá explicar os diferentes posicionamentos nas práticas da arquitetura.

Uma breve leitura dos principais factos da história do país, ao longo do último século, permite-nos construir um cenário de contextualização da atual situação.

O século XX foi particularmente turbulento no país: a sua história mais recente ficou marcada pelos anos de guerra civil (1936-1939), e pela ditadura liderada pelo general Franco.

⁴⁸⁰ Conforme dados extraídos de https://europa.eu/european-union/index_pt a 3/06/2019.

Pautado pelo reinado de Afonso XIII (1902-1931), o início do século XX assistirá a momentos de grande complexidade política, com existência de desacordos e de contestação pública, culminando com uma grave crise (1917), num momento em que na Europa se vivia a primeira grande guerra.

Nesse momento de conflitos internos, surgem vários grupos antimonárquicos, associados a movimentos revolucionários, por todo o país, colocando em risco o Governo existente.

Ao longo dos anos de 1920, agudizam-se as tensões, à instalada desordem social acrescia a existência de grupos terroristas, nomeadamente na Catalunha.

Com vista a tomar algum controle da situação, os monarcas, conjuntamente com as elites do país, optam por procurar apoio no exército.

Em 1923, o general do exército espanhol, Primo Rivera, chega ao poder, por via de um golpe de Estado, sendo de imediato reconhecido por Afonso XIII.

Na instauração do seu regime político, é anulada a Constituição de 1876 e organizado um novo Estado em acordo com as suas orientações ditatoriais, de inspiração italiana. Quando em 1930, Rivera se demite, Afonso XIII encarrega outro militar, o general Berenguer de formar governo, sendo então restabelecida a Constituição de 1876. Será o período da chamada « Dictablanda », até à demissão de Berenger em 1931, sucedendo-lhe no poder o Almirante Aznar, o qual convoca eleições municipais, das quais resultará a vitória, nas principais cidades, de uma coligação entre republicanos e socialistas.

Em consequência destes eventos, e dada a fragilidade crescente da monarquia ao longo do reinado de Afonso XIII, será o monarca aconselhado pelos seus ministros a abdicar; o que fará nesse mesmo ano de 1931, dando lugar à proclamação da República Espanhola.

Se nos primeiros anos desta nova república se tentou lançar as bases de um Estado democrático, a lentidão de implementação de reformas desejadas pelo povo e pelos grupos políticos mais reivindicativos veio colocar em perigo a consolidação do regime republicano, agravando-se a situação quando, nas eleições gerais de 1933, os partidos de centro-direita obtêm uma esmagadora maioria.

Esta viragem à direita, do novo governo, veio anular muitas das medidas em curso, tendo provocado imediatos movimentos de revolta na Catalunha e nas Astúrias.

A repressão destas revoltas veio a ser o início da Guerra Civil espanhola (1936/1939).

O terminar da guerra em 1939 deu a vitória ao movimento nacional, com liderança do general Franco, sendo promulgadas diversas leis que desenvolvem os princípios do movimento nacional. Inicia-se o período de ditadura franquista que se irá prolongar até ao ano de 1975.

Durante a Guerra Mundial, iniciada nesse mesmo ano de 1939, a Espanha, manteve-se neutra, não obstante relações com a Itália mussoliniana e o apoio financeiro e militar (soldados voluntários) à Alemanha nazi.

Ao longo dos primeiros anos de ditadura, e durante o período de guerra, as relações com Portugal mantiveram-se cordiais, tendo sido assinado, pelos 2 países, um tratado de amizade e não agressão, em 1934, que veio a ser consolidado pelo Pacto Ibérico, assinado em 1942, por Franco e Salazar.

O pós-guerra ficará marcado pelo afastamento diplomático internacional – sendo negada a entrada de Espanha na ONU, o que só viria a ocorrer em 1955.

O país atravessa, então, um período de crise económica, do qual apenas começaria a sair no princípio dos anos 1960, com o início de apoios norte-americanos, o desenvolvimento do turismo e a entrada de remessas de trabalhadores espanhóis no estrangeiro.

Ao longo dos anos 1960, vão sendo desenvolvidas relações comerciais com os países de leste. No ano de 1969, é designado sucessor do chefe de Estado o príncipe Juan Carlos de Borbon (neto de Afonso XIII).

Em 1970, Espanha estabelece um pré-acordo de adesão à CEE, o qual só virá a ser concretizado mais de uma década depois.⁴⁸²

Quando em 1975, Franco morre, o príncipe Juan Carlos é proclamado rei, tendo Arias Navarro sido reconduzido no seu cargo e formado governo.

No entanto, no ano seguinte, pede demissão e o rei designa Adolfo Suárez para formar gabinete da monarquia.

Será com estes personagens que Espanha irá transitar para um regime democrático. Sendo legalizados todos os partidos políticos em 1976, no ano seguinte serão realizadas as primeiras eleições democráticas desde 1936.

⁴⁸² Alguma abertura política vinha a suceder, sendo que em 1973, a morte de Carrero Blanco (num atentado terrorista) levará ao poder Arias Navarro.

Um nova Constituição irá ser referendada em 1978 (na qual é criado o “Estado das Autonomias”). A transição da década de 1970 para a década de 1980 ficará ainda marcada por uma crise económica e pelo aumento do terrorismo interno.

Quando, em 1981, Suárez se demite, será o PSOE (*partido socialista obrero español*) a formar governo. Entra-se num período de alternância no poder, que se tem mantido até à atualidade (2018).

Em 1986, a par de Portugal, o país entra então, na CEE, consolida-se então a democracia nacional, normalizam-se as relações internacionais; Inicia-se um período *de ouro* (Fernandez-Galiano, 1992)

Espanha é, atualmente, uma democracia formada por um governo parlamentar, sob uma monarquia constitucional, sendo Madrid a capital. O espanhol é a língua oficial em todo o país; no entanto vários idiomas regionais são também reconhecidos.

Ao nível económico, Espanha chegou a ocupar um 8º lugar no ranking mundial estabelecido pelo FMI, no entanto desde a crise de 2008 a economia desacelerou.

A propósito da exposição realizada⁴⁸³ no MOMA, em 2006, refere o comunicado de imprensa que “As transformações políticas e económicas da Espanha permitiram que o país abordasse a sua infraestrutura cultural, construindo museus, auditórios, centros de congressos e estádios em todo o país.” A exposição irá apresentar de que forma as profundas mudanças económicas e políticas, geraram um *florescimento da arquitetura* espanhola.

Analisamos, em seguida o panorama do ambiente arquitetónico mais recente no país.

⁴⁸³ Com curadoria de Terence Riley, Philip Johnson , a exposição On-site: new architecture in Spain Highlights Spain’s recent emergence as a center for important architectural Projects, esteve presente no Moma , nova Iorque em maio 2006.

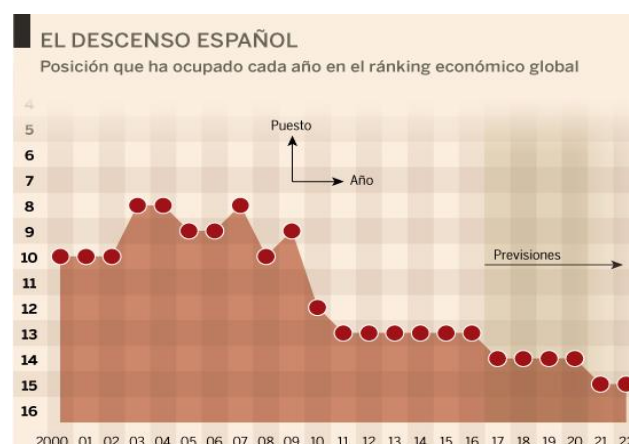


Figura 105 – Economia espanhola, posicionamento no *ranking* global

[Fonte:<http://www.expansion.com/economia/2017/05/25/59035fd7268e3e80638b459b.html>]

Espanha é um dos países europeus com maior número de arquitetos por 1000 habitantes (1.2arq/ 1000 habitantes, conforme estudo do Conselho dos Arquitetos de Europa em 2018).⁴⁸⁴

A existência de mais de 30 escolas de arquitetura no país, sendo a maioria de ensino público, poderá ser parte da explicação de tal número.

A formação académica, em arquitetura, é realizada em 6 anos, após o que, a inscrição no *Colegio dos Arquitectos* é obrigatória para o exercício da profissão.

Quadro 33 - Contextualização sociocultural - Espanha	
População	Total - 46 593 236 hab
Geografia	Área total do país - 506 000 km ²
Economia	PIB - 1 166 878 M€
Sistema político	Monarquia constitucional, democrática e parlamentar, com um chefe de governo - o "primeiro-ministro - e um chefe de Estado - o monarca. O Conselho de Ministros é o órgão executivo e é presidido pelo primeiro-ministro. Espanha é um Estado unitário, constituído por 17 comunidades autónomas e duas cidades autónomas, com diferentes graus de autonomia." https://europa.eu
U.E.	Adesão à EU: 1 de janeiro de 1986

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e Europa.Eu, consultados em 2018

⁴⁸⁴ (Architect's Council of Europe, 2018)

Esta entidade, tem um papel fundamental na regulação, defesa e divulgação da arquitetura nacional.

Tendo sido criado em 1931, o *Conselho Superior dos Colegios dos Arquitectos de Espanha* (CSCAE), é “o órgão representativo dos colégios e da profissão perante as corporações públicas e privadas, e ante os organismos internacionais, e última instância de recurso em modo corporativo (aplicação da Deontologia Profissional)”. (Consejo Superior de Colegios de Arquitectos de España, 2019).

De início existiam 6 Colégios (Leon, Bilbao, Barcelona, Madrid, Valência e Sevilha) os quais representavam cerca de 1000 arquitetos. Atualmente existem 26 Colégios, representando mais de 50000 arquitetos.

Na página oficial do Conselho Superior dos Colégios dos Arquitectos, é apresentada a intenção de *dever contribuir para o máximo nível cultural e social da Arquitetura, para o melhor desenvolvimento das atividades do Homem*. (idem)

O CSCAE tem, atualmente, instituído um conjunto de 4 prémios e distinções: Medalha de Ouro da Arquitetura, Prémios de Arquitetura Espanhola, Prémio Internacional de Arquitetura Espanhola e as Medalhas CSCAE.

Ao primeiro - *Medalha de Ouro da Arquitetura* – corresponde a premiação de instituições e pessoas que no seu percurso enobrecem a arquitetura e a profissão de arquiteto.

A medalha tem sido atribuída desde 1981, tendo, nesse primeiro ano, sido atribuída ao rei Juan Carlos, bem como aos arquitetos Félix Candela Outeriño e Josep Lluís Sert. Não existindo uma periodicidade pré-definida, a medalha é atribuída quando o Conselho Superior o considera pertinente.

Note-se que a sua atribuição não diz respeito apenas a arquitetos ou entidades nacionais, como foi o caso na segunda edição em 1988, na qual foi atribuída a medalha de ouro a Álvaro Siza Vieira (bem como a Alejandro de la Sota).

O *Prémio de Arquitetura Espanhola*, de periodicidade bienal, conforme é referido na página oficial do Conselho Superior do Colégio dos Arquitectos, premeia trabalhos concluídos, que se considerem dignos de reconhecimentos pela sua “singularidade arquitetónica, a sua contribuição inovadora e a sua qualidade pragmática”.

É igualmente intenção, ao atribuir este prémio, divulgar a qualidade das obras de arquitetura realizadas em Espanha.

A primeira edição do prémio ocorreu em 1993, sendo então atribuído ao projeto de Antonio Cruz Villalón e Antonio Ortiz García, para a Estação Ferroviária de Santa Justa em Sevilha.



Figura 106 - Imagem da Estação de Comboios de Santa Justa, Sevilha, da autoria de Cruz e Ortiz, medalha de ouro do CSCA em 1993.

[Fonte: <https://www.cruzyortiz.com>]

No ano seguinte foi premiada obra de Enric Miralles e Carme Pinos, a Escola Pública Mare de Déu de Villvana-Morella. Posteriormente, em 1996, esta mesma obra foi finalista do prémio europeu Mies Van der Rohe.



Figura 107 - Imagem de Escola Publica Mare de Déu de Villvana-Morella, da autoria de Enric Miralles e Carme Pinos, "Prémio de Arquitetura Espanhola pelo CSCAE em 1995.

[Fonte: <http://www.cpinos.com>]

O mais recente *Prémio de Arquitetura Espanhola*, foi atribuído em 2017 (numa situação de *exaequo*) às obras de Mansilla e Tuñón para O *Museu de Coleções Reais* e o do *Palácio de Congressos e Hotel de Palma*, da autoria de Francisco Mangado & associados.



Figura 108 - Museu das Coleções Reais, Madrid, de Mansila e Tuñon,
“Prémio de Arquitetura Espanhola pelo CSCAE em 2017

[Fonte: <http://www.comunidad.madrid>]



Figura 109 - Palácio de Congressos e Hotel de Palma, de Francisco
Mangado & associados, “Prémio de Arquitetura Espanhola pelo
CSCAE em 2017

[Fonte: <http://www.cscae.com>]

Por último, existem as condecorações *Medalhas CSCAE*, instituídas em 2010. Trata-se de *uma distinção de carácter honorífico, concedida para reconhecer pessoas ou entidades que contribuíram significativamente com seu trabalho e dedicação, entre outros méritos notáveis, na defesa dos interesses da profissão e da Arquitetura.* (Consejo Superior de Colegios de Arquitectos de España, 2019)

Particularmente pertinente no nosso contexto, será a edição do ano 2016, no qual foi atribuída a *medalha CSCAE* ao Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Arquitetos de Portugal, ao deputado francês Patrick Bloche [autor do relatório para a

Arquitetura, analisado no capítulo II do presente trabalho] bem como a Wolfgang Haack, arquiteto alemão.

A decisão da atribuição destas medalhas esteve relacionada com o tema da presente investigação, conforme se refere na sua página oficial. nessa edição (2016) o Conselho Superior de Arquitetos da Espanha, quis destacar: “o esforço permanente que os países europeus estão a desenvolver para materializar políticas públicas cujo objetivo estratégico é a qualidade arquitetónica. Entre os países que contribuíram desde o início para criar iniciativas de regulação pública e para manter os valores arquitetónicos, sem dúvida, a França, a Alemanha e Portugal.”

A existência desta tipologia de associação profissional, com forte vocação de divulgação e valorização da disciplina, a par de uma estrutura de formação em cruzamento com as características históricas (políticas e socioeconómicas), são o cenário cultural para a existência de uma arquitetura, que - nas palavras de Jorge Figueira, em reflexão sobre a exposição “On-Site”, comissariada por Terence Riley - permite “a “identificação de um país” aberto e inclusivo, generoso e radical, que a arquitetura em Espanha denota(...)” (Figueira, 2010, p. 16)

Observando a situação no país, desde o início do período democrático (1975) verificamos que nos anos 1980, era possível identificar, no contexto da arquitetura em Espanha, 2 principais grupos “territoriais”, em Madrid e Barcelona – aos quais se juntariam outros grupos “regionais” de, então, menor representatividade e que seriam nas palavras de Fernandez –Galiano (1992, p.235), constituídos por “outros arquitetos andaluzes, bascos e galegos.”

A visível existência de uma dicotomia, entre Barcelona e Madrid, relativamente às restantes regiões, existiria devido a um poder de atração de Madrid.

Era o caso de arquitetos, como Alejandro de la Sota (galego) ou Saénz de Oiza (navarrês), se sediarem na capital, onde, paralelamente às suas atividades de projeto, lecionavam na escola de arquitetura da capital.

Num ambiente profissional em que predominavam as pequenas estruturas de trabalho, era comum a dupla atividade dos arquitetos, entre o ensino da arquitetura e atividade de projeto. Durante vários anos, a maior parte da encomenda provinha do setor público.

O panorama da arquitetura em Madrid, nos anos 1980 centrava-se em grandes figuras da arquitetura modernista espanhola, como Antoni Fernandez Alba, Fernando Higueras, Javier Caravajal ou Julio Cano Lasso, para além de la Sota e de Sáenz de Oiza. Neste panorama madrilenho, Fernandez – Galiano(idem), em *Spanish Architecture: A Family Portrait* fala de uma transição de geração, através da identificação de “herdeiros”, sendo, Juan Navarros Baldeweg, herdeiro direto de Sota, e Rafael Moneo, de Oiza.

No outro polo, em Barcelona, a situação era distinta. Nessa época, existia uma polarização em torno de Oriol Bohigas e Ricardo Bofill.

As estruturas de trabalho destes arquitetos, eram igualmente distintas das existentes em Madrid, sendo aqui ateliers de dimensão europeia representando “os dois extremos da polémica estilística e profissional”. (idem, p.237)

Esta situação de polarização Madrid / Barcelona poderá ser apenas uma das “representações” de uma estrutura nacional assente em regiões que, como vimos, têm as suas raízes na própria fundação do país, que melhor será de dizer unificação de reinos, à época dos reis católicos.

As diferenças regionais vão sendo mantidas e a arquitetura, com as suas formas de prática e de expressão, poderá ser, também ela, uma das faces visíveis.

É assim natural que, além das duas maiores e mais representativas cidades, Madrid e Barcelona, vejamos também que, nesses anos 1980, existisse ainda uma outra “vitalidade regional”. De todos os grupos regionais, o mais numeroso era o dos arquitetos sevillanos (sendo este grupo liderado por Guillermo Vasquez Consuegra, e pela dupla constituída por Antonio Cruz e Antonio Ortiz.)

Constava ainda do grupo uma série de jovens arquitetos que viriam igualmente a usufruir dos grandes investimentos públicos, realizados na Andaluzia nos anos 1980. Um panorama do ambiente arquitetónico de Espanha, nessa década de 1980/1990, é-nos transmitido pela *I Bienal de Arquitectura Espanhola*, em 1990, realizada conjuntamente pelo Ministério das Obras Públicas e Transportes (MOPT), Conselho Superior do Colégio dos Arquitetos (CSCAE) e pela Universidade Menéndez Pelayo.⁴⁹⁰

⁴⁹⁰ De um primeiro conjunto de 800 obras de referência, dispersas por todo o território nacional, indicadas pelas diversas associações profissionais do país, foi seleccionado posteriormente um total de 130 obras. Esta selecção foi realizada por um júri nacional onde se incluía Josep Luis Mateo. Uma terceira fase consistiu na eleição das 22 melhores obras, por um júri internacional, composto por Ignaci de Solà Morales, Luis Fernandez Galiano e Juan Benete, por Espanha, e por Josep Paul Kleihues, Alan Coquhoun, Giorgio Grassi, Marina Waisman e Peter Buchanan, pelo estrangeiro. (Sainz, 1991)

Das 130 obras seleccionadas para a exposição, foi distinguido, por um júri internacional, um conjunto de 22 obras “numa tentativa de destacar o que há de melhor da nossa produção mais recente”, nas palavras de Juan Sainz (1991, p.58).

Tendo a seleção sido feita por obras, e não por autores, vários arquitetos tiveram duas obras premiadas, como foram os casos de Sanz de Oiza, com as obras do Banco de Bilbao e edifícios de habitação coletiva M30; de Torres e Lapeña com a Casa Boenders em Ibiza e o Hospital de Mora de Ebro em Tarragona; de Rafael Moneo, com o Museu de Arte Romana em Mérida e a “Prevision” Espanhola, em Sevilha; de Coteló e Puente, com o “Ayuntamiento” de Valdelalaguna, em Madrid, e a Biblioteca de Saragoça e, ainda, de Cruz e Ortiz, com o Museu do Mar, em Cádiz, e as casas em Carabanchel, em Madrid.



Figura 110 - Imagem do Museu de Arte Romana, Mérida, da autoria de rafael Moneo, premiado na “I Bienal de Arquitectura espanhola”, 1990

Figura 111 - Imagem do Banco de Bilbao, da autoria de Saenz de Oiza, premiado na “I Bienal de Arquitectura

[Fonte: <http://www.bienalesdearquitectura.es/>]

No artigo que escreve, Sainz (idem) chama-nos a atenção para duas questões, subjacentes a este evento.

Por um lado, a questão geográfica, uma vez que esta seleção nos permite verificar que, no conjunto das 22 melhores obras, a maioria se situa na Catalunha (9 obras), seguida pela região de Madrid (5 obras) e, finalmente pela Andaluzia (4 obras) sendo apenas outras 4 obras dispersas pelo território espanhol. Ressalta, portanto, a hegemonia da polarização Madrid/Barcelona que anteriormente vimos.

Simultaneamente, verifica-se que a localização dos ateliers, onde estas obras se projetaram, a localização é maioritariamente em Madrid (10), seguida de Barcelona (9) e, por último, de Sevilha (3).



Figura 112 - Imagem do Edifício dos Serviços Sociais Porta de Toledo, Madrid, da autoria de Navarro Baldeweg, premiado na “I Bienal de Arquitectura espanhola”, 1990

[Fonte: <http://www.bienalesdearquitectura.es/>]

Figura 113 - Imagem do Edifício de Correios, Leon, da autoria de Alejandro de la Sota, premiado na “I Bienal de Arquitectura espanhola”, 1990

[Fonte: <http://www.bienalesdearquitectura.es/>]

Temos, pela amostra realizada através da seleção das obras de maior relevo, nesta primeira Bienal de Arquitectura, que a polarização hegemónica de Madrid e Barcelona se materializava na localização dos ateliers de arquitetura, confirmando o poder de atração destas cidades, em particular da capital, para onde convergiam arquitetos provenientes de outras regiões, e, no caso de Barcelona, sobretudo pela sua capacidade de fixação, de arquitetos originários da Catalunha.

Estes factos estão na base de uma contestação de Sainz, que lamenta a quase inexistência de outras obras, em diferentes localizações, afirmando ainda que a “I Bienal de Arquitectura veio confirmar a qualidade de umas obras que quase todos tinham já reconhecido como as melhores”. (idem p.59)

Surgiam ainda, nesses finais de anos 80, jovens arquitetos, como o valenciano Santiago Calatrava, ou os catalães Enric Miralles e Carlos Ferrater.

Grande parte destas personagens, que construíram o panorama arquitetónico dos anos 80 e 90 em Espanha, mantiveram-se como algumas das maiores figuras da arquitetura contemporânea no país.

A quantidade de obras notáveis, produzidas nessa época, poderá ter uma explicação no contexto político e socioeconómico que então existia – e que anteriormente esboçámos.

Fernandez-Galiano aponta, como possível explicação, uma *feliz coincidência* que permitiu a coexistência de um ainda existente sistema de produção artesanal com uma sensibilidade para um design de vanguarda; um inesperado encontro de poder político e círculos culturais.

Por um lado, a coexistência de arquitetos que, embora formados classicamente em desenho e construção, estavam bem informados e alimentados por uma enorme curiosidade pelo novo com uma indústria da construção que – ainda mantendo a qualidade de execução artesanal, produziu projetos de vanguarda estilística e intelectual, acabamento meticuloso de artesanal. “Por outro lado, a convergência de interesses de arquitetos culturalmente atentos, desejosos de colocar na prática o que até então permanecia em projeto ou em teorias académicas, com a vontade da elite política em promover uma imagem de um cliente público, instruído, avançado e moderno, resultou numa geração inteira de edifícios de autor financiados pela administração central, regional ou municipal.

“Este duplo casamento da vanguarda com a tradição e política com cultura é sem dúvida uma coincidência bem vinda que produziu frutos duradouros, embora a sua continuidade seja uma dúvida.” (Fernandez-Galiano, 1992, p. 240)

A par deste momento positivo, uma dúvida surgia, no início dos anos 1990, quanto à viabilidade de manutenção de uma situação tão favorável à arquitetura em Espanha. Esta inquietação alicerçava-se na probabilidade da crescente convergência da estrutura produtiva espanhola a dos restantes países da Europa. Essa natural convergência, pela integração, iria tender a apagar as características de um sistema ainda de perfil semi-artesanal na construção, dessa forma perdendo-se o nível de qualidade e os baixos custos associados a esse sistema de construção. Por outro lado, indicava ainda que a progressiva maturidade do sistema democrático, então muito

recente, iria igualmente alterar esta conjuntura favorável à arquitetura uma vez que; num estágio mais maduro da consolidação democrática, que “tende a transferir-se das mãos da elite intelectual, social, para as da maioria, a que, geralmente, corresponde preferências estilística conservadoras.”(idem)

Em acordo com as principais linhas de leitura do ambiente da arquitetura em Espanha, nesse período, verificamos que, no atual panorama da arquitetura nacional, é ainda possível encontrar algum desse método semi-artesanal de construir, ainda que não descartando as normalizações associadas ao processo de integração, e convergência, europeia. Na nossa perspectiva, os perigos de desaparecimento de uma determinada qualidade arquitetónica que Fernandez – Galiano apontava, não se terão feito sentir de forma determinante, isto é, encontramos ainda na arquitetura espanhola uma certa resiliência capaz de fazer dialogar as raízes de uma cultura arquitetónica específica, de génese modernista, sem descartar o *savoir faire* artesanal da sua indústria de construção, com as contingências associadas ao fenómeno de globalização, em particular na sua expressão de normalização europeia. Conforme nota da anteriormente citada exposição, no *Museum of Modern Art de Nova Iorque (MoMa)*, através dos projetos selecionados era possível demonstrar a “força e a vitalidade da nova arquitetura que vai transformando a paisagem espanhola”.



Figura 114 - Imagem do Mercado de Santa Catarina, Barcelona, da autoria de Miralles e Tagliabue, presente na exposição do Moma “On – site: new architecture in Spain” 2006.

[Fonte: <http://www.mirallestagliabue.com>]



Figura 115 - Imagem das Torres Bioclimáticas, Vitoria Gasteiz, da autoria de Abalos e Herreros, presente na exposição do Moma “On – site: new architecture in Spain” 2006.

[Fonte: <https://estudioherrerros.com>]

Não obstante este panorama em que se desenhava, desde os anos 1980, uma tendência para a existência de uma arquitetura “de qualidade “ no país, verificamos que a situação da prática da profissão não é particularmente positiva.

Segundo o “sindicato dos arquitetos”, através de um estudo de setor, realizado em 2013 (Sindicato de Arquitectos, 2013), verificava-se, a extrema fragilidade da profissão, nessa altura a sofrer o impacto da crise financeira de forma particularmente evidente.

Quadro 34 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) - Espanha	
Arquitetos / população	nº total de arquitetos: 55 700arqs. nº de arquitetos por 1000 habitantes: 1.20 homens/mulheres: 63% / 35%
Estrutura académica	Formação académica de 6 anos, para arquitetos “responsáveis de projeto” (tendo em conta que as escolas formam igualmente arquitetos técnicos); não é necessário estágio profissional; obrigatoriedade de inscrição no Colégio dos Arquitetos. Existem 33 escolas de arquitetura, subdivididas em públicas ⁴⁹⁶ e privadas ⁴⁹⁷
Organização profissional	<i>Colegio de los Arquitectos</i> ⁴⁹⁸ (por regiões) O recurso ao arquiteto é obrigatório no âmbito de qualquer trabalho de edificação. A intervenção dos arquitetos é estabelecida por lei.
Premiação nacional	Medalha de Ouro; <i>Premio de Arquitectura Española</i> ; Medalhas CSCAE (premiação promovida pelo Conselho Superior dos Colégios dos Arquitetos de Espanha, CSCAE)
Premiação internacional	2 prémios Pritzker: 1996 José Rafael Moneo ;2017 Rafael Aranda, Carme Pigem and Ramon Vilalta (RCR Architectes)
Publicações especializadas	

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e CAE, consultados em 2018

⁴⁹⁶ Públicas:

ETSA de Madrid; ETSA de Barcelona; ETSA de Sevilla; ETSA de Valencia; ETSA de Valladolid; ETSA de La Coruña; ETSA de Las Palmas de Gran Canaria; ETSA del Vallés; ETSA de San Sebastián; ETSA de Alicante; ETSA de Reus; ETSA de Granada; ETSA de Alcalá de Henares; ETSA de Gerona; ETSA de Málaga; ETSAE de Cartagena; EAUCLM Toledo; ETSA de Universidad Rey Juan Carlos; EINA Zaragoza. (<http://www.ladocumentationfrancaise.fr>, s.d.)

⁴⁹⁷ Privadas:

ETSA de Zaragoza de la USJ; Escuela Politécnica Superior y Escuela de Arquitectura; EPS de la Universidad Católica San Antonio de Murcia; ETSA de la Universidad Francisco de Vitoria; ETSA de la Universidad Pontificia de Salamanca; ESET de la Universidad Cardenal Herrera CEU; EA de la Universidad Europea de Madrid; EPS de la Universidad San Pablo CEU; ESAT de la Universidad Camilo José Cela; IE University; EPS de la Universidad Alfonso X el Sabio; ETSA La Salle de la Universidad Ramón Llull; ESARQ de la Universitat Internacional de Catalunya; ETSA de Navarra (<http://www.ladocumentationfrancaise.fr>, s.d.)

Nas conclusões apresentadas no estudo, verifica-se, então, que 71% dos arquitetos se encontrava em situação de absoluta precaridade (estando desempregados ou trabalhando de forma irregular, ou ainda com remunerações abaixo dos 1000€/mês). Em síntese, o caso de Espanha, conforme este sucinto esboço nos permite verificar, situar-se –à num campo bastante particular, porquanto, não tendo [ainda] um documento de política de arquitetura criado, assim o pretende fazer.

Não voltando as costas à Europa, sendo que, aliás, graças à integração na CEE, numa fase de reconstrução democrática nacional, após o longo período de regime ditatorial, beneficiou e soube aproveitar do novo fôlego que essa integração de 1986 trouxe.

O seu ADN cultural, resultante de uma história densa e complexa, de muitos séculos, em vez de criar amarras a uma evolução disciplinar, foi permitindo um desenvolvimento da arquitetura, apoiando-se em figuras maiores da disciplina, no âmbito da qualidade do ensino da mesma – para o qual muitas dessas mesmas figuras contribuíram enquanto docentes – mas também pela particularidade da estrutura associativa de forte componente cultural, que é o Colégio dos Arquitetos⁵⁰².

Temos assim o caso de um país ibérico, mas não tão periférico quanto Portugal, que tem vindo a saber criar o seu espaço disciplinar próprio, com resiliência, face às correntes globalizantes que se têm vindo a imiscuir na disciplina.

Contrariamente à Suíça, que iremos analisar em seguida, Espanha não foge à contingência de uma União Europeia, embora partilhando, ambos os casos, uma não pertença ao grupo dos países com documento de Política de Arquitetura, bem como uma qualidade arquitetónica nacional reconhecida internacionalmente.

⁵⁰² Refere Keneth Frampton, o importante papel do Colégio dos Arquitetos em Espanha, (...) em Espanha, todas as principais cidades têm o seu colégio de arquitetos, cujos poderes foram agora (...) diminuídos pela legislação promulgada pelo parlamento espanhol em Outubro 1992, evocado a abertura do mercado de trabalho do país a arquitetos estrangeiros segundo os ditames do tratado da CE. (...) Tais medidas terão um efeito de degradação na qualidade geral da arquitetura espanhola, pois o colégio servia como uma guilda, uma ordem local, que não só mantinha um certo nível de qualidade, mas também um sentido de identidade regional. Alcançava isto principalmente através do seu poder sobre as licenças de construção, pois até recentemente todos os projetos tinham de ser aprovados não só pelo município, mas também pelo colégio. Mais ainda, como o colégio era o primeiro coletor dos honorários do arquiteto, do qual deduzia uma pequena percentagem pelos seus serviços, agia de forma a prevenir qualquer erosão na estrutura de honorários (...). Este poder fiscal também permitia ao colégio funcionar como instituição cultural independente, promovendo mostras, organizando palestras, subsidiando revistas e publicações. (Frampton, 2010. P.955)

Com uma área de 41293km²,⁵⁰⁵ tem uma população de 8.451.840 habitantes, dos quais cerca de 2 milhões são imigrantes (serão cerca de 12%, de nacionalidade portuguesa).

Alguns momentos da história do país ser-nos-ão fundamentais para compreender a gênese das suas políticas e da sua relação com a arquitetura, nas suas estruturas de ensino e de prática.

A história da Suíça, um caso particular no panorama europeu, corresponde um processo de progressivo aumento de território, fruto de vontade própria de populações, e não por imposições de heranças características em regimes monárquicos.

Será no séc. XIII, em 1291, que os habitantes de 3 regiões vizinhas - cantões de Uri, Schwyz e Unterwalden – se unem contra o Império dos Habsburgo.⁵⁰⁷

Este pequeno “Estado” (Waldstätte⁵⁰⁸), foi a primeira estrutura a partir da qual se foi desenvolvendo a atual Confederação Suíça.

Ao longos dos tempos, outras regiões foram-se unindo a essas três iniciais, com igual objetivo de defesa face aos vizinhos de maior dimensão e poder.

Um momento importante na formação do país, tal como o conhecemos, remete para o séc. XVI, aquando da Reforma⁵⁰⁹. Sendo esta Reforma iniciada no território pouco tempo após o final da luta dos cantões suíços, pela liberdade face ao Império Habsburgo, e havendo a consciência de que lutas internas iriam fragilizar esta união face ao poder exterior, a coexistência de diferentes formas de fé foram sendo aceites, e o protestantismo foi-se expandindo, sem formas de imposição bélicas.

Este processo demonstrará, desde logo, a especificidade suíça, de uma cultura de compromisso.

Segundo Fabrice Flückiger (2016) a decisão dos helvéticos, de coexistência, veio consolidar a confederação helvética.

⁵⁰⁵ Conforme <http://geography-landscapes.all-about-switzerland.info/>-

⁵⁰⁷ Favez, J. (1994). *Between Myth and Memory: Swiss History and the Present Day*. *Contemporary European History*, 3(3), 355-365. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/20081532>

⁵⁰⁸ “Unterwalden, cantão inicial da Suíça central; ocupou as bacias do Sarner Aa (rio) e o Engelberger Aa. O antigo cantão é dividido (este e oeste) em dois meios-cantões soberanos - Nidwalden e Obwalden - baseados na distinção medieval entre os vales dos rios superiores e inferiores.” Conforme <https://www.britannica.com>

⁵⁰⁹ A Reforma Suíça é instaurada em Zurique em 1524 e posteriormente em Berna. Simultaneamente à Reforma promovida por Lutero na Alemanha, em Zurique por Ulrich Zwingli. Com inúmeros pontos comuns entre um e outro processo, segundo Fabrice Flückiger distingue-se em particular na definição do papel de autoridade cívica. Sendo, neste ponto, um debate mais político que religioso Zwingli defendia que o sistema helvético assentava na tomada de decisão em assembleia.

Outro autor refere mesmo que, a Reforma terá sido o cimento, na construção de um território e cultura suíço. Explica Christophe Büchi que: “No ano de 1815, no Congresso de Viena, as grandes potências europeias garantem à Suíça uma “neutralidade perpétua”. Ainda no séc. XIX, no ano de 1848, é elaborada a Constituição Federal que substitui o pacto de 1815, criando assim um Estado Federal moderno. Será na revisão constitucional de 1874 que se introduz o sistema de uma democracia, já não representativa, mas semidirecta.

Mesmo com algumas revisões parciais ao longo dos anos, apenas em 1960 foi lançada a revisão total da Constituição, tendo a sua versão final sido adotada em 1999. A situação atual, em 2018, é de um sistema de democracia direta. Segundo James Breiding (2017), três atributos do carácter suíço são atribuídos à qualidade intrínseca da arquitetura suíça e ao seu reconhecimento internacional.

Por se tratar historicamente de: 1) um centro de trocas comerciais, de passagem de peregrinos; 2) por ter um enquadramento político único, ser uma nação que se construiu a si mesma, de baixo para cima, e que procura garantir uma «arbitragem flexível” entre grupos de interesse e os blocos de poder, fazendo prevalecer o interesse da maioria; 3) e por as grandes cidades – Basileia, Genebra, Lucerna, Neuchatel, Zurique e Saint-Gall - existirem segundo um modelo que ainda se assemelha ao das cidades-estado medievais (mantendo os seu dialetos, hábitos e tradições e , particularmente importante para a promoção da arquitetura, terem uma grande autonomia orçamental. Este último ponto será uma das bases para a existência de encomenda na arquitetura uma vez que, havendo uma *conceção meritocrática do reconhecimento* (idem, p47) permite a muitos jovens arquitetos aceder a encomendas de projetos de relevo.

Quadro 35 - Contextualização sociocultural - Suíça	
População total	Total - 8.451.840 hab.
Geografia	Area total do País - 41.285km ²
Economia	PIB - 602 269 €
Situação política	República federal, composta por 26 estados (cantões). Organiza-se através de um Conselho Federal (órgão executivo da confederação) e de uma assembleia federal (composta de duas câmaras).
U.E.	Não pertence à União Europeia.

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e Europa.Eu, consultados em 2018

Uma conexão entre a arquitetura suíça e o perfil histórico, sociocultural e político do país, está presente em múltiplas leituras da arquitetura suíça contemporânea.

Desde a relação entre a tríade (sobriedade, funcionalidade e precisão) na arquitetura e a influência do calvinismo, na formação do espírito dos suíços (...) a fiabilidade e confiança, associadas à necessidade de garantir a segurança de uma vida na montanha, em condições meteorológicas difíceis; o enraizamento de uma tradição artesanal e de conhecimento dos materiais. Diz-nos Irina Davidovici (2017, p.188) “Na Suíça, a moderação é um dado historicamente constituído e politicamente afirmado. A integração de objetos arquitetónicos na sua envolvente faz parte da cultura local e representa uma responsabilidade social.”

Esta observação aponta para a relação estreita entre arquitetura e sociedade suíça, que será, nos seus resultados, a expressão construída de uma arquitetura nacional. No entanto a questão identitária de um “espírito suíço” ocupa muitos debates teóricos em torno da criação suíça, em particular da criação arquitetónica.



Figura 117 - Imagem da serigrafia “Suíça no existe” da autoria de Ben Vautier, apresentada no pavilhão da Suíça da Exposição Universal de Sevilha em 1992.

[Fonte: <https://www.nb.admin.ch>]

No campo da arte, a questão foi amplamente mediatizada quando, em 1992, o artista Ben Vautier teve a sua serigrafia “Suíça no existe” exposta no pavilhão da Suíça, na Exposição Universal de Sevilha. Sendo o objetivo um questionamento sobre a diversidade linguística e cultural da Suíça, foi, no entanto, entendida sobretudo como provocação. Na arquitetura, uma abordagem desta questão identitária foi realizada por Steven Spier, no artigo - *There's Just Something About Switzerland: The Swissness of Swiss Architecture* -dedicado à investigação dessa “swissness”, que aqui traduzimos como “espírito suíço”, dos signos que o identificam e das relações de pertença ou de recusa desse posicionamento.

Verifica-se, nesse e noutros estudo , que a temática tem vindo a suscitar debates, dúvidas, emoções contraditórias.

No caso do artigo de Spier (2009), através de uma análise realizada sobre o posicionamento de vários arquitetos, críticos e teóricos, ao longo do século XX, na procura da verificação da existência dessa “sensibilidade” suíça, várias pistas são lançadas, das quais aqui retomamos algumas, que consideramos particularmente interessantes para o nosso tema de trabalho.

Considerando-se que, neste início de milénio, será progressivamente mais difícil de se definir, ou caracterizar, uma arquitetura com base na sua genealogia geográfica, diz-nos Spier que “eventualmente uma exceção poderá ser a Suíça, ou que pelo menos os suíços assim o pensam”.

Esta consideração poderia prender-se com uma certa fragilidade na (auto)identificação suíça, tendo em conta a sua idiossincrática história de construção de uma nação que se baseia na união de diferentes línguas, caracteres, culturas, sem um claro elemento unificador comum.

Um debate sobre a existência de um “espírito suíço, já existente nos anos 1950⁵¹⁴, ainda recentemente se mantinha vivo. Como exemplo referido por Spier, temos os textos publicados no catálogo da exposição relativa à Arquitetura Suíça no século XX “Twentieth century architecture: Switzerland”, realizada em 1998, no museu de Arquitetura de Frankfurt.

Paralelamente ao debate sobre a questão da existência de um “espírito suíço” (*swissness*), a criação arquitetónica suíça foi construindo um percurso próprio, com realizações de referência, atravessando diferentes momentos e fases, de maior ou menor visibilidade internacional.

Ainda no início do século XX, em pleno modernismo, Le Corbusier (já sediado em Paris) aceita a encomenda para o “Pavilhão Suíço”, em Paris. Tratava-se de um convite da parte do reitor da Universidade de Zurique, para que Le Corbusier realizasse o projeto para o pavilhão Suíço no Campus da Universidade Internacional de Paris (CIUP).

Particularmente expressivo, na questão do debate identitário da arquitetura suíça, será o facto de Le Corbusier ter aceite o convite por considerar que “*Era necessário que em Paris, a Suíça aparecesse de outra forma do que sob os rostos rústicos do poeta: um chalé e vacas.*” (Fondation Suisse, 2019)

⁵¹⁴ Diz-nos Spier, que nos anos de 1950, G.E. Kidder Smith em “Switzerland Builds” afirmava que a Suíça, nesses tempos, seria *um dos países arquitetonicamente mais progressistas no mundo*, o que estaria relacionado com o *background histórico-político do país*, e que, embora reconhecendo a influência do modernismo de França, Alemanha e Inglaterra, considera que algumas características de uma “certa esterilidade arquitetónica” seriam sobretudo resultantes de um temperamento suíço. Kidder Smith citado por (Spier, 2009, p. 51)



Figura 118 - Imagem do “Pavilhão Suíço” da autoria de Le Corbusier e Pierre Jeanneret, Paris, 1930.

[Fonte: <https://www.sites-le-corbusier.org/fr/pavillon-suisse>]

Historicamente a arquitetura suíça teve um importante momento de viragem, quando, no final do século XIX, foi criada a *Eidgenössisches Polytechnum* (Escola Politécnica Federal de Zurique), permitindo a formação em arquitetura no interior do país.⁵¹⁵ Os anos em que esteve presente Karl Moser, iriam permitir uma estreita relação com o modernismo e com o movimento Bauhaus, em particular, movimento esse que viria a ter grande influência na arquitetura do país.

A presença de influência da Bauhaus na Suíça foi marcada em particular por Hannes Meyer (enquanto suíço e diretor da escola entre 1928/1930), e por quem foi projetada cooperativa habitação Freidorf.

515 ETH/EPFZ (Eidgenössische Technische Hochschule Zürich/ L'École polytechnique fédérale de Zurich), escola politécnica federal de Zurique, sendo que no nosso texto nos referimos especificamente ao departamento de arquitetura aí existente. Desde o início associaram-se nomes maiores da arquitetura ao corpo docente do politécnico de Zurique (ETH/EPFZ); inicialmente com Gottfried Semper (1854) e mais tarde com Karl Moser (1915), o que será particularmente importante para o desenvolvimento de uma tipologia de ensino que dará uma especial atenção à prática associada à teoria. Estes personagens, serão igualmente responsáveis pelo desenvolvimento de uma credibilidade académica da escola suíça de Zurique e pelo início da internacionalização da arquitetura suíça.



Figura 119 - Imagem da cooperativa habitação Freidorf, da autoria de Hannes Meyer, MuttENZ, Suíça, 1919-1921.

[Fonte: <https://www.bzbasel.ch>]

Após um período de pós-guerra, em que a Suíça teve um menor protagonismo internacional, vemos que, já nos anos 1970, associado à *Tendenza* e a Aldo Rossi, arquitetos como Mario Botta⁵¹⁶, irão levar a arquitetura suíça a um lugar de destaque.

A criação da Academia de Mendrisio nos anos 1990, será ainda uma expressão da existência de diferentes culturas paralelas no país. Expressa ainda, nas palavras de Mario Botta (2018), uma vontade de testemunhar uma *identidade local* e de, tendo em mente a *riqueza de história, memória e cultura* [local] por outro lado a vontade de distinção desta escola face às de Lausanne e Zurique esteve na base da escolha da “denominação de *“academia”*, a fim de caracterizar e distinguir as nossas das escolas politécnicas de Zurique e Lausanne.” A transição do século XX para o século XXI virá trazer à arquitetura suíça, um novo interesse internacional, uma vez que serão atribuídos dois prémios Pritzker a arquitetos nacionais. Em 2001 será atribuído à dupla Herzog & de Meuron e em 2009 a Peter Zumthor.

⁵¹⁶ Mário Botta irá ser um elemento representativo da “escola tessinoise”, vindo a promover a criação da “Accademia di Architettura” na Suíça italiana.



Figura 120 - Imagem da casa em Stabio, da autoria de Mario Botta, Stabio, Suíça, 1965-1967

[Fonte: <https://www.brou.ch/>]

Figura 121 - Imagem do armazém da fábrica Ricola, da autoria de Herzog & de Meuron,.

[Fonte: <https://www.herzogdemeuron.com>]

Segundo Davidovici, a partir da década de 1980, “a arquitetura Suíça tem trabalhado numa espécie de síntese entre os princípios de Rossi de autonomia arquitetónica e de Venturi e Scott Brown no interesse no quotidiano. “sendo que ao longo das décadas de 1980 e 1990, (...), o próprio vernáculo pitoresco da Suíça e o seu património modernista foram extraídos como motivos iconográficos para uma ampla produção de “barracões decorados”(…) Como exemplo seriam as obras iniciais de Herzog e de Meuron e Diener e Diener que vieram assumir o papel de modelos, solidificando esta abordagem. (Davidovici, *Reiterations: Cliché and Interpretation in Contemporary Swiss Architecture*, 2017, p. 31)



Figura 122 - Imagem do Warteckhof, da autoria de Diener e Diener, Basileia, Suíça, 1992–1996.

[Fonte: <http://www.dienerdiener.ch>]

Zumthor, em cuja atribuição do prémio Pritzker o júri refere a sua *habilidade aguda para criar lugares que são muito mais do que um único edifício*. Bem como louva o *respeito da sua arquitetura pelo sítio, e pela cultura local*.⁵¹⁸.

Será esta uma característica fundamental da arquitetura de Zumthor, e que recorrentemente é repetida, e que, citado por Davidovici, Zumthor assume nas suas próprias palavras, ao declarar a *ambição de produzir arquitetura "que parece que sempre esteve lá"*.(idem p.30)



Figura 123 - Imagem do Abrigo para um sítio arqueológico Romano, Chur, Graubünden, Suíça., da autoria de Peter Zumthor, Laufon, Suíça, 1986.

O debate sobre a existência de um “espírito suíço”, manteve-se vivo até recentemente. Como exemplo referido por Spier, temos os textos publicados no catálogo da exposição relativa à Arquitetura Suíça no século XX, “ Twentieth century architecture: Switzerland”, realizada em 1998 no museu da Arquitetura de Frankfurt.⁵¹⁹

Como base do debate, associa-se, regularmente, uma enumeração de diversos clichés sobre o que será o espírito suíço e a sua arquitetura.

Estes clichés apontam para um conjunto de traços, como a honestidade e carácter industrioso dos suíços, que se revela numa arquitetura “bem construída e bem pormenorizada”, ou a relação entre uma tradição democrática e uma forte cultura de

⁵¹⁸ Zumthor has a keen ability to create places that are much more than a single building. His architecture expresses respect for the primacy of the site, the legacy of a local culture and the invaluable lessons of architectural history. (no original) in <https://www.pritzkerprize.com/laureates/2009>

⁵¹⁹ Sinal da existência deste questionamento identitário, é-nos dado por Spier através do exemplo de Jacques Herzog, que recusou estar no livro *Swiss Made*, uma vez que não se considerava a si próprio, nem ao seu atelier, como suíços. Ficará uma reflexão sua, sobre se Herzog & de Meuron serão, de facto, mais um atelier global que um atelier regional, mas que ainda assim é possível atribuir um “espírito suíço” ao seu trabalho. (Spier, 2009, p. 55)

compromisso, expressa através de “sólidas soluções arquitetônicas, sérias e não espetaculares. “

A propósito da característica de integração da arquitetura suíça na sua envolvente, refere-nos Davidovici (2017, p.188) que, os projetos suíços contemporâneos, “continuam a adotar as técnicas de camuflagem, ao copiar as formas e materialidade da arquitetura local – uma estratégia que combina raciocínio artístico / intelectual com concessões mais pragmáticas face aos constrangimentos de organização e do gosto popular.”

A sintonia entre o modelo de sociedade suíça e a arquitetura, está também presente na estrutura de organização da profissão.

A forma como a profissão é organizada, no país, segue genericamente um sistema transposto do modelo de organização política, do tipo “confederativo”.

Ao contrário de outros países analisados, a organização da profissão não se encontra centralizada num único organismo: existem, na Suíça, diversas entidades que permitem a associação de profissionais e que correspondem a diferentes objetivos.

Analisamos em seguida estes casos, considerando a pertinência desta leitura para a compreensão do ambiente arquitetónico no país.

Pelo papel congregador que representa, iniciamos pela “Conferência Suíça dos Arquitetos” (*Conférence Suisse des Architectes, CSA*).

A CSA - Trata-se de uma organização que se encarrega das relações internacionais do conjunto das associações profissionais de arquitetos, existentes na Suíça, junto do Conselho dos Arquitetos da Europa (CAE) ou da União Internacional dos arquitetos (UIA). (swiss-architects, 2019)

As associações profissionais representadas pela CSA, são 3; sai, FSAI e GSAI, as quais abordamos sucintamente, em seguida, nas suas especificidades e competências.

A FAS - Federação Suíça dos Arquitetos (*Fédération des Architectes Suisses/ Federazione Architetti Svizzeri / Bund Schweizer Architekten BSA -FSA*), fundada no ano de 1908, em Olten, tem, atualmente, a sua sede em Basileia. Nas palavras de Hermann Bauer, presidente da FAS nos anos 1940, a fundação desta associação foi um caso particular pois “(...) enquanto que na maior parte dos países europeus uma única organização representa o conjunto da profissão de arquiteto, existem na Suíça diversas instituições deste tipo que se diferenciam pela dimensão e orientação.” (bsa-fas, 2019)

Conforme os estatutos, existem 2 tipos de membros: os membros comuns e os associados. O que os distingue é o facto de os primeiros serem arquitetos independentes e “*terem tido prestações dignas de interesse nos domínios da arquitetura, do urbanismo e do planeamento do território.*” o que lhes concede o direito de usar a denominação profissional “*Architectes FAS*”.

Esta condicionante, associada a um determinado nível de qualidade de prestações, existe igualmente, ainda que com outra denominação, para a seleção dos “membros associados” (não exclusivamente arquitetos). Para estes, é indicado que poderão ser personalidades exercendo atividades estreitamente ligadas à arquitetura, ao urbanismo ou ao ordenamento do território, sendo a sua seleção assente na qualidade da sua ação e/ou vocação profissional.

A FSAI – Federação Suíça dos Arquitetos Independentes - *Fédération suisse des architectes indépendants / Verband freierwerbender Schweizer Architekten / Federazione svizzera degli architetti indipendenti (FSAI)* – constituída em 1935, esta entidade “ procura valorizar o papel do arquiteto na sociedade, bem como as suas responsabilidades nas atividades culturais e económicas.” (fsai, 2019)

Para uma inscrição neste organismo, será necessário estar previamente registado, enquanto arquiteto, no “Registo Suíço REG”⁵²¹

A situação do país, em termos de proteção profissional, é particular. Na Suíça, os títulos conferidos por diplomas académicos são protegidos; no entanto, as profissões de Arquiteto, Engenheiro e de técnico (*technicien*), não o são. Ou seja, a nível nacional, não existem pré-requisitos para a prática destas profissões. É neste contexto que surge a associação SIA.

A SIA – *Sociedade Suíça de engenheiros e arquitetos*, é a associação profissional de referência no país. Fundada no início do séc. XX, criou, em 1917, uma comissão para defesa dos títulos, chegando a elaborar um documento legal. (société suisse des ingénieurs et des architectes, 2019)

⁵²¹ O registo Suíço, REG, visa manter um diretório de profissionais nas áreas de engenharia, arquitetura, indústria e meio ambiente. Para este fim, mantém uma listagem de pessoas envolvidas, nessas áreas reconhecidas, e que cumpram os requisitos indicados pelo registo [existem 3 tipos de registo, A, B e C, sendo que, ao primeiro ,correspondem os diplomados com mestrado das escolas EPF(escola politécnica federal) e HES(“alta “ escola especializada); ao segundo, correspondem os diplomados em nível licenciatura das escolas HES e ao terceiro – C – os detentores de diploma técnico de escolas ES]. Os diplomados de uma “Haute école”, ou de uma “escola especializada – ES” ou estrangeira reconhecida como equivalente são inscritos no Registo com base no seu diploma, quando justifiquem a existência de uma prática de 3 anos.

<https://reg.ch/fondation/organisation/historique/>

No processo de reconhecimento e defesa da profissão, foi apresentada, em 1939, uma moção parlamentar, não tendo, no entanto, avançado, por falta de bases legais para o seu desenvolvimento.

Mantendo os objetivos de defesa e promoção da profissão de arquitetura, viria a ser criado, no início dos anos 50, um primeiro registo suíço para arquitetos, engenheiros e técnicos (de construção).

De novo, no início dos anos 1960, houve intenção de se criar uma lei de proteção a estes títulos profissionais, tendo, posteriormente, em 1966, sido fundado o REG, registo suíço de engenheiros, arquitetos e técnicos.

Mais recentemente, já em 1990, a CSA (*Conférence Suisse des Architectes*), acima mencionada, elaborou, conjuntamente com o REG (registo suíço) um projeto de lei sobre a profissão arquiteto, o qual deveria “contribuir para conceder aos arquitetos suíços um estatuto comparável ao dos seus congéneres estrangeiros.”

Esta ação, levou a uma tomada de posição do Conselho Federal em 2004, conforme exposto na página oficial da *Fundação do Registo Suíço*: “as profissões de arquiteto e de engenheiro não tinham um interesse público preponderante, e conseqüentemente não necessitam de uma regulamentação específica”.

Hoje em dia, a *SIA* é composta por 4 grupos profissionais – arquitetura, engenharia, técnica e ambiente – sendo organizada segundo um modelo federalista, pelo que existem 19 seções, “repercutindo os objetivos, a nível local e regional” e ainda uma secção internacional, vocacionada para os “membros orientados para o internacional, e ativos além fronteiras”.

Esta forma de organização profissional, na Suíça, será um dado que iremos de novo abordar, adiante, uma vez que cumpre refletir sobre as possíveis implicações, da inexistência de um quadro normativo nacional, e sobre a sua relação com o nível de qualidade da arquitetura e do espaço construído, nacional.

A estrutura de formação académica suíça é, também ela, específica ao país.

Existindo três instituições para formação em arquitetura – Escola Politécnica Federal de Zurique, Escola Politécnica Federal de Lausanne e Academia de Arquitetura da Universidade da Suíça italiana de Mendrisio – temos uma estrutura académica restrita, mas não uniformizada, apesar de um perfil politécnico comum, dentro de um determinado “espírito suíço”, ou *swissness*, que autores como Steven Spier nos referem, e que adiante analisamos em maior detalhe.

A primeira escola de arquitetura, fundada no final do séc. XIX, foi a de Zurique (ETH Zurich). Essa escola, tendo inicialmente sido orientada para uma arquitetura clássica, cedo veio a estruturar-se segundo princípios modernistas.

Existe ainda uma estrutura disciplinar, *Conseil suisse de l'architecture*, fundado em 2008, que tem como objetivo ser uma plataforma de discussão, relativa ao ensino da arquitetura na Suíça. Para tal, congrega as diferentes escolas existentes no país e ainda a SIA

Uma das formas de disseminação da cultura arquitetónica, realizada através de publicações especializadas, assenta, no caso da Suíça, num conjunto de publicações existentes. Essas publicações encontram-se, maioritariamente, associadas às entidades que vimos anteriormente; existe, em certos casos, mais de uma publicação para uma mesma organização, em razão da existência de três línguas oficiais no país. Será o caso das revistas *Archi*, *Tracés* e *Tec 21*, sendo todas publicações oficiais da “sociedade suíça de engenheiros e arquitetos” (SIA); a primeira (“Archi”) em língua italiana, “Tracés” francófona e “Tec 21” em língua alemã.

A revista *werk, bauen + wohnen*, considerada como revista suíça independente, que aborda a prática e a teoria da arquitetura, propondo-se como aberta a debates internacionais, é a publicação oficial da Federação dos Arquitetos Suíços (FAS).



Figura 124 - Capa da primeira edição da revista *Das werk* em 1914



Figura 125 - Capa da revista *werk, bauen + wohnen* em 2017.

[Fonte: https://www.periodica.ch/digital/collection?ID=werk_0041]

A história desta publicação cruza-se com a história da arquitetura moderna na Suíça, uma vez que a sua criação, em 1914, foi o resultado conjugado da “Federação dos Arquitetos Suíços” e da “Werkbund” suíça (SWB). Inicialmente com a denominação

de “Werk”, apresentava-se como “revista suíça de arquitetura, e dos ofícios da pintura e da escultura” sendo que o objetivo da FAZ, fundada em 1908, era o de “uma reforma profunda da arquitetura e das artes aplicadas no sentido da época moderna. “ (werk, bauen, wohnen, 2019). A atual denominação resulta da fusão em 1980, com outra publicação existente, a revista «Bauen + Wohnen», resultando assim na atual *werk, bauen + wohnen*, propriedade da FAS.

A relação entre uma idiosincrasia nacional e o perfil de uma arquitetura suíça, são tema de múltiplos ensaios ao longo das décadas.

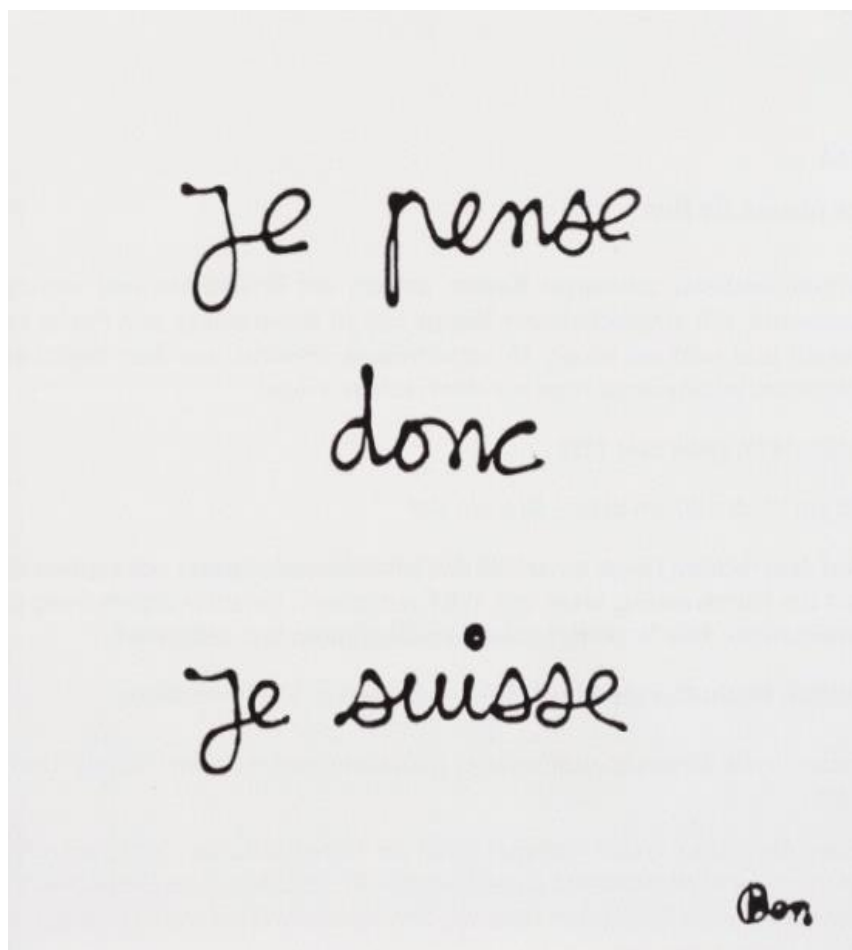


Figura 126 - Imagem da serigrafia “ Je pense donc je suisse” da autoria de Ben Vautier, apresentada no pavilhão da Suíça da Exposição Universal de Sevilha em 1992.

[Fonte: <https://www.nb.admin.ch>]

Quadro 36 - - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) – Suíça	
Arquitetos/população	nº total de arquitetos: 7 400arqs. nº de arquitetos por 1000 habitantes: 0.88
Estrutura académica	l'Ecole Polytechnique Fédérale de Zürich (EPFZ) ; l'Accademia di architettura de l'Université de la Suisse italienne (USI), Mendrisio; l'Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne (EPFL); Haute école Spécialisé de Suisse Occidentale (HES-SO)
Organização profissional	CSA - Conférence Suisse des Architectes (encarregue das relações internacionais das associações nacionais de arquitetos suíças, junto do CAE e da UIA); FAS, Fédération des Architectes Suisses; FSAI, Fédération Suisse des Architectes Indépendants; GPA/SIA, Groupe Professionnel Architecture de la Société Suisse des Ingénieurs et des Architectes)
Premiação nacional	BSI Swiss Architectural Award; Prix Suisse d'Art – section architecture; Arc-Award
Premiação internacional	2001 Jacques Herzog/Pierre de Meuron; 2009 Peter Zumthor
Publicações especializadas	werk, bauen + wohnen (publicada pelo FAS); AS Architecture Suisse; DYOD Magazine(online); Magazine architectes.ch; Dadi (webzine); TEC21 ; TRACÉS; ARCHI

3.3 – Síntese comparativa de três estudos de caso em relação a Portugal

A presente síntese comparativa visa permitir uma leitura cruzada dos resultados das análises individuais dos 3 estudos de caso, constantes do capítulo II; colocando essas conclusões numa perspetiva de análise da leitura do caso português.

Consideramos que deste ponto poderão ressaltar os principais elementos comuns, e de diferenciação, entre os diferentes casos, que permitirão desenvolver um raciocínio crítico e prospetivo – na conclusão da presente tese – e assim indicar eventuais perspetivas de ação, com vista ao objetivo principal do nosso estudo: contribuir para uma cultura de arquitetura em Portugal.

Fonte: elaboração própria, dados do Pordata e CAE, consultados em 2018

Neste sentido, o presente ponto estrutura-se a partir de uma breve leitura da situação geral das políticas de arquitetura na Europa, relendo alguns dados apresentados no início desta tese. Após esta leitura global e transversal, abordamos as conclusões relativas às análises de cada estudo de caso, comparando-as entre si, para, finalmente, podermos cruzar estas últimas com as conclusões emanadas do estudo do caso português.

A criação de documentos de políticas de arquitetura, ao nível europeu, é relativamente recente, sendo comumente balizado o início deste processo no final dos anos 1980, com a publicação da Diretiva Arquitetos ⁶¹⁸, na qual é estabelecido o reconhecimento mútuo de diplomas e a qualificação em arquitetura. Diz-nos, este documento legal, que a criação arquitetónica é do interesse público. “Considerando que a criação arquitetónica, a qualidade das construções, a sua inserção harmoniosa no ambiente circundante, o respeito das paisagens naturais e urbanas bem como do património coletivo e privado são do interesse público; que, por conseguinte, o reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos deve basear-se em critérios qualitativos e quantitativos que garantam que os titulares dos diplomas, certificados e outros títulos reconhecidos estão aptos a compreender e traduzir as necessidades dos indivíduos, dos grupos sociais e das coletividades em matéria de organização do espaço, de conceção, organização e realização das construções, de conservação e valorização do património construído e de proteção dos equilíbrios naturais;”⁶¹⁹

No histórico deste processo institucional europeu, de promoção da criação de Políticas de Arquitetura nacionais, temos um segundo momento, quando, no início dos anos 1990, é criado o Conselho dos Arquitetos da Europa (CAE)⁶²⁰.

O CAE compõe-se de 43 organizações membro, correspondentes aos organismos reguladores e às representações profissionais nacionais de todos os países da U.E,

⁶¹⁸ Diretiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985, relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos do domínio da arquitetura, incluindo medidas destinadas a facilitar o exercício efetivo do direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços (Ver Anexos)

⁶¹⁹ Conforme Diretiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985.

⁶²⁰ Resultante da fusão do “Comité de Liaison des Architectes de l’Europe Unie (CLAEU)” e do “Conseil Européen des Architectes (CEA).” (ACE-CAE, 2019)

bem como de países em vias de adesão, acrescidos da Suíça e da Noruega. No total, a entidade representa um universo de 31 países europeus.⁶²¹

Muito embora, ainda nos anos 1990, a Holanda tenha avançado com a sua própria política de arquitetura de âmbito nacional (em 1991), tendo publicado um segundo documento ainda na mesma década (1997), será apenas mais tarde, e em resultado do dinamismo holandês, que surgirão novas medidas institucionais da UE.

O papel desempenhado pela Holanda, neste processo de promoção de políticas de arquitetura, será fundamental enquanto motor de um movimento coletivo e dando exemplo, através da criação de uma PA própria segundo uma tipologia de “política abrangente”, que virá a “fazer escola”.

No ano de 1997, será ainda a Holanda que irá promover um conjunto de conferências, de âmbito internacional, relativas às políticas de arquitetura “Policies on Architecture and Design”, sendo o objetivo desse evento a promoção de troca de experiências e conhecimentos.

Será a partir deste encontro que se virá estruturar a criação do futuro Fórum de Políticas de Arquitetura na Europa (FEPA/ EFAP)⁶²⁴.

Seguindo o exemplo da Holanda, em 1998 irá a Finlândia, promover o seu próprio documento. Esta ação individual / nacional irá desencadear uma ação coletiva, em 1999, aquando da presidência do Conselho Europeu pela Finlândia. Nesse momento, terá lugar o *European Meeting on Architecture*, em Paris, sendo resultante da organização conjunta Finlândia-França⁶²⁵.

⁶²¹ A realização regular de estudos setoriais, permite-nos ter uma leitura transversal do estado da arte da profissão arquiteto atualizada e segura. O CAE, publica em 1994 “Livro Branco do Conselho dos Arquitetos da Europa”

⁶²⁴ Associação internacional, sem fins lucrativos; funcionando como organização de uma rede dedicada à promoção das PA's na Europa. As suas ações eram desenvolvidas através de atividades como: organização de fóruns, encontros internacionais, publicações temáticas.

O primeiro encontro formal do FEPA, ocorreu em Paris no ano 2000, com organização do Ministério da Cultura e Comunicação francês. Considera João Ferreira Bento (Ferreira Bento, JMD; (2017) *Architecture as Public Policy. The Role and Effectiveness of National Architectural Policies in the European Union: the cases of Ireland, Scotland and The Netherlands*. Doctoral thesis, UCL (University College London)) que o FEPA pode ser considerado como uma plataforma intergovernamental de cooperação entre instituições culturais e profissionais.” As reuniões da associação ocorriam semestralmente, com organização do país detentor da presidência do Conselho Europeu. Ao longo dos anos de funcionamento do FEPA, a associação teve mais de 70 membros de toda a Europa, funcionando com financiamento europeu. No entanto, por problemas internos e questões financeiras, desintegrou-se em 2015. Após essa data surgiu um movimento para uma refundação da associação, sem sucesso, ainda que, através da ação de vários antigos membros, tenha continuado a existir como rede informal. Finalmente, em 2018, teve lugar uma Conferência Europeia sobre Políticas de Arquitetura, em Viena, durante a Presidência do Conselho da UE pela Áustria, o que significa que a rede informal do FEPA ainda existe.

⁶²⁵ Note-se que França tinha, desde 1977, a sua própria política de arquitetura.

Em resultado desse encontro de Paris, viria a ser estabelecida, no ano seguinte, a criação do Fórum Europeu Políticas de Arquitetura (FEPA).

Apenas no início do milénio haverá nova ação da U.E., com a publicação de novo documento institucional de nível europeu. Em boa parte resultante das conclusões do encontro de Paris, apresentadas ao Conselho Europeu, será então publicada a Resolução do Conselho 2001/C73/04, de 12 de fevereiro de 2001, relativa à qualidade arquitetónica no meio urbano e rural. Este documento irá, no seu texto, encorajar os estados membro a promover as suas próprias políticas de arquitetura.

Posteriormente, com a publicação da Carta de Leipzig, em 2007, é assumida a importância da arquitetura para a qualidade de vida das populações, assumindo-se o compromisso de promover a cultura arquitetónica.

Será em 2008 que um último⁶²⁶ documento, relativo à arquitetura, será publicado a nível institucional europeu; as Conclusões do Conselho 2008/C319/05, (Conclusões do Conselho sobre e arquitetura: contributo da arquitetura para o desenvolvimento sustentável), no qual se apela aos Estados Membro para o reconhecimento do lugar da arquitetura nas políticas públicas, encorajando a inovação e a experimentação.

Atualmente, 2018, a situação face às políticas de arquitetura nacionais é variável nos diferentes países europeus. Conforme se pode verificar no quadro seguinte, existem três posicionamentos distintos, correspondendo a: 1) países com Política de Arquitetura publicada, 2) países sem PA publicada, mas que contam vir a publicar, 3) países que, não tendo PA publicada, não tencionam vir a ter.

⁶²⁶ Nos Anexos, apresentamos listagem dos diversos documentos publicados pela U.E. com incidência na arquitetura. (*Legislação emanada da União Europeia -relativa à arquitetura ou com repercussões na sua prática*)

Quadro 37 - Situação face à Política de Arquitetura, por país			
	com política	sem política com interesse	sem política e sem interesse
data de 1ª publicação	países		
2009	Bélgica / Flandres	Áustria	Bulgária
anos 1990	Chipre	Alemanha*	Eslovénia
2013	Croácia	Bélgica (Valónia / Bruxelas)	FYROM
1996	Dinamarca	Eslováquia	Grécia
2002	Estónia	Espanha	*Suíça (não U.E.)
1998	Finlândia	Itália	
1977	França	Malta	
1991	Holanda	Polónia	
2016	Hungria	República Checa	
2002	Irlanda	Roménia	
2009	Letónia	*Turquia (não U. E.)	
2005	Lituânia		
2004	Luxemburgo		
2015	Portugal		
1994	Reino Unido / Inglaterra		
2001	Reino Unido / Escócia		
2002	Reino Unido / Gales		
2006	Reino Unido / Irlanda do Norte		
1992	Suécia		
2007	* Islândia (não U.E.)		
1992	*Noruega (não U.E.)		

Fonte: elaboração própria sobre elementos recolhidos no EFAP- FEPA Survey de 2012 (atualizado com países que, entretanto, elaboraram documento próprio).

Entretanto, ao longo destes anos iniciais do novo milénio, e na sequência da publicação da Resolução do Conselho 2001/C73/04 de 12 de fevereiro de 2001⁶²⁷,

⁶²⁷ Sendo esta resolução que esteve na base da elaboração do estudo de setor realizado pelo FEPA em 2012, conforme é referido nos objetivos do Estudo “A pesquisa tem como objetivo medir o progresso da implementação de políticas de arquitetura por cada Estado-Membro, a fim de analisar o impacto da resolução do Conselho relativa à qualidade arquitetónica em ambiente Urbano e Rural (2001 / C73 / 04) dez anos após a sua adoção.” (Ferreira Bento, 2012, p. 15)

foram vários os países que começaram os seus processos de criação de uma política de arquitetura nacional.⁶²⁸

Quadro 38 - Data de publicação de primeiro documento de política de arquitetura, por país

Políticas de Arquitetura por ano de 1ª publicação																		
data	1977	1991	1992	1992	1994	1996	1998	1990's	2001	2002	2004	2005	2006	2007	2009	2013	2015	2016
País	França	Holanda	Noruega (não U.E.)	Suécia	Reino Unido / Inglaterra	Dinamarca	Finlândia	Chipre	Escócia	*Reino Unido / Gales	*Irlanda *Luxemburgo	Lituânia	Reino Unido / Irlanda do Norte	* Islândia (não U.E.) *Bélgica / Flandres	Croácia	Portugal	Hungria	

Fonte: elaboração própria.

No panorama geral das políticas de arquitetura, no espaço europeu, temos que a maioria das PA's desenvolvidas foram criadas nos anos 1990 ou início dos anos 2000. Conforme é explorado, no trabalho realizado para o FEPA, em 2012⁶²⁹, um claro impulso foi dado na criação de políticas nacionais de arquitetura, após a Resolução (2001/C73/04), a qual reconhece a importância da arquitetura na melhoria da qualidade do ambiente construído.

Conforme Resolução (2001/C73/04): “A arquitetura é um elemento fundamental da história, da cultura e do quadro de vida de cada um dos nossos países, que figura na vida quotidiana dos cidadãos como um dos modos essenciais de expressão artística e constitui o património de amanhã”.

⁶²⁸ No Chipre, as políticas arquitetónicas estão incluídas em todos os planos de desenvolvimento que são preparados sob a Lei de Planeamento do Espaço Urbano e Rural, que incluem Planos Locais, Esquemas de Áreas e a Declaração de Política para o espaço rural. Todos esses instrumentos contêm políticas sobre a qualidade arquitetónica e incluem um Anexo com Princípios e Diretrizes para a Melhoria Estética e Melhoria da Qualidade do Ambiente Construído das áreas que lhes são respetivas. Embora essas diretrizes tenham sido sobretudo elaboradas e ampliadas na última década, a maioria das políticas de qualidade arquitetónica foi introduzida no início dos anos 90. Há também uma política nacional independente sobre concursos de arquitetura para edifícios públicos. (Bento, 2012, p.37)

⁶²⁹ E que posteriormente foi desenvolvido na sua tese de doutoramento Architecture as Public Policy. The Role and Effectiveness of National Architectural Policies in the European Union: the cases of Ireland, Scotland and The Netherlands. Apresentada em 2017 no UCL (University College London). (Bento, Architecture as Public Policy. The Role and Effectiveness of National Architectural Policies in the European Union: the cases of Ireland, Scotland and The Netherlands, 2017).

Considerando a existência de três tipologias de Políticas de Arquitetura, conforme proposto no Estudo de Setor do FEPA, em 2012 (Ferreira Bento, 2012, p. 26), verificamos que a tipologia de política “abrangente” aplicada na Holanda foi a mais adotada nos anos seguintes, sendo ainda hoje o modelo mais comum. (conforme quadro seguinte)

Quadro 39 - Políticas de Arquitetura por tipologia		
legislação	abrangente	política setorial
França	Bélgica / Flandres	Chipre
Suécia	Croácia	Reino Unido / Inglaterra
	Dinamarca	
	Estónia	
	Finlândia	
	Holanda	
	Hungria	
	Irlanda	
	Islândia*	
	Letónia	
	Lituânia	
	Luxemburgo	
	Noruega*	
	Portugal	
	Reino Unido / Escócia	
	Reino Unido/ País de Gales	

* país não pertencente à U.E.

Fonte: elaboração própria, segundo elementos recolhidos do Survey do FEPA, em 2012 (atualizado com países detentores de documento próprio entretanto elaborado)

Conforme exposto no início do presente trabalho, a seleção dos estudos de caso visou refletir distintas situações, de alguma forma paradigmáticas de diferentes tendências e contextos.

Temos assim o caso de França como país (único, neste estudo) onde a Política de Arquitetura existente, datada dos anos 70, se enquadra na tipologia de “lei”⁶³⁰; o caso da Holanda, uma vez que representa a nova geração de políticas de arquitetura e que,

⁶³⁰ Muito embora, atualmente, se verifique uma tendência nacional para que a « revisão », deste documento, seja redigida segundo modelo do tipo “abrangente”, conforme pudemos ver pela análise da *Estratégia para a Arquitetura*, realizada nos últimos anos. (Bonnet, Barani, Chemetov, & Bouchet, 2015).

tendo sido o país pioneiro neste modelo de documento “abrangente”, promoveu e serviu de modelo para muitos dos documentos que se lhe seguiram; a Finlândia, sendo um dos casos de nova geração que terá seguido o modelo iniciado pela Holanda, é, no entanto, o país pioneiro – e único até ao momento – onde a Política Nacional se seguiu um desdobramento em múltiplos documentos de escala territorial inferior, tendo aqui sido analisados três desses casos (de escala nacional, regional e local). Ao conjunto destes três casos, foi contraposto o caso português, que se enquadra na tendência, pós anos 90, de documentos de política do tipo “abrangente”, mantendo o âmbito nacional (como verificado no caso holandês).

Temos vindo a verificar que a hipótese colocada de início, de que cada cultura local/nacional se repercute de alguma forma no documento de política e na praxis de arquitetura, é correta.

Importa, no entanto, referir que, mesmo existindo questões culturais específicas subjacentes a cada política nacional, há uma cultura transnacional, europeia, ocidental, e cada vez mais global, que orienta os traços caracterizadores mais fortes destas tendências. O facto de a tipologia de política “abrangente” ser a mais disseminada, neste início de século e de milénio, refletirá exatamente isto. Verificamos ainda que, apesar de progressivamente existirem mais países a promover as suas próprias políticas de arquitetura, permanecem casos em que, não havendo esse documento, tão pouco há intenção de o vir a promover.

Como é possível verificar no quadro anteriormente apresentado⁶³³, países como a Bulgária, a Eslovénia, a Grécia e a antiga Jugoslávia FYROM, pertencentes à U.E., não têm, no entanto, intenção de vir a promover a sua própria política. Acresce, a estes casos, a Suíça, ainda que distintamente, dado que não pertence à U.E.

O caso da Alemanha (e, em certa medida, também o da Áustria) representa uma situação excecional, dado tratar-se de um sistema federal, sendo a sua abordagem diferente.⁶³⁴

⁶³³ Quadro « Situação face à Política de Arquitetura, por país”

⁶³⁴ “Devido à sua estrutura administrativa - sistema federal - a Áustria e a Alemanha não têm total responsabilidade pela política arquitetónica, porque a arquitetura é considerada também como uma competência das províncias federais. No entanto, desde 2000, os países têm sido muito ativos, promovendo discussões, debates e publicações sobre arquitetura e construção de cultura sob o conceito de Baukultur. A expressão alemã Baukultur é um conceito amplo que pode ser traduzido para o inglês como (Building Culture), que inclui todos os aspetos do ambiente construído, como o contexto espacial, de infraestruturas, social e económico de espaços urbanos, cidades e paisagens culturais.” (Ferreira Bento, 2012, p. 42)

Considerámos ainda, neste estudo, que o fato de, 30 anos depois do maior impulso de criação de políticas de arquitetura na Europa, existirem ainda múltiplos casos de países sem tal documento, merecedor da nossa atenção. Não sendo do âmbito do presente trabalho o desenvolvimento aprofundado de cada um dos casos, mas sim um estudo transversal comparativo, centrado nas questões de culturas de arquitetura e da sua relação com documentos institucionais de políticas públicas, atentámos em 2 desses países sem política de arquitetura, Espanha e Suíça.⁶³⁵ Não consideramos possível generalizar as conclusões retiradas da análise desses dois casos, precisamente por se considerar que o histórico da relação dos países com as políticas de arquitetura, conforme disseminadas desde os anos 90, pela U.E., remete, em muito, para as características específicas de cada país. Isto é, verificamos que, em ambos os casos, a não existência deste tipo de documento não implica a inexistência de uma cultura arquitetónica própria, e que as estratégias de cada um dos países, relativamente à divulgação, defesa e promoção da disciplina, refletem o seu ADN sociocultural, político e a sua história distinta, num contexto europeu.

Quadro 40 – Quadro comparativo de dados base dos países casos de estudo				
temas	Portugal	França	Holanda	Finlandia
população	10 300 300 hab	66 865 144 hab	17 131 296 hab.	5 508 214 hab.
população em % da pop da U.E.	2,00	13,10	3,30	1,10
geografia	92 226km ²	632 800km ²	41 542 km ²	338 440 km ²
economia PIB per capita (PPS)	16 961,20	31 256,00	38 394,60	32 699,00
economia salario minimo nacional (€)	649,8	1 480,30	1 551,60	*
situação politica/governamental	República semipresidencialista	República semipresidencialista	Monarquia Constitucional Parlamentar	República parlamentar
União Europeia	adesão em 1986	país fundador 1958	país fundador 1958	adesão em 1995
Despesas em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D): ensino superior (% do PIB)	42,60%	25,1% (2016)***	29,8% (valor provisório)	25,40%
ministério da cultura	existência inconstante**	Ministério da Cultura (criado em 1959)	Ministério da Cultura	Ministério (conjunto), da Educação e Cultura

Fonte: elaboração própria sobre dados de Pordata, consultada em 2018

⁶³⁵ Sendo que, no caso de Espanha, existe a intenção de vir a desenvolver tal política e, na Suíça, não existe tal intenção.

Temos vindo a verificar, ao longo do estudo, que existe um perfil comum aos diferentes casos, o qual poderemos referir como uma vontade de organizar institucionalmente estratégias de defesa e promoção da arquitetura e da qualidade nas práticas. Essa vontade de organização institucional está em parte alavancada na existência de documentos de nível europeu, os quais podem ser vistos como o grande *guarda chuva* de enquadramento supranacional, capaz de legitimar publicamente o desejo de governos nacionais.

Creemos que, em alguma medida, os primeiros documentos de política de arquitetura nacionais terão sido resultado de um certo desejo político de participação ativa na União Europeia.

Ou seja, numa fase de construção comum, em que vários países – sobretudo mais periféricos – tinham procurado uma integração e um “fazer parte” de um grupo central, o que poderia simbolizar um sentido de avanço, de desenvolvimento, de poder; o promover políticas ou estratégias nacionais, resultantes de indicações europeias comuns, poderia ser entendido como um gesto de pertença a esse inicial grupo restrito.

Como exemplo, se atentarmos no caso da Finlândia, conforme pudemos verificar através do seu estudo de caso individual, a entrada na U.E. em 1995 foi, a nível de relações políticas internacionais, um sinal de orientação em direção ao ocidente (e ao centro europeu) afastando-se do seu passado de relações históricas com o Leste e, em particular, com a Rússia.

A publicação da sua política de arquitetura nacional ocorreu em 1998, apenas 3 anos após a entrada na U. E. .Conforme vimos, o país teve um papel ativo na fase inicial de propagação destes processos, em particular no ano de 1999, aquando da sua presidência do Conselho Europeu, e de organização do encontro internacional de Paris, do qual viriam a surgir as diretrizes para a criação do FEPA.

Note-se ainda que esse primeiro conjunto de países que vieram a criar as suas políticas de arquitetura nos anos 90 era sobretudo composto por escandinavos (Noruega - 1992, Suécia – 1992 e Dinamarca - 1996). Ressalvando o facto de a Noruega não pertencer à U.E., essa dinâmica regional é também ela um indício de que estas formas organizativas tendem a funcionar numa associação a bases culturais semelhantes.

De referir, relativamente a este caso finlandês, o lugar central da cultura e da disseminação do conhecimento no país e, em particular, o papel fundamental da arquitetura e dos seus personagens na própria construção da identidade nacional (em particular, de Alvar Aalto).

Temos, portanto, uma possível chave de leitura, para compreender o fenómeno de criação de políticas de arquitetura nacionais, correspondente à vontade de pertença a um grupo, inicialmente restrito, de países do centro europeu, aos quais se associa um a imagem de dinamismo, vanguarda e, sobretudo, de liderança.

Por outro lado, temos uma segunda chave, associada à cultura de arquitetura própria a cada país. Isto é, no caso francês, e sendo a França o país com primeiro documento de política de arquitetura, verificamos que o fato de se tratar de um documento legislativo não só refletirá a época em que o mesmo foi criado (final dos anos 70), como será expressivo de um ADN próprio. Um país de grande dimensão (o maior, em área, de toda a Europa) com uma população de mais de 60 milhões de habitantes, um vasto e diversificado património arquitetónico histórico.

Temos que no final dos anos 70, aquando da criação da Lei para a Arquitetura, o país sofria com uma crise económica (mundial), vivendo o rescaldo de uma crise social de grande dimensão, debatendo-se com problemas de habitação e de crescimento urbano, e tinha, à frente de um ministério da cultura, uma figura de exceção (Malraux), representativa de uma elite culta intelectual e defensora das artes. Sendo um país fortemente legalista, naturalmente, diríamos, o modelo para uma estratégia política de arquitetura teria de seguir a tipologia de lei.

Para mais, como vimos, o documento centra-se sobretudo na organização da profissão e das suas estruturas organizativas, sendo praticamente omissas nas questões relativas a uma cultura arquitetónica, em si mesma. (essas orientações culturais estarão presentes como resultado das medidas, não sendo medidas, em si mesmas).

No caso da Holanda, sendo esta, a par de França, um dos países fundadores da União Europeia, geograficamente central, ressaltam, pela sua análise específica, dois aspetos em particular. Por um lado, uma cultura de vanguarda e inovação, que, em arquitetura, teve desde o início do séc. XX uma expressão particularmente forte e de repercussões a nível internacional.

Este “traço de carácter” nacional, associado a um dinamismo político assente num modelo de consensos (que está igualmente presente na Finlândia, embora com menor

expressão, sendo de difícil percepção em França), e as estratégias económicas associadas à criatividade.

Ou seja, neste caso, holandês, entendemos que a promoção de uma política de arquitetura nacional será sobretudo o resultado de uma estratégia política associada a um reconhecimento do papel sociocultural e económico da arquitetura.

O dinamismo, e modelo político do país, foi fundamental para as sucessivas revisões ao documento inicial de 1991, bem como para o papel fundamental na criação de políticas europeias de promoção da arquitetura.

Temos três perfis distintos que nos levam a uma reflexão sobre os processos subjacentes à criação de políticas de arquitetura nacionais, e que nos permitem verificar o quão distintos são esses sistemas, não obstante uma aparência comum.

Quadro 41 - Leitura comparativa socioeconómica				
	Portugal	França	Holanda	Finlândia
população	10 300 300	66 864 379	17 131 296	5 508 214
% população 15/29anos	10,70	11,80	12,30	11,70
%população + 50 anos	5,90	5,90	4,40	5,20
densidade populacional / km2	112,30	105,30	502,90	18,00
% população da U.E.	2,00	13,10	3,30	1,10
PIB per capita	19 266,9	31 186,8	38 543,3	33 057,5

Fonte: elaboração própria, segundo dados recolhidos de ec.europa.eu em 2018

Através da análise do caso português, verificamos, necessariamente, pontos de contato e de distinção com uns e outros casos.

A tipologia da política nacional de arquitetura (PNAP) seguiu a tendência mais contemporânea do tipo “política abrangente”, tal como a da Holanda ou da Finlândia. Portugal não fará parte de um primeiro grupo de países voluntariosos, como os que acima vimos, que criaram as suas políticas na década de 1990.

Nessa primeira fase de integração europeia, encontrava-se Portugal num processo ainda muito recente de construção de uma democracia (sendo do final dos anos 1980 a data de adesão do país à, então, CEE); Estava o país carente de um conjunto de infraestruturas fundamentais (não somente físicas), o que significaria deixar temas como a Arquitetura (não sendo entendida a disciplina, a nível nacional, como algo de fundamental) para momentos de menor urgência de ação.

Logo, numa altura em que países com democracias consolidadas, como os países nórdicos que nesse primeiro momento criaram as suas políticas, Portugal debatia-se com questões elementares de uns primeiros passos democráticos e com necessidades económicas básicas.

Verificamos ainda que, nesses primeiros momentos, em Portugal, a temática *Arquitetura* se encontrava associada sobretudo a questões de urgência pragmática, como a premência na criação de habitação, gerando ações políticas como as operações SAAL nos anos de revolução, mas não sendo entendida, publicamente, a disciplina como geradora direta de cultura e de qualidade de vida.

Distintamente da Holanda, não encontrámos em Portugal uma situação de reconhecimento político do papel da arquitetura e dos seus atores, nem como, na Finlândia, uma relação cultural e um entendimento da arquitetura como geradora de identidade nacional. Tão pouco, como em França, encontrámos um movimento profissional, de tal forma expressivo, que pudesse gerar uma política pública da profissão.

Antes pelo contrário, diríamos, uma vez que, precisamente nos anos 70, é criado um decreto lei que iria permitir a não arquitetos a assinatura de projetos de arquitetura, sob o mote de uma necessidade nacional.

Mais, mesmo considerando uma possível razoabilidade desta medida, veremos que esse momento de exceção, para resposta a uma urgência social, será prolongado por décadas, perdendo pelo caminho toda a legitimidade, sobretudo quando confrontado, e apontado como erro, por movimentos coletivos.

Temos, portanto, o caso português que, distintamente dos 3 casos estudados inicialmente, não corresponde nem a um país onde a cultura da arquitetura ou o reconhecimento do valor intrínseco da disciplina seja particularmente compreendido, nem a um país onde a classe profissional (de arquitetos) tenha um peso social capaz de gerar movimentos de defesa e organização profissional, sendo , no entanto de salientar – como momento excepcional - a primeira iniciativa legislativa de cidadãos em Portugal (projeto de lei 183/X entrado na AR em 23.11.2005) – “Arquitetura: Um direito dos cidadãos, um ato próprio dos Arquitectos (revogação parcial do Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro)”. Esta iniciativa liderada pela Ordem dos Arquitectos, veio abrir caminho à lei 31/2009.

Trata-se da situação de um país periférico, cuja pertença à U.E., e a políticas e estratégias comuns, tem, em si, o potencial de gerar um sentimento de poder por associação, de alguma modernidade e vanguarda, não obstante o atraso de cerca de 30 anos em relação às primeiras políticas de arquitetura.

Para a nossa reflexão, sobre o lugar da cultura de arquitetura, por via da existência de políticas de arquitetura, considerámos ainda necessária a atenção a 2 casos de países sem política – tal como anteriormente referimos.

Sendo ambos os casos, Espanha e Suíça, disciplinarmente representativos de uma qualidade arquitetónica nacional, trazemos à reflexão os potenciais contributos das políticas de arquitetura nacionais à qualidade da arquitetura e à existência e disseminação de uma cultura de arquitetura.

Se os casos de Espanha e Suíça nos podem demonstrar que não será fundamental a existência de uma política de arquitetura, enquanto documento institucional, para que tal cultura exista, verificamos, no entanto, que num e noutro caso a existência de organismos e de estratégias de disseminação da cultura arquitetónica existem - caso dos Colégios dos Arquitetos em Espanha, e das várias associações e organismos profissionais, na Suíça – mas que, talvez, o processo cultural se deva a uma conjugação de elementos potencialmente positivos.

Esses elementos seriam: a existência de culturas de ensino em arquitetura fortes – as escolas de arquitetura em Espanha, disseminadas pelo território onde, tal como na Suíça, tradicionalmente os grandes mestres modernistas lecionaram e criaram filiações intelectuais fortes.

Associamos ainda a ambos os casos a existência de culturas de construção e de qualidade na execução, como valor a preservar, no qual a arquitetura se associa como génese e promotor da boa materialização.

Seja nos países “alinhados” (com política de arquitetura) seja nos “não alinhados” (sem política de arquitetura), será necessário ter presente um fato e fator cultural relativo à persistência dos dois níveis de cultura.

No presente trabalho, como anteriormente expusemos, referimo-nos à percepção da qualidade em arquitetura pela via da alta cultura⁶³⁶ – em particular na esfera disciplinar.

Ou seja, teremos de ter presente, como chave de leitura a existência concomitante de 2 níveis de cultura em cada país.

Quando falamos na existência de uma boa arquitetura, ou de uma arquitetura de qualidade, em Espanha ou na Suíça, por exemplo, referimo-nos à que é validada disciplinarmente e que será resultado de um processo intelectual e criativo de arquitetos filiados numa mesma cultura arquitetónica.

No entanto, temos presente a existência – em maior ou menor medida – das ditas “arquiteturas correntes”, propagadas em cada país por processos de contaminação (que não correspondendo às ditas arquiteturas de elite, delas recuperação a imagem). Ora nesse espaço entre ambas, e com ambas, constrói-se a paisagem arquitetónica de um país. Consideramos que será na percepção, e reconhecimento, de paisagens próprias a cada país que iremos encontrar o perfil de uns e outros, e que aqui colocamos em análise comparativa.

No caso português, verificamos a existência de um perfil próximo ao da Suíça e ao de Espanha, pela alta cultura disciplinar, pelos elementos de exceção, presentes um pouco, por toda a paisagem construída.

Diferentemente de França, não são necessariamente resultado de arquiteturas promovidas pelo Estado, as que se destacam pela qualidade, ou, mesmo, do caso da Finlândia, onde o peso da encomenda pública é fundamental para a existência de projetos e construções de boa qualidade arquitetónica.

Esse dinamismo de encomenda privada, com consequências positivas na qualidade da arquitetura, encontra-se mais presente – entre os países alinhados - na Holanda e em Portugal. Se atentarmos igualmente, aos desalinhados, acrescentamos a este grupo, a Espanha e a Suíça.

⁶³⁶ A utilização da terminologia alta cultura / cultura popular, é aqui utilizada de forma simplificada, apesar da consciência de que estes termos encerram em si uma grande complexidade, começando pelo fato de esta distinção ser progressivamente menos clara, existindo hoje, segundo Bruno Pedretti, “uma crescente “democracia estética” do mundo burguês” onde a alta arte tem de responder a um público que já não coincide com as classes altas exclusivas, que tradicionalmente encomendam obras de artistas, arquitetos e escritores. “(Pedretti, 2019)

Alguma cultura de risco, de inovação e de diferenciação, estará presente nas sociedades destes países, comparativamente com a situação em França e na Finlândia; nestes dois países verificamos que o peso do Estado é maior, induzindo comportamentos de maior dependência e tendência para uma normalização.

No que diz respeito às políticas de arquitetura, em si mesmas, entendemos que, nos casos situados geograficamente mais a norte - Finlândia e Holanda - o processo de criação de documentos de política decorre – no passado, assim foi e, aos longos dos anos, assim tem permanecido – sobretudo, de uma cultura própria baseada em sistemas políticos democráticos, com uma cultura de base participativa e de consensos.

É expressivo ser a Holanda, o país que irá desencadear o processo europeu de políticas de arquitetura, ditando um modelo, tipologia e *modus operandi* que veio a tornar-se exemplo para os países seguintes.

O assumir de um documento de política de arquitetura neste país, tal como na Finlândia, é resultado de um processo de discussão política que terá de resultar em compromissos das várias partes envolvidas.

Note-se, em particular, a questão da governância política; a cada novo documento (e ambos os países têm mais de um) faz-se corresponder uma comissão interministerial que, de facto, tem de chegar a acordo quanto ao documento final. Uma vez aí chegado, o acordo estabelecido proporcionará a efetividade das medidas apontadas na política. Não significa isto que as medidas e estratégias sejam forçosamente positivas e de orientação para uma “boa arquitetura”, mas terão o mérito de ser estratégias conjuntas, e não meras frases a publicar, para cumprir metas de uma “governança moderna”.

Na historiografia das políticas de arquitetura na Holanda, dada a regularidade de publicação dos documentos de revisão (a cada 4 anos), é-nos possível seguir o traçado de alteração de orientações políticas, em direção a um ambiente progressivamente mais liberal e onde o fator económico assume maior peso em detrimento de orientações pro-cultura.

De qualquer forma, a situação face à criação de documento de política destes 2 países é distinta da de França ou do caso português.

Conforme anteriormente se analisou, o caso de França, cuja política de arquitetura, segundo uma tipologia de “lei”, corresponde a um sistema de política governativa extremamente burocratizante, será ainda espelho de uma situação sociocultural

específica, de um pós Maio de 68 e no rescaldo de uma crise económica mundial que afetou também o país. No caso, a política de arquitetura corresponde sobretudo a uma necessidade de organização profissional e menos à promoção de uma cultura de arquitetura ou de estratégias para a sua promoção e valorização.

Temos no entanto que, apesar desta distância inicial face aos modelos aplicados nos países a norte e amplamente difundida desde o início deste nosso século, também em França, já na presente década (em 2015), começou a ser elaborada uma proposta de *Estratégia para a Arquitetura*, que mais não é que uma Política de Arquitetura segundo uma tipologia de política “abrangente”, como as dos casos holandês e finlandês.

No entanto, e repercutindo uma tendência que temos vindo a verificar transversalmente, se esse processo se iniciou sob um mandato de esquerda socialista, com a mudança do ciclo político e uma reorientação mais liberal, ficou o processo estagnado. Além desta questão de orientação política governativa, na fase de criação de uma política de arquitetura, temos uma diferença que subsiste, face aos 2 países a norte.

Não se trata de políticas interministeriais, e não há procura de consensos nem processo de discussão intersectorial.

A ponte com o caso português será em duplo sentido, isto é; Portugal, seguindo o modelo tipológico mais contemporânea, cria a sua política formalmente próxima dos casos existentes a norte. No entanto, distintamente destes e aproximando-se do caso francês, avança com um documento estratégico que não se apoiou num processo intersectorial, nem é discutido conjuntamente nem assumido interministerialmente. Tal como em França, o processo nasce do seio da disciplina – ordem dos arquitetos, meio académico, classe profissional - e não de uma vontade política. No entanto, ambos – França (na atual versão de *Estratégia para a Arquitetura*) e Portugal (na sua *PNAP*) – se apoiam na estrutura de Estado para criar uma política pública, cuja iniciativa não nasce do Estado.

Neste antagonismo, poderá residir parte da ineficiência, sentida em França, e da potencial não eficácia, no caso português.

Tanto num como noutro país, pressente-se uma vontade governativa de fazer parte do “grupo dos modernos”, no sentido da utilização de meios e mecanismos tidos como mais contemporâneos e inovadores, que transmitem, em si, uma imagem de dinamismo e evolução.

Na situação francesa, a abertura política – por via do Ministério da Cultura em 2015 – para desenvolver uma nova Estratégia para a Arquitetura, cujo âmbito é claramente mais cultural que o da lei existente, denota exatamente essa vontade de descolar de uma imagem e estrutura antiquada, ensimesmada, de normas e legislação, para se reorientar para modelos mais abertos e participativos.

No caso português, é comum uma facilidade de orientação para processos inovadores e de experiências governativas associadas a novos modelos, pelo que, neste caso, se pressente que será, da parte do Estado, a aceitação de uma proposta de estratégia política inovadora (no país) mais do que a uma vontade consciente de promover uma política de arquitetura e paisagem. Aliás, o próprio processo o denota; tal como em França, não se trata de um processo iniciado pelo Estado, nem passa por discussões interministeriais, sendo apenas o ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia convocado para a fase de preparação do documento.

A transversalidade das medidas propostas, neste caso português, leva a pressupor que haverá um consenso na fase da sua aplicação, no entanto, é possível antecipar que esse processo poderá não ser simples e vir, mesmo, a sofrer atrasos constatando-se a sua não aplicabilidade. (Exemplificativa será a oposta posição Estatal de promover a existência deste documento, onde se apela à importância da arquitetura e da sua qualidade e, em simultâneo, se retira esse valor intelectual e disciplinar ao permitir a existência de leis que atribuem essas competências a profissionais não preparados para as ter.).

Em resumo, podemos verificar um conjunto de elementos que ressaltam desta análise comparativa:

3.3.1 Política de Arquitetura: processos e documentos

- Holanda e Finlândia, partilham um modelo tipológico de política de arquitetura baseado, de facto, numa fase de pré discussão e de procura de consensos políticos interministeriais;
- Portugal, partilhando também o modelo de política abrangente, não se apoiou, na fase inicial da criação do documento, numa procura de consensos, nem tão pouco foram chamados a intervir os vários ministérios que, posteriormente, deverão estar envolvidos na implementação da PA;

- França, tendo tido o primeiro documento de política de arquitetura na Europa, é o único caso estudado cuja tipologia é a de uma lei. No entanto, recentemente, no ano 2015, iniciou um processo de criação de um novo documento de política de arquitetura “Estratégia para a Arquitetura”, cujo modelo corresponde já ao partilhado pela Holanda, Finlândia e Portugal; temos, assim, uma convergência atual na tipologia adotada para novos documentos de política de arquitetura;
- À semelhança de Portugal, e distintamente dos dois outros países, não foram envolvidos, no processo de criação da Estratégia para a Arquitetura, os vários ministérios que deverão estar envolvidos na implementação das medidas propostas.

3.3.2 Cultura de Arquitetura

- A relação disciplinar com o movimento moderno marcou de forma intensa, ainda que distinta, todos os países estudados;
- Nos casos de França e Holanda, a relação com os principais mentores do movimento moderno foi direta, tendo alguns dos exemplos e momentos fundamentais desse período ocorrido nesses países (em particular Le Corbusier em França e Van Eyck na Holanda);
- Neste tema, Finlândia e Portugal partilham entre si um diferente posicionamento; em ambos os países existirá uma corrente interpretativa do movimento moderno, mais próxima das suas culturas próprias, a que se associam figuras particulares (Alvar Aalto na Finlândia, Fernando Távora e a escola do Porto, em Portugal);
- No processo de progressiva globalização, e das suas consequências culturais, temos que a França se foi afastando progressivamente (e mais que os outros casos estudados), de uma cultura do detalhe e do projeto enquanto ferramenta do arquiteto, entrando progressivamente numa *cultura ISO*⁶³⁷ onde prima a normalização e a burocracia do *projeto Excel*;

⁶³⁷ Conforme site oficial, A ISO é uma organização internacional não governamental independente, com uma adesão de 163 organismos nacionais de normalização. O objetivo da organização e do sistema ISSO é o de estabelecer Padrões Internacionais que esses, fornecendo especificações de classe mundial para produtos, serviços e sistemas, para garantir qualidade, segurança e eficiência são fundamentais para facilitar o comércio internacional. (ISO, 2018)

Associamos esta ideia de “*cultura ISO*” na arquitetura com a questão abordada por Fernandez -Galiano em “Spectacle and its Discontents; or the elusive joys or architainment” no qual nos falas das redes que se desenvolveram dentro das fronteiras da nossa sociedade global “Redes apertadas e turbulentas que se desenvolveram, produzindo tanto interdependência quanto ansiedade: uma rede de segurança que liga ideias, instituições e moedas (...)”. (Fernandez -Galiano, 2005, p. 1)

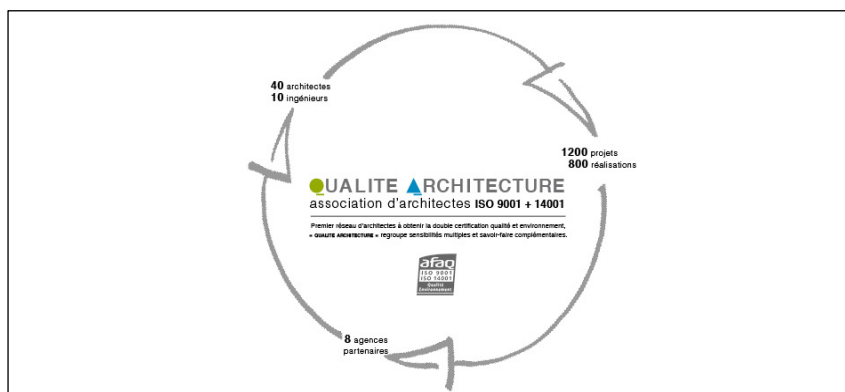


Figura 127 – Sistema ISO

[Fonte: <http://form-archi.com/architecte-iso-9001-14001>]

- No caso da Holanda, persistiu uma tendência, na cultura arquitetónica, para a inovação e o risco da experimentação, iniciada no movimento moderno;
- Nos casos da Finlândia e Portugal, partilhou-se ainda uma tendência para alguma resistência à normalização, por via da manutenção das técnicas, métodos e materiais de construção tradicionais num sistema menos industrializado do que os que encontramos em França e na Holanda; no entanto, distintamente, foi gerida a relação com os grandes vultos nacionais da arquitetura do início de século e com o seu legado;
- No caso da Finlândia, a figura de Alvar Aalto assume o papel de grande mentor nacional, extravasando a cultura da arquitetura, para ser entendido como um símbolo da identidade nacional;
- No caso de Portugal, dessa evolução arquitetónica pós movimento moderno de início do séc. XX, não se encontra associada tanto a uma figura única mas, sobretudo, a uma corrente, a uma escola, no caso, a escola do Porto;
- Distinta ainda, nestes 2 países mais periféricos, é a relação do Estado com as artes e a cultura e com a arquitetura em particular; enquanto que, na Finlândia, a cultura de uma forma geral, e as artes em particular, fazem parte da estrutura de identidade do país (que se construiu a si mesmo assente em pilares artísticos e intelectuais), e são promovidos pelo Estado como elemento fundamental, acessível a todos os cidadãos; em Portugal encontramos uma posição diferente, onde a cultura, em geral, e as artes, em particular, são maioritariamente entendidas como fazendo parte de uma elite, não sendo necessariamente apoiadas pelo Estado nem acessíveis a todos os cidadãos;

Ainda, ao termos o sistema ISO ligado a princípios de mercado, teremos presente a reflexão de Kenneth Frampton que nos fala da escolha entre “entre ir com o fluxo do mercado ou cultivar uma resistência autoconsciente (...)” (Frampton, K. 2005)

- Ainda nos pontos que inter-relacionam a Finlândia com Portugal, verificamos que os une o carácter periférico, uma tardia industrialização do país e aquilo que entendemos ser uma resiliência nacional face às adversidades; note-se que outros traços profundos separam estas duas realidades, e que aqui apontamos como sendo a constante inconstância portuguesa oposta à constante constância dos finlandeses.

Como pudemos verificar, são múltiplas as correlações, aproximações e distanciamentos das diferentes realidades analisadas. Temos, no entanto, que alguns pontos transversais nos levam à necessidade de uma reflexão própria, com vista ao objetivo final de, nas notas de conclusão da presente Tese, apresentar alguns pontos estratégicos para o desenvolvimento de uma cultura de arquitetura em Portugal.

Notas finais

a) Um questionamento inicial: o caso português e o contexto europeu

A presente tese partiu de um questionamento relativo ao porquê e ao como subjacentes à existência de políticas de arquitetura na Europa e, à data do início da presente investigação (2012), da questão basilar da inexistência de uma em Portugal. Para procurar respostas a essa questão primeira, identificámos o onde (reconhecendo quais os países com políticas de arquitetura publicadas), o quando (aferindo o histórico específico de cada um dos países dos casos selecionados, bem como, no âmbito coletivo, o da União Europeia), e por que meios (descortinando os métodos e mecanismos subjacentes à criação e implementação das políticas de arquitetura existentes).

Se, numa fase inicial da investigação, a questão se prendia com o lugar de Portugal, sem PA publicada, no seio do panorama europeu de países com política de arquitetura, seguiu-se um segundo momento da investigação (já com PA publicada), tendo em conta o facto de que uma política de arquitetura nacional começava a ser preparada, que nos levou a refletir que a questão se colocaria sobretudo na esfera das “culturas de arquitetura” presentes nas políticas de arquitetura e não tanto no documento publicado, em si mesmo.

A identificação de um conjunto de estudos de caso no seio do universo dos países europeus com políticas de arquitetura publicadas veio contribuir para a consolidação da pista cultural, subjacente a cada caso, e presente, de forma transversal, na questão da cultura de arquitetura.

Desenhámos, assim, um panorama lato, correspondente à Europa, como área geográfica, e à União Europeia, enquanto estrutura institucional de contacto entre as partes. Sobre este pano de fundo, identificámos três estudos de caso, considerados paradigmáticos nas suas tipologias e histórico de política. Concomitantemente, Portugal manteve-se como país âncora da investigação, sendo o objetivo inicial o de refletir sobre a realidade portuguesa à luz dos contributos emanados da investigação dos estudos de caso. Conforme anteriormente referido, se, inicialmente, a reflexão se orientava para o modo como uma PA nacional poderia ser desenvolvida, com o desencadear do processo de criação da PNAP, e com a posterior publicação oficial em

2015, reorientámos o fulcro da reflexão para a verificação da hipótese inicial – será uma PA garante da existência de “boa arquitetura” e contribuirá, de facto, para a existência de uma cultura de arquitetura na sociedade?

Como referido na introdução, foi colocada uma **hipótese**, associada ao principal objetivo: “identificar e analisar, crítica e comparativamente, a forma como a cultura arquitetónica se encontra expressa nas PA existentes no contexto europeu”, sendo a hipótese inicial, quando ainda era inexistente uma PA portuguesa, a de que em Portugal não existiriam as condições necessárias à criação de uma PA.

Com a alteração da situação no caso português, considerou-se fundamental compreender o contexto e o processo nacional à luz dos três estudos de caso, colocando então a hipótese de que a cada país com política de arquitetura corresponderia uma cultura arquitetónica específica, expressa nas suas PA, não obstante as invariáveis europeias que, transversalmente, percorrem o conjunto dos casos analisados.

O desenvolvimento da presente tese veio validar essa hipótese inicial, tendo sido fundamental a recolha de contributos para a **demonstração das hipóteses**, no campo da teoria e da crítica arquitetónica, bem como na área das ciências sociais e humanas, em paralelo à investigação específica – documental e presencial – de cada caso estudado.

Em 2015, foi publicada a política de arquitetura portuguesa (PNAP), o que poderia revelar que em Portugal existiam as condições prévias necessárias à sua criação.

No entanto, pelo desenvolvimento da investigação consideramos que a questão colocada se mantém válida, ainda que deva ser reformulada.

A criação de um documento não é a sua implementação. Aliás, antes desse processo de implementação se desencadear, as próprias formas de criação de uma PA, permitem antecipar o potencial sucesso da mesma. Ora no caso português mantem-se um conjunto de dúvidas relativamente à forma como a PNAP poderá ser implementada, estando os potenciais problemas ancorados na inexistência de um compromisso *a priori* entre as partes envolvidas.

Esta última questão, que temos vindo a referir, é igualmente tema de reflexão de Nuno Portas no âmbito da fase de preparação da PNAP, propondo ele, então, que o documento a elaborar deveria situar-se no campo das medidas que pudessem ter “*consequências eficazes e exemplares*”, ou seja, que se deveria situar na “*família dos*

programas (de médio prazo) e não das Leis ou Planos.” Referindo que não se trata de uma questão formal e que nestes “domínios instáveis ou “líquidos”, o objetivo não [seria] o de chegar ao consenso mas, antes, o de chegar a alguns compromissos possíveis e prioritários, quer para a governação, quer para os parceiros da sociedade civil.” (Portas, 2013, p. 12)

b) Significados e complexidades da temática

O tema, políticas de arquitetura, implicava, desde o início, uma explanação e contextualização de significados, porquanto, tratando-se de uma questão situada na esfera disciplinar da arquitetura, pressupõe um alargamento da observação e da investigação a áreas de estudo diversas.

O enquadramento do tema levou-nos, assim, a definir significados de conceitos e temáticas de complexidade própria, como *política*⁶³⁹ ou *cultura*⁶⁴⁰.

Necessariamente, o aprofundamento de cada questão teve de se restringir ao objetivo de contextualização de uma problemática concreta (políticas de arquitetura), no âmbito de uma investigação para tese de doutoramento.

Temos consciência da existência de lacunas, as quais assumimos, mas, apesar dessa contingência, ou graças a ela, foi-nos possível organizar pistas para futuros desenvolvimentos, dado o objetivo global de procurar vias que nos levassem a apresentar um contributo para uma atualização de conhecimentos teórico-práticos fundamentais para a abordagem da cultura arquitetónica através de uma política de arquitetura nacional.

O enquadramento geral da temática, políticas de arquitetura na Europa, orientou-nos na definição do balizamento temporal da investigação; considerou-se que o contexto

⁶³⁹ Para além da relação entre política e arquitetura, no campo da ação imediata, sobre a qual uma reflexão primeira tende a focar-se, como sejam os efeitos que ações legislativas (políticas) têm sobre a prática da arquitetura (seja sobre o exercício da profissão, sobre a regulamentação, sobre o edificado, etc), num âmbito mais lato temos questões profundas, como refere Lefebvre, citado por Till, relativamente ao “espaço”, “existe uma política do espaço porque o espaço é político”. (Lefebvre citado por Jeremy Till, (Till, Architecture Depends, 2009, p. 126)

⁶⁴⁰ Em diferentes autores e momentos, temos pistas fundamentais para analisar “cultura arquitetónica”, desde Massimo Scolari (nos anos 1970) referindo que a “cultura arquitetónica” “mais saudável” seria aquela “que defende a arquitetura como um facto autónomo, como uma disciplina que trabalha individualmente na busca de temas e técnicas próprias”. (Scolari, 1998, p. 131), aliás, na introdução a esta obra, Hays enquanto coordenador da mesma, refere ainda *cultura como um limite entre legitimidade e desestabilização*.

institucional europeu – União Europeia – remetia o início da investigação para a década de 1980, concretamente para o ano de 1985⁶⁴¹.

Conjugando este dado com a abordagem dos estudos de caso definidos, considerámos então que o início da investigação nos levaria à década de 1970, mais concretamente ao ano de 1977, uma vez que no caso francês correspondia ao primeiro ato nacional relativo a uma política de arquitetura – Lei 77-2, de 3 de janeiro.

Situamos, assim, o arco temporal da presente tese entre os anos 1977 e 2018, sendo este último ano a data de conclusão da nossa investigação, correspondendo a mesma a um estudo situado na contemporaneidade, com as inerentes dificuldades e perigos de uma investigação simultânea aos acontecimentos que a informam.

Pela necessidade de enquadramento relativo à especificidade de cada um dos casos estudados, este balizamento foi alargado a momentos chave de cada um desses países, refletindo, também, as respetivas particularidades históricas e culturais sobre as quais desenvolveríamos a investigação.

A quase inexistência de investigações sobre o tema, sendo um entrave inicial, levou-nos a procurar alicerçar as questões de investigação em trabalhos de pesquisa conexos. De uma potencial dificuldade, entendemos que poderá ter surgido uma oportunidade positiva de transdisciplinaridade, o que constitui igualmente um elemento fundamental no contexto das políticas de arquitetura.

A abordagem transdisciplinar revelou-se essencial para a consciencialização da necessidade de se vir a aprofundar alguns dos temas e problemáticas que, surgidos da investigação relativa às políticas de arquitetura, não ficaram “resolvidos”, dada a extensão e complexidade da tarefa resultante do estudo de cada parte.

Isto é, por diversas vezes, através da análise de documentos de PA, a par da elaboração de quadros de contextualização de cada estudo de caso, nos deparámos com questões que entendemos ser fundamentais para o sucesso de uma política de arquitetura e, logo, para a existência de uma “boa arquitetura”.

Pontualmente, desenvolvemos o início de investigações parcelares sobre alguns destes “problemas”, como a definição de “boa arquitetura” e “cultura de arquitetura / cultura para a arquitetura”.

⁶⁴¹ Data da primeira publicação da EU, relativa à arquitetura, no caso a Diretiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de julho de 1985, na qual se declara pela primeira vez o “interesse público” na “criação arquitetónica”.

No entanto, conscientes da impossibilidade de realizar uma investigação aprofundada de cada tema no contexto da presente tese, ainda que considerando fundamental o esclarecimento dos mesmos, entendemos ficarem criadas pistas para futuros desenvolvimentos de investigação.

A pesquisa de repostas às questões inicialmente colocadas permitiu-nos encontrar respostas ainda que não definitivas ou finais, dada a complexidade e interdependência do nosso objeto de estudo relativo a tão distintas áreas – políticas, económicas e culturais.

Temos, assim, que as possíveis respostas se enquadram no conjunto que entendemos ser constituído pelas invariáveis que fomos identificando, e que nos permitem enumerar um conjunto de dados.

Relativamente à questão do modo como uma cultura arquitetónica se encontraria expressa numa PA, verificámos que, previamente à expressão de uma cultura arquitetónica, se encontra presente num documento de PA, uma cultura nacional. Apenas numa segunda “camada” poderemos descortinar uma cultura arquitetónica específica. Temos que, no conjunto que analisámos, grande parte dos documentos corresponde aos elaborados na Holanda e, nesse caso, como exemplo, houve um afastamento progressivo do foco na arquitetura para outras áreas (planeamento, paisagem, indústrias criativas). Ainda assim, a cultura arquitetónica, expressa nos sucessivos documentos, é distinta da que encontramos presente nos textos finlandeses.

Queremos com isto dizer que, apesar de não serem óbvios os sinais de uma cultura arquitetónica específica, não se apresentam “modelos” ou “tipos” que correspondam a uma cultura arquitetónica nacional, na “fluidez” dos documentos (de tipo *política abrangente*) intuem-se as matizes de diferentes bases culturais quando comparados os casos entre si.

Ou seja, se a arquitetura depende de um conjunto de fatores que lhe são inicialmente externos, e, por deles depender, se tornam parte integrante dessa mesma arquitetura, necessariamente, os resultados, logo as culturas arquitetónicas, serão, também eles, dependentes dessas condicionantes externas. Assim sendo, a distintos contextos de envolventes irão fazer-se corresponder distintas culturas arquitetónicas. Resulta, finalmente, que, numa PA, a cultura arquitetónica expressa será a que é resultante dos dados culturais desse país.

Outra questão que colocámos na introdução da Tese, referia-se à forma como as PA contribuiriam para o reconhecimento da produção arquitetónica num quadro nacional. O que viemos a constatar foi que, através da implementação de ações de promoção e de educação para a arquitetura no âmbito dos programas propostos nas PA, existiria uma maior visibilidade da arquitetura, do papel dos arquitetos, gerando, conseqüentemente, um maior reconhecimento da produção arquitetónica.

Seja através da realização de concursos, seja por sistemas de premiação, o reconhecimento da produção arquitetónica, inicialmente concretizado dentro da classe, é posteriormente divulgado e assimilado pela sociedade em geral. Por outro lado, os próprios documentos, ao referenciarem obras específicas como exemplares, permitem igualmente contribuir para esse reconhecimento. Nesse sentido, as PA, através das medidas de promoção e divulgação, contribuem para o reconhecimento da produção arquitetónica num quadro nacional.

Ainda relativamente aos contributos que uma PA poderá dar, questionámo-nos, inicialmente, sobre se os mesmos poderiam influir na capacidade de observação analítica e crítica do espaço construído por não arquitetos. De certa forma, à semelhança da questão anterior e da seguinte, as respostas encontradas situam-se no campo das influências indiretas, apenas verificadas após confrontação de dados provenientes de diferentes áreas.

Ao analisar a *capacidade de observação do espaço construído por não arquitetos*, verificámos que, nos casos em que são propostas, nos documentos, ações de sensibilização e de educação para a arquitetura – através de programas de visitas ou workshops escolares - esta capacidade é melhorada e atingida.

Em particular, temos o caso da PA urbana de Jyväskylä, na Finlândia, em que por via das orientações expressas no documento foram levadas a cabo ações concretas de envolvimento da população, como foi o caso na fase de preparação e discussão do plano urbano de Kangas⁶⁴⁵, para o qual o município organizou sessões de esclarecimento e visitas aos sítios a serem intervencionados, facilitando um processo participativo por diversas formas, como seja percursos e minibus, sessões

⁶⁴⁵ Conforme referimos no Estudo de Caso finlandês, a área de Kangas, “correspondente a uma antiga ocupação de moinhos de água existentes desde o séc. XIX, o que permitiu a instalação de uma indústria de papel. Desde essa época, e até ao ano de 2010, essa função industrial permaneceu a ocupação principal desta área periférica ao centro da cidade (mas a curta distância do mesmo).”

de esclarecimentos em pubs e bares da cidade, para além dos meios e locais tradicionais, como a rua e os espaços de uso público (escolas, bibliotecas, etc.).

Tivemos ainda a oportunidade de ter o relato direto da coordenadora da PA local (Leena Rossi), que nos referiu o caso de um processo de “educação para a arquitetura” e consequentes resultados na capacidade de observação.

A oportunidade surgiu quando foi sentido, pelos agentes municipais, o desencanto e desagrado da população relativamente a uma igreja contemporânea [igreja de Kuokkala]⁶⁴⁶ construída na cidade, projeto de reconhecido valor no meio disciplinar, resultante de um concurso público.

A tomada de conhecimento do desagrado dos cidadãos, resultante de um contacto direto com os mesmos, levaria à criação de uma estratégia que incluiu percursos de visita específicos, com vista a ensinar a observar a qualidade arquitetónica, com sessões de esclarecimento no edifício. Sendo uma comunidade relativamente pequena, e havendo um grande envolvimento do município nestas ações, foi possível aferir-se os resultados desta micro ação, que, nas palavras de Rossi, foram excelentes, passando a existir cidadãos que deram continuidade ao processo, informando terceiros sobre o modo de observar o edifício, em particular, e a arquitetura contemporânea, em geral.

⁶⁴⁶ A encomenda do projeto, para a igreja de Kuokkala, resultou de um concurso organizado em 2006, para uma área suburbana da cidade. O município de Jyväskylä, pretendia que o novo edifício viesse fomentar uma identidade própria do bairro. O programa incluía diferentes funções, além do espaço de culto, deveria ser criado um salão, um centro comunitário e um centro paroquial. Estes espaços, conforme caderno de encargos do concurso, deveriam ser associados num “contínuo inovador” organizando-se “em uma forma reconhecível, criando uma “igreja que se parece com uma igreja.” Conforme site do atelier Oopeaa (<http://oopeaa.com/project/kuokkala-church/>)



Figura 128- Imagem da Igreja de Kuokkala, em Jyväskylä, da autoria de OoPea (resultado de concurso elaborado em 2006).

[Fonte: <http://oma.eu/projects/almere-masterplan>]

Uma quarta questão inquiria sobre a forma como uma PA poderia contribuir para a qualidade das praxis arquitetónicas.⁶⁴⁷ Tal como antes referimos, encontramos-nos num campo vasto de influências indiretas. Considerando que um bom exercício da arquitetura resulta da existência de um bom ambiente para a arquitetura, e que este existe quando estão reunidas diversas condições concomitantemente, quer do lado da encomenda, quer do lado dos arquitetos,⁶⁴⁸ temos, então, que se uma PA influir positivamente num destes campos, ou em vários em simultâneo, irá contribuir, de facto, para a qualidade das praxis arquitetónicas.

Uma “listagem” de potenciais fatores favoráveis à prática é-nos apresentada por Pedro Brandão que , numa reflexão sobre a PNAP, defende que se deveriam *descortinar (...) novas estratégias pró-ativas, capazes de atuar: junto do mercado, para estimular as oportunidades; junto do ensino, para transmitir as novas exigências da prática profissional, estimulando a produção de novo conhecimento; e ainda , junto dos profissionais, em ajuda da sua capacidade de acrescentar mais valor, e transmitir confiança...* (Brandão, 2013, p. 11)

⁶⁴⁷ 4) De que modo contribui uma PA para a qualidade das praxis arquitetónicas?

Pontualmente, verificámos uma relação mais direta, como no caso holandês, quando, através das PA iniciais,⁶⁴⁹ foram criados fundos de apoio à prática, ou apoios específicos à criação de estruturas profissionais⁶⁵⁰.

Uma última questão, relativa ao papel do Estado nas PA⁶⁵¹, foi especificamente analisada em cada caso de estudo. Retomamos aqui, sinteticamente, um possível resultado transversal aos diferentes casos. Em todos, o Estado tem um papel fundamental, de promotor da política, de poder institucional de referência e de estimulador de ações – legislativas ou não.

As variantes a esta invariável presença e papel do Estado relacionam-se, numa fase inicial, com as formas de envolvimento dos diferentes atores, havendo, nos casos da Holanda e Finlândia, uma ação interministerial efetiva e, nos casos de França e Portugal, um não concreto envolvimento dos diferentes ministérios que, posteriormente, terão de estar implicados para efetivar o sucesso da implementação; numa fase final, reportam para o caráter mais ou menos proativo que poderá ter na implementação das políticas.

Sendo a questão basilar saber se “Será uma política de arquitetura fundamental para a existência de uma cultura de arquitetura?”, à luz dos resultados da investigação desenvolvida, e da síntese atrás realizada, podemos entender que a existência de uma cultura de arquitetura não está dependente da existência de uma política de arquitetura, sendo aquela resultado de um conjunto de fatores mais latos⁶⁵². No

⁶⁴⁹ Em particular no documento de 1997-2000, “The Architecture of Space”, no qual eram indicados os programas de incentivo “incentive funds for Architecture” e “Architectuur Lokaal”. Estes fundos, destinavam-se a apoiar entidades privadas – que poderiam ser ateliers de pequenas dimensões – para levar a cabo ações de divulgação e promoção da arquitetura. Através deste mecanismo, conforme nos foi referido por Michiel Raats, do *Het Nieuwe Instituut*, em Roterdão, várias foram as pequenas estruturas que puderam permanecer ativas, conjugando a prática da arquitetura (projeto) com estas ações de serviço público.

⁶⁵⁰ The role played by the national government entails direct involvement (commissioning projects, a further expansion of government policy), facilitating local administration and encouraging private parties. (...) Where the national government is not directly involved in commissioning buildings, it will play a facilitating role, providing incentives from a distance. (...) It will also encourage private parties to strengthen ties between building and culture. (...) Expansion will be the goal. Both publicly and privately, new parties will become involved in policy. (...)“The architecture of space: Memorandum on architectural policy 1997-2000” p.5

⁶⁵¹ 5) Qual o papel do Estado nas PA's existentes?

⁶⁵² A complexidade da noção de cultura e, conseqüentemente “cultura de arquitetura”, entronca num conjunto de conhecimentos em interação, sendo que aqui remetemos para a abordagem de Michael Hays, que utiliza o termo, cultura, enquanto “uma unidade conceptual que compreende (...) sistemas teóricos e práticos que autorizam, promovem ou refreiam a produção e uso de ideias objetos, e pelos quais uma sociedade ou um sitio se diferencia e mantém a sua hegemonia [mas também] pelos artefactos e ambientes que permanecem, como que perduram como precedentes físicos ou exemplares

entanto, verificamos que a existência de uma política de arquitetura, quando envolvendo ativamente os diferentes agentes, e sempre que implementada através de programas e ações concretas junto dos cidadãos e das elites decisoras de um país ou região, se torna fundamental para a permanência e disseminação de uma cultura de arquitetura.

A questão de potenciais problemas associados a estes processos é abordada por Portas (2013, p.13), em texto publicado com as suas reflexões relativas à proposta do Conselho Diretivo Nacional [da Ordem dos Arquitetos] no processo de discussão e preparação de uma Política Pública de Arquitetura ao questionar-se sobre estes modelos, referindo a propósito de criação de uma futura Política Pública de Arquitetura em Portugal [texto publicado em 2013]: “(...) a P.P. parte de “grandes princípios e objetivos” que se devem traduzir em “programas detalhados de medidas e ações com metas temporais definidas”. Este desiderato é generoso, mas demasiado “cartesiano”: a experiência destes processos indica que a primeira parte é fácil – conceitos e palavras mais ou menos adjetivados ou ambíguos – mas a segunda, a dos “finalmentes”, é a que põe a nu as limitações, os interesses contraditórios, as dúvidas conjunturais e as incertezas futuras dos meios a mobilizar. Ou de outra maneira, as estratégias são fáceis, os programas, esses, obrigam a compromissos explícitos que envolvem vários ministérios, autarquias, corpos da sociedade civil com agendas mais ou menos compatíveis...”

c) Autonomia disciplinar: reflexão e ação

Conforme nos diz Kenneth Michael Hays (2000, p.111) relativamente ao papel da teoria da arquitetura sendo que esta se “(...) ancorou em vários modelos, num esforço para repensar a arquitetura como uma disciplina, uma prática e um modo de conhecimento com uma tradição e história específicas, enfim, para pensar a autonomia da arquitetura, preservar a especificidade e irredutibilidade da arquitetura. a experiência arquitetónica e, com isso, oferecer uma maneira de gerir

de sistemas de produção e se tornam transmissores da cultura.”(Michael Hays K., *Critical Architecture: Between Culture and Form*, 1984, p. 15)

problemas existenciais muito reais sem oferecer algo como a satisfação do consumo.”⁶⁵⁴

Da investigação que desenvolvemos resultaria ainda o levantar de duas questões que consideramos fundamentais e complementares; por um lado, a questão da autonomia disciplinar (que nos remete para as noções de especificidade, referidas na citação), questão de profundos debates e posicionamentos antagónicos. Neste caso, consideremos desde logo o posicionamento da O.A. em 2009, aquando da “reunião de Monserrate”⁶⁵⁵, afirmando que a Política Nacional de Arquitetura se deveria constituir num *documento autónomo relativamente à Política Nacional de Paisagem*, o que, como vimos, não sucedeu, sendo a PNAP correspondente a um outro posicionamento, como o assumido por Fernando Gonçalves e João Ferreira Bento (2001, p.1), o qual se situa no âmbito das orientações europeias relativas às políticas de arquitetura: «Se em Portugal a arquitetura for dissociada da paisagem, mais facilmente se perpetuará o ponto de vista daqueles que confundem a política de arquitetura com uma política dirigida à satisfação das reivindicações dos arquitetos... Não é esse o entendimento que prevalece na União Europeia, onde a chamada “diretiva arquitetos” de 1985 deve a sua razão de ser à vontade política de proteger o interesse público (...)”

Por outro lado, uma perspetiva de ação, que nos incentiva a refletir sobre a possibilidade de agir, com vista à criação de uma maior cultura arquitetónica por parte dos não arquitetos. Este incitamento resulta da nossa crença relativamente às consequências positivas da existência de um ambiente propício às boas práticas. O nosso posicionamento situa-se no campo do reconhecimento de uma autonomia disciplinar, sem deixar de considerar a dependência da mesma relativamente à realidade contemporânea envolvente.

⁶⁵⁴No original “Architecture theory drew on various models in an effort to think architecture back into its own as a discipline, a practice, and a mode of knowledge with a specific tradition and history, in short, to think architecture's autonomy, to preserve the specificity and irreducibility of the architectural experience and, through that, to offer a way of managing very real existential problems without offering anything like the satisfaction of consumption.”

⁶⁵⁵ Reunião ocorrida a 11 de Março de 2009, no Palácio de Monserrate, enquanto sessão de debate e reflexão sobre a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, promovida pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Defende Jeremy Till que “O terreno frágil da arquitetura é um catalisador necessário para a reformulação da prática arquitetónica e da educação.” No seu texto de 1996 “The knowledges of Architecture” desenvolve um raciocínio relativo à autonomia da arquitetura, referindo a necessidade sentida por qualquer profissão de se proteger da “*sociedade de amadores*”. “Uma área de especialização é estabelecida, uma base de conhecimento desenvolve-se e um limite é formado.” Continua o seu raciocínio, expondo a ideia de profissões *fortes e fracas*, argumentando que “Nas chamadas profissões fortes, como na área da medicina e das leis, as fronteiras são transformadas em muros, [e] a profissão é uma cidadela. Nas chamadas profissões mais fracas, como psicoterapia ou enfermagem, os limites são mais confusos (...)” Relaciona ainda esta distinção de profissões fortes e fracas pelo ponto de vista económico, considerando que “A sociedade eleva as profissões fortes, relativamente às fracas, através de recompensa económica.” O posicionamento da arquitetura entre estes dois polos de profissões parece-lhe difícil, o que considera dever-se à “falta de definição de um conhecimento de base objetivo, mas, também, devido à imprevisibilidade do processo de projeto. “No entanto, afirma que, pela sociologia, a arquitetura é identificada como situando-se algures entre os dois polos.

Consideramos fundamental, para o explanar do nosso posicionamento, a noção que desenvolve relativa à “*tentativa [da profissão] de ganhar um estatuto societal, e, com ele, a recompensa económica, “procurando sempre dirigir-se para a extremidade do espectro”*”. (idem)

Para concluir as considerações finais da presente tese, constatamos que a temática das políticas de arquitetura na Europa nos leva a abrir o âmbito da investigação, orientando-a, claramente, para uma esfera transdisciplinar, e que essa característica é um ponto fulcral do tema em si. Isto é, verificámos que, nos identificados casos de sucesso de PA na Europa, a transdisciplinaridade, e conseqüente consciência do âmbito alargado da esfera da arquitetura, é chave fundamental.

Constatamos igualmente que a existência de uma política de arquitetura nacional não é, por si só, o garante de incremento da cultura arquitetónica dos cidadãos. Tão pouco há consequência direta das políticas de arquitetura implementadas sobre a qualidade das práticas nesses países. No entanto, a inexistência de uma política de arquitetura

não significa a não existência de cultura de arquitetura nem a ausência de boas práticas, conforme pudemos verificar na análise de dois casos ditos “não alinhados”, Espanha e Suíça.

Resultará daqui uma reflexão sobre o papel das PA na criação de melhores condições para a prática profissional, tendo presente que a existência de meios e estruturas de divulgação e promoção da arquitetura é positiva para a construção de sociedades onde os cidadãos se encontram mais informados e atentos à arquitetura, logo, sendo potenciais agentes de boa encomenda. A existência de boa encomenda e de clientes mais informados e exigentes é fundamental para a criação de “boa arquitetura”.

Precisamente por termos avançado em temas satélite da investigação, encontrámos várias pistas para um potencial desenvolvimento futuro:

Política: a perigosa ou difícil relação entre Arquitetura e Política, na contemporaneidade, entre o motor de ação e as forças de bloqueio;

Cultura: pela necessidade sentida de compreender de que forma diferentes contextos culturais são mais ou menos propícios à existência de uma cultura de arquitetura;

Qualidade e arquitetura: relacionada com a questão “cultural”, o binómio qualidade e arquitetura leva-nos a diferentes problemáticas: entre a definição do que será “boa arquitetura” e as formas como tal pode ser validado e, finalmente, a possível impossibilidade de uma definição universal;

Prática profissional e contextos de práticas: se considerarmos que a arquitetura existe quando é materializada, construída, temos que diferentes formas de prática de arquitetura poderão ser fundamentais para a existência de uma arquitetura de qualidade. Compreender de que formas estas se organizam, quais as diferenças existentes e que resultados correspondem a essas diferenças, poderá ser uma base de um verdadeiro apoio à prática;

Perceção do objeto arquitetónico: esta questão relaciona-se com o facto de termos verificado, o que antes havíamos intuído, de que a um mesmo objeto ou espaço arquitetónico correspondem diferentes perceções e leituras e que a estas podem corresponder distintos subgrupos culturais num mesmo espaço cultural nacional. Além desta hipótese, de diferentes níveis culturais, temos ainda a questão da distinta perceção de um mesmo objeto por arquitetos e não arquitetos, facto com o qual, ao longo da presente investigação, nos fomos deparando, em particular quando a uma identificação de qualidade de um dado objeto arquitetónico - segundo leituras

disciplinares, como a premiação em arquitetura - não se faz corresponder uma igual percepção por parte dos não arquitetos;

Formação para a arquitetura: diretamente relacionada com a questão anterior, podemos considerar esta pista como a aferição de uma hipótese de que uma formação para a arquitetura (ou “educação arquitetónica”, segundo uma lógica dos modelos de “educação ambiental”⁶⁵⁹) poderá vir a contribuir, de facto, para a existência de uma Cultura de Arquitetura e, conseqüentemente, para um melhor ambiente construído.

É nosso interesse ler as Políticas de Arquitetura como facto cultural (afastamo-nos conscientemente de outras formas de observar o fenómeno "arquitetura").

É, portanto, com este enfoque que o presente trabalho se desenvolve, e é nessa perspetiva que nos propomos apresentar uma leitura própria, e um âmbito de atuação, dentro do objetivo específico de defesa de uma cultura arquitetónica e da melhoria da qualidade arquitetónica, dos edifícios e das paisagens.

Objetivar a construção de uma sociedade mais avisada e capaz de procurar, estimar e propor formas de "habitar" (no seu sentido mais global) que influam positivamente na prática da arquitetura.

Este objetivo tem como base a constatação de "deficiências" sociais naquilo que diz respeito à prática da arquitetura e ao papel do arquiteto em Portugal.

Persiste um fosso entre a classe profissional, a disciplina e a sociedade. Consideramos que a ação de aproximação das duas margens deverá ser mútua: sociedade / arquitetos.

Analisemos: o nosso território é predominantemente rural, com espaços urbanos disseminados de forma irregular no território. Destacam-se as duas grandes

⁶⁵⁹ Sendo uma estratégia implementada em Portugal desde os anos 1980, é-nos possível, pelo acompanhamento dado ao tema, avaliar, quer as estratégias iniciais, quer as formas de implementação e finalmente, ter a leitura crítica de uma fase, após cerca de 30 anos de aplicação e acompanhamento. Conforme relatório apresentado no VI Congresso de Sociologia, em 2008, O conceito de Educação Ambiental (EA) remonta aos anos sessenta e surge como resposta às crescentes evidências de degradação ambiental e sua relação com a capacidade, sempre acrescida pelos avanços técnico-científicos, de intervir na natureza e usar de forma progressivamente mais insustentável os recursos naturais. De então para cá, o tema foi penetrando em manuais e atividades escolares, apesar da importância político-social dos problemas ambientais ter oscilado nestes últimos anos. (...) Em Portugal, pelo menos de forma mais informal, a EA terá surgido há cerca de trinta anos, mas só em meados dos anos oitenta assumiria aspetos mais formais ao penetrar nos currícula escolares por influência europeia. (Guerra & Gil Nave, 2008)

aglomerações de Lisboa e Porto, às quais correspondem, *grosso modo*, populações mais informadas do ponto de vista cultural.

A proximidade a locais de disseminação de cultura artística – seja música, teatro, exposições, museus – influi na capacidade de reconhecimento e de análise crítica dos objetos artísticos.

O conhecimento não é um processo automático – é um facto que a facilidade de acesso ao conhecimento e à divulgação influi na capacidade de desenvolvimento de espíritos críticos. Teremos, assim, duas realidades diferentes num mesmo território de reduzida dimensão como é Portugal.

É um facto que a experiência, a fruição dos espaços arquitetónicos, é fundamental para a sua compreensão e o seu conhecimento e benefício. Muitas vezes, se não sempre, uma primeira experiência de arquitetura deve ser guiada de forma a dotar o utilizador das ferramentas necessárias à sua interpretação / descodificação, indo além da apreensão dos aspetos sensoriais mais imediatos.

Provocar a coincidência de meios para que aconteça a boa arquitetura.

Promover a convergência temporal e – num período de tempo longo – das condições propícias às boas práticas, agindo em múltiplos meios através de diferentes agentes: na política, tornando as elites mais cultas e propensas à valorização da cultura; nas indústrias de construção, promovendo a investigação, o espírito crítico e o gosto pela inovação e pelo risco; nos arquitetos, promovendo um ensino de excelência, cultivando três valências fundamentais: crítica e teoria; desenho e técnica.

Trata-se de um projeto de longo prazo, que pode coincidir com o programa de uma política nacional de arquitetura, mas que considera que esse apenas poderá ser um motor se todos os agentes passíveis de liderar os processos, em cada área, estiverem de facto envolvidos e entusiasmados com o projeto.

Estes princípios de ação estão alicerçados na investigação desenvolvida e na crença do papel fundamental da arquitetura e dos arquitetos no seio da sociedade contemporânea.

A questão do direito à arquitetura, e da sua função social é-nos cara, pelo que fazemos eco das palavras de Alves Costa em texto que desenvolveu no ano de 2003: “O direito à arquitetura é uma parcela do direito à felicidade que todos reconhecemos a todos. A função social da arquitetura deverá ser o seu objetivo principal e, por isso, todos os arquitetos, enquanto arquitetos, podem aqui encontrar um campo de luta política. (...)”

Por isso, forçar o poder é um dever cívico dos arquitetos, fazer arquitetura de qualidade é a sua obrigação profissional”.⁶⁶⁰

No papel que a cada um corresponde, cremos que um real empenhamento dos arquitetos na construção da sociedade, através das suas ferramentas próprias mas sem esquecer o seu lugar de cidadão, gerando um movimento e conhecimento coletivo, poderão contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de arquitetura em Portugal.

⁶⁶⁰(Alves Costa, 2003), documento não publicado, cedido pelo autor, Guimarães, 28 de novembro 2003.

Bibliografia

Architects' Council of Europe. (2016). *The architectural profession in Europe 2016 - ACE sector study*. Bruxelas: ACE.

Conselho da União Europeia. (2008). *Conclusões do Conselho sobre a arquitectura: contributo da cultura para o desenvolvimento sustentável (2008/C 319/05)*. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.

A culture of design – Vision of Architecture & Spatial Design 2008 . (s.d.).

ACE-CAE. (2019, 03 16). *a propos du CAE missions et objectifs*. Récupéré sur ACE-CAE: <https://www.ace-cae.eu/fr/a-propos-du-cae/missions-et-objectifs/>

AICA Associação Internacional de Críticos de Arte. (2019, 05 25). *aica HISTÓRIA*. Récupéré sur aica: <http://www.aica.pt/pt/>

Amaral Cardodo, J. (2013, janeiro 11). *Arquitectura | A arquitectura é “sem dúvida um dos grandes activos contemporâneos portugueses” - PÚBLICO*. Récupéré sur A arquitectura é “sem dúvida um dos grandes activos contemporâneos portugueses”: <https://www.publico.pt/2013/01/11/culturaipsilon/noticia/a-arquitectura-e-sem-duvida-um-dos-grandes-activos-contemporaneos-portugueses-1580...>

An architectural policy for the Uusima and Uta – Uusima region . (s.d.).

Architect's Council of Europe. (2018). *The architectural profession in Europe 2018 - ACE sector study*. Bruxelas: ACE - CAE.

Architectural Policy 2001-2004: Shapping the Netherlands . (s.d.).

Architecture policy in Finland and Europe . (s.d.).

Baca Olamendi, L., Boxer-Liwerante, J., Castañeda, F., Cisneros, I. H., & Fernandez del Castillo, G. P. (2000). *Léxico de la política*. Cidade México: Facultad Latinoamericana de ciencias sociales.

Bento, J. F. (2012). *Survey on Architectural Policies in Europe*. Bruxelas: FEPA - EFAP Forum Europeu Políticas de Arquitectura.

- Bento, J. F. (2017, janeiro). *Architecture as Public Policy. The Role and Effectiveness of National Architectural Policies in the European Union: the cases of Ireland, Scotland and The Netherlands. Tese de doutoramento*. Londres: Bartlett School of Planning University College London.
- BERMEJO, M. (2014, 08 13). *Finnish Architecture: How Should We Call It?* Récupéré sur Finnish Architecture: <http://www.finnisharchitecture.fi/2014/08/finnish-architecture-how-should-we-call-it/>
- Bloche, P. (2014). *rapport d'information sur la création architecturale*. Paris: ministère de la Culture.
- Boelens, L., Ovink, H., Lara, H., Palsdottir, & Wierenge, E. (2011). *Compact City extended: outline for future policy research and design*. Roterdão: 010 publishers.
- Bonnet, F., Barani, M., & Chemetov, P. (2015). *Stratégie nationale pour l'architecture - Rapport des groupes de réflexion*. Paris: Ministère de la culture et de la communication.
- BONNET, F., BARANI, M., CHEMETOV, P., BOUCHET, B., RIBLET, H., CHANTEREAU, P., . . . EDEIKINS, C. (2015). *Stratégie nationale pour l'architecture - Rapport des groupes de réflexion 2015*. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication.
- BOP Consulting. (2010). *English Mapping the creative industries*. Londres: British Council's Creative and Cultural Economy series.
- Botta, M. (2018, 5 7). Comment le Tessin est devenue une petite Mecque de l'architecture. (M. Descombes, Intervieweur)
- Brandão, P. (2013). Do Livro Branco à Política de Arquitetura - Nota (não apenas histórica sobre o fim de ciclo). *Boletim Arquitetos n° 231*, 10-11.
- Brant, J. (2018, abril 11). *"Contribuições de Fernando Távora para a arquitetura portuguesa: uma entrevista com Jorge Figueira*. Récupéré sur archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/892079/contribuicoes-de-fernando-tavora-para-a-arquitetura-portuguesa-umaentrevista-com-jorge-figueira>
- Breiding, R. J. (2017). Une belle réussite. Dans A. Roos, *Sensibilité Suisse: la culture de l'architecture en Suisse* (pp. 46-53). Basileia: Birkhäuser.
- bsa-fas. (2019, 03 06). *bsa-fas*. Récupéré sur www.bsa-fas.ch: <https://www.bsa-fas.ch/fr/presentation/>
- CAAP - Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e da Paisagem. (2016). *proposta de Plano de Ação da PNAP 2020*. Lisboa: (não publicado).

- CAAP Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e da Paisagem. (2015, julho 7). Política Nacional de Arquitetura e Paisagem - PNAP. *Diário da República - 1.ª série — N.º 130 — 7 de julho de 2015*. Lisboa: Diário da República.
- CAE. (2015). *The architectural profession in Europe 2014 - a sector study*. Bruxelas: The Architects' Council of Europe.
- Camus, C. (2016). *Mais que fait vraiment l'architecte ?*. Paris: L' Harmattan.
- Canteux, C. (2004). SARCELLES, VILLE RÊVÉE, VILLE INTROUVABLE. *Soiétés & représentations*, 343-359.
- Canto Moniz, G. (2018, março 23). *O Arquiteto e a Sociedade*. Récupéré sur Público - Opinião: <https://www.publico.pt/2018/03/23/sociedade/opiniao/o-arquiteto-e-a-sociedade-1807599>
- Cardon, P. W. (2008). A Critique of Hall's Contexting Model: A Meta-Analysis of Literature on Intercultural Business and Technical Communication. *Journal of Business and Technical Communication Volume 22 Number 4*, 399-428.
- CAUE - Conseils d'architecture, d'urbanisme et de l'environnement. (2018, 06 23). *qu'est-ce qu'un CAUE?* Récupéré sur CAUE - Conseils d'architecture, d'urbanisme et de l'environnement: <http://www.fncaue.com/quest-ce-qu-un-caue/>
- Chaslin, F. (1990). Un état critique. *Espaces et sociétés* 60, pp. 73-82.
- Chaslin, F. (2015). *Un Corbusier*. Paris: Editions du Seuil.
- Chavarri i Sidera, P., & Sotillos, I. D. (2013). *Sistemas Politicos Contemporaneos*. Madrid: Universidade Nacional de Educacion a Distancia.
- Cohen, J.-L. (2014). *L'architecture au XXe siècle en France*. Paris: éditions Hazan.
- Comissão Europeia. (2014). *URBACT - Política Regional - Comissão Europeia*. Récupéré sur Comissão Europeia: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/atlas/programmes/2014-2020/spain/2014tc16rfir003
- Comunidade Europeia. (2001). *Resolução (2001/C73/04)*. Bruxelas: Jpornal Oficial das Comunidades Europeias.
- (s.d.). *Conclusões do Conselho Europeu*.
- Consejo Superior de Colegios de Arquitectos de España. (2019, 03 05). *Consejo Superior de Colegios de Arquitectos de España*. Récupéré sur Consejo Superior de Colegios de Arquitectos de España: <https://www.cscae.com/index.php/es/conoce-cscae>

- Council, J. C. (2002). *Jyväskylä architectural policy – the city of Jyväskylä architectural policy programme (2002)*. Jyväskylä : Jyväskylä City Council.
- Culture, M. d. (2015). *Stratégie nationale pour l'architecture - Rapport des groupes de réflexion*. Paris: Ministère de la culture et de la communication.
- Daalder, H., & Irwin, G. A. (1989). *Politics in the Netherlands – How much change ?* London: Frank Cass and company Limited.
- Davidovici, I. (2017). Reiterations: Cliché and Interpretation in Contemporary Swiss Architecture. *PROJECT Journal, Issue 6*, 30-39.
- Davidovici, I. (2017). A cultivated ordinariness. Dans A. Roos, *Swiss sensibility: The culture of Architecture in Switzerland* (pp. 184-189). Birkhauser Architecture.
- Davidovici, I. (2017). Une Banalité Cultivée. Les modèles culturels dans l'architecture suisse actuelle. Dans A. Roos, *Sensibilité suisse: La culture de l'architecture en Suisse* (pp. 188-192). Basileia: BIRKHÄUSER.
- Esteves Cardoso, M. (2011, junho 10). Amo-te Portugal. *Público*.
- Esteves Cardoso, M. (2015). *As minhas aventura na República Portuguesa, revistas* . Lisboa: Porto Editora.
- Europa, A. C. (2016). *The Architectural Profession in Europe 2016 / IA Profession d'ArchITecTe en europe 2016*. Bruxelles: ACE -CEA.
- Europa, A. C. (2016). *The Architectural Profession in Europe 2016 / IA Profession d'ArchITecTe en europe 2016*. Bruxelles: ACE -CEA.
- europa.eu. (2017). *europa.eu*. Récupéré sur europa.eu: http://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/netherlands_pt
- Farah, J. C. (2014). Bridging the gap between Do-It-Yourself urban practices and urban systems. Dans *Creative Adjacencies* (pp. 396-409). Ghent: KULeuven.
- Feltesse, V. (2013). *Concertation sur l'enseignement supérieur et la recherche en architecture*. Paris: ministère de la Culture.
- Fernandez -Galiano, L. (2005). 1. Spectacle and Its Discontents; or, The Elusive Joys of Architainment. Dans W. S. Saunders, *Commodification and Spectacle in Architecture* (pp. 1-7). University of Minnesota Press.
- Fernandez, S. (1985). *Percurso arquitectura portuguesa 1930/1974*. Porto: edições da faculdade de arquitectura da universidade do Porto.
- Fernandez-Galiano, L. (1992). Spanish Architecture: A Family Portrait. *Journal of Architectural Education (1984-), Vol.45, N° 4 (jul, 1992) pp.235-240, 235-240*.

- Ferrão, J. (1999). As geografias do país: do passado ao presente. *Janus 1999-2000*, 184-187.
- Ferrão, J. (2010). Pôr Portugal no mapa: visão estratégica e capacidade analítica. *JANUS*, 170-171.
- Ferreira Bento, J. (2012). *Survey on Architectural Policies in Europe*. Amadora: FEPA - EFAP - Ordem dos Arquitetos.
- Figueira, J. (2009). *A periferia perfeita - pòs modernidade na arquitetura portuguesa anos 60-anos 80*. universidade de Coimbra.
- Figueira, J. (2010). *O arquitecto azul*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Figueira, J. (2016). *Arquitectanic, Os dias da Troika*. Lisboa: Note.
- Figueiredo, S. (2013, setembro). de Política cultural a politiquice económica: 25 anos de políticas de arquitectura na Holanda (1991-2016). *Boletim dos Arquitectos*, pp. 29-31.
- Figueiredo, S. M. (2014). *The NAI Effect: Museological Institutions and the Construction of Architectural Discourse*. Los Angeles: University of California.
- Flew, T., & Cunningham, S. (s.d.). Creative Industries after the first decade of debate. Tandfonline.
- Flew, T., & Cunningham, S. (2010). Creative industries after the first decade of debate. The information Society.
- Flückiger, F. (2016, 11 3). Comment la Réforme a façonné la Suisse moderne. *Tribune de Genève*.
- Fondation Suisse. (2019, 06 07). *Pavillon Le Corbusier - Histoire du bâtiment*. Récupéré sur Fondation Suisse : <http://www.fondationsuisse.fr/en/architecture-space/the-swiss-pavilion-history/>
- Fourcaut, A. (2006). Les grands ensembles ont-ils été conçus comme des villes nouvelles? *Histoire urbaine*, pp. 7-25.
- Frampton, K. (1985). *Modern architecture : a critical history*. Londres: Thames and Hudson.
- Frampton, K. (2005). Introduction: The Work of Architecture in the Age of Commodification. Dans W. S. Saunders, *Commodification and Spectacle in Architecture* (pp. ix-xviii). University of Minnesota Press.

- Frampton, K. (2010). Introdução ao estudo da cultura tectónica. Dans J. M. Rodrigues, *Teoria e crítica de arquitectura no século XX* (pp. 954-962). Lisboa:: Caleidoscópio.
- fsai. (2019, 03 09). *Statuts - fsai*. Récupéré sur www.fsai.ch: <http://www.fsai.ch/index.php?id=18&L=2>
- Fundação Caloute Gulbenkian. (2018, 4 4). *gulbenkian noticias*. Récupéré sur <https://gulbenkian.pt/noticias>: <https://gulbenkian.pt/noticias/investir-no-desenvolvimento-sustentavel-do-oceano/>
- G. Kittler, M., Rygl, D., & Mackinnon, A. (2011). Beyond culture or beyond control? Reviewing the use of Hall's high-/low-context concept. *International Journal of Cross Cultural Management* 11(1), 63–82.
- Giusti, J. (2018, 02 19). *Pourquoi une loi sur l'architecture en 1977? CAUE*. Récupéré sur FNCAUE: <http://www.fncaue.com/pourquoi-une-loi-sur-larchitecture/>
- Gonçalves, F. (2005). Carta de Leipzig e Cultura Arquitectónica. *Boletim da Ordem dos Arquitectos*, n.º 174, 3.
- Gonçalves, F., & Ferreira bento, J. (2007). Forum Europeu de Matosinhos: O despertar da política de arquitetura e paisagem? *Boletim da Ordem dos Arquitectos n°179*, 1-4.
- Grande, N. (2013). Arquitetura portuguesa em fim-de-século: entre o pós-ideológico e o pós-moderno. *Camões - Revista de Letras e Culturas Lusòfonas*, 55-67.
- Grande, N. c. (2016). *Les Universalistes - 50 ans d'architecture portugaise*. Paris: Éditions Parenthèses / Fondation Calouste Gulbenkian / Cité de l'architecture & du patrimoine.
- Grupo de Trabalho Serviços e Honorários | Pelouro da Profissão. (2013). Os arquitetos portugueses e a sua atividade profissional. *Boletim dos Arquitectos*, 10-13.
- Guerra, J. S., & Gil Nave, J. (2008). Educação Ambiental em Portugal: Fomentando uma Cidadania Responsável. *VI congresso português de sociologia*, (pp. 3-4).
- Haffner, R. C., & Berden, K. G. (2017). *REFORMING PUBLIC ENTERPRISES -- CASE STUDIES: THE NETHERLANDS*. Récupéré sur [oecd](http://www.oecd.org/gov/budgeting/1901753.pdf): <http://www.oecd.org/gov/budgeting/1901753.pdf>
- Hautajärvi, H. e. (2017). *The Building of Finland*. Helsínquia : Rakennustieto.
- Hawthorne, C. (2004). Design Dispatch: Dutch retouch suburbia. *The new York Times* .

- Helsinki-Uusima Region. (2018, 05 30). *Helsinki-Uusima Region - Uudemaan liitto*.
Récupéré sur Helsinki-Uusima Region:
https://www.uudenmaanliitto.fi/en/helsinki-uusimaa_region
- hetnieuweinstituut. (2016). *hetnieuweinstituut*. Récupéré sur hetnieuweinstituut:
<https://hetnieuweinstituut.nl/>
- <http://www.ladocumentationfrancaise.fr> . (s.d.). Récupéré sur L documentation française: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr>
- <https://www.24heures.ch>. (2016, 11 3). *histoire:Comment la Réforme a façonné la Suisse moderne - Suisse -24heures.ch* . Récupéré sur Comment la Réforme a façonné la Suisse moderne: <https://www.24heures.ch/suisse/reforme-faconne-suisse-moderne/story/11639049>
- Ibelings, H. (2011). *European architecture since 1890*. Sun .
- Institut français Architecture et paysage. (2018, 05 26). *Architecture et paysage | Institut français*. Récupéré sur Institut français:
<http://www.institutfrancais.com/fr/architecture-et-paysage>
- Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção. (2018, 08 15).
Qualificação profissional dos técnicos de projeto, direção de obra e direção de fiscalização de obra. Récupéré sur [impic.pt](http://www.impic.pt): <http://www.impic.pt/impic/pt-pt/perguntas-frequentes/qualificacao-profissional-dos-tecnicos-de-projeto-direcao-de-obra-e-direcao-de-fiscalizacao-de-obra>
- interministerial. (2005). *Action Programme on Spatial Planning and Culture 2005- 2008*.
Haia: Interministerial.
- ISO. (2018, 12 20). *ISO about us* . Récupéré sur ISO organisation:
<https://www.iso.org/fr/about-us.html>
- Jetsonen, S., & Miessner, S. (2010). History of Finnish Architecture - different essays, 2010. *History of Finnish Architecture - different essays- lecture series autumn 2010*. Helsinki : Media Lab Helsinki, department of Media, School of Art and Design, Aalto University.
- João Relvas /Lusa. (2018, abril 7). Marcelo veta lei que permite engenheiros civis assinarem projetos de arquitetura. *Diário de Notícias*.
- Jost, J. T. (2003). Political Conservatism as Motivated Social Cognition. *Psychological Bulletin*, 339-374.
- Jyväskylä architectural policy: the city of Jyväskylä architectural policy programme 2002 . (s.d.).

- Jyväskylä City Council. (2002). *Jyväskylä Architectural Policy - The city of Jyväskylä's Architectural Policy Programme*. Jyväskylä: City of Jyväskylä.
- Lahdelma & Mahlamäki Architects. (2018, 05 29). *Studio - Lahdelma & Mahlamäki Architects*. Récupéré sur Studio - Lahdelma & Mahlamäki Architects: <http://www.ark-l-m.fi/office/studio/>
- Lahti, L. (2004). *Aalto*. Köln: Taschen.
- Larrochelle, J.-J. (2018, 05 24). *Les écoles d'architecture et du patrimoine en quête de reconnaissance internationale*. Récupéré sur Le Monde: https://www.lemonde.fr/campus/article/2018/05/24/les-ecoles-d-architecture-et-du-patrimoine-en-quete-de-reconnaissance-internationale_530392...
- Le Chatelier, L. (2018, 02 27). *Le Corbusier labellisé Unesco : bonne nouvelle ou moment d'égarement ?*. Récupéré sur Arts et scènes - Télérama.fr: <https://www.telerama.fr/scenes/le-corbusier-labellise-unesco-bonne-nouvelle-ou-moment-d-egarement,145352.php>
- Leach, A. (2013). Huh? Wow ≠ Wow! Huh?. What is Good Architecture. *OASE 90*, 31-36.
- Les architectes -conseils de l'état. (2018, 06 02). *Qui sont les architectes-conseils de l'Etat ? | Corps des architectes conseils de l'état*. Récupéré sur LES ARCHITECTES-CONSEILS DE L'ETAT: <https://www.architectes-conseils.fr/histoire/qui-sont-les-architectes-conseils-de-letat>
- Lijphart, A. (1975). *Lijphart, A. (1975). The politics of accommodation: Pluralism and democracy in the Netherlands (Vol. 142)*. Univ of California Press. Berkeley: University of California ress.
- Lijphart, A. (1975). *The politics of accommodation: Pluralism and democracy in the Netherlands*. Berkeley: University of California Press.
- Loi 77 -2 du 3 janvier 1977 modifiée sur l'architecture. (s.d.). <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000522423>
- .
- Lourenço, E. (2015). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (2016). *Crónicas Quase Marcianas*. Lisboa: Gradiva.
- Lucan, J. (1989). *France Architecture 1965-1988*. Milão - Paris: Electra France.
- Martins Barata, P. (2012, 05 25). O Parque dos Arquitetos. *Ipsilon - Publico*.
- Martins Pereira, G. (2014). SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. *História. Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4*, 13-31.

- Mateus, A. (1992). A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios. *Análise Social*, vol. xxviii , 655-671.
- Mauderli, L. (2001). Positioning Swiss Design: The "Schweizerischer Werkbund" and "L'Oeuvre" at the beginning of the Twentieth Century. *The Journal of the Decorative Arts Society 1850 - the Present*, 25-37.
- Mead, W. R. (1962). Kalevala and the Rise of Finnish Nationality. *Folklore vol.73*, pp. 217-229.
- Melâneo, P., & Moreira, I. (2018). *Jornal Arquitectos n°256*. Récupéré sur EDITORIAL - Sinais de Viragem?: <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/j-a-256>
- Melo, A. (2007). *Arte e Artistas em Portugal*. Lisboa: Instituto Camões.
- Meneres Pimentel, G. (2015). *Comentários à Lei n.º 40/2015*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- Michael Hays, K. (1984). Critical Architecture: Between Culture and Form. *Perspecta, Vol. 21* , 14-29.
- Michael Hays, K. (2000). Smooth architecture and de-differentiation of practice. 111-115.
- Michael Hays, K. (2000). Smooth Architecture and the de-differentiation of practice. *A+U architecture and urbanism n° 353*, 111-115.
- Michaud, Y. (. (2001). *Qu'est-ce que la culture?* Paris: editions Odile Jacob.
- Michel Debré. (2018, 04 04). *Michel Debré*. Récupéré sur Digithèque de matériaux juridiques et politiques: de <http://mjp.univ-perp.fr/textes/debre1958.htm>
- Mies Award. (2019, 07 10). *about the prize - Mies Award* . Récupéré sur Mies Award: <https://www.miesarch.com/about-the-prize/>
- Miller, W. C. (1984, dezembro). Reviewed Work(s): Alvar Aalto vs. the Modern Movement by Kirmo Mikkola; Sources of. *Journal of the Society of Architectural Historians*, pp. 374-376.
- Ministère de la Culture. (2015, 02 12). *Label « Ville et Pays d'art et d'histoire »*. Récupéré sur Ministère de la Culture: <http://www.culture.gouv.fr/Aides-demarches/Protections-labels-et-appellations/Label-Ville-et-Pays-d-art-et-d-histoire>
- Ministère de la culture et de la communication. (1977). *LOI n° 77-2 du 3 janvier 1977 sur l'architecture*. Paris: Ministère de Laculture et de la Communication.

Ministère de la Culture et de la Communication. (2015). Stratégie Nationale pour l'Architecture. *Stratégie Nationale pour l'Architecture*. Paris, France: Ministère de la Culture et Communication.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. (2014). *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem*.

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Departamento de Comunicação. (2018). *this is Finland*. Récupéré sur UMA ESCOLA FINLANDESA AINDA MELHOR: <https://finland.fi/pt/vida-amp-sociedade/uma-escola-finlandesa-ainda-melhor/>

Ministrie of Education, C. &., Ministrie of Housing, S. P., Ministrie of Transport, P. W., & Ministrie of Agriculture, N. M. (2001). *Architectural Policy 2001-2004: Shapping the Netherlands*. Haia: Interministerial Platform on Architecture Policy / Architecture Policy Document Project Group.

Ministries of Education, Culture and Science ; of Housing, Spatial Planning and the Environment ; of Agriculture, Nature and Food Quality; Ministry of Transport, Public Works and Water Management; of Economic Affairs; of Defense; of Foreign Affairs. (2005). *Spatial Planning and Culture 2005-2008*. Haia: Interministerial.

Ministry of Education. (1998). *The Finnish Architectural Policy*. Helsinki: Arts Council of Finland and Ministry of Education.

Ministry of Education and Culture . (2018, 05 30). *OPETUS- JA KULTTUURIMINISTERIÖ/ EN/ AREAS OF EXPERTISE/ LIBRARIES/*. Récupéré sur Ministry of Education and Culture : <https://minedu.fi/en/libraries>

Ministry of Housing, S. P. (1991). *Space for Architecture 1991 - 1996*. Haia: Interministerial.

Ministry of the Interior and Kingdom Relations, the Ministry of Economic Affairs. (2012). *Building on the strength - Action Agenda for Architecture And Spatial design 2013-2016*. The Hague: Ministry of Infrastructure , and the Environment, the Ministry of Education, Culture and Science, the Ministry of the Interior and Kingdom Relations.

Ministry of the Interior and Kingdom Relations; the Ministry of Economic Affairs. (2012). *Building on the strength - Action Agenda for Architecture And Spatial design 2013-2016*. The Hague: Ministry of Infrastructure , and the Environment, the Ministry of Education, Culture and Science, the Ministry of the Interior and Kingdom Relations.

- Montaner, J. M. (2010). A modernidade superada: arquitectura, arte e pensamento do séc. XX. Dans J. M. Rodrigues, *Teoria e Critica de arquitectura no séc. XX* (pp. 963-970). Lisboa: Caleidoscopio.
- Morin, E. (1999). *Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur*. Paris: Seuil.
- Morin, E. (2011). *La Voie – Pour l'avenir de l'humanité*. Paris: Pluriel.
- ONU. (2016). *Nova Agenda Urbana - declaração de Quito sobre cidades e assentamentos humanos sustentáveis para todos*. Quito: ONU.
- Ordem dos Arquitectos. (2009). "*Reunião de Monserrate*" *Comentários da Ordem dos Arquitectos*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- Ordem dos Arquitectos. (2018, 06 14). *OA : sobre a Ordem: Quem somos*. Récupéré sur Ordem dos Arquitectos: <http://arquitectos.pt/?no=101001115,013>
- Ordem dos Arquitectos. (2013, 04 22). *notícias da OA - RESULTADOS do inquérito / sondagem à prática profissional*. Récupéré sur arquitectos.pt: <https://www.arquitectos.pt/?no=2020494224,154>
- Ordem dos Arquitectos. (2016). *Plano de Ação da PNAP 2020*. Lisboa: não publicado.
- Ordem dos Arquitectos. (2018, 01 17). *PNA . política nacional da arquitectura*. Récupéré sur OA : para o público : política nacional da arquitectura: <https://www.arquitectos.pt/?no=2020181687,139>
- Ordre des architectes. (2017, 07 04). *Enseignement de l'architecture : les propositions du rapport Feltesse | Ordre des architectes*. Récupéré sur Ordre des architectes: <https://www.architectes.org/actualites/enseignement-de-l-architecture-les-propositions-du-rapport-feltesse>
- ordre des architectes. (2018, 07 06). *Les architectes ouvrent leurs portes, c'est quoi ?* Récupéré sur [portes ouvertes architectes](http://portesouvertes.architectes.org): <https://www.portesouvertes.architectes.org/page/2-les-jpo-c-est-quoi/>
- Othengrafen, F. (2012). *Uncovering the Unconscious Dimensions of Planning – Using Culture as a Tool to Analyse Spatial Planning Practices*. Surrey. Surrey: Ashgate Publishing Limited.
- Parque Escolar. (2017, 01 31). *empresa missao-e-objetivos* . Récupéré sur [parque-escolar](http://parque-escolar.pt): <https://www.parque-escolar.pt/pt/empresa/missao-e-objetivos.aspx>
- Peres Metelo, A. (2010, outubro 5). *Cinco vezes a entrar e a sair de crises*. Récupéré sur Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/portugal/interior/cinco-vezes-a-entrar-e-a-sair-de-crisis-1678224.html>
- Piano, R. (2009). *La Désobéissance de l'architecte*. Paris: Arléa.

(2014). *PNAP*. Lisboa.

POGODIN, A. S. (2016, 06 17). Establishment of Finnish Identity. *Boletim da Universidade Estatal de São Petersburgo*, pp. 98-102.

podata. (2017). Récupéré sur www.podata.pt/:

<http://www.podata.pt/Europa/Densidade+populacional-1802>

PORDATA. (2018, 05 31). *Podata > Europa > População > População Residente > Densidade populacional > Consulta Avançada*. Récupéré sur <https://www.podata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela>:
<https://www.podata.pt>

Portas, N. (2013, setembro). Política pública de arquitectura: Dúvidas na negociação que nos espera. *BA- boletim dos arquitectos n°231*, pp. 12-13.

Premios FAD. (2019, 07 10). *La historia de los premios decanos de arquitectura e interiorismo europeos*. Récupéré sur <http://arquinfad.org>: <http://arquinfad.org>

Prieius, H. (2010). The credit crunch: impacts on the housing market and policy responses in the Netherlands. Dans *Journal of Housing and the Built Environment* (pp. 95-116).

Profissão, O. d.-G. (2013, Abril 22). *OA : para o público : agenda, notícias e imprensa - RESULTADOS do inquérito /*. Récupéré sur Ordem dos Arquitectos: <http://www.arquitectos.pt/?no=2020494224,154>

PUCA - Plan Urbanisme Construction Architecture. (2015, 11 3). *PAN - Programme Architecture Nouvelle (1972-1987)*. Récupéré sur PAN - Programme Architecture Nouvelle (1972-1987) - PUCA: <http://www.urbanisme-puca.gouv.fr/pan-programme-architecture-nouvelle-1972-1987-a736.html>

Quantrill, M. (1995). *Finnish Architecture and the Modernist Tradition*. Londres: Taylor & Francis.

Querrien, M. (2001). *Malraux, l'antiministre fondateur*. Paris: editions du Linteau.

Ramos, A. (2011). Breve História da Secção Portuguesa da Associação Internacional dos Críticos de Arte (SP/AICA). *AICA*, 43-61.

reg.ch. (2019, 03 09). *HISTORIQUE reg*. Récupéré sur [reg.ch](https://reg.ch/fondation/organisation/historique/):
<https://reg.ch/fondation/organisation/historique/>

República, A. d. (1990). *Resolução da Assembleia da República n.º 5/91 - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*. Lisboa.

- République Française. (1973). Circulaire du 21 mars 1973 - Relative aux formes d'urbanisation dites «grands ensembles». *Journal officiel de la republique française*.
- Republique Française. (1973, 03 21). Journal Officiel de la Republique Française, 5 avril 1973 page 3864. *Journal Officiel de la Republique Française, 5 avril 1973 page 3864*. Paris, França: Conseil national des politiques de lutte contre la pauvreté et l'exclusion sociale (CNLE).
- Rönn, M. (2012). A Nordic theory for assessing quality in architecture competitions.
- Roseta, H. (2017, julho 18). *Helena Roseta- artigos - Direito à Arquitectura – uma questão cultural*. Récupéré sur Helena Roseta: <https://www.helenaroseta.pt/quemsoueu/opinioao/000246,000057/index.htm?t=direito-a-arquitectura—uma-questao-cultural>
- Sabini, M. (2006). Pragmatic Modernism: the Dutch Laboratory on Architecture, Landscape and the City. *94th ACSA Annual Meeting Proceedings, Getting Real* (pp. 425-432). Kent: Kent State University.
- Sainz, J. (1991). Los lmeiores veintedòs - Diez años de arquitectura española. *Arquitectura Viva n°21*, 58-59.
- Savisalo, A., Mäkinen, S., & Palaste-Eerola, T. (2009). *Our Common Metropolis: an architectural Policy fir the Uusima and Itä Uusima Regions*. Helsinki: Uusima Regional Environment Centre; Uusima Regional Council; regional Council of Itä - Uusima.
- Schulmann, D. (2012). Sarcelles 1956-1972 - photographies de Véra Cardot & Pierra Joly. *Vacarme*, 35-45.
- Scolari, M. (1998). The New Architecture and the Avant-Garde,". *Architecture Theoruy since 1968*. Londres: The MIT Press.
- Secil . (2019, 07 10). *secil-group*. Récupéré sur Prémios Secil – Arquitetura – Nacional: <http://www.secil-group.com>
- Sindicato de Arquitectos. (2013). *III Encuesta Situacion Laboral Arquitectos* . Madrid: SARqu.
- société suisse des ingenieurs et des architectes. (2019, 03 10). *la sia*. Récupéré sur sia: <http://www.sia.ch/fr/>
- Sócrates, J. (2005, março 12). *Discurso de José Sócrates na tomada de posse do XVII Governo Constitucional | Sábado, 12 de Março, Palácio da Ajuda*. Récupéré sur Publico: <https://www.publico.pt/2005/03/12/politica/noticia/discurso-de-jose-socrates-na-tomada-de-posse-do-xvii-governo-constitucional-1218111>

- Spier, S. (2009). There's Just Something About Switzerland: The Swissness of Swiss Architecture. *AA Files* 59, 50-55.
- Survey on Architectural Policies in Europe. (s.d.).
- swiss-architects. (2019, 03 06). *swiss-architects*. Récupéré sur swiss architects: <http://www.swiss-architects.org/>
- swissinfo. (2019, 03 04). *Qui sont ces 25% d'étrangers en Suisse?* Récupéré sur swissinfo: https://www.swissinfo.ch/fre/s%C3%A9rie-migration-partie-1-_deux-millions-d-%C3%A9trangers-en-suisse-mais-qui-sont-ils/42409190
- Syndicat de l'Architecture. (2017, 07 04). *Le Syndicat — Syndicat de l'Architecture*. Récupéré sur Syndicat de l'Architecture: <https://syndicatdelarchitecture.com/le-syndicat/>
- Tapie, G. (. (2018). *La culture architecturale des Français*. Paris: Ministère de la culture; Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- The museum of modern art - department of communications. (2006, 01 30). *press release - moma.org*. Récupéré sur <https://www.moma.org/>: https://www.moma.org/documents/moma_press-release_387086.pdf
- Till, J. (1996). The Knowledges of Architecture. *Architectural*, 107-113.
- Till, J. (2009). *Architecture Depends*. London: The MIT Press.
- Tostões, A. (2016). Le temps retrouvé - La recherche de la contemporanéité ou l'affirmation d'une architecture (1965-1975). Dans N. coord. Grande, *Les Universalistes* (pp. 42-47). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Cité de l'Architecture & du Patrimoine, éditions Parenthèses.
- Treib, M. (1998). Alvar Aalto at 100. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 59-67.
- UNSFA - Le syndicat des architectes. (2017, 07 04). *L'histoire du syndicat | UNSFA - Le syndicat des architectes*. Récupéré sur UNSFA - Le syndicat des architectes: <https://syndicat-architectes.fr/presentation/lhistoire-du-syndicat/>
- van Empel, F. (1997). *The Dutch Model : The power of consultation*. Haia: Labour Foundation - Stitching van de Arbeid.
- van Gerrewey, C. (2013). Half an Hour of Silence. What is Good Architecture? *OASE*, 16-19.
- van Gerrewey, C. T. (2013). editorial. What is Good Architecture? *OASE (90)*, 4-7.

- van Gerrewey, C., Teerds, H., & Patteeuw, V. (2013). What is Good Architecture? *OASE 90*, 4-7.
- van Nispen, F., & Scholten, P. (2014). *Policy analysis in the Netherlands (Vol. 3)*. Policy Press.
- Van Reeth, B. (2013). Good Architecture?. What is Good Architecture? *OASE (90)*, 42-44.
- Vartola, Anni . (2002). Seminar Report Discussing Architectural Quality European Forum for Architectural Policies. *Seminar Report Discussing Architectural Quality*. Helsinki: Publications of the Ministry of Education.
- Vaz Milheiro, A. (2005, Dezembro 2). Portugal 2000-2005. 25 edifícios do século XXI. *2G Dossier*. Espanha: Editorial Gustavo Gili.
- Verschaffel, B. (2013). Simply Good. What is Good Architecture? *OASE (90)*, 47-50.
- Verstas Architects. (2018). *Saunalahti School – Verstas Architects*. Récupéré sur Verstas Architects: <http://verstasarkkitehdit.fi/projects/saunalahti-school>
- Villaverde Cabral, M. (. (2006). *Profissão: Arquitecto/a*. Lisboa: UNIVERSIDADE DE LISBOA - Instituto Ciências Sociais.
- Vittorio Aureli, P. (2013). A spectacle of Deepest Harmony - What is good architecture? *OASE 90*, 7-12.
- Volland, P., & Groenendijk, P. (2013). *Architecture guide to the netherlands 1980-present*. Rotterdam: NAI 010 Publishers.
- werk, bauen, wohnen. (2019, 03 10). *100 ans de werk*. Récupéré sur werk, bauen, wohnen: <https://www.wbw.ch/fr/plus-de-werk/100-annees-werk/>
- Woldendorp, J. (2005). *The Polder Model--from Disease to Miracle?: Dutch Neo-corporatism 1965-2000*. Rozenberg Publishers.

Índice de figuras

Figura 1 – Enquadramento geográfico de casos de estudo.....	29
Figura 2 - Documentos segundo instituição emissora.....	41
Figura 3 - Mapa da Finlândia, com indicação de principais cidades com política de arquitetura própria.....	55
Figura 4 - Centro Georges Pompidou, Paris, 1977.....	69
Figura 5 - Vista geral do primeiro conjunto do tipo Grand Ensemble Cité de la Muette..	69
Figura 6 - Vista geral do Grand Ensemble de Sarcelles, Val-d'Oise.....	69
Figura 7 - Vista geral da fase de construção da cité Rotterdam, em Estrasburgo.....	70
Figura 8 - Gráfico de empregos na função pública em França.....	79
Figura 9 - Esquema da organização política no Estado Francês.....	81
Figura 10 - Depósito de água, « Château d'eau », Christian Portzamparc, 1974.....	85
Figura 11 - Torre Montparnasse, Paris,1973	85
Figura 12 - Centro de Ivry-sur-Seine, « Les Étoiles », 1972	86
Figura 13 - Arco da Défense, 1989, Paris, 1989	87
Figura 14 - Instituto do Mundo árabe, 1987, Paris	88
Figura 15 - Centro de Artes Coreográficas Angelin Preljocaj “Pavillon Noir”, Aix en Provence.....	89
Figura 16 - Filarmónica de Paris, 2015, Paris	91
Figura 17 - Museu das Civilizações da Europa e do Mediterrâneo (MUCEM).....	94
Figura 18 - Edifício da Ópera de Lyon (1993).....	95
Figura 19 - Biblioteca Nacional de França (1989/1995)	96
Figura 20 - Cité de La Musique, Paris (1984/1990)	97
Figura 21 - Esquema das principais estruturas e entidades relativos à formação, promoção e divulgação da arquitetura em França.	100
Figura 22 - Imagem do projeto vencedor do Concurso para novo Plan Campus em Marselha	112
Figura 23 - Imagem de projeto apresentado ao concurso para novo Plan Campus de Marselha, pelos arquitetos portugueses Aires Mateus e Associados em associação com os arquitetos franceses Battesti Associés.	113
Figura 24 - Imagem do conjunto kubuswoningen, Roterdão, 1978	127
Figura 25 - Mapa da região Randstad [extraído de http: 1 Mapa da região Randstad...]	131
Figura 26 - Mapa dos Países Baixos	131
Figura 27 - Esquema de estrutura de poder e governação na Holanda.....	135
Figura 28 - Imagem da Aula Technical University – Delft	142
Figura 29 - Imagem do Teatro de Roterdão (City Theater).....	142
Figura 30 - Imagem de Sheltered Housing Complex Oklahoma / WoZoCo, Amesterdão	143
Figura 31 - Imagem do edifício, Mothers' House'(Moederhuis)	144
Figura 32 - Imagem da Loja Chanel, (remodelação), MVDRDV, Amesterdão,	144
Figura 33 - Imagem da casa de Anne Franck, Benthem Crouwel Architects, Amesterdão.....	145

Figura 34 - Imagem da Estação de comboios de Delft, Mecanoo Architects, Delft.....	146
Figura 35 - Imagem da Almere House, Benthem Crouwel Architects, Almere	146
Figura 36 - Imagem do Ypenburg, MVRDV, Haia.....	150
Figura 37 - Edifício do NAI, actualmente Het Nieuwe Instituut, Roterdão.....	150
Figura 38 - Planta de implantação da zona central de Almere.....	165
Figura 39 - Imagem do plano da zona central de Almere.....	165
Figura 40 - Esquema do plano de Almere Osterwold.....	167
Figura 41 - Imagens do plano de Almere Osterwold	167
Figura 42 - Imagem de zona habitacional, justaposição de edifícios de séc.XIX e séc. XX. Bairro a oeste de Amesterdão.....	168
Figura 43 - Casas Cubo, arquiteto Piet Blom, Roterdão.....	169
Figura 44 - Paisagem urbana, entre tradição e contemporaneidade, Roterdão.....	169
Figura 45 - Imagens de exterior e interior do Rijksmuseum, Amsterdão.....	169
Figura 46 - Paisagem urbana, entre tradição e contemporaneidade, Roterdão.....	170
Figura 47 - Edifício De Rotterdam, arquiteto Rem Koolhaas, Roterdão.....	172
Figura 48 - Imagem de Lijnbaan, primeira rua pedonal na Europa (1953), Roterdão.....	174
Figura 49 - Imagem das Casas Cubo, arquiteto Piet Blom, Roterdão.....	175
Figura 50 - Market Hall, arquitectos MVRDV 2014, Roterdão.....	176
Figura 51 - Vista exterior da “Casa Experimental”, de Alvar Aalto 1952, Muuratsalo....	181
Figura 52 - Esquema de estrutura de organização territorial na Finlândia.....	182
Figura 53 - Finlândia Hall, 1967–1971, projeto de Alvar Aalto, Helsínquia.....	185
Figura 54 - Átrio da Instituto Superior de Pedagogia, Jyvaskyla.....	186
Figura 55 - Pietilla, Dipoli, vista aérea do centro de estudantes em Espoo.....	197
Figura 56 - Pietilla, Dipoli, vista exterior do centro de estudantes em Espoo.....	197
Figura 57 - Igreja Luterana de Kiiming na sub-região de Oulo, exemplo de construção de edifício público em madeira durante o período sueco.....	197
Figura 58 - Presbitério do séc. XVIII, construção em madeira (pintada).....	198
Figura 59 - Plano geral do bairro de Kämpylä, Helsínquia.....	200
Figura 60 - Vistas do bairro de Kämpylä, Helsínquia.....	200
Figura 61 - Vista aérea da proposta vencedora o concurso para a área de renovação urbana de Kangas, na cidade de Jyvaskyla.....	202
Figura 62 - Escola evolutiva Kalasatama, projeto de Atelier JKMM	203
Figura 63 - Igreja Kuokkala, paróquia de Jyväskylä	204
Figura 64 - Capela do Silêncio, em Helsínquia.....	204
Figura 65 - Imagem de projeto da Capela do Silêncio	204
Figura 66 - Fotografia de grupo de arquitetos na transição do séc. XIX para o séc. XX. Eliel Saarinen, Loja Saarinen, Olga Gummerus-Ehrström e outros.....	205
Figura 67 - Vista geral de uma rua no bairro de Töölö	207
Figura 68 - Vista geral do Bairro Kämpylä, Helsínquia	208
Figura 69 - Vista geral do edifício do Parlamento Finlandês Eduskuntalo, Helsínquia ...	208
Figura 70 - Vista de fachada de edifício Arte Nova, Helsínquia.....	208
Figura 71 - Vista de fachada principal do Sanatório de Paimio, Alvar Aalto, Paimio	210

Figura 72 - Imagem do edifício dos Armazéns Stockman nos anos 1930, Helsinquia.....	211
Figura 73 - Vistas exterior e interior na Estação Central de Helsinquia	211
Figura 74 - Imagem do projeto de extensão na Universidadae de Otaniemi.....	212
Figura 75 - Vistas exterior e interior da Escola evolutiva de saunalahti.....	214
Figura 76 - Imagem do “Centro Maritimo Vellamo”	214
Figura 77 - Imagem da “Villa Musu”	215
Figura 78 - Mapa da região de Ita-Uusimaa em relação com posição na geografia do país.....	226
Figura 79 - Localização de Jyväskylä no território finlandês.....	233
Figura 80 - Visita de presidentes de Junta de Feguesia do Concelho de Torres Vedras à Casa da Música no Porto	245
Figura 81 - Vista interior do edifício do Complexo Pedagógico, Científico e Tecnológico da Universidade de Aveiro, Vítor Figueiredo 1996, Aveiro	252
Figura 82 - Capas do jornal “O Independente”, publicado ao longo dos anos 1990	265
Figura 83 - Imagem da Casa Viera de Castro, Famalicão 1994, projeto de Alvaro Siza ..	267
Figura 84 - Imagem de casa unifamiliar,utilizada em publicidade	268
Figura 85 - Imagem de casa unifamiliar (Casa Neves) Leiria, utilizada em publicidade..	268
Figura 86 - Imagem de casa unifamiliar utilizada em publicidade automóvel.....	268
Figura 87 - Imagem institucional de Lisboa Capital Europeia da Cultura 1994	269
Figura 88 - Imagem de estação do Metro do Porto.....	271
Figura 89 - Imagem do convite oficial para inauguração da exposição “Arquitetura: Portugal fora de Portugal” realizada em Berlim, em Março 2009	274
Figura 90 - Imagem do atelier Carlos Ramos , Porto, final anos 40.....	281
Figura 91 - Imagem do arquiteto Cottinelli Telmo no seu atelier, Lisboa, anos 40.....	282
Figura 92 - Imagem de reunião do Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM)....	283
Figura 93 - Imagem associada à iniciativa de cidadãos e divulgação da Petição “Pelo Direiro à arquitetura – cidadãos contra as propostas de Lei n.º 226 e n.º 227/XI”	286
Figura 94 - Imagem da Assembleia da República no momento da discussão da petição “Arquitetura por Arquitetos” em julho de 2017.....	288
Figura 95 - Imagem da Casa das Artes, Secretaria de Estado da Cultura, Porto.....	299
Figura 96 - Imagem da Escola Superior de Arte e Design , Caldas da Rainha.....	299
Figura 97 - Imagem da Quinta da Malagueira, Évora	300
Figura 98 - Imagem do Centro de Artes - Casa das Mudas, Paulo David, Funchal	301
Figura 99 - Imagem do Banco Borges & Irmão, Vila do Conde.....	302
Figura 100 - Imagem do Arquipélago, Centro de Artes Contemporâneas, Ribeira Grande.....	302
Figura 101 - Imagem do Estádio do Braga.....	303
Figura 102 - Imagem do Centro de Artes de Sines, Sines.....	304
Figura 103 - Imagem da capa do Livro “Uma Anatomia do Livro de Arquitetura”.....	306
Figura 104 - Mapa de Espanha com indicação das comunidades autónomas	339
Figura 105 - Economia espanhola, posicionamento no ranking global.....	343
Figura 106 - Imagem da Estação de Comboios de Santa Justa, Sevilha	342

Figura 107 - Imagem de Escola Publica Mare de Déu de Villvana-Morella.....	345
Figura 108 - Museu das Coleções Reais, Madrid.....	346
Figura 109 - Palácio de Congressos e Hotel de Palma.....	346
Figura 110 - Imagem do Museu de Arte Romana, Mérida.....	349
Figura 111 - Imagem do Banco de Bilbao.....	349
Figura 112 - Imagem do Edifício dos Serviços Sociais Porta de Toledo, Madrid	350
Figura 113 - Imagem do Edifício de Correios, Leon	350
Figura 114 - Imagem do Mercado de Santa Catarina, Barcelona	353
Figura 115 - Imagem das Torres Bioclimáticas, Vitoria Gasteiz	353
Figura 116 - Mapa da Suíça, com indicação dos 26 cantões (estados federais)	356
Figura 117 - Imagem da serigrafia “ Suíza no existe” da autoria de Ben Vautier, apresentada no pavilhão da Suíça da Exposição Universal de Sevilha em 1992.	360
Figura 118 - Imagem do “Pavilhão Suíço”	362
Figura 119 - Imagem da cooperativa habitação Freidorf	363
Figura 120 - Imagem da casa em Stabio	363
Figura 121 - Imagem do armazém da fábrica Ricola	364
Figura 122 - Imagem do Warteckhof	364
Figura 123 - Imagem do Abrigo para um sítio arqueológico Romano, Chur.....	365
Figura 124 - Capa da primeira edição da revista Das werk em 1914	369
Figura 125 - Capa da revista werk, bauen + wohnen em 2017	369
Figura 126 - Imagem da serigrafia “ Je pense donc je suisse” da autoria de Ben Vautier, apresentada no pavilhão da Suíça da Exposição Universal de Sevilha em 1992	370
Figura 127 - Sistema Isso	390
Figura 128 - Imagem da Igreja de Kuokkala, em Jyväskylä	3999

Índice de quadros

Quadro 1 - A nível europeu, ações e documentos UE, CAE,FEPA.....	48
Quadro 2 - Contextualização sociocultural	63
Quadro 3 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica).....	64
Quadro 4 - Políticas de Arquitetura, Análise dos documentos de Política de Arquitetura.....	65
Quadro 5 - Síntese população / arquitetos.....	75
Quadro 6 – contextualização sociocultural – França	81
Quadro 7- Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) – França	99
Quadro 8 - Análise documental da política de arquitetura. Estrutura de análise aplicada ao documento de França	102
Quadro 9 - Síntese população / arquitetos – Holanda	130
Quadro 10 - Partidos existentes na Holanda	135
Quadro 11 - Partidos políticos / documentos de PA publicados	136
Quadro 12 - Contextualização sociocultural - Holanda	139
Quadro 13 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) – Holanda	151
Quadro 14 - Análise documental da política de arquitetura. Estrutura de análise aplicada ao documento da Holanda	153
Quadro 15 - Síntese população / arquitetos – Finlândia	186
Quadro 16- Contextualização sociocultural - Finlândia	192
Quadro 17 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) – Finlândia	215
Quadro 18 - Estrutura de análise aplicada a cada do documento, Análise dos documentos de Política de Arquitetura na Finlândia	218
Quadro 19 - Relação entre acções e responsáveis na Política de Arquitetura de Uusima.....	228
Quadro 20 - Síntese - comparativa de principais dados dos 3 países estudo de caso.....	237
Quadro 21 - Síntese de dados-chave para início de leitura do caso de Portugal	252
Quadro 22 - Síntese população / arquitetos - Portugal	255
Quadro 23 - Síntese do enquadramento institucional da Cultura em Portugal (1976/2018)	276
Quadro 24 – Contextualização sociocultural – Portugal	279
Quadro 25 - Prémios Secil [desde o início, 1992, até à última edição, 2012]	297
Quadro 26 - Prémio de Arquitetura Contemporânea de la União Europeia – Prémio Mies van der Rohe – representação portuguesa (em Portugal) [de 1988 a 2017]	303
Quadro 27 - Prémios FAD [últimas 5 edições, de 2013 a 2018] (excerto de quadro, ver versão extensa em Anexos)	304
Quadro 28 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) – Portugal	306
Quadro 29 - Análise documental da política de arquitetura. Estrutura de análise aplicada ao documento de Portugal	310

Quadro 30 - Países com e sem documento formal de Política de Arquitetura	336
Quadro 31 - Contextualização sociocultural	337
Quadro 32 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica).....	337
Quadro 33 - Contextualização sociocultural - Espanha	342
Quadro 34 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) – Espanha	353
Quadro 35 - Contextualização sociocultural – Suíça	358
Quadro 36 - Ambiente Arquitetónico (profissão e produção arquitetónica) – Suíça	370
Quadro 37 - Situação face à Política de Arquitetura, por país	374
Quadro 38 - Data de publicação de primeiro documento de política de arquitetura, por país.....	375
Quadro 39 - Políticas de Arquitetura por tipologia.....	376
Quadro 40 - Quadro comparativo de dados base dos países casos de estudo (dados de 2017).....	378
Quadro 41 - Leitura comparativa socioeconómica.....	381